

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Curso de Doutorado em História

'Nas Solidões Vastas e Assustadoras'- Os pobres do açúcar e  
a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e  
XVIII.

*Kalina Vanderlei Paiva da Silva*

Orientador: Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História.

RECIFE, 2003.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

*“Desocupado leitor, não preciso de prestar aqui um juramento para que creias que com toda a minha vontade quisera que este livro, como filho do entendimento, fosse o mais formoso, o mais galhardo e discreto que se pudesse imaginar: porém não estive na minha mão contrair à ordem da natureza, na qual cada coisa gera outra que lhe seja semelhante;”<sup>1</sup>*

*Miguel de Cervantes Saavedra*

---

<sup>1</sup> SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *Dom Quixote de la Mancha*. São Paulo: Ed. Nova Cultural. 2003. p. 14.

**RESUMO:**

Esta pesquisa investiga os pobres livres das vilas açucareiras de Pernambuco em seu processo de interação com os conflitos da chamada *guerra dos bárbaros* e o momento de formação da sociedade sertaneja colonial.

Partimos, dessa forma, de uma abordagem sócio-cultural para observar as condições de existência desses personagens tanto nas cidades açucareiras dos séculos XVII e XVIII, quanto no sertão durante seu processo de conquista, privilegiando a participação dos pobres produtivos e *vadios*, influenciados pelo imaginário dominante nas vilas do açúcar, na expansão colonizadora para o interior das capitanias do norte.

Nessa perspectiva, trabalhamos com o cenário urbano da zona canavieira de Pernambuco e sua expansão que culmina nos conflitos contra os povos do semi-árido e na constituição de uma nova sociedade colonial no sertão, considerando, ao longo do percurso, a atuação dos pobres livres urbanos desse cenário na construção de um conjunto de imagens e representações do sertão enquanto território significado como espaço oposto ao litoral *civilizado*.

**Palavras-Chaves:** pobres, vilas açucareiras, sertão, ‘guerra dos bárbaros’

**ABSTRACT:**

This thesis examines the social condition of poor free men in sugar cities of Pernambuco in the XVIIth and XVIIIth centuries, studying their bounds with ‘sertão’, a new colonial space born from the conquests of sugar frontiers. The research focuses the frontiers’ conquest process known as ‘guerra dos bárbaros’, choosing cultural observation as the central approach, as well as Social History, and elaborating concepts such as sugar poetry, baroque culture as a hegemonic mental structure, and ‘sertão’ as a sugar society’s creation.

## SUMÁRIO:

|  |     |
|--|-----|
| Relação de Ilustrações   | 7   |
| Relação de Quadros   | 8   |
| Abreviaturas   | 10  |
| Créditos   | 10  |
| <b>Introdução</b>  | 11  |
| <br>   |     |
| <b><i>Parte 1 –As Vilas do Açúcar</i></b>  | 24  |
| <br>   |     |
| <b>I - Pobres na Opulência do Brasil: Homens Livres nas Vilas do Açúcar de Pernambuco, séc. XVII-XVIII</b> | 25  |
| 1.1 - Cenário Barroco  | 26  |
| 1.2 - Cenário Urbano: Recife e Olinda no Segundo Período Português   | 40  |
| 1.3 -Dados Demográficos sobre Recife e Olinda  | 63  |
| 1.4 – Condições de Vida da <i>Plebe</i> na Sociedade Escravocrata  | 86  |
| 1.5 - <i>Vadios &amp; Bandidos</i>   | 124 |
| <br>   |     |
| <b>II – Braços Armados do Açúcar: As Tropas Institucionais na Colônia Açucareira</b>                       | 141 |
| 2.1 – A Organização Militar nas Vilas do Açúcar  | 142 |
| 2.2 – Henriques e Pardos: As Milícias de Cor   | 157 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Parte 2 – O Sertão</b>  | 186 |
| <b>III – Sertão, Sertões</b>   | 187 |
| 3.1 - Os Grandes Vazios Incultos   | 188 |
| 3.2 - ' <i>Antes que Se Exterminem Todos os Brancos do Sertão</i> ': O Processo de Conquista | 225 |
| 3.2.1 - Os Habitantes do Sertão  | 233 |
| 3.2.2 - As Tropas Indígenas  | 238 |
| 3.3. As Jornadas do Sertão: Os Homens do Litoral na <i>Guerra dos Bárbaros</i>               | 255 |
| <b>III - Rumo ao Açú: O Pós-Guerra e a Construção de Uma Nova Sociedade Colonial</b>         | 291 |
| <b>Considerações Finais</b>  | 330 |
| <b>Bibliografia</b>  | 334 |
| <b>Fontes</b>  | 352 |

## RELAÇÃO DE ILUSTRAÇÕES:

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 1</b> - <i>'Plano da Villa de Santo Antonio do Recife em Pernambuco em Escala de 400 braças.'</i>  | 47  |
| <b>Figura 2</b> - <i>Mocambos - Interior de Pernambuco.</i>  | 106 |
| <b>Figura 3</b> - <i>A Venda No Recife.</i>  | 108 |
| <b>Figura 4</b> - <i>'Planta, em aquarela, do caes projectado pela Camara de Olinda, no Varadouro da mesma cidade, e a consulta do Conselho Ultramarino, de 28 de novembro de 1691, referente ao mesmo caes e o novo edificio destinado á sede da Camara.'</i> | 120 |
| <b>Figura 5</b> - <i>Localização das Tropas Auxiliares de Homens de Cor em Núcleos Urbanos Sob Jurisdição de Pernambuco no Século XVIII.</i>   | 182 |
| <b>Figura 6</b> - <i>A Dança dos Tapuias.</i>  | 221 |
| <b>Figura 7</b> - <i>Localização dos Principais Rios e Núcleos Urbanos Envolvidos na Guerra do Açú, Séculos XVII-XVIII.</i>  | 231 |
| <b>Figura 8</b> - <i>Homem Mulato.</i>   | 278 |
| <b>Figura 9</b> - <i>'Tropas ibero-americanas em fuga no rio São Francisco. Ao fundo o Forte Maurício e a cidade de Penedo vistos da margem sul do rio.'</i>   | 293 |

**RELAÇÃO DE QUADROS:**

- **Quadro 1** - Total Populacional das Freguesias da Comarca de Olinda em 1782. 66
  
- **Quadro 2** - Total Populacional das Freguesias da Comarca de Olinda em 1788. 68
  
- **Quadro 3** - Classificação por Gênero e Condição Jurídica da População de Pernambuco em 1762-1763. 70
  
- **Quadro 4** - Número de Homens Negros e Pardos na Capitania de Pernambuco, 1762-1763 (Homens por mil Mulheres). 71
  
- **Quadro 5** - População de Recife em 1782. 72
  
- **Quadro 6** - População de Recife em 1788. 73
  
- **Quadro 7** - População Masculina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1782. 74
  
- **Quadro 8** - População Feminina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1782. 75
  
- **Quadro 9** - População Masculina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1788. 78
  
- **Quadro 10** - População Feminina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1788. 80



- **Quadro 11** - População de Olinda em 1782. 82
  
- **Quadro 12** - População em Olinda em 1788. 83
  
- **Quadro 13** - Ofícios Mecânicos Mencionados nos Autos Inquisitoriais de Pernambuco, 1593-1595. 90
  
- **Quadro 14** – Espaços de Habitação dos Oficiais Mecânicos Mencionados nos Autos Inquisitoriais de Pernambuco, 1593-1595. 95
  
- **Quadro 15** – Localização Espacial das Tropas Auxiliares de Homens de Cor sob a Jurisdição de Pernambuco no século XVIII. 147
  
- **Quadro 16** - Tribos Participantes da *Guerra dos Bárbaros*. 250
  
- **Quadro 17** - Expedições Militares Oficiais na Guerra do Recôncavo 256
  
- **Quadro 18** - Expedições Militares Oficiais na Guerra do Açu 261

**ABREVIATURAS:**

APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife-PE.

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

DH - Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ.

DHP – Documentação Histórica Pernambucana. Biblioteca Estadual Presidente Castelo Branco, Recife-PE.

IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Recife-PE.

LAPEH-UFPE - Laboratório de Pesquisa e Ensino de História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

**CRÉDITOS:**

- Transcrições Paleográficas: Prof<sup>ª</sup>. Anna Laura Teixeira de França; Prof. Douglas Batista.

- Mapas: Prof<sup>ª</sup>. Caren Soares.

-Digitalização e Tratamento das Imagens: César Augusto Siqueira.

## Introdução

‘*Nas Solidões Vastas e Assustadoras*’: essa foi a expressão utilizada por Frei Martinho de Nantes em suas viagens pelo interior da América portuguesa para se referir ao sertão colonial. Ela ilustra a imagem que os grupos sociais da área açucareira constroem sobre o interior das capitanias do Norte do Estado do Brasil. Serve ainda de epíteto para o texto que ora se apresenta, por representar bem a idéia de sertão que a *civilização* do açúcar elabora no século XVII. É dentro dessa perspectiva que definimos o objetivo desta pesquisa como a investigação dos grupos sociais livres das vilas açucareiras de Pernambuco integrados pela organização militar da Coroa e deslocados para o sertão durante a *guerra dos bárbaros*, entre meados do século XVII e primeiras décadas do século XVIII. As origens sociais, a interação com o meio sertanejo, e as possíveis novas identidades sociais construídas por esses personagens são também objetivos dessa pesquisa.

Assim sendo, nossos personagens se definem como os pobres produtivos, trabalhadores mecânicos livres, e os *vadios*, elementos à margem da estrutura produtiva colonial, desempregados, mendigos e criminosos. Pobres e *vadios* estes – entre os quais existe uma elevada incidência de negros e pardos livres – que são, por sua vez, a partir de meados do século XVII, recrutados pelas tropas institucionais utilizadas pela Coroa como instrumento de repressão e controle social. Durante a *guerra dos bárbaros*, essas tropas são deslocadas maciçamente de seu meio social de origem para esse território que lhes é, até então, desconhecido, participando, assim, da formação de uma nova sociedade colonial.

A análise da trajetória que leva esses atores sociais das vilas canavieiras até a sociedade sertaneja pós-conquista convida-nos a melhor delimitar as tropas empregadas nessa expansão colonial, uma vez que a simples distinção, normalmente aceita, entre *paulistas* e tropas do governo esconde a diversidade étnica e social constituinte dessas tropas. E ao esmiuçarmos a participação dos pobres e *vadios* da zona do açúcar nesse processo podemos definir os diferentes tipos humanos, alocados em diferentes tipos de tropas, utilizados como arma contra os levantes das tribos continentais.

Nesse sentido, o presente trabalho se constitui em uma jornada que parte das vilas açucareiras para o sertão a partir de meados do século XVII e durante as primeiras décadas do século XVIII. Nessa jornada, acompanhamos homens oriundos das camadas mais baixas da sociedade livre canavieira, inseridos no aparelho repressor da Coroa portuguesa. Desde

sua posição na estrutura social açucareira, e o imaginário dominante que os abarca, passando por sua inserção no aparelho régio, suas visões acerca do sertão, até sua participação na *guerra dos bárbaros* e sua contribuição para a construção desse novo espaço colonial, estamos seguindo o movimento social e espacial imposto aos pobres e aos *vadios*, muitas vezes desprezados pela zona açucareira por seu status social, mas ainda assim parte integrante dela.

Pobres produtivos e *vadios* são grupos sociais pertencentes à sociedade urbana açucareira. Livres, vivem à margem da agroindústria canavieira, em um cenário, entretanto, em desenvolvimento, que são as vilas açucareiras. O tipo de estrutura militar que a Coroa monta na América portuguesa, onde todos os homens livres estão enquadrados, põe esses personagens em contato direto com os conflitos que se desenrolam no sertão a partir da segunda metade do século XVII. Um contato que se caracteriza por deslocar esses elementos urbanos para uma área em pleno processo de conquista e colonização.

Sendo nosso objetivo principal reconstruir as condições de vida desses grupos sociais dentro do processo histórico em foco, e constatar a base cultural que permeia essas condições de vida, buscamos o apoio teórico-metodológico da história social, entendendo-a como o estudo de todas as esferas da vida em comunidade, sociedade/economia/cultura.<sup>2</sup> Sendo assim, acreditamos que a forma mais proveitosa de observar os grupos sociais livres da sociedade urbana açucareira é trabalhá-los dentro de uma percepção ampla de seu contexto social. Do ponto de vista econômico, pobres produtivos e *vadios* são grupos sociais respectivamente secundários e marginais à base econômica da sociedade canavieira, a agroindústria açucareira. Secundários devido a sua exclusão da esfera principal da

---

<sup>2</sup> Para Eric Hobsbawm, toda história é uma história social se considerarmos a história como o registro das sociedades humanas. Para ele, a maior dificuldade de se caracterizar a complexidade da história social é que seu tema, ao contrário da história econômica ou das mentalidades, não pode ser isolado. “*Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados de suas idéias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo em que abrem a boca. E assim por diante*”. Essa dificuldade em isolar o objeto é que nos leva a construir uma abordagem que fuja dos limites das relações sociais. É pensando nesses obstáculos que Hobsbawm sugere um modelo de trabalho em história social: primeiro a construção do ambiente material ou histórico; segundo, a observação das forças produtivas e da estrutura econômica; concluindo com o estudo das relações sociais. Mas mesmo essa estrutura de trabalho ainda oferece um campo de estudo demasiadamente vasto para a pesquisa. Por isso é necessário que o historiador escolha uma determinada relação como ponto de observação específico da sociedade, tendo as outras relações agrupadas ao redor criando o contexto estrutural. Cf. HOBBSAWN, Eric. **Sobre História** Companhia das Letras. São Paulo: 1998. p. 9, 87. Assim sendo, devido à natureza das indagações propostas, escolhemos privilegiar as condições sociais dos grupos em questão, observando-as principalmente do ponto de vista de suas relações com o sistema de valores dominante na sociedade.

economia. Apesar disso, culturalmente sua vivência é influenciada e influencia o sistema de valores dominante nas vilas do açúcar, sistema de valores que interage intensamente com as condições sociais de existência dos grupos pertencentes à sociedade urbana açucareira. Nesse sentido, pobres produtivos e *vadios*, grupos livres na sociedade escravocrata, são personagens ativos em seu meio social, não se limitando a serem meros espectadores da ação histórica daqueles envolvidos com a agroindústria.

A própria inserção dos pobres produtivos na estrutura militar deve muito pouco à economia e muito mais ao imaginário dominante nas vilas açucareiras, uma vez que artesãos ao se transformarem em milicianos em geral o fazem por razões suntuárias, e é o status social que define quem pode e quem não pode ser recrutado pela tropa de linha.

Assim, ao enfocarmos o cenário de origem desses personagens, apesar de tentarmos observar diversos ângulos influenciadores das relações sociais dos grupos em questão, procuramos enfatizar, sobretudo, o ponto de vista cultural, buscando reconstituir o sistema de valores dominante nas vilas do açúcar.<sup>3</sup> Ou seja, procuramos entender como a existência de um imaginário barroco dominante nas vilas açucareiras favorece a arregimentação de pobres e vadios nas tropas da Coroa e como esse conjunto de idéias influencia as diferentes formas de interação desses personagens com o sertão.

O primeiro passo para a observação desses distintos grupos sociais de pobres e *vadios* é sua definição. Enquanto tipologia construída para a observação da sociedade, o conceito de grupo social não pode ser estudado de forma isolada, o que nos leva a pensá-lo dentro de um complexo de relações sociais. Apesar disso, é preciso definir o grupo que se quer estudar dentro de determinado contexto social, precisando seus limites e fronteiras, pois:

*“Se admitirmos que a história social é fundada sobre a observação da vida e do comportamento dos grupos sociais que compõem determinada sociedade, disto decorre que a nossa unidade básica de descrição e de medida deve ser a categoria social, o grupo social. Mas para poder estudar um grupo social, é*

---

<sup>3</sup> Se para Hobsbawm a esfera econômica é sempre a parcela mais importante a ser estudada na sociedade, para Georges Duby, por outro lado, a sociedade deve ser entendida principalmente a partir de seu sistema de valores. Cf. DUBY, George. *História Social e Ideologias das Sociedades*. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed. 1976. Como o tipo de interação entre os pobres produtivos e *vadios* com a estrutura militar e o processo de conquista do sertão passa muitas vezes pela busca de prestígio social e de melhoria de status, estamos seguindo nesse trabalho os conceitos de história social propostos por Duby, apesar de sempre procurarmos considerar, como o modelo de Hobsbawm propõe, a totalidade dos fatores históricos envolvidos no processo estudado, o que significa não desprezar a visão econômica.

*necessário isolá-lo do conjunto da população, contá-lo para conhecer a força numérica e caracterizá-lo, para poder rotulá-lo.”<sup>4</sup>*

Consideramos grupo social como uma categoria constituída por personagens que compartilham o mesmo conjunto de condições sociais de existência. Categoria pensada principalmente em função dos papéis sociais e status social de seus integrantes, e menos em função da localização destes no processo de produção. Um exemplo desta definição pode ser visto no caso dos pobres produtivos: grupo que agrega oficiais mecânicos possuidores de capital suficiente para a aquisição de escravos e oficinas, e oficiais ambulantes que não possuem capital. Atentemos, entretanto, para o fato de que os grupos sociais aqui estudados são construções conceituais empregadas para uma observação mais acurada da estrutura social, e não realidades concretas e imóveis.

Tendo essas considerações em mente, precisamos definir mais detalhadamente os dois grupos sociais enfocados por nossa pesquisa: os pobres produtivos e os *vadios*. Dois grupos pertencentes às vilas urbanas açucareiras, compostos por homens e mulheres livres, mas de status sociais bem diferenciados. A delimitação de cada grupo passa por condicionantes econômicas, em sua qualificação ou não como produtivos, e por condicionantes sócio-culturais, nos estatutos de sangue e requisitos de ócio do barroco. Devemos ressaltar, todavia, que a classificação de pobres produtivos agrega indivíduos em diferentes posições no processo produtivo, como vimos acima, razão pela qual não nos sentimos confortáveis para utilizar o conceito de classe social.<sup>5</sup>

É possível ainda observar a existência de subdivisões entre os grupos, como é o caso dos pobres produtivos. Um grupo constituído pelos chamados oficiais mecânicos livres das vilas açucareiras e que conhece subdivisões visíveis novamente tanto do ponto de vista econômico, com artesãos proprietários de oficinas e artesãos sem oficinas, quanto do ponto de vista cultural, através da diferenciação de artesãos negros e pardos e brancos.

No caso dos *vadios*, podemos observar uma maior homogeneidade, visto serem as distinções econômicas internas inexistentes e as distinções étnicas bastante minimizadas

---

<sup>4</sup> MATTOSO, Kátia. **As Fontes de História Social e Seus Métodos de Pesquisa: O Caso de Salvador**. Mimeografado, s/d. 24 p. P. 13. Para o estudo da hierarquia social de Salvador no século XIX, MATTOSO, Kátia. **Bahia : A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX**. Salvador: Hucitec. 1978. P. 152-153.

<sup>5</sup> Uma discussão similar pode ser vista em BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: ed. Unesp. 2002. p. 86, 91-92. Concordamos com sua afirmação de que os modelos weberianos, mais preocupados com estilos de vida e utilizando categorias de status, parecem mais úteis às sociedades pré-industriais que os marxistas.

pelo desprezo que o imaginário dominante devota a esses personagens. Para definir esse grupo específico buscamos os debates historiográficos em torno da chamada história dos marginais.

Assim, se marginal é aquele personagem que, participando das atividades produtivas de uma sociedade, exclui-se ou é excluído das normas éticas e dos padrões de comportamento considerados respeitáveis pela mesma<sup>6</sup>, podemos considerar os *vadios* das vilas do açúcar como um grupo marginal à sociedade açucareira.<sup>7</sup> Pois esses personagens estão excluídos da classificação hierárquica estamental vigente nesta sociedade. Indigentes e itinerantes, se são pobres no sentido estrito da palavra, distinguem-se por outro lado dos pobres reconhecidos pela sociedade colonial, pelo trabalho: os *vadios* são definidos, dessa forma, pela sua situação de não-trabalho, de ócio não reconhecido.<sup>8</sup>

Por outro lado, a inserção dos *vadios* na sociedade colonial se dá através da própria Coroa. Podemos considerar que se toda sociedade tem dois modos de tratar seus marginais – pela completa exclusão do convívio social, como é o caso dos loucos no fim da Idade Média, ou pela integração e utilização desses marginais pela sociedade, como é o caso dos comerciantes no mesmo período – podemos perceber que a Coroa portuguesa emprega essa segunda opção na sociedade colonial com relação aos *vadios*: marginalizados pelo

---

<sup>6</sup> Marginais são, por exemplo, os eremitas, judeus e loucos medievais, excluídos pelo conjunto de valores, seus ou de sua sociedade, e não por características econômicas. Cf. SCHMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Ed. Martins fontes. 1998. p. 264.

<sup>7</sup> Laura de Mello e Souza, por sua vez, rejeita o uso do termo marginal propondo uma história dos desclassificados. Para ela, marginal também pode, e em seu trabalho é, o indivíduo mal classificado pela sociedade. Marginal seria o pobre, não se podendo, dessa maneira, dissociar o estudo da marginalidade do estudo da pobreza uma vez que existe uma relação nítida com a economia, com a classificação social feita por esta, e neste caso *desclassificado* seria o melhor termo para o estudo dos pobres. Uma outra vantagem oferecida por esse termo, segundo a autora, e que se refere ao estudo específico do Brasil colônia, é ser esta uma sociedade estamental, com níveis rígidos de classificação e hierarquia, sendo então o pobre um desclassificado. SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal. 1982. p. 13-14, 131. Acreditamos que, pelo contrário, a hierarquização da sociedade colonial, que ainda mantém resquícios estamentais medievais, assim como a sociedade ibérica, classifica seus homens juridicamente. Sendo assim a hierarquização da sociedade colonial de influências barrocas não é feita através de valores econômicos, mas sim de valores e categorias estamentais.

<sup>8</sup> Walter Fraga Filho trabalha essa diferenciação, definindo o *vadio* como o indivíduo que rejeita, ou é excluído da sociedade, sendo representada essa rejeição pela rejeição ao trabalho. FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios – Na Bahia do Século XIX**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba. 1996. Também Emanuel Araújo define e descreve o *vadio* como um paradoxo da sociedade colonial: o trabalho mecânico é rejeitado como degradante, mas o ócio que não se apóia em trabalho escravo também o é. ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios – Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Unb/José Olympio ed. 1993.

imaginário social, e excluídos como párias, estes são, no entanto, 'reaproveitados' pelo Estado como soldados e instrumentos de controle social.

E uma vez que a definição desses grupos passa pelo sistema de valores dominante nessa sociedade, precisamos assim entender tanto o cenário urbano onde pobres produtivos e *vadios* atuam e interagem com a organização militar régia, quanto o imaginário dominante nessas vilas. Um imaginário que permite a incorporação dos *vadios* como elementos úteis e impulsiona a inserção voluntária de pobres produtivos nas milícias. Entramos assim em um campo onde é preciso trabalhar as imagens ideais que os integrantes desta sociedade constroem sobre a mesma, buscando também conhecer em que pontos essas imagens encontram, e em que pontos se afastam, das condições objetivas de vida dos indivíduos.<sup>9</sup>

E uma vez que a observação do sistema de valores é parte essencial em nosso trabalho, surge como tarefa necessária a definição dos limites desse sistema. Começando pelo conceito de imaginário. Se um imaginário é um sistema de representações e valores existentes dentro de determinada sociedade<sup>10</sup>, devemos considerar que uma sociedade como a do açúcar possui uma diversidade de sistemas de representações que não se homogeneizam. No entanto, é possível identificarmos um sistema de valores dominante na sociedade urbana açucareira; um conjunto de valores e idéias aceitas e impostas como verdadeiras e preponderantes. Desse sistema de valores dominante, que nas vilas canavieiras se caracteriza por seus elementos barrocos, nascem discursos que vão legitimar as ações da Coroa e dos colonos no sertão.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Utilizamos para isso as reflexões de DUBY. Op. Cit. p. 139

<sup>10</sup> DUBY. Op. Cit. Pág. 132.

<sup>11</sup> Utilizamos aqui o conceito de discurso como uma articulação da língua que possui um sentido não apenas lingüístico como ideológico, produzida dentro de determinada situação histórica. Cf. MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise do Discurso** Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000. Págs. 43-4. Ou seja, discurso é a fala, a narrativa vista a partir de seus significados históricos, os significados presentes no imaginário de quem o elabora. Significados parciais que tornam cada discurso uma representação do imaginário no qual seus autores estão inseridos. Assim, temos discursos diferentes para grupos sociais diferentes, sendo ainda que nenhum discurso é de autoria absoluta de seu autor, mas faz parte da memória coletiva que envolve o mesmo. Esse conceito de discurso nos ajuda a interpretar cada narrativa durante o período estudado como parte de um conjunto de idéias compartilhado por segmentos significativos da sociedade urbana açucareira. E muito contribui para essa abordagem a obra de Orlandi. Cf. ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação - Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico**. Petrópolis: Vozes. 1996; e ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo/Campinas: Cortez/ed. Unicamp. 1990.



Nesse sentido, existe uma íntima conexão entre os discursos proferidos pela Coroa e pelos colonos da área açucareira e a colonização do sertão. Ou seja, entre os valores dominantes nas vilas açucareiras e as condições sociais de existência dos grupos envolvidos por esse imaginário, não apenas nas vilas canavieiras mas também durante sua atuação na conquista do sertão.<sup>12</sup>

A existência de um imaginário dominante, por seu turno, não determina que o mesmo seja imutável, que não sofra múltiplas influências, ou melhor, que não possua origens culturais diversas. As trocas culturais existem e são visíveis na sociedade açucareira, o que não impede, principalmente devido à natureza das instituições estudadas, que exista a preponderância de um sistema de valores oriundo do barroco ibérico e que será assimilado e adaptado pelos grupos sociais estudados. A hegemonia da cultura oficial de origem portuguesa sobre os demais grupos étnicos coloniais é válida, ao menos, para aqueles elementos sociais assimilados pela organização militar. Nesse contexto, mesmo os grupos institucionalizados pela Coroa, oriundos de camadas sociais de descendência africana, têm suas condições de vida e seu imaginário intensamente influenciados pelos preceitos barrocos estamentais da fidalguia ibérica, ainda que essa não seja a única matriz importante de seu sistema de valores. A mistura, assim, em irmandades negras, corporações de ofício de escravos e, talvez, milícias negras, de elementos culturais extraídos do imaginário barroco dominante e de tradições culturais africanas preservadas, indica a base cultural da sociedade colonial açucareira como a de um barroco mestiço.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> A noção de condição social de existência abarca o conceito de imaginário. “*Condição toca em modos ou estilos de viver e sobreviver*”. A condição social é o conjunto de mecanismos que cada sujeito encontra e emprega para sua sobrevivência. São as atividades produtivas, as relações pessoais e políticas, e também seu sistema de crenças e valores. BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-27. Duby, por seu turno, acredita que para entendermos as condições de vida dos sujeitos, conhecer o imaginário dominante em seu meio social é parte imprescindível do processo. “*Pois não é em função de sua conduta verdadeira, mas da imagem que constroem e que nunca fornece o reflexo fiel, que os homens pautam a sua conduta.*” DUBY. Op. cit. p. 131.

<sup>12</sup> SOUZA. Op. Cit. p. 131.

<sup>12</sup> SCHMITT. Op.cit. p. 264.

<sup>13</sup> A característica híbrida da sociedade colonial, marcada por trocas culturais diversas, é estudada para a sociedade mineradora do setecentos por Eduardo França Paiva, que privilegia a abordagem das trocas culturais e não a hegemonia de um imaginário dominante. Cf PAIVA. Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2001. Acreditamos que essas trocas são cotidianas e significativas na sociedade colonial, mas entrevemos, por outro lado, um sistema de valores dominante cultivado pelas elites, que se sobressai também entre os grupos inferiores da estrutura estamental, que o assimilam talvez na perspectiva de ascensão social. Esse imaginário dominante herda traços e caracteres da cultura barroca ibérica. No entanto, na sociedade açucareira, devido ao processo mesmo de trocas culturais entre diferentes grupos, esse imaginário se transforma, ganhando identidade

A observação do imaginário dominante nas vilas do açúcar ajuda-nos, assim, a compreender as ações e reações dos pobres e *vadios* em sua interação com o cenário urbano açucareiro, com a organização militar régia, e também com o sertão durante seu processo de conquista.

E é esse mesmo imaginário que vai definir o conceito de sertão durante o segundo período português onde o sertão é um espaço ainda não muito bem delimitado, percebido como a antítese da imagem de civilização, que para esses personagens está atrelada à colonização. Como tal, sertão é a área *selvagem* por excelência, temida e idealizada como espaço de riquezas e liberdades ilícitas. Nesse ponto, as imagens elaboradas acerca do sertão no imaginário barroco colonial são significativas para a compreensão das condições sociais dos grupos em questão. Assim, procuramos estudar as narrativas sobre o sertão que são construídas nas vilas do açúcar por personagens que, se não são eles próprios pobres produtivos ou *vadios*, são também elementos componentes do imaginário dominante.<sup>14</sup>

Como nosso trabalho se propõe a ser uma jornada das vilas do açúcar até o sertão seguindo a trajetória dos homens livres litorâneos que participam da *guerra dos bárbaros*, uma das abordagens primordiais está então na análise do próprio processo de conquista do sertão e da guerra que o envolve.

A historiografia que tem se debruçado sobre a formação da sociedade sertaneja tem privilegiado principalmente a expansão da pecuária e o impacto dessa expansão nas sociedades indígenas. Pretendemos, por outro lado, trazer uma abordagem complementar a

---

original de barroco mestiço. Um processo que não é original da zona do açúcar, e pode ser encontrado por toda a América hispânica. Esse barroco mestiço, que mistura elementos de culturas indígenas e africanas em uma estrutura formal de origem ibérica é analisado por Serge Gruzinsky, cujo estudo serve de modelo para a observação dos imaginários mestiços da América colonial. Cf. GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. É preciso ainda destacar a grande importância da obra de Maravall e de D'Oliveria França em nosso estudo por trazerem bem definidas as características da cultura barroca ibérica, em análises bastante aprofundadas. Cf. MARAVALL, José Antonio. **A Cultura do Barroco – Análise de Uma Estrutura Histórica**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial. 1997. E FRANÇA, Eduard o D'Oliveria. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1997

<sup>14</sup> Para o estudo das imagens do sertão utilizamos os trabalhos de análise dos discursos de cronistas e escritores coloniais, principalmente a obra de Eni Orlandi, que destrincha os discursos de eclesiásticos acerca da colonização, e Alfredo Bosi, que analisa a obra literária na colônia. Ambos procuram retirar do texto literário informações sobre o ambiente em que os mesmos são produzidos, as condições sociais que permitiram sua produção, e o imaginário que cercava os autores. Cf. BOSI. Op. Cit.; e ORLANDI. **Terra à Vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. Op. Cit.

esses estudos; uma abordagem que privilegie os tipos humanos que, saídos das vilas do açúcar, tornam-se elementos constituintes da sociedade sertaneja em formação.<sup>15</sup>

Em nossa jornada iremos mudar de cenário, saindo do litoral para o sertão. Mas tanto o sertão como as vilas do açúcar são cenários que ultrapassam os limites da capitania de Pernambuco entre os séculos XVII e XVIII, razão pela qual também ultrapassamos essa fronteira com frequência. A própria localização da '*guerra dos bárbaros*' nos traz para o interior das chamadas '*capitanias anexas*', principalmente o Rio Grande do Norte e o Ceará, subordinados então à jurisdição de Pernambuco. Por outro lado, vamos para fora dessa jurisdição, para o outro grande centro da '*civilização*' do açúcar, e o outro pólo político envolvido na '*guerra dos bárbaros*', a Bahia.

Durante o decorrer de nosso trabalho, centrados em Pernambuco e suas fronteiras políticas expandidas nas capitanias anexas, teremos sempre como espelho a Bahia. Desde a observação dos grupos sociais livres de Salvador, até a guerra do Recôncavo e o envolvimento do governo geral com os paulistas, vemos a Bahia como o outro grande centro responsável pelo envolvimento dos pobres litorâneos na conquista do sertão. Mas chamar a Bahia de *outro* com relação a Pernambuco talvez não seja correto, visto que ambas as capitanias são partes complementares de um mesmo cenário, partilham de uma mesma organização social e um mesmo imaginário dominante. Assim, como estudar Pernambuco colonial sem a Bahia, ou a Bahia colonial sem Pernambuco?

É a partir dessas perspectivas que centramos nosso olhar sobre fontes diversas para elaborar o trabalho ora apresentado. A própria natureza dos grupos sociais enfocados, pobres e marginalizados, dilui a possibilidade de trabalharmos com documentos elaborados diretamente por esses personagens. Apesar disso, trabalhando com a idéia de imaginário dominante, podemos nos debruçar sobre narrativas e discursos constituídos dentro de imaginário a que pertencem nossos personagens, deduzindo assim a parcela de idéias compartilhadas pelos mesmos.

Trabalhamos dessa forma com crônicas e escritos literários produzidos entre os séculos XVI e início do XIX na zona açucareira. Utilizamos cronistas como Gabriel Soares

---

<sup>15</sup> A inspiração para essa genealogia da sociedade sertaneja vem principalmente da obra de Tânia Brandão, que através de estudos demográficos desnuda a composição da sociedade sertaneja do Piauí no século XVIII e os tipos humanos que a constituem. Cf. BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **O Escravo da Formação Social do Piauí: Perspectiva Histórica do Século XVIII**. Teresina: Ed. UFPI. 1999; e BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder**. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves. 1995.

de Souza, Ambrósio Fernandes Brandão, Domingos Loreto Couto, Varela Berredo Pereira, Luís dos Santos Vilhena, L. F. de Tollenare e Henry Koster. E seguindo o mesmo princípio de análise, trabalhamos também com pinturas, gravuras e aquarelas elaboradas no período como fontes privilegiadas para o imaginário barroco colonial e as imagens produzidas por ele sobre o sertão.

Nosso mais importante conjunto de fontes, todavia, ainda deve muito em sua análise à escola metódica e ao positivismo. São documentos de origem administrativa, principalmente correspondência entre a capitania de Pernambuco e o Conselho Ultramarino, documentação oficial interna da própria capitania, como as cartas patentes e mapas populacionais, assim como a correspondência administrativa do governo geral da Bahia. A vastidão dessa documentação, oriunda do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo Público Jordão Emerenciano do Recife, da Biblioteca Estadual Presidente Castello Branco no Recife, e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, permite-nos reconstituir as condições sociais dos grupos observados tanto nas vilas açucareiras quanto no sertão da *guerra dos bárbaros*.<sup>16</sup>

Ainda significativos são os depoimentos dos colonos durante a primeira visitação do Santo Ofício em Pernambuco, entre 1593-1595. Os autos da visitação do Santo Ofício a Pernambuco constituem hoje um acervo bastante freqüentado pelos historiadores, mas sua documentação ainda tem muitos ângulos esperando por novas abordagens, sendo capaz de fornecer ainda dados esclarecedores sobre temas os mais diversos, como indica a análise dos ofícios mecânicos que construímos com base nessa documentação.

Considerando esses debates e discussões, organizamos nosso trabalho em duas partes, cada uma contendo dois capítulos. A primeira parte da obra, *As Vilas do Açúcar*, procura definir os grupos sociais que, inseridos no organismo militar, participam do processo de conquista do sertão. Assim sendo, no capítulo 1, observamos o contexto sócio-cultural onde os grupos estudados estão inseridos. Da definição do imaginário dominante e do espaço urbano das vilas trabalhadas, passamos para a caracterização numérica da população

---

<sup>16</sup> A consulta ao Arquivo Histórico Ultramarino foi feita a partir do acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa Histórica, Departamento de História, UFPE. A documentação referente ao governo geral e à Bahia é, por sua vez, encontrada na Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 110 volumes.

urbana, terminando por especificar as condições sociais da *plebe* e dos grupos sociais por ela delimitados.<sup>17</sup>

O segundo capítulo busca, por sua vez, observar a organização militar régia na área açucareira, privilegiando a análise das tropas de homens de cor, sua interação com as políticas régias e com a sociedade urbana colonial.<sup>18</sup>

Na segunda parte da obra, *O Sertão*, saímos das vilas açucareiras para adentrar o continente no período de sua conquista. Dentro desse contexto, o capítulo 3 procura discutir as imagens construídas pelo imaginário dominante nas vilas açucareiras acerca do sertão, objetivando compreender as representações construídas pelos grupos sociais em questão acerca da região para a qual são deslocados. Nesse capítulo ainda passamos a observar o processo de conquista, através da *guerra dos bárbaros*, privilegiando a análise dos tipos humanos diferenciados que participam dos diversos conflitos na região.<sup>19</sup>

Por fim, o capítulo 4, se propõe a discutir a interação pós-guerra das tropas oriundas da zona do açúcar com a sociedade sertaneja em formação. Para essa tarefa, buscamos perceber tanto a existência de veteranos da *guerra dos bárbaros* que se tornam proprietários de terras, quanto àqueles que se inserem no banditismo da região. Aqui observamos desde a adaptação dos paulistas à estrutura militar da Coroa, até as reações diversas de henriques e soldados burocráticos com a nova sociedade sertaneja.

Em suma, procuramos nesta tese trabalhar as condições de vida dos pobres do açúcar, buscando sua participação na conquista do sertão e na formação da sociedade sertaneja. A partir da leitura de fontes e bibliografia e das discussões teóricas, percebemos que a participação da Coroa na conquista do sertão é feita com os elementos desprezados da zona do açúcar. E vamos assim procurar conhecer quem são esses personagens, de que contexto social vem, e para qual contexto vão depois da guerra. Nesse sentido, o presente trabalho se

---

<sup>17</sup> Para o trabalho com o cenário urbano colonial, as obras de José Luís da Mota Menezes e Silvio Zanchetti são referência. O estudo numérico da população é, por sua vez, baseado na obra de historiadores demógrafos como Roberto Smith e Maria Luzia Marcílio.

<sup>18</sup> Para a organização militar, damos continuidade a pesquisas anteriormente desenvolvidas por nós acerca dos militares das vilas açucareiras. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial – Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2001.

<sup>19</sup> Para o estudo da *guerra dos bárbaros*, a obra de Pedro Puntoni é basilar, principalmente por sua vasta compilação de fontes. Cf. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP. São Paulo.

caracteriza como um estudo da multiplicação de estruturas sociais a partir da expansão da colonização da América portuguesa entre os séculos XVII e XVIII. Também se distingue como uma contribuição à genealogia da sociedade sertaneja, e do próprio conceito de sertão hoje.<sup>20</sup>

Esse processo de expansão colonial, por sua vez, se inicia com o desbaratamento do quilombo de Palmares, fronteira da zona canavieira e primeiro obstáculo à conquista do sertão a partir de Pernambuco,<sup>21</sup> e prossegue com o combate às resistências indígenas na série de conflitos chamada de *guerra dos bárbaros* entre fins do XVII e início do XVIII. Ressaltemos que esse é *um* processo de expansão entre vários, promovidos por diferentes segmentos da sociedade colonial. Mas será o único focado neste trabalho. E é a partir dessas considerações que entendemos a conquista em foco como um processo de expansão da área do açúcar, realizada às custas não apenas das alianças indígenas, mas também dos pobres produtivos e *vadios* das vilas canavieiras arregimentados pela Coroa para os conflitos no sertão. Esses personagens, por seu turno, encerrada a guerra, tornam-se elementos constituintes da sociedade sertaneja que apenas nesse momento começa a se consolidar. Uma sociedade que apenas consegue consolidar suas estruturas depois de desbaratadas as resistências indígenas e quilombolas no continente. E uma vez que os pobres do açúcar estão bem no centro dos acontecimentos quanto essas estruturas começam a se fortalecer, é crível que sejam personagens bastante ativos no processo de elaboração de normas e padrões sociais para essa sociedade colonial em gestação.

São essas questões e hipóteses que norteiam o presente trabalho. Questionamentos gerados pelas mais diversas influências historiográficas. As primeiras delas são os trabalhos sobre a *guerra dos bárbaros*, principalmente o estudo de Maria Idalina Pires, pioneiro sobre a guerra do Açúcar e que, juntamente com a obra clássica de Edison Carneiro sobre Palmares, despertaram algumas das primeiras perguntas dessa pesquisa. Marcante ainda é a

---

<sup>20</sup> Até o hoje, o sertão é interpretado como uma região “*distante do litoral, pouco povoada e interiorana*”. Nesse sentido, tanto a geografia, a história quanto a análise literária ainda continuam a utilizar esse conceito, o que pode ser observado em obras recentes, por exemplo: WANDERLEY, Vernaide; MENEZES, Eugênia. **Viagem ao Sertão Brasileiro – Leitura Geo-Sócio-Antropológica de Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa**. Recife: CEPE/FUNDARPE. 1997. p. 7.

<sup>21</sup> Para a discussão clássica de formação de fronteiras na América Cf. WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste – A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000. E para a visão geográfica de território, região e expansão, Cf. MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil – O Território Colonial Brasileiro no ‘Longo’ Século XVI**. São Paulo: Hucitec. 2000.

influência da história social: de Eric Hobsbawm a Georges Duby, passando por Kátia Mattoso e Peter Burke, a história social tornou-se uma meta a ser alcançada por nós. Meta definida também pela influência da historiografia social sobre o Brasil colonial e escravista, onde Laura de Mello e Souza, Marcus J. M. de Carvalho e Tânia Pires Brandão têm grande importância. Nesse contexto também a historiografia *'baianófila'* configura-se como uma permanente fonte de inspiração: dos *brasilianistas* aos novos pesquisadores do programa de pós-graduação da UFBA, passando por João José Reis e Ubiratan Castro de Araújo, a Bahia e sua historiografia tornaram-se espelhos a serem contemplados e modelos a serem *copiados*.

Mas se a história social era nossa meta inicial, as influências culturais logo se fizeram sentir, levando-nos para o que Peter Burke chama de história cultural da sociedade.<sup>22</sup> Nesse sentido, os estudos sobre a cultura barroca são aqueles que, de longe, mais marcaram nosso trabalho e nossa percepção da história e da sociedade colonial. José António Maravall e Eduardo D'Oliveira França encabeçam a lista, seguidos de perto por Serge Gruzinsky. Outros autores, todavia, também se fazem presentes na investigação da cultura como elemento indissociável da sociedade, entre eles Alfredo Bosi e Eni Orlandi e suas *biópsias* das narrativas e escritores coloniais.

Enfim, é através dessa junção de fontes diversas e abordagens complementares, que podemos seguir as pistas e vestígios que nos possibilitam reconstituir cenários e personagens que dão vida à colonização da América portuguesa. E é colocando vestígios e colecionando pistas que procuramos trazer à luz as diferentes nuances e colorações da vida social no mundo colonial.

---

<sup>22</sup> BURKE. **História e Teoria Social**. Op. cit.

## PARTE 1 – AS VILAS DO AÇÚCAR



**I - POBRES NA OPULÊNCIA DO BRASIL: HOMENS  
LIVRES NAS VILAS DO AÇÚCAR DE PERNAMBUCO, SÉC.  
XVII-XVIII.**

## 1.1.CENÁRIO BARROCO:

“Desembarcado que foi, se recolheu ao Colégio da cidade de Olinda e, em 25 do dito mês de maio, tomou posse do governo, saindo do dito Colégio debaixo do pátio com os oficiais da Câmara até a Sé, donde estava um batalhão de luzida infantaria tremulando bandeiras ao som de caixas e requintadas trombetas, flautas e charamelas, e por outra parte a estrondosa harmonia dos sinos, acompanhando-o todo este luzido aparato da nobreza da terra e o mais povo, que não cabia nas praças, com demonstrações de alegria, pelo desejo que tinham de ver quem os governasse;”<sup>23</sup>

Gregório Varela de Berredo Pereira

Em 1689, o capitão de infantaria Gregório Varela Berredo Pereira se propõe a narrar os *sucessos* do governo de Luís da Câmara Coutinho como governador de Pernambuco. De seu *breve compêndio* retiramos a descrição citada acima, correspondente à posse do dito governador, e ilustrativa do fausto e ostentação que permeiam os costumes e imaginário nas cidades canavieiras em fins do século XVII. Imaginário e costumes esses influenciados pela cultura barroca ibérica e constituídos pela interação desta com a sociedade colonial açucareira.<sup>24</sup>

Em busca de compreender e contextualizar as camadas livres pobres dos núcleos urbanos canavieiros da capitania de Pernambuco, e para reconstruir as relações estabelecidas por estes grupos sociais no segundo período português, precisamos refletir

---

<sup>23</sup> PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. *Breve Compêndio do Que Vai Obrando Neste Governo de Pernambuco o Senhor Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho*. apud MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Pernambuco ao Tempo do Governador Câmara Coutinho (1689-1690)*. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. LI. Recife, 1979. Pp. 257-300. Pág. 259.

<sup>24</sup> Para definir imaginário, buscamos Castoriadis e seu conceito de instituição imaginária da sociedade. O filósofo apresenta a sociedade como um complexo de suas instituições particulares, normas, valores, técnicas, linguagem e procedimentos que compõem uma unidade à qual aderem os indivíduos por coerção, por consenso, mas principalmente porque esses indivíduos são fabricados pelas próprias instituições. Para ele, desse complexo surgem as significações imaginárias que encarnam e animam as instituições sociais. Essas significações são imaginárias porque não correspondem apenas a elementos *reais*, *concretos*. Elas existem enquanto são instituídas e compartilhadas por um coletivo anônimo. É a própria sociedade que determina o que é o e que não é *real*, correspondendo à mesma a um sistema de interpretação do mundo, sendo que, na dimensão imaginária, toda significação remete a um sem número de outras significações. CASTORIADI, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto - Os Domínios do Homem** Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. Pp. 228-240. Para Castoriadis, a instituição total da sociedade possui tanto uma dimensão imaginária, quanto uma dimensão que chama de *conjuntista-identitária*, ou *lógica*, que corresponderia às relações, classes, propriedades, ou seja, a todos os elementos tidos como definidos e distinto pela sociedade, em contraste com a dimensão imaginária, tido como indefinida. A nosso ver, essa dimensão conjuntista-identitária corresponderia às condições materiais de existência, às condições de vida expostas por Bosi, e o imaginário seria a dimensão de significados dos elementos tidos como indefinidos e não concretos pela sociedade.

sobre o imaginário cultural que enreda essas personagens.<sup>25</sup> Uma reflexão que nos levará ainda à própria construção da idéia de sertão como um espaço distinto e singular. Assim, iniciamos nosso trabalho procurando responder à questão de como pensam as pessoas livres da sociedade escravista açucareira, e que valores norteiam suas ações, seus desejos. Este questionamento apresenta-se como um dos pilares para a compreensão da totalidade do meio social, pois, uma vez que nosso objetivo é a observação de grupos sociais em mobilidade espacial na sociedade colonial, é preciso trabalhar aqueles aspectos que mais diretamente influem sobre atitudes e condições sociais de *vadios* e pobres produtivos.

Podemos considerar a sociedade urbana da área canvieira de fins do século XVII e do XVIII como de cultura barroca colonial. A influência cultural do barroco ibérico é bastante sensível nas cidades do açúcar, marcando as condições de vida dos pobres livres urbanos, uma vez que estas condições estão vinculadas ao status social que essas camadas possuem dentro dos modelos estamentais ibéricos.

Nesse contexto, apesar da escravidão ser a estrutura básica da sociedade colonial, e das relações sociais fundamentais estarem pautadas no complexo senhor/escravo, a sociedade açucareira tem como referência ideal a sociedade de ordens do *antigo regime* metropolitano, cuja diferenciação de grupos sociais se baseia tanto na natureza dos direitos e privilégios de cada grupo quanto na posse ou não do estatuto de nobreza. A estrutura social escravista, por sua vez, está baseada na propriedade escrava e não em direitos e privilégios estamentais, o que leva a realidade colonial a entrar em choque com o ideal que almeja para si.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Trabalhamos aqui com as definições de Georges Duby, que considera o imaginário como próximo à ideologia, definida esta como sistema de representações, repositório de imagens, mitos e idéias, dotada de papel social próprio dentro da sociedade, sendo que nesta última coexistem diferentes sistemas de representações. Cf. DUBY, Georges. *História Social e Ideologias das Sociedades*. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1976. O mesmo pode ser visto em BURKE, Peter. **A Escola dos Annales - 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia** São Paulo: Ed. Unesp. 1991. Importante também para o estudo que estamos realizando é o trabalho de Serge Gruzinski para o mundo colonial hispânico. Para ele, existem tantos imaginários quanto grupos étnicos e sociais, mas na América colonial ibérica todos partilham em diferentes graus do imaginário barroco que é a “*soma e articulação dos imaginários que o configuram*”. GRUZINSKI, Serge. Do barroco ao neobarroco – fontes coloniais dos tempos pós-modernos: o caso mexicano. In CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf (org). **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: Centro Angel Rama/Edusp.2001. pp. 75-89, pág. 86.

<sup>26</sup> Observar essa discussão em JANCSÓ, István. **Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba. 1996. Págs. 70-71, 74.

Por outro lado, essa dualidade entre a estrutura sócio-econômica gerada pela escravidão e o ideário estamental, favorece o desenvolvimento de uma cultura própria, onde a ordem estamental é transformada pela existência de situações advindas da realidade agroexportadora e escravista. Nesse sentido é que podemos falar de uma cultura barroca mestiça, idealizada a partir dos estamentos ibéricos e construída sobre uma base colonial.

Por sua vez, uma vez que estamos tratando de uma sociedade açucareira voltada para o mercado externo, tanto pobres produtivos quanto *vadios*, desvinculados da produção canavieira, são considerados secundários à economia central. No caso dos *vadios*, as flutuações do mercado do açúcar pouco os atingem, dependentes que são de furtos e mendicância ou de uma existência itinerante. Já os pobres produtivos, os pequenos comerciantes e artesãos ou roceiros, apesar da distância do centro da economia açucareira, fazem parte do mercado interno de abastecimento e são bastante influenciados pela dinâmica do trabalho escravo.

Neste cenário, o imaginário e os valores culturais têm uma importância *sui generis*, pois não é a busca direta por melhores condições econômicas ou por atividades profissionais mais lucrativas que empurra esses personagens para a organização militar régia, mas sim os valores dominantes no imaginário social da área açucareira que, no caso dos *vadios*, apresenta-os como os únicos elementos aptos para as tropas regulares e, no caso dos pobres produtivos, leva-os a almejar uma ascensão social e suntuária muitas vezes possível apenas nas milícias e no oficialato burocrático. Atentemos para o fato, todavia, de que os elementos econômicos e culturais estão intrinsecamente ligados, um levando ao outro: ou seja, uma boa posição econômica pode levar a um extrato social mais alto, e um status social prestigiado pode fornecer elementos para a melhoria das condições materiais de existência.

A cultura colonial açucareira, apesar de herdeira direta dos múltiplos valores culturais ibéricos não pode ser, todavia, definida como uma cópia exata. A influência dos africanos e seus descendentes é grande no próprio imaginário barroco. E uma vez que os *henriques*, milicianos negros, constituem parte significativa dos personagens por nós observados, precisamos refletir sobre os limites de sua adesão aos valores dominantes da sociedade urbana açucareira a partir da percepção das trocas e influências culturais múltiplas desse cenário.

É dentro dessa perspectiva que entendemos o universo cultural na colônia como um todo dinâmico onde os diferentes grupos sociais influem uns sobre os outros, ainda que um grupo domine e prevaleça. Esse dinamismo gera tanto um hibridismo cultural quanto uma coexistência de heranças diversas.<sup>27</sup> Assim, as mestiçagens culturais, predominantes em toda a América a partir do século XVII, permitem que os atores coloniais criem interpretações culturais que fogem dos padrões ibéricos, mas que também dissolvem as identidades africanas e indígenas em favor de construções novas.

As mestiçagens e a dominação colonial misturam, dessa forma, diversas identidades nos mesmos indivíduos: um mesmo personagem possui uma identidade fornecida pelo colonizador, uma identidade mestiça, e talvez uma identidade *alternativa*, como nobre indígena, por exemplo. Mas o que parece proliferar são as identidades mestiças, frutos da absorção parcial de diferentes elementos culturais, moldadas por indivíduos desaculturados, desempenhando diferentes personalidades ao mesmo tempo e buscando a sobrevivência em meios sociais contraditórios.

Assim sendo, podemos considerar que existem tantos imaginários quanto grupos sociais, étnicos e meios sociais na colônia, compartilhando todos da natureza mestiça dessa sociedade. Apesar disso, estão todos articulados por um imaginário barroco, que, defendido pelas elites, pretende se impor aos diversos personagens americanos.<sup>28</sup> Nesse sentido, o imaginário barroco, moldado em padrões ibéricos e reinterpretado pelas diferentes identidades mestiças coloniais, torna-se o imaginário dominante no mundo colonial açucareiro.

Considerando que dentro dessa cultura barroca mestiça convivem movimentos culturais de hibridismo com outros que privilegiam as permanências de traços das culturas originais, procuramos observar o processo de assimilação pelos libertos, africanos e seus descendentes, mestiços ou não, dos valores dominantes na sociedade açucareira. Valores cuja base é o imaginário barroco ibérico. Sabemos que nessa sociedade os libertos e seus descendentes mantêm em vários níveis heranças culturais africanas vivas. Nas irmandades de cor, por exemplo, é possível encontrarmos a coexistência dos dois movimentos culturais

---

<sup>27</sup> Tal visão é defendida por PAIVA. Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2001. p. 32, 38.

<sup>28</sup> Para essa discussão acerca do imaginário barroco e da natureza da mestiçagem cultural na América, Cf. GRUZINSKI.in CHIAPPINI; AGUIAR Op. cit. pp. 75-98.

vistos acima, o de manutenção de traços culturais africanos e o de assimilação de valores culturais barrocos, indicando uma mestiçagem cultural que reinterpreta valores ibéricos e africanos na mesma instituição. Por outro lado, os negros milicianos, sejam libertos ou descendentes, assim como os pardos, são personagens que buscam se adaptar aos valores dominantes: através do enriquecimento, buscam acender socialmente, assimilando valores barrocos que os distinguem das camadas mais baixa e os afastam dos estigmas da escravidão. Para isso apóiam-se na ostentação do luxo e da posse de postos honoríficos, uma vez que a ostentação do ócio nem sempre lhes é acessível.

E é ao analisar essas variantes culturais da sociedade açucareira que nos defrontamos com as percepções e identidades construídas em torno dos militares profissionais e milicianos, identidades essas de caráter barroco e mestiço. No caso dos milicianos, suas ações são pautadas muitas vezes por uma busca pela valorização, pelo prestígio social. O que caracteriza um tipo de coerção por pressão social exercido pelo sistema de valores dominante sobre determinados grupos sociais. Os soldados regulares, por sua vez, os mais marginalizados dentre os homens livres na sociedade açucareira, pouco podem aspirar a melhorias de status nas vilas açucareiras, e assimilam também o papel inferior que a ordem vigente lhes impõe.<sup>29</sup>

Os papéis sociais dos pobres livres dentro da sociedade colonial são, dessa forma, influenciados pelo imaginário que os cerca. E uma das mais significativas características sócio-culturais desse imaginário é o desprezo pelo trabalho manual. Um desprezo que é anterior à escravidão colonial: está presente na mentalidade ocidental clássica e se desenvolve no período barroco, momento do apogeu dos impérios ibéricos e do 'século de ouro' espanhol.<sup>30</sup>

Que o sistema de valores dominantes na sociedade açucareira corrobora e muitas vezes define os papéis e funções sociais podemos ver já na afirmação de Laima Mesgravis, de que "*a liberdade ou a posse de outros homens não era suficiente para o exercício do poder ou gozo da estima social*". Uma afirmação que aponta para o fato de que para o

---

<sup>29</sup>CF. SILVA, Kalina Vanderlei. *Da Vilíssima Canalha – Uma Reflexão Sobre o Imaginário Colonial Acerca dos Soldados da Coroa Portuguesa na Área do Açúcar. CLIO - Série História do Nordeste*. n.º 19. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, UFPE, 2001. PP. 31-47.

<sup>30</sup>Algumas análises históricas percebem esse desprezo como consequência de que o trabalho mecânico no mundo colonial é ocupação de escravos. Cf. CUNHA, Luís Antônio. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Unesp, Brasília: Flacso. 2000.

aproveitamento da estima social é preciso que o indivíduo seja ‘*homem bom*’ e não padeça de “*acidentes de mecanismo*”.<sup>31</sup> O ‘*homem bom*’ é o proprietário de terras na colônia, distinto da massa de homens livres tanto pelo número de escravos que possui, quanto pela própria natureza da posse de terras, que remete à nobreza ibérica medieval fundamentada sobre o latifúndio. Mas o título ‘*homem bom*’ remete também à fidalguia dos *Quinhentos* e *Seiscentos*, também herdeira da reconquista peninsular, sem linhagem nobre no sangue, obrigada a se distinguir através de demonstrações de nobreza perante a riqueza da burguesia.

Nessa perspectiva, nossa visão da cultura ibero-americana apóia-se na idéia de que:

*“A estrutura de uma sociedade não depende apenas, com efeito, de um sistema de produção e do modo como se distribuem as riquezas entre os grupos, os estratos e as classes. Ela é muito diretamente informada pelo que depende do ritual, pelo que decorre dos poderes que não são unicamente de essência econômica, pela maneira pela qual essa sociedade toma consciência de si mesma, pelo sistema de referências que ela respeita, pelo vocabulário que emprega, por fenômenos que pertencem ao domínio da cultura, e da ideologia, cujo movimento se liga estritamente, é claro, ao das estruturas econômicas, mas não está em estreita sincronia com ele”.*<sup>32</sup>

E dessa interconexão entre o contexto econômico, as relações sociais e as concepções imaginárias de sua sociedade é que a cultura barroca surge dentro de um mundo em transição, onde os antigos valores da nobreza guerreira começam a se chocar com a ascendente burguesia ibérica. Os valores burgueses, assim como seu poderio econômico, vão dessa forma influir e se chocar com a velha sociedade estamental da Península Ibérica, mas não conseguem alterar os valores dominantes a ponto de exercer uma ruptura. Pelo contrário, a cultura da nobreza se fortalece no culto à fidalguia, e a burguesia busca compreender e se inserir nesse sistema de valores para ascender, por sua vez, ao status de nobreza.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> MESGRAVIS, Laima. *Os Aspectos Estamentais da Estrutura Social do Brasil Colônia*. Estudos Econômicos. São Paulo. 13 (especial): 799-812. 1983. P. 799

<sup>32</sup> DUBY, Georges. *A Sociedade Cavalheresca*. São Paulo: Martins Fontes. 1989. P. 140.

<sup>33</sup> Maravall defende que o barroco como sistema de valores nasce da crise econômica e social que molda a percepção ibérica de moderno no século XVI. Crise em parte gerada pela ascensão dos burgueses, e que fornece campo para a formação da estrutura sócio-política barroca, caracterizada por uma monarquia nacional apoiada na nobreza, no caso espanhol. MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco – Análise de Uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial. 1997. P. 65-66, 77. Para Portugal devemos considerar os diferentes direcionamentos do Estado, e considerar que, em geral, o absolutismo não se baseia

Na sociedade colonial, por outro lado, a escravidão aprofunda o imaginário hierárquico ibérico, fornecendo novos elementos culturais para a desqualificação social, como a questão cor, e intensificando o anterior desprezo social pelo trabalho mecânico.

A cultura barroca é assim filha da ascensão econômica da burguesia e da resistência cultural da nobreza na Península Ibérica moderna. Os valores burgueses que então se opõem aos valores aristocráticos dominantes na Península estão em ascensão desde a formação dos Estados ibéricos. Esses Estados por sua vez têm em suas origens a primazia da nobreza guerreira sobre a sociedade, durante a reconquista ibérica medieval. Situação que gera uma série de regras de comportamento que irão distinguir, mais tarde, os nobres no barroco. Entre essas, talvez uma das mais importantes seja a proibição do trabalho manual aos fidalgos.<sup>34</sup> Dessa forma, enquanto os impérios ibéricos ascendem, neles se percebe a criação de uma cultura baseada nos valores da fidalguia, valorizando o ócio e a ostentação, condenando os valores burgueses do trabalho. É o imaginário em torno dessa camada social, a fidalguia, que prevalece nos séculos XVI e XVII na Península.

A ascensão da cultura fidalga em Portugal e Espanha é perceptível, nesse momento, na distinção jurídica da sociedade, na hierarquia social sancionada pela lei, que estabelece diferentes privilégios e punições para a nobreza. Privilégios, em muitos pontos, suntuários, como o uso exclusivo de determinadas formas de tratamento, e de determinados tecidos.<sup>35</sup> Mas os estatutos legais já não são suficientes para discriminar as *peças de mor qualidade* dos enriquecidos burgueses. É nesse ponto que a nobreza vai revalorizar a etiqueta e as regras de comportamento como fator de hierarquização social.

O ideal barroco é construído, dessa forma, em torno do *'hidalgo'* castelhano, pequeno nobre sem propriedades, e de seu desprezo pela riqueza adquirida através do comércio e das atividades burguesas. A *hidalguia* surge, então, como um complexo de qualidades éticas que despreza o enriquecimento *'vil'* dos burgueses.<sup>36</sup> Essa é a essência do imaginário

---

tão somente na nobreza, mas vive do conflito desta com a burguesia que fortalece o Estado nacional. Segundo Vera Lúcia Ferlini, o fortalecimento do Estado português vem da centralização do poder, da articulação pelo Estado de elementos da ordem feudal e elementos da nova ordem mercantil. Cf. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder – O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial**. São Paulo: Brasiliense. 1988. P. 24-36.

<sup>34</sup> MESGRAVIS. Op. cit. p. 801

<sup>35</sup> Para a observação das características culturais do barroco ibérico ver: FRANÇA, Eduardo D'Oliveria. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1997; MARAVALL. Op. cit; RIBEIRO, Renato Janine. **A Etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

<sup>36</sup> FRANÇA. Op. cit. p. 79.



barroco, a essência do *hidalgo* ideal que despreza o '*caballero*' elevado à nobreza pela riqueza. Um imaginário idealista que fornece alicerces para uma cultura elitista e suas estruturas mentais, mas que não corresponde às atitudes cotidianas da pequena nobreza ibérica, ansiosa por novas fontes de renda.

Mas a fidalguia ibérica, ainda que não siga seus próprios ideais à risca, procura mantê-los vivos tanto na ostentação pública de festas religiosas e cortes, quanto na manifestação particular do trajar diário.<sup>37</sup>

Portugal sustenta essa cultura da ostentação e do ócio a partir de uma herança castelhana: Os ideais fidalgos já existem na corte de Bragança ainda antes desta se tornar a legítima casa real portuguesa, e bem antes da ostentação do ouro mineiro de D. João V. no entanto, o imaginário barroco português pode ser percebido já em fins do XVI, época de Filipe II de Espanha e sua união de coroas, ainda que o fidalgo português seja diferente do espanhol em detalhes<sup>38</sup>.

A predominância do imaginário barroco na colônia açucareira, por sua vez, associa-se ao desprezo pelo trabalho manual e à busca dos oficiais mecânicos por ascenderem socialmente através de quaisquer meios. A demanda pela ascensão social é um elemento de importância na cultura barroca, iniciada pela burguesia ibérica que, desprezada pelo lucro que a torna forte, persegue a compra de títulos de fidalguia. Por outro lado, a dualidade barroca está justamente no fato de que seu outro grande fator definidor é o investimento em ostentação e etiqueta feito pela nobreza contra a própria burguesia.

Mas o barroco não é apenas um jogo de espelhos entre nobreza e burguesia. Ele funciona também contra os desassossegos de uma *plebe* atingida por pestes e fome, e que preocupa o Estado absoluto senhorial. E é através dessas preocupações que Estado e elites criam mecanismos que superam a repressão meramente física. Mecanismos que utilizam a

---

<sup>37</sup> Para a observação das cerimônias públicas na Península Ibérica e na América Portuguesa Cf. JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org). **Festa - Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. 2 vols. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial. 2001. A ostentação é uma das mais marcantes características barrocas que proliferam na América Hispânica, como nos mostra GRUZINSKI. In CHIAPPINI; AGUIAR. Op. cit. p. 86. Essa ostentação podemos ver na colônia no luxo das vestimentas das escravas, que trajam '*sedas, telas e ouro*', motivo de apreensão por parte da Igreja. Cf. LARA, Silvia Hunold. Sedas, Panos e Balangandãs: O Traje das Senhoras e Escravas nas Cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (Século XVIII). IN SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Brasil – Colonização e Escravidão** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. Pp. 177-191. Com relação à ostentação nas festas públicas, Cf. ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios – Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Unb/José Olympio ed. 1993; e TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34. 2000.

<sup>38</sup> FRANÇA. Op. cit. P. 109-110; 118.

persuasão para integrar os tipos sociais que se busca controlar dentro dos desígnios do imaginário dominante. Ao observarmos as características sociais do barroco, percebemos que sua base é o controle da massa urbana, através principalmente de sua cooptação cultural.<sup>39</sup> A Igreja do Seiscentos, por exemplo, abusa das festividades públicas, da ostentação e do luxo, para criar uma empatia com o povo. E seu modelo vai ser seguido por autoridades metropolitanas e coloniais. Interessante é perceber, por outro lado, que apesar das diferenças entre o catolicismo colonial e as regulamentações tridentinas, os costumes barrocos são assimilados pela colônia, em parte postos pela Coroa, em parte trazidos pelos próprios migrantes reinóis.

Para o imaginário barroco, o acirramento das distinções sociais age como impulsionador dos grupos sociais mais baixos na hierarquia no sentido de uma busca por meios de se distinguir. Essas distinções sociais, a *'limpieza de sangre'*, que na metrópole pretende atingir principalmente cristãos-novos, na colônia se ampliam para perseguir também mulatos, negros, índios, e trabalhadores mecânicos.

Na sociedade colonial açucareira, também a escravidão herda traços culturais da estratificação social metropolitana, do estamento barroco que compõe sua base jurídica, que distingue legalmente escravos e livres.<sup>40</sup> Mas para além da distinção escravos/livres, a base da sociedade colonial está na distinção *'peões'* / *'pessoas de mor qualidade'*.<sup>41</sup> Uma distinção que se fundamenta na própria ordem estamental ibérica.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> Quem melhor percebe as funções de controle social da cultura barroca é Maravall. Ele analisa essa cultura a partir de suas características conservadoras e de massa. MARAVALL. Op. cit. P. 88

<sup>40</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras. p. 209

<sup>41</sup> Idem. p. 210

<sup>42</sup> Sobre a distinção de *peões* e *pessoas de mor qualidade*, as Ordenações Filipinas, conjunto de leis que regem Portugal, Reino e império a partir do início do XVII, contém inúmeros casos. Por exemplo, no caso das disposições da herança e sucessão de pai para filho, sendo o pai *peão* herdará o filho legítimo ou natural, mas sendo o pai cavaleiro, fidalgo ou escudeiro, e não sendo oficial mecânico, "*nem havido e tratado por peão*", só herdam filhos legítimos, e na ausência deles os parentes mais próximos. Herdando os ilegítimos apenas em caso de vontade expressa por testamento do pai. **ORDENAÇÕES Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Edição 'fac-simile' da edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro. 1870. Livro IV, p. 942. ; Também regulamentações de caráter punitivo trazem as mesmas distinções entre privilégios e punições de acordo com o estamento do réu. Por exemplo, na regulamentação sobre os tormentos permitidos de serem aplicados ao réu, diz a lei: "*E os fidalgos, Cavalleiros, Doutores em Canones, ou em Leis, ou Medicina, feitos em Universidade per exame, Juizes e Vereadores de alguma Cidade, não serão mettidos a tormento, mas em lugar delle lhes será dada outra pena, que seja em arbitrio do Julgador, salvo crime de Lesa Magestade, aleivosia, falsidade, moeda falsa, testemunho falso, feitiçaria, sodomia, alcovitaria, furto: porque, segundo Direito, nestes caso não gozão de privilegio de Fidalguia, Cavallaria, ou Doutorado, mas serão atormentados e punidos, como cada hum outro povo.*" **ORDENANÇÓES Filipinas**. Op. cit. Livro V, p.

O papel social de cada ator social na cultura estamental barroca define-se, assim, pela ostentação do indivíduo que caracterizará sua posição social,<sup>43</sup> sendo o trabalho braçal, o dito '*trabalho mecânico*', um dos principais desqualificadores sociais. Nessa sociedade, o indivíduo é o que aparenta ser,<sup>44</sup> e por isso precisa investir na ostentação do ócio e do luxo. Uma ostentação que está intimamente ligada à sua classificação jurídica, e que gera diversas distinções legais proibindo, por exemplo, que '*peças de menor qualidade*' se vistam como nobres.

Mas a ostentação também é pública, promovida pela Igreja e pelo Estado para comover a massa, para criar empatia entre o povo, transformado em espectador, e o agente encomendador da obra, seja ela plástica ou teatral. Esse imaginário barroco já pode ser percebido na zona açucareira no século XVI e primeiras décadas do século XVII, na construção glamourosa de igrejas.<sup>45</sup> Os cronistas desse período ressaltam ainda a ostentação promovida pelos senhores de engenho. O Padre Fernão Cardim, por exemplo, descreve os veludos e damascos dos senhores olindenses no século XVI:

*“A gente da terra é honrada: há homens muito grossos de 40, 50, e 80 mil cruzados de seu: alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com a escravaria da Guiné; que lhe morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. Vestem-se, e as mulheres e filhos de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem frequentam as missas, pregações, confissões, etc.”*<sup>46</sup>

Aos gastos com o suntuário, juntam-se os vultosos gastos com a aquisição de escravos entre os principais motivos do endividamento dos senhores de engenho. Outros relatos nos mostram, todavia, que a ostentação vai mais longe, a ponto de não apenas vestir as senhoras de veludo e damascos, mas também as escravas com tecidos de luxo.

---

1310. *Grifo Nosso*. As repercussões sociais que a hierarquia barroca exerce nas condições de vida de *peças de melhor qualidade e peões* ficam, assim, expressas na lei.

<sup>43</sup> SCHWARTZ. Op. cit. p. 210.

<sup>44</sup> FRANÇA. Op. cit.

<sup>45</sup> MENEZES, José Luis da Mota. **O Barroco no País do Açúcar**. Recife, 2000. (Mimeografado)

<sup>46</sup> CARDIM, Pe. Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1978. P. 201. e ARAÚJO. Op. cit. P. 114.

A arte barroca é classicamente posta como tendo seu apogeu português e colonial no século XVIII, principalmente nas cidades auríferas.<sup>47</sup> No entanto, os séculos XVI e XVII na zona açucareira não podem ser isolados do barroco, visto já possuírem diversas das características desse momento: a produção artística por encomenda, o engrandecimento da religião, as práticas de ostentação pública. Nessa perspectiva, a riqueza canavieira do último quartel do século XVI permite o desenvolvimento de um primeiro ciclo monumental arquitetônico colonial.<sup>48</sup>

As festas, por sua vez, caracterizam-se como a principal atividade sócio-cultural barroca, e são perceptíveis na colônia açucareira mobilizando toda a sociedade. São eventos religiosos, públicos e profanos, onde todas as camadas sociais participam inseridas em hierarquias próprias, cada grupo conhecendo sua função e seu papel determinado no evento. Organizados a partir das irmandades, das corporações de ofício, e mesmo dos conventos, diversos grupos sociais, distintos por cor, etnia ou mesmo por profissão, participam das procissões e festejos contribuindo com danças e apresentações próprias.<sup>49</sup> É o caso da festa de São Gonçalo Garcia, padroeiro dos homens pardos, em 1745 no Recife: uma procissão organizada pela irmandade parda, mas que apresenta uma opulência poucas vezes registrada para o Recife colonial.<sup>50</sup>

A monumentalidade arquitetônica, as festas, a opulência no vestuário, são características culturais do sistema de valores implantado pela elite açucareira colonial que quer ser espelho de Portugal. Lá a fidalguia domina a cena, aqui senhores de engenho e ricos proprietários tomam para si os encargos de patrocinarem a arte e a ostentação que caracterizam os fidalgos ibéricos. O povo, alvo das tentativas persuasórias barrocas, assimila na colônia traços dessa cultura. É notável, nesse sentido, que um número significativo de igrejas nas vilas do açúcar em Pernambuco seja construído pela própria população congregada em irmandades. A formação de irmandades leigas nessas vilas açucareiras aponta, assim, para a assimilação de ideais e projeções barrocas pelas camadas populares, ainda que seja uma assimilação parcial. Da mesma forma, o trabalho de artistas

---

<sup>47</sup> Cf. ÁVILA, Affonso. **O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco I: Uma Linguagem a dos Cortes, Uma Consciência a dos Luces**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1994.

<sup>48</sup> MENEZES. Op. Cit. P.3.

<sup>49</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia R. de. **Festas: Máscaras do Tempo - Entrudo, Mascarada e Frevo no Carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1996. P. 55

<sup>50</sup> Para a festa de São Gonçalo Garcia no Recife, Cf. ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa. **A Redenção dos Pardos: A Festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745**. In JANCSÓ; KANTOR. Op. cit. pp. 419-444.

negros e mestiços, compondo obras em talha e pintura, refletem padrões barrocos, miscigenados com elementos nativos e africanos, produzindo regras e representações culturais novas e próprias do mundo colonial.<sup>51</sup>

Mas o traço cultural oriundo do imaginário barroco que, assimilado pela população e intensificado pela escravidão, marca a sociedade livre indelevelmente é o desprezo pelo trabalho. Esse desprezo pode ser encontrado tanto entre os senhores e ricos comerciantes, como também no seio da própria população pobre, que tem por atividade profissional o trabalho mecânico.

E uma vez que o ofício mecânico desqualifica socialmente, mesmo o enriquecimento dele advindo traz *máculas de sangue*. Nesse sentido, o estilo de vida considerado ‘*bem viver*’ está marcado pela ostentação do ócio:<sup>52</sup> “*O tempo livre do trabalho devia ser aplicado em demonstração de prestígio: ser reconhecido ou conversar com alguém importante na rua, ou, melhor ainda, ser recebido na casa de personagem influente ou (suprema glória!) recebê-lo em sua própria casa.*”<sup>53</sup>

O status de ‘*máculas de sangue*’ possuído pelo trabalho mecânico na lei portuguesa iguala quem o exerce a um descendente de mouros, judeus, negros ou índios, desclassificando-o, assim, para a ascensão social ao status de ‘*pessoa de mor qualidade*’. No mundo colonial é perceptível a dificuldade de uma elite sem liames com nenhuma dessas ‘*máculas*’, mas o ideal nem por isso é menos forte, como indicam as exigências para o ingresso na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, uma das irmandades mais conservadoras do *status quo* estamental do mundo colonial.

O compromisso da Santa Casa de Misericórdia da Bahia de 1618 traz exigências similares à instituição reinol: exige-se limpeza de sangue mouro ou judeu, ausência de

---

<sup>51</sup> MENEZES. Op. cit. p. 5. Sobre a assimilação e transformação cultural que os mestiços coloniais operam sobre os ditames artísticos europeus na América Hispânica, Cf. GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. p. 19, 45, 63. Precisamos, ressaltar, no entanto, que Gruzinsky critica o uso do conceito de América Barroca, acreditando que o mesmo pode ser generalizante demais. Idem, 54.

<sup>52</sup> A definição de *Bem Viver* pode ser encontrada em MORAES, Douglas Batista de. **Bem Nascer, Bem Viver, Bem Morrer – A Administração dos Sacramentos da Igreja Católica em Pernambuco, de 1650 – 1790**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

<sup>53</sup> ARAÚJO. **O Teatro dos Vícios – Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial**. Op. cit. p.113.

delitos escandalosos, e que o peticionário a irmão esteja isento de trabalhar com as mãos.<sup>54</sup> Podemos ver constituição similar na Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife, também uma irmandade da elite latifundiária.<sup>55</sup> As irmandades leigas são tanto representantes das hierarquias sociais vigentes quanto conservadoras dessas hierarquias. As instituições que congregam as elites açucareiras demonstram uma hierarquia latente em seu interior: desigualdade de direitos e privilégios entre homens e mulheres e irmãos de *'maior condição'* e irmãos menores.<sup>56</sup> A elite açucareira procura, assim, refletir a sociedade de ordens do imaginário ibérico. As irmandades de negros, todavia, conhecem uma maior igualdade entre seus irmãos, sejam homens e mulheres, ou livres e escravos.

Por outro lado, da mesma forma que a elite açucareira espelha-se na fidalguia ibérica, a população livre pobre espelha-se na elite açucareira. A cultura popular é bem mais complexa que a simples cópia da elite,<sup>57</sup> visto que as influências da população escrava nascida na África e seus descendentes, e da população americana nativa, são significativas e muitas vezes dominantes na formação dessa cultura popular.<sup>58</sup> Mas, por outro lado, significativa nesta formação também é a influência do imaginário ibérico, do desprezo pelo trabalho, do prestígio através da ostentação e do ócio.

Se observarmos a sociedade açucareira do ponto de vista do projeto colonial metropolitano, a elite açucareira e os grandes comerciantes são os únicos elementos considerados produtivos, além dos escravos. No entanto, a dinâmica interna da sociedade, criada à revelia do projeto colonizador, gera diversos grupos sociais que sustentam e subsidiam a existência da própria produção de açúcar e dos grupos atrelados a ela. Mas

---

<sup>54</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos – A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília, ed. da UNB, 1981. P. 95

<sup>55</sup> Ver irmandade do Santíssimo Sacramento como instituição de elite para a limpeza de sangue em ASSIS, Virgínia Almoêdo. **Pretos e Brancos – A Serviço de uma Ideologia de Dominação (Caso das Irmandades do Recife)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

<sup>56</sup> Cf. RUSSEL-WOOD. Op. cit. p. 15. E ASSIS. Op. cit.

<sup>57</sup> Para uma discussão sobre os limites entre cultura popular e cultura das elites Cf. BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. P. 15-27.

<sup>58</sup> Falar de cultura popular colonial é uma proposição vaga, pois diversos grupos coexistem nas camadas populares dessa sociedade, trazendo influências diferenciadas. Os escravos africanos não podem, tampouco, ser vistos de forma homogênea, oriundos que são de culturas bastante distintas. Cf. TINHORÃO. Op. Cit. p. 79-102; 133-159. Sobre a organização do Rei do Congo em Pernambuco, Cf. TORRES, Cláudia Viana. **Um Reinado de Negros em um Estado de Brancos – Organização de Escravos Urbanos em Recife no Final do Século XVIII e Início do XIX (1774-1815)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. E para Minas Gerais, PAIVA. Op. cit.

além do dado econômico, há em todo o processo de colonização a busca pelo enraizamento, pela recriação da sociedade metropolitana, e isso tem no aspecto sócio-cultural o seu grande veículo.<sup>59</sup>

Conhecer o imaginário barroco vigente nas povoações e vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII nos ajuda, dessa forma, a entender as aspirações das pessoas oriundas das camadas mais baixas da estrutura estamental colonial, as camadas periféricas à produção açucareira. Podemos, dentro dessa perspectiva, observar que os valores culturais influem na participação desses grupos sociais na vida social das vilas açucareiras, principalmente no caso dos pobres produtivos, ou seja, os oficiais mecânicos. As atitudes dos libertos, por exemplo, ao ingressarem nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, participando junto aos escravos, ou sua postura nas milícias de *henriques*, servindo à ordem escravista, estão repletas de valores impostos pela cultura barroca colonial e reinterpretados à luz das condições sociais de cada grupo. Mas também a opção que libertos, pardos e brancos pobres podem fazer pela mendicância, em vez da inserção no grupo de pobres produtivos, pode indicar uma assimilação e adaptação desse imaginário dominante, onde é preferível mendigar a exercer o degradante ofício mecânico.

Por outro lado, é esse imaginário barroco mestiço das vilas açucareiras que vai significar o interior das capitanias do norte do Estado do Brasil como o *sertão*. É preciso considerar ainda que o cenário urbano atua como catalisador na fusão de representações e imagens construídas pelos grupos sociais livres intermediários da sociedade açucareira. Assim, para conhecer as condições sociais dos pobres produtivos e dos *vadios* precisamos antes conhecer o contexto urbano que os alimenta, e esse contexto é constituído pelas vilas açucareiras da capitania de Pernambuco. Ao entendermos, por sua vez, o cenário das vilas açucareiras e os grupos livres que o habitam, podemos começar a seguir as pistas que nos levarão a deslindar a participação desses personagens na *guerra dos bárbaros* e a própria construção da idéia de sertão e da sociedade sertaneja.

---

<sup>59</sup> A idéia de colônia como o espaço da reprodução da cultura metropolitana pode ser vista em BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

## 1.2 - CENÁRIO URBANO: RECIFE E OLINDA NO SEGUNDO PERÍODO PORTUGUÊS

*“A cabeça e metrópole de todo Pernambuco é a cidade de Olinda, donde de presente manda Sua Majestade assistir a pessoa do Governador e mais tribunais de justiça. Esta cidade foi antigamente muito populosa, rica e autorizada, com grandes e formosas casarias de pedra e cal, todas de dois e de três sobrados, e famílias muito nobres, donde havia grande e considerável negócio e muita abastada de riquezas, pelos muitos navios que vinham de Buenos Aires carregado de patacaria. É a maior e mais bem fundada que houve em toda a América, que era comparada a Lisboa. Lá disse João de Barros nas Décadas, falando das cidades do mundo, que só Lisboa era singular e como esta corria parelhas com ela, não tendo mais que a engrandecer; porém, estando logrando o auge de sua felicidade e as delícias de sua vangloria, chegou sobre ela, por pecados, aquele cruel açoite do inimigo Holandês, que depois de a saquear de grandes tesouros a queimou e destruiu, com que ficou arruinada de todo, de que hoje não há mais que umas memórias dos arruinados edificios que ainda hoje estão mostrando o que fora e hoje haverá nela 500 fogos de gente pobre e casas pequenas, que os ricos todos moram por fora, por suas fazendas.”<sup>60</sup>*

*Gregório Varela de Berredo Pereira.*

O relato acima, escrito pelo Capitão Varela Berredo em 1690, apresenta-nos uma visão saudosista de Olinda que, segundo esse discurso, de metrópole comparável à Lisboa no *Quinhentos*, passa a cidade arruinada, lar de pobreza e decadência no *Seiscentos*.

A postura do cronista ilustra o imaginário das camadas urbanas livres sobre o ambiente que as mantém. E o contexto urbano é um fator influente nas condições sociais de pobres e *vadios* do açúcar, uma vez que as características próprias às vilas canavieiras atuam na formação do cotidiano e imaginário desses personagens.

A própria definição dos núcleos urbanos açucareiros já é em si um elemento significativo, pois o cenário urbano na América portuguesa muitas vezes tem limites indefinidos com o espaço rural. Nesses núcleos urbanos, a diferença entre arrabaldes e aldeias rurais nem sempre é perceptível, como é o caso da freguesia da Várzea, pertencente ao Recife, no século XVIII: um arrabalde no centro da área de engenhos. Ou seja, um espaço com definições rurais e urbanas ao mesmo tempo.

---

<sup>60</sup> PEREIRA. Op. Cit. P. 281.



O núcleo urbano na América portuguesa parece, assim, se distinguir do espaço rural que o cerca e que se mescla com ele, principalmente pela diversidade de atividades profissionais que sustenta.<sup>61</sup> E é essa diversidade de atividades que permite a coexistência de um número significativo de pessoas nos núcleos urbanos canavieiros, e que favorece o desenvolvimento de um comércio interno próspero que abastece e sustenta diversos grupos sociais livres.<sup>62</sup>

E é dentro desse contexto que Recife e Olinda se definem como o cenário principal para a atuação os grupos sociais recrutados pela Coroa na *guerra dos bárbaros*; núcleos que integram, por sua vez, uma extensa rede urbana na área açucareira da América portuguesa.

Nossa escolha de cenário nos leva, por outro lado, a uma definição de período. Uma definição que integra tempo e espaço para melhor delimitar o contexto político que serve de pano de fundo para os atores estudados. O segundo período português é, nesse sentido, um momento característico da capitania de Pernambuco e das capitanias do norte, iniciando-se em 1654 com a inserção de Pernambuco na órbita administrativa da Coroa portuguesa, e terminando com o processo de independência e a saída definitiva do Estado português deste território. É um momento singular para o território sob influência do governo de Pernambuco, visto ter distinções nítidas dos períodos anteriores: singularizando-se não apenas em confronto com a administração da WIC, mas também com a própria administração donatária. Por outro lado, distingue-se também da conjuntura contemporânea na Bahia pela série de problemas e especificidades geradas em Pernambuco com o fim da guerra de restauração.

---

<sup>61</sup> Para a discussão acerca da relação campo/cidade no mundo moderno, Cf. BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, Economia e Capitalismo - Séculos XV-XVIII. Vol. 1 - As Estruturas do Cotidiano: O possível e o Impossível.** São Paulo: Martins Fontes. 1997. P. 441-444. O mesmo para a definição do espaço urbano, assim como PAULA, João Antônio de. O Processo de Urbanização nas Américas no Século XVIII. In ZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial.** São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial. 2002. Pp. 77-94. P.78-79.

<sup>62</sup> Preferimos utilizar aqui o termo *núcleo urbano* e não *cidade* pelo primeiro ser amplamente empregado pela historiografia especializada em desenvolvimento urbano no período colonial e por não carregar os diversos significados intrínsecos que a palavra *cidade* possui. O termo *cidade*, na América portuguesa, refere-se especificamente a um núcleo urbano que tenha recebido esse status diretamente da administração régia. Contrasta com as *vilas*, núcleos fundados pelos donatários. Essa nomenclatura não corresponde necessariamente a uma hierarquia entre vilas e cidades, mas ambas são politicamente superiores às povoações, que poderiam ser quaisquer aglomerados urbanos. Para um aprofundamento na questão vilas/cidades na América portuguesa, Cf. ZANCHETTI, Silvio Mendes. **O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889).** 1989. Tes e (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo -USP. São Paulo. Pp. 13-27. Escolhemos dessa forma utilizar o termo *núcleo urbano* por este englobar todo tipo de aglomerado urbano, tenha este o status jurídico de cidade, vila ou povoação.

A inserção de Pernambuco na jurisdição régia é um fenômeno característico deste período, uma vez que antes do período holandês a capitania era particular e a Coroa mantinha pouco controle político sobre este território.<sup>63</sup> A partir de 1654 a capitania conhece uma nova fase, inserindo-se como parcela ativa dos territórios administrados pela Coroa, passando a ser gerida por um funcionário régio, um governador.

Devemos ressaltar que as singularidades do segundo período português estão nas grandes transformações políticas ocorridas na capitania e só possíveis devido não apenas ao atrelamento da capitania à Coroa, mas principalmente à forma como este é realizado. O brusco rompimento dos laços donatários, o governo da WIC, e a guerra de restauração efetivada com poderio de senhores de engenho geram nos senhores de Pernambuco uma percepção política que acredita na autonomia da capitania perante o governo geral, e em uma hegemonia sobre as capitanias anexas. Essa percepção leva a conflitos políticos com a autoridade do governo geral, conflitos que não tem as mesmas bases que os desenvolvidos no governo de Duarte Coelho, visto que este detinha privilégios de donatário não concedidos aos governadores de Pernambuco após a restauração.

A significância de realizar esse recorte temporal está na necessidade de distinguir o território sob a influência do governador de Pernambuco das outras regiões açucareiras no mesmo momento, como por exemplo, a Bahia. Esta, sob poder direto da Coroa desde 1548, e como capital colonial, tem durante o século XVII e XVIII características políticas que a distinguem de Pernambuco. Assim, o conceito de segundo período português pretende abarcar um corte temporal e espacial, começando em 1654 com a instalação do governo de Pernambuco e se estendendo até o fim do período colonial, no território sob controle direto desse governo, que abarca o Ceará, Paraíba, Rio Grande, Itamaracá e a Comarca do São Francisco. Pretende ainda ressaltar as características próprias desse momento dentro da zona canavieira: o aumento do poder político dos senhores de engenho e o confronto com os comerciantes; o crescimento de exército e milícias em Pernambuco e da influência da

---

<sup>63</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. O Segundo Período Português: A Construção de Pernambuco Enquanto Capitania Régia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: jul/set 2000. Para uma observação detalhada do processo político administrativo constitutivo da capitania de Pernambuco Cf. ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Palavra de Rei – Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco** 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

estrutura militar sobre a sociedade; a explosão dos conflitos de fronteira, significativamente Palmares; as brigas de jurisdição com o governo geral.

Assim sendo, o segundo período português é marcado por uma série de eventos e situações próprias que o governo de Pernambuco precisa enfrentar. Situações muitas vezes iniciadas pela própria instalação desse governo. É possível percebermos, então, que após a *guerra dos mascates*, o século XVIII é marcado por uma aparente estabilidade do governo de Pernambuco. Estabilidade esta, no entanto, cujas características - entre as quais a ampla influência sobre as capitanias anexas não é a menos importante - nascem da tumultuosa faz inicial do período.<sup>64</sup>

Durante esta fase de retomada do poder político e administrativo em Pernambuco e nas capitanias anexas, a Coroa portuguesa se defronta com a expansão territorial efetuada pelos colonos da região, e com os conflitos e obstáculos gerados por essa expansão. Tanto a repressão ao quilombo de Palmares, quanto a conquista dos territórios indígenas no sertão se inserem dentro desse contexto, e são realizadas com a participação ativa das tropas da Coroa na zona do açúcar. Essas tropas, por sua vez, são compostas por elementos retirados das camadas livres dos núcleos urbanos açucareiros. E em meio ao povoado mundo dos centros urbanos canavieiros das capitanias do norte, Recife e Olinda assumem um papel significativo pela importância política e social que tomam para si no período.

Nesse sentido, o início do segundo período português marca a ascensão política da povoação do Recife, sobressaindo-se pelo crescimento populacional e econômico, e o início da decadência da vila de Olinda, apesar das últimas décadas do século XVII e primeiras do século XVIII representarem ainda o ápice de sua influência política.

Economicamente, o segundo período da colonização portuguesa em Pernambuco é um momento de consolidação da indústria açucareira, apesar da crise pela qual passa a mesma indústria. Esta crise é visível nas décadas de 1680 e 1690, quando o preço do açúcar brasileiro corresponde a apenas 1/3 dos preços da década de 1650. E a recuperação

---

<sup>64</sup> As análises acerca do quadro político da área canavieira nos séculos XVII e XVIII estão em ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflito – aspectos da administração colonial**. Recife: Ed. Universitária - UFPE/ Ed. UFAL. 1997, em MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos - Nobres Contra Mascates Pernambuco 1666 – 1715**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, e em MELLO, Evaldo Cabral de. Prefácio. In COSTA, Pereira. F. A. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1983. 10 vols. Vol. 4. Pp XV-XXVI.

açucareira ocorrida na década de 1690 não chega a recuperar as perdas anteriores. A queda do preço do açúcar apenas agrava a situação política entre Recife e Olinda, porque:

*“Nesta conjuntura, a nobreza da terra ressentiu-se com a atuação do comércio reinol que monopolizando o crédito usurário à lavoura, a exportação de açúcar e o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, para não falar nos lucrativos contratos de arrematação de impostos, conseguia transferir os ônus da crise para o setor produtivo.”<sup>65</sup>*

Este também é o momento de desenvolvimento político da categoria dos comerciantes, em Pernambuco e Bahia.<sup>66</sup> Desenvolvimento simultâneo, a partir das primeiras décadas do XVIII, ao crescimento da pecuária sertaneja e ao setor de atanos nas vilas litorâneas. É significativa ainda a agricultura de subsistência existente nesta região e secundária à produção de cana: São pequenos lotes familiares de produção de mandioca e milho, em núcleos urbanos como a Paraíba, Goiana, São Miguel de Ipojuca,<sup>67</sup> produzindo para abastecer o mercado das vilas açucareiras. O setor de subsistência envolve diretamente a população livre pobre, desdobrando-se também na pesca. Sendo esta, por sua vez, uma atividade de importância significativa no abastecimento das povoações populosas da zona açucareira, como o Recife colonial, constituindo-se em um setor da economia de subsistência tão importante na região que leva o governo holandês a criar um mercado especializado em pescado para abastecer o Recife e a Cidade Maurícia.<sup>68</sup>

Além do peixe, também a coleta de caranguejos e mariscos assume função de destaque no abastecimento cotidiano da população da zona canavieira, principalmente para as camadas mais pobres dos núcleos urbanos. Essa atividade coletora movimenta uma

---

<sup>65</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue – Uma Parábola Familiar no Pernambuco Colonial**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2000. p. 41.

<sup>66</sup> SILVA, Luís Geraldo. **A Propriedade Mercantil e a Propriedade Colonial: Uma Abordagem Interpretativa da Economia Colonial do Nordeste (1690-1750)**. Caderno de História, Vol. 2. Recife, Departamento de História-UFPE. 1987. p. 13. E MELLO. In COSTA. Op. Cit. Vol. 4. Pp XV-XXVI.

<sup>67</sup> Uma produção para o mercado de Pernambuco. Cf. SILVA. **A Propriedade Mercantil e a Propriedade Colonial**. Op. cit. p. 15-16, 19. Para a Bahia, as vilas do Recôncavo também sustentam uma vultosa produção de gêneros de subsistência, principalmente de mandioca. Cf. BARICKMAN, B.J. **Um Contraponto Baiano – Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

<sup>68</sup> SILVA, Luiz Geraldo. **A Faina, a Festa e o Rito – Uma Etnografia Histórica Sobre as Gentes do Mar (Sécs. XVII ao XIX)**. São Paulo: Papirus. 2000. p.85.

importante parcela do comércio ambulante nesses núcleos,<sup>69</sup> e gravita, assim como a pesca e a agricultura de subsistência, em torno dos engenhos e dos núcleos urbanos da região.

Ambos, engenhos e núcleos urbanos, vivem na segunda metade do século XVII um período de turbulência, visível principalmente para a população urbana. As dificuldades passam pela devastação dos canaviais, resultado das guerras holandesas, e por epidemias e conflitos diversos, como a repressão a Palmares: tudo isso exercendo impacto considerável no cotidiano tanto da área rural quanto urbana. É a partir da década de 1670 que elementos oriundos das camadas urbanas livres são inseridos nas expedições régias contra o quilombo de Palmares. Sendo assim essa população livre também atingida pelo conflito que já desgastava os engenhos da região sul da área caveira de Pernambuco. Em 1685, por sua vez, uma epidemia de febre amarela assola o Recife, atingindo tanto a população escrava quanto a livre; no mesmo período, os levantes *‘tapuias’* levam a Coroa a exigir braços armados das povoações canavieiras. Além disso, a desorganização política e administrativa é a característica da nova jurisdição: desde o governo do primeiro governador de Pernambuco, Francisco Barreto Menezes, os exércitos inchados, o despovoamento da área rural e o banditismo generalizado são preocupações constantes da administração. Todos esses fatores, associados à desolação dos engenhos e à migração da população livre para o sul,<sup>70</sup> modificam o panorama social da região.

A situação política entre Olinda e Recife também se altera. A povoação do Recife crescera consideravelmente no período holandês, e com ela sua população urbana e seu grupo de comerciantes. Ao assumir a capitania, o governador Barreto de Menezes, um português com interesses comerciais, mantém a capital no Recife apesar dos protestos dos senhores de engenho sediados em Olinda. No entanto, com André Vidal de Negreiros, senhor de engenho paraibano que substitui Menezes no governo de Pernambuco, Olinda volta a ser a capital. Essa nova transferência causa uma série de questões políticas entre os senhores de engenho cuja sede de poder está em Olinda e comerciantes e governadores

---

<sup>69</sup> SILVA, A Faina, A Festa e o Rito. Op. cit. p. 85

<sup>70</sup> GUERRA, Flávio. **Nordeste – Um Século de Silêncio (1654-1755)**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco. 1984. p. 19.

portugueses, representados pelo Recife. Conflitos esses que desembocam na chamada ‘*guerra dos mascates*’, no século XVIII.<sup>71</sup>

No início do segundo período português, essas disputas políticas entre Olinda e Recife têm como pano de fundo o crescimento do Recife em termos de população e volume de comércio, em contraste com a estagnação de Olinda. Uma estagnação que se opõe à grande influência política que a Câmara de Olinda detém junto ao governo da capitania e às capitanias anexas. Por outro lado, o Recife é elevado, em 1655, à categoria de paróquia, invocando S. Frei Pedro Gonçalves,<sup>72</sup> o que indica o despontar de sua influência política fruto do crescimento urbano iniciado com a ocupação da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais. E mesmo durante a nova fase portuguesa, os limites urbanos do Recife estão ainda definidos pela estrutura montada no período nassoviano.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Para esse momento ver MELLO. **A Fronda dos Mazombos - Nobres Contra Mascates Pernambuco 1666 – 1715**. Op. cit.

<sup>72</sup> COSTA, Pereira. F. A. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1983. 10 vols. vol.2, p. 119.

<sup>73</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife: um Estudo de Microhistória Urbana. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, Vol. 1, 1978. Pp. 67-104. p.67.



**Figura 1** - 'PLANO da Villa de Santo Antonio do Recife em Pernambuco em Escala de 400 braças.' Desenho aquarelado 480 x 376 mm do acervo do Arquivo Militar de Lisboa/ Gabinete de Estudos de Fortificações e Obras Militares (lata 587, p. 52) de c. 1780. Apud FERREZ, Gilberto. *Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife. 1755-1855*. Recife: Fundarpe. 1984. P. 33.

Esta gravura, o '*Plano da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco*', baseado em um original de 1773, mapeia a Ilha do Recife e a Ilha de Santo Antônio, a antiga cidade Maurícia, apontando suas principais construções. Podemos, assim, além de observar a situação geográfica deste núcleo urbano no século XVIII, também localizar seus limites no *Seiscentos*, através das descrições oferecidas por outros documentos. Essa percepção espacial é importante visto que é deste cenário que saem a maior parte dos contingentes levados pela Coroa a combater na *guerra dos bárbaros* quando dos levantes tarairius no Rio Grande.

A partir dessas considerações, podemos perceber que a Ilha do Recife aparece, no século XVIII, pequena para o volume de ocupação urbana constatado entre os limites definidos da Fortaleza do Brum e da Igreja da Madre de Deus, assinalados no mapa. A escassez de espaço, que já no período holandês gera uma disputa por casas e terrenos,

continua visível nesse período. Enquanto isso, na Ilha de Santo Antônio, maior e mais espaçosa, percebemos um crescimento para o continente, que começa a ocupar terrenos além do Rio Capibaribe.

Em 1654, imediatamente após a expulsão da companhia holandesa, o povoado do Recife conta com 300 prédios, entre casas térreas e sobrados.<sup>74</sup> No norte da rua do Bom Jesus, também conhecida como rua dos Judeus, encontram-se as portas do Recife, de onde saem as paliçadas que restringem a cidade. Esse espaço está indicado no mapa entre o fortim do Bom Jesus e o de Bom Jesus das Portas. Perto da Igreja da Madre de Deus, por sua vez, surge a ponte nassoviana,<sup>75</sup> que liga o Recife à ilha e ao povoado de Santo Antônio, o antigo Antônio Vaz holandês. É possível percebermos no mapa que esses limites físicos já não conseguem restringir a ocupação espacial na vila.

No mapa de 1780, sobressaem-se as fortificações, já então sem uso, e as igrejas, principalmente na Ilha de Santo Antônio. Podem ser contabilizadas só nessa ilha 6 igrejas de irmandades além de 4 de ordens religiosas. A existência de tantos templos indica uma efervescência cultural e social da povoação, visto que a maior parte das atividades lúdicas e socializantes são realizadas no âmbito religioso.<sup>76</sup> O desenvolvimento de Santo Antônio, então, ultrapassa o do Recife, visto que as irmandades socialmente mais importantes, tanto congregações de elite como o Santíssimo Sacramento, quanto de libertos e escravos como Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e do Livramento, estão nesta ilha, além dos conventos franciscanos, carmelitas e capuchinhos e do colégio dos jesuítas. Tudo somado, a vida cultural e social da população livre parece acontecer mais dinamicamente em Santo Antônio.

Nesse momento também podemos constatar que o próprio Recife cresce para fora das paliçadas, com construções entre as portas e o forte do Brum, inclusive de prédios religiosos, como a igreja de Nossa Senhora do Pilar. A ocupação espacial desse pedaço de istmo, no entanto, não se dá apenas no século XVIII, mas já vem da década de 1680. É a

<sup>74</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. vol. 2, p. 119, 117

<sup>75</sup> MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos Flamengos – Influência da Ocupação Holandesa da Vida e na Cultura do Norte do Brasil**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978. p. 95-98.

Passagem antológica que descreve a construção da ponte do Recife.

<sup>76</sup> Entre as igrejas assinaladas estão as igrejas de irmandades: Igreja de São Pedro dos Clérigos, do Rosário dos Pretos, da Conceição dos Militares, a Igreja de Santa Rita, de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos e do Santíssimo Sacramento. Entre as de ordens religiosas a de Nossa Senhora da Penha, que é um convento dos capuchinhos, o convento dos franciscanos, o colégio dos jesuítas, e a Igreja do Carmo, convento dos carmelitas. Cf. GUERRA, Flávio. **Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos**. Recife: Itinerário. 1978.



localidade conhecida como Fora de Portas, arruado que nasce em torno da Capela de Nossa Senhora do Pilar, e que começa a se tornar uma parcela significativa da área habitada no istmo.<sup>77</sup>

Esse crescimento para Fora de Portas é um exemplo de que, apesar da destruição urbana causada pela guerra de restauração, o povoado do Recife não para de crescer com a expulsão dos holandeses. Na face sul do istmo, enquanto Fora de Porta aumenta com sua população, a congregação dos Padres do Oratório de São Felipe Néri constrói a Igreja da Madre de Deus. No mesmo momento, no lado oriental do istmo, no extremo sul, um potentado local, em troca de uma patente de capitão, constrói o Forte de Matos.<sup>78</sup>

A construção do Forte de Matos, com fins políticos da parte de seu patrocinador Antônio Fernandes de Matos, e defensivos por parte da Coroa, na verdade tem o efeito de expandir ainda mais a povoação, uma vez que aterra uma vasta área do rio, trazendo também para esta parte do istmo novos moradores, pobres, habitantes de casas simples.<sup>79</sup> O mesmo efeito de desenvolvimento urbano tem a construção das Igrejas do Pilar e da Madre de Deus: ambas também incentivam o aproveitamento e a ocupação de novos espaços urbanos, muitas vezes roubados ao rio.

Essa é a configuração urbana do povoado do Recife, nas décadas de 1680 e 1690. O contexto social que se desenrola nas ruas das duas ilhas que forma a povoação em fins do XVII é o de uma cidade populosa e que já se ressentia de sua subordinação política à Olinda. Chamada por um contemporâneo de ‘*Corte de Pernambuco*’, a descrição do Recife do início do segundo período português é vistosa:

*“com ruas e casarios de três e quatro sobrados, com torres e capitéis; e, com o lugar ser pequeno, mora nele muita gente, com muitas riquezas, por ser a parte donde tudo acode, e vem as frotas de Portugal a buscar os açúcares e mais drogas da terra, donde estão as alfândegas e armazéns d’El Rei. Tem uma formosa Igreja Matriz de São Pedro Gonçalves, cosida em ouro e seda de ricos ornamentos, donde celebram os Ofícios Divinos com toda a perfeição; tem um convento da Madre de Deus de São Felipe Néri e um devoto oratório em cima*

---

<sup>77</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. vol.2, p. 119

<sup>78</sup> Idem. p. 121

<sup>79</sup> MELLO, José Antonio Gonsalves de. Prefácio. In COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. Vol. 7. Pp. XVII-XXIII. p. XVIII .

*das portas do Recife, do Bom Jesus, e a Igreja de Nossa Senhora do Pilar de grandes milagres.”*<sup>80</sup>

Além das ruas e casario e das igrejas ricamente ornamentadas, a descrição ressalta as alfândegas, assinalando o papel portuário do Recife e o centro de sua riqueza. Sobre Santo Antônio, o discurso desse cronista, o capitão Varela Berredo, reflete a abundância de espaço: Maior do que o Recife, Santo Antônio comporta diversos conventos e Igrejas, uma das quais situa o Hospital do Paraíso, instituição caritativa voltada para o atendimento dos pobres do Recife. Essa descrição que marca a abundância de espaço em Santo Antônio, aponta a crítica implícita à escassez de espaço em Recife. Descrevendo urbanização e paisagismo em Santo Antônio, o cronista cria uma comparação com o pouco espaço disponível nas ruas do Recife; uma exigüidade geográfica que já exigira, no período holandês, a construção do sobrado.

*"Por esta ponte se passa para a parte de Santo Antônio, donde é outra praça de casarias maior que o Recife, a qual o Flamengo tinha por corte com o título de Cidade Maurícia, com ricas ruas e ricos arcos e virações, com muitas hortas e parreiras, com um suntuoso Colégio da Companhia de Jesus e outro de Santo Antônio dos Capuchos e outro de Nossa Senhora do Carmo da Reforma e outro de Nossa Senhora da Penha de França e dos Franceses e uma Igreja de Nossa Senhora dos Pretos e outra de Nossa Senhora de Guadalupe, com uma Igreja de Nossa Senhora da Saúde do Paraíso, a qual mandou fazer à sua custa o Mestre de Campo d. João de Souza, com um hospital para vinte e cinco pobres contínuos, para o que o dotou de grandes rendas e donde tem um carneiro de seu jazigo e toda esta obra ficou por protetor seu filho, d. Francisco de Souza e o Padre Simão da Cruz, varão de toda virtude.”*<sup>81</sup>

O discurso de Varela indica, assim, que já no fim do XVII Santo Antônio possui as principais construções que são visíveis no mapa do século XVIII, com especial atenção para as igrejas das irmandades dos homens pretos e a dos homens pardos, a Igreja de Guadalupe, e para o hospital com fins caritativos. Ou seja, já no início do período estudado,

---

<sup>80</sup> Trabalhamos aqui com uma narrativa contemporânea, de um militar que nos oferece seu discurso sobre a época e a cidade em que viveu. Capitão de infantaria de origens incertas, podendo ser ele reinól ou mazombo nascido no Recife, Varela Berredo escreve uma ode ao governador de Pernambuco Luís da Câmara Coutinho, e, a despeito dos louvores ao governador, oferece uma gama de informações que nos permite observar o Recife e Olinda na era pós-holandesa pela ótica de um militar. Cf. PEREIRA. Op. cit. p. 282.

<sup>81</sup> PEREIRA. Op. cit. p. 283.

a efervescência social é perceptível em Santo Antônio, marcando o caráter urbano de sua população.<sup>82</sup>

No mesmo 'Plano da Villa do Recife' ainda é possível observarmos construções fortificadas, sejam os fortes ou a própria paliçada da povoação. Essas edificações assinalam a significação urbana que a estrutura militar possui ainda no século XVIII.

Devemos considerar que a estrutura militar, tanto física quanto humana, reflete o contexto político do período, sendo que, em fins do XVII, a manutenção dessa estrutura aparece relegada a segundo plano pela Coroa portuguesa. Logo após a restauração de Pernambuco, a administração colonial abandona o sistema defensivo terrestre, a rede de fortes construídos pelos holandeses, voltando-se somente para a manutenção das fortalezas marítimas.<sup>83</sup> Nesse contexto, o sistema defensivo de Antonio Vaz é entulhado, mas as fortalezas marítimas do Brum, Cinco Pontas, e o Forte do Buraco, são mantidas, apesar de receberem poucos cuidados por parte da Coroa portuguesa, como podemos ver no retrato das ruínas da Fortaleza do Brum pintado por Varela Berredo: *“porque a [fortaleza] do Brum estava por acabar [o governador Câmara Coutinho] lhe mandou fazer as duas plataformas que lhe faltavam...”*<sup>84</sup> tendo antes utilizado negros no desentulho desta fortaleza, o que indica a situação do Forte do Brum na última década do século XVII.

Se por um lado a rede de fortificações do Recife aparece desestruturada no segundo período português, por outro, do ponto de vista de mobilização humana, este núcleo urbano aloja os principais contingentes da capitania. Após a volta da sede do governo para Olinda, o Recife mantém a posse de parcela das guarnições oficiais, concentrando a maior parte das

---

<sup>82</sup> As irmandades leigas, por exemplo, são instituições marcadamente urbanas, como podemos observar através da vasta historiografia que se especializa em irmandades no Brasil colonial. Cf. SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino do Século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1975; ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Pretos e Brancos - A Serviço de Uma Ideologia de Dominação (Caso das Irmandades do Recife)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife; BOSCHI, Caio. **Os Leigos e o Poder - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática. 1986.

<sup>83</sup> MENEZES, José Luis da Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil**. Recife: Pool editorial S/A. 1986. p.34

<sup>84</sup> PEREIRA. Op. cit. p. 278, 262-277.

tropas burocráticas de Pernambuco, em uma demonstração do crescimento de sua influência.<sup>85</sup>

Ao observarmos as descrições do cenário urbano da então vila de Santo Antônio do Recife em fins do século XVIII veremos que as mesmas discorrem acerca de um núcleo urbano de cerca de 32 mil habitantes distribuídos em três bairros, o bairro do Recife, Santo Antônio e o bairro da Boa Vista. Quem assim nos diz é Luis dos Santos Vilhena, em sua visita de 1799, onde ressalta os “*muito bons edifícios, e asseados templos*”, do bairro do Recife, e o sistema de abastecimento de água que provém do cais do Varadouro em Olinda pelo do Rio Beberibe, através de canoas.<sup>86</sup>

Santo Antônio, por sua vez, aparece como um bairro dinâmico e em crescimento, sendo a própria ponte que o liga ao Recife ocupada por comércio: com pequenas barracas alugadas, em cada margem do rio, a comerciantes que se ocupam da “*venda de fazendas*”. A dinâmica urbana da vila aparece na “*guarda reforçada*”, cujo objetivo é evitar tumultos e roubos, aparentemente comuns na ponte. Esta, por sua vez, é atravessada por tráfego intenso, significando-se como um local privilegiado de comércio e socialização.

É neste bairro que a vida social da vila de desenrola: descrito por Vilhena como espaçoso e sossegado, em seus diversos templos “*se praticam as funções da religião com aquela grandeza, e fausto que caracteriza todos os brasileiros*”. Sendo de notar ainda entre seus edifícios o hospital, com casa dos expostos e leprosário próprios, e a residência dos governadores no antigo Colégio dos Jesuítas.

Essa descrição de Vilhena reflete o que podemos observar no mapa de 1780 acerca de Santo Antônio e seu crescimento urbano. Mas, além disso, amplia nossa análise sobre a Boa Vista, uma vez que o cronista descreve este terceiro bairro como “*uma grande vila com muitas ruas compridas e largas*”, afirmando que não muitos anos antes a mesma era uma localidade insignificante.

---

<sup>85</sup> Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial – Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2001.

<sup>86</sup> Para a abordagem do fim do XVIII, partimos do relato de Luís dos Santos Vilhena, professor de grego reinól radicado na Bahia, que viaja até o Recife em 1799, registrando suas observações sobre esta cidade como antes já fizera sobre cotidiano da Bahia em suas cartas e narrativas de costumes. VILHENA, Luis dos Santos. **Recopilações de Notícias Soteropolitanas Contidas Em 20 Cartas**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. Bahia. 1921.

No momento em que observa a Boa Vista, chama sua atenção o tráfego intenso de carros e cavalos que movimentam a distribuição de gêneros para o comércio em Santo Antônio e Recife, além de uma grande quantidade de sítios, sendo alguns deles ricas propriedades. Em Vilhena, a Boa Vista surge, assim, como a ligação entre o núcleo urbano e seus arrabaldes, as áreas rurais que abastecem e sustentam a população da vila.<sup>87</sup>

Cerca de 15 anos depois da visita de Vilhena, uma outra crônica de viagens, do comerciante francês L. F. de Tollenare, discorre acerca do cenário urbano em Recife. Em seu discurso Tollenare relata a movimentação contínua do comércio volante no bairro do Recife, principalmente de negros carregadores. Descreve esse bairro como um lugar de pobreza, de casario decadente, habitado por comerciantes e pescadores. Já em Santo Antônio, o cronista percebe a existência de um comércio mais estável, de pequenas lojas e ruas largas, sendo este bairro habitado por brancos, mulatos e negros livres, moradores de casas térreas, consideradas pelo escritor como miseráveis e imundas. Esse cenário contrasta com a Boa Vista, “*mais alegre e mais moderna*”, habitada por pessoas de posses em ‘*casas de recreio*’, mas tendo também seu lado pobre, com ruas de casas de negros livres e brancos pobres.<sup>88</sup>

Essa aparente ‘*modernidade*’ da Boa Vista se deve ao fato de ser este, no início do XIX, o bairro mais novo, construído principalmente para responder à falta de espaço crescente na cidade. Desde o período holandês o crescimento do Recife empurra a povoação cada vez mais para o continente. Nas fases iniciais do segundo período de jurisdição portuguesa na capitania, entre fins do XVII e primeiras décadas do XVIII, a Boa Vista já existe, representando a fronteira continental da cidade.<sup>89</sup> E no fim deste período, nos últimos quartéis do XVIII, ela surge como um arrabalde residencial, preenchido por sítios e casas de recreio.

---

<sup>87</sup> Nesse sentido, Braudel já ressalta que além de não haver cidade sem mercado, não há da mesma forma, cidade sem um diálogo com o campo através de sua rede de arrabaldes e aldeias, ou seja, de sua porção rural anexa. BRAUDEL. Op. cit. p. 441-442.

<sup>88</sup> Assim como Henry Koster, L. F. de Tollenare caracteriza-se como um cronista do final do segundo período português, sendo, por tanto, as obras de ambos importantes documentos para nosso período. Cf. TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978. P 20-22.

<sup>89</sup> Ainda no período das guerras de restauração é nessa região que Henrique Dias e seu terço fundam sua estância em terras doadas pela Coroa com o intuito de manterem vigilância sobre os holandeses. Tornando-se, assim, essa localidade uma região fronteiriça onde escaramuças são freqüentes, dificultando nesse momento uma ocupação mais estável. Para a fundação da estância de Henrique Dias, Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Henrique Dias – Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil**. Recife: Massangana. 1988.

Por outro lado, Recife e Santo Antônio aparecem nos discursos dos cronistas do século XVIII como locais predominantemente comerciais, habitados por população livre, porém pobre. O dinamismo comercial do porto do Recife é ressaltado por Vilhena, tanto no comércio externo Angola/Lisboa, quanto com as capitanias anexas. Além disso, as narrativas enfatizam a atividade comercial interna da cidade: As lojas na ponte do Recife e o pequeno comércio de “*venda de fazendas*” feito por oficiais mecânicos prósperos o suficiente para alugar o espaço e montar lojas. A existência de dois mercados públicos, apontados por Tollenare, sendo um exclusivo para pescado, indica a significação econômica que o comércio ambulante, de ganhadores, tendeiros e ganhadeiras, assume para o abastecimento e economia da cidade.

A trajetória do Recife no segundo período português aponta seu crescimento populacional e urbano: De povoação a vila, muda sua categoria jurídica, assim como o papel político que desempenha. Na segunda metade do século XVII, o Recife, apesar de ainda uma povoação subordinada à vila e à Câmara de Olinda, retém parte do aparelho burocrático que deveria estar situado na sede da capitania, especificamente a parcela militar deste aparelho, os fortes e as tropas, o que garante aos mandatários dessa povoação participação na administração da capitania e influência política.

Em 1690, por sua vez, esta povoação surge grande, populosa, tumultuada, com uma população diversificada, abarcando desde escravos e soldados até ricos comerciantes de origem portuguesa, passando ainda pelos pequenos comerciantes vendedores de balcão, artesãos e oficiais mecânicos, além da população eclesiástica que habita os inúmeros conventos da cidade. Em fins do século XVIII, a vila continua a aparecer nos discursos como uma localidade efervescente, mas com Santo Antônio ganhando importância, assim como os arrabaldes produtores de gêneros alimentícios. Dessa forma, podemos observar que desde fins do século XVII até as primeiras décadas do XIX, o núcleo urbano do Recife aparece nos discursos de seus contemporâneos marcado pelas permanências que distinguem apenas um crescimento espacial, indicador, por sua vez, de um crescimento populacional.

Mas o Recife não pode ser entendido isolado de Olinda. Além das ligações políticas entre esses dois centros, existem ligações sociais e cotidianas marcantes, como o abastecimento de água do Recife, que é originário de fontes olindenses.

A Vila de Olinda, tornada cidade a partir de 1676, apesar das dificuldades políticas na disputa com o Recife pela sede da capitania no pós-guerra, mantém sob sua jurisdição um território que engloba diversas outras vilas. Em 1680, elas são Igarassú, N.Sra. da Conceição, Serinhaém, Porto Calvo, Alagoas e São Francisco do Penedo. E além dessas vilas, existem ainda treze povoações registradas como pertencentes ao termo de Olinda no mesmo período: o Cabo de Santo Agostinho, Possuica, São Gonçalo do Una, Alagoas, São Miguel, Muribeca, Santo Amaro de Jaboação, São Lourenço, N.Sra. da Luz, Várzea do Capibaribe, Goiana, Tejucupapo e Taquara, além do Recife.<sup>90</sup> Todas, segundo Varela Berredo, ricas povoações, onde “há muita gente” já em 1680.<sup>91</sup>

Algumas das povoações pertencentes à comarca de Olinda, como a Várzea do Capibaribe, apresentam-se como povoações rurais, estabelecidas em terras privadas, sem a presença de poder público, cuja única regra de moradia é a concordância do dono da terra. Outras povoações, pelo contrário, como Goiana, ganham importância política e econômica, vindo a se constituir em núcleos urbanos com significativa importância comercial.<sup>92</sup>

Em fins do século XVII, a cidade de Olinda aparece no discurso do Capitão Varela Berredo assinalada por diversos templos religiosos ao mesmo tempo em que aparece como um núcleo urbano arruinado, com habitações destinadas apenas ao povo pobre, desertada pela *nobreza da terra* que vive agora nos engenhos.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> Segundo o Capitão Varela, Olinda tem em 1689, 7 vilas como comarcas, cada uma delas com câmaras e capitães-mores, além de possuir ainda 13 povoações 'muito autorizadas'. PEREIRA. Op. cit. p. 280. É de se notar ainda que Alagoas aparece tanto quanto vila quanto povoação, o que se deve às inexactidões da documentação, pois é provável que contabilizem aqui com o mesmo nome a vila de Alagoas e a freguesia de Alagoas do Norte.

<sup>91</sup> PEREIRA. Op. Cit. P. 280. Observar ainda que, no período colonial, a divisão administrativa de uma capitania em comarcas subdivide-se por sua vez em termos administrativos. As comarcas são as divisões judiciais das capitanias, o termo é a divisão administrativa que engloba a vila e suas povoações subordinadas, correspondendo ao município colonial, que seria a menor divisão administrativa. Na prática, uma comarca abrange determinado número de vilas com seus territórios, subordinado-as à administração judicial de uma vila central chamada de cabeça da comarca. Cf. VAINFAS, Ronaldo (org.) **Dicionário Do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. objetiva. 2000. p.338; SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos – A Administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. P. 69; SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa Composto por Antonio de Moraes Silva**. Lisboa: impressão Regia. 1831. 2 tomos. 1.<sup>a</sup> edição de 1789. P. 410. Por essa estruturação perceberemos que ainda no último quartel do século XVIII Olinda resguarda parte de seu antigo poder político, visto continuar a ser a cabeça da comarca de uma região que inclui vilas maiores e mais ricas do que ela própria, como Recife e Goiana.

<sup>92</sup> Goiana se torna, como veremos adiante, um dos maiores núcleos urbanos da zona açucareira do Brasil. Apesar disso, ainda carece bastante de estudos específicos. Sobre ela Cf. MACHADO, Teobaldo José. **As Insurreições Liberais em Goiana, 1817-1824**. Recife: FUNDARPE. 1990.

<sup>93</sup> PEREIRA. Op. cit. p. 281-282.

Dessa forma, Olinda surge nos discursos do segundo período português como uma cidade onde predominam os pobres livres, muitos deles utilizados no serviço militar, como Tollenare observa quase um século e meio depois.<sup>94</sup> O abandono de Olinda pela administração da WIC não parece ser superado depois da restauração, visto que mesmo os edifícios da *governança*, a sede da Câmara e a cadeia, estão danificados ainda em 1691, tendo os *homens bons* da cidade que pleitear junto à Coroa a construção de novos prédios. Nesse momento, os vereadores de Olinda justificam à Coroa que o abandono dos prédios públicos contribui para ‘*ficar despovoado o alto da Cidade*’,<sup>95</sup> localidade que, antes da destruição causada pelo incêndio da vila, era ocupada preferencialmente pelas elites.

Dentro desse contexto, o segundo período português em Olinda inicia-se marcado pela decadência urbana. Apesar desse empobrecimento, todavia, sua jurisdição se estende entre a Vila de Conceição, na capitania de Itamaracá, e a Vila de Penedo, no Rio São Francisco, além da influência que sua Câmara exerce sobre as chamadas capitanias anexas, a Paraíba, Itamaracá, o Rio Grande e o Ceará. Uma influência que, do ponto de vista político, sustenta-se até o fim da *guerra dos mascates*, apesar da ruína física da cidade.

O apogeu de Olinda, todavia, é contemporâneo do período donatário da capitania de Pernambuco. Seu desenvolvimento urbano pode ser observado a partir de fins do século XVI, sendo que, em 1593, a vila já possui uma população heterogênea em um espaço urbano bem definido. A Freguesia da Sé, que é o centro da cidade no alto do morro, o cais do Varadouro, às margens do Beberibe, e a Freguesia de São Pedro Mártir, próxima ao Varadouro, são as divisões urbanas principais da vila nesse momento.

O centro de Olinda situa-se no topo da colina com a Câmara e a Igreja da Sé, além do mercado e do açougue ao largo. Nas imediações desse centro bastante construído, localizam-se as moradias da ‘*gente de mor qualidade*’, a elite canavieira. A freguesia de São Pedro Mártir, por sua vez, situada na várzea próxima ao Rio Beberibe, abriga a alfândega, os armazéns e as habitações das camadas subalternas da população, como pequenos mercadores e artesãos.<sup>96</sup> O contraste entre as moradias da elite, na freguesia da

---

<sup>94</sup>“A população de Olinda se compõe quase toda de famílias de soldados.” TOLLENARE. Op. cit. p. 141.

<sup>95</sup> COPIA Authentica da Consulta do Conselho Ultramarino, de 28 de Novembro de 1691, acerca da construção de uma nova Casa da Camara, na cidade de Olinda, e de um caes junto do rio Beberibe. Apud O Caes do Varadouro em Olinda. **Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano - RIAHGPE**. Vol. XIII, n ° 74. Recife, dezemb ro de 1908. Pp.586-590.

<sup>96</sup> MELLO. **O Nome e o Sangue - Uma Parábola Familiar no Pernambuco colonial** . Op. cit. p. 156-7.



Sé, e as casas dos pobres livres nas várzeas do Beberibe, aponta uma divisão espacial centro/periferia possível graças à existência de uma diversificação social e profissional na vila. Diversificação que se acentua durante o período holandês.<sup>97</sup>

No segundo período português, com a recuperação urbana de Olinda ainda debilitada, o desinteresse dos senhores de engenho em morar na cidade leva a uma mudança de direcionamento na reconstrução: ou a Sé e o centro de Olinda continuam despovoados, ou são reconstruídos pela população pobre, e não mais pelos senhores. Enquanto isso, a reconstrução da cidade segue para as colinas mais baixas, próximas às fontes de água, na freguesia de São Pedro Mártir. Essa freguesia dê seu início parece ser habitada por uma população de baixa renda.<sup>98</sup> Assim, a reconstrução de Olinda no segundo período português é realizada com a participação efetiva das camadas mais baixas da população livre. Situação que será ilustrada por Tollenare em 1817, quando este afirma que a população da cidade de Olinda é então composta, principalmente, por famílias de soldados.<sup>99</sup>

Mas no início do século XVII, os discursos dos cronistas ainda ressaltam os muitos conventos da então vila de Olinda, descrevendo a riqueza e magnificência dos templos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos. Por outro lado, esses mesmos discursos anteriores ao incêndio, como o de Ambrósio Fernandes Brandão e de holandeses como o de João Baers, também dão ênfase a um comércio vivo na parte baixa da vila: Brandão, por exemplo, registra que "*dentro da vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda a sorte em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena.*" Baers, por sua vez, observa nesta parte da povoação, ao sul do centro bem construído, uma encruzilhada onde os mercadores reunidos '*constituem bolsa*'.<sup>100</sup>

Percebemos assim que mesmo antes do desenvolvimento do Recife, Olinda já se significava como um núcleo urbano onde o comércio e a distinção entre os grupos sociais estão marcados espacialmente. O segundo período português, por sua vez, está associado

---

<sup>97</sup> Lembremos que, segundo os estudiosos do desenvolvimento urbano, um dos fatores que caracterizam uma cidade é a diversificação de atividades profissionais, ou divisão de trabalho, dentro da mesma. Cf. BRAUDEL. Op. cit. p. 441; Cf. PAULA. Op. cit. p. 78.

<sup>98</sup> Cf. MENEZES, José Luis da Mota. O Papel de Olinda na Formação do Brasil Colonial. In **Seminário Internacional 'O Mundo Que O Português Criou'**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 1997.

<sup>99</sup> TOLLENARE. Op. cit. P. 141.

<sup>100</sup> MENEZES, José Luís da Mota. Olinda e Recife - 1537-1630. **Revista Oceanos N.º 41. - A Construção do Brasil Urbano**. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Jan/mar 2000. Pp. 136-150.

em Olinda ao discurso de sua antiga riqueza, somado à percepção de sua nova decadência. Um exemplo disso é a descrição de Olinda feita por Varela Berredo em 1689, que mistura ruína e poder político, prestígio e pobreza:

*“[Olinda] foi antigamente muito populosa, rica e autorizada, com grandes e formosas casarias de pedra e cal, todas de dois e de três sobrados, e famílias muito nobres, donde havia grande e considerável negócio e muita abastada de riquezas, (...) ficou arruinada de todo, de que hoje não há mais que umas memórias dos arruinados edifícios que ainda hoje estão mostrando o que foram e hoje haverá nela 500 fogos de gente pobre e casas pequenas, que os ricos todos moram por fora, por suas fazendas.”*<sup>101</sup>

Nesta descrição a narrativa apresenta memórias de uma grandeza passada em contraste com a decadência de seu próprio período. Esse discurso significa Olinda como uma cidade de passado nobre, símbolo da aristocracia barroca que os senhores de engenho querem ser, e da qual assumem o papel perante o povo. O Capitão Varela vivencia esse imaginário no qual os senhores da terra representam o fausto barroco em diferentes momentos, um dos quais é a posse do Governador Câmara Coutinho:

*“Desembarcado que foi, se recolheu ao colégio da cidade de Olinda e, em 25 do dito mês de maio, tomou posse do governo, saindo do dito Colégio debaixo de pátio com os oficiais da Câmara até a Sé, donde estava um batalhão de luzida infantaria tremulando bandeiras ao som de caixas e requintadas trombetas, flautas e charamelas, e por outra parte a estrondosa harmonia dos sinos, acompanhando-o todo este luzido aparato da nobreza da terra e o mais do povo, que não cabia nas praças, com demonstrações de alegria, (...)”*<sup>102</sup>

Essa solenidade de posse do governador, acompanhada de procissão onde o mesmo se apresenta *debaixo de pátio*, assemelha-se às entradas solenes episcopais comuns na cultura política do barroco ibérico e que têm como objetivo afirmar perante o povo a grandeza dos bispos e da Igreja. Rituais estes que pretendem reforçar a hierarquia social vigente, visto que o bispo sob o pátio é precedido ou seguido por diferentes autoridades, cujos lugares no cortejo são previamente definidos. O próprio uso que Câmara Coutinho faz do pátio, um distintivo exclusivo da Igreja, aponta para a intenção de encenar sua supremacia como autoridade maior da capitania. Por outro lado, a participação da *nobreza da terra* no

---

<sup>101</sup> PEREIRA. Op. cit. p. 281.

<sup>102</sup> PEREIRA. Op. cit. p. 259

cortejo, indica o conhecimento por parte desta das regras rígidas da celebração, que determinam o *status quo* dos participantes através de signos e emblemas, como a possibilidade de carregar o pátio ou a calda do cavalo da autoridade celebrada: indicadores inegáveis dos favores do mesmo.

Além disso, o fato desse cortejo ter sido encenado para a população urbana da vila de Olinda também aponta um conhecimento, por parte desta, dos significados envolvidos no cortejo, como o repicar dos sinos e a saída do governador do Colégio dos Jesuítas sob pátio. Sem o envolvimento da *plebe* na encenação, envolvimento possibilitado apenas pelo reconhecimento das regras da entrada solene, a mesma não teria sentido como demonstração de poder secular.<sup>103</sup>

A partir dessa entrada solene do governador em 1689, Olinda se define no discurso *Seiscentista* como um teatro barroco onde os senhores ostentam seu poder perante o povo e perante a Coroa, apesar da decadência urbana da cidade, registrada pelo mesmo discurso. Dessa forma, Olinda se apresenta como um núcleo urbano significado pelo contraste: entre a pobreza da cidade, com suas choupanas e prédios arruinados, e o fausto barroco que a nobreza da terra ostenta nas ruas, há o poder político da Câmara, visível nos conflitos de jurisdição com os governadores de Pernambuco e governadores gerais.<sup>104</sup>

No entanto, apesar da ambigüidade marcante do discurso do *Seiscentos*, proferido por um elemento participante desse imaginário como é o Capitão Varela Berredo, discursos posteriores ressaltam a decadência da vila em detrimento de seu fausto.

Tollenare, por exemplo, um visitante estrangeiro, elemento estranho ao imaginário dominante nas vilas açucareiras, no início do XIX representa a cidade de um ponto de vista negativo: “*pareceu-me deserto, quase todas as casas não passam de miseráveis casebres ao réis do chão*”. Além dele, Vilhena, em fins do XVIII, também resalta essa decadência

---

<sup>103</sup> Para um estudo aprofundado das entradas solenes Cf. PAIVA, José Pedro. *Etiqueta e Cerimônias Públicas na Esfera da Igreja (sécs. XVII-XVIII)*. In JANCSÓ; KANTOR. Op. cit. Pp. 75-94; CARDIM, Pedro. *Entradas Solenes Rituais Comunitários e Festas Políticas, Portugal e Brasil, Séculos XVI-XVII*. In JANCSÓ; KANTOR. Op. cit. Pp.97-124; SOUZA, Laura de Mello e. *Festas Barrocas e Vida Cotidiana em Minas Gerais*. In JANCSÓ; KANTOR. Op. cit. Pp. 183-195; KANTOR, Iris. *Entradas Episcopais na Capitania de Minas Gerais (1742 e 1748): A Transgressão Formalizada*. In JANCSÓ; KANTOR. Op. cit. Pp. 169-180.

<sup>104</sup> Para essa discussão Cf. MELLO. **A Fronda dos Mazombos - Nobres Contra Mascates Pernambuco 1666 – 1715**. Op. cit; e ACIOLI. Op. Cit.

urbana; para ele, Olinda é uma vila arruinada, cuja importância vem apenas de ser sede da catedral, afirmando ainda que *“hoje se pode dizer é uma vila ruim”*.<sup>105</sup>

Talvez esses discursos de Vilhena e Tollenare venham de serem eles visitantes de passagem para quem os símbolos do fausto poderiam não estar então visíveis. Ou talvez, o século XVIII traga a decadência em um diferente nível para Olinda: com a ascensão do Recife à vila e sua posterior transformação em sede da capitania, a glória barroca de Olinda pode ter finalmente esvaecido, permanecendo ela, entretanto, como um cenário para os pobres do açúcar.

Olinda e Recife, enquanto núcleos populacionais, fazem parte de uma estrutura sócio-econômica estabelecida nas capitanias canavieiras do norte do Estado do Brasil que congrega uma série de outros núcleos, tornando-os elementos de uma estrutura coesa, que como tal deve ser entendida. Núcleos populacionais como Salvador e Goiana, Porto Calvo e Serinhaém, apesar de possuírem características particulares que os tornam unidades singulares, também fazem parte de uma mesma estrutura, constituída por elementos e características comuns.

Essa sociedade urbana das vilas açucareiras é uma sociedade escravista, onde a base das relações sociais está calcada na posse de escravos. Mesmo a crescente camada de homens livres coexiste em íntima relação com a escravidão e é influenciada por essa instituição. Por seu turno, o imaginário que desvaloriza o trabalho mecânico nas vilas do açúcar se desenvolve dentro desse contexto escravista, no qual as camadas urbanas ligadas ao comércio e às atividades artesanais se ressentem dos valores vigentes na sociedade, ao mesmo tempo que buscam o enobrecimento através da assimilação desses valores.

O discurso do Capitão Varela Berredo, contemporâneo do período retratado, militar que convive com a guerra do Açúcar, é ilustrativo desse imaginário dominante durante a época das mobilizações de contingentes urbanos para o sertão. E em seu discurso podemos entrever como esse imaginário, que alcança os grupos sociais livres pobres, percebe e define a população de Pernambuco da qual esses grupos fazem parte:

*“A gente desse Estado toda é branca, exceto o gentio da terra e a grande quantidade que há de mulatos, que a maior parte são cativos ou forros. É a*

---

<sup>105</sup> VILHENA. Op. cit. Pp.824-831.

*gente boa no geral, mui afável, muito amigos da honra, são muito pundonorosos e muito alentados, grandes cavaleiros (...)*.<sup>106</sup>

A primeira característica que podemos observar nessa visão é a completa ausência de referência aos negros. Homem livre, elemento das camadas intermediárias entre escravos e senhores, o cronista está inserido em um imaginário social que rejeita os negros como elementos constituintes da sociedade. A ênfase é dada sobre os elementos das elites: cavaleiros, alentados, amigos da honra, ignorando-se os trabalhadores mecânicos em geral.

Por outro lado, esse breve relato também nos ilustra uma outra característica muito comum nesta sociedade: o embranquecimento oficial da população.

Quando o cronista afirma que a população é toda branca, devemos duvidar. O costume encontrado na organização militar profissional da Coroa portuguesa pode ser expresso para o todo social: obrigada por lei a recrutar apenas homens brancos, e impossibilitada de o fazer pela escassez de elementos brancos disponíveis na sociedade, a tropa profissional no Recife aceita homens pardos, dando-lhes o status oficial de brancos.<sup>107</sup> Esse costume é bastante difundido, sendo ainda observado por Henry Koster no início do século XIX.<sup>108</sup>

Não é difícil, então, imaginar que o capitão Varela Berredo acostumado em seu cotidiano de militar a esse tipo de prática social a repetisse em seu discurso, excluindo assim os homens de cor do *povo* de Pernambuco. Essa *plebe*, por sua vez, é constituída nesse momento por gente de cor de diferentes condições jurídicas que, como veremos, ajudam a desenvolver a dinâmica comercial e urbana dessas cidades.

Tanto o Recife quanto Olinda aparecem, dessa forma, nos séculos XVII e XVIII, como núcleos onde a distribuição do espaço termina por representar a diversidade de tipos humanos no meio urbano açucareiro, assim como a proliferação de grupos sociais livres intermediários. Parte de um complexo maior de cidades canavieiras que se espalha de Salvador a Natal, esses dois centros se destacam, entretanto, pelo considerável número de pobres livres que a Coroa irá deslocar para os conflitos da expansão colonizadora. Artesãos, pequenos comerciantes, ambulantes e tendeiros, a *gente* que se espalha por Santo Antônio, pelo Recife e pela Freguesia de São Pedro Mártir no início do segundo período português

<sup>106</sup> PEREIRA. Op. cit. p. 284

<sup>107</sup> SILVA. **O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial**. Op. cit. p. 98.

<sup>108</sup> KOSTER, Henry. **Viagens Ao Nordeste do Brasil**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978.

termina por fornecer muitos braços para os projetos militares da Coroa portuguesa no sertão.

E é a partir dessas considerações que podemos perceber o cenário urbano das vilas açucareiras como palco para a atuação de uma gama variada de personagens. Personagens que ainda durante o governo de Câmara Coutinho e suas demonstrações de pompa barroca são enviados pelo Estado para enfrentar os descontentes tarairius nas ribeiras do Açu e do Jaguaribe. E é para melhor conhecer a interação desses atores com a formação da sociedade sertaneja, que precisamos antes identificar seus papéis sociais e suas identidades dentro da sociedade do açúcar. Ou seja, além do imaginário que os abarca, precisamos ainda buscar as condições sociais que os levam a se tornar elementos constituintes de um novo território colonial a partir da *guerra dos bárbaros*.

### 1.3 -DADOS DEMOGRÁFICOS SOBRE RECIFE E OLINDA

*“Dentro da Vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de tôda a sorte, em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena.”*<sup>109</sup>

*Ambrósio Fernandes Brandão.*

Uma vez observados os dois principais núcleos urbanos fornecedores de soldados para a Coroa em Pernambuco, é possível percebermos neles a existência de uma dinâmica responsável pela geração de uma diversidade de atividades produtivas cidadinas. Essas atividades, apesar de dominadas pelo trabalho escravo a partir do século XVII, são suficientes para permitir também o desenvolvimento de grupos sociais livres. Grupos estes bastante heterogêneos que têm em comum apenas o fato de não serem proprietários de terras ou escravos.

Considerando que o segundo período português possa ser dividido em duas fases distintas, a primeira delas é marcada pela turbulência do pós-guerra na zona da cana e pelo início dos levantes continentais de Palmares e da *guerra dos bárbaros*. É nesta fase turbulenta que vemos o deslocamento dos homens livres das vilas da cana para o interior, inseridos nas tropas que vão reprimir os levantes. Esses conflitos terminam, por sua vez, entre as décadas de 20 e 30 do século XVIII, dando início à segunda fase do período em questão, uma fase mais longa e estável, de aparente consolidação das estruturas sociais coloniais nas capitânicas do norte do Estado do Brasil, e que persiste até a independência da América portuguesa.<sup>110</sup>

As turbulências percebidas nesta fase inicial da nova jurisdição régia em Pernambuco culminam na chamada *guerra dos mascates*, entre 1710 e 1711. Esse conflito apenas representa o ponto máximo das transformações políticas percebidas com a inserção de Pernambuco na administração da Coroa, em 1654. E juntamente com o fim das guerras de

---

<sup>109</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1966. p. 26-27

<sup>110</sup> A dita *guerra dos bárbaros* que, como veremos, é na verdade um termo arbitrário para diferentes movimentos dirigidos pelos povos autóctones do sertão contra a expansão portuguesa, acontece entre 1651 e 1679 na Bahia e entre 1680 e 1720 em Pernambuco/Rio Grande/Ceará. Já o quilombo de Palmares, cuja fundação ainda é de data incerta, é oficialmente destruído em 1695. Cf. VAINFAS. Op. cit. P. 269-270; 468.

fronteira, marca a consolidação da jurisdição régia em Pernambuco, jurisdição essa que continua a se estender sobre as capitanias anexas até o fim do período colonial.<sup>111</sup>

Visto que é nesse momento que os deslocamentos de pobres do açúcar são feitos para as guerras do sertão, precisamos identificar se a dinâmica urbana anteriormente observada para Recife e Olinda corresponde à existência de grupos livres numericamente significativos nessas vilas. Esse seria, na verdade, o único fator que justificaria a importância que a Coroa dá às vilas açucareiras de Pernambuco como repositório de recursos humanos para seus projetos militares.

Se o século XVII faz parte do período pré-censitário, momento onde há uma nítida ausência de informações sistematizadas acerca da população da América portuguesa, o século XVIII, por sua vez, já vivencia o início do esforço para sistematizar o conhecimento acerca da população colonial com vistas a ampliar e enrijecer sobre ela o controle da Coroa. Assim é que, a partir de 1760, os párocos e comandantes militares recebem ordens para promover a contagem da população em suas freguesias e jurisdições.<sup>112</sup>

Entretanto, se não dispomos de dados demográficos para a primeira fase do período estudado, os números que encontramos para o século XVIII nos oferecem pistas consistentes sobre a situação demográfica da população dos núcleos urbanos canavieiros em meados do século XVII. Pois entre esses dois momentos são poucas as mudanças perceptíveis na estrutura social das vilas açucareiras. A permanência estrutural é significativa com a continuidade dos mesmos grupos sociais, a constância das bases econômicas e culturais, das relações sociais, e mesmo da conjuntura política.<sup>113</sup>

Na América portuguesa como um todo o século XVIII se distingue do XVII principalmente pelo crescimento da população. Esse crescimento, todavia, não chega a ser um fator de descontinuidade em Pernambuco, pois nessa capitania o aumento populacional

---

<sup>111</sup> É notável que apenas em 1817, com a repressão à insurreição pernambucana, a capitania perca parcela considerável de seu poder perante o Estado do Brasil e a Coroa portuguesa. Poderíamos identificar aqui a virada final no poderio das elites pernambucanas, marcando assim o fim desse momento de apogeu político da capitania e o fim do segundo período português.

<sup>112</sup> Para observar o período pré-censitário e os primeiros esforços de sistematização de informações demográficas, Cf. SMITH, Roberto. A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia História da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII. In **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**. Ouro Preto, 2002. [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br)

<sup>113</sup> Não é à toa que trabalhamos com um conceito específico para esse momento histórico em Pernambuco: acreditamos que o mesmo seja marcado pela continuidade de suas estruturas.



pode ser percebido já a partir do *Seiscentos*, continuando relativamente constantes durante todo o *Setecentos*.

As razões para que o século XVIII se apresente como um momento de considerável crescimento populacional para a América Portuguesa, estão ligadas a um surto migratório reinól, ao próprio crescimento interno da população colonial, e ao tráfico de escravos.<sup>114</sup> Esse aumento populacional cria construções sociais novas em algumas regiões, como é o caso de Minas Gerais, área recém colonizada, e do interior paulista, região em desenvolvimento com a descoberta das minas.<sup>115</sup> As diversas contendas entre reinóis e colonos que explodem por toda a colônia nesse período são exemplos do aumento do número de migrantes portugueses na América setecentista. Pernambuco, por outro lado, já vive esses conflitos nas primeiras décadas do século, situação que indica que o surto de migração reinól acontece bem mais cedo para essa região, iniciando-se ainda no século XVII. Essa leva migratória portuguesa para a área açucareira é responsável, juntamente com o aumento do tráfico de escravos, pelo fato de Pernambuco e Bahia representarem nos *Seiscentos* 3/4 da população colonial.<sup>116</sup> Assim sendo, não é improvável que as características estruturais da sociedade canavieira do final do século XVII permaneçam consistentes durante o século XVIII.

O *Setecentos*, por sua vez, encontra Lisboa como o maior núcleo urbano do império português, com 180.000 habitantes, seguida por Salvador que, em 1775, possui 35.253 habitantes, sendo desse total 36% brancos, 22,4% negros e mulatos livres, e 41% negros e

---

<sup>114</sup> Para Martinière esse crescimento é principalmente devido à migração portuguesa para a América, e ao crescimento interno da população colonial. MARTINIÈRE, Guy. A Implantação das Estruturas de Portugal na América. In MAURO, Frédéric (coord) . **O Império Luso-Brasileiro 1620 -1750. Nova História da Expansão Portuguesa**. Vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa. 1991. pp. 90-261. p. 212. Já Smith considera o crescimento demográfico fruto do aumento da migração portuguesa e do tráfico de escravos, ficando o crescimento vegetativo em segundo plano, a não ser em algumas capitanias como a Paraíba. SMITH. In **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**. Op. cit. p. 32

<sup>115</sup> Para observar as variáveis populacionais em Minas Gerais, Cf. LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas Colonial: Economia e Sociedade**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Livraria Pioneira Editora. 1982. E para a região paulista, Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e Sobreviver em Uma Vila Colonial - Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/ Fapesp. 2001.

<sup>116</sup> MARTINIÈRE. Op. cit. p. 213, 214. O grande fluxo do tráfico de escravos angolanos, iniciado em meados do XVI, torna-se substancial a partir de 1600 com o auge do açúcar em Pernambuco e Bahia. Ainda é significativo que entre 1660 e 1670 o tráfico no Atlântico Sul esteja sob o controle das elites pernambucanas. Cf. MILLER, Joseph C. A Economia Política do Tráfico Angolano de Escravos no século XVIII. In PANTOJA, Selma; SARAIVA, Flávio José. **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999. Pp. 11-67. P. 14-16.

mulatos escravos.<sup>117</sup> No fim do século, Salvador já possui 60.000 habitantes: uma densidade demográfica que a equipara a um dos maiores centros urbanos da América hispânica, Lima, também com 60.000 habitantes, perdendo apenas para a Cidade do México, com 100.000.<sup>118</sup> No mesmo período, outras estimativas sugerem Ouro Preto, em Minas Gerais, como o segundo maior núcleo urbano do império português, possuindo, no entanto, apenas 25.000 habitantes em sua área urbana.<sup>119</sup>

Para situarmos Pernambuco e as capitânicas anexas nesse contexto observamos a população de suas vilas e freguesias em 1782 e 1788.

**Quadro 1 - Total Populacional das Freguesias da Comarca de Olinda em 1782:**

| FREGUESIA                | TOTAL  |
|--------------------------|--------|
| Sé de Olinda             | 9.387  |
| São Pedro Mártir         | 1.797  |
| Vila do Recife           | 17.934 |
| Várzea                   | 4.078  |
| São Lourenço da Mata     | 6.935  |
| Tracunhaém               | 13.127 |
| Luz                      | 10.994 |
| Santo Antão              | 4.866  |
| Jaboatão                 | 8.648  |
| Muribeca                 | 6.421  |
| Cabo                     | 10.945 |
| Ipojuca                  | 10.058 |
| Serinhaém                | 9.796  |
| Una                      | 7.517  |
| São Bento de Porto Calvo | 3.297  |
| Porto Calvo              | 5.002  |
| Camaragibe               | 5.775  |
| Alagoas do Norte         | 5.223  |
| Vila das Alagoas         | 5.016  |
| São Miguel das Alagoas   | 4.321  |
| Penedo                   | 7.258  |

<sup>117</sup> REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1986. P. 14-15.

<sup>118</sup> JANCÓS, István. **Na Bahia, contra o Império - História do Ensaio de Sedição de 1798**. op. Cit. P. 57.

<sup>119</sup> PAULA. Op.cit. p. 89. Devemos observar que um estudo comparativo entre os números populacionais para os diferentes núcleos urbanos da América portuguesa é uma tarefa complicada, visto que cada estimativa é dada seguindo parâmetros e fontes diferentes. A estimativa de José Antônio de Paula dá 95.000 habitantes para Ouro Preto, com 25.000 deles dentro da zona urbana. E no mesmo período, considera Lisboa com 200 mil habitantes. Por sua vez, as estimativas para a Bahia não diferenciam a população urbana da população da zona rural de Salvador, provavelmente pela própria indefinição desses espaços nos núcleos urbanos açucareiros. De qualquer forma, para Kátia Mattoso, todas as estimativas do período colonial, no caso específico da Bahia, tendem a superestimar a população. MATTOSO. **Bahia: a Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX**. Op. cit. p. 132.

|   |        |
|---|--------|
| São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul | 4.873  |
| Cabrobó                                       | 4.960  |
| Limoeiro                                      | 272    |
| Escada  | 513    |
| Atalaia                                       | 3.010  |
| Porto Real                                    | 235    |
| Águas Belas                                   | 536    |
| Cimbres                                       | 10.140 |
| Assumpção                                     | 617    |
| Santa Maria                                   | 430    |
| Mirim   | 1.463  |
| Poxim   | 2.572  |
| Tacaratú                                      | 1.949  |
| Bom Jardim                                    | 4.687  |
| Bezerros                                      | 1.836  |
| Garanhuns                                     | 3.669  |
| Maranguape                                    | 2.305  |
| Igarassú                                      | 6.906  |
| Itamaracá                                     | 5.625  |
| Goiana  | 14.506 |
| Tejucupapo                                    | 3.566  |
| Taquara                                       | 3.623  |
| Alhambra                                      | 1.769  |
| Exú   | 166    |

Fonte: MAPA que Mostra o Numero dos Habitantes das Quatro Capitãncias deste Governo: A saber, Pernambuco, Paraíba, Rio grande, e Ciara, o seguinte. Freguezias de que se compõe as cinco Comarcas Eccleziasticas'. Martinho de Melo e Castro. 25 de Setembro de 1782. A.H.U., PE, p.a., Caixa 73. LAPEH - UFPE.

Em 1782, a vila de Olinda é constituída pelas freguesias de São Pedro Mártir e da Sé de Olinda, e podemos observar no quadro 1 que não apenas em comparação ao Recife, mas também a outras freguesias de sua comarca, Olinda possui um contingente demográfico relativamente pequeno. É menor, por exemplo, do que Goiana e Tracunhaém, dois importantes centros açucareiros, e até mesmo do que Cimbres no sertão.<sup>120</sup> Já em 1788, por sua vez, o crescimento contínuo do Recife leva esta vila a se dividir em duas freguesias, São Pedro do Recife e Santíssimo Sacramento.

<sup>120</sup> É preciso ressaltar, todavia, que essa comarca de Cimbres poderia estar aqui contabilizando uma área bem mais ampla do o núcleo urbano, identificando-se também com a vasta área rural em redor.

**Quadro 2 - Total Populacional das Freguesias da Comarca de Olinda em 1788:**

| <b>FREGUESIA</b>                   | <b>TOTAL</b> |
|------------------------------------|--------------|
| Sé da Cidade de Olinda             | 10.570       |
| São Pedro Mártir de Olinda         | 1.223        |
| São Pedro Glorioso do Recife       | 7.843        |
| Santíssimo Sacramento do Recife    | 13.696       |
| Povoação da Várzea                 | 4.475        |
| São Lourenço da Mata               | 5.627        |
| Santo Antônio de Tracunhaém        | 16.018       |
| Povoação da Luz                    | 13.550       |
| Santo Antão da Mata                | 7.086        |
| Santo Amaro de Jaboatão            | 8.922        |
| Povoação da Muribeca               | 6.019        |
| Santo Antônio do Cabo              | 12.637       |
| Ipojuca                            | 13.637       |
| Vila de Serinhaém                  | 10.473       |
| Povoação de Una                    | 11.048       |
| São Bento de Porto Calvo           | 3.564        |
| Porto Calvo                        | 6.626        |
| Camaragibe                         | 5.189        |
| Santa Luzia do Norte               | 5.605        |
| Vila das Alagoas                   | 4.864        |
| São Miguel das Alagoas             | 3.733        |
| Palmeira dos Índios                | 480          |
| Vila da Atalaia                    | 3.243        |
| Santa Ana de Campo Largo           | 2.654        |
| Vila do Penedo                     | 7.953        |
| São Francisco do Rio Grande do Sul | 6.196        |
| Vila de Santa Maria dos Índios     | 534          |
| Porto da Folha                     | 4.025        |
| Povoação do Cabrobó                | 5.589        |
| Povoação do Limoeiro               | 115          |
| Nossa Senhora da Escada            | 709          |
| São Miguel dos Barreiros           | 642          |
| Porto Real                         | 383          |
| Águas Belas                        | 1.172        |
| Vila de Cimbres                    | 1.684        |
| Vilã da Assumpção                  | 784          |
| Povoação de Mirim                  | 2.978        |
| Povoação de Poxim                  | 2.978        |
| Povoação de Tacaratú               | 3.416        |
| Bom Jardim                         | 6.348        |
| Sertão de Bezerros                 | 3.030        |
| Garanhuns                          | 4.002        |

|                            |                      |
|----------------------------|----------------------|
| Pilão Arcado               | 3.116                |
| Maranguape                 | 2.495                |
| Vila do Igarassú           | 5.834                |
| Vila de Itamaracá          | 7.083                |
| Vila de Goiana             | 21.623               |
| Tejucupapo                 | 4.336                |
| Taquara                    | 3.189 <sup>121</sup> |
| Vila da Alhambra de Índios | 1.498                |
| Povoação de També          | 7.316                |

Fonte: Mapa que Mostra o Número dos habitantes das quatro Capitânicas deste Governo: Pernambuco; Paraíba; Rio Grande; e Ciara divididas nas 5 Comarcas Eclesiásticas. Martinho de Melo e Castro. 31 de Outubro de 1791. Relativo ao ano de 1788. A.H.U., PE, p.a., Caixa 88. LAPEH - UFPE.

O número mínimo de habitantes necessário para caracterizar um núcleo urbano é um requisito que varia de sociedade para sociedade. Na França setecentista, por exemplo, um aglomerado de 2 mil habitantes já pode ser considerado uma cidade. Já na Inglaterra do mesmo período, a exigência é de 5 mil. A Alemanha do século XVI, por outro lado, possui cerca de 3 mil núcleos urbanos com uma população média de apenas 400 habitantes, enquanto nas colônias inglesas da América do Norte, em 1700, a maior cidade, Boston, tem 7 mil habitantes:<sup>122</sup> todos esses, por sua vez, números aquém dos principais centros populacionais ibero-americanos no século XVIII.

Nesse contexto, podemos observar pelos quadros 1 e 2, que a capitania de Pernambuco possui diversos núcleos urbanos que se aproximam ou ultrapassam as exigências populacionais das cidades do Ocidente. De todas as povoações com mais de 5 mil habitantes em 1782, apenas Cimbres não se encontra na zona dos canaviais. Todas as outras cidades, principalmente Goiana, Igarassú, Porto Calvo e Tracunhaém, são vilas cabeças das principais áreas de engenhos de Pernambuco. Comparando os dois quadros podemos notar o crescimento constante da população, assim como o desenvolvimento urbano percebido na criação de novas freguesias. O quadro 2, por exemplo, apresenta seis freguesias inexistentes no quadro 1: Santíssimo Sacramento do Recife, Santa Luzia do Norte, Palmeira dos Índios, Santa Ana do Campo Largo, São Miguel de Barreiros e Pilão Arcado. A constituição dessas freguesias, no entanto, parece corresponder principalmente à elevação política desses aglomerados, e não a um crescimento urbano mais significativo

<sup>121</sup> Este total encontra-se errado no documento original, o correto seria: 3.190.

<sup>122</sup> BRAUDEL. Op. cit. p. 442-443.

nesse período. É o caso, por exemplo, da freguesia do Santíssimo Sacramento no Recife: aglomerado urbano em desenvolvimento populacional desde o século XVII, mas só agora elevado a freguesia.

A população total da capitania de Pernambuco, por sua vez, nos anos de 1762 e 1763, não contabilizando as anexas, é constituída por cerca de 90.105 habitantes. E observando o quadro 3 veremos que dessa população, 74,45 % são livres, e 25,55% são escravos. Um predomínio da população livre que possibilita a Coroa impor a essa região a função de fornecimento de soldados para outras áreas da América portuguesa, uma vez que as tropas régias são formadas pelos homens livres.

Nesse período é possível observarmos uma desproporção entre os sexos na capitania, pois com um contingente de 49.630 homens, Pernambuco conta apenas com 39.038 mulheres. Essa desproporção, todavia, parece ser normal em regiões escravistas onde o trabalho escravo é preferivelmente masculino.<sup>123</sup> E que essa diferença demográfica deve se dever às características da população escrava é o que sugere o quadro 3.

**Quadro 3 – Classificação por Gênero e Condição Jurídica da População de Pernambuco em 1762-1763:**

|   |                |
|---|----------------|
| <b>Escravos</b>                         | 23.295 (total) |
| Homens                                  | 14.990         |
| Mulheres                                | 8.809          |
| <b>Livres</b>                           | 66.810 (total) |
| Homens                                  | 34.640         |
| Mulheres                                | 30.729         |
| <b>Total da População Masculina</b>     | 49.630         |
| <b>Total da População Feminina</b>      | 39.038         |
| <b>Total da População de Pernambuco</b> | 90.105         |

Fonte: Mapa que mostra o número de habitantes das quatro capitanias deste governo: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em cinco comarcas eclesiásticas. 1777. Governo de José César de Menezes. AHU, cx. 3, Pernambuco, 1755 Apud LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife. Ed. Massangana. 1988. p. 38 e 42

<sup>123</sup> SMITH. In XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP. Op. cit. p. 18.

Ao observarmos o quadro 3 percebemos que os números comprovam serem os escravos do sexo masculino os responsáveis pela diferença demográfica que favorece um maior contingente de homens na capitania de Pernambuco. Por outro lado, no computo total da população livre, a diferença de gêneros não chega a ser tão significativa, se comparada à população escrava.

No entanto, se especificarmos a população de cor livre e escrava perceberemos que as mulheres parecem preponderar principalmente entre os pardos. E mesmo entre os negros, maioria entre a população escrava, apesar do número de alforrias ser maior entre os homens, a distância entre o número de homens e mulheres forras é pequena em vista da diferença numérica total de escravos e escravas, onde a população masculina equivale a quase o dobro da feminina, como podemos observar no quadro 4.

Essas considerações levam-nos a refletir acerca da natureza da população livre da capitania de Pernambuco, pois se no todo os homens são maioria, entre as pessoas de cor ou há uma predominância feminina ou há uma equivalência de gêneros, como observado respectivamente no caso de pardos e negros.

**Quadro 4 – Número de Homens Negros e Pardos na Capitania de Pernambuco, 1762-1763 (homens por mil mulheres):**

|                        |       |
|------------------------|-------|
| <b>Escravos</b>        |       |
| Negros                 | 2.160 |
| Pardos                 | 891   |
| <b>Livres (forros)</b> |       |
| Negros                 | 1.452 |
| Pardos                 | 820   |

Fonte: Quadro 5.10 - 1762-1763 : Comparação da Razão de Gênero da População Parda e Negra, Escrava ou Alforriada (Homens por 1.000 Mulheres). SMITH, Roberto. *A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia História da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII*. In XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 2002. www.abep.org.br. P. 19.

Neste quadro percebemos uma incidência maior de mulheres pardas e negras do que de homens livres. No entanto, a diferença principalmente no caso dos negros livres, parece

ser pequena. De qualquer forma, se considerarmos que as pessoas de cor formam a maior parte da população pobre da zona açucareira, o fato da população masculina ser numericamente inferior à feminina pode sugerir uma maior participação dessas mulheres no mercado de trabalho, inclusive como chefes de família. Essa situação pode vir ainda a ser agravada pelo fato de ser entre os pobres que a Coroa recruta seus soldados para os conflitos no continente, levando assim mais mulheres livres de cor a arcar com o sustento familiar na capitania.

E é dentro desse panorama que se encontram as povoações de Recife e Olinda no segundo período português. No início do século XVIII, em 1711, momento da passagem do Recife de povoação à vila, sua população é composta por cerca de 10.000 pessoas, distribuídas em 1.600 fogos entre a Ilha do Recife e Santo Antônio.<sup>124</sup> Em 1773, por sua vez, um alistamento realizado registra 11.340 pessoas e 2.950 fogos,<sup>125</sup> somando as duas freguesias, sendo 2.050 fogos e 9.829 habitantes para o bairro de Santo Antônio, e 940 fogos e 1.515 habitantes para o bairro do Recife.

Neste momento, o núcleo urbano se compõe de uma única freguesia que abarca tanto a ilha do Recife, quanto a de Santo Antônio e o bairro da Boa Vista.

#### **Quadro 5 - População de Recife em 1782:**

| Núcleo Urbano do Recife     | homens | mulheres | <b>Total</b> |
|-----------------------------|--------|----------|--------------|
| Freguesia da Vila do Recife | 7.535  | 10.399   | 17.934       |

Fonte: Mapa que Mostra o Numero dos Habitantes das Quatro Capitancias deste Governo: A saber, Pernambuco, Paraíba, Rio grande, e Ciara, o seguinte. Freguezias de que se compõe as finco Comarcas Eccleziasticas. Martinho de Melo e Castro. 25/09/1782. A.H.U., PE, p.a., Caixa 73. LAPEH - UFPE.

Em 1788, a vila é subdivida em Freguesia da Vila do Recife, e Freguesia do Santíssimo Sacramento, situada em Santo Antônio que, apesar do seu desenvolvimento nos seiscentos, somente nesse momento é elevado a freguesia.

<sup>124</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. Vol. 5. P. 152.

<sup>125</sup> Alistamento de 1773, compilado a partir de plantas do Recife no fim do século XVIII que reproduzem uma planta original do Recife do Padre José Caetano que contem a seguinte legenda: “*No alistamento que se fez no anno de 1773 se achou em todos os bairros da Povoação de Pernambuco/ fogos.....2.950/ almas.....11.340(...)*” Apud FERREZ, Gilberto. **Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife – 1755-1855**. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, Recife: FUNDARPE. 1984. p. 8. O somatório geral, todavia, aponta uma disparidade nos números, com o total de fogos dos dois bairro correspondendo a 2990, e o total de almas equivalendo a 11.344. Esse alistamento está no PLANO da Villa de Santo Antonio do Recife em Pernambuco, figura 1 de nosso trabalho.



### Quadro 6 - População de Recife em 1788:

| Núcleo Urbano do Recife            | homens | mulheres | Total  |
|------------------------------------|--------|----------|--------|
| Freguesia da Vila do Recife        | 3.922  | 3.929    | 7.851  |
| Freguesia do Santíssimo Sacramento | 6.164  | 7.538    | 13.702 |
| <b>Soma</b>                        | 10.086 | 11.469   | 21.553 |

Fonte: Mapa que Mostra o Número dos [ habitantes] das quatro Capitâneas deste Governo: Pernambuco; Paraíba; Rio Grande; e Ceará divididas nas 5 Comarcas Eclesiásticas. Martinho de Melo e Castro. 31 de Outubro de 1791. Relativo ao ano de 1788. A.H.U., PE, p.a., Caixa 88. LAPEH - UFPE..

Ao observarmos os quadros 5 e 6 percebemos que entre 1782 e 1788, o Recife passa de uma população urbana de perto de 17.000 pessoas para cerca 21.000, aproximando-se assim, da estimativa de Ouro Preto no mesmo período. Ou seja, o peso demográfico do Recife enquanto núcleo urbano destaca esta vila no contexto da América portuguesa, apresentando-a como a maior cidade das capitâneas do norte depois de Salvador. Nesse crescimento percebemos o processo iniciado ainda sob o governo da WIC, e que caracteriza o desenvolvimento urbano do Recife durante todo o século XVIII como um movimento em direção à Ilha de Santo Antônio e ao continente.

É preciso ressaltar, entretanto, que o quadro 5 e o quadro 6 apresentam um número de mulheres superior ao de homens no Recife, diferentemente do panorama geral da capitania observado no quadro 3. Essa situação de desproporção de gêneros em benefício da população feminina pode ser vista também em outros núcleos urbanos de Pernambuco no mesmo período, e apesar de contrastar com os números gerais para a capitania, concorda com a superioridade de mulheres pardas vista no quadro 4, assim como com a paridade de alforrias entre negros de ambos os gêneros. Isso talvez possa indicar uma fixação maior de mulheres pardas e negras alforriadas nas cidades açucareiras.

Mas essa predominância de mulheres de cor livres nos registros recifenses do século XVIII pode ter ainda uma conexão bem íntima com os recrutamentos para as tropas da Coroa: visto que o Recife é um importante pólo fornecedor de soldados para o Império, e que um dos objetivos dos censos é justamente conhecer os recursos humanos à disposição do Estado, não seria de espantar que o menor número de homens de cor livres nos mapas populacionais se devesse a uma omissão voluntária por parte da população, um mecanismo de defesa contra o alistamento militar. Nesse ponto talvez não seja demais lembrar que os

recrutamentos recaem em geral sobre a população pobre, onde predominam os homens de cor.

E é considerando esses pontos que podemos nos debruçar, nos quadros abaixo, sobre outros núcleos urbanos com grande contingente populacional na área açucareira do período. Para tanto podemos centrar nosso olhar nos números para cada freguesia da Comarca de Olinda em 1782 e 1788.

**Quadro 7 - População Masculina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1782:**

| <i>FREGUESIA</i>                              | <i>Até 7 anos</i> | <i>De 8 a 15 anos</i> | <i>De 16 a 60 anos</i> | <i>Acima de 60 anos</i> | <i>Total</i> |
|---|-------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|--------------|
| Sé de Olinda                                  | 683               | 394                   | 2542                   | 175                     | 3.794        |
| São Pedro Mártir                              | 247               | 178                   | 415                    | 44                      | 884          |
| Vila do Recife                                | 1.341             | 1.070                 | 4.814                  | 310                     | 7.535        |
| Várzea  | 458               | 396                   | 1.118                  | 19                      | 1.991        |
| São Lourenço da Mata                          | 913               | 830                   | 1853                   | 203                     | 3.799        |
| Tracunhaém                                    | 1.805             | 1.252                 | 3.450                  | 320                     | 6.827        |
| Luz   | 1.167             | 1.557                 | 2.063                  | 531                     | 5.318        |
| Santo Antão                                   | 970               | 441                   | 902                    | 120                     | 2.433        |
| Jaboatão                                      | 1.130             | 807                   | 2.203                  | 222                     | 4.362        |
| Muribeca                                      | 949               | 519                   | 1.653                  | 62                      | 3.183        |
| Cabo  | 1.070             | 695                   | 3.650                  | 193                     | 5.608        |
| Ipojuca                                       | 1.190             | 745                   | 3.015                  | 312                     | 5.262        |
| Serinhaém                                     | 1.152             | 755                   | 2483                   | 548                     | 4.938        |
| Una   | 513               | 872                   | 1.019                  | 3.080                   | 5.484        |
| São Bento de Porto Calvo                      | 412               | 200                   | 986                    | 113                     | 1.711        |
| Porto Calvo                                   | 676               | 509                   | 1.457                  | 108                     | 2.650        |
| Camaragibe                                    | 698               | 542                   | 1.520                  | 162                     | 2.922        |
| Alagoas do Norte                              | 665               | 425                   | 1.321                  | 137                     | 2.548        |
| Vila das Alagoas                              | 345               | 427                   | 1.422                  | 134                     | 2.328        |
| São Miguel das Alagoas                        | 145               | 374                   | 940                    | 700                     | 2.159        |
| Penedo  | 483               | 727                   | 969                    | 241                     | 2.420        |
| São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul | 552               | 385                   | 1.523                  | 172                     | 2.632        |
| Cabrobó                                       | 600               | 464                   | 1.498                  | 122                     | 2.684        |
| Limoeiro                                      | 29                | 19                    | 85                     | 10                      | 143          |
| Escada  | 83                | 40                    | 140                    | 8                       | 271          |
| Atalaia                                       | 482               | 283                   | 642                    | 92                      | 1.499        |
| Porto Real                                    | 19                | 29                    | 65                     | 8                       | 121          |

|             |       |     |       |     |       |
|-------------|-------|-----|-------|-----|-------|
| Águas Belas | 50    | 28  | 75    | 80  | 233   |
| Cimbres     | 112   | 129 | 243   | 28  | 512   |
| Assumpção   | 75    | 55  | 135   | 7   | 272   |
| Santa Maria | 35    | 65  | 90    | 4   | 194   |
| Mirim       | 173   | 145 | 406   | 40  | 764   |
| Poxim       | 238   | 264 | 712   | 76  | 1.290 |
| Tacarátú    | 225   | 196 | 314   | 212 | 947   |
| Bom Jardim  | 884   | 528 | 966   | 140 | 2.518 |
| Bezerros    | 277   | 216 | 479   | 32  | 1.004 |
| Garanhuns   | 673   | 365 | 812   | 56  | 1.906 |
| Maranguape  | 256   | 205 | 619   | 67  | 1.147 |
| Igarassú    | 774   | 603 | 1.871 | 164 | 3.412 |
| Itamaracá   | 720   | 552 | 1.431 | 200 | 2.903 |
| Goiana      | 2.094 | 969 | 4.063 | 386 | 7.512 |
| Tejucupapo  | 496   | 324 | 988   | 49  | 1.857 |
| Taquara     | 280   | 233 | 1.276 | 59  | 1.848 |
| Alhambra    | 248   | 152 | 375   | 53  | 828   |
| Exú         | 15    | 19  | 40    | 10  | 84    |

Fonte: Mapa que Mostra o Numero dos Habitantes das Quatro Capitanias deste Governo: A saber, Pernambuco, Paraíba, Rio grande, e Ciara, o seguinte. Freguezias de que se compõe as sinco Comarcas Eccleziasticas. Martinho de Melo e Castro. 25 de Setembro de 1782. A.H.U., PE, p.a., Caixa 73. LAPEH - UFPE.

**Quadro 8 - População Feminina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1782:**

| <i>FREGUESIA</i>         | <i>Até 7 anos</i> | <i>De 8 a 14 anos</i> | <i>De 15 a 50 anos</i> | <i>Acima de 50 anos</i> | <i>Total</i> |
|--------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|--------------|
| Sé de Olinda             | 608               | 555                   | 2.418                  | 2.012                   | 5.593        |
| São Pedro Mártir         | 254               | 123                   | 424                    | 112                     | 913          |
| Vila do Recife           | 1.354             | 906                   | 6.888                  | 1.251                   | 10.399       |
| Várzea                   | 463               | 345                   | 1.256                  | 23                      | 2.087        |
| São Lourenço da Mata     | 841               | 458                   | 1.421                  | 416                     | 3.136        |
| Tracunhaém               | 1.750             | 1.122                 | 2.569                  | 859                     | 6.300        |
| Luz                      | 1.140             | 1.534                 | 2.171                  | 831                     | 5.676        |
| Santo Antão              | 842               | 378                   | 991                    | 222                     | 2.433        |
| Jaboatão                 | 1.005             | 730                   | 1.986                  | 565                     | 4.286        |
| Muribeca                 | 889               | 629                   | 1.566                  | 154                     | 3.238        |
| Cabo                     | 1.090             | 770                   | 2.687                  | 790                     | 5.337        |
| Ipojuca                  | 1.151             | 730                   | 2.304                  | 611                     | 4.796        |
| Serinhaém                | 1.139             | 811                   | 2.356                  | 552                     | 4.858        |
| Una                      | 703               | 560                   | 421                    | 349                     | 2.033        |
| São Bento de Porto Calvo | 370               | 186                   | 890                    | 140                     | 1.586        |

|   |       |       |       |     |       |
|---|-------|-------|-------|-----|-------|
| Porto Calvo                                   | 640   | 439   | 858   | 415 | 2.352 |
| Camaragibe                                    | 678   | 453   | 1.178 | 544 | 2.853 |
| Alagoas do Norte                              | 674   | 417   | 1.195 | 389 | 2.675 |
| Vila das Alagoas                              | 458   | 386   | 1.532 | 312 | 2.688 |
| São Miguel das Alagoas                        | 156   | 466   | 840   | 700 | 2.162 |
| Penedo  | 963   | 1.456 | 1.935 | 484 | 4.838 |
| São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul | 546   | 452   | 895   | 348 | 2.241 |
| Cabrobó                                       | 590   | 418   | 961   | 307 | 2.276 |
| Limoeiro                                      | 30    | 16    | 55    | 28  | 129   |
| Escada  | 74    | 42    | 92    | 34  | 242   |
| Atalaia                                       | 479   | 230   | 656   | 146 | 1.511 |
| Porto Real                                    | 24    | 24    | 27    | 39  | 114   |
| Águas Bellas                                  | 53    | 30    | 120   | 100 | 303   |
| Cimbres                                       | 204   | 117   | 245   | 62  | 628   |
| Assumpção                                     | 94    | 47    | 107   | 87  | 335   |
| Santa Maria                                   | 45    | 55    | 96    | 40  | 236   |
| Mirim   | 159   | 120   | 300   | 120 | 699   |
| Poxim   | 216   | 259   | 663   | 144 | 1.282 |
| Tacarátú                                      | 254   | 199   | 334   | 215 | 1.002 |
| Bom Jardim                                    | 670   | 452   | 775   | 272 | 2.169 |
| Bezerros                                      | 258   | 164   | 339   | 71  | 832   |
| Garanhuns                                     | 685   | 346   | 684   | 48  | 1.763 |
| Maranguape                                    | 246   | 179   | 544   | 189 | 1.158 |
| Igarassú                                      | 758   | 533   | 1.827 | 376 | 3.494 |
| Itamaracá                                     | 603   | 521   | 1.190 | 408 | 2.722 |
| Goiana  | 1.595 | 966   | 3.450 | 983 | 6.994 |
| Tejucupapo                                    | 430   | 204   | 996   | 79  | 1.709 |
| Taquara                                       | 216   | 249   | 980   | 430 | 1.875 |
| Alhambra                                      | 301   | 131   | 415   | 94  | 941   |
| Exú   | 13    | 16    | 44    | 9   | 82    |

Fonte: Mapa que Mostra o Numero dos Habitantes das Quatro Capitãias deste Governo: A saber, Pernambuco, Paraíba, Rio grande, e Ciara, o seguinte. Freguezias de que se compõe as cinco Comarcas Eccleziasticas. Martinho de Melo e Castro. 25 de Setembro de 1782. A.H.U., PE, p.a., Caixa 73. LAPEH - UFPE.

Os quadros 7 e 8 apontam a existência de outras freguesias, além do Recife, com números superiores de mulheres em 1782. De todas as dezessete freguesias com mais de cinco mil habitantes, total que pode ser observado no quadro 1, sete delas apresentam

números superiores para a população feminina. Entre elas, Recife e Penedo detêm uma desproporção significativa, com uma diferença de mais de mil mulheres nos números absolutos.

Este é um período, a década de 1780, onde a zona canavieira já tem superado os conflitos do fim do século XVII. O que exclui, portanto, a guerra, e logo a mortandade masculina advinda dela, como fator explicativo da superioridade demográfica do sexo feminino em determinadas vilas da capitania. No entanto, a existência de conflitos em outras áreas da América portuguesa, como a Colônia do Sacramento, leva a Coroa a procurar recursos humanos também em Pernambuco, o que pode provocar na população o medo do recrutamento militar e, como vimos, a omissão de homens nos registros populacionais.<sup>126</sup>

Outra justificativa para essa desproporção seria a migração interna na América portuguesa: a emigração de homens da zona do açúcar para regiões de colonização mais recente, como o sertão pecuarista ou a área mineradora. E para qualquer dessas explicações teríamos a desproporção entre gêneros mais acentuada na faixa etária de 15 a 60 anos, a idade produtiva, e a idade para os recrutamentos. E, realmente, se compararmos os dados dos quadros 7 e 8 podemos observar que as freguesias da Vila do Recife, Várzea, Luz, Tejucupapo, Santo Antônio, Vila de Alagoas, Penedo, Escada, Águas Belas, Cimbres, Santa Maria, Tacaratú, Alhambra e Exú apontam uma superioridade de mulheres em idade produtiva. Dessas, Alhambra, Santa Maria e Águas Belas, enquanto distritos de índios, têm essa desproporção provavelmente causada pela fuga dos homens índios que tentam evitar o trabalho compulsório.<sup>127</sup>

Como já vimos, em 1782 a maior desproporção entre os gêneros encontra-se nas freguesias de Recife e Penedo, tanto no total da população quanto na faixa etária produtiva. Para 1788, por sua vez, a população masculina produtiva de Penedo cresce, assim como a população feminina produtiva da Freguesia da Sé de Olinda, como podemos observar nos quadros 9 e 10.

---

<sup>126</sup> Durante a década de 1770, a administração colonial desloca diversos corpos de tropas de Pernambuco para a Colônia do Sacramento, o que causa insatisfações internas na capitania. Cf. SILVA. **O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial**. Op. cit. p. 215-216. Esses deslocamentos podem ser a causa do número inferior de homens em idade produtiva no Recife, ou a causa de sua fuga da vila.

<sup>127</sup> SMITH. In **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**. Op. cit.

**Quadro 9 - População Masculina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1788:**

| <i>FREGUESIA</i>                | <i>Até 7 anos</i> | <i>De 8 a 15 anos</i> | <i>De 16 a 60 anos</i> | <i>Acima de 60 anos</i> | <i>Total</i> |
|---------------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|--------------|
| Sé de Olinda                    | 848               | 628                   | 3.086                  | 158                     | 4.720        |
| São Pedro Mártir de Olinda      | 133               | 83                    | 305                    | 44                      | 565          |
| São Pedro Glorioso do Recife    | 585               | 225                   | 2.947                  | 163                     | 3.920        |
| Santíssimo Sacramento do Recife | 1.244             | 1.075                 | 3.569                  | 275                     | 6.163        |
| Povoação da Várzea              | 471               | 325                   | 1.158                  | 143                     | 2.097        |
| São Lourenço da Mata            | 552               | 365                   | 1.945                  | 116                     | 2.978        |
| Santo Antônio de Tracunhaém     | 2.994             | 3.402                 | 3.001                  | 210                     | 9.607        |
| Povoação da Luz                 | 1.567             | 1.227                 | 3.855                  | 257                     | 6.906        |
| Santo Antão da Mata             | 812               | 858                   | 1.670                  | 224                     | 3.564        |
| Santo Amaro de Jaboaão          | 1.182             | 817                   | 2.284                  | 201                     | 4.484        |
| Povoação da Moribeca            | 617               | 582                   | 1.630                  | 150                     | 2.979        |
| Santo Antonio do Cabo           | 1.526             | 862                   | 3.944                  | 229                     | 6.561        |
| Ipojuca                         | 1.183             | 994                   | 4.313                  | 381                     | 6.871        |
| Serinhaém                       | 1.042             | 892                   | 2.478                  | 648                     | 5.060        |
| Povoação de Una                 | 1.458             | 921                   | 3.162                  | 248                     | 5.789        |
| São Bento de Porto Calvo        | 435               | 162                   | 1.061                  | 151                     | 1.809        |
| Porto Calvo                     | 769               | 661                   | 1.886                  | 163                     | 3.479        |
| Camaragibe                      | 160               | 505                   | 1.365                  | 605                     | 2.635        |
| Santa Luzia do Norte            | 781               | 451                   | 1.340                  | 120                     | 2.692        |
| Vila das Alagoas                | 292               | 503                   | 1.520                  | 124                     | 2.439        |
| São Miguel das Alagoas          | 214               | 222                   | 1.059                  | 133                     | 1.628        |
| Palmeira dos Índios             | 94                | 42                    | 92                     | 21                      | 249          |
| Vila da Atalaia                 | 590               | 152                   | 768                    | 102                     | 1.612        |
| Santa Ana de Campo Largo        | 328               | 212                   | 818                    | 72                      | 1.430        |

|                                    |       |       |       |     |        |
|------------------------------------|-------|-------|-------|-----|--------|
| Penedo                             | 806   | 423   | 2.703 | 157 | 4.089  |
| São Francisco do Rio Grande do Sul | 790   | 480   | 1700  | 205 | 3.175  |
| Santa Maria dos Índios             | 92    | 30    | 116   | 8   | 246    |
| Porto da Folha                     | 682   | 281   | 1.023 | 45  | 2.031  |
| Povoação do Cabrobó                | 690   | 557   | 1.622 | 65  | 2.934  |
| Povoação do Limoeiro               | 14    | 10    | 23    | 4   | 51     |
| Nossa Senhora da Escada            | 96    | 72    | 177   | 13  | 358    |
| São Miguel dos Barreiros           | 108   | 75    | 146   | 4   | 333    |
| Porto Real                         | 43    | 23    | 124   | 4   | 194    |
| Águas Belas                        | 177   | 115   | 289   | 22  | 603    |
| Cimbres                            | 230   | 165   | 397   | 32  | 824    |
| Assumpção                          | 95    | 142   | 117   | 9   | 363    |
| Povoação de Mirim                  | 255   | 206   | 538   | 62  | 1.061  |
| Povoação de Poxim                  | 401   | 265   | 853   | 72  | 1.591  |
| Povoação de Tacaratú               | 453   | 384   | 883   | 66  | 1.786  |
| Bom jardim                         | 501   | 960   | 1.066 | 116 | 2.643  |
| Sertão de Bezerras                 | 468   | 270   | 769   | 61  | 1.568  |
| Garanhuns                          | 300   | 400   | 800   | 90  | 1.590  |
| Pilão Arcado                       | 355   | 278   | 926   | 72  | 1.631  |
| Maranguape                         | 277   | 245   | 659   | 66  | 1.247  |
| Igarassú                           | 677   | 636   | 1.535 | 200 | 3.048  |
| Itamaracá                          | 819   | 485   | 1.740 | 500 | 3.544  |
| Goiana                             | 3.235 | 1.226 | 6.241 | 633 | 11.335 |
| Tejucupapo                         | 520   | 260   | 1.216 | 98  | 2.094  |
| Taquara                            | 265   | 281   | 985   | 46  | 1.577  |
| Alhambra de Índios                 | 231   | 143   | 262   | 46  | 682    |
| Povoação de Tambémé                | 1.180 | 843   | 1.560 | 139 | 3.722  |

Fonte: Mapa que Mostra o Número dos habitantes das quatro Capitãncias deste Governo: Pernambuco; Paraíba; Rio Grande; e Ceará divididas nas 5 Comarcas Eclesiásticas. Martinho de Melo e Castro. 31 de Outubro de 1791. Relativo ao ano de 1788. A.H.U., PE, p.a., Caixa 88. LAPEH - UFPE.

**Quadro 10 - População Feminina das Freguesias da Comarca de Olinda em 1788:**

| <i>FREGUESIA</i>                | <i>Até 7 anos</i> | <i>De 8 a 15 anos</i> | <i>De 16 a 60 anos</i> | <i>Acima de 60 anos</i> | <i>Total</i> |
|---------------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|--------------|
| Sé da Cidade de Olinda          | 911               | 561                   | 3.313                  | 1.065                   | 5.850        |
| São Pedro Mártir de Olinda      | 138               | 98                    | 343                    | 79                      | 658          |
| São Pedro Glorioso do Recife    | 523               | 386                   | 2.706                  | 308                     | 3.923        |
| Santíssimo Sacramento do Recife | 953               | 1.072                 | 5.038                  | 470                     | 7.533        |
| Povoação da Várzea              | 461               | 380                   | 1.232                  | 305                     | 2.378        |
| São Lourenço da Mata            | 595               | 445                   | 1.519                  | 90                      | 2.649        |
| Santo Antonio de Tracunhaém     | 1.014             | 2.001                 | 2.989                  | 407                     | 6.411        |
| Povoação da Luz                 | 1.305             | 974                   | 3.802                  | 563                     | 6.644        |
| Santo Antão da Mata             | 842               | 383                   | 1.622                  | 220                     | 3.522        |
| Santo Amaro de Jaboaão          | 1.086             | 763                   | 2.184                  | 405                     | 4.438        |
| Povoação da Moribeca            | 589               | 629                   | 1.659                  | 163                     | 3.040        |
| Santo Antonio do Cabo           | 1.377             | 851                   | 3.341                  | 507                     | 6.076        |
| Ipojuca                         | 1.126             | 826                   | 4.365                  | 449                     | 6.766        |
| Villa de Serinhaém              | 1.270             | 1.704                 | 1.704                  | 735                     | 5.413        |
| Povoação de Una                 | 1.210             | 901                   | 2.886                  | 262                     | 5.259        |
| São Bento de Porto Calvo        | 348               | 124                   | 1.085                  | 198                     | 1.755        |
| Porto Calvo                     | 773               | 521                   | 1.551                  | 302                     | 3.147        |
| Camaragibe                      | 203               | 430                   | 1.501                  | 420                     | 2.554        |
| Santa Luzia do Norte            | 780               | 504                   | 1.229                  | 400                     | 2.913        |
| Vila das Alagoas                | 234               | 322                   | 1.588                  | 281                     | 2.425        |
| São Miguel das Alagoas          | 311               | 333                   | 1.155                  | 306                     | 2.105        |
| Palmeira dos Índios             | 73                | 46                    | 91                     | 21                      | 231          |
| Vila da Atalaia                 | 379               | 169                   | 792                    | 291                     | 1.631        |
| Santa Anna de                   | 326               | 197                   | 619                    | 82                      | 1.224        |



|                                    |       |       |       |       |        |
|------------------------------------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Campo Largo                        |       |       |       |       |        |
| Vila do Penedo                     | 821   | 313   | 2.516 | 214   | 3.64   |
| São Francisco do Rio Grande do Sul | 816   | 400   | 1.503 | 302   | 3.021  |
| Vila de Santa Maria dos Índios     | 98    | 32    | 127   | 31    | 288    |
| Porto da Folha                     | 628   | 288   | 990   | 88    | 1.994  |
| Povoação do Cabrobó                | 689   | 544   | 1.362 | 60    | 2.655  |
| Povoação do Limoeiro               | 16    | 12    | 29    | 7     | 64     |
| Nossa Senhora da Escada            | 103   | 70    | 141   | 37    | 351    |
| São Miguel dos Barreiros           | 90    | 52    | 155   | 12    | 309    |
| Porto Real                         | 41    | 33    | 104   | 11    | 189    |
| Águas Belas                        | 147   | 72    | 310   | 40    | 569    |
| Vila de Cimbres                    | 198   | 140   | 445   | 77    | 860    |
| Vila da Assumpção                  | 118   | 60    | 193   | 50    | 421    |
| Povoação de Mirim                  | 264   | 190   | 640   | 77    | 1.171  |
| Povoação de Poxim                  | 350   | 247   | 634   | 156   | 1.387  |
| Povoação de Tacaratú               | 468   | 311   | 779   | 72    | 1.630  |
| Bom jardim                         | 655   | 904   | 2.009 | 137   | 3.705  |
| Sertão de Bezerros                 | 387   | 245   | 724   | 106   | 1462   |
| Garanhuns                          | 400   | 900   | 1.000 | 112   | 2.412  |
| Pilão Arcado                       | 326   | 256   | 789   | 114   | 1.485  |
| Maranguape                         | 252   | 192   | 684   | 120   | 1.248  |
| Vila do Igarassú                   | 597   | 425   | 1.471 | 293   | 2.786  |
| Itamaracá                          | 773   | 504   | 1.698 | 564   | 3.539  |
| Goiana                             | 2.17  | 1.841 | 4.611 | 1.719 | 10.288 |
| Tejucupapo                         | 401   | 205   | 1.514 | 122   | 2.242  |
| Taquara                            | 238   | 234   | 1.002 | 139   | 1.613  |
| Alhambra de Índios                 | 272   | 111   | 317   | 116   | 816    |
| Povoação de També                  | 1.155 | 760   | 1.400 | 279   | 3.594  |

Fonte: Mapa que Mostra o Número dos habitantes das quatro Capitâneas deste Governo: Pernambuco; Paraíba; Rio Grande; e Ceará divididas nas 5 Comarcas Eclesiásticas. Martinho de Melo e Castro. 31 de Outubro de 1791. Relativo ao ano de 1788. A.H.U., PE, p.a., Caixa 88. LAPEH - UFPE.

Nesses quadros as vilas açucareiras surgem como importantes centros urbanos, sobressaindo-se inclusive do ponto de vista demográfico, apesar da importância política de Recife e Olinda, como núcleos populacionais de destaque.

Em 1788, por sua vez, a vila do Recife possui com uma população produtiva feminina de 7.744 mulheres, em suas duas freguesias, contra 6.516 homens também em idade produtiva. E mesmo em 1782, apesar de na faixa etária produtiva os homens prevalecerem, a diferença é pouco significativa: 6.888 homens e 6.516 mulheres. Essa situação distingue o Recife dos principais núcleos urbanos da capitania onde prevalece a população masculina: Tracunhaém, Porto Calvo, Itamaracá, Goiana e Igarassú são todas vilas onde predomina a população produtiva masculina, o que está de acordo com sua situação de grandes centros escravistas.

Novamente, essa distinção entre gêneros pode estar interligada ao fato de tropas burocráticas da Coroa estarem estacionadas em Recife.

Olinda, por sua vez, em 1782 não tem nenhuma freguesia com mais de 5 mil habitantes, ficando abaixo de diversos outros núcleos apesar de sua situação política hegemônica. Na década de 1680, a cidade registra 500 fogos habitados unicamente por uma população livre e pobre.<sup>128</sup> Mas é o século XVIII que oferece maiores informações sobre o tipo de reocupação urbana feita na cidade a partir do pós-guerra.

#### Quadro 11 - População de Olinda em 1782:

| <b>Núcleo Urbano de Olinda</b> | <b>homens</b> | <b>mulheres</b> | <b>Total</b>  |
|--------------------------------|---------------|-----------------|---------------|
| Freguesia da Sé de Olinda      | 3.795         | 5.593           | 9.388         |
| Freguesia de São Pedro Mártir  | 884           | 913             | 1.797         |
| <b>Soma</b>                    | <b>4.679</b>  | <b>6.506</b>    | <b>11.185</b> |

Fonte: Mapa que Mostra o Numero dos Habitantes das Quatro Capitancias deste Governo: A saber, Pernambuco, Paraíba, Rio grande, e Ciara, o seguinte. Freguezias de que se compõe as sinco Comarcas Eccleziasticas. Martinho de Melo e Castro. 25 de Setembro de 1782. A.H.U., PE, p.a., Caixa 73. LAPEH - UFPE.

<sup>128</sup> PEREIRA. Op. cit. p. 281

**Quadro 12 - População em Olinda em 1788:**

| <b>Núcleo Urbano de Olinda</b> | <b>homens</b> | <b>mulheres</b> | <b>Total</b> |
|--------------------------------|---------------|-----------------|--------------|
| Freguesia da Sé de Olinda      | 4.723         | 5.856           | 10.579       |
| Freguesia de São Pedro Mártir  | 557           | 667             | 1.224        |
| <b>Soma</b>                    | 5.280         | 6.523           | 11.803       |

Fonte: Mapa que Mostra o Número dos habitantes das quatro Capitânicas deste Governo: Pernambuco; Paraíba; Rio Grande; e Ceará divididas nas 5 Comarcas Eclesiásticas. Martinho de Melo e Castro. 31 de Outubro de 1791. Relativo ao ano de 1788. A.H.U., PE, p.a., Caixa 88. LAPEH - UFPE.

Os quadros 11 e 12 ilustram tanto a desproporção de gêneros em benefício da população feminina, em situação similar ao Recife, quanto o pequeno crescimento populacional da cidade entre 1782 e 1788 se comparada ao Recife no mesmo período. A diferença no crescimento entre as duas povoações pode advir do processo de reestruturação da capitania a partir da restauração, com o comércio centrando-se no Recife e provocando uma estagnação em Olinda. Lembremos que no caso da desproporção de gêneros, também Olinda é sede de tropas burocráticas no segundo período português.

Outro ponto a ressaltar nos quadros 11 e 12 é uma maior concentração populacional na Freguesia da Sé do que em São Pedro Mártir. A cidade parece manter sua população atrelada à Freguesia da Sé, ou seja, no antigo centro da cidade, em detrimento da Freguesia de São Pedro Mártir, área de habitação da *plebe*. Essa observação parece contrariar os cronistas que apresentam a reconstrução urbana de Olinda realizada a partir da Freguesia de São Pedro Mártir, devido ao abandono da Freguesia da Sé pelas elites. Mas é possível que a Freguesia da Sé tenha sua população aumentada a partir das camadas mais baixas, o que concordaria com os relatos acerca da aura de pobreza da cidade.

Todas essas considerações nos levam a perceber que a zona açucareira da capitania de Pernambuco abriga núcleos populacionais de tamanho considerável, o que sugere um comércio interno ativo e uma sociedade urbanizada na região. E se refletirmos que os núcleos urbanos na colônia são tanto centros de poder político quanto centros comerciais,<sup>129</sup> a rede urbana da região açucareira de Pernambuco aparece, assim, também como um pólo militar, estando as tropas burocráticas estacionadas em Recife e Olinda, e as tropas

---

<sup>129</sup> ZANCHETTI. Op. cit.

auxiliares, inclusive de homens de cor, em vilas como Goiana, Tracunhaém, Porto Calvo, Serinhaém e Igarassú.<sup>130</sup>

Por outro lado, é ainda notável estar no Recife o maior contingente de população recrutável da capitania. Assim, em termos de possibilidades de recrutamento, em 1782 o Recife possui um contingente teoricamente recrutável de cerca de 4.814 homens. Consideremos, no entanto, o fato de que esses números incluem os homens da elite, que em geral pouco participam da estrutura burocrática militar. No mesmo período Goiana tem 7.513 pessoas em idade produtiva, sendo destas 4.063 do sexo masculino, o Cabo tem 6.337 pessoas com 3.650 homens, Tracunhaém 6.019 dos quais 3.450 são homens produtivos, e Ipojuca possui um total produtivo de 5.319, com 3.015 homens.<sup>131</sup>

Esses contingentes, todavia, contabilizam também os escravos, que não são recrutáveis. Apesar disso, uma vez que a população livre é maior do que a escrava em Pernambuco, como os quadros 3 e 4 indicam, podemos considerar os núcleos urbanos com maior contingente masculino produtivo aqueles com a maior possibilidade de terem seus homens recrutados e deslocados. No entanto, em geral esses núcleos demograficamente mais significativos apenas mobilizam tropas auxiliares, pois o recrutamento para a tropa de linha, o exército profissional, parece ser realizado apenas em Recife e Olinda, onde as guarnições dessa tropa estão situadas. E assim é que ao observamos uma vila como Goiana, uma vila grande, próspera e com excedente de homens produtivos, mas sem guarnições burocráticas, isso nos leva a considerar que as guarnições burocráticas centralizadas em Recife e Olinda não são definidas apenas pelos índices populacionais, visto Goiana possuir contingentes recrutáveis maiores que Olinda, mas estão muito dependentes também da função política detida por esses centros.

---

<sup>130</sup> SILVA. *O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial*. Op. cit. p. 88-93.

<sup>131</sup> Goiana é uma vila bastante próspera no início do XVIII, a ponto de, em 1722, ter criada sua própria Casa de Misericórdia, fundada devido à extinção da instituição similar na Vila de Itamaracá, capital da capitania que decrescia em comparação com Goiana. Esta termina, finalmente, por se tornar a sede. COSTA. *Anais Pernambucanos*. Op. cit. Vol. 5. P. 317. Tracunhaém, por sua vez, torna-se freguesia em 1690, desmembrada de São Lourenço da Mata. Em meados de XVIII aparece como uma povoação próspera, com três irmandades, sendo uma de Nossa Senhora do Rosário e outra do Santíssimo Sacramento. Em 1746 tem em sua organização militar 1 companhia de cavalaria, 1 de henriques e 8 de ordenanças, com um total de 685 praças. COSTA. *Anais Pernambucanos*. Op. cit. Vol. 5. P. 332-333. Tanto as irmandades quanto as companhias de tropas auxiliares indicam a significância dos homens livres, inclusive negros, nessa vila. Essa formação de tropas, todas auxiliares, aponta para certo grau de desenvolvimento populacional, com homens negros livres na povoação, talvez oriundos da própria zona rural, uma vez que Tracunhaém é área de engenhos, possuindo, em 1799, 40 deles.

Seja como for, todas essas reflexões apontam para o potencial militar dos núcleos urbanos do açúcar. A alta concentração demográfica nessas vilas tanto favorece uma economia dinâmica, secundária à agroindústria e que cria meios para a existência de trabalhadores livres e alforriados; quanto fornece, justamente pela existência desses trabalhadores, um repositório humano aproveitado pela Coroa portuguesa em seus projetos de expansão colonial. Assim, o efervescente cenário de Recife no segundo período português, acompanhado por Olinda, Goiana, Tracunhaém e outras vilas açucareiras, serve de palco para a interação entre os grupos sociais livres e a organização militar régia. O Recife, principalmente, surge então como fonte de recursos humanos para os projetos militares da Coroa, sendo a conquista do sertão um deles.

Os números populacionais, dessa forma, mais do que ressaltar a dinâmica dos núcleos urbanos da área açucareira destacam também sua função militar a partir da constatação da existência desse repositório militar, compreendido nos homens livres em idade produtiva. É ao sintetizarmos todas essas reflexões que podemos chegar a definir melhor os pobres livres das vilas açucareiras de Pernambuco e seu papel social dentro da expansão colonizadora da zona canavieira.

## 1.4 – CONDIÇÕES DE VIDA DA *PLEBE* NA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA

*“Sendo a Nobreza alma de huma República, o seu corpo se compoem de homens mecanicos, assim chamados das artes mecanicas, ou servis, que exercitão, como carpinteiros, pedreiros, Alfayates etc, e de povo miudo, que he a gente Popular, Plebe, e Povo. (...)*

*Não he facil determinar nestas Provincias quaes sejam os homens da Plebe; porque todo aquelle que he branco na cor, entende estar fora da esfera vulgar. Na sua opinião o mesmo he ser alvo, que ser nobre, nem porque exercitem officios mecanicos perdem esta presumpção, (...) O vulgo de cor parda, cõ o immoderado desejo das honras de que o priva não tanto o acidente, como a substancia, mal se acomoda com as diferenças. O da cor preta tanto se vê com a liberdade, cuida que nada mais lhe falta para ser como os brancos.”<sup>132</sup>*

*Domingos Loreto Couto*

Ao esmiuçarmos os amplos contingentes de habitantes das vilas do açúcar chegamos a nos defrontar com esta descrição que o escritor Domingos Loreto Couto tece acerca do povo de Pernambuco no século XVIII. Uma narrativa que ressalta o fato de que, para além dos engenhos, a sociedade do açúcar apresenta uma tal diversidade de condições sociais e de atividades profissionais em seus núcleos urbanos que permite ao imaginário dominante a construção de uma hierarquização própria para as camadas populares.

Loreto Couto chega mesmo a distinguir os oficiais mecânicos da *plebe*. No entanto, critica igualmente em todos o fato de perseguirem a ascensão social através das honrarias barrocas, independente do nível social a que pudessem pertencer. E é dentre esses oficiais mecânicos e essa *plebe*, esses brancos pobres e homens de cor livres, que a Coroa encontra aquele repositório humano para a conquista do sertão. Personagens estes pertencentes a grupos sociais característicos não apenas das vilas de Pernambuco, mas de toda a área canavieira do Brasil colonial.

Esta sociedade açucareira, que abrange áreas produtivas do Recôncavo baiano aos engenhos do Rio Grande, constitui-se como um complexo sócio-econômico cujos pólos principais são a cidade de Salvador, sede do governo geral e do comércio do Recôncavo, e Recife/Olinda, centros de comércio e influência política sobre as capitanias anexas. Um

---

<sup>132</sup> COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e Glória de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1981. P. 226-227.

complexo que apresenta características estruturais semelhantes para todo seu território, fazendo com que o ato de observar uma única cidade dessa rede urbana, seja também o ato de observar toda a rede urbana.

É dentro dessa perspectiva que tanto Recife, quanto Olinda, quanto a cidade de Salvador se tornam objetos ideais para análise da estrutura social da região nos séculos XVII e XVIII.

Como parte integrante de uma sociedade escravocrata, a estrutura social de Salvador, por exemplo, tem sua principal base classificatória na distinção jurídica entre senhores e escravos. Assim, no século XVII podemos encontrar os grupos sociais da Bahia organizados em três níveis: no topo da pirâmide social, os representantes dos poderes militar, civil e religioso, além dos senhores de engenho; seguidos por uma massa de população livre, composta de funcionários subalternos, soldados burocráticos e pequenos comerciantes, taberneiros, vendeiros, e artesãos; e, embaixo da pirâmide, os escravos e vagabundos livres.<sup>133</sup>

No século XVIII podemos perceber a continuidade dessa estrutura social, onde no topo da hierarquia persistem os altos funcionários, militares de alta patente, alto clero, grandes mercadores e os latifundiários; seguidos por funcionários e militares de médio escalão, clero regular e secular, comerciantes e profissionais liberais, médios proprietários e mestres de ofícios. Depois temos uma camada inferior da população livre composta por funcionários subalternos, soldados, oficiais mecânicos, comerciantes varejistas, profissionais liberais secundários. E na base da pirâmide os escravos, mendigos e vagabundos livres.<sup>134</sup>

Assim, tanto para o século XVII quanto para o XVIII podemos perceber a dinâmica desta população na existência de homens e mulheres livres tanto nos níveis dominantes, quanto nos níveis inferiores da sociedade. Estando esses últimos, por seu turno, muitas vezes com status próximo aos escravos.<sup>135</sup> Apesar disso, existe uma distinção social nítida

---

<sup>133</sup> Para Jancsó, o grupo dos marginalizados em Salvador parece ser composto basicamente por libertos inválidos. JANCÓS. **Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798**. Op. cit. p. 85. Ao observar a sociedade açucareira no XVII, por sua vez, Kátia Mattoso considera sua população livre ainda 'rala'. MATTOSO. **Bahia: A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX**. Op. Cit. P.159-160.

<sup>134</sup> Idem, p. 387

<sup>135</sup> A percepção da dinâmica da população livre açucareira contradiz as tradicionais visões esquemáticas da sociedade livre, que classificam toda a composição social dentro do esquema senhor/escravo. Essa crítica já é clássica, feita principalmente ao trabalho de Caio Prado Jr. Entre outros autores, ela é formulada por

entre quem nasce livre e quem se torna livre, entre o liberto e o homem livre:<sup>136</sup> uma distinção criada pela visão estamental que a Colônia mantém de si como uma sociedade baseada na classificação de ordens, onde o nascimento define os papéis sociais a serem desempenhados por cada indivíduo.

Como peças de uma mesma armação, as estruturas sociais de Pernambuco e Bahia são similares. Apesar disso, uma distinção entre as duas pode ser percebida no grande número de burocratas existente na sede da administração colonial e ausente em Pernambuco. A Bahia possui uma infra-estrutura administrativa que remonta ao século XVI, com Tomé de Souza, e depois com a fundação do Tribunal da Relação, enquanto em Pernambuco a burocracia apenas começa a ser significativa com o início do segundo período português, mas não chegando nunca a ter o porte de Salvador.

Seja como for, os fundamentos da estrutura social açucareira são firmados ainda no século XVI, período inicial da colonização deste território. E é nesse momento que encontramos também os primeiros elementos constituintes das camadas livres urbanas de Pernambuco e Bahia. Tomando o exemplo de Pernambuco, entre os primeiros reinóis emigrados, estão tanto artesãos e camponeses voluntários quanto os *degredados*. Estes últimos compõem um grupo bastante heterogêneo de homens e mulheres exilados permanente ou temporariamente por ações consideradas transgressoras pela ordem vigente. A Coroa os envia para a área açucareira, impondo-lhes a função de *'povoarem'* esse novo território colonial. Não são, todavia, bem recebidos nas costas da América. A reação dos colonos aos degredados pode ser medida pelo caso de Pernambuco, cujo donatário Duarte Coelho rejeita-os abertamente em um discurso bastante significativo da visão estamental do período: considera os degredados gente improdutiva, fadada à vadiagem, e que *"nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal e dano e, por sua causa, se fazem cada dia males e temos perdido o crédito que até aqui tínhamos com os indígenas. (...) não são para nenhum trabalho, vem pobres e nus e não podem deixar de usar de suas manhas (...)"*.<sup>137</sup>

---

CARDOSO, Ciro Flamarion. O Trabalho na Colônia. In LINHARES, Maria Yeda (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus. 1990. Pp.69-88.

<sup>136</sup> *"tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre. (...) os estigmas do cativo iam muito além do aspecto jurídico, determinando mesmo as próprias condições de vida do liberto."* OLIVERIA, Maria Inês Cortes de. **O Liberto, Seu Mundo e os Outros**. São Paulo: Corrupio. 1988. P. 11.

<sup>137</sup> CARTA de Duarte Coelho a El Rei de 15 de 12 de 1540. Apud PORTO, Costa. **Nos Tempos de Duarte Coelho**. Recife: Imprensa Universitária/ Universidade Federal de Pernambuco. 1968.



Um discurso que nos permite observar a formulação de uma certa imagem dos degredados: contraventores, pessoas sem habilidades profissionais que se tornam um fardo para a capitania. Por outro lado, as dificuldades para esse contingente de pobres portugueses deviam ser muitas, pois são em sua maioria exilados temporários que não conseguem se inserir como mão-de-obra em uma sociedade com poucas perspectivas de aproveitá-los produtivamente.<sup>138</sup>

Durante as primeiras décadas do século XVI, os degredados representam um importante contingente colonizador da zona do açúcar, contingente que vai, todavia, diminuindo significativamente a partir do final deste século.<sup>139</sup> Já durante o século XVII, são principalmente condenados temporários dentre os quais vários conseguem regressar ao Reino, o que contribui para que esse grupo pouco signifique enquanto elemento colonizador.<sup>140</sup> Dessa forma, os degredados vão se tornando gradativamente uma parcela pouco significativa da população livre na área açucareira. Enquanto isso, o imigrante comum do século XVII passa a ser identificado com o colono oriundo das camadas médias da sociedade portuguesa: São os artesãos, agricultores, comerciantes ou membros da pequena nobreza, como o próprio Duarte Coelho, que vem tentar a sorte na zona açucareira. É nesse momento que as camadas livres urbanas começam a surgir por toda a rede de cidades da zona açucareira. No final do século XVI, esses grupos sociais já podem ser percebidos em povoações como Olinda, Igarassú, a vila de Conceição e a Cidade da Paraíba.

E já nesse momento, a década de 1590, é possível encontrarmos entre essa população livre uma marcante diversidade de atividades profissionais. É o caso, por exemplo, dos inquéritos do visitador Heitor Mendonça Furtado, realizados nas vilas de Olinda, Igarassú, Itamaracá e Paraíba, e que descrevem a constituição de grupos sociais livres pobres com ofícios diversos, apontando para a configuração de um mercado de trabalho livre em Pernambuco já nesse período.

---

<sup>138</sup> PIERONI, Geraldo. **Os excluídos do reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil colônia**. Brasília: Ed. UNB/São Paulo: Imprensa Oficial. 2000. p. 268, 270.

<sup>139</sup> Idem, p. 284

<sup>140</sup> Idem, p. 270

**QUADRO 13 – Ofícios Mecânicos Mencionados nos Autos Inquisitoriais de Pernambuco, 1593-1595<sup>141</sup>:**

| <b>Ofício</b>                 | <b>Total de incidência profissional entre os depoentes</b> | <b>Homens Brasileiros (mazombos)</b> | <b>Homens Portugueses (reinóis)</b> | <b>Homens Cristãos Novos</b> | <b>Homens Pardos</b> | <b>Mulheres</b> |
|-------------------------------|--|--------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|----------------------|-----------------|
| Lavradores de roça indefinida | 46   | 3                                    | 23                                  | 10                           | 5                    | –               |
| Lavradores de cana            | 7  | –                                    | 5                                   | -                            | -                    | -               |
| Mercadores/tratantes          | 14   | –                                    | 13                                  | 4                            | –                    | –               |
| Feitores                      | 12   | –                                    | 11                                  | –                            | –                    | –               |
| Carpinteiros                  | 13   | –                                    | 9                                   | –                            | –                    | –               |
| Sapateiros                    | 7  | –                                    | 6                                   | –                            | 1                    | –               |
| Calafates                     | 1  | –                                    | –                                   | –                            | 1                    | –               |
| Alfaiates                     | 5  | 1                                    | 3                                   | 1                            | 1                    | –               |
| Pescadores                    | 5  | 1                                    | 2                                   | 1                            | –                    | –               |
| Torneiros                     | 1  | –                                    | 1                                   | –                            | –                    | –               |
| Purgadores                    | 2  | –                                    | 2                                   | –                            | –                    | –               |
| Ferreiros                     | 3  | –                                    | 2                                   | –                            | –                    | –               |
| Boticários                    | 3  | –                                    | 2                                   | 2                            | –                    | –               |
| Pasteleiros                   | 1  | –                                    | –                                   | –                            | -                    | –               |
| Barbeiros                     | 2  | –                                    | 1                                   | –                            | –                    | –               |
| Padeiros                      | 1  | –                                    | 1                                   | –                            | –                    | 1               |
| Mestres de                    | 2  | –                                    | 1                                   | –                            | –                    | –               |

<sup>141</sup> Para a feitura desse quadro trabalhamos com os dados pessoais fornecidos pelos denunciante e confidentes na introdução de cada interrogatório. Os números do total de depoentes não correspondem ao somatório das incidências por grupo classificatório, pois nem todos os depoentes se identificam plenamente. A classificação dos depoentes em brasileiros, portugueses, pardos e cristãos novos não segue um padrão de classificação étnica ou religiosa, mas procura inserir os depoentes nos grupos identitários aos quais diziam pertencer, seguindo assim seus discursos para conhecer suas identidades.

|                                   |   |   |   |   |   |   |
|-----------------------------------|---|---|---|---|---|---|
| Açúcar                            |   |   |   |   |   |   |
| Vendedores                        | 1 | – | 1 | – | – | 1 |
| Pedreiros                         | 6 | 1 | 5 | – | – | – |
| Soldados                          | 5 | 1 | 2 | – | 1 | – |
| Lavradores de mandioca            | 1 | – | 1 | – | – | – |
| Serralheiros                      | 1 | – | – | – | – | – |
| Mestres de moços                  | 4 | 1 | 3 | 3 | – | – |
| Lavradores de mantimento          | 3 | – | 3 | – | – | – |
| Carreiros                         | 5 | – | 4 | – | 1 | – |
| Vinhateiros                       | 1 | – | 1 | – | – | – |
| Seleiros                          | 1 | – | 1 | – | – | – |
| Marinheiro/grumete/piloto         | 9 | – | 8 | – | – | – |
| Oleiros                           | 4 | – | 2 | – | – | – |
| Pintores                          | 1 | – | 1 | – | – | – |
| Fiandeiros                        | 1 | – | – | – | – | – |
| <i>Que vivem de sua indústria</i> | 3 | 1 | 2 | – | – | 2 |
| Mestre de engenho                 | 1 | 1 | – | – | 1 | – |
| Vaqueiros                         | 3 | – | 2 | – | 1 | – |

Fonte: PRIMEIRA Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil; Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Recife: FUNDARPE. 1984.<sup>142</sup>

Podemos perceber no quadro acima, a diversidade de atividades profissionais na zona açucareira de Pernambuco no fim do século XVI, assim como a diversidade de

<sup>142</sup> Nos autos ainda são nomeados senhores de engenho, funcionários públicos, *pessoas que vivem de soldada*, escravos, moradores em casa de terceiros. Muitos dos pardos/pretos são também reinóis. Havendo também a incidência de brancos florentinos, alemães, espanhóis, flamengos e franceses. Dos 3 escravos vistos, todos são mamelucos e 2 são mulheres. Surgindo também pretos forros, de São Tomé.

identidades sociais entre os elementos que exercem essas atividades: reinóis, pardos, mazombos e cristãos-novos. Dos tipos sociais que participam da visitação podemos perceber uns poucos escravos negros, índios e mamelucos, e uma maioria de reinóis, em detrimento de mazombos e mestiços. Consideremos, todavia, que os reinóis dificilmente compõem o grupo numericamente majoritário da capitania de Pernambuco no século XVI. Sua predominância nos autos insinua, por outro lado, o pequeno interesse que índios e mestiços, assim como os escravos negros, mantêm nas atividades do Santo Ofício e da Igreja Católica, em um período onde a fusão cultural ainda não tornara os valores ibéricos preponderantes.

Dentro desse contexto, é perceptível a existência de grupos livres urbanos atuando no comércio e artesanato em Pernambuco já nesse período. Podemos observar, no quadro 13, o número de ofícios mecânicos então disponíveis como atividades profissionais para a população livre. Muitos deles estão ligados aos engenhos, mas outros já demonstram a existência de uma certa dinâmica social no meio urbano: mercadores, sapateiros, alfaiates, boticários, pasteleiros, barbeiros, padeiros, vendedores e vendeiras, marinheiros, pintores, mestres-escolas. Profissões que nos remetem à vida urbana, e a grande maioria das quais, nos autos, ocupadas por reinóis.

A intensa participação dos reinóis na vida colonial urbana de fins do XVI é visível no fato de que ocupam, nesse momento, mesmo os ofícios considerados mais degradantes pelo imaginário ibérico. O melhor exemplo é o dos criados/pagens do quadro 13, todos reinóis. Também a incidência de pescadores reinóis nos mostra sua participação em um mercado de trabalho tido como uma ocupação dominada pelos índios.<sup>143</sup>

Tanto pescadores como criados e pagens são trabalhadores mecânicos em atividades desonrosas para o imaginário barroco. Nesse sentido, a existência de brancos reinóis assumindo trabalhos desqualificantes para o imaginário dominante, pode indicar a escassez de outros tipos humanos que ocupem essas funções, em contraste com um excedente de brancos que, na impossibilidade de assumirem a tão sonhada posição de proprietários de terras, são obrigados a se ocupar desses ofícios.

---

<sup>143</sup> Veremos que nos séculos XVII e XVIII essa atividade é ofício dominado por negros livres e escravos. Cf. SILVA, Luiz Geraldo. **Os Pescadores na História do Brasil**. Vol. 1 (Colônia e Império). Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores. Vozes. 1988; SILVA. *A Faina, A Festa e o Rito – Uma Etnografia Histórica Sobre as Gentes do Mar* (Sécs. XVII ao XIX). Op.cit.

Durante esse período, podemos observar que o cenário do trabalho mecânico colonial ainda é dominado por atividades ligadas principalmente à indústria da cana. A própria documentação inquisitorial, apesar de centralizada nos espaços urbanos, apresenta como atividade profissional mais incidente o ofício de lavradores, tanto de cana quanto de mandioca e mantimentos. A lavra, principalmente de cana, se distancia do trabalho mecânico, assim como do cenário urbano, apresentando-se como atividade honrosa, ligada à propriedade da terra e ao status de senhor. A lide com a terra é mais qualificativa no imaginário barroco que qualquer trabalho mecânico. E dentro dessa mesma perspectiva, o quadro 13 aponta ainda uma série de ocupações mecânicas ligadas ao engenho como feitores, carpinteiros, calafates, torneiros, purgadores, ferreiros, mestres de açúcar, serralheiros, carreiros, vinhateiros, vaqueiros, seleiros, oleiros e *mestres de fazer engenho*. A incidência dessas profissões nos autos sugere, assim como os lavradores, a hegemonia do mundo rural da área açucareira até mesmo sobre os núcleos urbanos do século XVI.

Por outro lado, a segunda profissão mais incidente é a de mercador: uma atividade inserida no contexto urbano, mas que pela própria natureza exportadora da agroindústria canavieira, interliga a zona rural e a produção para o mercado externo. Dos 14 mercadores analisados no quadro acima, 13 são reinóis, 4 deles identificando-se como cristãos-novos. Os reinóis monopolizam o comércio de grosso trato, o comércio açucareiro, até o século XVIII, mas, no fim do século XVI parecem exercer também atividades no pequeno comércio. Exemplo disso é o fato de que se o termo *'mercador'*, utilizado nos autos, é abrangente aos diferentes níveis de comércio na colônia, já o também empregado termo *'tratante'*, é restrito a comerciantes menores, vendedores de balcão, e aqueles que trabalham diretamente com a venda, ou seja, os oficiais mecânicos. Atividades estas voltadas para um mercado interno, e que, a partir do século XVII, são desenvolvidas principalmente por homens de cor.

Dentre os trabalhadores mecânicos analisados no quadro 13, encontramos dois que se apresentam como apenas *'trabalhadores'*, um deles se descrevendo como *'trabalhador de enxada e foice'*, originário de Olinda. Esses *'trabalhadores'* poderiam ser lavradores de gêneros alimentícios, camponeses com pequenas roças de subsistência, ou ainda agregados em terras de terceiros, não parecendo o termo estar sendo utilizado para os oficiais

mecânicos. A condição de posseiro ou agregado parece se tornar, ao longo do segundo período português, preferível a de artesão ou comerciante, ainda que não seja tão rendosa.

De qualquer forma, no fim do século XVI, os agregados também são visíveis no meio urbano, alguns se nomeando sem ofício, e outros se descrevendo apenas como moradores em casa de terceiros. São personagens cuja sobrevivência depende de familiares: irmãos, primos, sobrinhos, parentes com ofício que os sustentam, aumentando, assim, os núcleos familiares. Todos esses agregados, desde que não o sejam de membros das elites açucareiras, são alvo para o recrutamento militar da Coroa, por não se caracterizarem como elementos produtivos.

E mesmo em 1590 esses elementos produtivos já são variados nas vilas do açúcar. Dentre os oficiais mecânicos em fins do quinhentos existem aqueles que se apresentam como '*vivendo de sua indústria*'. Sob essa nomenclatura o quadro 13 registra três pessoas, das quais duas são mulheres reinóis. Se considerarmos que '*indústria*' é provavelmente outra denominação para o trabalho mecânico, citadino ou rural, já entrevemos aqui as precursoras das *ganhadeiras* dos séculos posteriores. No caso urbano, essa *indústria* pode indicar atividades desenvolvidas no serviço doméstico, venda de comestíveis, ou mesmo na mendicância. Das poucas mulheres que declaram ocupação profissional própria nos inquéritos, com exceção das escravas e forras, podemos identificar quatro mulheres reinóis, sendo uma vendedora, duas que se declaram vivendo de sua indústria, e uma padeira. Esta última sendo a única pessoa, nos autos, a exercer essa profissão. Uma profissão que, juntamente com a de pasteleiro e pintor, oferece pistas acerca da diversificação nascente do mercado de trabalho livre urbano e de uma incipiente dinâmica urbana, visto serem essas atividades supérfluas para a produção do açúcar.

Desses ofícios mecânicos, aquele que mais aparece nos autos é o de carpinteiro. Situação pouco surpreendente, considerando sua importância nos engenhos. No entanto, dos 13 carpinteiros apontados, 3 residem nos núcleos urbanos de Olinda e Itamaracá, 4 se declaram moradores nas vilas de Itamaracá, Igarassú e Cidade da Paraíba, não especificando se no núcleo urbano ou na zona rural, 1 é carpinteiro baiano estante na vila de Olinda, e apenas 5 são declaradamente moradores de fazendas e engenhos. Ou seja, mesmo para uma atividade com conotações nitidamente voltadas para a agroindústria

exportadora, a área açucareira do *Quinhentos* já oferece uma multiplicidade de campos de atuação.

Nesse sentido o quadro abaixo no ajuda a localizar esses múltiplos cenários em que vivem os oficiais mecânicos mencionados nos autos do Santo Ofício. Cenários que abarcam tanto a zona rural quanto já a área urbana.

**Quadro 14 – Espaços de Habitação dos Oficiais Mecânicos nos Autos Inquisitoriais de Pernambuco, 1593-1595:<sup>144</sup>**

| OFÍCIO      | LOCALIDADE   |
|-------------|--|
| Carpinteiro | morador de Olinda, rua do salvador.                            |
|             | morador de Itamaracá.  |
|             | morador em casa de lavrador na Várzea do Capibaribe.           |
|             | morador de Igarassú.   |
|             | morador de São Pedro Mártir, Olinda. Casa de terceiros.        |
|             | morador em engenho de terceiros.                               |
|             | ‘carpinteiro da ribeira’, morador de Itamaracá.                |
|             | morador da Bahia.  |
|             | morador em fazenda de terceiros.                               |
|             | morador em engenho de terceiro, Beberibe, Olinda.              |
|             | morador de Igarassú.   |
|             | morador de engenho, Cabo.                                      |
|             | morador das fronteiras da cidade da Paraíba.                   |
| Sapateiros  | morador na rua de João Eanes, freguesia da matriz, Olinda.     |
|             | morador em engenho de terceiros, Ipojuca.                      |
|             | morador na ladeira da Misericórdia, Olinda.                    |
|             | morador na freguesia de São Pedro, Olinda.                     |
|             | morador na Cidade da Paraíba.                                  |
|             | morador em Olinda.   |
|             | morador no Arrecife.   |
| Pescadores  | morador no Rio Jaguaribe, Olinda.                              |
|             | morador na Ilha de Itamaracá.                                  |
|             | morador da rua da cruz, freguesia de São Pedro Mártir, Olinda. |
|             | morador de rio do Extremo, freguesia de Santo Amaro, Olinda.   |

<sup>144</sup> Para a feitura desse quadro trabalhamos com os dados pessoais fornecidos pelos denunciante e confidentes na introdução de cada interrogatório.

|  |  |
|--|--|
|  | morador do rio Jaguaribe, Olinda.                        |
| Alfaiates                                  | morador no Varadouro, Olinda.                            |
|  | morador na rua de João Eannes, Olinda.                   |
|  | morador em frente da misericórdia, Olinda.               |
|  | morador da ladeira da matriz, Olinda.                    |
|  | morador de Olinda, em casa de terceiros                  |
| Pedreiros                                  | morador na rua de Santo Antônio, em Olinda.              |
|  | morador em fazenda de terceiro, Cabo.                    |
|  | morador em Olinda  |
|  | morador na rua Nova, em Olinda.                          |
|  | morador em Olinda.                                       |
|  | morador na freguesia da matriz, em Olinda.               |
| Oleiros                                    | morador na rua da rocha, freguesia de São Pedro, Olinda. |
|  | morador no termo de Igarassú.                            |
|  | morador em trapiche de terceiro, Ipojuca                 |
|  | morador na cidade da Paraíba.                            |
| Ferreiros                                  | morador no Arrecife                                      |
|  | morador em Itamaracá.                                    |
|  | morador em fazenda de terceiros, Santo Amaro, Olinda.    |
| Boticários                                 | morador em frente à Misericórdia, Olinda                 |
|  | morador em frente à Misericórdia, Olinda                 |
|  | morador em Olinda  |
| <i>Que vivem de sua indústria/ fazenda</i> | morador na rua da Misericórdia, Olinda                   |
|  | morador na barreta da freguesia do Arrecife.             |
|  | morador nos arrabaldes de Olinda.                        |
| Barbeiros                                  | morador na rua nova, Olinda                              |
|  | morador de Itamaracá                                     |
| Calafate                                   | morador do Arrecife de São Miguel                        |
| Torneiro                                   | morador na freguesia de São Pedro, Olinda                |
| Pasteleiro                                 | morador da freguesia de São Pedro Mártir, Olinda         |
| Padeira                                    | moradora no termo de Olinda                              |
| Serralheiro                                | morador em Igarassú                                      |
| Sirgueiro                                  | morador na rua nova, em Olinda.                          |
| Pintor                                     | morador em Olinda.                                       |

Fonte: PRIMEIRA Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil; Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Recife, FUNDARPE. 1984.

Os espaços de moradia dos oficiais mecânicos indicados no quadro acima nos sugerem a existência de um mercado de trabalho livre nos núcleos urbanos de Pernambuco



já em fins do século XVI.<sup>145</sup> Mercado de trabalho este com diversificada gama de atividades profissionais. Podemos assim identificar, além da já mencionada carpintaria, outros artesãos que trabalham nos núcleos urbanos, como é o caso dos cinco alfaiates mencionados: todos moradores da vila de Olinda.

Dos dois barbeiros mencionados no quadro 14, por sua vez, um é residente em Olinda, e o outro na Vila de Itamaracá. E ainda entre os quatro oleiros, um é morador de Olinda, um na Cidade da Paraíba, e dois em olarias rurais.

Já entre os sete sapateiros apenas um é morador de engenho. Dos outros, um é residente na Cidade da Paraíba, um no Arrecife de São Miguel, o Recife, e os demais em Olinda. O mesmo se dá com os seis pedreiros, dos quais cinco residem em Olinda, e com o pintor, o sirigueiro e a padeira: Todos moradores da vila de Olinda.

Assim, podemos considerar a partir dos quadros 13 e 14 que, apesar desta grande incidência de oficiais mecânicos urbanos provavelmente ser fruto de sua maior possibilidade de acesso ao visitador, em contraste com os oficiais rurais, sua freqüente menção nos autos pode também indicar a relevância que as atividades manuais desenvolvidas por esses personagens adquirem no meio urbano do período. Uma situação semelhante pode ser percebida com relação à existência de artífices obreiros livres e assalariados, indicados nos quadros como subalternos em oficinas de mestres artífices, quando, por outro lado, os registros para os séculos posteriores apontam principalmente para artífices obreiros escravos no mesmo tipo de oficinas.<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> Ofício mecânico, na sociedade colonial, é a denominação que corresponde aos trabalhos de artes manuais. Originários do medievo português, esses ofícios se organizam na colônia em corporações hierárquicas, com mestres, oficiais e artesãos, além dos aprendizes. VAINFAS. Op. cit. P. 434.

<sup>146</sup> Para esse momento encontramos menção aos seguintes artífices livres, obreiros de mestres artesãos: um alfaiate, obreiro de um mestre cristão-novo; um sapateiro obreiro de um mestre residente em engenho, e outro obreiro de um mestre residente na ladeira da Misericórdia, Olinda; um oleiro, aprendiz de mestre de trapiche, residente em engenho. **PRIMEIRA Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil; Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595**. Recife: FUNDARPE. 1984. P. 79, 212, 325, 425. As referências aos artífices escravos são variadas: para o Recife do XVII, SILVA. **A Propriedade Mercantil e a Propriedade Colonial: Uma Abordagem Interpretativa da Economia Colonial Do Nordeste (1690-1750)**. Op. cit. P.25-26 menciona, em uma única oficina oito mestres pedreiros escravos, fora os artesãos escravos que assistiam esses mestres.

Essa dinâmica de fins do século XVI contraria o discurso do Pe. Antônio Pires, que em 1550 escreve que “*a necessidade nos fez aprender todos os officiaes porque de mim vos digo, que pelos officios que nesta terra tenho aprendido poderia já viver.*”<sup>147</sup>

A situação descrita pelo padre aproxima-se das reclamações de Duarte Coelho sobre a improdutividade dos degredados. Talvez nesse momento, com o tráfico de escravos ainda se iniciando, e a situação temporária da maioria dos degredados cuja mentalidade contribui ainda para seu afastamento das atividades mecânicas, o número de artesãos seja menor do que o necessitado pela sociedade urbana. No entanto, devemos considerar que a vasta utilização da mão-de-obra indígena no século XVI contraria essa pretensa falta de artesãos e trabalhadores braçais no mercado.

De qualquer forma, a última década do século XVI vê a estruturação da colonização açucareira em Pernambuco com a formação de grupos sociais livres e de um mercado urbano onde artesãos e pequenos comerciantes livres atuam, diversificando as atividades econômicas desenvolvidas ao largo da agroindústria. Nesse contexto, percebemos uma significativa participação dos imigrantes reinóis que, vindos com o intuito de se tornarem senhores de terras, terminam, muitos deles, por desenvolver atividades mecânicas, contribuindo assim para a constituição dos grupos sociais intermediários na sociedade escravista.

Por outro lado, o aumento do tráfico de escravos para Pernambuco no século XVII fornece novos elementos para esse contexto social. E o crescimento da população escrava contribui, por sua vez, para o crescimento da população mestiça e do número de forros nas vilas de Pernambuco setecentista. Assim, os oficiais mecânicos já estabelecidos adquirem escravos que se tornam, por sua vez, eles próprios oficiais mecânicos. Emergindo, por sua vez, dentre essa camada de oficiais escravos um grupo de artesãos forros que engrossa as fileiras dos pobres produtivos ao ponto de, no século XVIII, já representarem a maior parte dos componentes do que Vilhena denomina de ‘*povo mecânico*’ na Bahia.<sup>148</sup>

Essa mudança substancial na composição da população livre das vilas açucareiras parece se dar no início do Seiscentos. Nesse momento, na primeira metade do século XVII,

---

<sup>147</sup>PIRES, Pe. Antonio. 2/8/1551, apud COSTA, f. A. Pereira da. Estudo Histórico-Retropesctivo Sobre as Artes em Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, vol. IX, 54. Pp. 3-45. Pág. 4.

<sup>148</sup>JANCSÓ. **Na Bahia, Contra o Império - História do Ensaio de Sedição de 1798**. Op. cit. p.84

um contemporâneo apresenta a estrutura social de Pernambuco organizada em cinco categorias: os marítimos e comerciantes, os oficiais mecânicos, os assoldados, os pequenos lavradores, e os grandes lavradores.<sup>149</sup> Uma classificação que apenas considera as camadas livres, excluindo tanto escravos quanto mendigos. Apesar disso, esses grupos mencionados para Pernambuco, encaixam-se em linhas gerais na estrutura social açucareira já observada do ponto de vista da Bahia, diferenciando-se, como já vimos, principalmente pela ausência de menção a funcionários régios.

Essas lacunas, escravos, mendigos e funcionários, têm significados diferentes. Uma vez que o cronista de *Diálogos das Grandezas do Brasil* procura engrandecer Pernambuco em seu discurso, exclui voluntariamente da descrição os grupos sociais que a seu ver denigrem a sociedade, ou que simplesmente são considerados insignificantes para constar da narrativa. Já a existência de uma burocracia, com funcionários reinóis de alto ou médio escalão, seria um fato considerado digno de monta na descrição da capitania, e mais um dado em sua afirmação da grandeza da mesma. Sendo assim, podemos perceber a ausência significativa de burocracia em Pernambuco antes do segundo período português, como uma característica que distingue essa sociedade da estrutura social baiana.

Por outro lado, uma característica comum à sociedade açucareira nos diferentes meios urbanos é a competição que o trabalho escravo oferece ao trabalho livre. Com o crescimento da população e do tráfico de escravos no século XVII, essa competição se acirra, passando as camadas livres intermediárias a serem formadas por brancos não proprietários, mas também por mestiços e negros forros que coexistem e competem com o trabalho escravo nas cidades canavieiras. Esses elementos, por sua vez, formam o grupo social dos pobres produtivos, oficiais mecânicos livres de diferentes origens étnicas, aproximados socialmente por suas atividades profissionais e condições sociais, que compõem o chamado '*povo miúdo*' fornecedor de braços para a organização militar da Coroa.

O grupo social dos pobres produtivos das vilas açucareiras é um grupo heterogêneo: formado por brancos pobres, negros e pardos livres e forros, sua constituição é múltipla, assim como as identidades que o estruturam. Une-os o que para essa sociedade é a pobreza: o trabalho mecânico e a ausência de terras. E apesar de que muitos conseguem juntar

---

<sup>149</sup>BRANDÃO. Op. cit. P. 39; MESGRAVIS. Op. cit. P. 803

capital suficiente para abrir oficinas, continuam sendo oficiais mecânicos perante o imaginário barroco colonial. E é esse status de pobre, de oficial mecânico, que aproxima as condições sociais de personagens de diferentes origens étnicas.<sup>150</sup> Apesar disso, são classificados como produtivos, como membros úteis e imprescindíveis, o que os livra do pior do recrutamento militar régio, na maioria das vezes.

E é com a consolidação da sociedade canavieira e seu desenvolvimento urbano, com o aumento do tráfico no século XVII, e o crescimento gradativo do número de escravos mecânicos a partir da inserção do trabalho escravo em todas as áreas, que o panorama do trabalho livre nas vilas açucareiras começa a mudar. Gradativamente as atividades desenvolvidas por reinóis e índios no século XVI passam a ser alvo do trabalho escravo. Ao mesmo tempo, as alforrias e os filhos bastardos criam uma camada de libertos e livres mestiços que tentam se inserir nesse mercado.

Nesse contexto de concorrência entre o trabalho livre e escravo, e apesar da possibilidade de que mestres artesãos cheguem a posições sociais privilegiadas, em geral as atividades profissionais manuais se tornam estigmas para a população livre, tendendo, muitas vezes a obstaculizar uma possível ascensão social.<sup>151</sup>

Assim, é durante o *Seiscentos*, que aumenta a participação de negros e mulatos livres no mercado de trabalho urbano colonial. E apesar de que nesse momento em Salvador esses personagens são encontrados principalmente como estivadores, saveiristas, marinheiros e trabalhadores de obras públicas - onde inclusive o governo os prefere aos escravos -,<sup>152</sup> também podem ser vistos, em menor escala mas de forma perceptível, em profissões liberais,<sup>153</sup> como professores ou no serviço público. Podem, além disso, ser encontrados

---

<sup>150</sup> Nesse ponto nos aproximamos do trabalho de Sheila de Castro, onde ela define também o grupo de pobres produtivos da zona do açúcar, apesar de não usar essa terminologia, afirmando inclusive o comportamento semelhante de pobres de diferentes origens étnicas, aproximados pelo status e condição social. FÁRIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento – Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998. p. 101 -102.

<sup>151</sup> ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Bahia no Tempo dos Alfaiates. In ARAÚJO, Ubiratan Castro de, et all. **II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1998, Pp. 7-19,11.

Outros autores afirmam que, uma vez que o ofício mecânico é, na sociedade estamental, um 'defeito' que impede a ascensão ao papel de *homem bom*, ele desqualifica seu portador a ser oficial de milícia. Cf. VAINFAS. Op. cit. P. 434. Esse dado, como veremos, é passível de maiores reflexões.

<sup>152</sup> MATTOSO. **Bahia: A Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX**. Op. cit. P. 284.

<sup>153</sup> JANCÓS. **Na Bahia, Contra o Império - História do Ensaio de Sedição de 1798**. Op. cit. p. 83

ocupando posições de mestres em artes mecânicas como a ourivesaria, a escultura, a talha, e como pedreiros, calafates, alfaiates, marceneiros e pintores.<sup>154</sup>

Outro ramo privilegiado para a atividade dos libertos é o pequeno comércio ambulante, onde homens e mulheres participam do mercado como tendeiros e ganhadeiras. O grande problema é que é exatamente nesse ramo que a concorrência com o trabalho cativo se mostra mais acirrada.<sup>155</sup> Além disso, também os brancos pobres atuam nessa atividade, o que leva a Coroa muitas vezes a dificultar a atividade dos libertos em pró dos brancos. Esse é o caso de um decreto da administração colonial na Bahia que proíbe que mulheres de cor participem do comércio ambulante, concedendo o monopólio do mesmo às mulheres brancas.<sup>156</sup> Até que ponto essa lei é cumprida, não sabemos. Os relatos do século XIX, entretanto, tanto pictóricos quanto documentais, nos dizem que as negras continuam no mercado.

É possível que essa convivência de livres e escravos nos mesmos ofícios possa criar uma proximidade em suas condições sociais durante os séculos XVII e XVIII.<sup>157</sup> No entanto, o imaginário e a hierarquia estamental da sociedade colonial cuidam de delimitar as distinções entre eles, fazendo com que por mais similar que sejam as condições de vida de um escravo e de um livre exercendo a mesma profissão, a condição jurídica de escravo seja sempre culturalmente marcante, mantendo-o um degrau abaixo do livre pobre.

Isso, todavia, não impede a convivência de escravos e livres em uma mesma atividade, e às vezes nas mesmas corporações de ofícios. A atividade pesqueira é um exemplo disso. Inicialmente desenvolvida por indígenas assimilados pela sociedade colonial, a partir da consolidação desta no século XVII e da gradual diminuição do elemento indígena na área colonizada, os negros forros e os mulatos passam a dominar este mercado, criando aldeias pesqueiras ao longo da costa de Pernambuco.<sup>158</sup> A importância do pescado no abastecimento dos núcleos urbanos dessa capitania contribui, por sua vez, para o desenvolvimento de uma diversidade de profissões especializadas: são os pescadores, os

---

<sup>154</sup> *Idem*, p. 83

<sup>155</sup> MATTOSO. *Bahia: A Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX*. Op. cit. P. 285

<sup>156</sup> Cf. SOARES, Cecília Moreira. *As Ganhadeiras: Mulher e Resistência Negra em Salvador no Século XIX*. *Afro-Ásia*. N.º 17. Salvador, Ceao/UFBA. 1996. P. 63.

<sup>157</sup> Essa é a opinião de SILVA. *A Faina, A Festa E O Rito – Uma Etnografia Histórica Sobre As Gentes Do Mar (Sécs. XVII ao XIX)*. Op. cit. p. 83

<sup>158</sup> SILVA. *Os Pescadores na História do Brasil. Vol. 1 (Colônia e Império)*. Op. cit. p. 49,34.

jangadeiros, os pescadores de alto mar, os camaroeiros e os caranguejeiros, tanto escravos como livres pobres.<sup>159</sup>

Podemos, assim, observar que o pequeno comércio ambulante, as artes manuais e a atividade piscatória são ramos econômicos secundários na área açucareira, fornecendo campo de atuação tanto para o trabalho escravo, quanto para homens e mulheres livres. Sendo esses personagens livres os elementos constituintes do grupo social dos pobres produtivos.

Sobre esses trabalhadores mecânicos recaem as mazelas que a sociedade escravista reserva para sua população livre pobre: Carecendo de estabilidade social, e a não ser que possuam capital suficiente para montar oficinas, em geral esses pobres atuam como ambulantes. Além disso, apesar do recrutamento para a tropa burocrática teoricamente excluir os homens produtivos – o que nem sempre acontece-, eles devem, de qualquer forma, se inserir nas tropas auxiliares, que também terminam por participar dos conflitos no interior, acrescentando mais uma dificuldade a seu cotidiano.

Esses que chamamos de pobres produtivos, também entre seus contemporâneos são generalizados sem atenção a suas diferenças raciais. O discurso de Domingos Loreto Couto que nos serve de epígrafe ilustra esse condensamento de oficiais mecânicos de diferentes procedências étnicas em uma mesma categoria social, chamada de *plebe* pela sociedade estamental.<sup>160</sup>

Esta *plebe* deve abarcar todos os oficiais mecânicos, sejam brancos ou homens de cor, e tem para o mundo escravista o mesmo significado que *populaça*, povo miúdo, *gentalha*: são as camadas mais baixas, e quase sempre indefinidas, da sociedade.<sup>161</sup> A plebe colonial se origina do conceito ibérico de *peonage*, mas na América portuguesa é de difícil

---

<sup>159</sup> Idem, p. 49; SILVA. **A Faina, A Festa E O Rito – Uma Etnografia Histórica Sobre As Gentes Do Mar (Sécs. XVII ao XIX)**. Op. cit. P. 100-1.

<sup>160</sup> “*Não he facil determinar nestas Províncias quaes sejão os homens da Plebe; porque todo aquelle que he branco na cor, entende estar fora da esfera vulgar. Na sua opinião o mesmo he ser alvo, que ser nobre, nem porque exercitem officios mecânicos perdem essa presunção,(...) O vulgo de cor parda, cõ o immoderado desejo das honras de que o priva não tanto o acidente, como a substancia, mal se acomoda com as diferenças. O da cor preta tanto que se vê com a liberdade, cuida que nada mais lhe falta para ser como os brancos.*” COUTO. Op. cit. P. 226-227.

<sup>161</sup> SILVA. **Dicionario da Lingua Portugueza Composto por Antonio de Moraes Silva**. Op. Cit. P. 476, tomo II. Verbetes ‘plebe’.

classificação pela inserção dos mestiços na estrutura estamental barroca.<sup>162</sup> No entanto, plebe não é *povo*. Enquanto o povo engloba todo o *Terceiro Estado* da ordem estamental, todos aqueles que não pertencem ao clero ou à nobreza, inclusive os grandes comerciantes e burocratas, o termo *plebe* se refere especificamente ao mais baixo do povo, à gentilha, abarcando assim *vadios*, criminosos, libertos e oficiais mecânicos.<sup>163</sup> No discurso de Loreto Couto sobre a *plebe* de Pernambuco, compartilhado também por Henry Koster, existe a crença de que a classificação estamental é sempre subvertida pela sociedade colonial. Ou seja, esses discursos defendem que os mulatos consideram-se como os brancos, os negros livres elevam-se, e os brancos, não importando sua condição, acreditam-se nobres. Afirmam, assim que os homens de cor livres e libertos buscam se igualar aos brancos de mesmo status econômico para ascender socialmente. Pretensão possibilitada pela existência de mobilidade social entre a *plebe* de Pernambuco, uma mobilidade que beneficia, sobretudo, os pobres produtivos e que recria, reinterpreta, a ordem estamental em solo colonial.

A *plebe* de Pernambuco pode ser encontrada tanto em seus centros urbanos quanto na zona rural. No caso da zona rural, surge residindo em mocambos isolados ou em pequenos povoados às margens dos canaviais. Assim é que nas matas marginais aos engenhos é possível ver tanto choupanas de brancos pobres quanto mocambos de escravos fugidos. Tollenare, em suas andanças pela área canavieira, descreve os vários mocambos que encontra nessas matas, habitados tanto por moradores livres quanto por quilombolas e salteadores.<sup>164</sup> Mas essa parcela da população está, em geral, fora do alcance do recrutamento militar régio, por ocupar espaços caracterizados como livres e isentos da jurisdição estatal.

Mas além desses moradores dos matos, gente desclassificada pela ordem colonial, a *plebe* rural também é composta por pobres produtivos inseridos na agroindústria açucareira: São os mascates, os fabricantes de farinha, os oficiais do açúcar.<sup>165</sup> E ainda os moradores,

---

<sup>162</sup> SCHWARTZ. Op.cit; PONTES, Kátia Vinhático. **Mulatos: Políticos e Rebeldes Baianos**. Salvador: Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

<sup>163</sup> SILVA. **Dicionário da Língua Portuguesa Composto por Antonio de Moraes Silva**. Op. Cit. P. 499, tomo II. Verbetes ‘povo’. A primeira edição desta obra data de 1789, sendo assim uma importante fonte primária para nosso período.

<sup>164</sup> TOLLENARE. op. cit. P. 43-44, 75-76

<sup>165</sup> KOSTER. Op. cit. P. 169, 170, 84,82,97.

agregados e clientes dos senhores de engenho; livres de cor a quem é concedida permissão para habitar os matos e cultivar roças de bananas e de mandioca. Esses negros e mulatos livres trabalham esporadicamente nos engenhos como carpinteiros, pedreiros ou em outra atividade mecânica qualquer.<sup>166</sup> Mas associados ao mundo dos engenhos, esses personagens também estão fora da esfera de influência da administração colonial, razão pela qual dificilmente são recrutados.<sup>167</sup> Sobre esses moradores e agregados, observa Tollenare:

*“Os moradores são pequenos colonos aos quais os senhores de engenho concedem a permissão de elevar uma cabana no meio do mato e de cultivar um pequeno pedaço de terra. (...) são em geral mestiços de mulatos, negros livres e índios; os índios e negros puros são raramente encontrados. Esta classe livre é hoje o verdadeiro povo (plebe) brasileiro; é paupérrima porque pouco trabalha. Parece que do seu seio deveria sair um número de trabalhadores assalariados; mas, tal não acontece. O morador recusa o trabalho, planta um pouco de mandioca e vive na ociosidade; sua mulher faz um pouco de renda.”*  
168

---

<sup>166</sup> TOLLENARE. Op. cit. P. 44.

<sup>167</sup> Vera Lúcia Amaral Ferlini, analisando a pirâmide social açucareira colonial, estrutura-a da seguinte forma: no cume, os senhores de engenho; depois, os lavradores, diferenciados de acordo com sua relação de proprietário ou não de terra, sejam lavradores de cana, de tabaco e de roça de subsistência; os trabalhadores especializados ligados ao engenho, mestres-de-açúcar, carpinteiros, tanoeiros, banqueiros, purgadores, calafates, entre outros. A autora defende que não se pode polarizar a sociedade colonial em senhores e escravos, em vista da grande diversidade de livres não-proprietários e pequenos proprietários articulados aos engenhos. Centrando sua discussão na situação social dos lavradores de cana, e apresentando-os muitas vezes como pobres, critica os estudos que procuram entender os grupos intermediários da sociedade açucareira a partir de conceitos de pobreza e desclassificação, afirmando que pobreza nem sempre é marginalidade, e que esses termos impedem o melhor estudo dos grupos que “*impedidos do acesso à grande propriedade, ou mesmo sem propriedade de terras e escravos*” formam elementos importantes na sustentação da ordem escravista. Cf. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Pobres do Açúcar: Estrutura Produtiva e Relações de Poder no Nordeste Colonial. In SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/Edusp/ Imprensa Oficial. 2002. Apesar de concordarmos que a sociedade açucareira só pode ser compreendida a partir da ordem estamental em interligação com a escravidão, e de que na mesma existem grupos que, longe da marginalidade, como lavradores de cana, podem aspirar à ascensão social, fazemos ressalvas à tese de Ferlini por esta se restringir, em sua análise dos pobres livres, apenas aos livres dos engenhos. E, apesar de mencionar os trabalhadores assalariados rurais, assim como os moradores e agregados, a autora apenas analisa as condições sócio-econômicas dos lavradores de cana, ignorando os grupos urbanos da região, alguns dos quais dificilmente poderiam se encaixar em seus conceitos, como é o caso do grupo dos *vadios*. Discordamos assim da escolha em denominar os lavradores de cana como pobres do açúcar, uma vez que constituem um grupo integrante das elites açucareiras.

<sup>168</sup> TOLLENARE Op. cit. P. 75. O termo *morador* tem o significado oposto ao termo *vizinho*, sendo este último o cidadão respeitável das povoações. Morador é o indivíduo desqualificado que vive em terras de terceiros, geralmente agregado do senhor de engenho. No entanto, em petições enviadas pela Câmara de Olinda à Coroa, podemos observar uma utilização oposta para esse termo, onde morador aparece significando o *homem bom*, o proprietário. “*Os moradores de Pernambuco pedem se conceda ao Ouvidor Geral daquela capitania direito para que possa sentenciar à morte os negros, mulatos e mamelucos da mesma.*” AHU, cód. 49, fl. 39v/40. E ainda AHU, maço 54, doc. em org.



Nesse caso o morador agregado a terras de terceiros aproxima suas condições materiais de existência dos escravos fugitivos que habitam os mocambos.<sup>169</sup> No segundo período português, o mocambo torna-se a residência comum entre a *plebe* açucareira. Construído muitas vezes com caráter transitório, associado aos escravos fugitivos, passa também a abrigar os pobres livres nos manguezais e nas margens dos engenhos, como a representação que Frans Post faz acerca dos mocambos no interior de Pernambuco no início do século XVII, nos deixa entrever.

---

<sup>169</sup> Mocambo ou mucambo é a palafita construída à beira de água, ou a choça à base de taipa que serve às populações marginais do litoral pernambucano. Historiadores que trabalham com a campanha de combate aos mucambos do governo de Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945), têm ajudado a definir esse tipo de moradia como uma permanência colonial no Pernambuco novecentista. Nesse sentido, os discursos modernizadores do governo Agamenon assim definem mucambo: “*paredes de taipa, madeira usada, zinco, flandres, capim ou palha. O seu piso é de terra e sua cobertura de palha ou de folhas de lata. Tem uma sala e um quarto. Quarto sem luz Directa de 4 a 5 metros, quando o mínimo deveria ser de 8 metros quadrados. Neste espaço sem luz, sem piso, vivem, em média, de 4 a 5 pessoas.*” Octávio de Freitas. In Folha da Manhã, 24/VI/39. Apud SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Engenho de Sons, Imagens e Palavras – Ditadura e Propaganda na Primeira Metade do Século XX**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p. 136. Também ver GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis – O Estado Novo na Cidade do Recife**. Recife: CEPE, 1998. P. 13-17. Essa definição de mocambo, contemporânea dos anos 1930, é uma modernização do conceito colonial de mucambo. Na sociedade escravista, o termo mucambo define a residência de baixa renda, e é proveniente de ‘mocambo’, um ajuntamento de “*pessoas de origem semelhante (...) dispostas à luta.*” CARVALHO, Marcus J.M. de. Negros da Terra e Negros da Guiné: Os Termos de Uma Troca, 1535-1630. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Julho/setembro 2000. P. 331. Ou seja, o mucambo do pobre, faz uma referência direta ao mocambo do negro fugido. E seu uso no início do XIX indica a associação feita entre negro fugido e pobre/marginal nessa sociedade.



**Figura 2** - *Mocambos - Interior de Pernambuco*. POST, Frans. óleo sobre madeira, 34x51 cm. Acervo Museu Nacional de Belas Artes, RJ. Apud *Imagens do Brasil Holandês 1630-1654*. São Paulo: Fundação Nacional próMemória/Ministério da Cultura, 1997.

Nesta imagem, a moradia típica da *plebe* açucareira aparece construída de taipa e palha, afastada de qualquer outro tipo de habitação que não outros mocambos. Os mocambeiros, por sua vez, surgem como índios aculturados. Apesar disso, a utilização por Frans Post do termo *mocambo*, palavra de origem africana, indica que esse tipo de moradia já é comum também entre os descendentes de africanos mesmo no início do século XVII.

E enquanto residência da *plebe*, o mocambo é encontrado tanto no interior quanto ao longo dos mangues, rios e na periferia da área urbana do Recife. Nesse ponto a narrativa de Tollenare localiza diversos mocambos no decorrer de seus passeios. Sem utilizar o termo *mocambo*, que provavelmente lhe é desconhecido, Tollenare descreve as "*cabanas feitas de folhagem, nas quais habitam mulatos e negros livres*" que encontra, por exemplo, no aterro dos Afogados, região periférica do Recife no início do XIX. Descreve ainda os habitantes desses mocambos como homens que se sustentam principalmente da pesca de caranguejo

nos mangues, da coleta de cajus, e de pequenas plantações de bananas e mandioca às margens da vila.<sup>170</sup>

Assim é que entre os mocambos indígenas de Frans Post e os mocambos periféricos ao Recife de Tollenare, temos a constituição de um espaço típico de moradia para os pobres, principalmente negros e mulatos livres, no segundo período português. Por outro lado, os mocambeiros que subsistem através da coleta e de pequenas roças de subsistência representam apenas um dos tipos humanos que compõe esse grupo dos pobres das vilas do açúcar.

Em geral, entre os pobres produtivos do meio urbano parecem se destacar nesse momento os artesãos e pequenos comerciantes. E apesar do comércio ser classificado enquanto atividade mecânica pela hierarquia estamental ibérica, ao longo do século XVII e principalmente no XVIII, os grandes comerciantes de Pernambuco, reinóis detentores do monopólio do comércio do açúcar e escravos, assumem um status social de elite perante esta sociedade.<sup>171</sup> Nesse contexto, esta categoria profissional que teoricamente deveria ser enquadrada enquanto trabalho mecânico, constituída pelos *comerciantes de grosso trato*,<sup>172</sup> está excluída dos riscos corridos pelos oficiais mecânicos litorâneos de serem recrutados pela Coroa.

Esses grandes comerciantes mantêm lojas de comércio onde negociam tanto com açúcar, escravos quanto com produtos importados. Por outro lado, localizadas nas periferias, negociando principalmente alimentos e bebidas alcoólicas para escravos, prosperam em outro ramo do comércio urbano, as vendas de secos e molhados.<sup>173</sup> Em meados do XIX, o viajante Rugendas representa esses estabelecimentos em uma gravura

<sup>170</sup> Cf. TOLLENARE. Op. cit. p. 34, 36, 40.

<sup>171</sup> Evaldo Cabral de Mello estuda a transformação dos comerciantes em elite na sociedade açucareira comparando sua situação em Pernambuco e Bahia no mesmo período. Cf. MELLO. In COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. vol. 4. Pp.XV-XXVI.

<sup>172</sup> A migração portuguesa para Pernambuco no século XVII traz um turbilhão de aventureiros descritos pela *'nobreza da terra'* como a *'gente mais abjeta de Portugal'*. Esses aventureiros se estabelecem como mercadores, adquirindo *"cebolas, alhos e outros gêneros, que em canastras às costas, descalços, maltrapilhos, saíam a vender, apregoando-os pelas ruas e cercanias de Recife e Olinda"*, também *fiando 'fazendas'* para a venda aos moradores do campo. Acumulam assim, capital, geralmente investido em tavernas, *"o gênero de negócio preferido"*, onde os proprietários exploram o trabalho de amásias negras. Começando como mascates e vendedores, chegam assim a acumular capital suficiente para negociar com açúcar em larga escala. COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. Vol. 5. P. 146-147.

<sup>173</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto; FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, Tratantes e Mascates. In DEL PRIORE, Mary. **Revisão do paraíso – os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus. 2000. Pp. 93-113. p. 101 -103.

que ilustra a dinâmica do comércio no meio urbano da sociedade escravista canavieira. Mas não é só: a gravura permite-nos considerar as funções sociais exercidas pelas *vendas* nas vilas açucareiras, tanto como fornecedoras de gêneros alimentícios quanto como espaços de socialização, seja para homens brancos em seu interior, ou para negros escravos em seu exterior.

O proprietário de uma *venda*, tanto quanto de uma oficina de artesanato, assume o mais alto papel social possível para um oficial mecânico. E se não recebe prestígio social pela posse do estabelecimento, ao menos adquire estabilidade suficiente para caracterizar-se como *homem de bem*, reconhecidamente respeitável e produtivo, livrando-se, assim, do recrutamento para o exército régio.



**Figura 3** - *A Venda No Recife*. RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo: Martins/Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

A gravura de Rugendas nos permite ainda observar o cotidiano do comércio ambulante no Recife escravista, onde as ganhadeiras vendendo miudezas ou carregando legumes e frutas, ocupam o espaço urbano, marcando presença nesse cenário. Elas representam o outro lado do comércio urbano: o comércio ambulante, disputado, nas vilas

açucareiras, por brancos, negros, mestiços forros, mulheres de diferentes *castas*, e escravos.<sup>174</sup> Tanto em Salvador quanto no Recife esse comércio ambulante tem importante papel no abastecimento da população urbana. O século XIX encontra as ganhadeiras dominando a comercialização de gêneros alimentícios básicos nesses centros. São mulheres escravas e forras, africanas ou descendentes, que abastecem as vilas açucareiras de frutas e pescados, de quitutes e miudezas.<sup>175</sup>

Os homens, por sua vez, também participam do comércio volante. São principalmente os tendeiros, artesãos sem recursos para montar oficinas e que exercem seu ofício em tendas de pano armadas nas praças. São, em geral, homens de cor livres e forros, sem acesso à propriedade de escravos e que, como as mulheres de tabuleiro, exercem seu ofício competindo com os escravos de ganho.<sup>176</sup>

A intensidade da participação de tendeiros e ganhadeiras na economia urbana da zona açucareira no século XIX remonta à dinâmica do comércio volante já visível no século XVII. Uma dinâmica que favorece a acumulação de capital no pequeno comércio e nas artes mecânicas, permitindo que alguns mestres artesãos mantenham oficinas, e que um número maior de comerciantes e artesãos adquiram escravos.<sup>177</sup>

O desenvolvimento do comércio volante está atrelado ao próprio crescimento urbano das vilas do açúcar, que por sua vez depende não apenas da migração reinól, mas principalmente do aumento do número de escravos na região. O início do século XVII sente o crescimento do tráfico de escravos para a América portuguesa, principalmente para as capitanias de Pernambuco e Bahia, o que contribui para a ampliação do número de negros e mestiços na sociedade açucareira e que pode ser percebida ao longo desse século.<sup>178</sup> E se

---

<sup>174</sup> Para um estudo sobre o comércio colonial, Cf. VENÂNCIO; FURTADO. Op. cit. P. 95.

<sup>175</sup> Para ver as ganhadeiras em Salvador, Cf. SOARES. Op.cit. Em trabalho recente, Maria Beatriz Nizza da Silva analisa as atividades exercidas pela população feminina, diferenciando esta população a partir de conceitos de cor, classe, idade, na sociedade colonial. SILVA, Maria Beatriz Nizza. Colonização Portuguesa no Brasil: A População Feminina e Sua Sobrevivência Económica no Fim do Período Colonial. **Revista de Ciências Históricas**. Porto: Universidade Portucalense. Vol. VI, 1991. Pp. 257-269. P. 259. Para observar as ganhadeiras em Recife, Cf. CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade - Rotinas e Rupturas do Escravismo - Recife 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária-UFPE. 1998.

<sup>176</sup> VENÂNCIO; FURTADO. Op. cit. P. 107

<sup>177</sup> É o caso de Antônio Fernandes de Matos, artesão reinól que, a partir do trabalho como carpinteiro, consegue comprar escravos, abrir oficina e investir no tráfico negreiro. Cf. SILVA. A Propriedade Mercantil e a Propriedade Colonial: Uma Abordagem Interpretativa da Economia Colonial do Nordeste (1690-1750).

Op.cit

<sup>178</sup> TINHORÃO. Op. cit. p. 79. E para observar o tráfico de escravos para Pernambuco no período colonial Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. A População do Brasil Colonial. IN BETHEL, Leslie. **América Latina Colonial**,

em fins do século XVI é possível observarmos um significativo número de brancos desenvolvendo atividades mecânicas nos núcleos urbanos de Pernambuco, a partir do XVII já é notável o domínio desse mercado pelo trabalho escravo, e o aumento da participação de homens de cor livres nas mesmas atividades, tornando-se, negros e pardos, a parcela majoritária dentre os oficiais mecânicos no segundo período português. A atuação dos escravos nesse mercado, assim como a miscigenação, aumenta tanto o número de mestiços, quanto de negros livres e libertos, fazendo com que esses personagens se tornem os principais elementos constitutivos do grupo de pobres produtivos dos centros urbanos açucareiros no período em questão.

Por outro lado, a hierarquização estamental da sociedade canavieira abrange todas as camadas livres, criando inclusive distinções entre os negros.<sup>179</sup> É nesse sentido que as irmandades de negros das vilas pernambucanas, apesar de congregarem escravos e libertos, reproduzem muitas vezes a rivalidade existente entre nações africanas e seus descendentes crioulos. É o caso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife, que em seu compromisso de 1776, ao descrever as pessoas que podem ser aceitas, estabelece que:

*“todas as pessoas assim solteiras, como Cazados de cor preta que quizerem entrar nesta Irmandade fará seu Requerimento a Meza pelos Irmaos Zeladores, e se procedera a informação do procedimento, e nacturalidade, que não sejam do gentio de Guiné, ou do Reyno de Angola; sendo se achem izentos destas suas nacturalidades o Irmão Provedor mandara pelo Escrivao da Irmandade asentar o seu nome no Livro dos Irmãos; fazendo declaração da esmola que deu de sua Entrada.”*<sup>180</sup>

---

**vol. 2. História da América Latina.** São Paulo: EDUSP. p. 327. No período por nós estudado, em fins do século XVII, Pernambuco exerce um papel preponderante no tráfico de escravos, dominando Luanda durante as décadas de 1660 e 1670, quando, a partir de 1680, começa a concorrer com o Rio de Janeiro. MILLER.

Op.cit.P. 16;26

<sup>179</sup> Já observamos isso no Rio de Janeiro entre o século XVIII e o XIX, onde essa estratificação social existe já entre os escravos, como indica a resposta dada a um viajante por um escravo africano, quando perguntado se é casado: “*Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua.*” SAINT HILAIRE, Auguste. Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte/ São Paulo. Itatiaia/Edusp. 1975. P 53. Apud FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. **A paz das senzalas – famílias escravas e tráfico atlântico, rio de janeiro, c. 1790-c.1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997. P. 34

<sup>180</sup> COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios, cap. VI. AHU, cód. 1302. Fl. 06. Grifo original.

Ou seja, a irmandade aceita tanto negros libertos quanto escravos, desde que não sejam *gentios de Guiné* ou *Angola*, bantus ou iorubás, a grande maioria dos africanos de Pernambuco. Essa distinção sócio-cultural entre africanos e crioulos assume tal importância que parece superar a própria estratificação jurídica que separa libertos de escravos. Ela também é perceptível nas corporações de ofício do Recife no mesmo período, onde existem corporações específicas para as nações dos Ardas e dos Minas.

Mas, para além da distinção crioulo/africano, parece existir uma barreira sócio-cultural mais profunda entre os negros e os pardos.<sup>181</sup> Uma distinção, no entanto, que parece ser mais visível quando os pardos exercem papéis sociais destinados aos brancos. Assim sendo, pardos que atuam como oficiais mecânicos como o pintor Manuel de Jesus Pinto, ajudante na obra das igrejas de São Pedro dos Clérigos no Recife e Santa Teresa em Olinda, ou os sapateiros Manuel Rodrigues de Azevedo, poeta popular de certo renome,<sup>182</sup> e José Pereira, parecem estar mais próximos dos oficiais negros livres por sua condição social. Por outro lado, os mestiços que ocupam postos de capitães mores ou advogados se aproximam das elites brancas, embranquecendo-se extra-oficialmente e se distinguindo consideravelmente dos outros homens de cor.<sup>183</sup>

Apesar da menção a pardos como o Coronel Nogueira, do Regimento de milícia mulata do Recife, que recebe a Ordem de Cristo em 1809,<sup>184</sup> é provável que a maioria dos mestiços pertençam mesmo às camadas da *plebe*. Na segunda metade do XVIII, por exemplo, encontramos registros de alguns oficiais mecânicos pardos: É o caso de José Rabelo de Vasconcelos, pintor proprietário de um ateliê, autor do forro do Convento Franciscano de Igarassú em 1759. Ou de Felipe Alexandre da Silva, entalhador pardo, e João Vital Correia, pintor e dourador pardo. Mas, por trás desses personagens existe um grupo ainda maior de sapateiros, pintores e artífices pardos sem destaque nos registros de

---

<sup>181</sup> Na sociedade açucareira, 'pardo' é todo mestiço nascido da união de brancos e pessoas de cor, índios ou negros, principalmente entre homens brancos e mulheres de cor. No séc. XVI, na zona açucareira, o mestiço era principalmente o filho do homem branco e da mulher índia, como já Gilberto Freyre aponta. Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record. 1995. P. 94. Para Hebe de Castro, 'pardo' não é tanto uma definição racial, quanto social. Pardo, nessa perspectiva, é o designativo social para o não branco, escravo ou livre. A autora argumenta que "*todo homem branco nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não*" seria designado como pardo. GOMES, Hebe de Castro. *Das Cores do Silêncio*. Apud PONTES. Op. cit.

<sup>182</sup> MENEZES. **O Barroco no País do Açúcar**. Op. cit.; COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. vol. 6, p.46.

<sup>183</sup> COUTO. Op. cit. p. 330-331.

<sup>184</sup> KOSTER. Op. cit. P. 376.

obras famosas ou nos escritos dos letrados, como é o caso de Germano Soares, pescador pardo que, em 1778, é nomeado governador da corporação de ofício de pescadores do Recife.<sup>185</sup> Nomeação esta, por sua vez, que indica a existência de um número significativo de pardos trabalhando como pescadores na capitania. Se no século XVI a pesca é uma atividade realizada principalmente por índios aculturados e por brancos reinóis, a presença de um governador de ofício pardo na corporação de pescadores no século XVIII comprova a mudança étnico-social nos quadros de trabalhadores desta atividade, pelo menos no cenário urbano: saem os brancos reinóis e entram tipos humanos oriundos de camadas sociais subalternas, descendentes de escravos principalmente. Entre os dois períodos temos o aumento do número de escravos na área canavieira, e conseqüentemente a tomada das atividades produtivas pelo trabalho escravo.

Mas os pobres produtivos parecem sempre oferecer concorrência ao trabalho escravo. Como no caso de Domingos Ferreira Ribeiro, preto forro governador da corporação de ofício dos pretos ganhadores do Recife em 1777, ou de Feliciano Gomes dos Santos, também preto forro e governador da mesma corporação de ofício em 1778, ou ainda Josefa Lages, preta forra que é nomeada governadora das pretas ganhadeiras de Fora de Portas, do Recife nesse período.<sup>186</sup>

Esses personagens sugerem que os negros livres talvez só consigam ocupar os ofícios considerados mais degradantes pelo imaginário dominante, ao contrário dos pardos. No entanto, se não se encontram referências a negros forros pintores, escultores, ou poetas na capitania, esta ausência de registros antes de indicar a inexistência de negros livres nessas atividades, pode significar a ausência de apreço social por esses artistas. Os personagens acima mencionados, Josefa Lages, Domingos Ferreira e Feliciano Gomes, são ambulantes, *negros de ganho* apesar de livres, e fazem parte de corporações de ofício que integram também escravos. Estas corporações de ofício, no século XVIII em Pernambuco, assimilam grande número de negros e pardos, livres e libertos associando-se aos escravos em busca de controle e regulamentação profissional.<sup>187</sup>

---

<sup>185</sup> PP, livro 3 fl. 92.

<sup>186</sup> MENEZES. **O Barroco no País do Açúcar**. Op. cit.; PP, livro 13, fl. 49; PP, L.3, fl. 158; TORRES. Op.cit. p. 80.

<sup>187</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. Vol. 6. P. 144-5



Essa população livre de negros e pardos se ocupa quase sempre das mesmas atividades mecânicas que os escravos urbanos. Se observarmos as profissões exercidas no Recife pelos escravos urbanos no século XVIII, encontraremos canoieiros, pescadores, carpinteiros, marcadores de caixas de açúcar, e a categoria de ganhadores, que inclui carregadores, vendeiros, artesãos e barbeiros, além das ganhadeiras.<sup>188</sup> Possivelmente as mesmas profissões exercidas por homens e mulheres livres de cor. Se não são ambulantes, como ganhadeiras, camaroeiros e caranguejeros, esses trabalhadores instalam suas tendas ou bancas de comércio nos mercados ou ao longo da ponte holandesa entre Recife e Santo Antônio.<sup>189</sup> Uma participação efervescente no comércio interno do Recife que já é intensa no século XVII.

E essa diversidade de atividades profissionais gera a estrutura de corporações de ofício sancionada pelo governo da capitania. Envolvendo escravos e livres, cada profissão se organiza e elege um representante, um governador. Este governador, por sua vez, está subordinado a uma hierarquia militar cujo comandante é o Rei do Congo, um escravo eleito por seus pares, encarregado pela administração colonial de manter a ordem entre os escravos urbanos.

A organização do Rei do Congo aparece em Pernambuco em 1674 integrando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife.<sup>190</sup> Sua eleição é anual, realizada através de suntuosa procissão onde predominam os atabaques, trombetas e pandeiros, com os participantes vestidos com pompa e luxo barroco, em uma festividade onde se misturam as tradições africanas e a imagem barroca necessária para sua aceitação pela sociedade colonial.<sup>191</sup>

Mas o Rei do Congo assume também um papel de controle social, subordinando as corporações de ofício de escravos e recebendo da administração colonial não apenas a permissão para as celebrações anuais, mas também sua institucionalização, realizada

---

<sup>188</sup> Cf. TORRES. Op. cit. P. 49, 54-55.

<sup>189</sup> GUERRA. Vêlhas Igrejas e Subúrbios Históricos. Op. cit. p. 58 e 59. E TORRES. Op. cit. P. 65.

<sup>190</sup> MELLO, J. A. Gonsalves de. Alguns Aditamentos e Correções. In COSTA. **Anais Pernambucanos**, op. Cit. Vol. X. Pp. CDXC-DXVI. P. DIX.

<sup>191</sup> TINHORÃO. Op. cit; TORRES. Op. cit.

através das patentes de governadores de ofício dos escravos concedidas pelo governador da capitania e aos quais é imposta a dependência ao Rei do Congo.<sup>192</sup>

Essas corporações de ofício em Recife e Olinda do segundo período português são imagens vívidas da complexidade das relações entre os pobres produtivos no meio urbano açucareiro, pois se por um lado congregam igualmente escravos e livres de uma mesma profissão, por outro discriminam membros por suas origens étnicas. Dentre as diversas corporações de ofício encontradas nesse cenário, e que aceitam escravos e livres, temos a dos capineiros de Recife e Olinda, a dos pescadores de alto de Olinda, a das pretas boceteiras do Recife, dos camaroeiros de Olinda, dos pescadores de Recife, a dos ganhadores do Recife, e dos marcadores de caixa do Recife.<sup>193</sup> Por outro lado, é possível também encontrar corporações que restringem seus membros a grupos étnicos determinados, como a corporação do povo Arda da Costa da Mina,<sup>194</sup> da nação Sabará, também da Costa da Mina,<sup>195</sup> ou da denominada ‘nação do Gome’.<sup>196</sup>

A vasta organização do Rei do Congo, composta principalmente de escravos, indica o domínio que o trabalho escravo exerce sobre o mercado de trabalho urbano nas vilas do açúcar. Por outro lado, é possível encontrar entre os governadores das corporações de ofício personagens livres, como é o caso de Domingos Ferreira Ribeiro e Feliciano Gomes dos Santos, ambos forros, nomeados governadores dos pretos ganhadores do Recife, em diferentes ocasiões.<sup>197</sup> Sua eleição indica a existência, se não numerosa, ao menos significativa de homens livres dentro da organização profissional dos escravos urbanos.

Por sua vez, as corporações de ofício não são as únicas agremiações de artesãos nos núcleos urbanos canavieiros. No século XVIII vemos irmandades leigas organizadas por

---

<sup>192</sup> Para José Antônio Gonçalves de Mello, a organização do rei do Congo coexiste com a do Rei de Angola e rei dos crioulos em Pernambuco. MELLO. Alguns Aditamentos e Correções. In COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. Vol. 10. Pp. CDXC-DXVI. P. DIX-DX. No entanto, segundo José Ramos Tinhorão, a referência, recolhida dos livros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, feita aos Reis de Angola tem uma explicação mais simples: “*os portugueses, após duas guerras contra verdadeiros reis do Congo (em 1656 e 1666), passavam a englobar sob o nome de Angola tudo o que antes se sujeitara ao poder africano vencido do Manicongo.*” Sendo assim a denominação de ‘Rei de Angola’ apenas uma outra terminologia para a mesma instituição. TINHORÃO. Op. cit. p. 88.

<sup>193</sup> MANUSCRITOS da Igreja de Nossa Senhora do rosário dos Homens Pretos, arquivo da DPC, anos IV a X. apud MELLO. Alguns Aditamentos e Correções. In COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. Cit. P. DX.; Col. PP, livro 2, fl. 198.

<sup>194</sup> MELLO. Alguns Aditamentos e Correções. In COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. Cit. P. DXI.

<sup>195</sup> PP, livro 2, folha 129/129v. APEJE.

<sup>196</sup> PP, livro 2, folha 114v. APEJE

<sup>197</sup> PP, livro 3, fl.49, 26/10/1777. APEJE. PP, livro 3, fl.158, 14/11/1778. APEJE.

ofícios em Recife, como é o caso da Irmandade de São Crispin e de São Crispiano, de sapateiros, da Irmandade de São José, de carpinteiros e marceneiros, e da Irmandade de Santo Elói, dos ourives de prata. E apesar da existência de irmandades específicas para negros livres e escravos, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a de São Benedito e a de Santa Ifigênia, além das irmandades de homens pardos, como a de Nossa Senhora do Livramento, a de Nossa Senhora de Guadalupe e a de Nossa Senhora do Amparo, entre outras, as irmandades de ofício do Recife também congregam homens de cor livres, juntamente com artesãos brancos.<sup>198</sup>

Essas irmandades de caráter profissional, além de sua função religiosa e assistencialista, também se apresentam como órgãos regulamentadores do exercício da profissão. Este é o caso da Irmandade do Patriarca São José, no Recife, que é instituída em 1735, e congrega quatro ofícios, carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros. Uma de suas funções principais é a fiscalização do exercício dessas atividades, com seus juizes e provedores exercendo o direito de controlar as obras em andamento na vila e embargar qualquer obra levada a cabo sem a participação de um irmão da confraria. Além disso, o compromisso da irmandade determina que todo marceneiro, carpinteiro, pedreiro e tanoeiro que não queira fazer parte da confraria seja obrigado a pagar taxas anuais para continuar a exercer seu ofício no Recife.<sup>199</sup> E do ponto de vista da composição social, a Irmandade do Patriarca São José reflete a convivência de escravos e artesãos livres nos mesmos ofícios e nas mesmas instituições: os escravos de ganho, sendo artesãos de qualquer das quatro mencionadas artes são aceitos como irmãos com a obrigação do pagamento das anuidades recaindo sobre seus senhores.<sup>200</sup>

Assim, podemos observar as condições de vida dos pardos e negros livres que compõem o grupo dos pobres produtivos através de sua participação nas irmandades leigas

---

<sup>198</sup> ARAÚJO. *Festas – Máscaras do Tempo*. Op. cit. P. 69. A historiografia especializada em irmandades leigas na América portuguesa já discute o fato de que, além da congregação de grupos socioeconômicos ou étnicos, algumas confrarias agregam elementos profissionais. REIS, João José. *A Morte é uma Festa. - Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. P. 52

<sup>199</sup> CAVALCANTI, Viviane. *Religiosidade e morte: instrumentos do projeto colonial português*. Columbia, the University of South Carolina. 1995. p. 30-31. (Historical Archeology in Latin America.)

<sup>200</sup> COMPROMISSO da Irmandade do Patriarca São José dos quatro Ofícios anexos, carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros da Vila de Santo Antônio do Recife. AHU, código 1301. Apud CAVALCANTI. Op. cit. p. 39.

de homens de cor.<sup>201</sup> E o número de irmandades de negros e pardos que podem ser encontradas nos núcleos urbanos de Pernambuco no segundo período português, é significativo da importância social desses personagens.

Este é o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos da Vila de Serinhaém, que aponta a existência numerosa de mestiços livres nos diversos núcleos urbanos canavieiros da capitania. Seu compromisso, datado de 1770, apresenta-nos uma irmandade composta por pardos livres:

*“E avendo nestta freguezia tanttos pardos zellozos E vendo que em todos os lugares Se achavão os ditos pardos unidos com sua Irmandade da Virgem Maria Senhora da Comceção da villa da Sirinhaem Se achava huma capella instituida E fabricada com esmollas do povo e Sem Irmandade nem quem tiveço o cargo aparamentar: Se ajuntarão os pardos desta freguezia com o zello do seu Paracho (...) E nella instituïrem sua Irmandade (...).”<sup>202</sup>*

Ou seja, em todos os lugares se acham os ditos pardos, participando ativamente da vida cultural da região. A vila de Serinhaém se situa no centro da área canvieira de Pernambuco; vila de muitos engenhos e, conseqüentemente, de numerosa população escrava. Não é, no entanto, a única vila canvieira a possuir irmandades de homens de cor. O Cabo de Santo Agostinho possui uma irmandade parda sob a mesma invocação além de irmandades dos homens pretos, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.<sup>203</sup> A multiplicação das irmandades de homens de cor pelos núcleos urbanos do açúcar sugerem um crescimento do número de negros e pardos, tanto livres quanto escravos, nas povoações da região.

Em Recife e Olinda esse crescimento é perceptível pelo número de irmandades de cor nas duas povoações. No século XVIII temos a Irmandade do Rosário dos Pretos, tanto em

---

<sup>201</sup> A vasta historiografia sobre irmandades religiosas no Brasil colonial, campo de estudo bastante desenvolvido que abrange quase todas as regiões da América portuguesa, diz-nos da importância dessas organizações de devotos para o convívio social na colônia, especificamente para o meio urbano. Cf. BOCHI. Op. cit.; ASSIS. **Pretos e brancos a serviço de uma ideologia de dominação (o caso das irmandades do Recife)**. Op. cit.; SCARANO. Op.cit; RUSSEL-WOOD. Op. cit.

<sup>202</sup> COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos da Vila de Serinhaém. AHU, códice 1664, folha 4. LPEH-UFPE.

<sup>203</sup> AHU, códice 1683 e QUINTÃO, Antônia Aparecida. As Irmandades de Pretos e Pardos em Pernambuco e no Rio de Janeiro na época de D. José I: Um Estudo Comparativo. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da(org.). **Brasil – colonização e escravidão** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. Pp. 163-176. P. 164.

Recife quanto em Olinda,<sup>204</sup> além da Confraria de Nossa Senhora de Guadalupe dos Homens Pardos, em Olinda, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, de pretos cativos e libertos, no Recife, entre outras.<sup>205</sup> E além de irmandades étnicas, os homens livres de cor ainda participam de irmandades de caráter profissional. No conjunto, essas irmandades leigas são ilustrações valiosas do grande número de homens e mulheres de cor nos centros urbanos canavieiros, inclusive entre as camadas livres, a partir do século XVII. Mas não indicam apenas a existência numérica desses personagens, são também importantes vestígios de sua interação com o imaginário dominante, uma vez que são as irmandades as principais instituições de socialização nas vilas do açúcar.

Mas o fato de escravos e livres conviverem nas mesmas irmandades, não significa que suas relações sejam sempre baseadas em cooperação. Pereira da Costa nos narra uma disputa na Câmara do Recife, em meados do século XVIII, ocorrida entre os oficiais livres e os senhores de escravos artesãos, em torno da resistência dos juizes das corporações em submeter artesãos escravos ao exame obrigatório para a licença de trabalho. Os senhores desses escravos se queixam à Câmara para que a mesma vete essa proibição, no que terminam por serem atendidos.<sup>206</sup>

Ter a Câmara do Recife preferido apoiar o trabalho escravo não é surpreendente em uma sociedade escravista, mas o embargo feito pelos juizes de ofício ao trabalho escravo ilustra, além do peso que a concorrência oferecida pelo trabalho escravo exerce sobre os artesãos livres, também o desenvolvimento alcançado pelos grupos sociais atrelados ao trabalho mecânico livre no século XVIII. Um desenvolvimento que os capacita, mesmo que momentaneamente, a negar a participação do trabalho escravo no mercado urbano.

E apesar da ferrenha pressão exercida pelo trabalho escravo, o trabalho livre existe e, muitas vezes, prospera nos núcleos urbanos canavieiros. Este é o caso, em 1715, do mestre pedreiro Manoel Gomes de Oliveira, que reclama à Coroa seu pagamento por uma empreitada realizada no Forte do Brum, pela qual a Câmara de Olinda continua sua devedora. Não sabemos muito sobre esse personagem, se branco se pardo, mas sua prosperidade transparece na realização da empreitada no Brum, mesmo sem o pagamento

---

<sup>204</sup> Cf ASSIS. **Pretos e brancos a serviço de uma ideologia de dominação (o caso das irmandades do Recife)**. Op. cit.

<sup>205</sup> QUINTÃO. Op. cit. P 171 e AHU, código 1302.

<sup>206</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. Cit. vol. 6, p. 144-145.

da Câmara.<sup>207</sup> Caso semelhante vemos em 1768 com o mestre Nicolao Coelho de Albuquerque, proprietário de uma fundição no Recife, que recebe uma encomenda para a feitura de um sino destinado à Igreja da Estância. O dito artesão não apenas executa a obra gratuitamente como arca com as despesas de uma arroba e duas libras de metal, utilizados na fundição da peça.<sup>208</sup>

A prosperidade dessas oficinas não pode, é certo, ser estendida para todos os oficiais mecânicos, mas serve de indício para a existência de certo dinamismo no mercado de trabalho livre nas vilas de Pernambuco entre os séculos XVII e XVIII, exemplificado também na possibilidade de oficiais mecânicos escravos adquirirem a alforria através da compra, a partir de capital acumulado em suas atividades profissionais.

Se por um lado, podemos observar uma aproximação sócio-cultural entre forros e escravos,<sup>209</sup> percebida na convivência nas mesmas corporações profissionais assim como nas mesmas irmandades leigas, por outro devemos ressaltar a busca empreendida pelos libertos para se incorporarem na sociedade colonial, e que os leva a se afastar de qualquer ligação com a escravidão, inserindo-se assim no mesmo contexto social de outros oficiais mecânicos, principalmente os pardos, e classificando-os no grupo dos pobres produtivos.

Apesar de, em geral, os libertos continuarem a exercer as mesmas profissões que tinham na escravidão, esses personagens vão buscar, em oposição, criar condições de vida que lhes permitam a exibição suntuária, marca do barroco. A grande maioria dos libertos torna-se, dessa forma, proprietária de escravos, trabalhando nos primeiros anos após a alforria para acumular capital e adquirir cativos,<sup>210</sup> buscando uma estabilidade social que só pode ser adquirida pela incorporação dos valores barroco escravistas.<sup>211</sup>

---

<sup>207</sup> LIVRO 10<sup>a</sup> de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1717-1720). Fl 23. IHGPE.

<sup>208</sup> COSTA. **Estudo Histórico-Retropectivo Sobre as Artes em Pernambuco**. op. cit. p. 35.

<sup>209</sup> Algumas abordagens historiográficas recentes sobre as atividades profissionais coloniais privilegiam a proximidade das condições de vida de forros e escravos dentro de uma mesma atividade profissional.

Estudando os pescadores, marinheiros e canoeiros no Recife do séc. XVIII, as chamadas 'gentes do mar', Luís Geraldo Silva privilegia a abordagem da categoria profissional em detrimento do recorte da condição jurídica dentro dessa categoria. Seu estudo levanta importantes reflexões, pois percebe que, para além da divisão jurídica entre escravos e livres no mundo do trabalho urbano, os ofícios são marcados pela proximidade nas relações de trabalho de livres e escravos. SILVA. A Faina, A Festa e o Rito. Op. cit. p. 11.

<sup>210</sup> "A vida no cativo ensinara o liberto que ser livre era ser senhor e ser senhor era possuir escravos que trabalhassem para si." OLIVEIRA. Op. cit. P. 35.

<sup>211</sup> "Os ex-escravos que testaram o fizeram, ou porque tinham algo para legar ou porque pretendiam organizar suas vidas diante da morte que se aproximava. Em ambos os casos, demonstravam estar mais ou menos integrados em sua nova condição legal. Para tanto demonstravam haver criado uma extensa rede de

E se a ostentação é um instrumento definidor do status social nessa sociedade, ela também é utilizada pelos libertos como ferramenta de distinção do mundo escravo. A participação desses homens nas tropas milicianas, por exemplo, onde se armam e fardam às suas custas, sem receber qualquer tipo de vantagem a não ser um certo grau de prestígio social, é uma ilustração da importância do supérfluo e do suntuário em seu imaginário, não deixando de indicar também um certo grau de prosperidade econômica que lhes permite acesso a esses luxos.

Como exemplo da incorporação de negros forros no imaginário barroco, podemos observar ainda o caso de um iorubá vendido como escravo para o Recife no século XVIII, denominado pelo batismo cristão João de Oliveira, que convertido ao catolicismo passa a comandar um negócio de tráfico de escravos que o enriquece. Faz, no decorrer de sua vida, vultuosas doações a igrejas recifenses, entre elas a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, e, estabelecido como *cabeceira* na Costa da Guiné, adquire por sua conta vários escravos, enviados como sua propriedade para o Brasil. Preso por questões políticas na Bahia, seu auto de prisão registra entre seus bens apreendidos 122 escravos. E, mais um exemplo da ostentação que os libertos assumem como signo de sua condição social, a descrição de seu vestuário inclui peças de grande valor, como chambre de linho, chinelas de marroquim e camisas da Holanda.<sup>212</sup>

O exemplo de João de Oliveira, todavia, não pode ser estendido à maioria dos libertos, pois para arcar com essa ostentação e a posse de numerosos escravos, é preciso uma renda que o trabalho mecânico em geral não pode fornecer. Assim, se a maioria dos libertos atua em profissões que possibilitam a acumulação de certo capital, dificilmente elas chegam a competir com o tráfico de escravos. E dentre essas profissões, talvez uma das mais rendosas seja a de canoeiro em Recife.

Na primeira metade do século XIX, a situação geográfica do Recife, cidade anfíbia, torna a atividade de canoeiro a profissão que mais possibilita acesso aos meios financeiros para alforrias.<sup>213</sup> Essa atividade é, além disso, bastante procurada por negros e pardos livres, visto que possibilita também a diversificação da renda através da pesca e da coleta

---

*relações pessoais que lhes assegurava o grau de socialização necessário à sobrevivência fora das relações paternalistas da escravatura.* OLIVEIRA. Op. cit. P. 31.

<sup>212</sup> VERGER, Pierre. **Os Libertos – Sete Caminhos na Liberdade de Escravos da Bahia no Século XIX**. São Paulo:Corrupio. 1992. P. 9-12.

<sup>213</sup> CARVALHO. **Liberdade – Rotinas E Rupturas Do Escravismo; Recife 1822-1850**. Op. cit. p. 21.

de caranguejo.<sup>214</sup> Entretanto, a importância dessa profissão remonta ao século XVII, como indica a aquarela de autor anônimo, datada de 1640, que descreve o tráfego de canoas no Varadouro, em Olinda. Uma imagem que, além de ilustrar a dinâmica da atividade dos canoeiros, também aponta para o grande número de negros exercendo essa profissão.



**Figura 4** - "Planta, em aquarela, do caes projectado pela Camara de Olinda, no Varadouro da mesma cidade, e a consulta do Conselho Ultramarino, de 28 de novembro de 1691, referente ao mesmo caes e o novo edifício destinado á sede da Camara." Apud O CAES do Varadouro em Olinda. Revista do IAHGP, vol. XIII. Dezembro 1908. N.º 74.

Esta pintura retrata o cais do rio Beberibe, entre Recife e Olinda, como um local de intenso tráfego de cargas e passageiros entre as duas povoações. Esse tráfego é movimentado pelas muitas canoas que aparecem tanto estacionadas quanto em uso. É notável que a representação traga todos os canoeiros e carregadores das margens do Varadouro como negros. A aquarela sugere assim a intensidade da participação dos canoeiros na vida urbana de Recife e Olinda já no século XVII, comprovando a importância econômica da atividade para esse meio urbano e a hegemonia dos negros nessa profissão.

Os negros crioulos livres do Recife são, em geral, oficiais mecânicos, muitos deles acumulando bens e escravos, apesar de não chegarem às camadas de proprietários de terras ou grandes comerciantes. Aqueles artesãos libertos que mais prosperam no mercado conseguem manter oficinas onde estabelecem seus escravos. Nesse contexto, a posse de escravos é um traço definidor de sua posição social e determina a proximidade ou o distanciamento entre os libertos e escravos no meio sócio-cultural, assim como a inserção dos artífices forros no grupo dos pobres produtivos. Enquanto o forro sem escravos exerce funções mecânicas e aproxima-se das condições de vida dos escravos nas irmandades e

<sup>214</sup> "Os canoeiros do Recife eram tantos que chegaram a ter uma capela própria ." CARVALHO. **Liberdade – Rotinas E Rupturas Do Escravismo; Recife 1822-1850**. Op. cit. p. 32.



organizações de ofício, agremiações lúdicas, assistencialistas e devocionais, por sua vez, o liberto que acumula capital e adquire oficina própria, exercendo também funções mecânicas, compra escravos e ostenta luxo no trajar, distanciando-se, assim, da condição de vida cativa.

Ou seja, para os negros forros, seu status social deve ser conquistado a partir da propriedade de escravos, mas mantido a partir da posse de postos e cargos honoríficos. E, ao contrário dos pardos que ascendem socialmente através do embranquecimento, para os negros livres o prestígio social só está a seu alcance através da participação nas irmandades leigas ou na corporação militar.

Este é o caso dos artesãos olindenses que fazem parte da mesa regedora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Olinda, que, no início do século XIX aluga uma propriedade nos arrabaldes do Recife ao viajante Henry Koster. Esses personagens, oficiais mecânicos de Olinda presididos por um sapateiro negro, demonstram diante dos brancos uma importância suntuária advinda de seus cargos na irmandade. Koster os caracteriza como *cavalheiros pretos*, e os convida para festejos em sua residência. E apesar de ridicularizá-los na narrativa como desajeitados e ansiosos por demonstrar a importância que ‘imaginam’ ter, não os ridiculariza pessoalmente, demonstrando-lhes todo o respeito, uma vez que a Irmandade é a proprietária das terras que acabara de arrendar.<sup>215</sup>

Essas considerações nos levam a perceber que o mercado urbano das vilas açucareiras de Pernambuco gera possibilidades para a estabilidade social de negros e pardos livres através dos ofícios mecânicos. Não devemos, contudo, separar o mercado de trabalho livre do trabalho escravo nas categorias profissionais aqui discutidas. Artesãos livres prósperos apenas o são devido à posse de escravos obreiros. O exemplo de Antônio Fernandes de Matos é significativo desse aspecto: mestre pedreiro reinól, Fernandes de Matos enriquece no Recife da década de 1670, não através de sua arte, mas através do comércio de escravos do qual também participa. Mesmo depois de enriquecido, todavia, ele continua no ofício de pedreiro, montando uma oficina bastante próspera na década de 1690, baseada no trabalho de diversos pedreiros obreiros escravos, entre os quais estão oito mestres pedreiros com

---

<sup>215</sup> KOSTER. Op. cit. p. 382, 249, 251.

qualificações profissionais muito próximas as suas próprias, mas socialmente distintos pelo fato de serem escravos.<sup>216</sup>

Assim, as condições sociais de forros e livres, pardos e negros, dependem da posse de escravos, ao mesmo tempo em que dependem também da concorrência com o trabalho escravo. Situação que nos leva a considerar como é tênue a fronteira entre o trabalho escravo e o trabalho livre na sociedade urbana açucareira.

E é nessa fronteira que vivem os pobres produtivos de Recife e Olinda no segundo período português. Grupo social constituído primeiro pelos reinóis empobrecidos do século XVI, e depois, a partir do XVII, por negros e pardos livres, aproximados devido às atividades profissionais que exercem; Afastados por suas origens étnicas e pelas possibilidades de ascensão social abertas a cada um. Apesar das diferenças sociais são, no entanto, observados pelo imaginário barroco das vilas açucareiras, sejam eles negros, pardos ou brancos pobres, como uma massa desqualificada, apesar de útil; como um conjunto empobrecido e ousado. Um discurso que transforma as imagens construídas em torno desses personagens em um importante fator em suas relações com o aparelho militar da Coroa portuguesa.

É o caso do recrutamento para a tropa burocrática em geral. Realizado sobre a população livre urbana, esse alistamento baseia-se não em critérios de renda, mas de respeitabilidade. Assim, estão dispensados aqueles homens considerados produtivos e respeitáveis: homens com trabalho fixo e famílias para sustentar. Nesse sentido, os oficiais mecânicos estariam isentos de servir no exército do rei. Entretanto, as dificuldades inerentes ao preenchimento dos claros nos contingentes regulares levam ao alistamento também de artesãos e pequenos comerciantes que não demonstrem os requisitos de estabilidade: Normalmente, brancos e pardos solteiros, ambulantes, gente sem patrão ou senhor, sem oficinas ou ateliers, e sem escravos. Dessa forma, é que os pobres produtivos vão constituir as tropas do Estado em seus projetos de expansão juntamente com o outro grande contingente de gente recrutável, os *vadios*.

Dentro dessa perspectiva é possível ressaltarmos o caráter extremamente complexo da sociedade colonial açucareira: pois, idealizada como estamental, sua hierarquia, no

---

<sup>216</sup> SILVA. *A Propriedade Mercantil e a Propriedade Colonial: Uma Abordagem Interpretativa da Economia Colonial do Nordeste (1690-1750)*. Op. Cit. p. 25-26.

entanto, não prescinde do critério renda, mesmo que de forma secundária. Secundária porque apesar do enriquecimento possibilitar ascensão social, ou no caso dos oficiais mecânicos, condição de respeitabilidade, ele é mais um meio que um fim, visto que conduz aos *reais* critérios de ascensão: a posse de escravos e de possibilidades de ostentação social.

Por outro lado estes oficiais que apesar de enquadrados como pobres produtivos possuem propriedades e renda, brancos, negros ou pardos, não escapam completamente das mobilizações régias, pois vão compor as milícias urbanas. Ou seja, ao fim e ao cabo, todos aqueles que o imaginário barroco açucareiro denomina genericamente como *plebe*, conceituando-os como pobres do açúcar, terminam por se constituir na principal mão-de-obra bélica da Coroa em sua expansão para o continente.

## 1.5 - VADIOS & BANDIDOS:

*“o numero de crimes he tão grande principalmente dos Negros e Piães que parece conveniente que Vossa Alteza se sirva de mandar acrescentar ao Regimento do Ouvidor de Pernambuco os dous Capítulos do Regimento do Ouvidor do Rio de Janeiro”*

*Conselho Ultramarino sobre petição do governador de Pernambuco, Fernão Coutinho. 8 de agosto de 1672.<sup>217</sup>*

Esses dois capítulos do regimento do ouvido do Rio de Janeiro que o Conselho Ultramarino afirma serem vitais para o controle da criminalidade em Pernambuco são referentes à pena de morte para as *‘pessoas vis’*. Tal documento faz parte de uma longa discussão na administração régia sobre a instituição ou não de pena de morte em Pernambuco no segundo período português. Ou defensores da pena afirmam que a mesma é imprescindível para acabar com a crescente criminalidade da capitania. Uma criminalidade que, por sua vez, está associada nesse discurso aos negros e peões, ou seja, à *plebe* de Pernambuco, e que tem suas causas também bastante comentadas nas cartas do Conselho:

*“os excessos que naquella terra se obrão e a pouca emmenda que há para elles nascidos são de lhe não poder dar o castigo conforme os crimes, (...) Que naquella terra se mata gente com huma facilidade, que cre que os Pays ensinão os filhos isto como as mayores obrigações e quando os que se perdem por elles se lhes dá grande castigo, hé (irem) para angolla ou mandalos para a Bahia donde he tão facil o achar quatro testemunhas falcas como o voltarem a passar ao mesmo lugar do delito; que aly achou naquella cadea dous memelucos prezos que matarão hum frade a espingarda estando dormindo a sua porta sem mais (...) que a de lhe haver empedido hum casamento que poucos dias havia que matou hum mulato naquelle recife a hum homem bem alentado a espingarda de sima de huma genella sem mais causa que a de humas leves resoes que ainda naquella casta de gente pesão menos, (...) parece que tem menos merecimento aquele governo que o do Rio de Janeiro donde se estão enforcando sendo esta a cauza de lá se deminuir os crimes(...)”<sup>218</sup>*

Vemos assim que os discursos da Coroa associam a criminalidade da capitania aos atos da *plebe*, dos pardos e mamelucos que matam *sem mais causa que umas leves razões que naquela casta de gente pesam menos*. Essa *casta de gente*, como afirma a Coroa, é a população livre de cor, tanto os trabalhadores produtivos quanto os ditos desocupados que

<sup>217</sup> AHU, PE, cx. 6, p.a .

<sup>218</sup> AHU, cód. 265, 22.22v. 22 de novembro de 1678.

também fazem parte dessa sociedade urbana. Esses criminosos e desocupados constituem, por sua vez, o segundo grupo de homens recrutáveis das vilas açucareiras de Pernambuco, os chamados *vadios*, os marginalizados pela sociedade açucareira.

Dentro da estrutura social canvieira os *vadios* são descritos como vagabundos, gente sem padrão ou ofício, muitas vezes constituídos por escravos libertos ou brancos inválidos que se entregam à mendicância.<sup>219</sup> Mas não são apenas os inválidos que fazem parte desse grupo. Na verdade, a invalidez justifica a mendicância, que por sua vez é bem vista por esse imaginário por incentivar a caridade cristã. O contingente sobre o qual é posto o epíteto de *vadio* é composto, normalmente, pelos desocupados saudáveis que, do ponto de vista dos discursos dominantes, optam pela vagabundagem.

Assim sendo, podemos perceber que na sociedade colonial açucareira os pobres e os *vadios* formam dois grupos distintos. A distância que os separa é definida pelo fato dos primeiros estarem inseridos na estrutura estamental, considerados úteis e produtivos àquela sociedade; enquanto os *vadios* constituem o grupo considerado improdutivo, desligado de quaisquer atividades inseridas na economia da região, tornando-se marginais perante essa sociedade.

A diferença entre o pobre e o *vadio* é nítida no imaginário barroco: o pobre, na zona do açúcar, é o trabalhador mecânico, o roceiro e o lavrador. Em diferentes graus de inserção econômica, esses personagens são desde proprietários de terras, como os pequenos lavradores, até artífices e pequenos comerciantes. Considerados *pessoas vis* pelo imaginário barroco colonial são, no entanto, tolerados, uma vez que úteis ao sistema. O *vadio*, no entanto, é um elemento à parte: é o desocupado, o pedinte, o bandido, o elemento considerado improdutivo, intolerado pelo sistema e quase sempre associado aos homens de cor livres. É o indivíduo que rejeita, ou é excluído dessa sociedade.<sup>220</sup> Uma exclusão social representada pela rejeição ao trabalho.<sup>221</sup> O *vadio* torna-se o paradoxo da sociedade

---

<sup>219</sup> VILHENA. Op. cit. P. 133.; Apud JANCSÓ. **Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798**. Op. cit. p. 85.

<sup>220</sup> Essa hierarquização da sociedade barroca não é feita tão somente através de valores econômicos, mas sim de valores e categorias estamentais. No entanto, a estrutura econômica não pode ser desprezada, principalmente no estudo dos pobres, uma vez que sua condição social depende consideravelmente de estarem ou não de posse de meios produtivos. A partir dessa premissa, *vadio* seria então aquele que é excluído dos meios de produção.

<sup>221</sup> FRAGA FILHO. Op. Cit.

colonial açucareira, significado pelo o fato de que se o trabalho mecânico é rejeitado como degradante, o ócio que não se apóia em trabalho escravo também o é.<sup>222</sup>

Nesse sentido, nem todos aqueles que são classificados como *vadios* na sociedade escravocrata o são por imposição do meio sócio-econômico, apesar de ser o domínio exercido pelo trabalho escravo sobre os meios de produção uma das principais causas do grande número de livres desocupados nessa sociedade. Por outro lado, muitos forros imbuídos do imaginário que despreza o trabalho mecânico, buscam escapar da equiparação com os escravos da qual serão alvo caso se ocupem de atividades manuais. Preferem, assim a mendicância, vista com melhores olhos por esta sociedade, que desde a Idade Média considera o mendigo como *o pobre de Cristo*, passível de caridade e pena. Mas não o *vadio*. Aquele indivíduo que opta pela vadiagem, sendo um indivíduo considerado sadio, sem direito à mendicância, é desprezado e considerado perigoso, pois se utiliza de um ócio impróprio. Apenas aquele que é sustentado pelo trabalho escravo pode se dedicar ao ócio barroco.

Mas se o *vadio* é o personagem desocupado, a Coroa procura inseri-lo em seus planos de colonização, visto consistirem eles em um repositório humano à disposição. Nesse sentido, podemos perceber que na sociedade colonial açucareira, a Coroa portuguesa utiliza sempre que possível a integração do elemento marginal, não sua exclusão. Uma integração que é feita pelo recrutamento dos marginais para os quadros repressivos da administração estatal. Um outro paradoxo.<sup>223</sup>

Esse grupo social chamado genericamente de *vadios* inclui diferentes tipos de personagens marginais à sociedade colonial. O conjunto de normas dessa sociedade, ou seja, a legislação oriunda do Reino, apresenta o *vadio* como o delinqüente. O imaginário colonial, todavia, não é tão restrito: *vadio* é aquele elemento que não se insere nos padrões produtivos, podendo, no entanto, ser aproveitado por essa estrutura sazonalmente, cabendo o termo ainda, vez por outra, àqueles que resistem ao Estado.<sup>224</sup>

---

<sup>222</sup> ARAÚJO. **O Teatro dos Vícios – Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial**. Op. Cit. P. 150-151

<sup>223</sup> A tese da utilidade social é uma abordagem que distingue dois modos com os quais uma sociedade pode tratar seus marginais: pela completa exclusão do convívio social, como é o caso dos loucos no fim da Idade Média, ou pela integração e utilização desses marginais no meio social, como é o caso dos comerciantes no mesmo período. SCHMITT. Op.cit.. P. 285.

<sup>224</sup> Laura de Mello e Souza, em seu estudo clássico sobre os desclassificados da mineração, empreende uma abordagem profunda das causas dessa desclassificação no Ocidente. Buscamos trabalhar, então, uma outra

Sendo uma sociedade estamental, com classificação hierárquica rigidamente estabelecida perante a lei, a sociedade colonial reconhece a existência do pobre produtivo, o artesão, o oficial mecânico, e o insere em sua estrutura econômica, ainda que na periferia. São os *peões* da lei do Reino, as *pessoas vis e de menor qualidade*. Desprezados por seu status social, mas aceitos como úteis, esses personagens estão inseridos na classificação hierárquica em suas camadas mais baixas. Dentro dessa perspectiva é que os *vadios* são desclassificados.

Ainda no medievo ibérico estão as origens desses conceitos de marginalidade no Ocidente, que diferenciam o mendigo do *vadio* e ambos do pobre trabalhador. A Lei das Sesmarias, por exemplo, promulgada em Portugal em 1375, visava recuperar a agricultura do Reino através da condenação dos *vadios* a trabalhos forçados no campo,<sup>225</sup> ou seja, através da transformação do *vadio* em elemento social produtivo. Nela já se percebe uma distinção jurídica entre o elemento socialmente tolerado enquanto produtivo, e o elemento *vadio* considerado improdutivo. Percebe-se também, já nesse momento, a opção estatal pelo aproveitamento desse grupo marginalizado, redirecionando-o como mão-de-obra para os projetos régios.

Apesar disso, o mundo canavieiro nem sempre identifica limites perfeitos entre os pobres e os *vadios*. Muitas vezes os engenhos contratam mão-de-obra livre nos períodos de maior atividade produtiva, dispensando-a assim que a superprodução acaba: “*é, se não eram absorvidas em outras atividades, retornam para suas roças de subsistência ou passavam a roubar e mendigar pelas vilas e cidades.*”<sup>226</sup> Situação que pode ser observada no discurso de Tollenare sobre os mocambeiros, os moradores das choupanas de beira de estrada, desocupados em regime permanente que servem por vezes nos engenhos como mão-de-obra extra. Assim, aquele que é classificado como *vadio* pode ocasionalmente assumir lugar na estrutura produtiva, ainda que temporariamente.

---

perspectiva, especificamente com as diferenças entre o pobre produtivo e o *vadio*, pois, uma vez que Mello e Souza caracteriza o desclassificado social como o homem livre pobre, miserável, exterior a sociedade por sua pobreza, e os analisa a partir de sua classificação na estrutura produtiva, termina por igualar o elemento *vadio* e o elemento pobre. E apesar de que a Coroa recruta para seu quadro repressivo os dois elementos, utiliza-os, na verdade, de forma diferenciada. Uma diferença que é originária da própria distinção de condição social entre os dois grupos. SOUZA. **Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII**. Op. cit. P. 65. p.149.

<sup>225</sup> Idem, p. 56

<sup>226</sup> FRAGA FILHO. Op. cit. p. 76.

É preciso percebermos, todavia, que a vadiagem pode também ser uma opção pessoal, e não apenas uma imposição da sociedade escravista sobre os pobres livres. O *não trabalhar*, a recusa de assumir as mesmas ocupações que os escravos - atitude que para a sociedade senhorial significa preguiça e indolência quando identificada em pessoas das camadas subalternas -, é também uma forma de resistência à ordem escravista, “*a reafirmação do status de livre*”.<sup>227</sup> Nesse sentido, a ociosidade apresenta-se como uma forma de distinção entre o livre, o liberto e o cativo que não pode ser esquecida.

E essa escolha pela vadiagem não é feita apenas pelos libertos que querem, assim, distinguir-se dos escravos; também é feita pelos migrantes portugueses, oficiais mecânicos reinóis, lá sofrendo a discriminação barroca ao trabalho manual, que ao serem inseridos em um meio onde o trabalho está dominado pela escravidão, optam pela vadiagem.

Luís dos Santos Vilhena registra esse fenômeno em Salvador do fim do XVIII, onde homens vindos de Portugal para servir como criados no Brasil, aqui abandonam essa atividade ‘*exclusiva de negros*’, achando que teriam ‘*por melhor sorte o ser vadio, o andar morrendo de fome, o vir parar em soldado e às vezes em ladrão*’.<sup>228</sup> Um discurso sugestivo que indica ser o primeiro tipo social constituinte desta camada *vil* os próprios reinóis migrados e que trazem para a sociedade escravista o imaginário ibérico.

Essa imbricação entre o imaginário barroco ibérico e a realidade escravista colonial cria novos valores culturais e econômicos. Neste imaginário unem-se os ideais estamentais ibéricos e a desqualificação racial causada pela escravidão. Mas a categoria social *vadio* é juridicamente definida já na legislação metropolitana: As Ordenações Filipinas, compiladas nas últimas décadas do XVI e em vigor como código legal para o Reino e o Ultramar durante os séculos XVII e XVIII, têm a preocupação de estabelecer a estratificação do *vadio* e suas sanções legais. No capítulo específico intitulado ‘*dos vadios*’, dizem as ordenações que:

*“qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver Officio, nem outro mestér, em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoçando algum negocio seu, ou alhêo, (...) seja preso, e açoutado publicamente.(...)”*

---

<sup>227</sup> Idem. p. 789.

<sup>228</sup> VILHENA. Apud ARAÚJO. *O Teatro dos Vícios – Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*. Op. cit. p. 152.



*e na cidade de Lisboa os corregedores da Côrte e da cidade, e os Juizes de Crime della, se informarão particularmente cada trez meses, se há nella algumas pessoas ociosas e vadias, assi homens, como mulheres.*

*E achando que as há, as mandarão prender, e cada hum deles procederá summariamente, sem mais ordem, nem figura de Juizo, (...)*

*E os ditos Corregedores darão suas sentenças á execução sem apellação nem agravo.*

*E os Juizes darão appellação e agravo nos casos, em que couber.(...)”<sup>229</sup>*

Ou seja, a legislação institucionaliza a distinção entre o *vadio* e o oficial mecânico: o primeiro, como diz a lei, é expressamente aquele que vive sem senhor, aquele que não tem ocupação mecânica e nem negocia, seja para si, seja para um senhor. Por outro lado, entre os oficiais mecânicos estão classificados desde o grande negociante até o caixeiro, abrangendo assim, esta última categoria, toda a diversificada camada de homens livres produtivos. O que define o vadio, dessa forma, não é o que ele é, mas o que ele não é para a sociedade barroca colonial. E a vadiagem é crime punido com prisão e açoitamento público, além do degredo e do recrutamento militar estabelecido pelas Ordens Régias. Essas ordens determinam uma vigilância cerrada das autoridades municipais sobre suas localidades: a cada três meses, obriga a lei que os corregedores e juizes de crime investiguem suas jurisdições a cata de *vadios*.

E mesmo que não tenhamos todas as autoridades criminais do império realizando buscas trimestrais minuciosas atrás de *vadios*, a existência da lei demonstra que a Coroa não deixa de se preocupar com esses personagens. Além de vigiá-los e reprimi-los, a Coroa portuguesa procura dar-lhes uma utilidade social. Essa utilidade relega-os às mais baixas camadas produtivas, pois os *vadios* presos são transformados em soldados.

Dentro dessa política de transformar o *vadio* em elemento produtivo para o Estado, podemos encontrar diversas práticas da administração metropolitana e colonial. É o caso, por exemplo, de uma consulta de 1635, onde o Conselho Ultramarino discute a petição de um capitão de infantaria da região do Lamego no Reino, em que este pede autorização para recrutar todos os *vadios* de sua jurisdição, enviando-os na armada que então estava de partida para combater a companhia holandesa de comércio em Pernambuco. Sobre isso, o parecer do Conselho diz que:

---

<sup>229</sup> ORDENAÇÕES Filipinas. Op. cit. livro V, tít. LXVIII, p.1216.

*“a cidade de Lamego (...) e sua comarca havia muitas pessoas que podião nesta ocasião servir a Vossa Magestade; e por quanto são homes extravagantes que não tem obrigação alguma, e muitos se não sustentavão, mas que com o que furtando vão; Pede a Vossa Magestade lhe mande hordem para que os possuão prender. (...) para servirem a Vossa Magestade nesta ocasião de Pernambuco (...) Pareceo que Vossa Magestade deve mandar aos corregedores das comarcas, que as pessoas que lhe apontarem os Capitães, constando-se que são vadios, e Inutis na República, e escandalosos (...), os prendão, para que presos possuão vier servir a Vossa Magestade na ocasião deste Armada que vai a Pernambuco.”<sup>230</sup>*

Aqui a opinião dos conselheiros expressa a imagem que sociedade e Estado fazem dos vadios: homens *extravagantes* que não tem obrigação alguma e que se sustentam com furtos, os *vadios* são os inúteis da *República*, os homens *escandalosos* à margem da lei, e também da moral. Prendê-los não é suficiente. É necessário também recrutá-los. A punição para a vadiagem aqui confunde prisão, recrutamento e degredo. Na tentativa de livrar-se dos vadios, mas não querendo desperdiçá-los enquanto recursos humanos, a Coroa cria o degredo útil, que não apenas exclui os marginais do convívio social, mas também lhes fornece uma utilidade favorável ao Estado.

E a principal utilidade social que a Coroa dá a seus *vadios* é torná-los soldados burocráticos. Nas vilas açucareiras da América portuguesa, enquanto os pobres produtivos devem ser preferivelmente inseridos nas tropas auxiliares, de forma a que continuem a trabalhar normalmente, os *vadios* são forçosamente recrutados nas tropas burocráticas, instituição desprestigiada e mal vista pela sociedade. Dentro dessa perspectiva, uma das principais funções dessa tropa é ser solução para o problema dos marginais, transformando-os em peças úteis do Estado, ao mesmo tempo retirando-os do convívio social e aproveitando-os na repressão a esta mesma sociedade açucareira.

Podemos observar essa situação em uma carta régia dirigida ao governador de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, em 1660, onde a Coroa ordena que:

*“em razão da falta de gente que há no Reino de Angolla, aonde me hides servir de Governador, e da que vos era necessario levar em vossa companhia, para sua segurança e defesa, me pareceo dizervos que se fica tratando de se enviar a Angolla, deste Reino, a maior quantidade de gente degradada que pode ser, (...) e quando esta não bastar procureis ajustarvos ahy com Franscico de*

---

<sup>230</sup> AHU, cód. 40, fl. 111. De 19/1/1635.

*Britto, que vos vay suçeder para que possão dahy levar alguns soldados (...).”<sup>231</sup>*

Ou seja, para constituir a organização militar dos territórios lusos de Angola na segunda metade do século XVII, a administração ultramarina envia gente degredada do Reino, além de tropas de Pernambuco que, por sua vez, também são compostas por *vadios* e delinqüentes. Se é comum que os degredados do Reino sejam usados como colonos, o que já vemos com Duarte Coelho, a imposição de uma tarefa específica nessa colonização parece ser menos usual, ao contrário do que acontece com os *vadios* recrutados tanto no Reino quanto na colônia açucareira, ocupados que são com as tarefas militares do empreendimento.

A busca por estabelecer uma associação entre o degredo e uma função social útil ao projeto colonizador parece estar constantemente presente nas preocupações da Coroa portuguesa para a administração de seu império, como podemos ver na seguinte ordem régia dirigida ao ouvidor de Pernambuco, em 1715:

*“Faço saber a vos (...) que passandosse ordem em 26 de dezembro de 1710 a vosso antecessor, para que aquelles criminozos que estivessem em pena de degredo, e por crimes tais que merecessem o desterro de Angolla, os fizesse remeter para aquele Reyno, e ainda alguns vadios que conhecesse podião servir de grande perturbação nessa Republica, e de escandalo aos povos (...), me propos em carta (...) do anno passado, e duvida que se lhe oferecia sobre a execução da dita ordem se havia executar nos criminozos que estivessem na dita pena sem esperar a sentença da Rellação da Bahia para onde havia apellar (...), nem em outro caso dos vadios em que não devia haver appellação nem agravo por serem sumarios. E pareceo dizervos que a Refferida ordem que se passou a vosso antecessor para serem mandados os vadios para angolla foi somente por aquella ocasião e se não deve extender para o mais tempo e assim neste particular deveis guardar a ordenação e o vosso regimento não os a respeito dos vadios, mas tambem dos mais criminozos (...).”<sup>232</sup>*

Essa ordem faz parte de uma correspondência administrativa entre a Coroa e seus representantes no império que apresenta, em diferentes momentos, uma vontade política de retirar os *vadios* do convívio social, aqui especificamente Pernambuco. Degredar os *vadios* que perturbam a *república* é excluir essa camada da estrutura social. Uma visão mais ampla do problema, no entanto, permite-nos perceber que para a Coroa esse não é apenas um

<sup>231</sup> AHU, cód. 275, fl. 308v.4/11/1660

<sup>232</sup> AHU, cód. 258, fl. 93/93v. 13/9/1715.

processo de exclusão, mas de aproveitamento, uma vez que essa camada é muitas vezes, como no caso de Angola, utilizada com fins militares.

Essa ordem régia de 1715 também ilustra a existência de certa confusão legal sobre a deportação de *vadios*. Na carta, o Conselho Ultramarino explica ao ouvidor de Pernambuco que a anterior deportação dos *vadios* da dita capitania para Angola fora uma contingência momentânea do governo precedente, não sendo regra geral. Mas vemos em documentos posteriores que esse degredo útil continua sendo utilizado pela capitania ao longo do século XVIII, independentemente das contingências momentâneas.<sup>233</sup>

Para o imaginário dominante nas vilas do açúcar, a distância entre o vadio e o bandido é sempre tênue. E sob a capa da utilidade social que a Coroa fornece aos *vadios*, a distância praticamente inexistente. É o que podemos observar na discussão entre o governador de Pernambuco e a Coroa, em 1740, sobre serem remetidos os *vadios prejudiciais* de Pernambuco para Angola. Uma discussão onde fica perceptível a confusão na definição de *vadio prejudicial*:

*“a ordem que vos foy sobre fazeres remeter para o Reyno de Angola alguns vadios, que forem prejudiciais para servirem o 3<sup>o</sup>234 daquelle Reyno aserca do que me expuzestes, que em execução da dita ordem tinheis remetido alguns degradados para o dito Reyno, fazendo os sentenciar, e julgar por taes pello Ouvidor sem embargo da minha ordem, e não declarar, por haver ahy outra, que a sim o determina, a qual maes expressamente dis que façaes Remeter os vadios e prejudiciaes, e como esta ultima dis somente os vadios, que forem prejudiciaes, e por furtos e outras dezordens sejam em mayor numero, e difficil para juntarlhe a circunstancia de Vadios, me pedieis vos mandasse declarar se devieis mandar com as circunstancias de serem sentenciados não só os vadios, mas tambem os que forem prejudiciaes por outros crimes, e dezordens. Me pareceo dizervos, que não se devem ser remetidos os Vadios, mas tambem os que forem prejudiciaes em cujos crimes couber o degredo para o dito Reyno de Angola ou a proporção se lhe puder acomodar.”*<sup>235</sup>

Antes de mais nada, esse documento leva-nos a considerar as dificuldades de manutenção de uma classificação social hierárquica com base jurídica em uma sociedade onde a renda e a mobilidade social já são fatores importantes. Se a sociedade açucareira mantém-se como organização com princípios estamentais, ela não o faz sem dificuldades,

<sup>233</sup> Cf. Documentos como a carta régia datada de 29/7/1740.

<sup>234</sup> Leia-se Terço, unidade da organização militar portuguesa, composta por 10 companhias de 100 homens cada, e comandada por um mestre de campo.

<sup>235</sup> AHU, cód. 260, fl. 259v/260. 29 de 7 de 1740.

uma vez que é difícil englobar em critérios estamentais uma organização social já tão mutável quanto a da região canavieira.

É nesse sentido que podemos perceber a confusão conceitual expressa nessa carta régia. Um documento recebido pelo governador de Pernambuco ordenara o envio para Angola de *‘alguns vadios, que fossem prejudiciais’*, sendo que uma carta régia anterior se referira, por outro lado, ao remetimento dos *‘vadios e prejudiciais’*, e o governador não sabe se deve então enviar apenas os *vadios*, ou também *‘os que forem prejudiciais por outros crimes, e desordens’*, ou seja, os que forem prejudiciais sem serem vadios. A resposta da Coroa, como já era de se esperar, é para que envie todos.

Essa interessante confusão do governador ajuda a que possamos esclarecer um pouco mais sobre a circunstância do *ser vadio*. Que o *vadio* é o elemento não classificado socialmente já sabemos. Mas existem outros elementos desclassificados, os delinquentes, os bandidos. E apesar de que, teoricamente, vadiagem é crime, também parece existir, se seguirmos os critérios de Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, então governador de Pernambuco em 1740 e responsável por essa dúvida nos significados, uma distinção entre o vadio e o criminoso. Ou seja, mesmo entre a *classe dos desclassificados*, encontramos uma hierarquia.

E percebemos ainda pela carta de 1740 que essa hierarquia inclui os *vadios*, os criminosos, que são chamados *prejudiciais*, e os *vadios* criminosos, apontando para uma diferença entre a vadiagem e a criminalidade. Apesar disso, todos esses diferentes grupos são alvo da política de aproveitamento das classes marginais promovida pela Coroa.

Essa prática de utilizar as camadas marginalizadas em pró do desenvolvimento do Estado é largamente empregada pela Coroa em seu império, transformando aqueles que estão à margem da lei em representantes desta. Portanto não é surpreendente que quando os próprios soldados são condenados por crimes, a política se adapte para adaptá-los. É o que vemos em uma carta régia de 1707, dirigida ao governador de Pernambuco:

*“Havendo visto a representação que me fizeste sobre o prejuízo que recebe o meu serviço em se degradarem os soldados desse presidio culpados em crimes, para outras conquistas; porque por este meyo se livrão de soldados, cumpridos os annos do seu degredo, o que seria conveniente evitar-se (cumutandolho) para os presidios dessa capitania, porque findo o tempo ficarão obrigados a continuar no mesmo serviço, e senão exprimentará nessa conquista tanta falta de gente nos terços pedindome tambem vos mandasse declarar, se os taes*

*degradados, ocupando postoz, ficavão perdendo para se proverem logo, ou se era de suspender com o seu provimento para que acabado possão exercitalloz. Me pareceo dizervos que os soldados devem ser sentenciados na Ouvidoria Geral (...), a quem se ordena, que estando alguns soldados dessa Capitania em pena de degredo para fora da terra por tres, ou quatro annos que lhos comute para alguns dos prezidioz dessa mesma Capitania porque desta maneira, se não dará ocazião de ficarem livres do meu serviço, antes acabado o tempo do degredo em que forem condenados os poderão os governadores obrigar a que se restituão aos terços honde servirão. (...) segundo a ley em morte civil, que estes não tem restitução de postos.”<sup>236</sup>*

O que fazer para punir um soldado criminoso, se a punição para os criminosos é serem transformados em soldados? Se normalmente os criminosos são recrutados e degredados para servirem de suporte bélico em conquistas distantes, torna-se um problema executar a punição em criminosos que já são soldados. Uma vez que já estão alistados, a punição de praxe é o degredo. Esta, todavia, nem sempre é uma prática viável, visto que o número de soldados nas conquistas é normalmente pequeno, tornando inviável degredá-los para outra região. A punição proposta pela Coroa é a de fazer com que os soldados criminosos cumpram suas penas em seus próprios quartéis, os chamados presídios, tornando muitas vezes indissociável o soldado e o criminoso.

Problemas de definição a parte, no segundo período português, o banditismo, a criminalidade e a violência urbana são temas freqüentes na correspondência entre as instâncias administrativas da zona da cana. Exemplo da preocupação da Coroa com essa situação de violência movimentada pela *plebe* pode ser visto em uma carta régia para o governo de Pernambuco de 1717, que ordena que:

*“pela carta que recebestes do ouvidor da capitania de Itamaracá que me remetestes, constava que a devassa dos tiros e mortes que se fez na Vila de Guoyana estava acabada, e que os (...) culpados nella andavão auzentes, e metidos pelos dilatados Matos dessa Capitania; onde facilmente fazem habitação por serem criados nelles, (...) Me pareceo recomendarvos a prizão destes delinquentes, e prezos que sejão os remetereiz á Bahia onde tãobem so devem mandar remeter as culpas para lá se sentensearem.”<sup>237</sup>*

---

<sup>236</sup> AHU, cód. 257, fl. 209. 9/4/1707.

<sup>237</sup> AHU, cód. 258, fl. 151v/152.

Aqui a Coroa discute as providências a serem tomadas sobre uma série de assassinatos realizados em Itamaracá, onde as devassas tiradas pela ouvidoria tinham sido mal sucedidas, possibilitando a fuga dos culpados para os *matos*.<sup>238</sup>

A localidade em debate aqui é a Vila de Goiana. E Goiana não é um arruado. Segundo as estimativas populacionais anteriormente trabalhadas, no século XVIII esta vila é a segunda povoação mais populosa da vasta Comarca de Olinda.<sup>239</sup> No mundo colonial, no entanto, o núcleo urbano não parece isolado de sua periferia rural. O que os registros geralmente chamam de *mato*, são os arredores, as matas intocadas fronteiriças a engenhos e vilas, ocupadas, todavia, por uma população marginal à sociedade colonial. Bandidos, escravos fugidos, *vadios* e pequenos roceiros livres habitam essa zona de fronteira.

Segundo o discurso da Coroa, o banditismo nessa área de *matos* é freqüente e ativo. Os ataques são recorrentes nas principais estradas canavieiras e nas periferias das maiores vilas, indicando uma ligação desses bandidos com a produção açucareira e o mundo urbano. Por outro lado, a própria mobilização de pobres e *vadios* do açúcar para a *guerra dos bárbaros* contribui para o aumento dessa criminalidade, visto que provavelmente nem todos os desertores que retornam para a área açucareira conseguem se reinserir no meio social de onde saíram.

Essa pode ser a situação, por exemplo, dos ataques às estradas da Paraíba em 1722, quando os conflitos no Açúcar estão chegando ao fim. Nesse momento, o capitão-mor da Paraíba presta contas ao Conselho Ultramarino sobre as medidas tomadas contra o banditismo naquela região, ao que o Conselho ordena:

*“atalhar o atrevimento daquelles que sem temor de Deus nem das minhas Leys, a perturbavam com diferentes insultos, e vendo que no dellatado dessa Capitania (...) não tinham as minhas Justiças e officiaes dellas as (...)*

---

<sup>238</sup>Sobre o significado dos *matos*, Vainfas o observa como local privilegiado para a privacidade na sociedade colonial. Em sua análise, vista a falta de privacidade oferecida pela casa na colônia, o mato, o espaço público a céu aberto nas periferias das moradias, é paradoxalmente, o único espaço possível para relações sexuais consideradas ilícitas. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasílicas: Deleites Sexuais e Linguagem Erótica na Sociedade Escravista*. in SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. Pp. 221-273.

p. 257. Interessa-nos aqui, sobretudo, observar essa definição de *matos* como o espaço periférico às moradias, nem tão perto e habitado que possa ser considerado urbano, nem tão longe que possa ser considerado sertão.

<sup>239</sup>Vimos nos dados populacionais trabalhados anteriormente a posição de Goiana como segunda vila mais populosa de Pernambuco, Cf. quadro 1, e Quadro 2. Ver também CARVALHO, Marcus. *O quilombo dos Malunguinho – o rei das matas de Pernambuco*. In REIS, João José; GOMES, Flávio. **Liberdade Por Um Fio – História dos Quilombos No Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. p. 408.

*necessarias para tomarem satisfação destes delinquentes (...), despacharens ordenz aos officiaes das entradas, e ordenanças que entendieis serem capazes de as executarem sem dollo para que a todos que achassem em autual exercicio de Rouboz violenciaz, e mortes, ou qualquer outra perturbação da Republica, os prendessem nos seus dstrictos, e os remetessem a essa cidade para se entregarem ao ouvidor geral, e se castigarem como meressem e que não tinha sido inutil publicarsse esta dispozição porque athé gora se conservão todos em boas pás, e que entrando a averiguar o número dos criminozos, e qualidade dos crimes que havia nos cartórios dessa Cidade os que constavão da Relacam que remetestes que contem o número de (571) e sendo esse numero tão consideravel que apenas pode caber nas prizoens, nem o Menistro deo expediente ao seu livramento ou castigo, há entre elles muitos que não tem parte, e que por crimes antigos, ou menos graves, andão mais por fado que por genio fugindo vagabundos por tantas partes sem tomarem asiento, nem domissilio certo em lugar algum, antes a sua mesma mizeria os obriga muitas vezes a viver nos mesmos dilictos que no principio os perderão, e inquietarão, sendo tambem indicente a authoridade de minhas justissas, na impossibilidade de os prender e consentir na sua quietação, e fica sendo esta quantidade de gente não só inutil, mas prejudicial a toda a terra, em cujo beneffficio e augmento vos parecia se podia converter este damno sendo eu servido usar de minha Real piedade com estes mizeraveis mandando publicar um perdão geral a todos os que no seu crime não tem parte, e vendo o mais que nesta parte insinuaes.(...)”<sup>240</sup>*

Um documento valioso, primeiro por apontar os limites da jurisdição régia, estritamente situada nas vilas do açúcar. Segundo, por indicar que as ordenanças no segundo período português a muito haviam perdido seu caráter militar, assumindo as tarefas da inexistente administração da Coroa nos sertões e ermos. E terceiro, pela natureza dos presos.

O número de presos enviados para as prisões da Cidade da Paraíba é considerável, se levarmos em conta que, quase no mesmo período, o governador de Pernambuco faz referência a cerca de 200 devassas tiradas em Recife e Olinda, uma região mais populosa.<sup>241</sup> Podemos, decerto, presumir que esse elevado número é responsável pela brandeza do tratamento do Estado para com os mesmo bandidos: Mal cabendo nas prisões, não há possibilidade, admite o próprio Conselho Ultramarino, de *dar vencimento* a todos os

---

<sup>240</sup> AHU, cód. 258, fl. 281v.

<sup>241</sup> "A falta de castigo nesta Capitania foy acrescentando de maneira o numero dos delinquentes como Vossa Alteza mandará ver por essa Certidam dos Escrivãs de que consta serem 202 devassas de mortes e asseçinos de poucos annos a esta parte no destrito somente desta Villa (...)." CARTA do governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho. 1/6/1871. AHU, PE, cx. 5, p.a.



processos. Assim, simplesmente são libertados aqueles sobre quem não são encontradas queixas formais.

Consideremos ainda que, dentre esses criminosos, muitos devem ter sido os presos por vadiagem, como diz o próprio documento sobre os muitos que são vagabundos *mais por fado do que por gênio*.

Essa mobilidade espacial dos *vadios*, sua falta de domicílio certo, de assento, é para o imaginário colonial, um indício de sua marginalidade, uma vez que o pouso, o domicílio, a terra, são elementos que distinguem os *homens bons* da *gente vil*. O *vadio* se torna assim, não apenas um inútil, mas também um *'prejudicial a toda a terra'*, levando o governador a defender a possibilidade de transformar esse prejuízo em benefício do Estado: ou seja, essa prisão realizada na Paraíba poderia ser aproveitada pela Coroa, de alguma forma. Aqueles que até então causavam dano, poderiam ser transformados em elementos produtivos, provavelmente através do recrutamento.

A mobilidade geográfica inerente aos *vadios* é um primeiro indício em nossa busca pelos homens que, saídos da zona da cana, vão se juntar à nova sociedade em formação no sertão. Percebemos que ela não é exclusiva dos *vadios*, mas também vital para os bandidos, os *facinorosos*, e os negros fugidos. No início do século XIX, por exemplo, Henry Koster em sua jornada para o interior das províncias do norte através do sertão e rumo ao Rio Açú, observa e descreve o Vale dos Marcos, no litoral do Rio Grande, assim como diversos mocambos de negros fugidos que se encontram a beira das estradas.

Pousando em choupana de família branca na estrada que leva do Engenho Cunhaú à Goiana, entre a principal região produtora do Rio Grande do Norte e uma das principais cidades de Pernambuco, Koster vivencia a experiência da captura de um escravo fugido por membros da família de brancos pobres que o hospedara. O interessante nessa vivência é que esse homem fugido e sua mulher, também provável fugitiva, habitam uma choça na área vizinha a mesma estrada, não muito longe da choupana da família branca,<sup>242</sup> ilustrando assim a diversidade social dos moradores dos matos canavieiros, nem sempre *vadios*, nem sempre bandidos, nem sempre pobres, nem sempre libertos.

Por sua vez, ao atravessar o Vale dos Marcos, não muito longe da região acima referida, localizada algumas léguas ao sul do Cunhaú, Koster descreve o mesmo como “*um*

---

<sup>242</sup> KOSTER. Op. cit. p. 169.

*vale profundo, habitado por negros fugitivos e criminosos. As trilhas que levam ao vale são intrincadas e um homem que fixar aí sua morada dificilmente será desalojado.*<sup>243</sup>

Essa ocupação espontânea e marginal do interior periférico da cana, mesmo que vizinho a ela, já a vemos no séc. XVIII, como atesta a carta régia ao governador de Pernambuco, datada de 1736, onde a Coroa afirma:

*“que me daveis conta da quadrilha de ladrões negros captivos que fugirão a seus senhores para o matto, onde fizerão mocambos, roubando nas estradas aos passageiros, em que fizerão muitas mortes e da providencia que tomastes para os destruir, mandando para este effeito armar huma Companhia de quarenta homens, em que entravão vinte e cinco soldados pagos, e quinze Indios praticos, as quaes mandastes dar a cada hum sincoenta réis por dia pello tempo, que fossem necessarios, de cuja delligencia rezultou prendermos muitos dos ditos foragidos e mataremsse alguns, tendo outros buscado a caza de seus Senhores, e outros fugido para o certão com medo do castigo, achandosse já os caminhos dezempedidos, (...) a despeza que se fazia com os ditos Indios, se tirara da consignaçoão dos soldados, e que brevemente lhes mandaveis dar baixa, poiz não vencerião este soldo mais que tres ou quatro mezes, e aos soldados pagos cobravão somente o seu soldo, livrandoos de outro exercicio, durante esta occasião (...).”<sup>244</sup>*

Esse mocambo que a Coroa que combater em 1716 se especializara em assaltos de estrada,<sup>245</sup> mas uma vez desbaratada a quadrilha de escravos fugidos que realizava os assaltos, nada mais se diz sobre o mocambo. E os quadrilheiros que escapam ou voltam para seus senhores, ou fogem para o sertão, entranhando-se ainda mais interior a dentro, indo ocupar novas regiões interioranas, novos sertões, integrando-se agora em uma nova sociedade colonial.

Nem todos os bandidos de estrada, todavia, são escravos fugidos, moradores de mocambo. Muitos dos bandidos são tão somente bandidos:

*“O ouvidor geral da Parahiba, (...) expoem a vossa magestade por este Concelho serem continuos, e innumeraveis os furtos de escravos, gados, e cavalgaduras que naquela comarca se cometem pellos muitos vadios que há asociados com os criminozos que se auzentão e favorecidos de alguns*

---

<sup>243</sup> KOSTER. Op. cit. p. 84.

<sup>244</sup> AHU cód. 260, fl. 200.

<sup>245</sup> O quilombo do Malunguinho, existente nas matas entre Recife e Goiana durante as primeiras décadas do século XIX, é um exemplo dessa especialização em ataques de estrada. Situado dentro da área mais urbanizada e populosa da Província, e vizinho às principais estradas comerciais da região, o quilombo realiza *razzias* freqüentes nessas estradas. Cf. CARVALHO. In REIS; GOMES. Op. Cit.

*moradores que os amparão, procurando não so occasião oportuna de fazerem os ditos roubos, mas atrevedosse a entrar nas cazas, curraes, e cercados, donde tirão o que achão, sem temor algum, nem haver quem lho podesse impedir por andarem de patrulha como bandoleiros armados ainda com armas prohibidas pela Ley novissima com que os moradores daquela comarca, que se compoem das Cappitanias da Paraíba, Itamaracá, e Rio Grande se vem gravemente oprimidos, (...)*

*lhe parecia justo que todos os annos em cada huma das cappitanias daquella comarca se tirem devações dos Referidos roubos pelo juizo daquella Ouvidoria geral (...)*

*e dandosse vista ao desembargador Pedro Gonçalves cordeiro que serve de procurador da Coroa, respondeu que tirar devações gerais de furtos era prohibido pellas leys do Reino; (...)*

*Parece ao Conselho o mesmo que ao Procurador da Coroa.*"<sup>246</sup>

Aqui vemos novas tentativas de diferenciação entre *vadios* e bandidos, característica marcante de uma cultura hierárquica que para todos quer dar classificação. Segundo os registros da Coroa, os inúmeros assaltos ocorridos na Paraíba são obra de muitos *vadios*, associados com criminosos e amparados por alguns moradores. Essa última talvez seja a mais estranha das participações. Quem são esses moradores que apóiam os quadrilheiros? Documentos do próprio Conselho Ultramarino fazem referência aos moradores como senhores de engenho da Câmara de Olinda. De qualquer forma, essa participação de moradores associados às quadrilhas de ladrões aponta para uma nova fonte de renda para os habitantes reconhecidos da colônia açucareira, o roubo, sejam eles colonos pobres e agregados ou cidadãos respeitáveis, sejam eles libertos ou livres.<sup>247</sup>

De qualquer forma, são esses personagens, bandidos, *vadios*, prejudiciais, integrados com os pobres produtivos de pouca estabilidade social, que vão compor às tropas burocráticas em Recife e Olinda dos séculos XVII e XVIII. Mas se o recrutamento de oficiais mecânicos é feito à revelia do comportamento esperado pela sociedade, a incorporação de *vadios* e criminosos pela mesma tropa é a prática defendida pelos discursos dominantes nas vilas açucareiras e na administração régia. Esses personagens, por sua vez, ao serem enviados para os combates no sertão, e participando das deserções massivas

<sup>246</sup> AHU maço 9, 1746-1748, papéis avulso da Paraíba.

<sup>247</sup> Cf. FRAGA FILHO. Op. cit. Os arquivos policiais baianos referentes ao período de 1790/1890, estudados por Maria Inês Côrtes de Oliveira, apresentam os libertos como desocupados, arruaceiros, ladrões e prostitutas. A própria autora faz uma distinção entre as pessoas forras às quais esses epítetos eram empregados pelas autoridades, e aqueles libertos que deixaram testamentos, esses últimos pertencentes a uma condição social bem diferenciada. Cf. OLIVEIRA. Op. cit. P. 31.

encontradas nas tropas da Coroa, encontram menos razões que os pobres para voltar para as vilas do açúcar, sendo provável que constituam o principal contingente de migrados forçados que se estabelecem no sertão.

Entender o deslocamento de tropas para o sertão durante a *guerra dos bárbaros* como uma migração forçada talvez não seja a melhor maneira de analisar a situação, uma vez que a intenção da Coroa não é estabelecer esses homens permanentemente na região. No entanto, a conjuntura da guerra determina novas práticas e novas políticas adotadas pela própria Coroa. Práticas que incluem mesmo a doação de terras na região para os veteranos dos conflitos.

Dentro desse contexto, a compreensão dessa *migração* de pobres produtivos e *vadios* para o sertão durante a *guerra dos bárbaros* está em íntima correlação ao entendimento das formas de cooptação desses elementos pela organização militar régia, pois o status social determina o tipo de tropa no qual esses homens são inseridos e o tipo de tropa, por sua vez, determina a forma de participação na guerra e as possibilidades de interação com o sertão.

**II – BRAÇOS ARMADOS DO AÇÚCAR: AS TROPAS  
INSTITUCIONAIS NA COLÔNIA AÇUCAREIRA**

## 2.1 – A ORGANIZAÇÃO MILITAR NAS VILAS DO AÇÚCAR

*“Toda a administração do Brasil sendo militar, todo o mundo é soldado desde a idade de 16 anos até a de 60. O governo só paga aos regimentos de linha e alguns oficiais superiores da milícia; tudo o mais está sob as ordens do Capitão-mor, mantido em todos os povoados, e que ordinariamente é um dos maiores proprietários do distrito; (...) É aos capitães-mores que o governador envia as ordens, que as mais das vezes ficam sem execução, de sorte que o criminoso acha facilmente asilo no sertão,(...)”*<sup>248</sup>

*L. F. de Tollenare.*

Quando a Coroa portuguesa começa a intervir no processo de conquista continental, deslocando tropas para combater os indígenas e ajudar os curraleiros a se estabelecerem no sertão, são as tropas das vilas do açúcar que ela desloca primeiro. E mesmo quando os paulistas são requisitados para participar dos combates, são novamente com as tropas da zona açucareira que a Coroa os reforça e fortalece. Assim, a parcela da estrutura militar imperial que guarnece a área canavieira tem intensa participação no processo de expansão da colonização portuguesa através do continente e para o sertão. Essa parcela da estrutura militar, por sua vez, é composta pelos pobres e *vadios* das próprias vilas do açúcar, o que coloca esses personagens no centro dos combates da *guerra dos bárbaros*.

Durante o segundo período português, a estrutura militar na zona açucareira é constituída pela tropa de linha, ou regular, que corresponde ao exército profissional e burocrático português; pelas milícias, o conjunto de tropas auxiliares de reserva, gratuitas, de serviço voluntário; e pelas ordenanças, o agrupamento dos homens restantes em idade militar de cada freguesia.<sup>249</sup>

---

<sup>248</sup> TOLLENARE. Op. cit. P. 123-124.

<sup>249</sup> Tivemos oportunidade de, em trabalhos anteriores, refletir mais aprofundadamente sobre a natureza das tropas estatais mantidas pela Coroa em solo açucareiro, elaborando uma tipologia para essas tropas: a tropa burocrática, ou seja, o exército profissional português, conhecido também como tropa regular ou tropa de linha; as tropas institucionais – milícias e ordenanças. Essas últimas são classificadas como institucionais devido ao fato de serem organizadas e sancionadas pela Coroa, mas de não serem profissionais, ou seja, de não serem nem pagas nem permanentes. Contrapõem-se, em geral, tanto às tropas burocráticas quanto às tropas irregulares; nesta última categoria estando classificados todos os tipos de tropa de cunho privado, organizadas à revelia do Estado, mas sob a órbita da sociedade colonial, como seriam as tropas dos senhores de engenho e as bandeiras. Cf. SILVA. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Op. cit. p. 24-25; cf. SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. O Exército Português em Pernambuco e a Integração da Sociedade Colonial. **A Defesa Nacional - Revista de Assuntos Militares e Estudos de Problemas Brasileiros**. N.º 788. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, dez. 2000. pp.132-139. p. 135-136.

Essa estrutura militar em Pernambuco nos séculos XVII e XVIII está centrada nos grandes núcleos urbanos. As tropas burocráticas, que representam o poder direto da Coroa portuguesa, estão fixadas nas povoações de maior influência política, como Recife e Olinda. Nos sertões, uma vez que, em geral, imperam os exércitos particulares, predominam as ordenanças, mais com um caráter administrativo do que militar. As milícias, por sua vez, atuam nas principais povoações da zona canavieira e, a partir do século XVIII, também nas maiores vilas sertanejas.<sup>250</sup>

Cada uma dessas organizações se caracteriza por congregar tipos sociais específicos. As ordenanças agregam todos os homens livres de cada freguesia em idade produtiva, em geral casados e que não estejam registrados em nenhuma outra tropa; as milícias, tropas elitistas, bastante seletivas quanto a seus componentes, arregimentam homens de uma mesma camada econômica ou étnica, enquanto a tropa burocrática, a única para a qual é feito um recrutamento obrigatório, alista homens solteiros das mais baixas camadas sociais.<sup>251</sup>

O recrutamento para as tropas burocráticas atinge, assim, os pobres livres e os *vadios*, sendo que no primeiro caso, são alistados principalmente os jovens sem ligações sociais estáveis: solteiros, oficiais mecânicos sem emprego ou renda fixa. Como a situação de homem casado equivale à de homem produtivo e socialmente respeitado, a tropa burocrática deve excluir, assim, os personagens considerados úteis para a sociedade colonial.<sup>252</sup> No entanto, da mesma forma que os artesãos e pequenos comerciantes terminam por serem arregimentados, também os homens casados podem acabar nas fileiras do exército. Por outro lado, os *vadios* e criminosos alistados à força tornam-se o principal alvo do recrutamento da tropa regular, que se caracteriza como uma ferramenta de

---

<sup>250</sup> Diferentes autores abordam as tropas burocráticas na América Hispânica como instituições restritas aos grandes centros urbanos coloniais. Marchena Fernández discute as guarnições do Caribe no fim do XVI e o exército burocrático espanhol (*‘ejército de dotación’*) no XVIII. Principalmente este último com característica nitidamente urbana. Cf. FERNÁNDEZ, Juan Marchena. **Ejército Y Milicias en el Mundo Colonial Americano**. Madrid: Editorial Mapfre. 1992. p.185. Para a América portuguesa, Zanchetti afirma o caráter repressivo das cidades açucareiras, o que explicaria a permanência das tropas burocráticas aí. Cf. ZANCHETTI. Op. cit.

<sup>251</sup> Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. Dos Criminosos, Vadios e de Outros elementos Incômodos: Uma Reflexão sobre o Recrutamento e as Origens Sociais dos Militares Coloniais. **LOCUS: Revista de História**. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/ Dep. de História/Arquivo Histórico. Ed. UFJF. Vol. 8. N. 1. 2002.

<sup>252</sup> Podemos observar essa equivalência entre o homem casado e o socialmente estabelecido em BEATTIE. **The Tribute of Blood - Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1864-1945**. Duke University Press. 2001, e em BEATTIE. *The House, The Street, And The Barracks: Reform And Honorable Masculine Social Space In Brazil, 1864-1945*. **Hispanic American Review** 76:3. Duke University Press. 1996.

transformação do elemento socialmente contraproducente em uma peça válida do sistema.<sup>253</sup>

Na *guerra dos bárbaros*, assim como em outros conflitos coloniais, as primeiras tropas deslocadas são, em geral, as burocráticas, visto seu caráter profissional. Mas dependendo do conflito, as milícias podem também participar ativamente das expedições, como é o caso dos henriques e camarões na guerra do Açú, tropas negras e índias.

Assim, quando uma determinada região tem uma necessidade premente de defesa, a prática régia comum é mobilizar tropas de outras capitanias para a região necessitada. Durante nosso período, repetidos exemplos dessa prática atingem os homens mobilizáveis de Pernambuco, sendo as tropas institucionais de Pernambuco bastante utilizadas pela Coroa mesmo fora da área açucareira, o que pode sugerir a existência de um discurso que signifique a capitania como fonte de recursos humanos para projetos militares.<sup>254</sup>

O recrutamento para as tropas burocráticas, por sua vez, é realizado através de violento processo de alistamento forçado sobre as camadas mais baixas dos principais centros urbanos açucareiros. Já o ingresso nas milícias é condicionado pela renda dos candidatos, que deve ser suficiente para manter armamento e fardamento por conta de cada integrante da tropa, além do sustento dos mesmos, visto serem estas tropas não remuneradas. A regra de arregimentação para milícias parece se restringir aos solteiros, devido à possibilidade de serem deslocados de suas regiões de origem. A família constitui

---

<sup>253</sup> O recrutamento é uma instituição bastante estudada pela historiografia para o Brasil escravista. Os estudos que o abordam ora o vêem como uma imposição do Estado sobre a sociedade, ora como uma ferramenta de controle social instituída ou apoiada pela própria sociedade. Diversos autores têm trabalhado com o recrutamento burocrático para o Brasil, ainda que principalmente para a fase imperial. Cf. BEATTIE. **The Tribute of Blood - Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1864-1945**. op. cit; BEATTIE. *The House, The Street, And The Barracks: Reform And Honorable Masculine Social Space In Brazil, 1864-1945*. Op. cit.; KRAAY, Hendrik. **Soldiers, Officers, And Society: The Army In Bahia, Brazil, 1808-1889**. The University of Texas at Austin. 1995; SOUZA, Jorge Prata. **Escravidão ou morte – escravos brasileiros na guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad. 1996. Para o recrutamento em Pernambuco oitocentista temos OSIAS FILHO, Márcio J. Lucena. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai – O Recrutamento e os Limites da Ordem**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife; COSTA, Edlúcia da Silva. **As Agruras e Aventuras dos Recrutados no Recife (1822-1850)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Para o período colonial, um dos estudos mais detalhados é PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1986.

<sup>254</sup> Além dos deslocamentos de tropas das vilas de Pernambuco para Palmares e o Açú, regiões dentro de sua área de influência, no século XVIII temos essas tropas sendo deslocadas também para o Rio de Janeiro, para o Maranhão, e para a colônia do Sacramento. SILVA. **O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial**. Op. cit. p. 213-217.



assim um importante elemento definidor no status do pobre produtivo, sendo um requisito para sua estabilidade e respeitabilidade perante a Coroa, pois os casados, tanto quanto os oficiais mecânicos comprovadamente bem estabelecidos, estão teoricamente isentos do recrutamento burocrático e dos deslocamentos militares.

Um exemplo da predileção por solteiros nas milícias está na carta régia escrita para o governador de Pernambuco em 1709 que informa:

*“sobre o Regimento que mandou fazer para os coronéis, e mais officiaes dos Terços novos de vollantes que se formarão dos mossos solteiros das Capitánias da jurisdição desse Governo (...) Fuy servido rezolver que os Sargentos mores e Ajudantes dos ditos Terços de soldados volantes homens solteiros creados de novo seião pagos como o são neste Reyno os Sargentos mores e Ajudantes dos terços dos auxiliares, porque desta maneira haverá muitos sogeitos, e soldados muy capazes que pertendão as taes nomeaçõens (...), e aos coronéis declararais ponhão todo o cuidado em que estas melicias estejão armadas para as ocazioens que se offerecerem (...).”<sup>255</sup>*

Aqui, além de observarmos as milícias como forças compostas de moços solteiros, encontramos ainda uma dificuldade no preenchimento de seus quadros, razão que leva a Coroa a cogitar o pagamento de seus oficiais. Talvez as milícias de Pernambuco não estivessem sendo muito procuradas nesse momento devido à *guerra dos bárbaros* que ainda acontece no Rio Grande e Ceará, afastando assim os possíveis voluntários. Apesar disso, essas são tropas bem conceituadas que aceitam pessoas estáveis e nem sempre solteiras, como veremos no caso dos henriques.

Os homens livres que compõem as ordenanças, por sua vez, são os pobres produtivos casados. Se observarmos uma carta régia dirigida ao capitão-mor da Paraíba, em 1704, podemos detalhar um pouco mais a situação desses personagens perante a estrutura militar da Coroa. Na carta, o Conselho Ultramarino comenta as informações dadas pelo capitão-mor:

*“daes conta de se ter executado a ordem que se paçou ao Provedor da Fazenda para dar baxa aos soldados que exsedeçem ao número de 40 nas companhias que servem de guarnição nessa praça, e representaes ser pouco o número dos qarenta para fazerem as guardas e guarnecerem os postos, que ha hi ha por ( ) cauza obrigaes as ordenanças entrem de guarda de que se lhes segue prejuizo*

---

<sup>255</sup> AHU, cód. 257, fl. 216-216v.

*por serem eses moradores tão pobres que não tem mais que o ganho braçal para o seu sustento.*”<sup>256</sup>

A resolução da Coroa sobre esse assunto é desfavorável aos moradores, pois, uma vez que o subsídio da fazenda da Paraíba para pagar a infantaria é considerado insuficiente, a administração afirma não ser possível aumentar o número de soldados burocráticos, sendo obrigadas, dessa forma, as ordenanças a servir gratuitamente em seu lugar. E a Coroa ainda afirma que, caso os moradores não queiram servir como regulares, “*devem procurar quem lance no subesídio o que elle rende*”, ou seja, devem pagar de seu próprio bolso a contratação de novos soldados regulares.

É interessante notarmos que essa carta régia descreve os moradores alistados nas ordenanças como tão pobres que não tem mais que o ganho braçal para seu sustento. Ou seja, oficiais mecânicos socialmente mal estabelecidos. Se não são recrutados para a tropa de linha, talvez isso se deva ao fato de serem casados na terra. De qualquer forma, esse alistamento rejeita os elementos marginais, registrando apenas *os moradores*, aqueles personagens reconhecidos, sugerindo assim que os *vadios* não são aceitos nas ordenanças.

Ao observarmos as milícias, por outro lado, percebemos que as mesmas se caracterizam como instituições extremamente importantes na zona açucareira: por arrematarem os homens considerados respeitáveis, tornam-se fornecedoras de prestígio e status social para seus integrantes. Mas além disso, uma vez que as tropas burocráticas estão em geral restritas a uns poucos grandes centros urbanos, são as milícias que normalmente encarnam o poder militar e administrativo da Coroa.

Em 1661, quando da primeira grande organização de tropas no pós-guerra em Pernambuco, podemos encontrar milícias em Recife, Olinda, Una, São Lourenço, Santo Amaro e Muribeca, na Vila de Serinhaém, Ipojuca e Santo Antônio do Cabo, nas vilas de Porto Calvo, Alagoas, Itamaracá, Igarassú e Goiana, e nas capitânicas da Paraíba e do Rio Grande do Norte.<sup>257</sup> Podemos assim perceber que não existem, nesse momento, milícias fora da área canavieira.

Mas um século depois, na segunda metade do XVIII, encontramos não apenas o aumento no número das milícias, mas também o alargamento de seu alcance, saindo da

---

<sup>256</sup> AHU, cód. 257, fl. 159.

<sup>257</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino de 27 de dezembro de 1663. AHU, cód. 16. Fl. 89/89v. LPEH-UFPE.

zona da mata e abarcando espaços sertanejos. Essa expansão miliciana está intimamente ligada à consolidação da sociedade sertaneja, e indica também uma maior participação dos pardos na sociedade livre, principalmente da área açucareira, dado sugerido pelo número de milícias pardas que podem ser encontradas no século XVIII.<sup>258</sup>

**Quadro 15 – Localização Espacial das Tropas Auxiliares de Homens de Cor Sob Jurisdição de Pernambuco no Século XVIII**

| TROPA   | LOCALIDADE                                 |
|---|--|
| Companhia de granadeiros do terço auxiliar de homens pardos               | Repartição do Norte (Recife)               |
| Nove companhias de homens pretos  | São Lourenço do Tejucupapo                 |
| Terço auxiliar de homens pardos   | Icó, Ceará Grande                          |
| Terço auxiliar dos homens pardos  | Repartição do sul (Recife)                 |
| Forasteiros dos homens pardos   | Pombal, Paraíba                            |
| Infantaria de ordenança de pretos henriques                               | Alagoas                                    |
| Infantaria de ordenança de homens pardos                                  | Alagoas                                    |
| Terço de homens pardos  | Penedo                                     |
| Homens forasteiros pardos   | Beberibe                                   |
| Cavalaria de pardos   | Viçosa real, Ceará Grande                  |
| Terço dos pardos  | Paraíba                                    |
| Terços dos homens pardos  | Olinda                                     |
| Terço auxiliar dos homens pardos  | Recife                                     |
| Homens pardos   | Santa Cruz de Aracati, Ceará               |
| Companhia do terço velho henriques  | Goiana                                     |
| Terço de infantaria auxiliar de pretos                                    | Recife                                     |
| Forasteiro da classe dos pardos   | Recife                                     |
| Terço novo henriques/ terço de infantaria auxiliar dos pretos desta praça | Recife                                     |
| Terço velho henriques   | Penedo                                     |
| Terço dos pardos  | Rio do Peixe, distrito de Piranhas, Pombal |
| Forasteiros da classe dos pardos  | Igarassú                                   |
| Forasteiro dos pardos   | Ribeira do Pau do Alho                     |
| Companhia dos pardos  | Ipojuca                                    |
| Infantaria de ordenança dos pardos  | Poxim, distrito de Penedo                  |
| Forasteiro da classe dos pardos   | Ribeira de Santo Antônio                   |
| Terço dos pardos  | Vila Flor                                  |
| Terço dos pardos  | Repartição do Sul de São José de           |

<sup>258</sup> Fagundes Neves observa essas milícias sertanejas em 1740 no alto sertão baiano, e em nossas pesquisas encontramos inúmeras milícias sertanejas sob jurisdição da capitania de Pernambuco, o que inclui a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, para fins do XVIII. Cf. NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja – da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/UEFS. 1998. P.219-220.

|   |   |
|---|---|
|   | Barros  |
| Terço dos pardos  | Rabelo  |
| Terço de homens pardos  | Pombal  |
| Forasteiros da classe dos pardos  | Freguesia de Ipojuca,                               |
| Forasteiros da classe dos pardos  | Freguesia da Luz                                    |
| Ordenança dos homens pardos   | Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Porto de Folha   |
| Terço velho dos henriques   | Recife  |
| Forasteiros dos pardos  | Muribeca  |
| Forasteiros dos pardos  | Tapirema  |
| Companhia de ordenança dos homens pardos  | Rio de Pirucaba e Utiba, distrito de Penedo         |
| Infantaria de ordenança de pardos   | Vila do Penedo de Poxim                             |
| Ordenança dos pardos  | Rio Boamia e distrito de Phiahy, Penedo             |
| Companhia do terço de Henriques   | Bom Jardim  |
| Companhia de henriques  | Porto de Folha (Sergipe)                            |
| Companhia do terço auxiliar de henriques  | Taquara   |
| Companhia de henriques/ terço velho de henriques                                | Serinhaém   |
| Companhia de henriques  | Itamaracá   |
| Companhia do terço de infantaria auxiliar dos homens pardos                     | Tracunhaém. Terço de Olinda                         |
| Companhia de henriques/ terço velho   | Tejucupapo  |
| Companhia de henriques  | Una, terço do Recife.                               |
| Companhia do terço velho auxiliar dos pardos                                    | Santo Amaro da Mata (companhia), Paraíba (terço)    |
| Companhia do terço auxiliar dos pardos  | São Lourenço (companhia), repartição do sul (terço) |
| Companhia de homens pardos do terço auxiliar                                    | Muribeca  |
| Companhia dos pardos <sup>259</sup>   | Goiana  |
| Companhia do terço novo de infantaria auxiliar de henriques                     | Chagas (companhia), Recife (terço)                  |
| Companhia de granadeiros, regimento de milícias de homens pardos <sup>260</sup> | Penedo  |
| 10 <sup>a</sup> companhia de caçadores, regimento de milícias dos homens pardos | Repartição do norte                                 |
| Companhia de caçadores, regimento de milícia dos homens pardos                  | Penedo  |

FONTE: Coleção Patentes Provinciais, livros 1, 2, 3, 5, 6, 8, 10. APEJE. -PE.<sup>261</sup>

<sup>259</sup> Também é referido como “*companhia de Goiana do teço auxiliar dos pardos de Olinda*”. PP, 18, 121v.

<sup>260</sup> A partir daqui estamos trabalhando com o livro 10, de 1797, e fala-se agora de regimentos, não mais terços.

<sup>261</sup> Esse quadro baseia-se nas patentes concedidas para o comando dessas tropas no período entre 1775-1800, período abarcado pela coleção Patentes Provinciais. Listamos aqui todas as tropas auxiliares de homens de cor

Pelo quadro acima, podemos observar nesse período a existência de milícias pardas em vilas sertanejas como Icó, Pombal e Penedo, e negras em Penedo e Bom Jardim, demonstrando não apenas a consolidação da sociedade sertaneja, mas também o reconhecimento social adquirido por homens de cor na mesma. Não podemos deixar também de notar o significativo número de tropas de cor na zona açucareira, fato que, assim como a existência de irmandades de cor, também sugere uma consolidação social de pretos e pardos no meio urbano canavieiro.

De qualquer forma, esse grande número de milícias espalhadas pela capitania de Pernambuco e anexas, em contraste com a restrição das tropas burocráticas aos grandes centros políticos, demonstra a importância da função miliciana de instituição organizadora da sociedade.

É dentro desse contexto que interpretamos a solicitação feita em 1743 pelo Conselho Ultramarino ao capitão-mor do Rio Grande de uma lista exata do número de moradores da Capitania, distinguindo nela os milicianos das ordenanças, e situando as localidades que possuem terços auxiliares.<sup>262</sup> Uma solicitação que retrata a distinção clara entre milícias e ordenanças, e uma coexistência entre ambos os tipos de tropa no Rio Grande, apesar de não nas mesmas localidades. As povoações mais importantes e de maior contingente populacional, nesse caso, organizam terços milicianos ou contribuem com companhias para o terço da povoação principal. Enquanto as povoações menores organizam ordenanças.

No mesmo ano, o coronel de ordenanças Joze Pires de Carvalho, apresenta uma queixa junto ao Conselho Ultramarino por, segundo ele, estarem sendo extintas as ordenanças por ordem do governador geral do Estado do Brasil. A Coroa responde com uma provisão passada a 18 de junho de 1743 ao governador de Pernambuco:

*“Me Pareceo dizer ao dito Vice Rey que Eu Não fui Servido Mandar extinguir os Regimentos das ordenanças para se formar o de auxiliares como dizia na portaria que o Supplicante ajuntou a sua petição, nem seria extinguirem-se as Ordenanças para formar auxiliares mas que huma mudança de nome muito imprópria quando as Ordenanças são todos os meus vassallos que me não*

---

sob jurisdição de Pernambuco encontradas nesse período (único período com patentes organizadas). O quadro abrange tanto as vilas litorâneas quanto o sertão, sendo referente ao período pós-conquista do interior. Este quadro refere-se apenas às milícias de homens de cor, estando assim excluídas as unidades compostas por brancos, que pela organização militar colonial deveriam existir em todas as vilas. COLEÇÃO Patentes Provinciais, livros 1, 2, 3, 5, 6, 8, 10. APEJE. -PE.

<sup>262</sup> AHU, cód. 260, fl. 352/352v.

*servem com particular incubencia, e os Auxiliares são os que se achão destinados para imediatamente suprir a falta dos soldados pagos em alguma urgente necessidade; e o que Eu Mandeí foi que as Ordenanças do Brazil se governassem na mesma forma que no Reyno por Capitães mores nas cidades e Villas na forma que declara minha Ordem de onze de abril de mil setecentos e trinta e nove; e posto que nella Ordeno que nas terras donde houver portos no mar se formem corpos de auxiliares como no Reino (...)*

*E por que os privilegiados nem devem servir com as Ordenanças nem assistir aos seus exercícios, nem podem ser obrigados a assentar praça de soldados, ou pagos, ou Auxiliares se alistão em Companhias separadas para que havendo necessidade tão urgente em que todos devão acudir a deffensa possão os privilegiados achar-se promptos e expedidos para a occazião, mas a sua Companhia nem fica subordinada ao Capitão mor das Ordenanças, nem ao Coronel dos Soldados pagos, ou Auxiliares, mas immediata ao Commandate da expedição, e fora desta só he subordinada ao Governador, (...)*<sup>263</sup>

Esse documento ilustra, em primeiro lugar, as contradições da administração régia na América portuguesa no que diz respeito à organização militar. Aqui o rei nega categoricamente que tenha ordenado a extinção do que quer que fosse, trazendo à luz os desencontros e confusões da administração colonial. Mas a provisão oferece ainda outros pontos esclarecedores: Pela definição aqui expressa, as milícias devem se restringir às povoações litorâneas e portos,<sup>264</sup> enquanto as ordenanças seriam compostas pelo grosso dos oficiais mecânicos. Por outro lado, o rei ainda ressalta que os *privilegiados* devem ser organizados em unidades separadas, distintos do grosso da população. É dessa forma, seguindo esses princípios de privilégios, que essas pessoas, senhores de engenho em geral, vão formar unidades próprias, como a milícia dos *nobres* em Pernambuco e de *úteis* na Bahia. No entanto, essas companhias de privilegiados fogem à regulamentação militar do império, pois, pelo Regimento de Fronteiras, documento legal que regulamenta todas as promoções e postos no exército português, todos os oficiais têm que necessariamente já ter servido como soldados. Diz o capítulo 15 do Regimento:

*“Não se elegerá cappitão de Infantaria, pessoa em que não concorra o haver [sido] Seis annos affectivos Soldado, debaixo da Bandeira, e Trez de Alferes em dez annos affectivos de Soldado, (...) e se houver alguma pessoa de muita*

<sup>263</sup> PROVISÃO de 18 de junho de 1743. Livro de Ordens Régias, número 16, folhas 144, 145, 145v, 146. IAHP. Grifo nosso.

<sup>264</sup> Não podemos estender rigidamente essa regra de milícias apenas nos centros de médio porte e cidades portuárias, pois, como já vimos, mais tarde são localizadas diversas milícias seja no alto sertão da Bahia ou de Pernambuco.

*qualidade em que cocorra virtude, animo, e prudencia se puderá admitir a Eleição de cappitão, comtato que haja servido na guerra Seis anos affectivos, ou pelo menos 5, (...)”*.<sup>265</sup>

Dessa forma, a legislação do império português exige que os capitães, alferes e sargentos tenham tempo de serviço como soldado, ou ao menos, que tenham estado em serviço ativo durante períodos de guerras. E, no entanto, a despeito do Regimento de Fronteira, percebemos pela provisão de 1743 que os *privilegiados* não podem ser obrigados a assentar praça de soldado, nem mesmo nas milícias ou ordenanças, o que exclui seus oficiais de terem passado pelo mesmo. Ou seja, na colônia, as leis para casos e situações particulares terminam, muitas vezes, por anular a legislação geral para o Reino e império.

Dentro desse contexto, as tropas auxiliares são extensamente apoiadas pela sociedade, menos por seu desempenho defensivo do que por sua natureza suntuária, fornecendo postos e cargos honoríficos a grupos sociais que de outra forma estariam excluídos de papéis sociais respeitados. Os governadores também as preferem por motivos semelhantes: São eles quem nomeiam os oficiais milicianos, tornando os postos de comando das milícias posições privilegiadas para barganha por apoio político.

Apesar disso, os principais instrumentos bélicos ainda são as tropas burocráticas, que, no entanto, possuem uma imagem de despreparo, pobreza e marginalidade, construída pelo discurso da própria administração colonial.<sup>266</sup>

Esse discurso raramente varia na área açucareira, como podemos observar em 1691, quando o governador geral descreve uma ordem que recebera para aumentar o número de soldados pagos nos dois terços regulares de Salvador. A Coroa propõe então que se aumente o número de soldados pagos, ou que se formem, em alternativa, quatro novas companhias auxiliares de cavalaria nos arredores e na cidade de Salvador. O governador responde que:

---

<sup>265</sup> 'COPIA dos Des Capítulos do Regimento das Fronteiras.' Documentos da Câmara de Olinda, vol. 1, 1698-1801. Fls. 9-10. APEJE. A cópia é de 18 de fevereiro de 1754, mas o original é de 20 de setembro de 1670.

<sup>266</sup> As tropas burocráticas, quer sejam ou não de fato despreparadas para as funções bélicas e repressivas, existem sob um discurso aceito por povo e Estado de que sua utilidade é falha. Para uma discussão sobre esse tema Cf. SILVA. Da Vilíssima Canalha – Uma Reflexão Sobre o Imaginário Colonial Acerca dos Soldados da Coroa Portuguesa na Área do Açúcar. **CLIO – Revista do Programa de Pós-Graduação em História** Op. cit.

*“parecendo-me que assim convinha, e que não haveria embaraços que o dificultasse que tratasse logo de formar as ditas quatro Companhias, nomeando-lhes Cabos, e Officiaes necessarios, pessoas mais capazes de servirem a vossa Magestade e havendo algum prejuízo que suspendesse esta ordem, desse conta a Vossa magestade e que nos dois Terços auxiliares interpuzesse o meu parecer: considerando que este Estado se tinha conservado e defendido com as suas ordenanças e se poderia esta necessidade causar alguma alteração sem poder resultar alguma utilidade que se considere do serviço de Vossa Magestade tendo atenção que os soldados destes Cabos haviam de sahir das consignações dos Terços pagos diminuindo-se o numero da lotação delles.*

*Os dois terços da guarnição terão hoje oitocentos, e cincoenta soldados, fora os Cabos. (...)*

*A mim me parece bem haver as quatro tropas de Cavallos como Vossa Magestade me manda, e ando fazendo diligencia para se conseguirem, sem incommodo deste Povo que esta miseravel. Os Cabos dellas havendo-se de formar, nomearei os mais idoneos, assim por sua nobreza, como por seus merecimentos.*

*Os dois Terços Auxiliares parecem escusados: porque toda esta gente está alistada nas Ordenanças, e fazendo-se será uma confusão extraordinaria: porque cada hora estes soldados estão casando, e como hão de ser solteiros, e os casados passarem ás Ordenanças, e este Sertão, tem muitos longes, e não se sabe por onde estas Companhias hão de estar arrumadas, vivendo muito distantes uns dos outros não é possível conseguir-se os Auxiliares como em Portugal, (...)”<sup>267</sup>*

Essa carta é um dos vários exemplos ilustrativos do discurso da Coroa sobre as tropas pagas na zona canavieira. Uma das primeiras questões a ressaltar nela é o fato de que o governador proclama ser a região defendida por ordenanças, e não pelas tropas burocráticas, apesar do fato da Cidade da Bahia possuir então, segundo o próprio governador, 850 soldados pagos.

Também é possível observar a afirmação sobre a instituição de tropas de cavalaria em vez de novas tropas auxiliares, o que aponta para a cavalaria como uma unidade de ordenanças e não de milícias. Nesse discurso voltamos a ver também a caracterização dos milicianos como homens solteiros, e a justificativa para isso demonstra uma preocupação com a manutenção dos liames familiares na zona açucareira. A posição do governador aqui é francamente favorável às tropas auxiliares em detrimento dos terços pagos, apesar de afirmar que a cidade não precisa de mais tropas milicianas. Por outro lado, ele é

---

<sup>267</sup> CARTA para Sua Magestade sobre as Companhias de Auxiliares, e que os dois Terços desta praça tenham aqueles soldados a que puder chegar os effeitos da consignação applicados a esta despesa; e mais particulares. 15 de junho de 1691, Bahia. DH, vol. 33, p. 392-394.



contraditório, pois ao recusar a formação de novas milícias explica que pelas distâncias do sertão seria difícil manter os homens casados em campanha. Mas é justamente essa explicação que faz com que as milícias sejam necessárias, visto não se poder deslocar as ordenanças para o interior.

Mas seja como for, o principal contingente repressivo da Coroa portuguesa na área açucareira é mesmo o exército burocrático, principalmente o sediado em Pernambuco entre o século XVII e o XVIII.

Em 1674, por exemplo, temos notícias de uma guarnição sendo montada na fortaleza do Rio Grande, provavelmente o Forte dos Reis Magos, sustentada pelo governo de Pernambuco e guarnecida também por soldados pagos saídos dessa capitania. O que ilustra a abrangência das tropas de Pernambuco, cuja área de atuação no segundo período português alcança obrigatoriamente todas as capitanias anexas.<sup>268</sup> Essas guarnições, no estilo das companhias de presídio, são formadas por poucos soldados. No presente caso, a Coroa solicita a Pernambuco 25 soldados, 1 alferes e 1 sargento.<sup>269</sup> Outro exemplo é o da capitania de Itamaracá em 1670, que possui como guarnição do forte de Santa Cruz, apenas 38 soldados burocráticos de Pernambuco.<sup>270</sup>

Também a guarnição da Paraíba segue os mesmos fundamentos. Em 1657, logo após a restauração, a Câmara da Paraíba fala de 600 soldados burocráticos que deveriam ser sustentados por Pernambuco, visto que a fazenda da Paraíba alega não ter condições para tanto.<sup>271</sup> Seiscentos soldados são um contingente considerável, visto que a Bahia, a sede da colônia, em 1691 possui 850. Mas devemos considerar que, no momento em que a petição foi escrita, a Câmara da Paraíba reclama da grande despesa dada pela guarnição burocrática, pedindo exoneração da obrigação de sustentá-la. Assim, é provável que tenha exagerado propositalmente o número de soldados. E, de fato, já em 1703, o Provedor da Fazenda da Paraíba fala de 40 soldados para cada companhia do terço regular. Não se diz quantas são as companhias, mas não deveriam ser muitas visto que sua única função é

---

<sup>268</sup> No século XVIII, essa abrangência é estendida para além da área açucareira com as tropas burocráticas e alguns corpos de milícias da capitania de Pernambuco sendo requisitados para atuarem nos conflitos da Colônia do Sacramento, o que gera inúmeras disputas e problemas sociais na zona do açúcar.

<sup>269</sup> AHU, cód. 256, 25/4/1674.

<sup>270</sup> AHU, cód. 256, fl. 29.

<sup>271</sup> AHU, cód. 46, fls. 70/70v.

guarnecer o Forte de Cabedelo.<sup>272</sup> Esse documento contradiz o de 1657, apontando para a impossibilidade de existirem 600 soldados regulares na Paraíba, a não ser em período de guerra. E mesmo nesse período, o número continua a ser improvável.

Todas essas pequenas guarnições das capitanias anexas estão sob a responsabilidade do governo de Pernambuco. E ao nos debruçarmos sobre esses números nos defrontamos com o fato de que dificilmente a Coroa portuguesa envia para a zona do açúcar um contingente de soldados burocráticos reinóis equivalente aos 3.500 enviados pela Coroa espanhola para o Chile no mesmo período. E é preciso ainda ressaltar que esse número referente ao Chile considera apenas os soldados espanhóis, sem contabilizar aqueles retirados de outras colônias, como o Peru, ou os milicianos, o que tornaria o contingente total consideravelmente maior. Por outro lado, pelo visto para a América portuguesa no período estudado podemos notar que: primeiro, com exceção de Recife, Olinda e Salvador, a maior parte das tropas burocráticas nas capitanias do norte compõem-se de pequenas companhias de presídio guarnecendo as fortalezas.<sup>273</sup> E segundo, que mesmo no caso das grandes guarnições urbanas, elas não são compostas por reinóis, mas principalmente por colonos. As tropas burocráticas nessas capitanias assumem, assim, um caráter local, compostas pelos próprios colonos, o que contrasta consideravelmente, por exemplo, com os exércitos espanhóis no Chile e Caribe, ou mesmo com as tropas portuguesas enviadas para Minas Gerais.<sup>274</sup>

É preciso observar, no entanto, que com a expansão colonizadora da área açucareira, algumas políticas régias são implementadas e aumentam o número de burocráticos ligados a Pernambuco. E o caso da institucionalização dos terços paulistas de Moraes Navarro no Rio Grande e de Domingos Jorge Velho em Palmares, que contratados como tropa prestadora de serviços temporários, devido ao desenrolar dos combates terminam por ser burocratizados, transformados em terço do Açú e terço de Palmares respectivamente. Apesar disso, mesmo esses terços contabilizam recruta das vilas litorâneas.

---

<sup>272</sup> AHU, cód. 257, fl. 118v. E também AHU, cód. 257, fl. 159, carta régia datada de 19/8/1704, onde novamente o provedor da Paraíba fala de 40 soldados por companhia na guarnição da Praça da Paraíba.

<sup>273</sup> Podemos notar as guarnições de Goiana e Paraíba em MELLOe. **A Fronda dos Mazombos - Nobres Contra Mascates, Pernambuco 1666-1715**. op. cit. p. 31; 71-87. Alguns documentos corroboram a existência principalmente de pequenas companhias AHU, cód. 256, fl. 17v/18; AHU, cód. 256. 25/4/1674; AHU, cód. 257, fl. 99.

<sup>274</sup> Para observar os contingentes militares para a América espanhola, Cf. FERNANDEZ. Op.cit.

Pequenas guarnições de fortes, ou terços completos, seja como for, as tropas burocráticas são majoritariamente compostas pelos pobres e *vadios* da área açucareira. Exceção feita à incorporação dos paulistas em terços específicos durante a *guerra dos bárbaros*.

Já em 1609 o sargento-mor Diogo de Campos Moreno retrata bem os tipos humanos que formam esse exército burocrático em Pernambuco:

*"Esta Vila de Olinda conforme ao sitio não tem modo algum de se fortificar, (...) que a um repente dos moradores que se não juntam, nem se podem juntar mais que seiscentos homens, quando muito, em que entram os do presidio, soldados pagos, que serão efetivos até sessenta e nunca passa daqui o seu número; por maneira que, nas demais forças da vila, a um repente, como digo, não acho defesa suficiente tanto pelo número como pelos postos, que são seperados, e como tais também obrigam a dividir-se a gente, que doutra parte são moradores e os demais tendeiros advendiços, mercadores e quando hão de tomar o arcabuz para pelejar, tomam o livro de rezão e o fato para se acolher e ninguém se engane com gente do povo, cuidando que nas suas mãos está a sua defesa, por muitas mostras e alardos que façam, que para pelejarem com soldados tem necessidade de muitas cousas que não pode ter o Brasil, pelo mal que se conservam entre nossa nação portuguesa nele, a saber, almezens de munições e comida e fortificações donde se recolham, sem perder o posto e fugir para o mato.(...) se persuadem que todas as cousas lhe ficam bem defendidas e desta confiança nasce o mau trato da gente da guerra, como cousa que não importa muito e as pagas em trapos e os oficiais da milícia criados de casa, os soldados sapateiros e alfaiates, e enfim, o dinheiro de Sua Majestade posto na pior gente da terra, que o menos que aprende é aquilo para que se lhes dá e assim com comem o que se lhes dá não servem como querem de que nasce no Brasil parecer cousa desnecessária o haver soldados (...)."*<sup>275</sup>

Diogo de Campos Moreno, militar de carreira, é uma das poucas vozes encontradas, mesmo entre os membros do Estado português, a defender a tropa de linha em detrimento das auxiliares. Seu testemunho é de 1609, ou seja, anterior à invasão da Companhia das Índias Ocidentais, e nele o sargento-mor já percebe diversos dos problemas que posteriormente seriam apontadas como causadores do fracasso total da defesa da capitania de Pernambuco. Em sua época, os limites entre soldados burocráticos e tropas auxiliares ainda não estão bem estabelecidos. Seu discurso aponta a existência de uma preocupação com o modelo de defesa português que utiliza os colonos e não soldados profissionais: Que

---

<sup>275</sup> MORENO, Diogo de Campos Moreno. Relação das Praças Fortes, Povoações e Cousas de Importância Que Sua Majestade Tem na Costa do Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco** vol. LVIII, Recife, 1984, pp. 187-246. P. 200-201.

ninguém se engane com a *gente do povo* no que se trata de defesa, pois não estão aptos para essas atividades. Além disso, existe o problema da origem social dessa gente, pois os milicianos são '*criados de casa*', e os soldados são tendeiros, mercadores, sapateiros e alfaiates, sendo assim o dinheiro da Coroa investido na '*pior gente da terra*', ou seja, nos oficiais mecânicos.

O discurso de Campos Moreno nos remete, assim, ao imaginário barroco das vilas açucareiras e seu desprezo pelo trabalho mecânico e pelos pobres produtivos, a *pior gente da terra*, a seu ver. Apesar do discurso negativo, no entanto, mesmo neste início do século XVII, já são os trabalhadores manuais que compõem as tropas institucionais nas vilas pernambucanas. Situação que irá perdurar por todo o segundo período português.

Assim, a partir dessas considerações, é possível observarmos a relevância tanto social quanto militar das tropas burocráticas e institucionais de Pernambuco durante o período estudado. Englobando os pobres produtivos e os *vadios*, seja nas milícias ou no exército profissional, a organização militar de Pernambuco assume um papel primordial na expansão da colonização continente a dentro, principalmente por se estender sobre as capitâneas anexas, inclusive exportando soldados. É nesse sentido e dentro dessa estrutura, que os pobres do açúcar chegam à *guerra dos bárbaros*.

## 2.2 – HENRIQUES E PARDOS: AS MILÍCIAS DE COR

*“Nos portos populosos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, bem como em sua região interiorana imediata, negros e mulatos predominavam, com brancos puros em segundo lugar e ameríndios e caboclos em terceiro.”<sup>276</sup>*

C.R. Boxer

No início do século XIX, um iorubá nascido na *Costa da Guiné*, é batizado com o nome cristão de Bernardo ao ser desembarcado como escravo em Salvador. Anos mais tarde, quando consegue sua alforria, adota o sobrenome de seu antigo senhor, Fonseca Galvão, demonstrando assim sua integração na cultura açucareira, visto ser esta prática considerada prestigiosa por fornecer uma certidão de respeitabilidade para o ex-escravo.

O então Bernardo Fonseca Galvão deixa a cidade de Salvador, partindo para o interior em 1845, nas levadas de entradas que procuram diamantes nessa região, fixando-se na vila de Lençóis, sertão baiano, onde constitui família.<sup>277</sup>

Lençóis, apesar da proximidade do Rio das Contas e dos centros mineradores de Jacobina, apresenta-se nesse momento como uma região de grandes fazendas de gado no semi-árido. Em torno dessas fazendas proliferam pequenos núcleos urbanos, sobrevivendo através de cultivos de subsistência, e permitindo a constituição de grupos sociais livres pobres na sociedade sertaneja. São nesses grupos sociais que pessoas como Bernardo da Fonseca Galvão, iorubá forro, encontram oportunidade de se fixar no sertão.

Décadas antes, no início do século XIX, já podemos observar nos sertões de Pernambuco, Rio Grande e Ceará, diversas vilas e pequenas propriedades, onde constatamos a presença de negros e pardos livres, estabelecidos nesse sertão.<sup>278</sup> Ou seja, quando a sociedade sertaneja está consolidada no século XIX, é possível entrevermos em sua formação a presença de homens de cor livres. Esses personagens, por sua vez, já

---

<sup>276</sup> Cf. BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil - Dores de Crescimento de Uma Sociedade Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. p. 46. Descrição do último quartel do século XVIII.

<sup>277</sup> O estudo do historiador Eduardo Silva sobre a vida de um negro livre contemporâneo da guerra do Paraguai, Cândido da Fonseca Galvão, o Dom Obá II, ao retratar a vivência de negros forros e livres no século XIX, apresenta-se como uma importante fonte de reflexão para nosso trabalho ao apontar as fortes ligações que esses grupos sociais compostos por africanos libertos e seus descendentes mantêm com as organizações militares e, no caso específico de D. Obá II, com o sertão das províncias do norte do Estado do Brasil. SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D' África, O Príncipe do Povo – Vida, Tempo e Pensamento de Um Homem de Cor**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. P. 37; 38; 29-30.

<sup>278</sup> Henry Koster ao empreender sua jornada turístico-antropológica continente a dentro, oferece um panorama acerca da sociedade sertaneja no fim do segundo período português. KOSTER. Op. cit. P. 112;135.

começam a chegar na região durante o processo de conquista iniciado em fins do XVII, muitos deles inseridos nas milícias de henriques e pardos.

O caso de Bernardo da Fonseca Galvão pode ser exemplar de um processo de assentamento de homens de cor livres, de origens litorâneas, no sertão. E se esse processo já é iniciado durante o período da conquista com os deslocamentos de tropas litorâneas para o interior, torna-se importante conhecermos a composição social das tropas de homens de cor dos núcleos urbanos açucareiros, pois esses personagens representam importante papel na expansão colonizadora da zona canavieira. Assim sendo, nos debruçaremos sobre as duas milícias de homens de cor, o terço dos henriques e o terço dos pardos.

O terço dos henriques é formado durante as guerras holandesas em Pernambuco: o próprio Henrique Dias, crioulo forro, arregimenta voluntariamente uma unidade composta por negros e se põe a serviço dos restauradores.<sup>279</sup> A primeira versão de sua milícia é formada em 1633, quando Dias se apresenta ao comando dos restauradores com outros negros forros. Mais tarde, em 1639 recebe a patente de governador dos crioulos, negros e mulatos, sendo que sua tropa cada vez mais vai sendo acrescida com escravos doados pelos senhores de engenho. Em 1647 essa tropa possui 300 soldados, e nesse momento, ainda não institucionalizada, é composta tanto por africanos quanto por crioulos, e tanto por forros quanto por escravos.<sup>280</sup>

A organização de tropas escravas não é original da área açucareira americana, existindo exemplos semelhantes nas colônias portuguesas da Ásia. Mas a participação ativa da unidade de homens negros nas guerras holandesas na América portuguesa leva a Coroa a pensar em instituí-los em caráter permanente. Não apenas a escassez de homens para o serviço militar influi nessa decisão, mas também a força que a imagem dos negros possui no imaginário militar: tanto os holandeses, quanto os espanhóis são aterrorizados pela imagem dos negros em batalha, considerados *selvagens e ferozes*.<sup>281</sup>

---

<sup>279</sup> Para uma biografia de Henrique Dias Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Henrique Dias – governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil**. Recife: Massangana. 1988. Obra que traz as raras cartas escritas por Dias e a pouca documentação sobre sua vida.

<sup>280</sup> MELLO. **Henrique Dias – Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil**. Op. cit. P. 9;23;35. Só de uma feita, na batalha das Tabocas, apenas Fernandes Vieira doou 50 escravos para a tropa de Henrique Dias, concedendo-lhes alforria desde que estes continuassem na tropa.

<sup>281</sup> Cf. BOXER, C. R. **O Império Colonial Português**. Lisboa: Edições 70. S/d. p. 334; Também Peregalli comenta a opinião de Pombal de que os negros causavam terror aos espanhóis. PEREGALLI. Op.cit. P. 115.

Durante todo o período colonial a América portuguesa mantém o costume de recrutamento de escravos em caso de movimentação bélica. Ainda em 1817 é possível identificarmos escravos armados por seus senhores, combatendo na insurreição.<sup>282</sup> E ainda que essas tropas de escravos sejam não-institucionais, irregulares e particulares, existem também ordens régias para a organização de ordenanças determinando que os nomes dos escravos aptos para a guerra venham listados juntamente com o de seus senhores.<sup>283</sup>

No entanto, precisamos distinguir as tropas de henriques dessas tropas irregulares de escravos, pois com o fim da restauração, o terço de henriques é institucionalizado tendo por base uma composição de homens negros livres. Ainda em 1648, ao escrever uma carta para o comando da WIC, Dias descreve os homens que compõem seu terço:

*“De quatro nações se compõe este regimento: Minas, Ardas, Angolas e Crioulos; estes são tão malcriados que não temem nem devem; os Minas, tão bravos, que aonde não podem chegar com o braço, chegam com o nome; os Ardas, tão fogosos, que tudo querem cortar de um só golpe; os Angolas, tão robustos, que nenhum trabalho os cansa; (...)”*<sup>284</sup>

Podemos assim observar que, em seu princípio ao menos, o terço de Henrique Dias é composto por crioulos e africanos, mas mantém a divisão tradicional em nações, também posteriormente encontrada nas irmandades negras e nas corporações de ofício de escravos de ganho.

Essa divisão vai a ponto de criar, em 1672, uma outra unidade militar de homens negros, separada do terço original de henriques, o terço dos minas.<sup>285</sup> Esse terço acentua a diferença entre africanos e crioulos, mas parece ser de vida efêmera, pois não é encontrado nas listagens das milícias de Pernambuco do século XVIII.<sup>286</sup>

Também o discurso de João Fernandes Vieira, em 1645, conclamando os colonos à guerra contra a companhia de comércio holandesa, dá informações sobre a composição do terço original de henriques: *“e todo o negro, Arda, Mina, Angola, crioulo, mulato,*

---

<sup>282</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. Revisitando Uma Quartelada: Os Aparelhos Repressivos e a Questão Social em 1817. **Debates de História Regional – Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas UFAL**. N.º 1. Maceió. 1992. P. 73

<sup>283</sup> SILVA. **O Miserável Soldo E A Boa Ordem Da Sociedade Colonial**. Op. cit. P. 127.

<sup>284</sup> CARTA de Henrique Dias dirigida aos holandeses. Apud COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. vol. 3, p. 362.

<sup>285</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. vol. 3, p. 363. A referência feita pelo autor é a regimentos, mas pode ser anacrônica. Trata-se nesse período de terços.

<sup>286</sup> Para isso, ver o quadro 15.

*mameluco, forros e cativos que fizeram sua obrigação em defesa da liberdade divina serão livres e pagos de tudo o que fizer; (...)*"<sup>287</sup>

Ou seja, o discurso de Vieira coincide com as informações fornecida pelo próprio Henrique Dias acerca dos homens que atuam em seu terço. Nesta carta Vieira aponta o caráter rural dos primeiros henriques, escravos alistados com promessas de liberdade. Esse documento ainda nos sugere que em seu primeiro momento esta tropa não se restringe aos negros, mas abarca também os pardos, dado que parece ser confirmado pelo título recebido posteriormente por Henrique Dias, de governador dos negros e pardos de Pernambuco.

No momento imediatamente posterior à guerra, os membros dessa unidade são ainda aqueles que haviam servido sob as ordens de Henrique Dias: ex-escravos fugidos, ou mesmo doados por senhores ao serviço militar, além dos homens forros.<sup>288</sup> Sendo assim, no início do segundo período português a composição do terço dos henriques baseia-se ainda em personagens como o ex-escravo Gonçalo Rebelo.

Em 1659, uma ordem do Conselho Ultramarino dirigida ao governador de Pernambuco informa que Gonçalo Rebelo, negro aleijado do terço de Henrique Dias, representara à Coroa que um sobrinho de seu antigo dono pretendia fazê-lo seu cativo. O ex-proprietário, todavia, por ocasião das guerras de restauração fizera doação de Rebelo para ser entregue ao terço de Dias. Terço no qual Rebelo permanecera por oito anos contínuos. Sendo assim, a partir de sua reclamação, a Coroa manda que o governador de Pernambuco realize uma devassa para comprovar a doação dos serviços do ex-escravo, e termina por ordenar que "*enquanto [Gonçalo Rebelo] aí servir no Terço do Mestre de campo Henrique Dias o mandeis declarar por livre.*"<sup>289</sup>

---

<sup>287</sup> 'PATENTE passada pelo chefes do movimento de restauração para por em campo a insurreição na Freguesia do Una'. Várzea do Capibaribe, 15/5/1645. João Fernandes Vieira; Antônio Cavalcanti. Apud COSTA. **Anais Pernambucanos**. op. cit. vol. 3, p. 202.

<sup>288</sup> O tema da substituição da prestação de serviço militar de homens livres pela doação de escravos já é bem estudado pela historiografia brasileira, mas principalmente para o bem registrado momento da guerra do Paraguai. Cf SOUZA. **Escravidão ou morte – escravos brasileiros na guerra do Paraguai**. Op. cit; OSIAS FILHO. Op.cit.

<sup>289</sup> AHU, cód. 275, 306 v. Existe outro documento acerca de Gonçalo Rebelo, onde este pede uma ajuda de custo para se reincorporar à tropa. "*Gonçalo Rebello negro pede seja restituído a sua Companhia em Pernambuco do terço do Mestre de Campo Henrique Dias. Gonçalo Rebello, negro atesado, (estante) nesta Cidade, fez petição a Vossa Magestade neste Conselho em que diz que he foi cativo de Balthazar goncalves morador em Pernambuco, o qual fez serviço a Vossa Magestade; assy delle Gonçallo Rebello, como de outros Escravos se para servirem naquela Campanha, com o Mestre de Campo Henrique Dias, na camp<sub>an</sub>ha do Capitão Domingues Graces de que hera cabo da Escoadra, na qual servio com satesfação por tempo de treze annos, e recebeo algumas feridas e porqu<sub>e</sub> por morte do dito seu dono, hum seu sobrinho por*



Ou seja, a liberdade para personagens como Rebelo está condicionada ao serviço militar nas milícias, fazendo com que o terço de henriques se caracterize em seu início como um instrumento de ascensão social para os escravos. No entanto, mesmo nesse momento, não apenas os escravos procuram essa milícia, mas também os forros. É o que podemos observar no caso de Amaro Cardingo, contemporâneo de Gonçalo Rebelo, mas possuidor de status social bastante diferenciado. Cardingo, que é genro de Henrique Dias, não apenas é um homem livre quando de seu ingresso na tropa, mas também o é de segunda geração, ou seja, é filho de forros.<sup>290</sup> Status inteiramente relevante em uma sociedade onde a *mácula de sangue* permanece por quatro gerações.

Se, nesse primeiro momento, a composição social do terço dos henriques aponta um grande número de escravos em seu meio, gradualmente vamos percebendo uma modificação nesta composição. Por exemplo, uma ordem passada pelo governador geral dirigida à Cidade da Bahia em 1712 nos diz:

*“Ordeno a Antonio Fernandes Passos Capitão-mor do Terço de que foi mestre de campo Henrique Dias mande por dois capitães do mesmo terço a reconduzir os homens pretos forros, que houver no Recôncavo desta cidade para se matricular em nas companhias do dito terço.”*<sup>291</sup>

---

*nome Manoel Gonçalves o enganou, e lhe queimou as \_\_\_ de seus serviços, a fim de ficar cativo. Pede a Vossa Magestade lhe faça merce mandar que seja restituído a sua Companhia aonde tem servido, e derramado seu sangue pois he escravo de Vossa Magestade e não de outrem visto ter justificado o que diz. E com a sua petição apresentou o dito Gonçalo Rebelo, huma enquerição de testemunhas tiradas nesta cidade pelo auditor geral da gente da guerra o Doutor Francisco (Fiuza) Correa pela qual consta haver servido em Pernambuco no terço do Mestre de Campo Henrique Dias desde o anno de 645 em que os moradores da quella capitania se libertarão dos Olandeses sendo Cabo de esquadra Companhia do Capitão Domingues Graças e que seu dono Balthazar Gonçalvez fizera delle serviço a Vossa Magestade para ser soldado, e assistir naquela guerra, aonde continuou oito annos, e servio com satisfação, e foi ferido em algumas ocaziões e tão bem offerece certidão de que consta que nesta Cidade foi despachado por livre na meza dos Escravos pella razão referida. Ao Conselho Parece, que por Vossa Magestade por carta assinada de sua real mão de 5 de novembro de 657 escrita a Francisco Barreto, sendo Mestre de campo geral de Pernambuco aver mandado e rezoluto que se conservasse o terço do dito Mestre de Campo Henrique Dias, e que se desse liberdade em nome de Vossa Magestade aos soldados e officiaes delle, com vontade e permissão de seus donos sendo ricos, e porque o não fossem, se pagassem hum preço moderado por seu resgate razões todas muitas em favor deste escravo, e ainda menos que a sua pois consta que seu dono o dece voluntariamente para a guerra de Pernambuco o deve Vossa Magestade mandar declarar por livre e muito servir nella, e no Terço de Henrique Dias, mandando o avisar \_\_\_ a Andre Vidal e que nesta corte donde se acha, se lhe de hum vestido e pelos armazens \_\_\_ costumada para a viagem, o que servira de o obrigar a servir e morrer na guerra sem se ausentar della, e de bom exemplo para os mais. Vossa Magestade mandara o que for servido. Em Lisboa 9 de julho de 659 - temos pouca gente no Reino, estes negros tem muito valor, e são vaçallos e melhores que os estrangeiros, pode este exemplo servir de muito o Conde Miranda Andrade.”* AHU, cód. 46, fl. 118.

<sup>290</sup> MELLO. Henrique Dias – Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil. Op. cit. p.11.

<sup>291</sup> ORDEM do Governador Geral da Bahia. 11/3/1712. DH. Vol. 53, p 148. Documento referente ao alistamento em Salvador.

Aqui entrevemos a extensão do alcance do terço negro que neste início do século XVIII já está estabelecido em outras povoações canavieiras fora da jurisdição de Pernambuco. Mas, além disso, é possível identificarmos também a modificação em sua composição social, pois se no *post bellum* os henriques são tanto ex-escravos libertos pelo serviço militar, quanto forros; no início do século XVIII, eles já são homens livres e forros, possivelmente bem estabelecidos socialmente, uma vez que precisam arcar com o ônus de sua participação nesses corpos militares. Essa mudança de composição está retratada também na narrativa de Koster, que apresenta no início do XIX o então regimento dos henriques de Pernambuco formado apenas por negros livres crioulos, em geral oficiais mecânicos.<sup>292</sup>

Tal mutação social se deve à consolidação da sociedade urbana canavieira a partir das últimas décadas do século XVII. O crescimento e a diversificação dessa sociedade facilitam o acesso de forros a atividades profissionais que possibilitam o sustento do papel social suntuário de miliciano. E por outro lado, o fim da guerra dificulta a fuga dos escravos e acaba com as doações de cativos ao exército, abolindo assim os mecanismos de barganha pela liberdade que os escravos construíam ao se oferecerem como soldados durante os conflitos.

A organização militar da área açucareira, em geral não remunera suas milícias a não ser quando estas participam ativamente em batalhas, e no caso exclusivo de alguns postos do oficialato. No entanto, é possível encontramos registros onde a Coroa ordena que seja pago meio soldo aos henriques mesmo em tempo de paz.<sup>293</sup> O que sugere a persistência de uma crença acerca das habilidades militares dos negros. Além disso, o posto de mestre de campo da gente preta também é remunerado.<sup>294</sup> Isso, no entanto, não muda o fato de que esses continuam sendo postos suntuários, pois se há o reconhecimento do merecimento dos henriques a um pagamento constante, não há uma prática correlata que traga para o cotidiano essas vantagens.

---

<sup>292</sup> Essa informação está na narrativa de KOSTER. Op. cit. P. 381-382.

<sup>293</sup> SILVA. **O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial**. Op. cit. p. 78, 204, 206.

<sup>294</sup> Ver petição de 22/11/1657 e parecer da mesma data sobre as petições feitas por Henrique Dias solicitando o pagamento que a Coroa lhe devia desde a guerra. AHU, cód. 92, fl. 306v; AHU, cód. 46, fl. 84.

Nesse contexto vemos, já durante a fase de movimentação bélica contra Palmares, o governador de Pernambuco receber uma ordem régia para analisar a petição dos henriques sobre essa questão de seu pagamento. Diz o Rei que:

*"Os Capitães, Ajudantes, Alferes, Sargentos e soldados do terço da gente preta de que foi Mestre de Campo Henrique Dias me fizerão aqui a petição de que com esta vos mando Remetter a copia em que pedem que nas ocaziões em que forem mandados em meo serviço a guerra dos Palmares, Asu, ou outra parte, se lhes assista a cada hum dos que forem com os soccorros e fardas repectivamente á praça que tiver, na forma em que se pratica com os terços dessa Capitania, e aos Capitães, Ajudantes, e Tenentes, digo, Sargentos, se lhes continue sempre huma praça de 900 Reis por mes e 10 mil Reis por anno. E pareceome ordenarvos/ como este o faço/ informeis com vosso parecer neste requerimento, e de que gente se compoem este terço; e sendo mandados para os Certões, onde forem necessarios, de que parte se poderá tirar o que pode importar a despeza dos soldos e fardas que pedem."*<sup>295</sup>

Ou seja, os henriques solicitam que, quando em serviço ativo, possam receber o mesmo soldo que os soldados burocráticos. O fato de terem que fazer uma petição para receber os soldos que por regra as milícias já deveriam receber, indica que costumeiramente seus serviços não costumam ser pagos. O próprio Dias exemplifica essa situação, quando o vemos insistir no pagamento de seus soldos atrasados mesmo depois da guerra concluída. Consideremos, no entanto, que não apenas as milícias de homens de cor têm dificuldades de receber o pagamento devido pela Coroa: a própria tropa burocrática sofre atrasos freqüentes, que por vezes geram diversos motins.

Podemos ainda entrever nessa mesma carta régia uma outra solicitação dos henriques: que a Coroa mantivesse o pagamento dos oficiais do terço mesmo estes não estando em serviço ativo. Esse pagamento deveria ser de 900 réis mensais, e 10 mil réis anuais, sem distinção para capitães, ajudantes e sargentos. Por outro lado, nesse mesmo período, o soldo de um capitão de infantaria burocrática é de 8 mil réis por mês e de 80 mil réis por ano. Ou seja, o soldo proposto pelos henriques é pouco mais que um décimo do soldo de um oficial de mesmo posto na tropa de linha, e além disso, é indistinto para todos os postos do oficialato, com exceção do mestre de campo.<sup>296</sup> E de qualquer forma, mesmo o mestre de

---

<sup>295</sup> AHU, cód. 257. Fl. 29v.

<sup>296</sup> Podemos observar o valor do soldo de capitão burocrático em AHU, cód. 256, fl. 78/78v; AHU, cód. 256, fl. 125.

campo negro encontra problemas com seu soldo, visto que as ordens régias são ora para que se pague o dito posto, ora apenas consultando o governador sobre as possibilidades de se pagar ou não o mesmo, permanecendo, enquanto isso, o mestre de campo sem receber pagamentos.<sup>297</sup>

A inadimplência da administração colonial para com os henriques termina por servir-nos de pista acerca da motivação dos negros livres ao ingressarem nessa tropa. Se os problemas com o pagamento da tropa burocrática contribuem para a recusa dos pobres do açúcar em participar voluntariamente da mesma, o mesmo não parece acontecer com a milícia henrique. Pois mesmo com as discussões em torno de seu pagamento, a constância da tropa de negros sugere que seus integrantes buscam mais do que vantagens materiais, sendo, além disso, oriundos de um grupo social economicamente estável, visto que não poderiam contar com os rendimentos de sua atividade militar para sobreviver.

Dentro desse contexto, se o terço dos henriques se inicia com grande número de escravos durante a restauração, concluída esta mas ainda sob ameaça de novos conflitos devido à pouco firme *Paz da Holanda*, a Coroa investe na manutenção do terço, comprando a liberdade de seus oficiais e soldados, acreditando na eficácia militar desses homens e criando, voluntariamente ou não, um espaço de barganha para negros livres e forros na sociedade canavieira. Assim, em uma carta régia encaminhada para o governador geral em 1657, podemos observar que, desde esse primeiro momento do terço henrique, além da liberdade comprada aos antigos senhores, a Coroa já se esforça por fornecer mercês e privilégios a esses personagens:

*“Francisco Barreto, Governador amigo. Eu el-rei vos envio muito saudar. Havendo mandado ver com as considerações que me pede meu serviço um papel que aqui me apresentou o Governador da gente preta, Henrique Dias e algumas cartas que me escrevestes, sendo Mestre de Campo Geral de Pernambuco, representando-me a grande utilidade de que fora para a guerra do Brasil e restauração daquela Capitania, o terço dos homens pretos e pardos que com seu valor a ajudaram a recuperar e que conviria muito mandar liberar a parte que da dita gente for cativa, assim soldados como oficiais e com mais razão pois movidos pelos editais, que pelos Generais e Governadores se puseram nas quais em meu nome lhes prometeram serem forros e libertos largaram o serviço de seus donos e forma servir naquela guerra, pedindo-me que respeitando aos serviços que o dito terço me faz, lhe fizesse mercê mandá-*

<sup>297</sup> Cf. AHU, cód. 256, fl. 136; AHU, cód. 257, fl. 109v; AHU, cód. 257, fl. 135.

*lo confirmar com as mais preeminências e liberdades dos mais terços de brancos e que juntamente os seus soldados e oficiais que forem sujeitos, lhes mandasse libertar e fazer forros para que com melhor vontade e maior ânimo me possam sempre servir e porque eu desejo de fazer a esta gente a honra e mercê que for justo pelo que mereceram e serviram em tão contínua guerra, me pareceu encomendar-vos e mandar-vos (como por esta o faço) que em a recebendo ordeneis que enquanto os Estado da Holanda, não houver paz, firme se conserve o Terço de Henrique Dias, dando liberdade em meu nome aos soldados e oficiais dele com vontade e permissão de seus donos que sendo ricos, não será dificultoso virem nisso de boa vontade, pois o serviço que fizeram na guerra ser também em benefício seu e pagando aos que o não forem um preço moderado por seu resgate, com que uns ficarão satisfeitos e outros sem queixa e o ajustamento e pagamento de suas liberdades cometeis de minha parte ao Governador André Vidal de Negreiros por conhecer bem aos que melhor serviram como testemunha de vista, e tomando de tudo informação verdadeira, a quem também encomendareis a conservação do dito Terço, e que trabalhe por reduzir e trazer o povoado por meio de religiosos exemplares os mucambos que puder para haverem de servir no que lhe mandar e por seus donos os não poderem obrigar a tornar a seu serviço, ao meu, e a eles fica esta resolução de conveniência.*<sup>298</sup>

Aqui encontramos a preocupação da Coroa em legitimar socialmente o terço dos henriques sem contestar, todavia, a ordem escravocrata. Dessa forma, a Coroa não apenas liberta os escravos, mas paga um preço 'moderado e justo' pelos mesmos, certificando-se assim de não abrir precedentes contra a ordem escravista estabelecida. Apesar disso, preocupa-se também com a legitimação social dos henriques, que pode ser percebida na concessão de privilégios e mercês, e na comparação aos demais terços de brancos. Ou seja, vantagens sociais e culturais, e não econômicas, estão na base da formação do terço. E é também sob a perspectiva cultural que podemos entender a ordem para que sejam enviados religiosos às residências dos henriques, chamadas sugestivamente de mocambos, com o objetivo de lhes ensinar a obedecer. Pois se a Coroa liberta os escravos que lhe prestam serviço militar, não deixa de perceber que isso abre uma brecha na ordem escravista, criando uma possibilidade de barganha por parte dos escravos. Por isso é necessário cautela, é necessário um regime de obediência que seja ensinado a esses milicianos. Ou seja, é necessário que lhes sejam ensinadas as regras básicas de conduta na sociedade, que sejam embutidos neles os valores dominantes no imaginário colonial, pois só assim

---

<sup>298</sup> CARTA de sua Majestade para se conservarem em Pernambuco o Terço de Henrique Dias. DH, Vol. 66, p. 135-136. Grifo nosso.

deixariam de ser uma ameaça à ordem estabelecida e passariam a ser elementos realmente úteis a ela.

E de fato, no início do segundo período português, ao aceitar as condições de barganha dos escravos da restauração que se tornam soldados em troca da alforria, a Coroa irrita muitos senhores de escravos: Uma carta régia dirigida à Câmara de Pernambuco de 1662, ilustra esse fato:

*“alguns senhores dessa Capitania pertenderem (por de presente nella não haver guerra) que se lhes Restituíssem seus Escravos, que em (.....) das guerras passadas, sentarão praça e servirão no Terço do Governador Henrique Dias. Me pareceo dizervos, que sobre este negócio mandey já escrever ao Governador do Brazil francisco Barreto, em 5 de novembro de 657, ordenando lhe que emquanto os Estados de Olanda não houvesse paz firme, se conservasse o Terço do dito Henriqe Dias, e que pudesse dar Liberdade em meu nome, aos soldados, o officiaes delles, com vontade, e permissao de seus donos, que sendo Ricos, parecia não seria difficultoso virem nisso de boa vontade, pois o serviço que fizerão na guerra veyo tambem a ser em beneficio seu; E pagando se, aos que não o fossem, hum preço moderado por seu Resgate com que huns ficarião satisfeitos, e outros sem queixa. E que o ajustamento de sua liberdade fizesse andre Vidal de Negreiros, por conhecer bem aos que servirão.”*<sup>299</sup>

Essa opção por contrariar os senhores de escravos em favor da manutenção da estrutura militar aponta alguns aspectos da política de controle social implementada pela Coroa na área açucareira. Uma política, em geral, baseada em negociações com diferentes grupos sociais inseridos no processo de colonização, e não apenas com os senhores de engenho. Mas essa assimilação dos escravos pelo serviço régio, e a partir daí sua alforria, só é possível pela existência de uma situação de guerra na região. Com o fim das guerras e a consolidação da ordem régia, a possibilidade dos escravos conseguirem liberdade através da prestação de serviços militares vai escasseando, mas a milícia dos henriques permanece.

Com a institucionalização do terço e a gradual substituição de escravos por forros, a estabilidade passa a ser um requisito para os henriques. A utilidade que o terço adquire, então, perante a Coroa aparece tanto em sua função de instrumento de controle social sobre os forros, concedendo-lhes determinada cota de prestígio, quanto como força militar. Um

---

<sup>299</sup> AHU, cód. 275, fl 323.

exemplo significativo dessa importância militar, que pode ser estendida para as milícias pardas, está nas mobilizações de tropas para a colônia do Sacramento entre 1774 e 1775.

Nesse momento, apesar de consolidada a conquista da área açucareira e seu interior, o governador de Pernambuco cria três novos regimentos milicianos: um branco, um pardo e um negro, este último o terço novo dos henriques, completando ainda o número de soldados no regimento de linha do Recife com o intuito de combater nas guerras espanholas no Sacramento. E é nesse contexto que se situa a ordem régia passada em 1775 para o governador geral dispondo que este envie tropas para o sul, pedindo especificamente “*um batalhão do regimento de Henrique Dias e outro de pardos, ambos de Pernambuco, à vista do terror que os mesmos espanhóis têm dos negros.*”<sup>300</sup>

Aqui percebemos um discurso institucional que valoriza a atuação dos negros e pardos enquanto guerreiros/militares, principalmente no caso dos henriques de Pernambuco. Essa imagem parece ficar restrita a algumas milícias, principalmente de homens de cor, enquanto a tropa de linha é significativamente desacreditada como instrumento militar durante o segundo período português. E se, por um lado, esse discurso pode prejudicar negros e pardos ao priorizar seu deslocamento antes de qualquer outra tropa, minando assim os laços sociais que os sustentam nas vilas açucareiras, por outro, é um discurso que ao lhes conceder prestígio militar, aumenta suas possibilidades de barganha por prestígio social e mesmo por vantagens materiais, como veremos durante sua participação na *guerra dos bárbaros*.

Tal situação nos leva a henriques detentores de papéis sociais valorizados nas vilas açucareiras de Pernambuco. Essa percepção nos ajuda a compreender, por exemplo, um episódio policial em 1669, envolvendo o mestre de campo negro Antônio Gonçalves Caldeira. O caso sugere as possíveis ligações políticas construídas pelos henriques dentro do cenário urbano canavieiro. Neste momento, o título de mestre de campo henrique, a pouco herdado de Dias, ainda se refere às tropas tanto de negros quanto de pardos, já existindo, todavia, uma cisão entre os próprio henriques e o terço dos minas. E é carregando essa patente de mestre de campo da gente preta e parda do terço de Henrique Dias que Antônio Gonçalves Caldeira é acusado e considerado culpado pelo assassinato de um capitão do mesmo terço. Depois de tirada devassa sobre o crime Caldeira é preso pelo

---

<sup>300</sup> COSTA. *Anais Pernambucanos*. Op. Cit. Vol. 6, 362, 348.

capitão-mor do terço dos minas e mais alguns capitães, a uma légua de Olinda, para onde ‘*havia se ausentado*’. Ao conduzir o prisioneiro de volta a Olinda, no entanto, o grupo é surpreendido em frente ao Mosteiro dos Frades Bentos pelos próprios frades que saem armados:

*“espancando aos oficiais que o trazião [Caldeira] e quebrando um braço a um capitão a que acodiu muita gente dos moradores com que o dito Mestre de Campo teve lugar de puxar pela espada tratando de acutillar, e ferir a todos que obrigados a defença puxaram também das suas, e entre tantas, recebeu o dito Mestre de Campo duas feridas, das quais morreu dentro de sete horas, sendo a culpa desta desgraça os ditos frades Bentos que com tanta dissolução e descompostura saíram à rua a quererem tirar o preso.”<sup>301</sup>*

Esse interessante episódio é bastante revelador das condições sociais dos henriques no segundo período português. Primeiro porque, ao ser culpado por crime, Caldeira se *retira* para fora da cidade, ou seja, abandona as vilas e parte para os *sertões*. Uma atitude aparentemente comum e que funciona no imaginário colonial da área açucareira como medida segura, tanto contra punições criminais, quanto contra a permanência nas tropas. Em segundo lugar, podemos entrever nesse caso a existência de ligações entre os monges beneditinos e o terço de henriques: Seja para soltar o mestre de campo, seja para matá-lo pessoalmente, a interferência dos beneditinos aponta para laços sociais ou políticos construídos entre eles e Caldeira, ou entre eles e o capitão henrique morto.

A referência ao capitão-mor dos minas enviado para prender Caldeira também não deixa de ser sugestiva, podendo aludir a rixas entre este terço e o terço original dos henriques.

Antônio Gonçalves Caldeira, o primeiro sucessor de Henrique Dias, é um personagem que, por si, já ilustra as possibilidades de ascensão social criadas pelo terço de henriques para os negros livres e forros das vilas de Pernambuco. As referências a ele indicam uma condição social privilegiada: Caldeira recebe o hábito da Ordem de Santiago, apesar de ser negro, status considerado grave *mácula de sangue*. É através das provanças para a concessão do hábito que sabemos que Caldeira é crioulo e natural de Pernambuco. Mas os registros não indicam se seus pais eram escravos ou livres, constando apenas serem eles moradores de Pernambuco e filhos do *gentio de Angola*. Caldeira é solteiro, e recebe o

---

<sup>301</sup> AHU, PE, caixa 5, papeis avulsos.



hábito de Santiago por serviços prestados em 1667.<sup>302</sup> Ou seja, dois anos antes do episódio dos frades beneditinos, o que indica ser ele então uma pessoa de relevo na sociedade pernambucana.

Interessante ainda notar que, se as provanças não informam a situação jurídica dos pais de Caldeira, contrariando o costume, é bem provável que os mesmo em algum momento tenham sido escravos, sendo esse dado retirado dos autos por ser uma mácula grave contra a concessão do hábito.

E, apesar de que as condições de vida dos mestres de campo henriques não podem ser estendidas para o todo da tropa, uma vez que estes representam a elite política e econômica do grupo, os exemplos de mestres de campo com nítido status social elevado apontam a real possibilidade de ascensão para os negros livres através do terço.

Mas nem todos os oficiais henriques aparecem com a importância de Gonçalves Caldeira. Em 1682, por exemplo, um novo mestre de campo comanda o terço, Jorge Luís Soares. Nessa ocasião, encontramos Soares fazendo uma petição ao Conselho Ultramarino na qual solicita uma esmola para embarcar para a capitania de Pernambuco, estando ele então no Reino, “*porque não tem com que se possa sustentar*”, por ser pobre. O parecer do Conselho é favorável ao seu pedido.<sup>303</sup> Pedido, por sua vez, que nos deixa uma série de inquietações sobre as condições sociais desse personagem.

A nomeação de Jorge Luís Soares como mestre de campo da gente preta de Pernambuco data de 19 de julho de 1686, e afirma que o mesmo servira 11 anos como soldado, capitão e sargento mor. Lutara em Palmares, sendo filho de João Luís Soares, sargento mor do mesmo terço que servira na guerra contra os holandeses.<sup>304</sup> Além de Palmares, Jorge Luís fora também o comandante Henrique mandando contra o Açú em 1688.<sup>305</sup> Por sua ficha, percebemos que Soares é de segunda geração de milicianos, tendo seu pai servido provavelmente com o próprio Henrique Dias. Se seu pai, o sargento mor João Luís, já era liberto, ou se foi um dos escravos alforriados pela Coroa por serviços prestados, não sabemos. Mas o filho, nascido livre, chega ao posto de mestre de campo,

---

<sup>302</sup> HABILITAÇÕES da Ordem de Santiago, Torre do Tombo, letra A, maço 6, n.º 59; CONSULTA da Mesa de Consciência e Ordem, Lisboa, 27 de abril de 1667. Apud MELLO. **Henrique Dias – Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil**. Op. cit. P. 11.

<sup>303</sup> AHU, cód. 49, fl. 268.

<sup>304</sup> AHU, cód. 120, fl. 187/187v.

<sup>305</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. Cit. Vol. 3, 312.

uma ascensão social considerável. A fonte de renda regular da família, no entanto, não surge em nenhum registro.

Pelo caso de Caldeira, vemos como o posto miliciano pode elevar um negro livre, pois os hábitos das ordens militares portuguesas são os postos suntuário mais cobiçados pelos senhores de engenho pernambucanos. E sua concessão a Caldeira indica o status elevado que este possui na sociedade, pois em geral as provanças são feitas justamente para impedir que descendentes de escravos e pessoas com *mácula de sangue* tenham acesso às ordens militares, baluartes da hierarquia barroca portuguesa. No entanto, no caso de Caldeira as provanças omitem se seus pais ou avós foram escravos, o que parece ser a possibilidade mais plausível. As leis de limpeza de sangue da Península Ibérica determinam que para ascender à fidalguia ou receber comendas, o requerente deve estar *limpo de máculas de sangue* mouro, judeu, negro ou índio até a quarta geração de seus ascendentes.<sup>306</sup> Requisito impossível de ser cumprido por Caldeira. Mas, ainda assim, ele recebe o hábito.

No caso do genro de Henrique Dias, Antônio Cardingo, um contemporâneo de Caldeira que deveria ter tido acesso ao hábito da Ordem de Cristo pelos seus laços com Henrique Dias,<sup>307</sup> apesar das provanças comprovarem ser ele homem livre filho de negros livres que nunca antes haviam sido escravos, estabeleceu, todavia, a condição de cativos de seus avós, razão pela qual o hábito lhe foi negado.<sup>308</sup> As provanças para Caldeira, por sua vez, omitem deliberadamente a condição jurídica de seus avós, indicando a intenção política da Coroa em lhe conceder a ordenação.

Por esses exemplos vemos que no segundo período português, a tropa de Dias conta com homens negros não apenas forros, como também descendentes de forros. Seria a condição de livre de segunda geração requisito para o oficialato na tropa dos henriques? A

---

<sup>306</sup> O Compromisso da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, datado de 1618, por exemplo, aponta a preocupação social com as ditas '*máculas de sangue*'. O compromisso veta o ingresso na irmandade de pessoas sem *limpeza de sangue*, ou seja, com traços de sangue mouro ou judeu, com infâmia de delitos escandalosos, e pessoas que tivessem servido em troca de salário ou trabalhado com as mãos. Cf. RUSSELL-WOOD. Op.cit. P. 95. Isenções, privilégios e distinções suntuárias de fundamento estamental na sociedade colonial são bem estudadas por MESGRAVIS. Op. cit.

<sup>307</sup> Henrique Dias era cavaleiro da Ordem de Cristo e nas negociações que manteve com a Coroa para estabelecer as remunerações devidas pelos seus serviços militares nas guerras holandesas, ficou acertado que, uma vez que não tinha filhos homens, seus títulos seriam passados para seus genros. MELLO. **Henrique Dias – Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil**. Op. cit. P. 46.

<sup>308</sup> Idem, P.11.

acreditarmos na composição hierárquica das milícias, seguindo a própria hierarquia colonial, podemos supor que apenas os negros de status social mais elevado - condição que passaria por sua própria origem como homem livre - atingem os altos postos de oficialato nessa tropa, enquanto o corpo da tropa é composto por forros, alguns mesmo assimilados ainda enquanto cativos, libertados pelo serviço militar, que se ocupam de ofícios mecânicos.

Se as milícias são principalmente fornecedoras de status elevado para grupos sociais desprivilegiados, por outro lado, nem sempre esse status é aceito pela sociedade, o que podemos perceber em uma ordem régia de 1703 que descreve a queixa dos henriques por não serem aceitos no Hospital da Misericórdia, uma instituição caritativa, visto que os irmãos da Misericórdia se recusavam a tratá-los. Esta recusa é ainda mais significativa por advir de uma instituição que deveria cuidar dos mendigos e desclassificados da sociedade. Nesse ponto percebemos a complexidade da condição de militar na colônia açucareira, pois apesar do desprestígio dos soldados regulares, eles são aceitos para tratamento na Misericórdia.<sup>309</sup>

Quanto aos henriques, por seu turno, suas condições de vida estão repleta de contradições. Em 1706, uma consulta do Conselho Ultramarino discute a petição de Manoel Pereira de Melo, homem preto, natural de Pernambuco, soldado de infantaria do terço henrique do mestre de campo Domingos Rodrigues Carneiro, na ativa há trinta anos, que no momento da petição está na Corte tratando de negócios pessoais não esclarecidos. Uma vez na Corte, Pereira de Melo faz despesas, endividando-se “*com empenhos por ser hum soldado pobre, que não tem com que se poder sustentar*”. Pede então uma ajuda de custo para se sustentar longe de sua terra, apresentando papéis que comprovam ter servido no dito terço trinta anos, sete meses e cinco dias. O Conselho, todavia, recomenda que se negue a petição, uma vez que se fosse concedida a um negro, todos os brancos reivindicariam a mesma coisa.<sup>310</sup>

Nesse caso é interessante ressaltar que apesar de alegar pobreza, o dito miliciano está no Reino tratando de seus negócios particulares que nada têm a ver com o exercício militar, indicando assim que pode ter sido um comerciante.

---

<sup>309</sup> AHU, cód. 257, fl. 132v.

<sup>310</sup> AHU, cód. 52, fl. 183v/184.

No mesmo documento vemos a referência ao então mestre de campo henrique, um miliciano de carreira, Domingos Rodrigues Carneiro. Homem preto, que já fora sargento mor do terço dos henriques em 1678, comandando o terço contra Palmares, Carreira é nomeado mestre de campo em 1703. Durante seu comando, várias tenças, ou pensões, são doadas a oficiais henriques,<sup>311</sup> sendo ele responsável pela solicitação das mesmas, concedidas provavelmente devido aos serviços prestados pela tropa durante a guerra contra Palmares.

É interessante refletirmos sobre o grau de integração que os henriques mantêm com a sociedade colonial. Uma vez que consideramos que o imaginário dominante nessa sociedade influi sobre esses grupos, e que a busca pela ascensão social através da manutenção de cargos e postos honoríficos aponta nessa direção, poderíamos nos perguntar até onde os henriques mantêm ligações com as culturas africanas.

Se, por um lado, podemos fazer um paralelo entre as irmandades de cor e as milícias de cor, considerando ambas instituições onde negros e pardos livres buscam estabilidade e prestígio social assimilando valores dominantes na cultura barroca da área canavieira, por outro lado, sabemos que as irmandades de cor são também instituições mantenedoras de traços culturais africanos. Essa dualidade, onde os negros livres assimilam valores dominantes ao mesmo tempo em que cultivam valores e traços culturais de origem africana, caracteriza o surgimento de uma cultura original, um barroco açucareiro com matizes bantus e iorubas, cujo melhor exemplo está na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Recife e na Organização do Rei do Congo.

Mas, se isso pode ser afirmado sobre as irmandades, fica ainda a questão se teriam também as milícias de cor uma função de manutenção de traços culturais africanos. Do ponto de vista das milícias de pardos a resposta parece ser não. Os indícios apontam para o desapego entre pardos e negros, para a rejeição das origens africanas pelos pardos e pela busca do parentesco com os brancos. A resposta para os henriques é menos simples, mas o discurso de um cronista das guerras holandesas fornece elementos para reflexão: Diogo Lopes de Santiago, narrando as contendas entre os soldados da tropa sob o comando de Henrique Dias, estacionados na entrada da Cidade Maurícia, e os defensores da mesma, a partir de 1645, faz a seguinte descrição:

---

<sup>311</sup> COSTA. *Anais pernambucanos*. Op. Cit. Vol. 4, p. 100, 320, 325-326.

*“E eram tão quotidianas as pendências que tanto que os holandeses saíam a buscar cajus e outras frutas do mato, os negros minas logo lhes caíam de improviso e com as vidas lhas faziam largar, e eram tão bárbaros estes minas, que não lhes queriam dar quartel, mas antes cortavam as cabeças aos que matavam e vinham com instrumentos bélicos a seu modo e ao de sua terra com buzinas e atabaques, fazendo muita festa, dizendo que aqueles os foram cativar às suas terras, sendo eles forros, e feitas suas cerimônias, traziam as cabeças pelas portas dos moradores, donde se não iam sem lhes darem alguma coisa; custou aos nossos muito o acabarem com estes minas, que não cortassem as cabeças aos que matavam e muito mais custou o acabarem com eles, que dessem quartel aos que aprisionavam.”<sup>312</sup>*

Essa descrição aponta para uma permanência de costumes bélicos africanos nos homens oriundos da *Costa do Ouro*, chamamos genericamente minas por terem sido vendidos no porto africano de São Jorge de Mina. Esse discurso, no entanto, é contemporâneo da formação da tropa, quando os escravos ainda eram aceitos. E a acreditar no próprio cronista, os colonos e a Coroa empreenderam esforços no sentido de extirpar esses costumes. Não temos dados ou registros que apontem para sua manutenção ou para seu fim a partir do segundo período português. A grande maioria dos vestígios encontrados sobre os henriques em Pernambuco indicam, na verdade, uma assimilação dos valores sociais vigentes. No entanto em geral são indícios que se restringem apenas aos oficiais, não descrevendo o grosso da tropa.

Em todo o caso, a estabilidade social parece ser um requisito para os henriques. O que transparece na inclusão da adjetivação *público conceito* como um qualificativo para os mesmos. É o que podemos notar em um episódio da repressão à insurreição de 1817 em Pernambuco, quando um homem preto:

*“de público conceito, oficial arregimentado, e chefe de família cujo assentamento de prisão nas enxovias da cadeia, em desrespeito às suas imunidade, foi assim lavrado:  
‘Francisco José de Mello, alferes do Regimento Novo de Henriques, remetido pelo Major Merme, encarregado da polícia, para se lhe abrir assento por ordem de S. Ex. Castigado com 500 açoites no dia 4 (de julho de 1817); em 5*

---

<sup>312</sup> SANTIAGO, Diogo Lopes de. História da Guerra de Pernambuco. Recife, 1984. P.526. apud MELLO. **Henrique Dias – Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil**. Op. cit. P 39

*com 200; em 7 com 200; e em 11 com 200. Tudo por ordem vocal do dito Major e em sua presença...’ em oito dias, mil e cem açoites!!!”*<sup>313</sup>

Aqui entrevemos a qualificação social alcançada por esse alferes: homem de público conceito por ser miliciano e chefe de família; a boa estabilidade social andando, assim, junto com o posto auxiliar.

Também em outras regiões da América portuguesa observamos as milícias negras como peças fundamentais na estrutura militar régia. É o caso de Goiás colonial, onde essas tropas são formadas por crioulos que mantêm dissensões tanto com pardos quanto com africanos. Esses crioulos surgem como soldados de fronteira, mantidos principalmente para o combate contra os quilombolas, com função "*crítica para a defesa de suas comunidades e da capitania da hostilidade de nações índias.*"<sup>314</sup> Nesse sentido é perceptível que a importância das milícias negras extrapola a região canavieira, uma das áreas consideradas *civilizadas* na América portuguesa, alcançando as regiões de fronteira, onde continuam a ter destacada significação militar.

Essa significação militar faz com que a Coroa tenha alguns cuidados com essas tropas que não tem com as burocráticas. Um exemplo disso está no sistema de abastecimento alimentar. Durante as guerras holandesas, o Conde da Torre, então comandante geral, impõem um racionamento de farinha que atinge todas as tropas envolvidas, visto ser a farinha o sustento básico das mesmas. Nesse racionamento, no entanto, apenas o terço de Henrique Dias continua a receber sua cota normal, devido, segundo a Coroa, à conveniência de conservá-lo.<sup>315</sup>

Seja como for, a função do terço dos henriques extrapola o aparelho militar, tornando-se um espaço de concessão e aquisição de prestígio para os homens negros forros

---

<sup>313</sup> Essa citação é do compilador oitocentista Pereira da Costa, que transcreve parte do Livro de Entradas e Saídas dos Presos da Cadeia do Recife para essa afirmação. COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. Vol. 7. P. 465. Esse episódio representa um claro desrespeito a proibição de se açoitarem oficiais negros. Proibição baixada, segundo Pereira da Costa, em 1765, para que os soldados do Regimento de Henrique Dias não fossem açoitados no pelourinho. COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. vol. 5, p. 411-414.

<sup>314</sup> KARASCH, Mary. 'Minha Nação': Identidades Escravas No Fim Do Brasil Colonial. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Brasil - Colonização e Escravidão** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. Pp. 127-141. P. 136.

<sup>315</sup> SILVA. **O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial**. Op. cit. p. 204. Neste trabalho, especificamente no capítulo 'Bananas e farinha' procuramos desenvolver um estudo sobre as formas de manutenção empregadas pela Coroa no sustento das tropas institucionais, percebendo então a grande importância social e política da farinha de mandioca neste contexto.

e livres. Assim como o terço dos pardos, a milícia henrique é uma instituição nitidamente urbana, e sua expansão indica a própria expansão do urbanismo no mundo colonial.<sup>316</sup>

Assim é que nas primeiras décadas do século XIX, essa milícia é ainda retratada como uma unidade onde “*Os oficiais e praças dos Henriques são tão unidos que são menos sujeitos às opressões dos brancos, como os soldados dos regimentos mulatos. Os oficiais desses últimos, tendo certo matiz de brancura, sacrificam tudo ao capitão mor, esquecendo a proteção devida a seus soldados.*”<sup>317</sup>

Dentro dessa perspectiva, talvez exista uma coesão maior entre os milicianos negros que entre outros grupos de ascendência africana na sociedade escravista. Por sua vez, essa tendência dos mulatos em desprezar aos negros e a seu próprio grupo pode ser vista como uma consequência imediata da prática de embranquecimento dos pardos.<sup>318</sup> Tal prática é constituída como uma brecha na rigorosidade da lei contra os mestiços nos postos e cargos oficiais. Ou seja, a ascensão social é possível caso o mestiço possa se passar por branco. Um costume que gera entre os mestiços livres ansiosos por promoção social a negação de laços com os africanos. Mas por outro lado, é possível encontrarmos situações onde soldados e oficiais pardos mantêm uma coesão de interesses, construindo laços de solidariedade similares aos das irmandades pardas. Esse é o caso, por exemplo, da sedição da Bahia de 1798, movimento composto principalmente por militares pardos burocráticos e milicianos da cidade de Salvador, convivendo no denominado *partido da liberdade*.<sup>319</sup>

A adesão dos oficiais a este movimento de caráter nitidamente popular pode ser explicada pela gradual desestruturação econômica a que são submetidos, assim como a perda de seu prestígio. Além disso, em período imediatamente anterior à sedição, o comando do então regimento pardo de Salvador é passado pela primeira vez para um comandante branco, contrariando a tradição que impunha comandantes da mesma

---

<sup>316</sup> Devemos lembrar que, entre as organizações milicianas, existe ainda, na zona do açúcar o terço dos índios como é referido pela documentação. Não estamos, no entanto, abordando-o aqui por não ser essa unidade uma parcela da estrutura militar urbana. No entanto, como veremos, tem também grande importância militar na ‘*guerra dos bárbaros*’.

<sup>317</sup> KOSTER. Op. cit. p. 382.

<sup>318</sup> Por exemplo, Avé-Lallemant, Robert. Viagens Pelo Norte do Brasil - No Ano de 1859. Rio de Janeiro, MEC/INC. 1961. Apud PONTES. Op.cit. P. 40.

<sup>319</sup> A participação de militares pardos na chamada *revolta dos alfaiates* é tão intensa que alguns autores propõem novos ângulos de observação desse episódio, que não o abordem mais apenas como um movimento de alfaiates. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Conflitos Raciais e Sociais na Sedição de 1798 na Bahia. In ARAÚJO, Ubiratan Castro de, et all. **II Centenário da Sedição de 1798 Na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia. 1998. Pp. 37-50. P. 39-40.

*qualidade* das tropas. Essa atitude da administração colonial contribui para a exasperação dos ânimos dos soldados e preocupa os oficiais de cor, tanto pretos quanto pardos.<sup>320</sup>

Nesse sentido, a participação desses militares na *revolta dos alfaiates* permite que observemos o impacto que os estigmas sócio-culturais barrocos exercem sobre as condições de vida dos pardos inseridos na organização militar régia da área açucareira.<sup>321</sup> Durante o período da sedição, em 1798, a cidade da Bahia conta com três regimentos burocráticos, dois de milícias de homens brancos, um de pardos e outro de negros, sendo que os regimentos de linha também são compostos por pardos, agregados junto aos brancos.<sup>322</sup> Ou seja, o número de militares mestiços é grande, se comparado ao número de brancos.

Como exemplo das condições de vida desses militares mulatos, podemos observar o soldado pardo Ignácio Pimentel, cujas posses se restringem então a um calção de ganga branco, uma camisa, dois pares de ceroulas, cinco pares de meias, um calção amarelo e um chapéu muito usado. Além dele, temos Romão Pinheiro, que além de soldado é alfaiate, mas que nem assim consegue se sustentar, tendo que morar em casa de seu pai.<sup>323</sup> Ambos são soldados regulares. Os milicianos, por outro lado, possuem uma melhor situação econômica, uma vez que não são militares profissionais, assumindo esse papel apenas aos domingos.<sup>324</sup>

Em geral, as milícias pardas da área açucareira caracterizam-se por criarem uma definição específica do papel social de pardo, que exclui a prática de embranquecido. A participação dos pardos na tropa de linha, por sua vez, é contraditória. A tropa burocrática teoricamente deve aceitar apenas homens brancos, mas devido às dificuldades de recrutamento, alista também os pardos, embranquecendo-os oficialmente. Apesar disso,

---

<sup>320</sup> Sobre a importância desse episódio no imaginário dos milicianos de então, devemos observar que Maria Beatriz Nizza reúne comentários tanto em Vilhena quanto diretamente dos próprios milicianos processados pela Coroa. Cf. SILVA. In ARAÚJO. **II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia** Op. cit.

<sup>321</sup> Ubiratan de Castro Araújo analisa o movimento do ponto de vista dos projetos políticos dos soldados pardos, que buscam nesse momento a construção de um Estado onde os pardos pudessem ser cidadãos. ARAÚJO. In ARAÚJO. **II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia** Op. cit. P. 13

<sup>322</sup> Cf. SILVA. In ARAÚJO. **II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia** Op. cit. P. 33; 39. A autora cita exemplos de pardos nos regimentos de linha de artilharia Um dos depoentes chega a afirmar que todo o regimento de artilharia estava a favor da sedição, o que sugere uma grande concentração de pardos nesse regimento.

<sup>323</sup> Idem, p. 41.

<sup>324</sup> “O miliciano era, antes de tudo, um trabalhador chamado a um serviço armado não remunerado, quando ele era necessário. Sua condição de vida era incomparavelmente melhor que a dos soldados; eles reuniam mesmo um certo prestígio social, especialmente no que concerne aos oficiais e suboficiais.” ARAÚJO, Ubiratan Castro. *Le politique et le économique dans une société esclavagiste: Bahia (1820 à 1889)*. Paris, sorbonne, 1992. apud PONTES. Op. cit.



esse embranquecimento não apaga a *mácula de sangue* da mestiçagem, e não eleva socialmente os homens envolvidos que continuam a ser, na prática, identificados como pardos pela sociedade açucareira. Por outro lado, a participação de pardos como oficiais da tropa de linha se caracteriza como uma ascensão social efetiva, feita através de um embranquecimento aceito pela sociedade e que culmina na negação do status de pardo pelos envolvidos.

Assim, percebemos que mesmo a prática costumeira de embranquecimento dos mestiços nada tem de simples, podendo mesmo funcionar contra os mulatos ao lhes incorporar forçadamente nas tropas burocráticas.

Um exemplo desse embranquecimento prestigioso perante o imaginário social pode ser visto em Recife no início do XIX, no caso de um mulato que, ao se tornar capitão-mor automaticamente deixa de ser mulato perante a sociedade. O mesmo ocorre ainda no século XVII com João Fernandes Vieira, um dos senhores de engenho politicamente mais poderosos de seu tempo, que com grande probabilidade pode ter sido um mulato. No entanto, suas biografias, encomendadas em vida, rapidamente afastam qualquer ligação que o mesmo pudesse ter tido com antecedentes não nobiliárquicos.<sup>325</sup>

Chegamos, dessa forma, a duas situações sociais distintas para os pardos na área açucareira colonial: o embranquecimento daqueles com laços suficientemente fortes para ocupar papéis sociais de prestígio, e logo sua negação da identidade de pardo; e, para a maioria, a permanência na plebe e a aceitação da identidade de pardo. Esses últimos, pertencentes à camada dos oficiais mecânicos, parecem corresponder ao grupo mais atingido pela organização militar da área açucareira, visto que, não apenas podem pertencer às milícias, mas igualmente ser recrutados para a tropa burocrática no lugar dos brancos.

---

<sup>325</sup> Diz Koster: "*Conversando com um homem de cor a meu serviço, perguntei-lhe se certo capitão mor era mulato: 'Era, porém já não é!', e como eu pedi explicação, concluiu: 'Pois, senhor, um capitão mor pode ser mulato?'*" KOSTER. Op. cit. P. 377; José Antônio Gonçalves de Mello compõe uma biografia bastante completa de João Fernandes Vieira onde discute a dubiedade de suas origens. Segundo Gonçalves de Mello, tanto o próprio Fernandes Vieira quanto seus biógrafos apontam suas origens como filho de uma casa nobre do Funchal, mas seus inimigos descrevem-no como filho "*de uma mulata rameira*" da Ilha da Madeira. Gonsalves de Mello nem confirma nem nega, mas informa que nas provanças para que Vieira assumisse o hábito da Ordem de Cristo, o desagravo de *mácula de sangue* constante é apenas para seus antecedentes paternos, sem se referir a seus antecedentes maternos. E apesar das provanças indicarem que o mesmo era isento de qualquer *mácula de sangue*, sabemos que isso não era verídico, pois Vieira tinha sido empregado de marchante, ou seja, possuía máculas de trabalho manual. Assim, o desagravo não é confiável. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico. 2000. P. 19-24.

Ainda é preciso ressaltar que dentro da organização de terços de cor em Pernambuco do século XVIII, registrada no quadro 15, existem além das milícias, tropas de ordenanças. A existência dessas ordenanças de homens de cor pode apontar o crescimento de pardos e negros livres dentro e fora da área açucareira, casados e com renda estável, homens *respeitáveis* o suficiente para não serem incorporados em nenhuma tropa que os pudesse deslocar ou colocar em serviço ativo. Um risco que as ordenanças estavam longe de correr nesse período.

Também na Bahia as milícias e ordenanças pardas proliferam fora da área canavieira depois da conquista do sertão. E é nessa região, no início do século XIX, que podemos melhor distinguir os personagens que compõem essas duas tropas. As duas nomeações abaixo, para alferes de milícias, ajudam nessa tarefa:

*“Por se axar vago o Posto de Alferes dos homens pardos desta comp.<sup>am</sup> da V.<sup>a</sup> de Caetite, de que sou capam do terço das ordenanças, e de que he comandante interino o S.M. Francisco de Sousa Lima, por haverse ausentado do am<sup>lo</sup> annos della Francisco Jose de Faria que exercia, e concorrem todos os requisissão das leis de 9 de outubro de 1812 na penna de Agostinho de Sousa Barrem, paisano demicitario dentro dos limites da mesma comp<sup>a</sup>, casado, estabelecido, mayor de 40 annos, e com bens sufficientes, e por, não ter praça em regimento algum, o meyo para exercer o dito Posto, havendo assim por bem o Ilmo Sr. Sargento Mor comandante interino do terço.”<sup>326</sup>*

Nessa nomeação para alferes de uma ordenança de homens pardos, podemos identificar os requisitos para o posto: ser paisano, ou seja, civil, morar dentro da jurisdição do terço, ser casado, maior de 40 anos, estar estabelecido com bens suficientes, isento de estar recrutado em qualquer regimento. Que bens suficientes são esses o documento não detalha. No entanto, uma outra nomeação traz esses requisitos descritos mais minuciosamente:

*“Por se achar a Comp<sup>a</sup> dos Homens Pardos do Arrayal das Almas sem capitão por haver falecido Manuel Borges de Carvalho que o exercia e o alferes nomeado não ter ficado a competente Patente nomeyo para alferes da mesma comp<sup>a</sup> dos Homens Pardos do Arrayal das Almas a Francisco da Silveria Pinto por concorrer no mesmo os requisitos necessarios ser casado estabelecido e*

<sup>326</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB, militares, maço 3759, 14/8/1824. Nomeação de alferes de ordenança para a localidade de Caetité. Apud PONTES. Op. cit. p. 121. Grifo nosso.

*não ser miliciano para comandar a dita companhia enquanto senao promover a competente nomeação de capitão.*<sup>327</sup>

Nesse exemplo, também para uma companhia de ordenança de homens pardos, os requisitos para a nomeação pedem que o candidato, além de ser casado e bem estabelecido, não seja miliciano.

Ambas as nomeações exigem que os pardos indicados sejam *estabelecidos* e tenham bens suficientes. O termo estabelecido nos leva à idéia de *homem bom*, designação dos senhores de engenho e homens brancos de posse. Com relação aos homens de cor, esse conceito de *estabelecido* tem relação com o fato de, na sociedade escravista canavieira, a estabilidade, o estar fixo e fazer parte de determinada localidade, ser uma situação considerada favorável a seu possuidor. Um benefício e um elevador de status, em contrapartida ao *vadio*, cuja própria definição esta associada ao vagar, ao vagabundear. A utilização do termo *estabelecido* para um homem de cor pode, assim, ser um indicativo de sua aceitação pela sociedade local, de seu papel social estável na localidade, de seu status de morador, de vizinho em algum lugar.

Podemos ainda considerar, através dessas nomeações, a importância dada por esse imaginário ao status civil de casado ou solteiro. Pelas ordenações e regulamentos do império português, o recrutamento para tropas regulares deve ser feito entre os homens solteiros, apesar de sua faixa etária até 60 anos tornar improvável que apenas solteiros fossem recrutados.<sup>328</sup> Da mesma forma, os milicianos devem ser também solteiros, visto seu caráter de tropa deslocável, ficando os casados designados legalmente apenas para as ordenanças, como podemos observar nos documentos baianos.

Também em Pernambuco, do início do século XVIII, temos a Coroa discutindo resoluções do governador sobre as tropas auxiliares, esclarecendo, assim, um pouco mais acerca da definição do status social requerido dos homens recrutados pelas milícias e ordenanças:

*"Francisco de Castro Moraes me deu do que havia disposto (como se lhe havião ordenado) sobre o Regimento que mandou fazer para os coroneis, e mais officiaes dos Terços novos de vollantes que se formarão dos mossos Solteiros das Capitãias da jurisdição desse Governo /cuja copia enviou/ e o*

<sup>327</sup> APEB, militares, maço 3759, 20/5/1812. Apud PONTES. Op. cit. p.121-122. Grifo nosso.

<sup>328</sup> SILVA. *O Miserável Soldo & A Boa Ordem Da Sociedade Colonial*. Op. cit. p. 130.

*que sobre este particular escreveo Me pareceo aprovar /como por esta aprovo/ o ditto Regimento por estar feito com todo a boa regularidade e forma militar, excepto a penna pecuniaria posta aos que faltarem as mostras que mando se não ponhão e em lugar della se declare que os que faltarem as mostras exercicios e rebates pella primeira ves estarão outo dias prezos, e pella Segunda 15 e a este respeito se comensurava a pena conforme a sua culpa. E por ser conveniente a meu serviço que haja nos dictos Tercos sargentos mores e ajudantes pagos, assim como o são neste Reyno o dos Auxiliares Fuy servido rezolver que os Sargentos mores e Ajudantes dos ditos Tercos de soldados volantes homens solteiros creados de novo sejam pagos como o são neste Reyno os Sargentos mores e Ajudantes dos Tercos dos Auxiliares, porque desta maneira haverá muitos sogeitos, e soldados muy capazes que pertendão as taes nomeaçõens segurandosse a utilidade de que por este caminho terão os soldados toda a desceplina e se adestrarão mais nos manejos, e exercicios da sua obrigação, tendo quem os saiba doutrinar, e aos coroneis declaraveis ponhão todo o cuidado em que estas melicias estejam armadas para as ocazioens que se offerecerem e porque tenho rezoluto que os Sargentos mores destes Terços e aos Ajudantes sejam pagos, assim como os são os da infantaria paga, fareis ahy por eddittaes para o seu provimento declarando nelles que os que quizerem pertender hão de mandar seus papeis correntes a este Reyno; e me informareis de todos os sogeitos que serão capazes para estas nomeacoens, como tambem dos mais que hoje me servem nessa Capitania em postos, e os que podem caber nas suas pessoas, e capacidade para que conforme esta noticia se possão regullar os seus acomodamentos, cuja conta sereis obrigado a dar-me todos os annos, e tambem da gente que servem nos tercos, e rellação das municoens com que se achão os armazens, e do que se necessita para a defença de todas as praças dessa conquista escrita em Lixboa a 26 de Fevereiro de 1709".<sup>329</sup>*

Ou seja, a Coroa identifica essas tropas de Pernambuco como unidades de moços solteiros, ordenando que no comando dessas unidades sejam postos oficiais pagos para melhor disciplinar as tropas. Essas tropas são identificadas como *volantes*, o que significa que são unidades deslocáveis, e, além disso, são também apresentadas como similares aos terços de auxiliares do Reino, ou seja, às milícias metropolitanas. Assim sendo, podemos observar que esta ordem, passada para melhor organização das milícias pernambucanas, identifica-as como compostas por homens solteiros.

Essa documentação para a Bahia e Pernambuco durante o período estudado, sugerem que a regulamentação do Reino para a incorporação apenas de homens solteiros em tropas deslocáveis está ativa. Nesse sentido percebemos que a Coroa se preocupa com os setores produtivos da sociedade canavieira, ainda que estes sejam secundários à agroindústria

<sup>329</sup> AHU, cód. 257, fl. 216/216v. Grifo nosso.

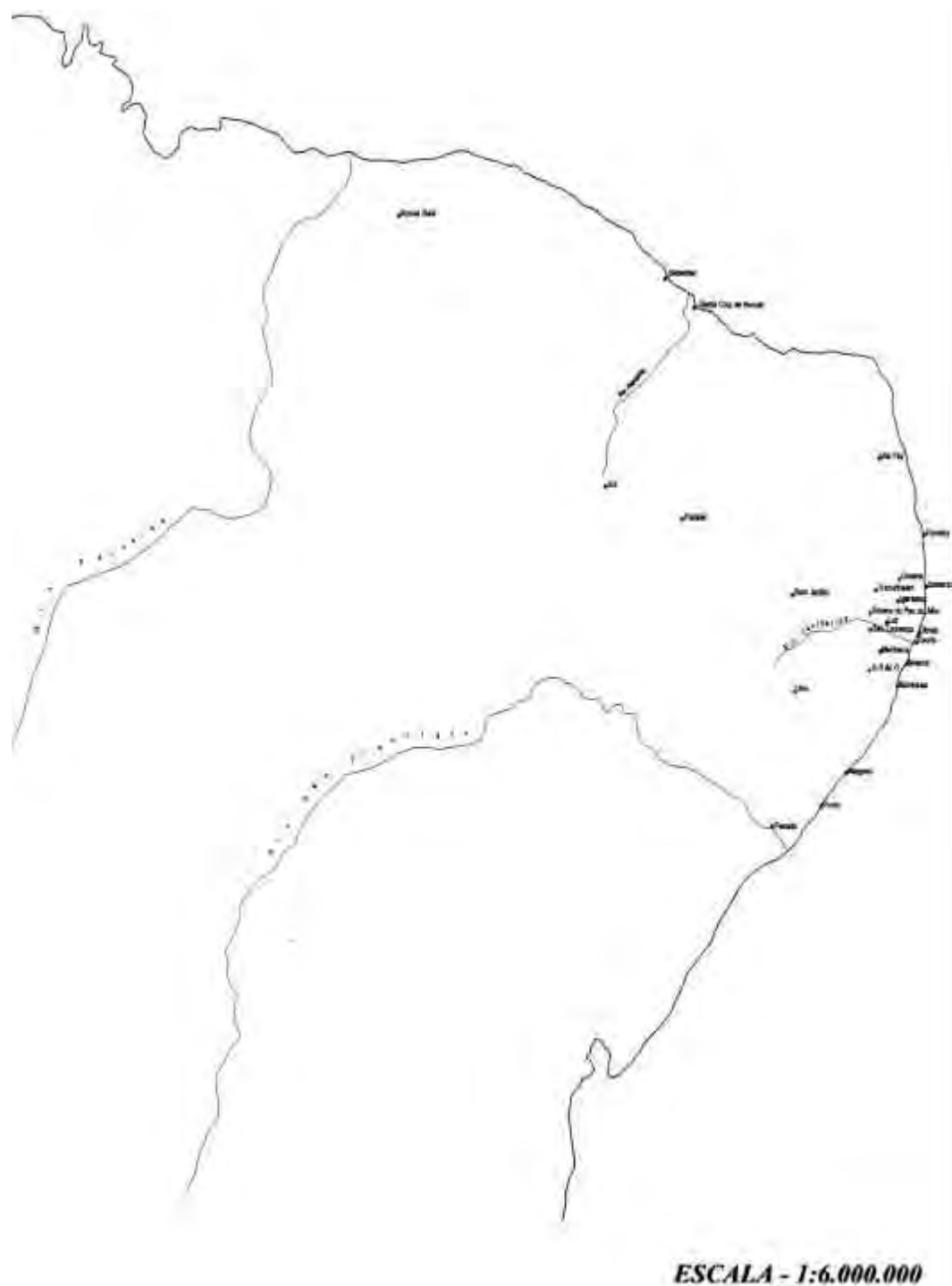
exportadora. A administração colonial cuida em não deslocar homens socialmente estáveis, produtivos e *honrados*, ou seja, casados, para fora da área da cana, talvez receosa de que essa atitude contribua para a desestruturação da sociedade açucareira.

Por outro lado, no início do XIX em Pernambuco, Tollenare ao retratar os dois regimentos de linha afirma que *“todos esses militares são casados na terra”*,<sup>330</sup> o que contradiz flagrantemente à regulamentação. Fato este que apenas vêm comprovar as ambigüidades existentes nas práticas na área açucareira, que entram muitas vezes em choque com as leis do império e com suas próprias políticas anteriores.

Assim sendo, a organização de homens de cor livres, pobres produtivos, de acordo com seu estado civil nas milícias e ordenanças, gera uma diversificação dessas unidades em Pernambuco durante as últimas fases do segundo período português; diversificação indicativa do crescimento do número de pardos e negros livres nesse grupo social na capitania. Nesse sentido, a localização geográfica de algumas dessas unidades auxiliares de homens de cor na capitania de Pernambuco e suas anexas no século XVIII, permite-nos perceber o quanto esses elementos estão socialmente atuantes na região, inclusive no sertão pós conquista.

---

<sup>330</sup> TOLLENARE. Op. cit. p. 192.



**Figura 5** - Localização das Tropas Auxiliares de Homens de Cor em Núcleos Urbanos Sob Jurisdição de Pernambuco no Século XVIII.

Fonte: Col. Patentes Provinciais, livros 1, 2, 3, 5, 6, 8, 10. APEJE; MELO, Mário. Onomástica Pernambucana. Recife, Livraria Universal. 1944; MACIEL, José de Almeida. Questões de Toponímia Municipal Pernambucana. Obras completas, vol. 2. Coleção tempo municipal 3. Recife, Centro de estudos de história municipal/ FIAM (FIDEM). 1984.

O mapa acima descreve as povoações que, no século XVIII, ou seja, no período pós conquista do sertão, abrigam tropas auxiliares, tanto ordenanças quanto milícias, de homens de cor. Toda povoação e vila deveria ter tropas de homens brancos, mas a proliferação das tropas de cor no XVIII indica não apenas o crescimento do número de homens de cor livres e prósperos nas capitanias do norte, mas sua incorporação na nova sociedade sertaneja.<sup>331</sup>

Apesar da ampliação da jurisdição de Pernambuco com a colonização do sertão podemos observar no mapa que a maior concentração de tropas de homens de cor livres no século XVIII continua na principal região açucareira da capitania de Pernambuco, abarcando desde Serinhaém até Goiana. Apesar disso, vilas sertanejas como Pombal, Penedo, Icó e Viçosa Real já registram a presença das unidades auxiliares de cor. Essas unidades militares sertanejas sugerem, por sua vez, a existência de homens livres de cor *respeitáveis* também no interior. É difícil identificarmos a origem dos homens que compõem essas tropas do sertão. Mas mais difícil ainda é não interligar a estruturação dessa nova parcela da organização militar colonial com a *guerra dos bárbaros*, responsável pelo deslocamento dos pobres do açúcar, inclusive negros e pardos, para a região.

De uma maneira geral, assim como as patentes das corporações de ofício, as patentes para oficiais milicianos doam status, na forma das mesmas isenções e privilégios dos oficiais das tropas de linha, ou seja, dos portugueses. Os significados dessas cartas patentes são múltiplos e normalmente apontam o caráter suntuário das milícias e a incorporação dos

---

<sup>331</sup> Baseamo-nos, para a elaboração deste mapa, nos registros de nomeações para oficiais das tropas auxiliares efetivadas pelo governo da capitania de Pernambuco entre os anos de 1775 e 1800. Restringimo -nos à localização das unidades de homens de cor, visto que teoricamente toda povoação deveria possuir tropas auxiliares de homens brancos. Das povoações registradas no período, listadas no quadro 15, não foi possível localizar as vilas de Rabelo, Tapirema, Taquara, São José de Barros, Santo Amaro da Mata e Chagas. Além dessas, as patentes registram tropas auxiliares de homens de cor em três distritos de cidades indicadas no mapa, são eles: Rio de Pirituba e Utiba, distrito de Penedo; Rio Boamia e distrito de Phiahy, Penedo; e Rio do Peixe, distrito de Piranhas, Pombal. E também constam das listagens tropas nas chamadas repartições do Norte e do Sul que, pelo que indica a análise dos documentos, são áreas subordinadas à vila de Recife. Tanto os distritos dos rios indicados quanto as ditas repartições podem equivaler à áreas rurais ligadas à jurisdição das vilas em questão. Dado este que parece corresponder principalmente às duas povoações sertanejas de Penedo e Pombal. A denominação das povoações no mapa segue a ortografia da documentação. Alguns desses núcleos populacionais tiveram seus nomes modificados ao longo dos séculos, hoje as povoações em questão são: Ala goas, equivalente atualmente a Maceió - AL; Paraíba, equivalente atualmente a João Pessoa, PB; Ribeira do Pau do Alho, equivalente atualmente a Paudalho - PE; Luz, equivalente atualmente a Nossa Senhora da Luz, distrito de São Lourenço da Mata -PE; Nossa Senhora do Ó de Porto de Folha, equivalente atualmente a Aliança - PE, podendo também ser um distrito de Ipojuca - PE; Una, equivalente atualmente a São Bento do Una - PE. Sobre Porto de Folha, é preciso ressaltar que também existe uma povoação com essa denominação em Sergipe, no século XIX.

valores barrocos pelos pobres de cor livres inseridos nelas. Uma dessas cartas patentes, datada de 29 de janeiro de 1779, diz o seguinte:

*“Faço saber aos que esta Carta Patente virem, que havendo respeito a Jozé Pinto Ferreira haver servido a sua Magestade Fidelíssima com honrado procedimento, zelo e satisfação de capitam da Companhia de hum dos 3<sup>s</sup> auxiliares dos Pardos desta Praça de que he Mestre de Campo Joze Rabelo de Vasconcelos, e ter os merecimentos precisos, e necessários para exercer o Posto de Capitam de huma das Companhias do referido 3<sup>o</sup> que se acha vago pela reforma de Felis Manoel dos Reys, que o exercia, (...) Hey por bem na conformidade da Carta Regia de 22 de março de 1766 nomear (como por esta nomeyo) ao dito Joze Pinto Ferreira no Posto de Capitam de huma das companhias do 3<sup>o</sup> Auxiliar dos Pardos desta Praça de que há Mestre de Campo Joze Rabelo de Vasconcelos, (...) com o qual não haverá soldo algum, mas gozará de todas as honras, graças, franquezas, liberdades, privilégios, e izençoens, que em razão dele lhe pertencem, e gozão os Capitaens das Tropas pagas (...).”<sup>332</sup>*

Ou seja, o posto de oficial miliciano de cor tem como benefício a obtenção de prestígio e status social. Na prática, é difícil acreditar que esses milicianos cheguem realmente a ter os mesmos privilégios, liberdades e honras dos oficiais portugueses, mas institucionalizando as milícias de cor, a Coroa cria a expectativa da posse dos ditos privilégios, além de permitir, voluntariamente ou não, formas de ascensão para negros e pardos militares.

É perceptível, aqui, a assimilação dos valores dominantes por parte dos homens que compõem estas milícias, pois o caráter do posto miliciano é barroco, conferindo honras e privilégios que permitem a seus possuidores serem reconhecidos socialmente e, até mesmo, ascenderem a status de outra forma inacessível a esses grupos, não apenas pela descendência africana, mas por sua condição de oficiais mecânicos. A fórmula das cartas patentes exige, no entanto, o reconhecimento mútuo dos direitos e deveres implicados na doação do posto. Um reconhecimento apenas possível se as partes envolvidas partilharem do mesmo sistema de valores.

E é em busca desses cargos que esses homens de cor livres, oriundos da *plebe*, procuram se comportar de acordo com a ordem estamental da sociedade canavieira, incorporando assim os valores culturais do barroco colonial. Situação esta cedo entendida

---

<sup>332</sup> PATENTE de Jozé Pinto Ferreira. Patentes Provinciais, livro 3, fl. 170v. APEJE.



pela administração colonial, que utiliza essas concessões de honrarias aos milicianos de cor como um mecanismo de controle social. Levando-os, dessa forma, a participar de seus projetos expansionistas como mão-de-obra bélica barata. Razões estas que terminam por colocar artesãos e comerciantes negros e pardos das vilas do açúcar bem no meio dos acontecimentos da *guerra dos bárbaros*.

## PARTE 2 – O SERTÃO

### III -SERTÃO, SERTÕES

### 3.1-OS GRANDES VAZIOS INCULTOS

*"nenhua renitencia fiz em largar tudo e por me ao caminho de ao Redor de 600 legoas desta Costa de Pern.<sup>co</sup> por o mais aspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo"<sup>333</sup>*

*Domingos Jorge Velho.*

Durante o século XVII, as vilas açucareiras conhecem o crescimento e diversificação de sua sociedade, ao mesmo tempo em que os colonos abastados iniciam um processo de expansão para o interior, em busca da ampliação de suas propriedades. Esses dois processos se interligam quando as tribos indígenas do continente oferecem resistência à expansão pecuarista. Nesse momento, a intervenção da Coroa em pró dos colonos se aproveita do que é, a seu ver, um excesso populacional das vilas açucareiras, principalmente dos *vadios* e pobres produtivos, mobilizando esses grupos para os conflitos do interior.

A conquista do interior continental das capitânicas do norte do Estado do Brasil reveste-se, assim, de muitos significados: para a Coroa significa expansão territorial; para as elites coloniais, a criação de novas possibilidades de aquisição de terras e títulos; para a Igreja, a abertura de novas fronteiras para a catequese; para as tribos americanas, a perda do território e a desagregação social. Mas, para os pobres e *vadios* das vilas açucareiras, o que significa a conquista do sertão?

Devido à tenaz resistência indígena oferecida nos sertões da Bahia, Pernambuco e capitânicas do norte, e que leva os colonos a requisitarem a força bélica a Coroa, o estabelecimento desse novo projeto de colonização, baseado na pecuária, é em muitos sentidos possibilitado apenas pela utilização do repositório humano à disposição da Coroa na zona açucareira. Repositório composto de homens de cor livres, brancos pobres, além de índios aldeados nas margens da zona rural.

Dentro desse contexto, se vamos seguir os passos que levam os pobres do açúcar ao interior continental durante o processo de conquista, precisamos começar por definir o próprio território para onde são deslocados, pois no segundo período português, o sertão é um espaço novo para a população das vilas canavieiras, apesar de não de todo

---

<sup>333</sup> CARTA de Domingos Jorge Velho. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1938. P. 204.

desconhecido. Se, por um lado, a maioria dos homens que participam da conquista do sertão, sendo artesãos, *vadios*, elementos urbanos, poderia nunca ter estado longe das vilas, por outro, a idéia de sertão existe no imaginário dominante de sua sociedade desde o século XVI, não lhes sendo totalmente desconhecida.

Desde o século XVI, no imaginário dominante da zona açucararia se constrói uma oposição entre as regiões colonizadas da América portuguesa e aquelas não inseridas na jurisdição metropolitana. As primeiras, em geral, estão associadas ao litoral, devido à própria natureza do empreendimento canavieiro, e as segundas, por sua vez, estão ligadas ao continente. Cria-se assim uma dicotomia entre o espaço considerado civilizado e aquele considerado selvagem. Até o início do apogeu da região mineradora, a principal região *civilizada* para o imaginário colonial é a área açucareira, sendo sua cultura barroca mestiça o padrão desta *civilização*. Por outro lado, o interior vai ser normalmente conhecido como *sertão*, considerado uma área *desocupada*, que abrange todo o continente para além da zona da cana e do litoral.<sup>334</sup>

A palavra *sertão* parece ser um termo oriundo de *desertão*, de *deserto*: Não o deserto físico, mas o espaço onde há um vazio de súditos da Coroa portuguesa.<sup>335</sup> Palavra talvez originada no século XV, sua etimologia é obscura, sendo seu primeiro significado talvez *interior*, ou seja, o espaço longe da costa. Um conceito que já aparece na carta de doação de Duarte Coelho.<sup>336</sup>

Apesar de *sertão* definir, inicialmente, o espaço continental afastado da costa, "*a idéia de grandes vazios incultos e desabitados aparece como um dos elementos definidores da noção de sertão*". No século XVII, vemos a ampliação dos significados desse termo no discurso de dois cronistas: João Pereira Caldas escreve que "*a nossa América é dilatadíssima, e comparada a sua vastidão com o número de habitantes, sendo este já*

---

<sup>334</sup> Ver sobre a construção do conceito de Sertão, ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. São Paulo: Itatiaia. 1988. P. 141-216. Também ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Itatiaia. 1988. P. 37-90. A caracterização de sertão colonial como um espaço que abrange "*as longínquas regiões interioranas do Brasil*" pode ser encontrada também na recente historiografia. Cf. LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimento – história social nos sertões do Brasil**. Ed. Brasília: UNB/Paralelo 15. 1996. P. 23. Cf. ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In DEL PRIORE, Mary (org.). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado do Brasil em 500 anos**. São Paulo: Ed. Campus. Pp. 45-91. P. 79-80.

<sup>335</sup> LOPES, Fátima Martins. **Missões Religiosas - Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. P. 103

<sup>336</sup> ARAÚJO. In DEL PRIORE. Op. cit. p. 79.

*muito considerável, ela nos apresenta ainda deserta*'. Martinho de Nantes, por sua vez, afirma que *'entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo*'. Aqui percebemos que Caldas faz uma referência indireta ao sertão, através do comentário acerca da vastidão da América portuguesa e de sua ausência de habitantes. E seu discurso considera como habitantes apenas os colonos. Nantes, por sua vez, discute especificamente o sertão, acusando o temor que os espaços abertos de tal região impõe àqueles oriundos da região colonizada ou da metrópole.

Mas, se o emprego primitivo do termo sertão, no século XVI, indica apenas o apartado do litoral, ele gradativamente vai ganhando o significado de região inóspita e sem lei. O contraste entre o sertão e o litoral, criado no imaginário dominante na área do açúcar, perdura mesmo depois do interior ser colonizado, passando o sertão então a ser considerado um lugar de gente pobre, ignorante e preguiçosa, enquanto o litoral continua a ser o lar do que é refinado.<sup>337</sup>

É com esse conjunto de significados envolvendo a idéia de sertão que os oficiais mecânicos, brancos, negros ou pardos, e os *vadios* das vilas do açúcar convivem quando para essa região são enviados. Para esmiuçarmos esse contexto cultural procuramos observar os discursos dos escritores contemporâneos, onde é possível perceber as representações mais freqüentes sobre o sertão compostas pelo imaginário dominante das vilas açucareiras no segundo período português. Esses discursos literários estão carregados de significados e valores em voga em sua sociedade, o que nos possibilita trabalhar com a memória coletiva e o imaginário comum a todos os membros da sociedade urbana açucareira.<sup>338</sup>

O mundo colonial americano insere seus cronistas em um novo cenário. Já não mais fazendo parte de um contexto europeu, esses personagens, ainda assim se mantêm copiando os modelos clássicos da cultura ocidental e transpondo-os para a América através de seus discursos. Enquanto se propõem a descrever o *Novo Continente*, transportam para esse espaço figuras e conceitos da cultura clássica e medieval que lhes serve de base, em uma

---

<sup>337</sup> ARAÚJO. In DEL PRIORE. Op. cit. p.82.

<sup>338</sup> Uma discussão sobre memória coletiva, a partir de uma retrospectiva das principais teorias e debates acerca da relação memória e história pode ser vista em MONTENEGRO, Antônio Torres. **Historia oral e memória - a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto. 2001.

tentativa de melhor compreender essa terra e seus habitantes a partir de um esquema de comparação com valores já institucionalizados na Europa.<sup>339</sup>

A transposição desses padrões culturais através de mitos dominantes na Europa Ocidental pode ser percebida tanto nas citações de Averróis e Ptolomeu por Ambrósio Fernandes Brandão, quanto no mito das amazonas, prolífico entre os cronistas americanos.<sup>340</sup> Por outro lado, um personagem como Gabriel Soares de Souza, apesar de reinól, não pode ter seu discurso pensado tão somente a partir de um contexto metropolitano. Senhor de engenho, imbuído de valores barrocos coloniais, Soares de Souza é também um conhecedor do interior continental, e tem seus interesses divididos entre agradar a corte espanhola e assumir um papel de elite dominante na colônia.

A partir dessas considerações, é possível percebermos que as imagens de sertão podem ser observadas em discursos de diferentes personagens, cada discurso representando as relações possíveis mantidas entre o sujeito e o sertão. E, uma vez que o sujeito não é responsável pelos sentidos dos discursos que profere, sendo ele próprio uma parte constitutiva do processo de produção dos sentidos,<sup>341</sup> cada discurso surge não como fruto de um conjunto de opiniões e visões particulares, mas como partículas de um imaginário dominante que abarca o próprio autor. O cronista enquanto autor, por mais que tente direcionar sua interpretação, não pode se esquivar dos sentidos oriundos do interdiscurso, da memória coletiva, do imaginário dominante. Assim, suas imagens de *sertão* não são apenas produzidas para certo público leitor, distante e ansioso por exotismo, mas são também produzidas a partir da própria idéia de sertão conhecida pelo cronista, uma idéia existente e predominante na sociedade da qual ele é um elemento constituinte. Essas

---

<sup>339</sup> Se Alfredo Bosi pensa os autores da chamada literatura de viagem colonial não dentro do contexto europeu, mas já a partir de um contexto americano, "*de um complexo colonial de vida e de pensamento*", BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix. 1994. P. 11, para Janice Theodoro, por outro lado, esses primeiros autores não teriam criado nada de novo, apenas *copiado* os modelos clássicos para a América. Assim, na América, o colonizador não estaria buscando o conhecimento do novo, mas, partindo do imaginário medieval e clássico, transplantando as figuras clássicas da Europa ocidental. Essa transposição de imaginário permitiria uma transposição de valores culturais que facilitaria a efetivação da obra colonial, da mesma forma que a criação de uma equivalência cultural entre as duas regiões facilitaria a colonização: "*Portanto o processo de descrição e observação do continente recém-descoberto envolvia basicamente a manutenção do universo europeu e não o conhecimento da América*". THEODORO, Janice. **América barroca: Tema e Variações**. São Paulo: Nova Fronteira/ Edusp. 1992.

<sup>340</sup> Cf. MOTT, Luiz. As Amazonas: Um Mito e algumas Hipóteses. In VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em Tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1992. Pp. 33-57.

<sup>341</sup> ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo/ Campinas: Cortez/ed. Unicamp. 1990. P. 28-29

imagens construídas nos discursos literários têm como único limite não a imaginação do autor, mas a imaginação do público leitor, e suas crenças não no que pode ser verídico, mas no que pode ou não ser verossímil.<sup>342</sup>

Dentro dessa perspectiva, a compreensão dos significados dados pela sociedade barroca ao termo sertão, parte da análise da produção dos discursos sobre o mesmo. Esses, por sua vez, não são apenas produtos de sua época, mas são também geradores de uma cultura, de significados sociais e históricos que influenciam o imaginário dos séculos subsequentes.<sup>343</sup> Assim sendo, as imagens sobre o sertão no segundo período português se devem não apenas aos valores culturais de seu próprio período, mas também a uma tradição de discursos instituídos sobre o sertão que remonta ao início da colonização canavieira.

Podemos observar o início dessa tradição no século XVI, período de consolidação das vilas açucareiras e sua sociedade, com o reinól, senhor de engenho e capitão de entradas para o sertão, Gabriel Soares de Souza.

A crônica de Soares de Souza apresenta-se bastante representativa do imaginário barroco dominante nas vilas açucareiras de fins do século XVI, trazendo para a colônia o conceito de *hidalgua* castelhana, expresso em questões como a preocupação com a *mácula de sangue*, assim como nas descrições de ostentação e pompa que caracterizam essa cultura. Assim é que, ao abordar o primeiro governador geral, Tomé de Souza, o discurso de Gabriel Soares traz a tona essas características que indicam já a formação de um imaginário barroco colonial, apresentando o governador como um fidalgo, ainda que de origem menor:

*"Tomé de Souza foi um fidalgo honrado, ainda que bastardo, homem avisado, prudente e muito experimentado na guerra da África e da Índia, onde se mostrou muito valoroso cavaleiro em todos os encontros em que se achou; pelos quais serviços e grande experiência que tinha, mereceu fiar dele El-Rei tamanha empresa como esta que lhe encarregou [o governo geral] (...)."*<sup>344</sup>

Como Tomé de Souza ascende à fidalguia através de serviço militar, uma característica do medievo português, o discurso de Soares de Souza perdura, na colônia, a

---

<sup>342</sup> É Todorov quem nos coloca a questão do verossímil e do verídico. TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América - a Questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes. 1999. P. 64

<sup>343</sup> Para uma discussão acerca dos significados inerentes à própria produção de um documento Cf. ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação - Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico**. Petrópolis: Vozes. 1996.

<sup>344</sup> SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Recife: Ed. Massangana. 2000. P. 90.



idéia de um serviço militar nobilitante, em contraposição à outra idéia, esta moderna e disciplinar, de um serviço militar degradante, o serviço burocrático.

Outros elementos do imaginário barroco existentes já na zona açucareira que surgem na narrativa de Gabriel Soares estão nas descrições dos costumes ostentatórios da elite canavieira. Ao afirmar que, na colônia, qualquer *peão* anda vestido com sedas e damascos, o relato de Soares de Souza torna-se uma descrição do verossímil, não do verídico, no dizer de Todorov:

*"Na cidade de Salvador e seu termo há muitos moradores ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalos, e alfaias de casa, em tanto, que há muitos homens que têm dois e três mil cruzados em jóias de ouro e prata lavrada. (...) os quais tratam suas pessoas muito honradamente, com muitos cavalos, criados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres, porque não vestem senão sedas, por a terra não ser fria, no que fazem grandes despesas, mormente entre a gente de menor condição; porque qualquer peão anda com calções ou gibões de cetim ou damasco, e trazem as mulheres com vasquinhas e gibões do mesmo, os quais, como têm qualquer possibilidade, têm suas casas muito bem concertadas e na sua mesa serviço de prata, e trazem suas mulheres muito bem ataviadas de jóias e ouro."*<sup>345</sup>

Esse é o discurso do verossímil, não do verídico, na medida em que não interessa se esta é uma descrição acurada dos hábitos da plebe, pois, de qualquer forma, ela representa a disseminação, no imaginário dominante açucareiro, não apenas dos valores barrocos, mas da crença de que esses valores são amplamente aceitos na colônia por elite e *plebe*. Por outro lado, ao confrontarmos esse discurso com alguns exemplos de homens livres das vilas açucareiras, observaremos que ele indica também uma certa assimilação de valores culturais barrocos pela *plebe*, principalmente os valores ligados à ostentação de luxo pessoal, através da demonstração de riqueza no vestuário. Um exemplo dessa assimilação cultural é o caso já visto de João Oliveira, iorubá forro, *cabeceira* do tráfico na Costa da Mina. Enriquecendo, senhor de escravos, assimila os padrões barrocos da sociedade colonial, contribuindo para entidades católicas como a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares no Recife. Entre seus bens estão 122 escravos, e um rico

---

<sup>345</sup> SOUZA. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. P. 101

verstuário, como camisa de Holanda de babados, jaleco de fustão branco, calção labaya, chambre de linho azul, meias finas e chinelas de marroquin.<sup>346</sup>

Ou seja, mesmo que nem todos os peões da colônia açucareira andem vestidos com calções e gibões de cetim e damasco, não apenas a possibilidade existe, como a *plebe* assimila os costumes em torno desse vestuário.

Gabriel Soares de Souza é reinól, não mazombo, todavia se constitui como elemento representativo de um imaginário aprendido na colônia, ou talvez, de um imaginário que ajuda a criar. Ele já representa não apenas o metropolitano descrevendo terras estranhas, mas o nascimento de uma consciência de colono. E apesar de esse colono se manter ainda por muito tempo tentando transportar para a América as características da metrópole, a própria condição colonial age sobre essa reprodução de mitos, recriando-a.<sup>347</sup>

Encontramos essa criação de um imaginário colonial, a partir de uma base européia, no discurso sobre o sertão de Gabriel Soares. Durante a sua vida, Soares chega a ter uma relação profunda com o sertão, que o leva a ser capitão de entradas. Mas no momento em que sua obra é escrita, essa relação é ainda uma idéia e não uma prática. Não tendo contato direto com esse mundo, descreve-o assim a partir das idéias partilhadas com a sociedade ao seu redor, e das informações de seu irmão. Ou seja, se baseia na memória coletiva, no imaginário dominante para criar o sertão de seu *Tratado*, o sertão que queria percorrer. Apresenta-o não apenas como o interior, mas também como um lugar de fuga para os índios. Uma primeira definição de sertão como o interior que podemos observar em sua descrição de um engenho real existente no rio Pirajá, na Bahia: *'Pelo sertão deste engenho, meia-légua dele, está outro de Diogo da Rocha de Sá (...).'*<sup>348</sup>

Seu *'Roteiro Geral da Costa Brasílica'* e *'Memorial e Declaração das Grandezas do Brasil'* são escritos em Madri, para onde parte em 1586 com o intuito de receber os

---

<sup>346</sup> VERGER, Pierre. **Os Libertos - Sete Caminhos na Liberdade de Escravos da Bahia no Século XIX**. São Paulo: Corrupio. 1992. P. 9-12.

<sup>347</sup> Para Alfredo Bosi: "a insistência em descrever a natureza, arrolar os seus bens e historiar a vida ainda breve da Colônia indica um primeiro passo da consciência do colono, enquanto homem que já não vive na metrópole e, por isso, deve enfrentar coordenadas naturais diferentes, que o obrigam a aceitar e, nos casos melhores, a repensar diferentes estilos de vida." BOSI. **História concisa da literatura brasileira**. Op. cit. P. 24. Essa perspectiva de Bosi é oposta a de Janice Theodoro que aponta para a característica continuísta dos cronistas coloniais, que se mantêm reproduzindo um universo mitológico europeu nas Américas. Acreditamos que, apesar do imaginário colonial ser criando a partir dos mitos e imagens ibéricas, a condição de colono, a condição colonial, age sobre esse imaginário, recriando-o. Para ver condição colonial, Cf. BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

<sup>348</sup> SOUZA. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. P. 107.

privilégios para realizar entradas no rio São Francisco. Sendo escrita antes de sua jornada ao sertão, sua obra é mais representativa do imaginário daqueles elementos da zona do açúcar que desconhecem praticamente o sertão, do que daqueles que por essa região transitam. Ou seja, aproxima-se bastante dos pobres do açúcar que posteriormente serão recrutados sem nunca terem tido conhecimento desse território.

Gabriel Soares, sendo um reinól letrado e senhor de engenho leal à Espanha, descreve a costa do Brasil como fértil e abundante, "*muito abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhosos que os da Espanha.*" Uma fertilidade expressa também na riqueza de metais, esmeraldas e salitre.<sup>349</sup> Ao descrever o rio Amazonas, apresenta-o como um dos maiores rios do mundo, "*o qual é povoado de gentio doméstico e bem acondicionado, e segundo a informação que se deste rio tem, vem do sertão mais de mil léguas até o mar (...).*"<sup>350</sup>

Podemos observar, assim, que as descrições da terra feitas por Soares são utilitaristas:<sup>351</sup> a boa terra é aquela que apresenta os melhores gêneros para exploração colonial, sendo que, no caso do Amazonas, esse *gênero* é o gentio doméstico. Sua situação de vassalo da Espanha intensifica o estilo da crônica, visto a vontade do autor em agradar os suseranos e chamar sua atenção para as potencialidades da colônia.<sup>352</sup>

Descendo a costa leste do Brasil, a narrativa continua com descrições geográficas e etnológicas, muitas das quais não são baseadas em conhecimento pessoal da região. Ao descrever a Paraíba, Soares dá especial atenção aos potiguar, que então *assolam* Pernambuco e Itamaracá, resistindo à colonização da região no século XVI:

*"Este gentio senhoreia esta costa do Rio Grande até a Paraíba, onde se confinaram antigamente com outro gentio, que chamam os Caités, que são seus contrários, e se faziam cruelíssima guerra uns aos outros, e se fazem ainda agora pela banda do sertão onde agora vivem os Caités, e pela banda do Rio Grande são fronteiras dos Tapuias, que é gente mais doméstica, com que estão*

---

<sup>349</sup> SOUZA. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. P. 2

<sup>350</sup> Idem, P. 5-6

<sup>351</sup> Cf. THEODORO. Op. cit. Para a idéia de utilitarismo nos cronistas.

<sup>352</sup> Gabriel Soares de Souza, assim como Ambrósio Fernandes Brandão, é contemporâneo da União Ibérica, período que abrange de 1580 a 1640, quando Portugal faz dos territórios dominados pela Casa Habsburgo, dinastia dos reis espanhóis. Durante esse período, sem casa real em Portugal, a América portuguesa se insere na jurisdição do império espanhol dos Filipes.

*às vezes de guerra e às vezes de paz, e se ajudam uns aos outros contra os Tabajaras, que vizinham com eles pela parte do sertão.*"<sup>353</sup>

Nesse discurso vemos os *tapuias* apresentados como '*gente mais doméstica*' do que os potiguar, talvez principalmente pelo fato de que, em fins do século XVI, os *tapuias*, os não tupi continentais, oferecessem um perigo bem menor à colonização do que os tupi da costa, empenhados nesse momento em combater os portugueses.

Por outro lado, tanto neste caso, quanto nos trechos anteriores, percebemos que o sertão se significa no discurso como o interior, a região distante, tanto do litoral, quanto da colonização. No entanto, para além de interior, o sertão apresenta-se também como o espaço das tribos '*cruelíssimas*'. Um espaço de guerras inter-tribais. Não apenas os potiguar, mas também os caeté, descritos como senhores da costa do São Francisco até o rio Paraíba, são apresentados dessa maneira:

*"Confederaram-se os tupinambás seus vizinhos com os tupinaês pelo sertão, e ajuntaram-se uns com os outros pela banda de cima, donde os tapuias também apertavam estes Caetés, e deram-lhe nas costas, e de tal feição se apertaram, que os fizeram descer todos para baixo, junto do mar, onde os acabaram de desbaratar; (...)"*<sup>354</sup>

Aqui a destruição dos caeté não é apresentada como obra do colonizador, mas como obra das próprias guerras intertribais realizadas '*pelas bandas do sertão*'. Os caeté são '*consumidos*' não pela colonização, mas pelos '*seus contrários*'.<sup>355</sup> Aquele pouco gentio caeté que escapou, por sua vez, "*se lançou pela terra dentro*" ou se misturou com seus inimigos. O sertão vai tomando, assim, a feição de um espaço de fuga e liberdade.

O sertão de Gabriel Soares é também um espaço de abundância e promessas de riqueza. Sua crença nesta riqueza fica patente em seus esforços para conseguir os privilégios para empreender entradas no sertão em busca de minas. Ao descrever o rio Sergipe, apresenta-o como farto de pescado e, apesar da terra sofrível para povoação, como tendo seu sertão rico em matas de pau-brasil.<sup>356</sup> Sobre o rio São Francisco, apega-se aos relatos indígenas que afirmam que "*pelo seu sertão haver serras de ouro e prata, (...)*"<sup>357</sup>

---

<sup>353</sup> SOUZA. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. P. 16-17

<sup>354</sup> Idem, P. 25

<sup>355</sup> Idem, P. 25

<sup>356</sup> Idem, P. 29

<sup>357</sup> Idem, P. 27

O sertão é assim, na visão de Soares, o espaço do *el dorado*, das tão procuradas minas. Não se trata, entretanto, de um sertão, mas de vários sertões. Cada sertão correspondendo ao interior de determinado rio, de determinado lugar definido. O sertão apresenta-se assim como a definição para os lugares indefinidos e vagos, como o nome para os lugares sem nome.

Os exemplos se repetem. Na Bahia, o rio Real: *"Pelo sertão deste rio há muito pau-brasil, que com pouco trabalho todo pode vir ao mar, para se poder carregar para estes reinos."*<sup>358</sup>

Pouco trabalho na exploração do sertão. Esse discurso, talvez bem mais propaganda do que realmente crença, é utilizado em um momento onde o autor se propõe a convencer o rei da Espanha da importância de entradas ao continente.

No período da escrita dessa obra os rios baianos já aparecem ocupados com currais em seus sertões, inclusive com as criações de Garcia D'Avila.<sup>359</sup> Mas as atenções conquistadoras ainda se mantêm na costa, com empreendimentos sucessivos de guerra aos tupi e colonização do litoral. É caso, por exemplo, do *"governador Mem de Sá destruiu e desbaratou o gentio que vivia de redor da Bahia, a quem queimou e assolou mais de trinta aldeias, e os que escaparam de mortos ou cativos, fugiram para o sertão e se afastaram do mar mais de quarenta léguas, (...)"*<sup>360</sup>

Apesar da constatação dos currais ao longo dos rios, a colonização ainda se esmera em tentar empurrar os tupi da costa para o interior. Ou seja, para o sertão. E se o sertão surge como espaço da fuga, no fim do XVI é o espaço da fuga dos índios desbaratados do litoral. O lugar onde os *selvagens* que não podem viver mais na costa, ou seja, no espaço da *civilização*, encontram abrigo.

Ao afirmar sobre a Bahia que *"toda a terra por aqui é muito fresca, povoada de canaviais e pomares de árvores de espinho, e outros frutos da Espanha e da terra;"*<sup>361</sup> é de uma Bahia restrita ao Recôncavo que Gabriel Soares fala. Os interiores de Bahia e Pernambuco não pertencem à *civilização barroca*, da qual ele descreve a riqueza e a dita opulência dos habitantes, sendo uma terra estrangeira e inóspita.

---

<sup>358</sup> SOUZA. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. P. 30

<sup>359</sup> Idem, P. 33,34

<sup>360</sup> Idem, P. 94

<sup>361</sup> Idem, P. 108

Dessa terra estrangeira, Soares descreve a existência, no sertão da Bahia, de um "mato que se chama caatinga, que está pelo menos afastado vinte léguas do mar, que é terra seca, de pouca água onde natureza criou a estas árvores [umbuzeiros] para remédio da sede que os índios por ali passam."<sup>362</sup> Souza constrói, assim, uma diferença no que considera 'a Bahia', terra abundante, e no que considera o 'sertão da Bahia', terra seca e infértil.

A definição da vegetação do sertão, através de sua descrição e de sua nomeação, inclui a obra dos *Tratados* dentro da perspectiva literária barroca, como manual de exploração.<sup>363</sup> O utilitarismo da exposição pode ser percebido quando Soares descreve os tupinaé, "gentio da Bahia que vivem pela terra dentro de seus sertão, dos quais diremos o que podemos alcançar deles;"<sup>364</sup>

Nesse sentido, conhecer a serventia dos índios, da flora e da fauna do sertão, é um processo de conhecimento do próprio sertão. Conhecimento entendido aqui como controle.

A importância do discurso de Gabriel Soares para nossa busca sobre o imaginário barroco colonial acerca do sertão reside principalmente no fato de ser ele um discurso fundador, consultado muitas vezes por escritores e cronistas dos séculos posteriores. Com o crescimento das vilas e povoados e da população canavieira no século XVII, novos escritores surgem, constituindo-se em novos sujeitos do discurso sobre o sertão, apesar da manutenção de vários dos significados iniciais do termo, existentes já no discurso de Gabriel Soares.

Dentro dessa perspectiva, as imagens, idéias e valores da sociedade urbana açucareira no século XVII, surgem, por sua vez, em um obra ao mesmo tempo similar e bastante diferente dos *Tratados*. Os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, obra presumida de Ambrósio Fernandes Brandão.

Os *Diálogos*, escritos em 1618 como uma crônica dos aspectos sócio-econômicos da colônia portuguesa,<sup>365</sup> têm como autor um reinól de nascimento, morador de Pernambuco desde fins do XVI. Ambrósio Fernandes Brandão participa da conquista da Paraíba nas

---

<sup>362</sup> SOUZA. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. P. 153

<sup>363</sup> Para observar a mecanização das atitudes nas socioedades barrocas, e o papel da literatura e da elaboração de manuais nesse processo, Cf. MARAVAL, José Antonio. **A Cultura do Barroco: Análise de Uma Estrutura Histórica**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial. 1997. P. 119-151.

<sup>364</sup> SOUZA. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. P. 92

<sup>365</sup> Cf. RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil - Historiografia colonial 1.ª parte**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979.

décadas finais do século XVI, e atua como feitor, administrador de bens e contratador de dízimos em Pernambuco. Durante a conquista da Paraíba, exerce o posto auxiliar de capitão de uma companhia de mercadores.<sup>366</sup>

Da mesma forma que Diogo de Campos Moreno, seu contemporâneo, Fernandes Brandão está em contato direto com os grupos urbanos intermediários, na condição de chefe militar. Um contato que promove a interação cultural, a influência mútua, a circulação de idéias entre oficiais e milicianos.

A obra de Brandão é uma apologia à América portuguesa. Construído em forma de uma série de debates entre o personagem Brandônio, *alter ego* do autor, conhecedor do Brasil, e um reinól recém-chegado que faz às vezes do céptico, os *Diálogos* em sua extensão se propõem a descrever e justificar a abundância da terra. Brandão apresenta a América como lar de riquezas, sendo inclusive mais fértil que o Estado da Índia. Essa terra, todavia, é assolada pela escassez de gêneros provocada pela negligência dos moradores, que descuidam do bem geral, interessados apenas na exploração da terra.

A narrativa de Brandão também é uma crônica utilitarista, onde a descrição geográfica e etnológica é empregada como manual da boa exploração. Mas, dentro dessa perspectiva, o autor se preocupa não apenas com o extrativismo, mas também com a agricultura. Apresenta, assim, a agricultura como o veículo para o desenvolvimento da colônia. A agricultura de que fala, por sua vez, não se restringe à agroindústria exportadora, mas abarca também a produção de subsistência e de gêneros secundários que diversificassem a produção. No entanto, longe de propor o desenvolvimento de uma economia interna, suas observações, comentários e descrições defendem o bom uso da América para maior enriquecimento da Espanha.

O aspecto formal da obra também precisa ser levado em consideração. A forma literária utilizada, de diálogos, remete a um gênero literário clássico na Europa ocidental, com características pedagógicas, afirmando a ligação do autor com as estruturas de pensamento clássicas no ocidente. Ligação perceptível também em suas citações de

---

<sup>366</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. Apresentação. In BRANDÃO, Ambrósio Fernandes (presumido). **Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden.** Recife: Imprensa Universitária. 1966. P. XXXIII

Ptolomeu, Averróis e Avicena,<sup>367</sup> e ainda na utilização da mitologia clássica como parâmetro comparativo para os costumes indígenas, como no exemplo das guerreiras tupi:

*"Brandônio: Pois também vos posso afirmar que, com ser esse gentio assaz lascivo por natureza, há muitas donzelas entre eles, que amam sumamente a castidade, como são umas que totalmente fogem de ter ajuntamento viril, pretendendo de se conservarem virgens, e para que o possam melhor fazer, se exercitam no arco e na flecha, com andarem de ordinário pelos campos e bosques, à caça de brutas feras, nas quais fazem grandes presas, recreando-se nesse exercício, pelo qual desprezam todo outro.*

*Alviano: Estas tais deviam de ouvir contar de Diana e de suas ninfas, e pelas imitar tomam a caça por exercício;"<sup>368</sup>*

Aqui, a interpretação dada pelo cronista às mulheres tupi guerreiras não busca apreender sentidos e significados inerentes àquela sociedade, mas logo as identifica com modelos clássicos no ocidente, dirigindo o leitor a se identificar com a cultura letrada ocidental enquanto padrão, rejeitando assim possíveis empatias com os hábitos tupi através da negação de significados sócio-culturais próprios a estes.

O conhecimento dos filósofos e da mitologia greco-romana classifica Brandão como letrado, personagem detentor de cultura erudita, papel social que o distingue da *plebe* urbana das vilas do açúcar onde habita. Mas podemos perceber por suas descrições de terra, fauna, flora e habitantes, que além de interagir com essa sociedade integrando-se a ela, seu discurso traz também elementos do imaginário coletivo no qual o autor se insere. O conceito de sertão é um exemplo dentre esses elementos.

Em geral, o sertão aparece nos diálogos associado tanto ao interior quanto à abundância. Ao descrever o Pará, ele afirma:

*"Brandônio: (...) a terra firme pelo rio a dentro é fertilíssima, acompanhada de muitos bons ares, e por este respeito nada doentia; tem muitas excelentes madeiras, capazes para grandes fábricas, muito mantimento de ordinário da terra, muita caça agreste de que abundam todos os seus campos, muito peixe, que se pesca com pouco trabalho, sadio e saboroso e de diferentes castas, muito marisco e até o presente (pelo pouco tempo que há que é povoada) não se há feito pelos nossos nenhum benefício na terra, a qual habita gentio de cabelo corredio e de cor baça, e que usa da mesma língua de que usam os demais do Brasil.*

---

<sup>367</sup> BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden*. Op.cit. P. 40

<sup>368</sup> Idem, P. 211.



*Alviano: Sabeis porventura de onde traz seu princípio tão grande rio?  
Brandônio: Os naturais da terra querem que o tenha de uma lagoa que dizem  
estar no meio do sertão, (..)"<sup>369</sup>*

O sertão do rio Amazonas, seu próprio nome derivado da transposição de mitos europeus para as Américas, do ponto de vista de Brandão, é uma região de riquezas, inexploradas, todavia, pela falta de '*benefícios*' aplicados à terra pelos colonos, ou seja, pela ausência de uma exploração colonial sistemática. Uma exploração tanto de recursos naturais quanto humanos.

O sertão assume assim o sentido de lugar, de terra abundante, de espaço aproveitável, mas obstaculado pela presença dos índios.

O meio sócio-cultural onde Brandão vive é o barroco açucareiro. Cenário que aparece em sua obra nas descrições de ostentação e mobilidade social. A mobilidade social existente nesta sociedade de início do século XVII, e descrita nos diálogos, é aquela que permite na colônia que antigos *bandidos* virem fidalgos pela riqueza. O que para Gregório de Matos, seu contemporâneo, surge como uma desgraça, para Fernandes Brandão é uma qualidade da sociedade, idéia talvez compartilhada pelas camadas mais pobres, ansiosas pela ascensão social.<sup>370</sup>

Apesar de se tornar senhor de engenho, Fernandes Brandão continua participando ativamente das empresas militares - enquanto capitão de infantaria, combate as tribos tupi nas matas de São Lourenço e Nazaré da Mata <sup>371</sup> -, convivendo também com grupos urbanos enquanto arrematador de dízimos e capitão de companhia de mercadores. Por outro lado, apesar de fazer apologia da pecuária como uma das fontes de riqueza do Brasil, o autor não faz referências aos sertanejos, ou moradores dos sertões, deixando, assim, transparecer em seu texto a idéia de que os habitantes dos sertões são apenas os índios, o gentio. O que pode então indicar a ausência de associação entre a idéia de sertão e uma ocupação colonial.

Mesmo tendo sua obra escrita em 1618, a convivência de Brandão com os interiores continentais é quinhentista. Seu contato com o interior não ultrapassa a região da mata

---

<sup>369</sup> BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden*. Op. cit. P. 13.

<sup>370</sup> "O que machuca Gregório é, acima de tudo, ver a pretensão do vendeiro (afinal realizada) de ocupar postos de caráter honorífico secularmente reservados aos '*homens bons*'. BOSI. *A Dialética da Colonização*. Op.cit. P. 102.

<sup>371</sup> MELLO. In BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden*. Op. cit.

norte do litoral pernambucano, e seu contexto histórico é o da montagem da agroindústria açucareira e das lutas contra as tribos tupi da costa. Seu interior, seu sertão, não é o mesmo, por exemplo, de Varela Berredo. Mas não é também o sertão de seu antecessor, Gabriel Soares, pois este se interessa pelo continente como provável fonte de metais, enquanto Brandão não tem e não procura um contato direto com o sertão, diferenciando os objetivos e as imagens no discurso de cada um.

A representação do sertão nos *Diálogos* surge no debate travado entre Brandônio e o personagem Alviano, onde este expõe idéias negativas sobre o Brasil, pretensamente baseadas em sua ignorância acerca da colônia, e Brandônio arroga-se o papel de *esclarecedor* e *defensor* das grandezas da América portuguesa. Ao afirmar o talento dos portugueses como conquistadores, Brandônio confronta-se com uma opinião diversa por parte de Alviano:

*"Como não, se vemos que em tanto tempo que habitam esse Brasil não se alargaram para o sertão para haverem de povoar nele dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente de fazer açúcares?"<sup>372</sup>*

Essa forma literária tem um fim pedagógico, visando responder às opiniões negativas sobre o Brasil que possam existir entre os leitores reinóis. Os *Diálogos* assim se assumem como obra guia, manual, caracterizando-se como obra literária e política barroca.

Com relação aos sentidos de sertão em Brandão, percebemos que o sertão se significa, em primeiro lugar, também neste discurso enquanto interior: *"É verdade que não se tem estendido muito para o sertão;"<sup>373</sup>* Significado novamente interpretado na descrição da origem do Rio Amazonas: *"Os naturais da terra querem que o tenha de uma lagoa que dizem estar no meio do sertão, (...)"<sup>374</sup>*

Por outro lado, se sertão é o interior, é o interior ocupado pelos gentios. Ao descrever os potiguar na Paraíba, Brandão afirma que é este gentio:

*"senhor de todo o sertão, belicosíssimo e inclinado a guerras, custou muito trabalho e despesa fazê-lo reduzir à nossa amizade e desviá-lo da que tinha com os franceses, sendo forçado aos nossos, para se haver de conseguir este efeito, fazerem muitas entradas com mão armada pelo sertão a dentro, principalmente*

---

<sup>372</sup> BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden*. P. 6.

<sup>373</sup> Idem, P. 7

<sup>374</sup> Idem, P. 13

*a uma serra, que chamam de Copaoba, aonde estava o gentio junto em muita quantidade, por ser fertilíssima, e, como tal, se afirma dela produzirá muito trigo, vinho e outras frutas de nossa Espanha.*

*Alviano: Qual é a razão por que se não aproveitam os nossos dessa serra, que dizeis ser tão abundante?*

*Brandônio: Não o fizeram até agora por estar um pouco desviada para o sertão e o gentio que nela habitava andar desinquiado, mas já agora tem mandado Sua Majestade que se povoe, elegendo para efeito da dita povoação Duarte Gomes da Silveira, com título de Capitão-mor da mesma serra, onde assistem já, na doutrina dos índios, religiosos da Ordem do Patriarca São Bento, (...)"<sup>375</sup>*

Nesse sentido, para além de interior, o sertão surge como a terra do gentio *bravio*, lugar de perigo, dominado pelos *belicosíssimos índios*. Mas é também o espaço de promessas de riqueza: a serra de Copaoba, mesmo desviada para o sertão, é descrita como fertilíssima. Tão fértil que incentiva entradas '*sertão a dentro*'. A riqueza está associada às dificuldades em adquiri-la: as entradas têm de ser feitas à mão armada contra os *belicosíssimos* indígenas. Essa idéia de aquisição de riquezas, de ascensão social através de conquistas militares é originária da eeconquista ibérica, onde o serviço militar era a única forma de ascender em uma sociedade estamental. O discurso de Brandão se volta para esse imaginário. Um imaginário ainda muito vivo na Espanha, que empreendera sua parcela da conquista da América a partir de promessas de mercês a homens que buscavam a fidalguia. O sertão, dessa forma, surge em Brandão, como já surgira se não no discurso, ao menos na vida de Soares de Souza, como a área inóspita, aberta para o conquistador que busca a fidalguia, o enobrecimento e o enriquecimento.

A idéia de fertilidade do sertão, em Brandão, está intimamente ligada a seu discurso apologético das riquezas da terra. O Brasil é a terra onde abundam todas as frutas, diferente da Ásia: Se há carestia e penúria, estas se devem ao pouco interesse empreendedor dos colonos, e não à pobreza da terra. Nesse sentido, a imagem do sertão traçada por ele não deixa de ser ufanista também: apesar de interior senhoriado por *índios bravios*, lugar de perigos, o sertão é também área promissora para aqueles que se interessam em investir na produção nesta região.

E, se o discurso de Brandão é utilitarista, onde o valor da América está em suas possibilidades de exploração, a fertilidade é seu parâmetro para julgar a colônia: "*E o que mais espanta é ver que toda esta grande costa, assim no sertão como nas fraldas do mar,*

---

<sup>375</sup> BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden*. Op. cit. p. 22.

*tem excelentíssimo céu e goza de muitos bons ares, sendo muito sadia e disposta para a conservação da natureza humana.*"<sup>376</sup>

Dentro dos *Diálogos* podemos ainda perceber indicações acerca de um significativo número de oficiais mecânicos e oficiais assoldados, além de africanos, já atuando na sociedade açucareira do século XVII:

*"Brandônio: (...) porquanto neste Brasil se há criado um novo Guiné, com grande multidão de escravos vindo dela, que nele se acham; em tanto que, algumas das Capitâneas há mais deles do que dos nativos da terra, e todos os homens que nele vivem têm metida quase toda sua fazenda em semelhante mercadoria.*"<sup>377</sup>

Todavia, as idéias de Brandão parecem não ser dominantes nesta sociedade, uma vez que ele assume um papel social de letrado, estudioso da filosofia clássica.<sup>378</sup> Nesse sentido, a apologia feita à colonização pode não ser compartilhada pela maioria dos grupos colonizadores, o que se infere de suas críticas ao pouco interesse desses grupos no '*bem comum*':

*"E todos, assim uns como outros fazem suas lavouras e granjearias com escravos de Guiné que para esse efeito compram por subido preço. E como o de que vivem é somente do que granjeiam com tais escravos, não lhes sofre o ânimo ocupar a nenhum deles em cousa que não seja tocante à lavoura que professam, (...). Por maneira que este pressuposto que todos tem em geral de se haverem de ir para o Reino, e com a cobiça de fazerem mais quatro pães de açúcar e quatro covas de mantimento, não há homem em todo este Estado que procure em se disponha a plantar árvores frutíferas, em fazer as benfeitorias acerca das plantas, que se fazem em Portugal, e , pelo conseguinte, se não dispõe a fazerem criações de gado e aves; (...).*"<sup>379</sup>

Por outro lado, seu discurso sobre o sertão não se apresenta como uma fala particular, mas se repete em outros escritores, cronistas e, inclusive, em documentos escritos por funcionários régios do mesmo período. Essa situação pode indicar que, antes de serem opiniões/descrições particulares, essas imagens existentes no discurso de Fernandes

---

<sup>376</sup> BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden*. Op. cit. p. 38.

<sup>377</sup> Idem, P. 44.

<sup>378</sup> "Verdade que Ptolomeu, Lucano, Averroes, com outros filósofos afirmaram ser a tórrida zona inabitável, posto que Pedro Paduense, Alberto Magno e Avicena, pelo contrário, tiveram que era habitável,

(...)"BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden*. Op. cit. p. 40

<sup>379</sup> Idem, P. 10

Brandão pertencem ao imaginário da zona do açúcar, apesar de contrariarem outras representações da mesma memória coletiva.

Assim podemos observar outras características desse discurso, como a descrição dos costumes dos gentios do sertão, descrição que acentua aspectos de luxúria e covardia entre esses personagens:

*"Destes costumes, que até agora tenho tratado, são dos que usam no sertão o gentio que por ele habita, sem terem comércio nem conhecimento dos brancos, que os que andam entre nós e estão debaixo da doutrina dos religiosos, vivem já muito desviados de semelhantes costumes, (...)"<sup>380</sup>*

Esse discurso aponta a delimitação do espaço da *civilização* e do espaço da *barbárie* no imaginário barroco da área açucareira. Aqui, os índios que cruzam essa fronteira espacial, também parecem cruzar a barreira cultural. Ou seja, os costumes *selvagens* seriam característicos dos habitantes do sertão, enquanto os índios que, pelo contrário, estão longe dessa fronteira, aqueles que *tem comércio e conhecimento com os brancos*, esses estão desviados de tais costumes, inserindo-se no espaço da *civilização*. O sertão se define assim como o espaço por excelência da *barbárie*.

A própria descrição dos *tapuias* ressalta essa definição:

*"Estes tapuias vivem no sertão e não tem aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem menos plantarem mantimentos para sua sustentação, porque todos vivem pelos campos, e do mel que colhem das árvores e as abelhas lavram na terra, e assim da caça, que tomam em grande abundância pela flecha, se sustentam, (...). Também são na fala diferentes, porque os demais gentio os não entende, por terem a linguagem arvesada. Trazem os cabelos crescidos como de mulheres, com serem geralmente tão temidos de todos os mais gentio, que é bastante um só tapuia para fazer fugir muitos; (..)"<sup>381</sup>*

Os *tapuias* do sertão são caracterizados, dessa forma, como mais selvagens que os outros '*selvagens*' da América, visto que os demais nem os entendem. São associados às feras, uma vez que não tem '*casas ordenadas*', nem '*plantam para sua sustentação*'. A pretensa brutalidade de seus homens é ainda destacada na aparência feminina que o cronista lhes impõe, uma feminilidade contrariada pela violência que lhes imputa. A associação com

---

<sup>380</sup> BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Segundo o Apógrafo de Leiden*. Op. cit. p. 214

<sup>381</sup> Idem, P. 214-216.

a feminilidade no discurso do autor inferioriza os *tapuias*, visto o imaginário barroco ser caracteristicamente misógino. Além disso, nesse trecho do discurso a bravura dos *tapuias* contrasta com a anterior afirmação feita sobre sua covardia, sendo que, aqui, essa bravura aparece mais como uma característica animalesca do que como uma qualidade dos guerreiros, qualidade então valorizada na cultura ibérica.

Aparentemente Brandão, até o momento da escrita de sua obra, não tem nenhum contato direto com as tribos do sertão, situação que caracteriza seu discurso como um reflexo de outras falas, de um discurso dominante no imaginário das vilas que habita. Nesse sentido, da mesma forma que o de Soares de Souza, o discurso de Fernandes Brandão, longe de se ater a descrições desenvolvidas a partir de conhecimento adquirido no cotidiano, é construído com imagens pertencentes à memória coletiva da sociedade da qual faz parte, o que transforma o sertão de Gabriel Soares e de Ambrósio Fernandes no sertão dos habitantes das vilas do açúcar.

A partir dessas considerações percebemos que para a população urbana da zona açucareira no século XVII se o sertão é, por um lado, o interior não desbravado e talvez abundante, por outro lado, é a região habitada por tribos gentis bravias, é o espaço do *selvagem*. No segundo período português, essa imagem surge em outros discursos, como por exemplo, no de Varela Berredo. Ao descrever os esforços e cuidados do governador Câmara Coutinho na guerra do Açú, Berredo descreve a região em questão:

*"Este nome de Açú é do rio que fertiliza aqueles campos, sua derivação é ser cousa grande e na verdade assim é pela grandeza dos campos, que a multiplicação dos gados, que com a frescura deles crescem em muito breve tempo, mas muito dificultoso de se poder habitar, por estar de distância de trezentas léguas pelo sertão dentro, em partes com morros de areais e em outras de penedia mui agreste; há dez anos, pouco mais ou menos, que se começaram a descobrir estes campos, o qual é todo habitado de Tapuias Bárbaros, que se não pode contar a imensidade que há deste gentio, com diversas nações todas bárbaras e agrestes."*<sup>382</sup>

Essa imagem é de um contemporâneo da conquista do sertão, contemporâneo da mobilização de tropas para o interior, um homem livre cidadão, militar pertencente aos

---

<sup>382</sup> PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. 'Breve Compêndio Do Que Vai Obrando Neste Governo De Pernambuco O Senhor Antonio Luís Gonçalves Da Câmara Coutinho' apud MELLO, José Antônio Gonçalves de. Pernambuco Ao Tempo Do Governador Câmara Coutinho (1689-1690). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. LI. Recife, 1979. Pp. 257-300.p. 264.

grupos intermediários da estrutura social. Sua origem e sua profissão aproximam-no, mais do que qualquer outro cronista, dos elementos urbanos inseridos no organismo militar e utilizados na conquista do interior.

E podemos ver que seu discurso partilha das imagens de '*grandeza dos campos*', '*frescura*' e '*multiplicação dos gados*', assumindo o sertão como área promissora, mas de difícil colonização pela sua agrestia: não apenas seus habitantes - definidos já como *bárbaros* -, mas a própria terra é selvagem: a distância, os areais, a penedia agreste. Nesse contexto, para aqueles que participam de sua conquista, a imagem de sertão é assim, de região talvez promissora, mas sempre bravia.

Para além do século XVII, o espaço do sertão é conquistado e uma nova sociedade é aí consolidada. Mas sua imagem, todavia, continua a manter as características básicas do período pré-conquista. Esta permanência é relevante para o entendimento da sociedade que se forma no sertão, pois, se antes sua associação com o bravio e o selvagem poderia ser vista pela ausência de colonização, com a implantação da colonização, no entanto, esses elementos persistem, apesar de diluídos. Durante o século XVIII, por exemplo, fugas e deserções para o sertão ainda o justificam como uma área de fronteira perante o imaginário da zona do açúcar.

Apesar dessas permanências, o século XVIII traz também novas representações para o sertão no discurso dos cronistas. É na obra do jesuíta italiano Johannus Antonius Andreoni, ou João Antônio Andreoni, que escreve *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* sob o pseudônimo de André João Antonil, que podemos primeiro visualizar essa nova perspectiva.

Andreoni vem ao Brasil em 1681, convidado por Pe. Antônio Vieira, chegando a ocupar altos postos eclesiásticos como o de reitor do Colégio da Bahia e visitador em Pernambuco.<sup>383</sup> Durante certo período, atua como secretário de Pe. Vieira, e alcança o posto de provincial da ordem jesuíta.<sup>384</sup> Essas funções o trazem para o convívio com o meio urbano açucareiro. Seu período no Brasil facilita-lhe o diálogo com uma sociedade colonial, entre os séculos XVII e XVIII, que já possui espaços continentais, não mais definindo sua *civilização* apenas pelos litorais. Nesse momento, a economia colonial, principal interesse

---

<sup>383</sup> Cf RODRIGUES. Op. cit.

<sup>384</sup> BOSI. *A Dialética da Colonização*. op. cit. p. 149.

de Antonil, está ainda centrada no açúcar, iniciando, no entanto, sua fase de transição para o ouro.<sup>385</sup> E apesar da contínua decadência da economia açucareira, a sociedade litorânea das áreas de colonização mais antigas continua dinâmica. Mas, dentro desse contexto, e assumindo cargos de importância na Companhia de Jesus, Antonil representa uma facção jesuíta, basicamente composta de padres italianos, que, racionalistas e mercantilista, defendem a escravidão indígena e os acordos com os traficantes paulistas. Assim sendo, o racionalismo da obra de Antonil não é barroco, mas burguês. Apesar disso, sua preocupação com a descrição minuciosa da economia colonial, ao se voltar para o sertão, não escapa das imagens construídas pelo imaginário dominante da zona açucareira, apesar das particularidades da formação do autor.

Nesse sentido é que, escrevendo na virada do século XVIII, quando uma nova sociedade urbana está se criando nas minas, o discurso de Antonil traz o sertão como um espaço diferenciado dos séculos anteriores por identificá-lo com uma área não mais inóspita, mas de novas colonizações. Apesar desse novo elemento, o sertão minerador ainda é associado à idéia de riqueza promissora: a abundância da terra é tão grande que a descoberta do ouro se dá por puro acaso, com impressionante facilidade. Para Antonil, a terra é tão fértil que restringe os esforços na busca de ouro, criando na população o vício do trabalho fácil, do ócio. Idéia já delineada no discurso de Brandão, quase um século antes.

*"Foy sempre fama constante, que no Brasil havia Minas de Ferro, Ouro, & Prata. Mas também houve sempre bastante descuido de as descobrir, & aproveitar-se dellas: ou porque contentando-se os Moradores com os frutos, que dá a terra abundantemente na sua superfície; & com os peixes, que se pescão nos Rios grandes, & aprazíveis, não tratarão de divertir o curso natural destes, para lhes examinarem o fundo, nem de abrir áquellas as entranhas, como persuadio a ambição insaciavel de outras Nações: ou porque o genio de buscar Indios nos mattos os desviou desta diligencia menos escrupulosa, & mais util."*<sup>386</sup>

---

<sup>385</sup> BOSI. **História Concisa da Literatura Brasileira** Op. cit. p. 25.

<sup>386</sup> ANTONIL, Andre João. **Cultura e Opulencia do Brasil por Suas Drogas, e Minas, com Várias Notícias Curiosas de Como Fazer o Assucar; plantar, & beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; & descobrir as da Prata; E dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros generos, & Contratos Reaes**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana. 1711. Edição fac similar. P. 129-130



Nesse trecho, podemos observar a crítica de Antonil à indolência dos colonos no beneficiamento da terra, crítica antes já feita por Fernandes Brandão. Um beneficamento que equívale à exploração mais ativa do continente, saindo do simples extrativismo.

No discurso de Antonil, permanece o conceito de sertão enquanto interior, acrescentado-se variações relativas às diferentes formas de colonização das regiões interiores. Mais do que nunca, sertão agora não é uma região uniforme, mas várias regiões, vários sertões: o sertão pode ser a área *civilizada* mineradora, mas também pode ser o interior da Bahia ou São Paulo, e neste último não vemos o sinal de *civilização*, mas pelo contrário, o conceito mais antigo de sertão. E mesmo Minas Gerais aparece inicialmente como um espaço de caçadores de escravos, também um sertão bravio até o estabelecimento da mineração:

*"Há poucos annos, que se começárão a descobrir as Minas Gerais dos Cataguás, governando do Rio de Janeiro Artúr de Sá: & o primeiro descobridor dizem, que foy hum Mulato, que tinha estado nas Minas de Parnaguá; & Coritiba. Este indo ao Certão com huns Paulistas a buscar Indios, (...)"*<sup>387</sup>

Apear dessa referência inicial a sua agrestia, no século XVIII, Minas Gerais é uma das várias sociedades sertanejas que se consolidam gradualmente. Essa consolidação aparece em Antonil quando este afirma que o caminho da Bahia para Minas, pelo sertão, é melhor do que os do Rio de Janeiro e São Paulo, porque não é tão difícil. Tal facilidade de caminhos só é possível visto que o próprio sertão já está conquistado e inserido no sistema colonial:

*"Este caminho da Bahia para as Minas he muito melhor, que o do Rio de Janeiro, & o da Villa de São Paulo: porque posto que mais comprido, he menos difficuloso, por ser mais aberto para as Boyadas, mais abundante para o sustento, & mais accommodado para as Cavalgadas, & para as cargas."*<sup>388</sup>

Notamos aqui a transformação a imagem do sertão, no século XVIII: de região inóspita, o sertão passa a ser estrada, caminho nada similar às agrestias encontradas nos discursos do século XVI e XVII. Essas novas interpretações surgem com as próprias

---

<sup>387</sup> ANTONIL. Op. cit. p. 131.

<sup>388</sup> Idem, P. 168.

transformações na região a partir da conquista empreendida com o fim da *guerra dos bárbaros*.

Em Antonil podemos observar essa diversidade de sociedades localizadas no sertão. Dos diferentes sertões, aquele pertencente à região anteriormente descrita por Fernandes Brandão e Soares de Souza, ou seja, o interior das capitânicas do norte, é o sertão da Bahia em Antonio. Um dentre vários. Essa heterogeneidade de contextos sertanejos parece ser um elemento novo, ausente dos discursos anteriores, onde o sertão é uma região vaga. Agora, o sertão se define como vários sertões, e não mais apenas como um termo genérico para os interiores.

Interessado na economia colonial, ao abordar o sertão baiano, Antonil o faz a partir de suas potencialidades produtivas, descrevendo principalmente a lavoura de tabaco. Este é cultivado, no século XVIII, em diferentes áreas da Bahia, indicando que, diferentemente daquelas regiões inóspitas e pouco definidas dos séculos anteriores, o sertão é agora parte da colônia:

*"Há pouco mais de cem annos, que esta folha [ o tabaco ] se começou a plantar, & beneficiar na Bahia: (...) & depois, de grande parte dos Moradores dos Campos, que chamão da Cachoeira, & de outros do Certão da Bahia; passou pouco a pouco a ser hum dos generos de mayor estimação, (...)"<sup>389</sup>*

A inserção do sertão das capitânicas do norte no conjunto da América portuguesa pode ser percebida ainda, não apenas na facilidade das estradas para o comércio de boiadas para as minas, mas em sua situação de região fornecedora de colonos para a mineração, pois *"Cada anno vem nas Frotas quantidade de Portuguezes, & de Estrangeiros, para passarem às Minas, Das Cidades, Villas, Reconcavos, & Certoens do Brasil vão Brancos, Pardos, & Pretos; & muitos Indios, de que os Paulistas se servem."*<sup>390</sup>

Assim, o século XVIII, longe de definir o sertão como espaço estrangeiro, reconhece-o como área ocupada e habitada por grupos sociais de diferentes procedências, e como área produtiva e próspera.

No entanto, mesmo nesse período, apesar do conhecimento geográfico e do assentamento colonial no interior, o sertão ainda pode aparecer como um lugar de

---

<sup>389</sup> ANTONIL. Op. cit. p. 107-108.

<sup>390</sup> Idem, P. 132

desconhecidos. Domingos Loreto Couto, clérigo literato que escreve sua própria história de Pernambuco em 1757, apresenta algumas imagens construídas nas vilas açucareiras do Setecentos. Apesar de ser um frade franciscano, é, no entanto, um homem mundano, propenso a *extravagâncias* - inclusive sendo preso por tal *falta*. Atuando como administrador dos bens da família, Couto é um personagem urbano e letrado, sendo aparentemente seu único contato com o sertão oriundo de um avô veterano das guerras de conquista.<sup>391</sup> Sua visão é historiográfica, tendo a preocupação de trabalhar com documentos de arquivos e com entrevistas, apesar da intenção apologética da obra, voltada para justificar a grandeza de Pernambuco. Seu contato com os grupos urbanos intermediários das vilas canavieiras pode ser percebido em suas referências a personagens populares, como o poeta Manuel Cabra. O que sugere a interação mais íntima entre seu discurso e as representações aceitas pelos pobres do açúcar.

Couto, ao mencionar o '*interior do sertão*' nos apresenta um sertão setecentista bem mais interligado ao imaginário açucareiro que os sertões de Antonil. Seu sertão também é mais específico, restringindo-se a uma única região reconhecível, identificada com o interior das capitânicas do norte do Estado do Brasil. Apesar disso, notamos através de seu discurso que, para o imaginário urbano açucareiro, mesmo no século XVIII, o sertão ainda conserva elementos de desconhecido. Couto ilustra esse desconhecimento ao afirmar que os rios da Prata, Amazonas e São Francisco nascem todos no Peru:

*"O Rio de S. Francisco é o terceiro na grandeza dos que regão os Estados que os Portuguezes tem no Brasil. Nasce das vertentes das grandes serranias do Chili e Perû, donde também o Rio da Prata, e o das Amazonas toma sua origem. (...) No meyo da sua corrente faz muitas Ilhas todas povoadas: quarenta legoas pela terra dentro se despenhão juntas todas as suas agoas de huã grande rocha com grande estrondo; e não satisfeito d'esta e de outras famosas catadupas, chamadas vulgarmente cachoeyras, dez jornadas mais ao certão, lanca se com curço subterraneo pelo espaço de dose legoas, donde novo alfeio rebenta de novo, e continua o seu curço."*<sup>392</sup>

Outros elementos narrativos deixam também entrever que o conceito de sertão, no século XVIII, conserva imagens derivadas ainda dos discursos do século XVI e XVII. É o caso, por exemplo, de sua abordagem dos limites da Capitania de Itamaracá, onde afirma:

<sup>391</sup> RODRIGUES. Op. cit. p. 234-235

<sup>392</sup> COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e Glória de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1981. P. 22

*"Chama-se esta Capitania Tamaracá, de hua ilha que tem este nome, e dista do Porto de Recife oito léguas, tem dez de circuito; em sette graos e meyo da Equinocial para o Sul. Ao redor della dezaguão sinco rios, que tem o seu principio no certão, dos quais o primeiro é o Rio Igarassu, (...)"<sup>393</sup>*

Descrição semelhante é feita do rio Paraíba: *"Vem do interior do certão onde tem seu nascimento, e se vay engroçando com aguas de muitas ribeiras, e fontes, que nelle entrão."*<sup>394</sup>

Ou seja, o sertão continua sendo o interior, como fora com Soares de Souza e com Brandão. A originalidade no discurso de Couto, entretanto, está em sua construção de uma história para o sertão, onde aborda inclusive a da conquista da região:

*"Retirados os Topinambás das terras marítimas de Pernambuco, fizeram muitos delles assento em varias partes do certão. Desde a serra da Burburema athe o Rio do peixe, que comprehende setenta e oito legoas formarão muitas aldeas. He terra dilatada em fertilissimos campos, vistosos oiteiros, e cortadas de altissimas serras, e por isso acomodada habitação para muitos milhares de homens. Sofrião mal que os Portuguezes cada dia fizessem entradas por aquellas terras, fazendo-se senhores do mesmo certão, em que hião fundando sitios, e fazendas de criar gados vacuns, e cavallares. Como conservavão o odio contra os Portuguezes davão de repente em diversas partes, matando e roubando nellas, e pelos caminhos tudo quanto achavão, com confusão desordenada dos moradores, que em nenhum ligar se davão por seguros das suas hostilidades."*<sup>395</sup>

Ao historicizar a conquista, Couto, que nunca havia estado no sertão e não é contemporâneo desse empreendimento, reproduz o discurso dominante que apresenta a região como interior: *"aquelles bárbaros descorrião soltos por todo o certão,"*<sup>396</sup> Indicando a persistência dessas idéias na mentalidade da zona açucareira. Persiste não apenas a idéia de sertão enquanto interior, mas também sua associação com a fertilidade da terra e como lar dos *bárbaros*, ao afirmá-lo como espaço de *dilatados campos e vistosos oiteiros*.

E é nesse historiar que, ao descrever o cel. Manuel de Araújo, antigo sesmeiro do São Francisco responsável por expedições contra o Pajeú e o distrito de Piranhas, apresentando-

---

<sup>393</sup> COUTO. Op. cit. p. 23

<sup>394</sup> Idem, P. 24

<sup>395</sup> Idem, P. 28

<sup>396</sup> Idem, P. 29

o como "*pratico no estilo do sertão*"<sup>397</sup>, a narrativa de Couto sugere o reconhecimento de uma cultura sertaneja, estranha à açucareira, formada a partir da *guerra dos bárbaros*. A formação e as características dessa sociedade, do ponto de vista do litoral, também são delineadas:

*"Livres os moradores destes certões das hostilidades, que experimentavão no furor dos Índios, se vião combatidos de grande chusma de gente atrevida, e dissoluta, que procurando naquellas terras huã vida livre, e licenciada, cometião roubos, homicídios, e outros enormes peccados, porque não havia Tribunal, onde pedissem satisfação dos agravos, nem Justiça que castigasse os seus insultos. O comercio era a medida de suas vontades, e dividas só as paga quem queria, e muitas vezes o pagamento era huã balla, porque matar e ferir mais que culpa, era bizarria."*<sup>398</sup>

E ainda:

*"Conquistadas estas capitánias, metidas de paz todas as nações, que habitavão Pernambuco, poderão sem contradição os Portuguezes fazer suas habitações em todas as partes assim marítimas, como do sertão, aumentarão-se as fazendas de gados vacuns, e cavalares, crescerão as povoações, multiplicarão-se as freguesias, e cada dia se augmenta mais esse povo, riquezas, e edificios."*<sup>399</sup>

Aqui percebemos que o sertão de Couto também é um lugar de *selvageria*, mas de uma *selvageria* diferente, oriunda não de índios, mas de colonos desgarrados. Apesar disso, a região é tida como próspera, ainda que perigosa. Nesse contexto, e diferente dos discursos anteriores, o de Couto, como o de Antonil em menor escala, é representativo da constituição, no imaginário dominante açucareiro do século XVIII, não apenas de uma idéia de sertão - esta, em muitos pontos, herdada -, mas de uma idéia de sociedade sertaneja. Essa imagem da sociedade sertaneja, no entanto, é por sua vez herdeira da antiga imagem de sertão: livre, dissoluta e selvagem. Ambas representações distintas da construída para a zona do açúcar, lar da *civilização* colonial.

Todas essas considerações sobre os discurso de diferentes cronistas permitem a reflexão sobre o imaginário dominante nas vilas açucareiras coloniais, mais do que sobre as condições de vida no próprio sertão. A constância de conceitos e imagens, em três séculos,

---

<sup>397</sup> COUTO. Op. cit. p. 32

<sup>398</sup> Idem, P. 33

<sup>399</sup> Idem, P. 34

é uma pista inicial para essa mentalidade, onde uma representação básica de sertão, construída no século XVI persiste nos discursos das vilas açucareiras do XVII e XVIII à revelia das mudanças acontecidas na região.

Tais escritores fazem parte de um gênero literário que se constitui na cultura barroca ibérica: as crônicas e 'relações' são instrumento de uma tradição de conhecimento elaborado para o controle do outro, construídos como manuais por uma cultura normativa.<sup>400</sup> Esses escritos miscigenam as idéias transplantadas como padrão de civilização da Península Ibérica, com o cotidiano e as condições de existência encontradas na América. É nesse sentido que o discurso predominante sobre o sertão no imaginário urbano açucareiro do segundo período português, apesar de ser um discurso construído com vistas a facilitar a exploração da região, ou de facilitar a compreensão de seu espaço e habitantes a partir de um ponto de vista que os considera inferior ao que é reconhecido como civilizado, é um discurso novo e original, reproduzindo os anseios da colonização, mas também produzindo novas imagens relativas apenas aos colonos, e não ao sistema colonial.

O sertão é sertão, desde a construção de sua imagem básica - ou seja, a de deserto de súditos no século XVI -, não por ser um deserto físico, mas por não contribuir, então, para a economia colonial, pela ausência de exploração econômica efetiva que o caracterizaria como um *espaço civilizado*. E o *espaço civilizado* colonial é, por excelência, a área açucareira: Espaço que contrasta com os interiores selvagens. Apesar da inserção das Minas no século XVIII, que rapidamente se torna centro econômico e cultural, a zona do açúcar não decai culturalmente, mantendo seu status de lugar da civilização. O sertão das capitâneas do norte, por sua vez, apesar da ausência de exploração econômica inicial, ou talvez por isso, torna-se lugar do desconhecido, do indefinido, mas também da transposição de mitos e imagens clássicas em um momento em que a área açucareira já não comporta esses mitos. Para a colônia açucareira, o *el dorado* não está no litoral, mas no sertão.

---

<sup>400</sup> "Conhecer, no século XVII, segundo esses textos [as crônicas e relações], é nomear, o que, no discurso do colonizador, institui uma relação administrativa: nomear é governar." ORLANDI. **Terra à Vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. Op. cit. p.p. 104 Essa ânsia por conhecer/nomear é barroca, como já define Maravall. Cf. MARAVALL. Op.cit. p. 119-185. O gênero literário insere assim seu autor no imaginário barroco da colônia.

Mas esse *el dorado*, no entanto, é o lugar do desconhecido e da aventura. E, mais do que o engenho, talvez o principal antônimo da *barbárie* do sertão seja a cidade colonial.<sup>401</sup> Grande, pois, é a significação dos homens oriundos das vilas açucareiras na conquista do sertão. Mais do que simplesmente mão-de-obra bélica - significado que os paulistas também possuem sem, no entanto, o sentido civilizacional -, as tropas urbanas denotam uma tentativa de transplantar a civilização colonial para o lugar da barbárie. O que será corroborado depois pela doação de terras no sertão.

A conquista do sertão e seus participantes assumem, assim, um sentido civilizador. E enquanto região não colonizada, o sertão apresenta-se como a fronteira colonial, significando-se, a partir do século XVI, como espaço de mobilidade humana, pois os colonos que vão à sua conquista, especificamente aqueles que são empurrados pela Coroa para essas fronteiras, são obrigados a submeter o sertão, tanto seus habitantes, quanto seu ambiente. Por outro lado, esse espaço também é aproveitado por integrantes da sociedade açucareira tanto como lugar de fuga, quanto como lugar de ascensão social legítima.

As fronteiras na América têm em comum o fato de se constituírem em áreas de colonização tardia, cuja conquista parte dos núcleos antigos de povoamento. Nessa perspectiva, os sertões da América portuguesa se caracterizam como áreas de fronteira constituídas a partir de núcleos antigos que, no caso do sertão das capitanias do norte, corresponde à área açucareira. O sertão enquanto fronteira assume-se, assim, como espaço para onde fluem os colonos excedentes das regiões de povoamento mais antigo, apresentando-se também como espaço de '*válvula de segurança*' da colonização açucareira, lugar para onde a colonização empurra os grupos não essenciais à produção mercantil dos núcleos antigos de povoamento.<sup>402</sup>

---

<sup>401</sup> A cidade ibero-americana barroca se traduz pelo princípio da ordem: "*A ordem deve ficar estabelecida antes de que a cidade exista, para impedir assim toda futura desordem, (...)*". Para Rama, a cidade colonial americana é a primeira instrumentalização do saber barroco. RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense. 1986. P. 29, 34. Assim sendo, para o imaginário barroco, a cidade colonial se transforma em símbolo de civilização perante o desconhecido do novo mundo.

<sup>402</sup> A tese da fronteira como válvula de segurança das regiões de povoamento antigo é de Frederic Turner, que considera que a população excedente dos centros industrializados norte-americanos do século XIX buscava por iniciativa própria e às suas custas as áreas ainda não conquistadas em busca de ascensão e riqueza, iniciando assim o processo de conquista do oeste dos Estados Unidos. WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste - A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2000. P.99

O deslocamento forçado de pobres e *vadios* dos núcleos urbanos açucareiros para o sertão das capitanias do norte é um exemplo da migração imposta pela saturação dos núcleos originais. A utilidade militar dada aos *vadios* é já em si uma *válvula de escape*, e seu deslocamento para áreas de fronteira poderia ser interpretado como uma tentativa da Coroa de desafogar os núcleos urbanos canavieiros de uma forma que não prejudique o empreendimento agroexportador, e ainda visando a formação de novos empreendimentos.<sup>403</sup>

Ao liberar a fronteira sertaneja, a Coroa portuguesa procura, entre outras coisas, aproveitar a mão de obra em um novo projeto de colonização: uma mão-de-obra que não é útil ao projeto canavieiro. O sertão surge, assim, como área de fronteira da zona do açúcar. Agindo como válvula de escape para as sobras populacionais, para os colonos empobrecidos, o sertão também é o espaço da liberdade, da fuga de escravos e indígenas submetidos. Se os sertões são preenchidos, na América hispânica, pelos '*desgraciados*' da metrópole,<sup>404</sup> os das capitanias do norte da América portuguesa, são preenchidos com os pobres e marginais da própria zona do açúcar.

Assim, até o estabelecimento da sociedade sertaneja nas primeiras décadas do XVIII, o sertão enquanto fronteira da '*civilização do açúcar*' é uma imagem que extrapola o discurso literário, alcançando personagens dos mais diversos tipos, inseridos no contexto da zona canavieira.

É o caso da correspondência datada de 1643, onde o Conselho Ultramarino discute as queixas de um missionário oratoriano atuando nos sertões do Ceará, que ressalta a atuação de vinte e seis religiosos "*na conservação das almas do gentio mas barbaro (...)*", estando esses religiosos "*repartidos aquelles immenços Certões donde habitão ao presente*",

---

<sup>403</sup> Para Sérgio Buarque de Holanda o sertão da América portuguesa pode ser caracterizado enquanto área de fronteira nos séculos XVI e XVII, servindo como válvula de segurança cuja principal característica é a existência de *terras livres* para onde os habitantes dos núcleos saturados se deslocam. Essa migração seria responsável pela formação de novas vilas no planalto paulista dos seiscentos, interligadas com a saturação de um núcleo urbano original. Essas '*terras livres*' seriam assim uma característica única do planalto paulista na América portuguesa. WEGNER. Op. cit. p. 117-118 Esse sertão de Sérgio Buarque é o interior úmido das capitanias vicentinas. E talvez fosse a hora de começarmos a discutir essa teoria levando em consideração também o sertão norte.

<sup>404</sup> ZEA, Leopoldo. América, Vacío de Europa. In IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; DAYRELL, Eliane Garcindo (org.). **América Latina Contemporânea: Desafios e Perspectivas. América 500 anos**. vol. 4. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e cultura/ edusp. 1996. p. 32



distando suas aldeias 150 léguas *'ho Certão de Pernambuco com os Tapuias (iucums) e Jandois os mais ferozes de todo aquelle gentio.'*<sup>405</sup>

Nesta fala dos oratorianos, reproduzida pelo Conselho Ultramarino, ressurge a idéia da vastidão do sertão, e de sua natureza como espaço do inculto, do bravio, além da afirmação da selvageria das tribos sertanejas. Datado de meados do século XVII, esse discurso contrasta vivamente com o de Gabriel Soares de Souza, acerca da imagem dos *'tapuias'*. Enquanto Gabriel Soares, vivendo em um período onde a maior preocupação são os tupi da costa, apresenta os *tapuias* como tribos mais moderadas em sua *selvageria* que os tupi, os oratorianos, convivendo com o processo de conquista do sertão, trazem um discurso inverso, visto que nesse momento, os tupi da costa não são mais um perigo para a colonização.

E se esta afirmação acerca da *selvageria* do sertão vem do discurso de um missionário, personagem constitutivo das camadas construtoras dos padrões sociais do mundo barroco, o mesmo discurso, no entanto, será proferido também por grupos fora do eixo de poder, como podemos ver em uma carta régia para o governador de Pernambuco, de 1668, que descreve uma petição dirigida à Coroa pelo capitão de infantaria do Terço dos Índios Simão Jacques Thomas. Nesta carta, o capitão, que lutara contra Palmares, pede confirmação de seu posto, visto que *"em muitas ocasiões de guerra contra os negros dos Palmares em que proçedeu com muito valor assistindo por vezes muito tempo naquelles certoens com grandes desconcomodos e mizerias"*.<sup>406</sup>

Nesse caso, talvez a petição tenha sido escrita por um procurador, um letrado a serviço do dito capitão índio, o que não muda o fato de que o mesmo capitão soube se apropriar do discurso dominante, ainda que por intermédio de terceiros, para obter da Coroa resposta para seus pedidos. Apropriando-se da imagem difundida do sertão como espaço de perigos e dificuldades, ele se coloca assim como pessoa *civilizada*, que sofrera os incômodos do sertão em pró da Coroa, merecendo, por isso, receber mercês.

O capitão Simão Jacques Thomas é o que pode ser identificado como um *prático do sertão*, personagem conhecedor dos caminhos e estratégias necessárias para a mobilidade dos colonos nesse espaço. Esse termo é empregado pelo Conselho Ultramarino quando este

---

<sup>405</sup> AHU, cód. 49, fl. 19/20.

<sup>406</sup> AHU 256, 75, 75v.

discute as tropas enviadas contra Palmares, afirmando sobre elas que são compostas por "*pessoas praticas naquelle certão*"<sup>407</sup>, caracterizando, assim, Palmares com uma região de fronteira.

Em 1697, quando o processo de conquista do sertão está em seu auge, o Conselho Ultramarino comenta o parecer do procurador da fazenda de Pernambuco sobre o bispo de Pernambuco ter erigido uma paróquia no '*certão do Piagui*', onde diz o procurador '*q. era m.<sup>to</sup> de louvar o zello com q. este Prelado procurava o bem destas suas ovelhas, q. desgarradas por aquellez dezertos, apenas ouvião os silvos de seo Pastor.*'<sup>408</sup> O estilo epistolar do discurso do procurador, crivado de metáforas, apenas ressalta sua opinião acerca do sertão enquanto deserto, lugar de vastidão e vazio onde os colonos estão inclusive afastados da lei de Deus.

Podemos perceber, assim, a heterogeneidade dos interlocutores desses discursos acerca do sertão. De um lado um procurador da fazenda, personagem senão reinól, ao menos pertencente à elite mazomba bem estabelecida nos engenhos de Pernambuco. De outro lado, um padre missionário, acostumado ao convívio com povos e cenários do interior. E por último, um capitão indígena tupi, um prático do sertão, pessoa acostumada por cultura e por profissão a interagir com o continente.

Essa diversidade nos leva novamente ao imaginário dominante na área açucareira, região de origem e residência dos três interlocutores. No caso do capitão tupi, sua reprodução do discurso pode ser apenas uma estratégia para alcançar as mercês requeridas. Mas ainda assim demonstra que o mesmo está suficientemente aculturado para reconhecer os mecanismos de barganha com a Coroa.

Por outro lado, um paulista como Domingos Jorge Velho, dificilmente classificável como elemento constitutivo do imaginário dominante da zona do açúcar, expressa semelhante interpretação de sertão ao afirmar que '*nenhua renitencia fiz em largar tudo e por me ao caminho de ao Redor de 600 legoas desta Costa de Pern.<sup>co</sup> por o mais aspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo (...).*'

Apesar de filho dos sertões verdes de São Paulo, o discurso de Jorge Velho apresenta os interiores das capitânicas do norte como o mais faminto sertão do mundo, o lugar por

---

<sup>407</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino 22/11/1687. Apud ENNES. Op. cit. P. 172-173.

<sup>408</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Carta do Bispo de Pernambuco escrita ao Secretário Roque Monteiro Paim. Apud ENNES, Op. cit. P. 360-361.

excelência da desolação. Da mesma forma que o capitão indígena anteriormente citado, o paulista, apesar de prático do sertão, se apropria do discurso dominante na área açucareira que considera o sertão como a área do perigo constante, para conseguir que suas petições sejam aceitas.

Poderíamos então nos perguntar, até onde seria verdadeiro, enquanto crença, esse enunciado proferido por Jorge Velho, um *bugre* do sertão, e pelo capitão Thomas, um índio das forças do chefe Arco Verde. E talvez devêssemos responder com Todorov: não importa a veracidade do discurso enquanto fato concreto importa sim a crença dos seus enunciadorees de que o mesmo discurso será bem recebido pelo leitor quando o mesmo for lido.<sup>409</sup> Dessa forma, não podemos afirmar que Jorge Velho ou o Capitão Thomas acreditam nos perigos e aspereza do sertão, mas talvez possamos dizer que eles acreditam que essa é a crença da Coroa, situação que lhes permite se apropriar do discurso dominante.

Esta apropriação por Jorge Velho é reincidente: Ao definir suas tropas, com que ia "*á conquista do gentio brabo desse vastíssimo sertão*", afirma que as mesmas não são matriculadas nos livros régios, mas sim, agrupamentos feitos para irem "*ao sertão desta continete*".<sup>410</sup> Suas cartas são, possivelmente, também escritas por procuração, confiando assim o discurso a um elemento integrante desse imaginário açucareiro. As imagens construídas pelo *bugre do sertão* aproximam-se daquelas elaboradas pelos altos funcionários régios: a idéia reflete o imaginário dominante. As figuras lingüísticas se retem: agrestia, vastidão, deserto.

No fim do século XVII, período da conquista de Palmares e das tribos do interior continental, o conhecimento que os cobnos vão adquirindo da região, apesar de não extinguir o conceito original de sertão, amplifica-o. É o caso da idéia de brenhas e matos, utilizada em Palmares, que podemos observar quando o governador de Pernambuco Caetano de Mello e Castro escreve ao rei comentando sucessos obtidos contra o quilombo: "*e asim não pretendo Agora mais que segurar a V. Mg<sup>e</sup> e se contenvai na empreza os bons suçeçoz, porq- as Tropas que ia livremente penetrão os Matoz e Brenhas e vão prizionando e extinguindo aos Negroz que naquelles dilatados Bosques oculta o Temor, (...)*".

---

<sup>409</sup> TODOROV. Op. cit. p. 94.

<sup>410</sup> CARTA Autógrafa de Domingos Jorge Velho. Apud ENNES. Op. cit. P. 204

E explanando sobre as tropas e a utilidade dos paulistas na perseguição aos palmarinos, afirma ainda que:

*"me parece conveniente mande V Mg<sup>e</sup> se conteniui nesta mesma forma emquanto senão acabão de todo os Negroz dos Palmares ainda que se prendão em deferentes partes por quanto dos ditos Palmares fugirão muytos e se espalharão por estes Sertoiz;(..)"<sup>411</sup>*

Dessa forma, Palmares está situado nos matos e brenhas, *naqueles dilatados bosques onde habita o terror*. O estilo epistolar do governador é repleto de fortes figuras de linguagem, substantivos e adjetivos empregados para aprofundar a atmosfera de medo e selvageria que acredita existir em Palmares. O quilombo está situado, para o imaginário açucareiro, no limite entre a área civilizada e os *dilatados sertões*. Ao utilizar a expressão *matos e brenhas*, o governador encontra um espaço para localizar esse quilombo fronteiriço, que está no sertão sim, mas em um sertão muito próximo da zona canavieira. É ao fugir do próprio quilombo, escapando dos paulistas, que os ex-escravos ultrapassam essa linha de fronteira, adentrando definitivamente os sertões.

Assim, o sertão surge também aqui como espaço de fuga e liberdade, não necessariamente bem vista pelo imaginário barroco. Essa representação, por sua vez, do espaço agreste, perigoso, selvagem, é uma característica marcante da idéia de sertão no segundo período português. O primitivismo associado aos *tapuais*, significados como os habitantes por excelência do sertão, termina por se associar ao próprio território. Os atributos postos aos habitantes tornam-se, assim, inerentes ao ambiente, e vice-versa.

Um interessante exemplo de como o imaginário açucareiro, no século XVII, fortalece a feição selvagem do sertão está refletido em uma gravura de Zacharias Wagener que retrata os *tapuias*.

Pequeno funcionário do governo de Nassau, Wagener não tem o status dos grandes artistas naturalistas contratados pelo conde. Pelo contrário, sua obra, *Thierbuch*, é publicada na Europa visando atingir um público mais plebeu. Dentro dessa perspectiva, seguindo um enciclopedismo popular nos seiscentos, Wagener preocupa-se em construir descrições de

---

<sup>411</sup> CARTA de Caetano de Melo e Castro. Apud ENNES. Op. cit. P. 197

caráter exótico para seu público. Sua *dança dos tapuias* se enquadra no gosto da época como reprodução de costumes e aspectos típicos da vida na colônia.<sup>412</sup>



**Figura 6** - *A Dança dos Tapuias*. WAGENER, Zacharias. *Thierbuch*. Kupferstich-Kabinett, Dresden. Apud Albert Ekhout *Volta ao Brasil 1644-2002*. Nationalmuseet, Copenhagen. 2002.

Esta gravura representa a interpretação de Wagener do que seria uma cena típica do cotidiano dos tarairius. Sua representação significa não um espaço visto pelo autor, mas um sertão imaginado, levando-se em conta conhecimentos adquiridos através de relatos de seus contemporâneos na zona açucareira. Conhecimentos que então já fazem parte da memória coletiva das vilas do açúcar.

A ilustração de Wagener enquanto *discurso* é uma significativa mostra das recriações possíveis no imaginário barroco açucareiro: não retrata o que o sertão é, mas o que se acredita, na zona do açúcar, que ele seja. A gravura nos mostra uma área de descampado, cercado por pequenos morros cobertos esparsamente por árvores simétricas que lembram o pinheiro europeu. Não há habitações ou construções humanas, nem mesmo plantações. A

<sup>412</sup> TEIXEIRA, Dante Martins. O 'Thierbuch' de Zacharias Wagener de Dresden (1614-1668) e os óleos de Albert Ekhout. In **Albert Ekhout Volta ao Brasil - 1644-2002**. Copenhagen: Nationalmuseet. 2002. pp. 165-183. P. 168-169, 171

mulher bebendo água assume uma posição animalesca, enquanto o que parece ser um cadáver espera para ser cozido perto de uma fogueira sem nenhum indício de panelas ou outros artefatos materiais.

A vegetação retratada na cena sugere como forte possibilidade o fato de que talvez o autor nunca tenha estado no sertão dos tarairius. O mesmo se dá com a representação das mulheres índias totalmente despidas, sem quaisquer adornos, e a inexistência de utensílios indicativos da cultura material, como vasilhames, choças ou armas. Apesar disso, ou talvez exatamente por isso, a ilustração representa a imagem que o autor aceita como sendo o sertão e os tarairius: desolação, barbárie e ausência de qualquer civilidade. Uma imagem, não sua particular, mas apreendida do imaginário dominante das vilas açucareiras onde convive.

A zona do açúcar interpreta o sertão como o espaço do barbarismo porque significa a si própria como o espaço da civilização. Se esse contraste pode ser percebido nos discursos sobre o sertão e seus habitantes, também é muito presente em outro contexto, secundário à conquista do sertão: o confronto entre os paulistas e os colonos do açúcar.

Durante o processo de conquista do sertão, no Açú, no Recôncavo e em Palmares, a administração da zona do açúcar reiteradas vezes recorre à força bélica dos sertanistas genericamente denominados *paulistas*. Mas para a zona açucareira, os paulistas, também oriundos do sertão, são apenas outro tipo de *bugre*, de *selvagem*, e igualmente tidos como inadequados à *civilização*.<sup>413</sup>

Porém, no discurso predominante dentro da administração colonial açucareira, só os paulistas, *ferozes e selvagens*, são capazes de combater eficazmente os palmarinos, também *selvagens e ferozes*. São as próprias palavras de Jorge Velho que nos levam a refletir sobre os paulistas e a área açucareira:

*"Prim.<sup>re</sup>m<sup>te</sup> suplica a vossa real Mag.<sup>de</sup> que se digne de mandar conciderar, q- no Sertão baixo do Brazil, nas capitánias de Pern.<sup>co</sup> se formou antigam.<sup>te</sup> hu covíl de negros fugidos de seus Senhores, em o qual se forão ajuntando sucessivam.<sup>te</sup> tantos delles, q- por não poderem estar todos em huã povoação*

---

<sup>413</sup> "Em Pernambuco, ninguém duvidado do valor dos sampaulsitas. Apenas temia-se que a nova muralha da china resultasse mais prejudicial que os próprios Palmares, pois sendo os paulistas 'gente bárbara e indômita que vive do que rouba', já as capitánias vizinhas experimentavam maiores prejuízos que os causados pelo mesmo quilombo." MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada – Guerra e Açúcar No Nordeste 1630/1654**. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks. 1998; P. 379.

*fizerão m.<sup>tas</sup> na vastidão dessas matas; (...) que o G.<sup>or</sup> de Pern.<sup>co</sup> João da Cunha Souto mayor, dezenganado, e conhecendo muy bem, que nem infantaria paga, nem melícia dos moradores, não hera gente apta p<sup>a</sup> tal guerra, vindolhe a noticia, q- no Sertão alto, ao Redor de quinhentas legoas dáquy habitava o dito M.<sup>e</sup> de Campo com m.<sup>tos</sup> outros homens são Paulistas seus agregados, e com gr.<sup>de</sup> quantidade de Gentio da terra guerreiros, com que conquistarão o brávo, despachou em demanda delles, emcaminhando sua proposta ao d.<sup>o</sup> domingos George Velho, (...)"<sup>414</sup>*

Esta carta, escrita pelo procurador de Jorge Velho, apresenta um discurso, já anteriormente tecido por Diogo Campos Moreno, sobre a ineficácia dos moradores das vilas do açúcar quando postos em armas. Além disso, suas queixas e exigências são elaboradas apoiando-se na crença existente no imaginário açucareiro em uma pretensa superioridade bélica paulista.

Neste discurso, Palmares se apresenta como lugar de densa população e muitas povoações: situação que o traz, assim, para perto do conceito de civilização da zona canavieira, e que o afasta dos *tapuias* tidos como selvagens, exatamente pela ausência de um contexto urbano. Existe aqui um elemento discursivo, todavia, que destroi a idéia de Palmares como área de civilização, e este elemento é sua localização *nos matos*.<sup>415</sup> Uma vez que o quilombo é estabelecido na vastidão da mata, local agreste e selvagem, é logo apresentado também como *bárbaro*, como um espaço do sertão.

Apesar de oferecer um perigo próprio, Palmares surge como o espaço de barreira para os *bárbaros* do sertão. Assim, se o sertão é a fronteira do mundo colonial, Palmares é por sua vez, a fronteira entre a *civilização* e o sertão. É nesse sentido que a derrubada do quilombo tem significados bem relevantes para a *guerra dos bárbaros*, pois a Serra da Barriga deve, segundo a proposta da Coroa, se tornar uma muralha contra os tapuias. Um *muro do sertão* construído sobre os paulistas.

---

<sup>414</sup> REQUERIMENTO que ao pé de V. Mag. Humildemente prostrado faz em seu nome e em aquele de todos o oficiais e soldados do terço de infantaria s. Paulista de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho. Apud ENNES. Op. cit. p.317-344.

<sup>415</sup> "Senhor. Pareceume dar parte a V. Mag.<sup>de</sup> que os Negros dos Palmares estão quazi extintos, porque pella noticia dos que proximately se prizonarão não chegão a trinta, os que se ocultão naquelles matos," CONSULTA do governador Caetano de Melo e Castro. 12/5/1697. Apud ENNES. Op. cit. p. 262-263. Também no Recôncavo baiano, no início do século XVIII, é possível observar essa sinonímia do conceito de sertão. Em carta para a Câmara de Camamú, o governador geral discute os preparativos para a guerra aos índios do Recôncavo, do distrito de Jaqueiriça, "*depois de batidos todos os matos das suas cabeceiras*". CARTA para os oficiais da câmara da vila de Camamú. DH, vol. 7, p. 238-239.

Assim é que o governador de Pernambuco, em 1694, em uma das várias cartas ao rei onde afirma que Palmares foi finalmente destruído, informa sobre uma ordem para que os paulistas continuem na região para evitar que os quilombolas voltem a se estabelecer em Palmares: *"e tãobem para que as ditas aldeas e gente dos Paulistas sirvão de antemuro ao Tapuia Brabo daquella parte que aynda que lhe fica longe não he muyta a distancia para o modo de vida daquelles Barbaros;"*<sup>416</sup>

O sertão das capitanias do norte do Estado do Brasil no segundo período português se constitui em área colonial secundária, não apenas devido a uma economia que não privilegia o mercado externo, mas também por ter sido colonizada a partir de uma outra região de conquista mais antiga. Se considerarmos que colonização implica subordinação e a constituição de uma hierarquia de regiões e sociedades, onde a área colonizada é secundária à metrópole porque formada a partir da expansão dessa outra sociedade, o sertão não é apenas secundário à própria metrópole, mas também – e talvez mais ainda – à região açucareira que o coloniza.<sup>417</sup> Podemos, dessa forma, interpretar o sertão como território construído a partir dos anseios e necessidades de uma outra área colonial que passa a ser então considerada mais central, pelas expectativas dos grupos sociais dessa sociedade em expansão, a zona açucareira.<sup>418</sup>

Finda essa conquista e estabelecida a colonização dos interiores das capitanias do norte do Estado do Brasil, no final do século XVIII, quando a sociedade sertaneja já é uma realidade na América, um dicionário da língua portuguesa elaborado por um letrado reinól, define sertão como *"O interior, o coração das terras; opõe-se ao marítimo, prayas e costa; (...) O sertão toma-se por mato longe da costa."*<sup>419</sup>

---

<sup>416</sup> CARTA do Governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro. Apud ENNES. Op. cit. p. 194-196

<sup>417</sup> No segundo período português, o território sertanejo de Pernambuco engloba as capitanias anexas: *"muitas dúvidas sobre jurisdição nasciam da ambigüidade dos regimentos e das atitudes dúbias ou pouco claras da Coroa. Como exemplo podem ser citadas as questões advindas da expressão 'capitanias anexas a Pernambuco' sempre encontradas em alvarás, cartas régias e provisões, sem que jamais tenha sido determinado que capitanias anexas eram estas."* ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflito – aspectos da administração colonial**. Recife: Ed. Universitária - UFPE/ Ed. UFAL. 1997. p. 82. Essa confusão termina por definir como sertão de Pernambuco toda a área interiorana desta capitania, Paraíba, Itamaracá, Rio Grande e do Ceará.

<sup>418</sup> A discussão acerca da formação de áreas secundárias no processo de colonização ibero-americano pode ser vista em MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil – O Território Colonial Brasileiro no 'Longo' Século XVI**. São Paulo: Hucitec. 2000. p. 50; 265.

<sup>419</sup> SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa Composto por Antonio de Moraes Silva**. Lisboa: impressão Regia. 1831. 2 tomos. 1.<sup>a</sup> edição de 1789. Vol. 2, p. 719.



Ou seja, mesmo depois de consolidada a sociedade sertaneja, a idéia de uma área bravia, selvagem, agreste, não se extingue de todo. Mesmo depois da independência, o sertão continua sendo, para o litoral, o lugar do inóspito, ou do exótico, o interior bravio porque sem lei.

### **3.2 'ANTES QUE SE EXTERMINEM TODOS OS BRANCOS DO SERTÃO'<sup>420</sup> - O PROCESSO DE CONQUISTA:**

*"e será isto a causa de nunca se povoar o sertão,"<sup>421</sup>*

Na segunda metade do século XVII, os currais de gado tomam o sertão setentrional do Brasil. Grandes sesmeiros, veteranos das guerras holandesas ou médios investidores, os *curraleiros* empreendem o estabelecimento da colonização portuguesa interior do continente a dentro. No caminho se defrontam com a resistência daqueles povos que chamam de *índios bravios*, os não submetidos, e os enfrentam com tropas formadas pelos próprios colonos conquistadores e seus agregados e dependentes. Quando, porém, essa resistência começa a se fazer mais ferrenha e organizada, a iniciativa militar dos colonos não é mais suficiente, levando-os a recorrer à Coroa para empreender a definitiva conquista do sertão. São histórias que têm como ponto de partida essa intervenção que procuramos observar aqui.

Esse momento, a segunda metade do XVII, marca uma maciça investida da colonização açucareira sobre o sertão. A conquista do quilombo de Palmares e a *guerra dos bárbaros*, simultâneas, são os episódios dessa ofensiva dos colonos do açúcar sobre o continente. Sendo os resultados bem conhecidos pela historiografia, o processo em si ainda desperta questões diversas, incluindo os tipos humanos envolvidos no conflito.

Entre os grupos sociais que participam desse processo temos os paulistas, os pobres e *vadios* das vilas açucareiras e, sobressaindo-se numericamente a quaisquer outros contingentes, as tropas indígenas na forma de milícias institucionalizadas ou sob a organização bélica tradicional de cada tribo. A presença maciça de elementos oriundos de meios sociais diversos no sertão setecentista contribui para a mudança da face dessa região, não apenas pela guerra, mas pelas diversas formas de interação social que esses personagens criam com o meio e seus habitantes.

---

<sup>420</sup> SIQUEIRA, Nelson Barbalho. Cronologia Pernambucana. Apud PIRES, Maria Idalina Cruz. '**A Guerra dos Bárbaros**': Resistência e Conflitos no Nordeste Colonial. Recife: Ed. Universitária - UFPE. 2002. P. 62

<sup>421</sup> LIVRO 2º de registro de cartas e provisões do senado da câmara de Natal. 1673-1690. Apud PIRES. Op. cit. P.75

Quando começa a expansão da pecuária é uma questão obscura. Ainda no século XVI temos notícias de *entradas* régias de reconhecimento de caminhos. A conquista da Paraíba e do Rio Grande se inserem nesse contexto, e mais tarde também a conquista do Piauí e do Ceará e a abertura de caminhos para o São Francisco.<sup>422</sup> Os sesmeiros desse período podem ser investidores com cabedais insuficientes para a instalação de engenhos no litoral,<sup>423</sup> ou os próprios latifundiários litorâneos.<sup>424</sup> O *hiato* holandês que se estabelece de 1630 a 1654 parece ter, se não sustado, ao menos modificado essa expansão, mas ela continua principalmente com os colonos que participam da guerra de restauração e usam os caminhos do sertão contra os holandeses.<sup>425</sup> A colonização do sertão aparece mais visível na segunda metade do século XVII, com a restauração das capitanias do norte pela jurisdição portuguesa. É nesse momento que temos um novo impulso, com doações de sesmarias no sertão, a senhores destacados na guerra de restauração, e com a ampliação das propriedades pecuaristas, o curral.<sup>426</sup>

Grandes latifundiários como Garcia D' Ávila, da Casa da Torre, vaqueiros nomeados pelos proprietários e mesmo pequenos produtores, são os empreendedores da conquista do sertão à medida que vão instalando os currais de gado. Também o são soldados e oficiais de diferentes forças militares que ganham sesmarias por serviços prestados em guerras de conquista.<sup>427</sup>

---

<sup>422</sup> Sobre as entradas de abertura de caminhos por terra ainda no XVI ver MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O Brasil no Período dos Filipes. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **A Época Colonial: vol. 1 - Do Descobrimento À Expansão Territorial. História Geral Da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1993. Pp. 176-189. P. 181.

<sup>423</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuição Ao Estudo da Questão Agrária No Nordeste**. Recife: Universitária/UFPE, 1998. P. 137.

<sup>424</sup> Vemos, por exemplo, ainda no governo de Tomé de Souza, o primeiro Garcia d' Ávila receber sesmarias no interior. PIERSON, Donald. **O Homem Nno Vale do São Francisco**. Tomo I. 3 vols. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/SUVALE. 1972. P. 265.

<sup>425</sup> ANDRADE, op. Cit. P. 138. Sobre a penetração do sertão ainda no período holandês, feita pelos luso-brasileiros em busca de caminhos distantes do litoral, ver também, ABREU. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Op. Cit. P. 39.

<sup>426</sup> Sobre o impulso da pecuária na segunda metade do XVII ver RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização – A Integração das Populações Indígenas No Brasil Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1970. P. 50; LOPES. Op. Cit. P. 102; ANDRADE. Op. Cit. P. 139. GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza. Imprensa Universitária. 1971. P. 94; NUNES, Odilon. **Pesquisa Para a História do Piauí**. Vol. 1. Rio de Janeiro. Artenova. 1975. P. 47; JOFFLY, Irineu. **Notas Sobre a Parahyba**. Livro I. Brasília. Thesaurus. P. 113.

<sup>427</sup> Ver sobre os soldados que recebem sesmarias LOPES. Op. Cit. P. 103; PIRES. Op. Cit. P. 83. Também temos documentos que o dizem: por exemplo, uma carta régia datada de 14 de junho de 1703 para o governador de Pernambuco, sobre as datas e sesmarias concedidas aos oficiais e soldados do terço que lutara em Palmares. AHU, cód. 257, fl. 130/130v.

O estabelecimento inicial de colonos/conquistadores portugueses no interior subordinado à zona açucareira se dá, dessa forma, a partir da pecuária,<sup>428</sup> que assume um caráter de atividade subsidiária da produção açucareira, empurrada para longe da costa e dos núcleos urbanos litorâneos, no afã de proteger toda a terra cultivável para a cana. A Coroa chega mesmo, nesse contexto, a proibir a criação de gado a menos de dez léguas da costa, em 1701.<sup>429</sup>

Empurrados para longe da zona da cana, os currais vão procurar o sertão, seguindo o curso dos rios continentais, uma vez que o clima da região não é propício para travessias que fujam dos caminhos fluviais naturais. Essa expansão parte dos dois mais importantes núcleos urbanos da zona da cana no início do século XVII: Salvador e Olinda.<sup>430</sup> Desses centros conquistadores, saem não apenas os senhores enriquecidos e agraciados com sesmarias sertanejas por serviços prestados à Coroa, mas também a população excedente da cana que vai servir de mão-de-obra para esses senhores.

Os currais se multiplicam até o Ceará e o Piauí, através da Paraíba e do Rio Grande,<sup>431</sup> com os colonos se estabelecendo por toda a extensão do sertão norte, em capitâneas sob a jurisdição de Pernambuco, mas que, devido aos caminhos muitas vezes partindo da Bahia, estão na prática ligadas a Salvador.

O estabelecimento completo do colonizador no sertão, todavia, só é possível após a derrota das resistências de seus habitantes. Resistência das tribos ditas *tapuias*, e de

---

<sup>428</sup> Essa informação vem das teses consagradas sobre o estabelecimento do sertão ABREU. **Capítulos de História Colonial**. Op. Cit. P. 166-167; ABREU. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Op. Cit. P. 39-40; ANDRADE. Op. cit. p. 167; PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 23<sup>a</sup> ed, 1994. P. 61-63; PETRONE, Teresa Schorer. As Áreas de Criação de Gado. IN HOLANDA, Sérgio Buarque de(org.). **A Época Colonial. Vol. 2: administração, Economia, Sociedade. História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 1993. Pp. 220-227.

<sup>429</sup> "Com a grande expansão dos canaviais no século XVII, a criação de gado nas proximidades dos engenhos representava uma concorrência indesejável à agro-indústria açucareira, na medida em que desviava terras, capital e mão-de-obra da principal e mas lucrativa atividade, a fabricação de açúcar. Desta forma, a conquista de novas zonas até então desprezadas pela cana impôs-se como condição para a continuidade e ampliação da principal cultura agrícola nordestina." MOTT, Luís. **Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella. 1985. P. 72.

<sup>430</sup> Sobre os caminhos fluviais a partir de Salvador e Olinda, Cf. MELLO, J. A. Gonsalves de. **Três roteiros de penetração do território pernambucano (1720 e 1802)**. Recife: Universitária. 1966. P. 9. Sobre as dificuldades climáticas para os caminhos do sertão e as condições naturais da caatinga influenciando esses caminhos ver PIERSON. Op. cit p. 141-143; BARBOSA, Bartira Ferraz. Colonização e meio ambiente no sertão pernambucano. **Clio – Série História Do Nordeste**. Recife. N.º 17. 1998. Pp. 7-18. P. 10-11. Ainda sobre a influência do clima tropical na criação de gado, RIBEIRO. Op. Cit. P.50.

<sup>431</sup> ABREU. **Capítulos De História Colonial**. Op. Cit. P. 172.

fugitivos do sistema escravista colonial, os formadores do quilombo de Palmares.<sup>432</sup> Essa ocupação prévia do interior impõe obstáculos ao estabelecimento dos currais. Apesar disso, a convivência entre colonos e nativos é marcada inicialmente por diferentes tipos de interação social, não se restringindo apenas a conflitos, mas podendo chegar até à cooperação.<sup>433</sup> Palmares é um caso a parte. Sua oposição será mais danosa à zona da cana e seus engenhos do que à pecuária propriamente dita. Mas não podemos deixá-lo de lado nesse processo uma vez que, contemporâneo à *guerra dos bárbaros*, compõe uma primeira barreira à penetração do sertão pela capitania de Pernambuco, da mesma forma que a guerra do Recôncavo contra os *tapuias* será uma primeira barreira à penetração do sertão pela Bahia.<sup>434</sup>

O empreendimento da colonização do sertão é principalmente privado: a Coroa, depois de uma série de expedições de abertura de caminhos, no século XVI, relega essa área, uma vez que a mesma não se insere plenamente em seus projetos de produção para exportação. São os colonos que tomam para si a tarefa de conquistar a área e se estabelecem produzindo em uma atividade complementar à economia açucareira.<sup>435</sup> Nesse momento, apesar do interesse de garantir o território contra possíveis invasões estrangeiras, a Coroa se limita a doar sesmarias e estabelecer os critérios mínimos de produção dos currais. Para além disso, o Estado português se omite de intervir no sertão, mantendo sua jurisdição nos centros urbanos litorâneos,<sup>436</sup> entregando, assim o sertão a poderes particulares, tornando o mesmo um território onde a jurisdição régia dificilmente chega. Assim é que a conquista dos interiores as capitanias do norte, no século XVII, torna-se uma tarefa dos senhores, seguindo o modelo inicial do projeto de colonização onde aos

---

<sup>432</sup> Essas resistências como obstáculo à penetração já são percebidas por Loreto Couto no século XVIII, COUTO. Op. cit. P. 34. A historiografia clássica também não a ignora, ANDRADE. Op. Cit. P. 139, nem a historiografia recente, PIRES. Op. Cit. P. 125.

<sup>433</sup> Ver essa cooperação entre conquistadores e *tapuias* em BARROS, Paulo Sérgio. **Confrontos Invisíveis – Colonialismo e Resistência Indígena no Ceará**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. P. 47-48.

<sup>434</sup> Sobre a Guerra do Recôncavo ver PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP. 1998. P. 73-101.

<sup>435</sup> LINS, Wilson. **O Médio São Francisco - Uma Sociedade de Pastores Guerreiros**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1983. P. 28.

<sup>436</sup> Sobre a permanência da jurisdição régia nos centros urbanos litorâneos do açúcar, Cf. ZANCHETTI, Sílvio Mendes. **O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)**. Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP. São Paulo. 1989.

donatários e seus colonos cabe não apenas a instalação da indústria produtora, mas também a própria defesa do território contra a concorrência externa e a resistência interna.<sup>437</sup>

Mas, dentro desse processo, para além da incitativa privada na pecuária, existe uma participação da administração colonial na procura de jazidas minerais nos interiores. Esse empreendimento estatal, mais restrito que a pecuária, ocupa as preocupações e projetos da Coroa que, depois de várias entradas sem sucesso no século XVI, como a de Gabriel Soares de Souza, inicia, a partir do final do século XVII, uma atividade mineradora no sertão. Motivada pela necessidade de pólvora para a guerra e pelas dificuldades de importação da mesma, a Coroa monta um projeto de exploração de salitre na Bahia e em Pernambuco, fornecendo, dessa forma, o principal ingrediente para a produção de pólvora na própria colônia. As minas pernambucanas se localizam em Campos de Buíque, e sua exploração acrescenta um item a mais na urgência da Coroa em liquidar os *bárbaros* do sertão.<sup>438</sup>

Os primeiros conflitos armados, e as primeiras expedições militares contra os índios do sertão, são organizados e financiados pelos próprios sesmeiros. Garcia d'Ávila, por exemplo, amplia suas terras às custas de uma guerra particular aos índios, e seu filho Francisco Dias d'Ávila, em 1692, por requisição da própria Coroa, chefia homens contra a tribo Acroá, do sertão de Rodelas. Com o título de mestre de campo dos Auxiliares da Torre, Dias D'Ávila comanda 900 homens de seu regimento, moradores agregados das terras da Torre, além de 200 índios, 100 mamelucos e 150 escravos. Sua missão, designada pela Coroa, é de abrir um caminho para o Maranhão, mas seus resultados são quase que somente a ampliação das sesmarias da Casa da Torre.<sup>439</sup>

Empreendendo guerra aos índios de forma isolada, esses sesmeiros não precisam do apoio bélico da Coroa, mas a partir do momento que a resistência se torna mais ferrenha, ou talvez mais organizada, os sesmeiros sozinhos não conseguem fazer frente ao movimento. Mesmo um sesmeiro do porte de Garcia d'Ávila, senhor de 340 léguas de terras da Bahia

---

<sup>437</sup> Ver essa delegação do ônus da conquista e defesa do território pela Coroa aos colonos em SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1979. P. 30; SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos: A Administração No Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. P. 99; ALBUQUERQUE, Marcus; LUCENA, Velea. **Arraial novo do Bom Jesus – consolidando um processo, iniciando um futuro**. Recife: Ed. Graftorre. 1997. P. 62.

<sup>438</sup> CAVALCANTI, Carmen Lúcia Lins. **As Minas de Salitre em Campos de Buíque: Um Caso de Utilização da Mão-de-Obra Indígena na Capitania de Pernambuco (1698-1706)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

<sup>439</sup> PIERSON. Op. Cit. P. 247-265.

até o Piauí e, naturalmente, senhor de muitos *arcos*, tem problemas ao enfrentar, baseado apenas em seu próprio poderio, a resistência que lhe é oferecida por ocasião da *guerra dos bárbaros*.<sup>440</sup> É nesse momento, através da percepção da força da resistência indígena organizada, que os sesmeiros requisitam o socorro da Coroa.

Esses sesmeiros aparecem nos registros da guerra do Açu apresentados como '*os moradores*', personagens que através da Câmara de Natal requisitam o apoio da Coroa no combate aos índios. A expansão territorial, por outro lado, apresenta-se também como uma oportunidade para a Coroa portuguesa, e os grupos sociais dominantes na área açucareira, dar uma utilidade social às camadas inferiores das vilas canavieiras, empregando-as como mão-de-obra bélica. Essa transformação de elementos livres de baixos extratos sociais em ferramentas de conquista facilita os deslocamentos de tropas do litoral para a fronteira, ao contrário dos deslocamentos de índios aldeados, estes últimos contestados pelos colonos e proprietários rurais que empregam os aldeados como mão-de-obra em suas propriedades.<sup>441</sup>

A participação dos grandes sesmeiros voluntariamente na *guerra dos bárbaros* é semelhante ao papel dos conquistadores espanhóis no século XVI: particulares que assumem a iniciativa de liderar a conquista em troca de mercês concedidas pela Coroa. Ganham mais terras e, o que não é menos importante, títulos e honras.

Ao convocarem o apoio da Coroa, os grandes latifundiários envolvem no conflito muito mais que seus agregados. A Coroa, por sua vez, usa diferentes grupos sociais para combater no sertão. Dentre esses grupos, como vimos, estão os paulistas, os índios aldeados, e a *plebe* das vilas pernambucas, principalmente homens de cor livres e *vadios*. Esses personagens se defrontam com um cenário que consideram inóspito: Partindo das vilas litorâneas de Pernambuco adentram o sertão pelos rios Jaguaribe e Açu, e pelo interior da Paraíba, para nessa região se envolverem em combates com os tarairius que tentam rechaçar os pecuaristas.

O mapa abaixo situa, no contexto das capitânicas do norte do Estado do Brasil, em fins do século XVII, a região onde se desenrolam os conflitos da guerra do Açu, além das principais povoações fornecedoras de recursos humanos para essas conquistas.

---

<sup>440</sup> Sobre a incapacidade das forças de Garcia d' Ávila contra a resistência indígena ver NUNES. Op. Cit. P. 51. Também podemos ver a incapacidade dos senhores particulares e sua guerra privada no caso de Palmares. CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1988. P. 97; FREITAS, Décio. **Palmares, A Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro. Graal. 1982. P. 91.

<sup>441</sup> Cf PUNTONI. Op. cit.





que a Coroa envolve seus maiores contingentes militares, dentro dos quais estão inseridos os pobres do açúcar.

O mapa acima destaca núcleos urbanos e rios. Os núcleos urbanos são tanto os fornecedores de mão-de-obra bélica, como é o caso de Recife, Olinda, Itamaracá, Paraíba, Natal e Rodelas, quanto pólos de poder político, tanto régio, como Salvador e Olinda, quanto privado, Piancó e Rodelas, jurisdições de importantes curraleiros que participam dos conflitos. Outros centros ainda se destacam por suas ligações com os paulistas, como Porto Calvo.

Os rios, por sua vez, demarcam os espaços dos conflitos. O rio Açu e o Jaguaribe, principalmente, mas também o Piancó, o Seridó e o São Francisco, delimitam os sertões que carregam os mesmos nomes e onde os tarairius e cariris se firmam para combater curraleiros e Coroa. O que se costuma chamar de guerra do Açu, na verdade, abarca todo esse vasto espaço.

É difícil afirmar quando acontecem os primeiros choques desta guerra, visto que esses provavelmente ocorrem entre as tribos tarairius e os próprios colonos do sertão. No entanto, à medida que os sucessos dos tarairius aumentam, os colonos passam a solicitar o apoio da Câmara de Natal e esta, por sua vez, pede socorro ao governo geral. O marco oficial do início da guerra parece ser o governo de João Fernandes Vieira na Paraíba, entre 1655 e 1657, por ser em seu governo que desmandos cometidos contra a tribo janduí levam estes a se sublevar contra a Coroa.

A guerra no Açu se estende, assim, da metade do século XVII até a segunda década do XVIII, e faz parte do conjunto de levantes indígenas independentes que se convencionou chamar de *guerra dos bárbaros*. Esta, por sua vez, não é um evento unificado, mas se divide na guerra do Recôncavo, com os conflitos se desenrolando na periferia das vilas do Recôncavo baiano entre as décadas de 1650 e 1670, e na guerra do Açu, entre a década de 1650 e 1710, abrangendo os sertões de Rodelas, Piauí e Paraíba, e dos rios Açu e Jaguaribe, ou seja, dentro da jurisdição da capitania de Pernambuco e capitanias anexas.<sup>442</sup>

E é nesse segundo momento, nos conflitos do Açu, que os oficiais mecânicos e *vadios* das vilas açucareiras pernambucanas se vêem envolvidos, levados para lá pelo considerável

---

<sup>442</sup> PIRES. Op. cit. P. 38, 57, 60-61. e PUNTONI. Op. cit. p. 74, 101.

contingente de tropas de Pernambuco, impulsionados para combater as tribos sertanejas, então denominadas genericamente de *tapuias*.

Impulsionados, dessa forma, para um território que para eles pode significar a possibilidade de ascender socialmente, visto as promessas de riqueza tão propagadas nos discursos do período, ou a morte nas mãos dos *bárbaros* e *selvagens* que habitam a região. Seja como for, esses personagens irão criar várias formas de interação com a nova sociedade em gestação, formas essas que influenciadas pelas imagens contruídas na zona do açúcar, vão por sua vez contribuir para a constituição de uma estrutura social e um sistema de valores próprios que mesmo depois de incorporados ao sistema colonial, continuarão a serem interpretados como espaço do *bravio* e do *agreste*.

### **3.2.1 - Os Habitantes do Sertão:**

Por outro lado, a gênese da sociedade sertaneja não depende apenas da zona do açúcar e de seus personagens constitutivos. A migração dos paulistas, a extensão geográfica e temporal dos conflitos e, principalmente, as culturas tribais do semi-árido, são também importantes fatores formadores dessa nova estrutura social que se constrói no sertão. Assim sendo, para compreender a participação dos pobres do açúcar na elaboração desse novo território, é preciso conhecer mais não apenas sobre a guerra de que participam, mas também sobre os inimigos combatidos. Inimigos que serão, posteriormente, também atores sociais ativos na constituição dessa nova sociedade.

A vasta região entre o rio São Francisco e o rio Parnaíba, que podemos localizar no mapa da figura 7, é extensamente habitada antes do início do processo colonizador. É essa região que o imaginário açucareiro associa, no segundo período português, à agrestia, selvageria, e promessas de riqueza, significando-a genericamente como o sertão. Entre os rios São Francisco e Jaguaribe, por exemplo, na região conflituosa sob jurisdição de Pernambuco, residem, no século XVII, os chocó, cariniayo, jacó, paraquió, carateu, carnijó, guegue, che-che, xucuru, peraricoanha, cariri, rodela, corema, ariu, jandui, canindé,

paiacu, pinacu, caboré, capela, paniçugaçu, jenipapo, parasu, quixeló, icó, genipapoçu, calabaça, quesque, procá, pipipá, panati e pegá, todos de organização social tribal.<sup>443</sup>

Apesar da grande diversidade cultural desses povos, essas tribos habitantes dos *sertões de fora*, ou seja, do interior de Pernambuco e capitanias anexas, têm sua cultura generalizada pelos contemporâneos, sendo todos, independente de suas particularidades, denominados pelos colonos como *tapuias*. Designação esta que lhes impõe uma unidade cultural que não existe, escamoteando assim suas identidades próprias e ajudando no processo de desconstrução de suas sociedades, iniciado pelos missionários.

O termo *tapuia*, palavra tupi, é já em si uma generalização que esconde a identidade cultural de cada uma das tribos, algumas aparentadas, outras independentes. *Tapuia*, traduzido por *língua travada*, termina por significar no contexto português colonial, *bárbaro*, acentuando a característica de selvageria que o discurso dominante açucareiro lhes imputa. Um discurso que afirma os *tapuias* como originários do litoral oriental da América do Sul, tendo sido expulsos dessa região pela migração tupi, povos mais *desenvolvidos*. Ao mesmo tempo, a superioridade dos tupi desaparece ao serem eles confrontados pelos portugueses, que por sua vez, também os expulsam para o sertão.<sup>444</sup>

Esse discurso, no entanto, é contestado por descobertas arqueológicas que indicam a presença de grupos ceramistas no semi-árido bem antes das invasões portuguesas. Uma vez que os *tapuias* são apresentados pelo imaginário açucareiro como desprovidos de uma cultura material complexa, não dominando a tecnologia da cerâmica, essas descobertas abrem novas questões para a contestação da dita *inferioridade* dos *tapuias*.

Assim, nem todas as tribos do grupo gê ou de línguas isoladas conhecidas como *tapuias*, são expulsas do litoral pelos tupi. Muitas delas, de fato, já habitam o semi-árido bem antes das migrações tupi-guarani alcançarem a costa oriental. A diversidade cultural no semi-árido indica que, além de grupos nômades, também tribos ceramistas residem no sertão antes do início da colonização. Completando o quadro, encontramos também tribos

---

<sup>443</sup> Cartograma 1 - 'Etnônimos do Banco de Dados que Puderam ser Localizados'. Apud MEDEIROS, Ricardo Pinto. **O Descobrimento dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial**. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. A nomenclatura das tribos do continente é bastante diversificada na historiografia especializada, não havendo um consenso sobre quantas e quais são as tribos no século XVII.

<sup>444</sup> A historiografia que aceita a tese de expulsão da costa dos *tapuias* pode ser vista em Cf. PIRES. Op. cit.; e PEREIRA, Moacir Soares. **Índios Tupi-Guarani na Pré -História - Suas Invasões do Brasil e do Paraguai, seu Destino após o Descobrimento**. Maceió: Edufal. 2000.

tupi no semi-árido antes dos portugueses, o que sugere que estas não são levadas a procurar o sertão apenas como último recurso depois de sua expulsão da costa pelos colonizadores, como propagado pelo imaginário açucareiro.<sup>445</sup>

A idéia de que os *tapuias* tenham sido empurrados do litoral normalmente vem acompanhada de uma imagem de inferioridade cultural possuída por eles. Aparecem assim nos discursos coloniais desprovidos de aldeias ou cultura material, como não tendo tecnologia suficiente nem para construir os artefatos mais comuns utilizados pelos tupi, como redes, malocas e objetos de cerâmica. Um discurso como aquele observado na gravura de Zacharias Wagener.<sup>446</sup> Muitas dessas tribos *tapuia*, entretanto, são ceramistas, como os kamakan e os cariris, ambos considerados línguas isoladas, os botocudos, incluídos por alguns autores no grupo lingüístico macro-gê, os gês e os coroados.<sup>447</sup>

Ao caracterizar os *tapuias* como povos mais primitivos que os tupi, e por isso expulsos por estes da costa, a fala que lhes imputa fraqueza, barbarismo e primitivismo, ao fazer isso afirma o sertão como um espaço indesejado pelo indígena, ocupado apenas por falta de opção. Discurso que legitima, assim, o direito do conquistador sobre o sertão, visto não ser este o berço das tribos lá situadas, e ser uma região, se não desprezada, ao menos secundarizada pelos indígenas.

As tribos que habitam o sertão durante o segundo período português são freqüentemente confundidas pelos cronistas que as observam, tornando difícil sua identificação hoje. Apesar disso, é possível distinguirmos os principais grupos como os cariris, os gês e os tarairius. Os tarairius são os habitantes das ribeiras do Jaguaribe, Apodi, Açú, Piranhas, Sabuji e Seridó, ou seja, dos vales onde se desenrola a guerra do Açú.<sup>448</sup>

---

<sup>445</sup> As recentes descobertas arqueológicas sobre os habitantes do semi-árido antes do período colonial podem ser vistas em OLIVEIRA, Cláudia Alves de. **Estilos Tecnológicos da Cerâmica Pré-histórica no Sudeste do Piauí - Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Arqueologia) FFLCH/Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, São Paulo. P. 60

<sup>446</sup> Figura 6.

<sup>447</sup> A discussão sobre a aceitação por parte da historiografia contemporânea do discurso dominante açucareiro de inferioridade dos *tapuias* pode ser vista a partir de sua contestação em OLIVEIRA. Op. cit. p. 48, 54, 56, 58

<sup>448</sup> LOPES. Op. cit. p. 110-111. Sendo que os cariris habitam os vales úmidos do São Francisco. Os estudos atuais sobre os povos indígenas do sertão que os classificam como cariris, jês e tarairius, seguem o trabalho clássico de Estevão Pinto, não generalizando a guerra do Açú como uma 'confederação' dos cariris, até porque os cariris não participam da mesma, apesar de se levantaram no São Francisco. Para a nova historiografia sobre o assunto Cf. OLIVEIRA. Op. cit.; MEDEIROS. Op. cit. p. 34; LOPES. Op. cit. Alguns outros autores, por outro lado, chamam de *confederação dos cariris* as tribos participantes da guerra do Açú. PIRES. Op. cit. p. 29-31.

Nação de língua independente, entre os tarairius, encontram-se as tribos janduí, pega, ariú, canindé, genipapo, paiacu, panati, aratiú e corema.<sup>449</sup> E são essas tribos tarairius que levam a Coroa a mobilizar suas tropas para o interior do Rio Grande e Ceará, sendo os primeiros entrechoques conhecidos com os janduí.

Os tarairius, juntamente com os cariris do *sertão de dentro* e das margens do São Francisco, e os paiaias e anaios da Bahia participantes da guerra do Recôncavo, são dentre todos os povos continentais, aqueles sobre os quais se têm maiores informações. As tribos tarairius em geral parecem se denominar segundo seu chefe ou *principal*, como podemos observar nos casos dos janduí, paiacús e canindé, por exemplo.<sup>450</sup>

Observando os janduí, que durante o período holandês são calculados em 1600 pessoas, podemos esmiuçar algumas características culturais que eles possuem em comum com as outras tribos tarairius:

*"o nomadismo, com referência à descida ao litoral na época da safra do caju; a prática da caça e da coleta do mel; o endocanibalismo; as corridas de toras; a divisão do grupo em duas metades; a ingestão de bebida preparada com sementes seguida de transe por parte dos feiticeiros; os rituais de iniciação das crianças de 07 a 08 anos de idade; os rituais de casamento; as práticas mágicas em relação à cura de doenças com a fumaça do tabaco; a fumigação das sementes e do campo antes do plantio; o uso de propulsores, arcos, flechas e tacape; a adoração à Ursa Maior ou Setentrião através de festa; a agricultura do milho, fumo, legumes, abóboras em forma de bilha e mandioca; a técnica de assar com brasas enterradas; escarificações com pente de dentes de peixe ao amanhecer com o intuito de se tornarem fortes; o uso do estojo peniano; a depilação de todo o corpo; o uso de cabelo comprido entre homens e mulheres."<sup>451</sup>*

Os tarairius, em geral, além de práticos na guerra de emboscada típica das tribos da América portuguesa, utilizam ainda armas de fogo e cavalos,<sup>452</sup> adaptações culturais que, longe de desintegrarem sua cultura, a fortalecem perante os inimigos externos.

Apesar de algumas referências à existência de tarairius canibais na Praia dos Marcos, no Rio Grande, em 1501, quando do contato inicial com os portugueses<sup>453</sup> - uma

---

<sup>449</sup> LOPES. Op. cit. p. 112. Já o autor Ricardo Medeiros localiza no interior do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco no século XVII, os tarairius (comandados por Janduí); os urius, paiacus, carretius, eycós (no Açu, Jaguaribe, Pernambuco e Rio Grande) e os cariris (São Francisco). Notemos que Medeiros, diferente de Lopes, não considera os urius (arius), e os paiacus, como tarairius. MEDEIROS. Op. cit. p. 64,66

<sup>450</sup> PUNTONI. Op. cit. p. 48, 65, 67-68.

<sup>451</sup> MEDEIROS. Op. cit. p. 64-65

<sup>452</sup> LOPES. op. cit. p. 114-115

permanência talvez ligada às migrações sazonais em busca de safras de cajú-, o contato dos tarairius com os europeus parece ser mais constante apenas a partir do século XVII, quando estes se aliam aos holandeses. Essa aliança faz com que os mesmos sejam considerados inimigos dos portugueses depois da restauração, a ponto do Padre Antônio Vieira solicitar a retirada da Serra da Ibiapaba dos *tapuias* - provavelmente tarairius - que lá haviam se estabelecido por receio de retaliação dos portugueses. Para Vieira, esses *tapuias* apenas iriam perturbar a ordem das tribos tupinambá aldeadas na Serra.<sup>454</sup> Um ponto de vista que indica o conceito existente na zona do açúcar acerca dos tarairius, como selvagens menos dignos de consideração - até mesmo por parte dos missionários - do que os tupi.

No século XVII, período do início da interação dos tarairius com os colonos, os tupis da costa oriental, em sua maioria já aldeados, são então denominados como *caboclos de língua geral*; já não mais identificados através da distinção de tribos e nações, o que indica o sucesso da desintegração cultural levada a cabo pela homogeneização empreendida pelos missionários. Nesse mesmo processo, os tarairius, assim como os cariris do São Francisco, durante a *guerra dos bárbaros* também são aldeados: por vezes em missões que mantêm a distinção em etnias, por vezes em aldeias conjuntas, algumas vezes integrados com os *caboclos de língua geral* deslocados para o sertão, como parece ser o caso dos aldeamentos das minas de Buíque.

De qualquer forma, percebemos que, depois de aldeados, os tarairius são utilizados como mão-de-obra bélica da mesma forma que os tupi aliados. Durante o desenrolar da guerra do Açú vemos seguidamente os janduí, canindé e os panati, entre outros, passarem de inimigos a aliados da Coroa, tendo, nesse processo, seus homens requisitados contra outras tribos tarairius ainda insurretas.<sup>455</sup> Essa aliança se dá a partir da catequização e aldeamento das tribos que decidem fazer a paz e se unir à Coroa portuguesa, quando a guerra esgota seus recursos.

Dentro desse contexto, as razões da derrocada dos tarairius, cariris, gês e tribos de línguas isoladas desde o Recôncavo até o Maranhão são bastante discutidas, sendo que um dos fatores fundamentais para a vitória da colonização sobre as tribos parece ser a

---

<sup>453</sup> PEREIRA. *Índios Tupi - Guarani na Pré-História - Suas Invasões do Brasil e do Paraguai, seu Destino após o Descobrimento*. op. cit. P. 104

<sup>454</sup> PUNTONI. Op. cit. p. 197-108

<sup>455</sup> Cf. PUNTONI. Op. cit.

capacidade de organização do Estado português, e sua agilidade em recrutar e mobilizar forças contra os *tapuias*.<sup>456</sup> Ou seja, a administração colonial vence as tribos continentais não devido a uma superioridade bélica, mas a uma capacidade de organização e de mobilização de recursos humanos que prevalece sobre a organização política dos indígenas. Nesse sentido percebemos que inexistente uma superioridade tática dos colonizadores, até porque a principal força militar utilizada pela Coroa na *guerra dos bárbaros* é composta pelos próprios indígenas.<sup>457</sup> A grande vitória do Estado contra as tribos está principalmente na sua capacidade de arregimentar uma quantidade de recursos, humanos e materiais, bastante superior a das primeiras, devido a seu contingente demográfico - a base dos recursos do Estado - numericamente bem maior que o das tribos.<sup>458</sup>

Do ponto de vista militar, por outro lado, a vitória do projeto de colonização português no sertão se deve em grande parte à própria atividade bélica das tribos continentais, visto que são elas a principal força militar da Coroa na conquista do continente.

### 3.2.2 - As tropas indígenas

De todos os tipos humanos empregados nos combates no rio Açu, são os contingentes indígenas os mais numerosos a serviço da Coroa portuguesa. A importância dos índios como mão-de-obra bélica surge nas diferentes expedições da *guerra dos bárbaros*, tanto com a mobilização de contingentes tupi aldeados do litoral e deslocados para o sertão - principalmente o terço de Camarão -, quanto com a manipulação de tribos *tapuias* aldeadas, chegando até ao deslocamento de tribos inteiras para aldeias-presídio.

---

<sup>456</sup>cf. DIAS, Carlos A. O Índigena e o Invasor: A Confrontação dos Povos Indígenas no Brasil com o Invasor Europeu, nos Séculos XVI e XVII. **Clio - Revista do Curso de Mestrado em História - UFPE**. n.º 10. Série História do Nordeste. Recife: Editora Universitária -UFPE. 1988. Pp.71-109.

<sup>457</sup> Alguns autores aprofundam essa percepção da ausência de uma superioridade bélica colonial sobre os indígenas, e da organização do Estado como razão da vitória da colonização. Cf. BARROS, Paulo Sérgio. Cultura e Resistência Indígena na Historiografia da Conquista. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica** Série História do Nordeste. Recife, vol. 1. N.14. Editora Universitária -UFPE. 1993. Pp. 187-212. E BARROS. **Confrontos Invisíveis - Colonialismo e Resistência Indígena no Ceará**. Op. cit.

<sup>458</sup> O fim da guerra do Açu não pode ser entendido apenas como uma vitória militar da Coroa sobre os tarairius, mas deve ser procurado também na participação dos religiosos que conseguem reduzir diversas das tribos rebeldes, entre elas os janduí, os paiacu e os canindé. Essa razão ainda é pouco percebida pela historiografia. Para isso ver LOPES. Op. cit.

O emprego da mão-de-obra indígena com fins militares é uma constante da administração e do projeto defensivo português já desde o início da colonização. Nesse sentido, os primeiros conflitos contra as tribos tupi da costa oriental, no século XVI, vão gradativamente dando lugar à aliança dos colonos com algumas das tribos, desde esse momento sendo empregada a política de aliança para fins militares. Ainda no século XVI, os potiguar, por exemplo, passam de aliados dos franceses a uma das principais tribos aliadas dos colonos de Pernambuco. O chefe potiguar Potiguaçu chega a deslocar sua tribo do Rio Grande para o Maranhão, em 1614, com o intuito de combater os franceses, morrendo no caminho e deixando como herança uma aliança que leva ao aldeamento dos potiguar no Rio Grande e em Pernambuco. Aldeamentos estes que são, por sua vez, várias vezes deslocados de acordo com a necessidade da colonização.<sup>459</sup> Gradualmente os potiguar vão se extinguindo através da mestiçagem e do processo de aculturação imposto pelos missionários. Uma situação que podemos perceber no grande número de missões litorâneas registradas como de *caboclos de língua geral* e na ausência de referências a missões específicas de etnia potiguar já no século XVII.<sup>460</sup>

São estes aldeamentos potiguar que dão origem ao terço dos índios de Pernambuco, ou o terço de Camarão, única tropa indígena organizada pelos portugueses dentro dos padrões militares institucionais. Esse terço é inicialmente arranjado durante as guerras holandesas em Pernambuco, em meados do século XVII, então comandado por Felipe Camarão, filho do chefe Potiguaçu.

Nessa fase inicial de existência do terço, Antônio Filipe Camarão e os potiguar residem na aldeia de Miritibe, aldeamento franciscano nos limites entre Tracunhaém, Goiana e Igarassú, em Pernambuco, coração da área de engenhos no século XVII. Em 1630 são deslocados para a aldeia de São Miguel, "*20 quilômetros de Igarassú, a meio caminho entre a dita cidade e Carpina-(PE)*".<sup>461</sup> Deslocamento que, no entanto, não os afasta dos núcleos urbanos açucareiros. Se guerreiros de Potiguaçu, apesar de aliados militares, não

---

<sup>459</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa. 1997. e Cf. PEREIRA. **Índios Tupi -Guarani na Pré-História - Suas Invasões do Brasil e do Paraguai, seu Destino após o Descobrimento**. op. cit

<sup>460</sup> Para dados acerca das missões litorâneas no século XVII, Cf. PEREIRA. **Índios Tupi -Guarani na Pré-História - Suas Invasões do Brasil e do Paraguai, seu Destino após o Descobrimento** op. cit. p. 106-107; MEDEIROS FILHO. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Op. cit. p. 111-112; E Cf. MEDEIROS. Op. cit.

<sup>461</sup> MEDEIROS FILHO. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Op. cit. p. 38-39



compunham um terço, a organização de um terço indígena sob o comando de Felipe Camarão pode indicar o grau de assimilação dos valores coloniais dominantes por ele e seus soldados.

O terço de Camarão se torna a principal força indígena a serviço da Coroa porque institucionalizado dentro dos moldes da estrutura militar lusa, enquanto outras tribos aliadas permanecem fornecendo homens de forma irregular. A tropa de Camarão, aparentemente, é o único terço indígena institucionalizado, apesar de ser comum a nomeação de capitães e oficiais indígenas nas aldeias e tribos aliadas.<sup>462</sup> E apesar de termos notícias de que esse terço é comandado em determinado momento do século XVII por D. Antônio Arco-Verde, chefe tabajara - único comandante não potiguar mencionado pela documentação -, aparentemente seus soldados são principalmente os potiguar aldeados em Pernambuco, Paraíba, e Rio Grande, sendo a aldeia de São Miguel do Una, em Pernambuco, o aldeamento ao qual pertence seu capitão mor.<sup>463</sup>

Entre fins do XVII e início do XVIII, o governador do terço dos índios de Pernambuco tem jurisdição sobre todas as capitanias anexas, menos o São Francisco, região para a qual será nomeado um governador indígena autônomo.<sup>464</sup> O terço de Camarão possui, então, uma organização militar que segue o modelo das milícias coloniais, com hierarquia composta por capitães-mores e governadores de índios, sendo estes em geral nomeados entre os *parentes* de Felipe Camarão, ou seja, entre os *principais* do aldeamento, com algumas exceções, como é o caso de Antônio Arco-Verde. O cargo de governador do terço dos índios é extinto em 1733,<sup>465</sup> momento em que, finda a *guerra dos bárbaros*, a Coroa parece prescindir das tropas indígenas.

Dentro desse contexto, a denominação de *terço dos índios* é aplicada apenas ao terço de Camarão, e não aos contingentes de *tapuias*. Dado que pode indicar ser a tropa de

---

<sup>462</sup> É o que podemos ver, por exemplo, na portaria passada pelo governador geral, em 1666: "*Porquanto o muito Reverendo Padre Antonio de Sá Superior da Aldeia do Camamú, representou que convinha ao serviço Del-Rei meu Senhor prover um Capitão dos Indios da mesma Aldeia, para tomar armas, quando se offereça occasião de inimigos, ou outras, que podem succeder: e que na pessoa de Ignacio Taveira, concorriam as partes necessarias para aquella occupação. Hei por bem de o eleger e nomear, Capitão dos Indios da referida Aldeia do Camamú, para que como tal o seja, use, e exerça, na forma que o fazem os mais Capitães dos Indios das Aldeias deste Estado. Para firmeza do que lhe mandei passar sub meu signal e sello de minhas armas: a qual se registrará nos livros que tocar.*" DH, vol. VI, p.275.

<sup>463</sup> MEDEIROS FILHO. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Op. cit. e COSTA. **Anais Pernambucanos**. Vol.3, p. 44, 54. MEDEIROS. Op. cit. p. 105

<sup>464</sup> MEDIERO. Op. cit. p. 105

<sup>465</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Vol. 3, p. 54. E MEDEIRO. Op. cit. p.105

Camarão considerada, pelo imaginário dominante nas vilas açucareiras, como enquadrada na estrutura militar colonial e, logo, em seus valores culturais. O mesmo não acontece com as tropas irregulares de indígenas sempre arregimentadas em qualquer conflito, pois, apesar da participação constante dos índios tupi ou *tapuias* na estratégia defensiva da Coroa entre os séculos XVII e XVIII - em paralelo ao terço de Camarão -, essas tribos não são consideradas como inseridas na sociedade colonial. Já o terço dos índios, com sua hierarquia nos moldes ibéricos, é contabilizado entre as milícias de Pernambuco. Apesar dessa distinção, a Coroa procura manter também um controle político sobre os aldeamentos, com a nomeação de chefes indígena para o posto de capitão de índios, permanecendo os mesmos com a liderança de suas aldeias, agora oficializada pela Coroa.

Este é o caso da nomeação de Pedro de Barros, *principal* da aldeia dos cajayó, nas margens do São Francisco, que é provido no cargo de capitão de índios dessa aldeia em 1669. Sua patente lhe dá as mesmas "*honras, graças, preeminências, e liberdades*" por direito concedidas aos capitães de índios por todo o Brasil, em fórmula idêntica às nomeações de milícias de cor do litoral e dos governadores de ofício em Recife e Olinda, coincidindo todas no fato de que as únicas remunerações envolvidas são as honorárias barrocas que acompanham o posto.<sup>466</sup>

Essa mão-de-obra bélica indígena é amplamente utilizada pela Coroa durante a *guerra dos bárbaros*. Mas, além do terço de Camarão e dos contingentes tribais com organização tradicional comandados por um chefe oficializado pela Coroa, soldados indígenas podem ser vistos também em todas as outras organizações militares empregadas na conquista do sertão.

Nos conflitos do Açú, além do terço miliciano de Camarão, deslocado da zona do açúcar, diversas tribos *tapuias* já aldeadas sob o comando de missionários são requisitadas pela Coroa para combater no sertão. A arregimentação de índios aldeados é feita então sob a justificativa de que os mesmos, agora catequizados, são também vassallos da Coroa, o que lhes confere os mesmos encargos com a defesa do território que os outros colonos.

O recrutamento de índios aldeados, os *frecheiros*, para esses combates é iniciado no Recôncavo, quando os mesmos deveriam acompanhar expedições burocráticas, continua com a chegada dos paulistas - a partir daí indo os frecheiros engrossar esse contingente -, e

---

<sup>466</sup> DH, vol. 12, p. 22-23.

é amplamente utilizado na guerra do Açú, servindo ainda de apoio no combate aos mocambos instalados no interior.

A dependência da Coroa, seja o governo geral ou o governo de Pernambuco, das forças indígenas em questões militares aparece nas diversas ordens para a mobilização de *frecheiros* para a jornada o sertão. Este é o caso, por exemplo, da ordem passada pelo Conde de Atouguia, governador geral em 1654, para o capitão da aldeia do Jaguaribe que afirma que o mesmo *"Logo que receber esta carta mande prevenir os Índios que nessa Aldeia houver capazes de marcharem de frecharem e os tenha todos prompts para a jornada que mando fazer brevemente ao sertão."*<sup>467</sup>

Esse não é um exemplo isolado, pelo contrário, a maioria das expedições engendradas pelo governo geral são acompanhadas por *frecheiros* requisitados dos diversos aldeamentos do Recôncavo. O número de *frecheiros* é tão significativo que em uma expedição de 1664, a de Gaspar Rodrigues Adorno, a companhia desse mesmo capitão é formada por 40 soldados pagos e 100 índios, sem contar os aldeados que seriam agregados pelo caminho.<sup>468</sup>

Não possuindo uma organização sistemática nos moldes portugueses, essas forças indígenas parecem manter sua estrutura tradicional tribal, a que são acrescentados, vez por outra, chefes institucionalizados pela Coroa. O funcionamento dessas tropas tribais parece depender das circunstâncias: em geral, cada governador passa ordens para que uma aldeia específica forneça um número determinado de *frecheiros*, colocados sob o comando de um oficial burocrático, sendo a remuneração comum desses soldados feita em *resgates*, ou seja, em utensílios como facas e machados.<sup>469</sup>

Há casos também onde o chefe da tribo é nomeado encarregado dos *frecheiros* requisitados. Esse é o caso da arregimentação da aldeia de Camamú em 1654, no Recôncavo baiano. Nesse caso, o governador geral, vendo-se na necessidade de armar nova expedição para combater as tribos levantadas no sertão, escreve:

*"Tenho resoluto mandar fazer uma entrada ao gentio Barbaro, que todos os annos desce a fazer diferentes hostilidades no reconcavo desta cidade, e como a principal força com que se lhe há de fazer guerra e a conservação de todo o poder que vae consiste nos Índios das Aldeias obedientes e destas há hoje tão*

---

<sup>467</sup> DH, vol. 3, p 217-218.

<sup>468</sup> DH, vol. 44, p. 193-194.

<sup>469</sup> A vasta correspondência administrativa do governo geral traz muitos exemplos dessas práticas. Por exemplo, DH, vol. 07, p 77.

*poucas; necessariamente se deve puxar pelos dessa, do Camamú, de cujo valor e felicidade estou informado que há grandes experiencias. Até dez do mez que vem se tem destinado a jornada. V. P. tanto que receber esta carta tenha prevenido 40 Indios os melhores (que são os menos que se podem tirar dessa Aldeia) e os arme de toda frecharia que poderem trazer e estejam promptos, para todas as horas que for aviso se embarcarem, e vire para esta praça donde se ajunta toda a gente que há de ir a esta empresa. Para cabo desses 40 Indios eleja o Padre o principal de mais satisfação, e a todos disponha V.P. os animos de maneira que se lhe deva grande parte do bom sucesso. A Camara tirou um grandioso donativo para os resgates e por todos os que vierem se hão de os repartir de modo, que tenham que levar para suas aldeias e de que se dar por contentos de haverem vindo fazer este serviço a Sua Magestade (...)"<sup>470</sup>*

Aqui, escrevendo para o superior do aldeamento, o governador admite abertamente que as tropas de *frecheiros* aldeados são o principal contingente disponível para a Coroa. Esse tipo de arregimentação, incentivada pelos apregoados *resgates*, contribui para a desagregação social das tribos aldeadas, visto que aqui o chefe militar é nomeado pelo padre missionário encarregado do aldeamento, e não mais pelos guerreiros da tribo, desconstruindo assim o complexo social guerreiro que sustentava essas sociedades.<sup>471</sup>

---

<sup>470</sup> CARTA para o Superior da Aldeia do Camamú. DH, vol. 3, p 228-229

<sup>471</sup> Florestan Fernandes, em obra clássica, discute a importância da guerra para a manutenção da sociedade tribal tupi. E apesar de não podermos generalizar conclusões tiradas para os tupi às sociedades tribais sertanejas, a ligação dessas últimas com a guerra aproxima ambas as sociedades. Para Florestan Fernandes o sistema organizatório tribal dos tupi, cujo equilíbrio interno é rígido, só poderia enfrentar alterações que o afetasse apenas se a sociedade mantivesse a estabilidade e permitisse a ação do demorado mecanismo de escolha de soluções da tribo. A influência dos portugueses, dessa forma, trouxe alterações que o sistema tribal tupi não soube assimilar. Assim, a implantação da *plantation* pelos portugueses, e a busca de mão de obra permanente nas tribos causa a desintegração da sociedade tupi. Para Fernandes, os objetivos dos colonizadores só poderiam ser alcançados se estes conseguissem gerar a destribalização, ou seja “*a desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e era vistas como ‘ameaças’ à segurança dos brancos, como as instituições vinculadas à vida doméstica, ao xamanismo e à guerra*”. FERNANDES, Florestan. Antecedentes Indígenas: Organização Social das Tribos Tupis. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira – A Época Colonial. Vol. 1 – Do Descobrimento à Expansão Territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989. Pp 72-86. P. 80-89. Se não podemos generalizar a organização social tupi para as tribos continentais, por outro lado, é perceptível que a política colonial de destribalização continua também com os *tapuias*. Essa destribalização é conseguida principalmente a partir dos acordos de paz – que para os indígenas significam alianças militares - e dos aldeamentos, estes possibilitados pelas alianças entre tribos e Coroa. No todo, esse processo mina as estruturas sociais, econômicas e culturais dos povos do sertão, assim como antes funcionara com os tupi litorâneos, permitindo sua mais fácil assimilação como mão-de-obra para a Coroa e para os colonos. Mas apesar disso, as instituições tribais atreladas à guerra são também assimiladas pela colonização, como podemos observar na mobilização dos contingentes de *frecheiros* retirados dos aldeamentos sertanejos. Esses *frecheiros* parecem manter os costumes bélicos tradicionais, apesar disso também essa instituição sofre com o processo de destribalização visto que a Coroa passa a nomear seus comandos. A nomeação institucional de oficiais para terços indígenas e para aldeamentos desconstrói o sistema de hierarquia tribal tradicional que elege os chefes militares, diminuindo assim a liberdade de ação dessas tropas e a própria autonomia das tribos.

Se esses exemplos estão bem registrados para a Bahia, não se restringem, todavia, a esta capitania.

Em 1691, por exemplo, o governo de Pernambuco ordena a arregimentação dos *índios da aldeia do Ararobá*, assim como uma tropa de chocós, carnijós e carapotós, pondo-os sob o comando do capitão mor João de Oliveira Neves para combater os *tapuias* hoés hoés entre o rio Pajeú e Buíque, em Pernambuco. Para reforçar esse contingente, o governador ordena ainda a mobilização da aldeia dos urumarus, e os '*índios*' e *tapuias* do Pajeú, integrando-os ao corpo de tropa comandado pelo capitão Antônio Gomes Brandão com as ordenanças do próprio Pajeú.<sup>472</sup>

Esse episódio retrata a diversidade de conflitos menores ocorridos fora dos eixos Recôncavo/Açu, apontando ainda a constância da política da Coroa na utilização dos contingentes indígenas em toda a zona canavieira e seu interior. Além do grande número de soldados índios na referida expedição, podemos observar ainda a existência de uma distinção entre *índios* e *tapuias*, distinção que equivaleria, no discurso dominante, à separação entre os tupi *civilizados*, ou seja, aldeados, e os *tapuias* também aldeados, mas sob os quais pesa o estigma de selvagens.

Por outro lado, a utilização de contingentes indígenas não se restringe às tropas irregulares de tribos aliadas, chegando os guerreiros das aldeais a serem recrutados também pelas tropas dos paulistas, e às vezes, pelas institucionais. Esses recrutamentos nem sempre agradam aos colonos: No Rio Grande, durante a guerra do Açu, os moradores movem demandas contra os paulistas para impedir o recrutamento dos índios aldeados, visto que este afasta a mão de obra indígena do serviço dos moradores. Os colonos chegam mesmo a sugerir que os índios do Rio Grande sejam dispensados do serviço militar e substituídos pelos "*muitos vadios e índios do Ceará Grande onde havia grande quantidade e em menos ocupação.*"<sup>473</sup> Notemos aqui que também os moradores, assim como a Coroa, se voltam para os *vadios* como os personagens por excelência destinados ao recrutamento, uma vez que tidos como improdutivos para a sociedade. Sob esse ponto de vista, é preferível enviar os *vadios* para os combates do que os índios, visto que esses *servem* aos moradores através do trabalho compulsório imposto aos aldeamentos.

---

<sup>472</sup> MEDEIROS. Op. cit. p. 117-118

<sup>473</sup> AHU cód. 257, fl. 154, Apud MEDEIROS. Op. cit. p. 111.

Dentro desse cenário, não é surpresa que o terço paulista de Morais Navarro, depois burocratizado no terço do Açú, e uma das principais forças do conflito, utilize amplamente o recurso dos índios aldeados do Rio Grande desde sua chegada em 1698.

Quando de sua institucionalização como tropa regular, o terço de Navarro conta com 10 companhias de 193 praças cada, existindo nelas apenas 12 índios alistados no livro de assentamento.<sup>474</sup> No entanto, em paralelo a esses soldados registrados pelo livro e pagos pela Coroa, podemos encontrar ainda outros contingentes indígenas controlados pelo terço e originários da aldeia dos cariris, na Paraíba, da missão de Guaraíras, aldeia de Mipibu e da aldeia de Guajiru, no Rio Grande, além de *tapuias* canindé, oriundos do sertão do Rio Grande e dos *tapuias* paiacus da missão do vale do Apodi.<sup>475</sup> Além destes, o terço conta também com índios trazidos de São Paulo. Todos somados indicam que o contingente de índios do terço de Navarro, além de ultrapassar de muito os 12 indivíduos registrados, é numericamente superior a qualquer contingente composto por outros tipos humanos no mesmo terço. Podemos observar ainda que tanto *índios*, ou seja, os tupi aldeados, quanto *tapuias* são utilizados, sem esquecer que muitos dos ditos *brancos* registrados no livro de assentamento são, na verdade, mestiços, mamelucos e caboclos, embranquecidos oficialmente.

Uma das razões para que esses consideráveis agrupamentos militares de indígenas não sejam registrados no livro de assentamento do terço do Açú é o fato de que os mesmos não são pagos pela Coroa, mas arregimentados a partir de alianças militares efetivadas com os acordos de paz, ou a partir da obrigação de cada missão de fornecer braços armados gratuitamente.

Se durante a *guerra dos bárbaros* é prática comum a utilização de homens retirados dos aldeamentos nas campanhas burocráticas ou particulares, a Coroa, por outro lado, cria novas políticas defensivas que pretendem se valer da força armada indígena de outra forma: a principal delas é a prática de deslocamento de aldeias inteiras para locais de conflito, tornando-as barreiras vivas, ou *muros do sertão*, contra os *bárbaros*.<sup>476</sup>

---

<sup>474</sup> MEDEIROS FILHO. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Op. cit. p. 123-129. O autor reproduz trechos do manuscrito original existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

<sup>475</sup> MEDEIROS FILHO. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Op. cit. p. 129-130

<sup>476</sup> Essa política de utilizar aldeamentos e tribos aliadas como 'muros do sertão' não é específica apenas do sertão das capitânicas do norte do Estado do Brasil, mas também aplicada no Grão Pará, como podemos observar no caso específico da bacia do Rio Branco, fronteira com a Guiana Inglesa e o Suriname. A partir da

Este é o caso do deslocamento dos paiaíases, em 1657, que têm todas suas aldeias - 15 ao todo - remanejadas do local onde tinham sido aldeados pela própria Coroa para as fronteiras do Recôncavo, com o objetivo de combater as tribos levantadas no interior da Bahia. Para isso, o governador geral ordena a realização de uma entrada ao sertão, comandada pelo ajudante Luís Álvares, dizendo:

*"Porquanto convem ao serviço de Sua majestade que as quinze aldeias de Payayases; que assistem na Jacobina se mudem para sitio das dos Tapuyas do Orobó, que ora mando destruir; por serem inimigos nossos, e dos mesmos Payauases (cuja dita é a Serra do Orobó) para assim se conservarem melhor, e fazerem fronteira naquella parte aos Barbaros, que podem descer ao Reconcavo, e os Principais que nessa praça se acham em pediram lhes mandasse dar vinte e cinco Infantes, para com os seus soldados penetrarem aquelle sertão e se defenderem dos Tapuyas, que estão na dita Serra, para donde pretendem levar suas famílias: Ordeno ao Ajudante Luis Alvares (pela satisfação, que tenho de seu valor, e prestimo para esta jornada) marche logo com os vinte e cinco soldados que se lhe tem nomeado, e levando em sua companhia os Principais dos Payayases, e o crioulo Antonio Pereira escravo do Padre Antonio Pareira, como lingua, e pratico naquelle Sertão, se vá a Cachoeira, e entregando-o ao Capitão daquella Freguezia tudo o que se lhe remette, parta com summa brevidade para a Jacuabina, e ali persuada aos Principaes das quinze aldeias, que naquella Serra se acham, se mudem com suas mulheres, e filhos, e com todos os mantimentos, que poderem levar para a do Orobó, assim por haverem sido terras suas, e estar já pelo Sargento maior Pedro Gomes com muita Infantaria para lançar della, e destruir os Tapuyas, seus inimigos, como porque sendo muito ferteis e melhores, que as da Jacobina, não só ficarem mais bem accomodados, e impedindo a seus contrarios poder se recolher as aldeias de que os lançam; mas ainda ajudar a conservar a casa forte, que alli mando fazer, e defender com os nosso soldados que não desçam mais ao Reconcavo. (...) E abalando todas as ditas Aldeias, marchará para a Serra do Orobó: mas sempre com a vigilancia, e cuidado com que obriga a estar a consideração de serem Barbaros os que vae ajudar.(...)"<sup>477</sup>*

---

segunda metade do século XVII, ou seja, contemporaneamente à prática no sertão, os governadores do Grão Pará recebem ordens para bem tratar os indígenas aldeados a fim de se evitar que estes se indisputassem com os portugueses e se voltassem para os estrangeiros, porque "os Gentios erão as muralhas dos Certoens". Ou seja, a mesma política de utilização das alianças indígenas como estratégia de defesa militar pode ser observada em diferentes regiões da América portuguesa em uma mesma época, o que lhe confere um caráter mais amplo de prática imperial, e não apenas de uma política localizada para as capitânicas do norte do Estado do Brasil. Para a observação dos aldeamentos na bacia do Rio Branco, Cf. FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões – Os Povos Indígenas no Rio Branco e a Colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS. 1991. P. 41-42.

<sup>477</sup> REGIMENTO, que se passou ao ajudante Luis Alvares para ir passar as aldeias da Jacuabina para a Serra do Orobó. DH, vol. IV, p. 57, ou vol. V 276-277. 1657

Percebemos aqui que nesse momento a principal estratégia da Coroa para combater as tribos levantadas é deslocar aldeamentos inteiros de tribos já *pacificadas* para o território em disputa, onde essas deveriam servir de barreira contra os levantados. Nesse caso específico dos paiaises, uma companhia de apenas 25 soldados burocráticos é enviada para acompanhar o deslocamento de 15 aldeias inteiras.

Essa prática de deslocamentos, todavia, nem sempre funciona, pois uma vez conhecida pelos indígenas, contra ela são criadas estratégias intrincadas. E é o que acontece nessa mesma campanha de 1657, que termina por se mostrar uma armadilha dos paiaises. Estes, associados com o crioulo Antonio Pereira, desbarataram as duas expedições institucionais, além de uma tropa de paulistas, enviadas para combater os pretensos *tapuias* da Serra do Orobó, que na verdade eram eles mesmos.<sup>478</sup>

Do ponto de vista das práticas estatais para a organização das expedições de deslocamentos de tribos, podemos observar o regimento dado pelo governador geral a um dos capitães encarregados desses conflitos na Serra do Orobó:

*"Faço saber ao Capitão Domingos Barbosa Calheiros, que nomeei Capitão-mor da gente que mandei vir da Capitania de São Vicente, e da infantaria, e mais Índios auxiliares que estão prevenidos para a conquista do Gentio Barbaros, que para a conseguir, e se haver na jornada, como mais convir ao serviço de Sua Magestade: Hei por bem, e lhe ordeno guarde em tudo o Regimento seguinte.*

*1-Partirá a vinte com toda a gente paga, da Ordenança, e índios para a Cachoeira nos barcos que se lhe hão de dar, e que fará recoher as munições, ferramentas, resgates, (...) repartidas as espingardas que he derem, assim pelos soldados pagos, como pelos que trouxe de São Paulo,(...)*

*2-Chegado que for a Cachoeira aggregará a si os Índios as Aldeias e Jaguarippe, e toda a ais gente branca, mamelucos, e mulatos que voluntariamente o quizerem acompanhar; (...)*

*4-Para conservar toda a gente que leva lançará um bando logo na Cachoeira, com pena de vida a quem fugir. (...)*

*6-Na Jacobina ajuntará das aldeias que ali houver a gente que for bastante para conduzir a ferramenta, munições e resgates; dando ao principal dellas a carta que para isso leva, e assi a elle como aos seus indios contentará com os resgates que lhe parecer para que com melhor vontade vão fazer aquele serviço, e o acompanhe. (...)*

*9-Chegando as Aldeias dos Payayases dará ao Principal uma carta que lhe leva, e com elle e com seu Gentio repartirá das ferramentas que vão aquella*

---

<sup>478</sup> Para um relato mais detalhado das atividades dos paiaises no Recôncavo, cf. PUNTONI. Op. Cit. P. 81-86.



*quantidade que lhe parecer sufficiente a contenta-los, com a esperança de merecer sufficiente a outra, persuadindo-os que o acompanhe o maior numero que lhe parecem mais accomodados; sendo a primeira de mandar e fazer guerra aos seus contrários, e serem elles nossos amigos, e em tanto o desejo de lhes fazer restituir aquelas terras que seus inimigos possuem, por haverem sido de seus antepassados; (...)*

*10-E como os ditos Payayases são os de quem mais principalmente pende na presente occasião o bom successo esta jornada (...) lhe hei por muito recommendao os trate com toda a benevolencia, e com o Juquerique, e os seus Indios seja mais liberal dos resgates que leva, repartindo-os de modo que faça vantagem às ais nações, e Principaes.(...)*

*12-Prevenido tudo, se porá com o favor de Deus a caminho, e demanda as Aldeias dos Tapuyas inimigos, para as quaes lhe servirão de guias o crioulo do Padre Antonio Pereira, e os mesmos Payayases. (...)*

*13-Antes que se ponha a caminho, tomará todas as noticias que poder achar dos mesmos Payayases, e mais pessoas praticas de que tiver informações para seguir a jornada pela parte que lhe parecer mais convenientes.(...)"<sup>479</sup>*

Esse regimento é significativo de quantas expedições são feitas como jornadas do sertão depois da chegada dos paulistas à Bahia, que logo recebem o comando das jornadas. Ele nos mostra ainda que, apesar dos diferentes tipos humanos na expedição, apenas os soldados brancos e paulistas têm direito às armas de fogo. As ordenanças, no entanto, cuja obrigação é patrocinar seu próprio armamento, também poderiam dispor de armas de fogo caso possuíssem recursos para tanto. Entretanto, o grosso das forças régias, compostas pelos índios aliados, utiliza suas armas tradicionais. Dado que nos leva a questionar qualquer superioridade bélica tecnológica portuguesa na *guerra dos bárbaros*, visto serem os indígenas seus principais defensores, assim como seus mais ferrenhos inimigos. Não podemos deixar de ressaltar também a grande mobilização de contingentes indígenas em uma única expedição.

Em outro sentido, esses deslocamentos também trazem à tona as estratégias empregadas pelos paiaiaes para resistir aos arbítrios da Coroa. Tendo sido inicialmente retirados de seus territórios originais e aldeados no Recôncavo muito provavelmente para servirem de mão-de-obra barata para os colonos da região, os paiaiaes encenam os ataques à Serra do Orobó, apresentado aos colonos uma falsas ameaças de *tapuias*. A Coroa, por sua vez, utilizando sua política costumeira e conhecida, usa os mesmos paiaiaes como

---

<sup>479</sup> REGIMENTO que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na Jornada do Sertão. DH, vol. 5, p. 321-327.

guias e soldados, visto que a região em questão é sua terra natal, para combater os pretensos *tapuias* do Orobó. Deslocados pela segunda vez, dessa vez para servirem de *muros do sertão* contra tribos *selvagens*, os paiaiaes na verdade, estão ludibriando a Coroa, fingindo um ataque de *tapuias* inimigos que não existem para conseguirem regressar à sua terra natal. Ao empreender esse logro e desbaratar as expedições institucionais enviadas para acompanhá-los - numericamente bem inferiores a eles -, os paiaiaes expõem a dissimulação como uma das formas possíveis de resistência nos sertões.<sup>480</sup>

A estratégia dos paiaiaes dá resultado, ao menos em curto prazo, pois um ano depois, em 1659, o governo geral envia uma nova expedição para socorrer aquela de Calheiros, que não tivera sucesso.<sup>481</sup>

Esses freqüentes deslocamentos, dos quais os paiaiaes são apenas um exemplo, apenas prejudicam a organização social e a economia das tribos aldeadas, como é o caso dessas quinze aldeias que na verdade já haviam sido descidas uma vez daquela serra para as vilas do Recôncavo para trabalharem na produção de açúcar e farinha.

E apesar do fracasso com os paiaiaes, a Coroa continua a utilizar essa prática na guerra do Recôncavo. Em 1664, por exemplo, o capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno recebe ordens para, com 40 soldados regulares e 100 índios, *reconduzir* as aldeias da Jacobina para a fronteira do Recôncavo onde aconteciam então algumas movimentações indígenas.<sup>482</sup>

De qualquer forma, não apenas a Coroa costuma apelar para a transferência de aldeias indígenas como recurso defensivo contra outros indígenas, mas os próprios colonos também recorrem a esse expediente. Os moradores do Recôncavo chegam a prometer cabeças de gado para os *principais* da aldeia do Gayrarú, em troca do assentamento da aldeia nas proximidades das vilas de Maragugipe, Cachoeira e Seppora.<sup>483</sup> Essa promessa condiz com a prática administrativa de pagar os índios em gênero, através dos chamados *resgates* enviados para os aldeamentos. Nesse caso específico, informa o governador geral

---

<sup>480</sup> Hector Bruit, observa casos de resistências indígenas na América hispânica que nos podem servir de paradoxo para o caso dos paiaiaes, por destacar a mentira e o logro como importantes formas de resistência aos desmandos coloniais. Cf. BRUIT, Hector. O Visível e o Invisível na Conquista da América. In VAINFAS, (org.) Ronaldo. **A América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 1992.

<sup>481</sup> DH, vol. V, p. 331-332.

<sup>482</sup> PORTARIA com que foi o capitão Manuel da Costa ter prevenido farinha, e espingardas para os soldados que vão ao sertão. DH vol. 44, fl. 193-194

<sup>483</sup> ORDEM que levou o Capitão Manuel da costa indo a entregar o gado que se prometeu aos Indios da Serra do Guayraru, DH, vol. IV 140 (ou vol. V 408-409)

que "O Provedor-mor da Fazenda Real deste Estado mande dar seis milheiros de anzoes, e seis duzias de facas de resgate para os Indios amigos e vinte facões para os soldados que vão á entrada que mando a Jacobina."<sup>484</sup>

Esses *resgates* são objetos utilitários, preferivelmente de metal visto a escassez deste entre os indígenas. São anzóis, facas, utensílios de uso cotidiano, de pouco custo para a Coroa e apreciados pelos indígenas, oferecidos para apaziguar os aldeados constantemente deslocados para as fronteiras militares da Coroa.

Mas apesar da reconhecida importância estratégica das tribos aldeadas como recurso defensivo da política portuguesa, as mesmas são descritas, normalmente, de forma vaga e tão generalizante quanto as tribos inimigas. Uma situação que denota o pouco interesse da Coroa nesses personagens, e que pode ser vista tanto na guerra do Recôncavo quanto na do Açu. Todavia, é possível identificarmos algumas das tribos participantes da *guerra dos bárbaros*, seja ao lado dos colonos, ou contra eles.

**Quadro 16 - Tribos Participantes da Guerra dos Bárbaros:**

| TRIBOS  | ALDEAMENTOS  |
|---|--|
| <b>Recôncavo Baiano :</b>                         |  |
| Anaiós  | Aldeia dos 'guarguaes', no rio São Francisco/rio do Salitre, e Serra da Jacobina.  |
| Paiaiaes  | Aldeias de Jacobina, rio Itapecuru, transferidas para Serra do Orobó. Aldeia de Itapororocas.  |
| Aimorés   | Aldeamento em Camamú.  |
| Topins  | Aldeias dos Campos do Aporá, rio Paraguaçu.  |
| Cariris   | Aldeamentos no rio São Francisco.  |
| Etnias não identificadas.                         | Aldeamentos do rio Itapecuru, de Maragogipe e Jaguaribe, e aldeamentos de D. Clara, Iguape, Cachoeiras.                              |
| <b>Açu, Rio Grande do Norte/Jaguaribe, Ceará:</b> |  |
| Janduí  | Aldeias nas ribeiras dos rios Açu, Apodi e Mossoró e na Serra da Ibiapaba, Rio Grande e Ceará. Aldeamento nas Guaraíras, Rio Grande. |

<sup>484</sup> PORTARIA para se darem anzoes e facas para o resgate do Sertão. DH, vol. 44, p 193. 19/9/1664.

|  |  |
|--|--|
| Paiacu   | Aldeias no Ceará e Piauí.  |
| <i>caboclos de língua geral</i>  | Aldeamentos da Preguiça, em Mamanguape, Paraíba, e aldeamento de Mipibu e Guarairas, Rio Grande. |
| Canindé  | Aldeia do Cunhaú, Rio Grande.  |
| Rodelas, Procás, Pancararús, Cariri, Coripó, Tamanquin   | Aldeamentos do rio São Francisco.  |
| <i>caboclos de língua geral</i> , Tremembé, paiacu, canindé e jenipapo, quixeló, quixexeu, jucá, condadú e cariú, quixexeu, cariú, cariuânê, calabaça e icozinhos. | Aldeamentos do Ceará: Ibiapaba; Tremembé; Caucaia; Paiacu; Palma Telha e Miranda.                |
| Pega   | Aldeamentos das Piranhas, Rio Grande.  |
| <i>caboclos de língua geral</i>  | Aldeamento de Paupina, no Rio Grande.  |
| <i>caboclos de língua geral</i> e anacés   | Aldeamento de Purangana, no Rio Grande.  |
| Etnia não identificada.  | Aldeamento de Alagoas do Guapeu e aldeamento de Paranamerim e Guanaris, no Rio Grande.           |

Fonte: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP. 1998. pp. 75-96; MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal, Departamento Estadual de Imprensa. 1997. P. 111, 155; e MEDEIROS, Ricardo Pinto. *O Descobrimento dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial*. Recife, Tese de Doutorado em História - UFPE. 2000. P. 170-172.

Podemos perceber, por esses dados, a diversidade de etnias envolvidas no conflito, seja do lado ou contra os colonos e a Coroa. As posições de inimigos ou aliados, entretanto, variam bastante, como visto no caso dos paiaiases, inicialmente aliados depois inimigos, e no caso dos jandui, inimigos que passam a aliados. Destas tribos aldeadas que atuam na guerra do Açú, os canindé, paiacu, janduí, pega e jenipapo são tarairius, indicando assim a grande participação que estes têm no conflito.

Mas, a conquista do sertão é um processo que envolve uma região tão vasta quanto diferenciada, e que ultrapassa mesmo os limites da *guerra dos bárbaros*. Para a definição das áreas pecuaristas e para o estabelecimento dos currais no sertão, é preciso primeiro conquistar a própria área canavieira. No século XVII essa parecia ser uma tarefa já executada, mas a existência de um quilombo militarmente poderoso nas fronteiras da zona do açúcar de Pernambuco traz instabilidade para a sociedade canavieira, tanto urbana quanto rural.

Nos combates contra o quilombo de Palmares movidos pelo governo de Pernambuco e que se estendem desde a década de 1670 até 1694, quando extinto o quilombo, e mais até em busca de quilombolas fugitivos, a Coroa, representada pelo governo de Pernambuco, utiliza os mesmos tipos de tropas que já começavam a ser empregadas na *guerra dos bárbaros*. E aqui também o recurso aos *frecheiros* indígenas é significativo.

As primeiras investidas contra Palmares são patrocinadas pelo governo de Pernambuco a partir da década de 1670, constituídas sobretudo por forças burocráticas e institucionais da própria capitania. Mas, depois de mais de uma década de expedições infrutíferas, em 1696, Fernão Carrilho, comandante pernambucano já veterano de diversas campanhas contra Palmares, propõe uma mudança na estratégia da Coroa. Sugere que se estabeleçam casas-fortes nos Palmares, e que seja feito um cercamento do quilombo com o *gentio bravo*, inimigo dos quilombolas, "*que não só os deseja destruir, mais comer*."<sup>485</sup>

A proposta de Carrilho, ainda que preterida pela Coroa que opta pelo uso dos paulistas, aponta para o imaginário dominante na zona do açúcar acerca dos índios, não apenas como *selvagens*, mas como *selvagens* com uma função militar no âmbito da colonização. Esse imaginário aparece também no discurso dos moradores de Porto Calvo, que não confiando no recurso aos paulistas, pedem o estabelecimento de cem casais índios comandados pelo então governador dos índios, Antônio Arco-Verde, entre Serinhaém, Porto Calvo e Alagoas.<sup>486</sup>

E apesar da Coroa preferir empregar a tropa paulista de Domingos Jorge Velho, essa, por sua vez, também é composta majoritariamente por índios: Depois de uma atuação desastrosa no Açú, onde perde um número significativo de combatentes, Jorge Velho chega a Palmares com 600 soldados índios e 45 brancos. Números que refletem a significativa participação indígena nos conflitos de expansão da colonização no segundo período português.

Nesse contexto, apesar dos discursos da Coroa que apontam a vitória sobre os *bárbaros* como feito paulista, o sucesso no Recôncavo, Açú e Palmares se deve em grande parte à estratégia régia de utilização da mão-de-obra bélica indígena. Essa política vai direcionar, de fato, quase toda a atividade estatal desenvolvida no sertão durante a *guerra*

---

<sup>485</sup> ENNES. Op.cit. p. 44

<sup>486</sup> ENNES. Op. Cit. P. 59

*dos bárbaros*. Assim é que os empreendimentos estatais, sejam econômicos como as minas de salitre, ou administrativos, freqüentemente se valem da mão-de-obra indígena para sua execução. É o caso, por exemplo, da ordem régia passada para o ouvidor geral da Paraíba e reforçada com o governo de Pernambuco, que afirma que:

*"Sendo necessario alguma infantaria paga para melhor direção das delligencias que se encarregão aos capitães mores das freguesias que tenho mando formar pelos Certões dessa Capitania vos ordeno lha deis como tambem os administradores das Aldeia todos os Indios que fossem necessarios para ellas para que por esse Caminho se possa obrar Milhor o meu serviço na execução dellas."*<sup>487</sup>

Datada de 1700, essa ordem aponta para a ampla utilização da mão-de-obra indígena difundida nas questões administrativas no sertão, onde serve tanto para a execução do trabalho braçal, como *'índios de carga'*, quanto como proteção militar. A resposta do governador de Pernambuco à Coroa acerca dessa ordem, indica, por outro lado, as dificuldades no emprego de mão-de-obra da zona do açúcar no sertão. Uma outra carta régia, datada do mesmo ano, comenta as dúvidas do governador:

*"Representais os inconvenientes que se offerecem para satisfazeres o que se vos ordenou sobre mandares aos capitães mores das freguesias que mandei formar pelos Certões a infantaria que lhe fosse necessaria para melhor execução das dilligências (...), porém pelo que tocava no mandardes dar aos administradores das aldeias todos os Indios necessarios para ellas acharieis convenientissimo. E pareceume dizervos se reconhece a dificuldade de ir infantaria paga aos Certões para ajudarem aos Capitães mores vista a vossa Representação; e asim vos ordeno cumprais só na segunda parte a ordem que vos foi."*<sup>488</sup>

Ou seja, mesmo o apoio às expedições administrativas deveria contar com o recurso do trabalho indígena, em vista da instabilidade de se enviar tropas pagas ao sertão pelas deserções provocadas. Mas também em empreendimentos econômicos sertanejos, a Coroa se vale dessa política. Esse é o caso da mineração de salitre para fabricação de pólvora em Buíque, sertão de Pernambuco no século XVII.

O emprego da mão-de-obra indígena na mineração em Buíque é generalizado: o trabalho especializado é feito pelos chamados *'índios'*, ou seja, pelos tupi trazidos do litoral.

---

<sup>487</sup> AHU, cód. 257, fl. 38v.

<sup>488</sup> AHU, cód. 257, fl. 42 v.

Os *tapuias*, por sua vez, são utilizados como '*índios de carga*', encarregados apenas das ocupações menos especializados, em vista do discurso dominante acerca de sua selvageria. Além disso, toda a estratégia defensiva das minas conta com o apoio militar indígena.<sup>489</sup>

A ampla utilização da mão-de-obra indígena em Buíque pode ser vista, por exemplo, nos comboios encarregados do transporte de gêneros alimentícios para as minas, e que também conduzem índios aldeados para serem empregados na mineração, como é o caso dos *carnijós* e os *xocós*. Além disso, são soldados também indígenas que escoltam os comboios. Um dos quais, na primeira década do XVIII, registra 74 índios do terço de Camarão, além de 37 *tapuias* do aldeamento de Rodelas, acompanhando a mão-de-obra. Em geral, essas unidades militares poderiam contar com capitães-mores, soldados e ajudantes, e mesmo com governadores dos índios, como é o caso ainda dos *xocós* e *carnijós*.<sup>490</sup>

E é dentro desse contexto de predomínio da mão-de-obra indígena, inclusive bélica, nos projetos estatais do sertão, que encontramos as tropas institucionais do litoral trazidas para o cerne da *guerra dos bárbaros*. Tanto os paulistas quanto os pobres e *vadios* das vilas açucareiras surgem assim como grupos menos minoritários nesses conflitos. No entanto, não menos significativos, pois uns e outros vão exercer considerável influência política e social tanto no processo de conquista quanto de consolidação da sociedade sertaneja.

---

<sup>489</sup> Cf CAVALCANTI. *As Minas de Salitre em Campos de Buíque*. Op. cit.

<sup>490</sup> CAVALCANTI. *As Minas de Salitre em Campos de Buíque*. Op. cit. p. 53-55

### 3.3. AS JORNADAS DO SERTÃO: OS HOMENS DO LITORAL NA GUERRA DOS BÁRBAROS

*“sendo então mui cruéis as hostilidades que aqueles moradores padeciam; é ainda maior o aperto em que hoje e vêem os arraiais, por ser incomparavelmente maior o poder dos Bárbaros que o das nossas armas: pois pelos últimos avisos que agora tive daquela fronteira não só se não atrevem os nosso a investi-los nas suas aldeias, mas antes chegaram eles a vir cercar os nosso quartéis, sendo governador de um deles Domingos Jorge Velho, e do outro Antônio de Albuquerque da Câmara os quais pelejando 4 dias com os Bárbaros por falta de munições se retiraram aos quartéis de que saíram.”<sup>491</sup>*

Frei Manuel da Ressurreição

Ao nos debruçarmos sobre os vestígios e pistas deixados pela *guerra dos bárbaros*, podemos identificar que apesar da superioridade numérica das tropas indígenas, a amplitude do conflito no sertão dá margem para que outras tropas sejam trazidas para esse cenário. Formadas pelos tipos humanos mais diversos, essas tropas participam seja voluntária ou forçosamente, mobilizadas nas diferentes expedições militares organizadas pelo governo geral e pelo governo de Pernambuco.

As primeiras campanhas contra as tribos continentais na série de confrontações da *guerra dos bárbaros* são organizadas contra levantes que ameaçam as vilas pertencentes ao complexo do Recôncavo baiano em meados do século XVII. Esses conflitos passam a ser conhecidos como a guerra do Recôncavo, e além de serem independentes entre si do ponto de vista indígena, também não mantêm nenhuma unidade com a guerra do Açu. No entanto, a colonização engloba todos os conflitos em um único momento, configurando-os para a Coroa como uma única ameaça, razão pela qual ela irá construir e empregar o mesmo conjunto de táticas para a generalidade dos confrontos. Nessa perspectiva, a *guerra dos bárbaros* só existe como unidade do ponto de vista político e militar régio.

A partir dessas considerações, percebemos que a etapa baiana da guerra é composta por conflitos de fronteira, no limiar entre a *civilização* açucareira e o sertão. O Recôncavo baiano, entretanto, em geral não é pensado como sertão. As vilas e os engenhos, assim como a produção alimentícia e artesanal de suas povoações, mantêm uma conexão direta com a vida urbana em Salvador, tornando a região uma das mais dinâmicas da zona

---

<sup>491</sup> DH, vol. 11, p. 142. apud PIRES. Op. Cit. P. 71-72.



açucareira, e uma das mais urbanizadas. No entanto, na correspondência administrativa do governo geral no momento dos conflitos, vemos por exemplo Cachoeira, uma das vilas mais importantes do Recôncavo, assim como Jaguaripe e Paragaussu nomeadas e definidas como sertão. Ou seja, a definição de sertão atribuída ao Recôncavo é singular, porque parece ser específica do momento da guerra. E essa especificidade está no fato de não ser então essa região considerada erma, distante, despovoada, ou selvagem, mas pelo contrário, constituir-se em território já consideravelmente englobado na *civilização açucareira*. Nesse sentido, percebemos que o conceito de sertão atribuído ao Recôncavo durante a guerra depende de outros significantes, e está principalmente interligado à idéia de uma região ameaçada pelo *gentio bravo*.<sup>492</sup>

E é dentro desse cenário, a partir dos diversos conflitos com diferentes tribos do Recôncavo baiano, que a Coroa começa a elaborar suas estratégias para a conquista do sertão e dos *bárbaros* que nele habitam.

#### Quadro 17- Expedições Militares Oficiais na Guerra do Recôncavo:

|      |   |
|------|---|
| 1651 | Expedição da tropa do sargento mor Diogo de Oliveria Serpa: 2 terços de Salvador, índios do Itapecurumirim, desertores da Bahia e Pernambuco, 'gente' de Garcia d'Ávila, e índios das aldeias aimoré em Camamu, Bahia.  |
| 1654 | Expedição da tropa de Gaspar Rodrigues Adorno: 50 infantes, 230 ordenanças do Recôncavo, 600 índios, homiziados, desobrigados e mamelucos, índios e mestiços de Garcia d'Ávila, e índios aldeados, sendo 40 de Camamu e todos os capazes das aldeias de Itapecurumirim, Jaguaribe e Maragogipe. Ao todo 4 companhias formadas para a jornada. |
| 1656 | Expedição da tropa de Tomé Dias Lasso, com ordenanças do Recôncavo e infantaria dos terços de Salvador, além de índios aldeados.  |
| 1657 | Expedição da tropa de Pedro Gomes e Gaspar Adorno com 80 infantes.  |

<sup>492</sup> A historiografia tem trabalhado amplamente com a sociedade canavieira baiana e, logo, com o Recôncavo, que divide com a zona da mata de Pernambuco o papel central na produção açucareira colonial. Esse papel pode ser visto em SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras. 1988. P. 77-94. No entanto, o Recôncavo colonial não é apenas produtor de cana de açúcar, mas também de farinha e outros gêneros alimentícios para o abastecimento da população de Salvador. Os aspectos geohistóricos do Recôncavo, assim como sua diversidade produtiva, a intensa circulação de mercadorias a partir de Cachoeira, Jaguaripe e Maragogipe, desde milho, peixe seco, farinha de mandioca, até louça, a partir de fins do século XVII, podem ser vistos em autores como MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX**. Salvador: Hucitec. 1978. p. 26-59; JANCÓS, István. **Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba. 1996. p. 61-62; TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba. 2001. p. 155. Uma das abordagens recentes mais abrangentes acerca do Recôncavo, e seu papel na economia colonial, pode ser encontrada em BARICKMAN, B.J. **Um Contraponto Baiano – Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

|      |  |
|------|--|
| 1657 | Expedição da tropa do Ajudante Luís Álvares: 25 infantes, 15 aldeias dos paiaiases do alto Itapecuru para a Serra do Orobó, Bahia.   |
| 1658 | Expedição de 4 companhias de infantaria, e índios aliados estabelecidos em uma casa forte em Cachoeira, Bahia.   |
| 1658 | Expedição da tropa paulista de Domingos Barbosa Calheiros com sua gente, índios e ordenanças, voluntários e índios aldeados do Jaguaribe.  |
| 1663 | Transferência de todas as aldeias de Jacobina, Iguape, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaribe contra os <i>bárbaros</i> .   |
| 1664 | Expedição da tropa do capitão mor Gaspar Rodrigues Adorno: 20 soldados, 10 moradores do Recôncavo e 100 índios;  |
| 1669 | Expedição de 4 companhias de Salvador contra o Aporá, no rio Paraguaçu.  |
| 1671 | Expedição de tropa paulista: paulistas com seus índios, homens recrutados na Bahia e índios aldeados, no mínimo 40 homens da aldeia de Itaporocas e 30 das aldeias de Gaspar Adorno. Ao todo 400 homens. |
| 1676 | Expedição da tropa de Francisco Dias d'Ávila: 100 homens e índios a suas custas, frecheiros de 4 aldeias cariris, e 120 homens a cavalo.   |
| 1676 | Expedição da tropa paulista de Estevão Ribeiro Vayão Parente: paulistas, índios e gente branca e mameluca de Jaguaripe, Cachoeira e Campos.  |
| 1678 | Expedição da tropa de Domingos Rodrigues Carvalho.   |

Fonte: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP. 1998.Pp. 75-96; DH, vol. 44, p. 192 ; DH, vol. 8, 252-254.

O quadro acima ilustra a composição social das expedições militares organizadas contra os levantes da guerra do Recôncavo. Nele percebemos a conjugação de tropas institucionais, índios aldeados, paulistas, assim como párias de diversas denominações e tropas particulares. Esses dados correspondem às ordens de mobilização partidas de Salvador. E visto que a maior parte das ordens se refere apenas ao momento da organização das tropas, é difícil identificar se realmente são organizadas da forma planejada e com o número de homens requisitados, e até mesmo se jamais chegam a sair do papel. Seja como for, devido às dificuldades envolvendo a estrutura militar institucional da zona do açúcar, é provável que os contingentes pedidos na arregimentação dessas expedições não sejam comumente atingidos. A contabilização do número de homens mobilizados pela Coroa para a *guerra dos bárbaros* é ainda dificultada pela imprecisão dos números de índios aldeados utilizados em cada expedição. Considerando essas questões, o quadro acima nos permite observar a mobilização inicial das tropas regulares e ordenanças de Salvador para diversas localidades conflituosas do Recôncavo baiano.

Nesse sentido, percebemos ao observar o quadro, a pouca ou nenhuma referência às milícias.<sup>493</sup> Por outro lado, são muitas as referências às tropas particulares, tanto no caso dos paulistas contratados, como no caso das tropas de sesmeiros como Garcia D'Ávila e seu filho, Francisco Dias D'Ávila. Esses sesmeiros, tanto interessados em expandir seus territórios quanto em receber títulos e honrarias, empregam sua própria gente, os moradores e agregados de suas terras. Dentro desse contexto é que Francisco Dias D'Ávila, senhor da Casa da Torre, sesmaria intensamente envolvida nos conflitos do Recôncavo, é nomeado coronel de ordenanças.<sup>494</sup> Apesar disso, podemos observar que em geral as expedições registradas no quadro 17 são principalmente burocráticas, e que além disso majoritariamente compostas por tropas indígenas.

As campanhas de Serpa, Adorno, Lasso, Pedro Gomes e Luís Alvares, são expedições de tropas burocráticas retiradas de Salvador, auxiliadas por ordenanças saídas das vilas do Recôncavo vizinhas às áreas de conflito. Por elas observamos que a participação burocrática na guerra é significativa, pois são essas expedições que abrem os caminhos no sertão e fundam as casas fortes que servem de arraiais contra as tribos do continente. E é a montagem de arraiais nas imediações das áreas conturbadas uma das primeiras estratégias da Coroa contra os levantes continentais, como podemos observar no regimento passado pelo governador geral para a expedição de Pedro Gomes, em 1657, onde o governador afirma que "*o meio mais eficaz de se evitarem as hostilidades que o Gentio bárbaro costuma fazer nas freguesias de Paraguassú, Jaguaripe, e Cachoeira, é fazerem-se no sertão algumas casas fortes em que esteja Infantaria, bastante a destruir as Aldeias, (...).*"<sup>495</sup>

Ou seja, em seu início a repressão aos *bárbaros* está apoiada no estabelecimento de soldados institucionais nos aquartelamentos temporários nas fronteiras do açúcar. Sempre, entretanto, acompanhados pelos *frecheiros* indígenas.

Assim, para essa expedição o governador autoriza o dito sargento mor que retire dos terços de Salvador o número de infantes que considerar necessário. As casas fortes, nesse

---

<sup>493</sup> As milícias são fundadas em Portugal em 1640, sendo oficialmente distintas das ordenanças no período que vai até 1677. Aparentemente, a julgamos pela sua ausência nos registros dos conflitos da guerra do Recôncavo, durante este período elas não estão totalmente funcionais na Bahia, apesar de já termos notícias suas tanto em Pernambuco quanto em Salvador – inclusive de Henriques – ainda no século XVII.

<sup>494</sup> PUNTONI. Op. cit. p. 96

<sup>495</sup> DH, vol. IV, 49-54.

sentido, constituem-se em verdadeiras guarnições burocráticas no sertão, ainda que não permanentes. O sucesso dessa estratégia, no entanto, parece ser limitado, visto que logo a Coroa busca o apoio dos paulistas. Podemos supor que os limites de atuação encontrados pelas tropas burocráticas nos arraiais sertanejos podem estar atrelados à precariedade da estrutura de manutenção das mesmas, uma vez que estas precisam ser sustentadas por Salvador ou pelas vilas vizinhas, situação que gera atrasos e inconstâncias. Além disso, o número de homens utilizados nessas expedições não poderia ser grande, visto que as mesmas são retiradas dos terços burocráticos da zona açucareira, já de si precários.

De qualquer forma, os contingentes burocráticos constituem apenas parte das forças institucionais empregadas pela Coroa no Recôncavo, compondo as ordenanças a outra parcela. Além disso, as expedições régias parecem ser sempre mistas, como a de Gaspar Rodrigues Adorno, em 1664, que parte de Salvador com 20 soldados pagos e 20 ordenanças, recrutando ainda índios e mais ordenanças pelo caminho.<sup>496</sup>

Dentro desse contexto, a composição social das expedições institucionais no Recôncavo aparentemente é a mais diversa possível. Nas tropas burocráticas oriundas dos terços de Salvador, temos os elementos mais baixos da sociedade urbana livre do açúcar. Ao observarmos as expedições régias no quadro 17, podemos perceber que as mesmas congregam, entre outros, homiziados, desobrigados e desertores, além de caboclos e mamelucos. A menção específica a esses personagens pode indicar que os mesmos ainda não faziam parte das tropas da Coroa, mas que deveriam ser incorporados para essas expedições específicas através de ordens de recrutamento.<sup>497</sup> Além disso, ao agregar caboclos e mamelucos aos desertores e homiziados, a Coroa define seu baixo status social, estabelecendo assim seu papel de recrutáveis.

As ordenanças, por sua vez, incluem todos aqueles elementos livres não incorporados na tropa de linha, em geral, homens considerados *respeitáveis*. Apesar disso, no regimento passado para a expedição de Domingos Barbosa Calheiros, em 1658, o governador geral ordena a este que "*Para conservar toda a gente que leva lançará um bando logo na*

---

<sup>496</sup> PORTARIA para se darem 20 soldados e 20 moradores para a jornada do sertão. DH, vol. 44, p. 192.

<sup>497</sup> O recrutamento para as tropas burocráticas na sociedade canavieira colonial não é estabelecido a partir de nenhum critério fixo, sendo que cada governador tem autonomia para definir as necessidades de cada terço, e as pessoas que poderiam ser recrutadas, assim como o período da realização do mesmo. É assim que essas ordens do governador geral para arregimentação de párias e homiziados para as expedições sertanejas podem ter dado origem a outras ordens, essas específicas para o recrutamento burocrático em Salvador, situação vexatória para a população livre, que fugia da arregimentação.

*Cachoeira, com pena de vida a quem fugir. E em qualquer agressor a executará irremessivelmente*".<sup>498</sup>

Essa ordem, que poderia ser considerada comum para os burocráticos, parece englobar, no entanto, todos os tipos humanos, pois no mesmo regimento o governador especifica os tipos sociais participantes desta expedição: paulistas, infantaria paga, índios aldeados, ordenanças, e voluntários brancos, mamelucos e mulatos. Resta saber se esses *voluntários* são realmente voluntários esperando lucrar com o apresamento de índios, ou se são apenas moradores pressionados pelos laços de clientelismo com os grandes senhores, coronéis de ordenanças.

A severidade da punição estabelecida pelo governador geral para os desertores desta expedição se deve à constância das fugas durante as campanhas. Fugas, por sua vez, que podem ser explicadas pelas duras condições de vida encontradas nas jornadas do sertão. Comuns à tropa burocrática em diversas situações anteriores, as deserções durante os conflitos no sertão parecem acometer também outros tipos de tropas como podemos observar no regimento de 1658 acima e na portaria passada pelo governador geral onde este ordena que sejam presos "*os Índios da Aldeia de Maragupipe que este anno foram á jornada do sertão, e della fugiram, chamados Domingos Potim.p.ba, João Dias, Gabriel, Balthazar, Matheus, (...)*".<sup>499</sup>

Esses três personagens representam um grupo maior de índios incorporados às expedições da Coroa e que se ressentem, ainda mais que os colonos, das condições de vida determinadas para os homens em campanhas militares. As dificuldades destas condições, sem contar os maus tratos a que estão submetidos os indígenas, são aumentadas pela inconstância no pagamento dos soldos, fardas e até mesmo no envio das rações. Essa situação de descaso por parte da Coroa reflete sua política para toda a zona do açúcar, constante até o fim do período colonial e que delega às câmaras o ônus com a manutenção das tropas. Assim, uma vez que as câmaras contestam ou protelam essa obrigação, são comuns as contínuas queixas dos soldados. As expedições no sertão, por sua vez, apesar de toda a urgência apresentada pela Coroa, parecem sofrer do mesmo mal.

---

<sup>498</sup> DH, vol. 8, p. 73.

<sup>499</sup> DH, vol. 8, p. 73.

A precariedade nas condições cotidianas de existência dos homens envolvidos nas jornadas do sertão pode ser percebida nas próprias ordens do governo geral. Em 1676, por exemplo, uma portaria para o provedor mor da Bahia, informa a situação da expedição de Estevão Parente. Paulista encarregado de uma tropa que incluí índios aldeados e ordenanças do Recôncavo, tendo sido ordenado a investir contra os índios que atacavam Jaguaripe, Cachoeira e Campos, Parente reclama que:

*"havia cinco mezes se lhe não pagavam seus soldados, e anno, e meio que não fardava a elle nem ao seus soldados, e Indios (não sendo mais que quatorze brancos e dezesseis indios) nem se lhes dava socorro por cuja causa o dito Governador [Parente] estava empenhado, e por não poder sustentar os soldados andavam espalhados buscando a vida, (...)".<sup>500</sup>*

Ou seja, a tropa paulista de Estevão Parente, além de reduzida a um número irrisório de homens, está desmobilizada por falta de pagamento, com seus soldados e o próprio capitão *empenhados em buscar a vida*, o que provavelmente significa exercer alguma atividade profissional na região.

Quase todas essas características observadas para a guerra do Recôncavo se repetem no Açu. Os conflitos no Recôncavo, que acontecem entre as décadas de 1650 e 1670, ao envolverem tropas burocráticas, ordenanças, paulistas e índios aldeados, antecipam o que será, a partir da década de 1680, o movimento de tropas no Rio Grande. E é comparando esses dois momentos que percebemos que os conflitos no Rio Grande se baseiam na experiência baiana, mas utilizam uma mobilização bem maior de recursos humanos, principalmente com relação aos contingentes burocráticos.

Quadro 18 - Expedições Militares Oficiais na Guerra do Açu

|      |   |
|------|---|
| 1687 | Expedição de Manuel Prado Leão com homens do Açu;   |
| 1687 | Expedição do capitão mor de entradas Manuel de Abreu Soares: estabelecimento de arraial com 120 índios e terço de Camarão;  |
| 1687 | Expedição de Antônio de Albuquerque Câmara: 300 homens de Pernambuco e Paraíba, retirados de duas companhias de Camarão e henriques;  |
| 1688 | Expedição de Manoel de Abreu Soares: 150 infantes do presídio de Pernambuco, 4 capitães, 25 soldados de Itamaracá e 25 da Paraíba, além do governador dos henriques, 100 soldados pretos, o capitão mor dos camarões, 400 soldados camarões e índios da aldeia da Preguiça e outras aldeias da Paraíba, fugitivos das aldeias de Mipibu, Cunhaú e Guaraíras, no Rio Grande e 30 infantes de |

<sup>500</sup> DH, vol. 8, p. 252-254.

|      |   |
|------|---|
|      | Pernambuco;   |
| 1688 | Expedição do mestre de campo henrique Jorge Luís Soares: 5 companhias de henriques para o Açu;  |
| 1688 | Acréscimo da tropa de Albuquerque Câmara: 1 companhia de gente parda, degredados e criminosos, e 50 infantes de Pernambuco;   |
| 1688 | Expedição do paulista Matias Cardoso: 300 soldados brancos e índios;  |
| 1688 | Expedição do paulista Domingos Jorge Velho com 600 homens;  |
| 1688 | Expedição de tropas de reforço enviadas de Pernambuco: 150 homens brancos e 300 índios das aldeias do rio São Francisco para a tropa paulista; e 200 brancos e 300 índios rodela, entre outros, do São Francisco reunidos em Penedo, para a tropa de Albuquerque Câmara;  |
| 1689 | Expedição da tropa de reforço de Morais Navarro, paulista: 23 índios e brancos para a tropa de Matias Cardoso;  |
| 1689 | Saída de Jorge Velho do Açu;  |
| 1690 | Reforma de Albuquerque Câmara e Abreu Soares e retirada da infantaria paga, miliciania e henrique do sertão. Permanência dos terços de Camarão, Jorge Velho e dos índios aldeados.  |
| 1690 | Expedição da nova tropa de Matias Cardoso, nomeado mestre de campo e governador geral do novo estilo de guerra aos <i>bárbaros</i> : 7 companhias, 450 ou 500 índios da região, e os <i>tapuias</i> ;   |
| 1692 | Ordem do governador geral para estabelecimento na fronteira do capitão de índios Francisco Pinheiro e seus parentes, além de outros índios do Ceará;  |
| 1694 | Ordem regia para formação de 6 aldeias nos sertões do Açu, Jaguaribe e Piranhas, cada uma com 100 casais de índios e 20 soldados com seus cabos;  |
| 1695 | Saída do terço de Matias Cardoso do Açu;  |
| 1695 | Ordem do governador geral para envio de índios do Ceará para a fronteira do Jaguaribe, desacompanhados de suas famílias;  |
| 1695 | Expedição de 100 henriques para o Açu;  |
| 1695 | Nomeação de 1 cabo na aldeia do principal Mamanguape, em Piranhas, acompanhado de 20 homens de Theodósio Ledo no Piancó;  |
| 1696 | Expedição de Afonso Albuquerque Maranhão, capitão mor das entradas do sertão: 36 henriques de Pernambuco, 20 criminosos perdoados, e janduí aldeados nas Guaraíras, Rio Grande;   |
| 1698 | Expedição do terço do paulista Manuel de Morais Navarro: 193 oficiais e soldados paulistas, 2 capitães e 70 soldados brancos e índios paulistas. Reunida na Bahia, com 10 companhias e 227 homens, criminosos perdoados e índios das aldeias do Guaperu e Guaraíras, no Rio Grande, e das aldeias de Paranamirim, Paupina, Purangana, Guanaris e Jaguabara, no Ceará; |
| 1700 | Dissolução do terço do Açu de Morais Navarro;   |
| 1704 | Expedição do terço do Açu;  |
| 1704 | Expedição organizada pela Câmara do Ceará contra os paiacu;   |
| 1708 | Expedição institucional do Capitão Bernardo Coelho de Andrade, do Ceará, contra ico, cariri, cariú e cratiú no rio Jaguaribe;   |
| 1713 | Expedição do coronel João de Barros Braga contra paiacu, ariú, e jaguaribaras no Ceará;   |
| 1720 | Expedição burocrática do terço das paulistas de Morais Navarro contra os  |

|                     |
|---------------------|
| 'tapuias' no Ceará; |
|---------------------|

Fonte: PIRES, Maria Idalina Cruz. *'A Guerra dos Bárbaros': Resistência e Conflitos no Nordeste Colonial*. Recife, Ed. Universitária - UFPE. 2002; PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP. 1998. Pp. 75-96; COSTA, Pereira. F. A. *Anais Pernambucanos*. Recife, Governo do Estado de Pernambuco. 1983. 10 vols. Vol. 3, P. 311-313.

Devemos ressaltar que os dados apresentados no quadro 18 também não representam a totalidade das expedições organizadas para o Açu, Jaguaribe e imediações. As notícias que temos sobre os levantes das tribos continentais e as campanhas sertanejas são esparsas e muitas vezes pouco descritivas sobre seus participantes. Apesar disso, os vestígios que nos chegam permitem que reconstituamos aspectos significativos acerca dos tipos humanos que combatem e vivem no sertão da *guerra dos bárbaros*. É possível, assim, percebermos que mesmo com a dissolução do terço dos paulistas no início do XVIII, já então institucionalizado, as tropas de Pernambuco estacionadas no Ceará continuam o combate. Apesar disso, a última referência que encontramos sobre uma expedição institucional é, no entanto, do terço de Morais Navarro, o terço do Açu, em 1720, que nesse momento já está incorporado à estrutura militar de Pernambuco, sediado em Natal e composto por homens do litoral, agregados aos antigos membros do terço, tornados agora soldados regulares.

Ao compararmos o quadro acima com o quadro 17, percebemos que a mobilização de contingentes para os conflitos no Rio Grande a partir da década de 1670 é bem mais extensa que para o Recôncavo. A extensão temporal e geográfica dos conflitos no Açu parecem requerer uma maior concentração de esforços régios. Ainda assim, a base das decisões políticas e militares utilizadas no Rio Grande encontra-se nas ações anteriormente empregadas para o Recôncavo. É preciso, no entanto, ressaltar que tanto no Açu quanto no Recôncavo, os governadores encarregados da extinção dos conflitos não seguem um projeto estabelecido pelo Estado português, mas criam estratégias a partir da experiência já adquirida pela colonização e dos interesses expressos pela Coroa. Nesse sentido, diferentes políticas são tentadas, mas ainda assim é possível percebermos uma continuidade entre as estratégias baianas e as empregadas pelo governo de Pernambuco no Rio Grande, sendo ambas, por sua vez, baseadas na política de alianças com as tribos tupi construída durante o século XVI.



Apesar das similitudes entre os conflitos no Recôncavo e no Açu, as expedições para o Rio Grande parecem contabilizar muito mais colonos que as da Bahia, inseridos os mesmos principalmente nas tropas burocráticas.

As expedições de Manuel de Abreu Soares e Antônio Albuquerque Câmara são burocráticas, organizadas a partir de Olinda e Recife, e as de Manuel Prado Leão, Afonso Albuquerque Maranhão, dos henriques e camarões são institucionais, oriundas das vilas açucareiras. Nesse sentido, se observarmos o quadro 18 perceberemos que com exceção dos *frecheiros* aliados, os conflitos no Rio Grande são combatidos principalmente por homens oriundos da área urbana da zona açucareira de Pernambuco e capitânicas anexas.

Mas a mobilização de tropas institucionais no Açu é intercalada por um período de desmobilização das mesmas, onde predominam as tropas dos paulistas e os contingentes indígenas. Situação que se assemelha à política do Recôncavo. Por outro lado, as expedições de Pernambuco contam também com a presença de milícias, utilizadas de forma privilegiada, principalmente a de Henrique Dias e a de Filipe Camarão, uma situação nova com relação à Bahia.

Outra distinção desses dois momentos da *guerra dos bárbaros* é a institucionalização dos paulistas, que inicialmente são inseridos no conflito do Açu nos mesmos moldes que na Bahia: como tropas irregulares contratadas como prestadoras de serviços por tempo determinado e segundo pagamento previamente combinado. No entanto, com o desenrolar do conflito e as mudanças de estratégias da Coroa, uma tropa paulista é institucionalizada, tornando-se terço burocrático: a tropa de Morais Navarro, depois denominada terço do Açu. Nesse ponto, a administração de Pernambuco segue suas próprias práticas já utilizadas em Palmares, que concretizam a burocratização do terço de Jorge Velho.

O conflito do Açu parece ser maior e mais perturbador para a ordem colonial do que o do Recôncavo. Talvez pela quantidade de tribos envolvidas, ou talvez pelo mesmo se dar em uma área que compete a duas jurisdições, a da Bahia e a de Pernambuco, situação que cria também uma crise administrativa entre os dois centros. O conflito de competências entre o governo geral e o governo de Pernambuco no Rio Grande amplia a abrangência da guerra, que, em determinado momento, deixa de ser um confronto entre a colonização e as tribos continentais, passando a se caracterizar como um choque entre diferentes projetos de colonização: o defendido pelos paulistas e o governo geral, e aquele proposto pelos colonos

riograndenses e o governo de Pernambuco. De qualquer forma, as tropas mobilizadas para o Açu, apesar de inicialmente a Câmara de Natal buscar a ajuda do governo geral,<sup>501</sup> vem basicamente de Pernambuco.

Assim sendo, pobres produtivos e *vadios* das vilas açucareiras de Pernambuco chegam ao Açu dentro das expedições de Antônio de Albuquerque Câmara e Manuel de Abreu Soares, e ainda nas milícias e tropas de reforço que vão se incorporar aos terços paulistas. A primeira expedição registrada, de Manuel Prado Leão, é institucional, tendo sido convocada pelo capitão mor do Rio Grande, composta pelos moradores da mesma capitania.<sup>502</sup> Mas as campanhas posteriores são de Pernambuco, com as companhias henriques do mestre de campo Jorge Luís Soares, as companhias do terço dos índios de Camarão, a expedição de Albuquerque Maranhão que, com o cargo de capitão mor das entradas do sertão, comanda tropas milicianas,<sup>503</sup> além dos reforços diversos para as tropas paulistas.

Devemos considerar que a distinção entre tropas burocráticas, institucionais e particulares nem sempre é seguida nas campanhas bélicas. Assim é que as expedições sertanejas agregam contingentes de diferentes origens, sejam paulistas, regulares, ordenanças, milicianos, índios ou criminosos. Dentro desse contexto, o principal contingente indiscriminadamente agregado como apoio a todas as outras tropas é o de índios aldeados, sendo a intensa atuação do terço de Camarão no Açu a principal diferença na participação dos índios como força bélica da Coroa nos conflitos do Recôncavo e do Rio Grande.

No quadro 18, podemos perceber a mobilização de pardos, degredados, criminosos e fugitivos, recrutados todos nas vilas açucareiras, inseridos nas tropas burocráticas. E apesar de não ser possível definirmos o número desses personagens que, juntamente com os henriques, são levados para o sertão, a cifra parece ser significativa, ainda que muitas vezes apresentada em pequenos contingentes de 25 ou 30 homens. Esses, por sua vez, são retirados não apenas de Recife e Olinda, mas também das guarnições de presídio de Itamaracá e Paraíba.

---

<sup>501</sup> PUNTONI. Op. cit. p. 110

<sup>502</sup> A expedição de Manuel Prado Leão parece ser de ordenanças do Açu. Cf. PUNTONI. Op. cit. p. 106.

<sup>503</sup> PUNTONI. Op. cit. p. 145.

Nos discursos estatais podemos identificar a importância atribuída à atuação dessas tropas no sertão. Em 1688, por exemplo, o governador geral Mathias da Cunha, discutindo "*o sucesso das armas que na peleja de um dia com aquellas nações teve o coronel Antônio de Albuquerque da Camara*", ordena ao governador de Pernambuco, Fernão Cabral, que apóie essa expedição, pois:

*“Antonio de Albuquerque (que se acha no interior do sertão com menos gente, e maior perigo que Manuel de Abreu) me pede instantemente o socorra, sem embargo de me avisar que brevemente se uniria a elle um troço de Paulistas e Indios, que ordenei divertissem para aquella guerra, a entrada que intentavam fazer aos Palmares. O peso principal della é o que sustenta Antonio de Albuquerque. Importa muito a conservação daquela Capitania que os Bárbaros o não rompam. O que supposto deve Vossa Mercê manda-lo socorrer quanto antes, e com o mais que for possível: com ordem que os Capitães pagos, e infantaria que for esteja tudo á sua disposição, porque não tenham algum duvida na obediência, alem da que eu lhe mando por escrito.”*<sup>504</sup>

Aqui é o próprio governador geral que afirma a importância estratégica da expedição burocrática de Albuquerque Câmara no combate contra os tarairius. Os reforços que lhe são enviados incluem paulistas retirados de Palmares, índios e infantaria paga de Pernambuco. No entanto, nessa mesma carta podemos entrever a frágil situação das tropas institucionais nos sertões do Açu, exposta nos pedidos de socorro enviados ao governo geral. O discurso do governador geral, por sua vez, muda conforma as marés dos interesses da colonização, e logo estará defendendo a saída dos institucionais e a utilização dos paulistas. Mas em 1688, o governo da Bahia ainda significa as tropas de Pernambuco como vitais para a conquista do sertão. Apesar disso, através de seu discurso podemos vislumbrar as condições enfrentadas por esses personagens, e visíveis tanto no caso de Albuquerque, quanto no de outro comandante burocrático, Manuel de Abreu Soares. Sobre este informa o governador geral "*da desobediência que padeceu o Capitão-mor Manuel de Abreu Soares de algum Capitão e soldados dignos pelas informações que me chegaram de um exemplar castigo, (...)*".<sup>505</sup>

A desobediência aos comandantes burocráticos passa da insubordinação ao motim, e deste à deserção. Se as deserções são comuns aos burocráticos nos próprios

---

<sup>504</sup> CARTA que se escreveu ao governador de Pernambuco Fernão Cabral sobre a guerra dos bárbaros. DH, vol. 10, p. 293-295. 10\8\1688.

<sup>505</sup> Idem.

aquartelamentos urbanos, o que dizer de uma situação de guerra, onde os mantimentos e armas acabam muito rápido e os reforços demoram bastante para chegar: nesse contexto, os homens do litoral parecem desertar em massa.<sup>506</sup>

O peso das deserções nas tropas burocráticas do Açú, assim como a insubordinação, aparece também em discursos do governador geral, como na carta para o mestre-de-campo de Pernambuco, Zenóbio Acioli de Vasconcelos, superior de Albuquerque e Abreu Soares em 1688:

*“Vejo a notícia que Vossa Mercê me dá do Estado em que se acha as coisas, e sucesso do Assú. Bem para sentir é que constando o troço dessa gente de mais de 600 brancos se reduzisse a menos de 200, como me escreve Manuel de Abreu Soares, e se ache Antonio de Albuquerque só com sua pessoa, o Capellão, e um trombeta, como me avisa Domingos Jorge Velho: Acção verdadeiramente increhível do antigo valor Pernambucano: mas é certo que são já poucos aqueles que então lhe deram a fama. Acabara de se perder agora se se retirara do Assú essa gente que lá estava, pois a opposição que nele se faz, como a fronteira principal dos Barbaros que perdida padecerão a mesma ruína das capitánias vizinhas: e passada a mostra que Vossa Mercê me diz ficava para fazer dos dous Terços, reforce com o maior numero de infateria capaz de andar na campanha, que puder ser em ambos, o socorro que convem se lhe remetta logo. E dos Regimentos milicianos importa se faça o mesmo da gente mais desobrigada; pois redunde em benefício público dessa Capitania a restauração daquella, e a segurança de seus moradores, e dos gados, sem os quais não se pode conservar os das outras; e por isso dou a Vossa Mercê especial poder, dando primeiro conta desta ordem ao sr. Bispo Governador dessa Capitania, a que encarrego apertadamente o concurso das armas, munições, e mantimentos com que tanto convem se alente aquela guerra, até de todo ficarem extintos os Barbaros, como se affirma confiadamente há de succeder, o Governador dos Paulistas se for soccorrido. Eu lhe concedo para mais o empenhar, pelo... sucesso que teve, e de que e deu conta, Patente de Governador de um Regimento que lhe ordenei forme e sua gente, com soldos, e preeminencias de Mestre de Campo, e ao seu sargento-mor, e Capitães, com as honras, e soldos que gosar os pagos: e ao Provedor João do Rego Barros se*

---

<sup>506</sup> O costume das deserções nos aquartelamentos urbanos mesmo em tempo de paz pode ser bem observado, por exemplo, no caso do soldado burocrático pardo Lucas Dantas, personagem de relevo na chama ‘revolta dos alfaiates’, a sedição popular acontecida na Bahia em 1798. Esse soldado, um contumaz adepto das deserções, é sempre reengajado. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Conflitos Raciais E Sociais Na Sedição De 1798 Na Bahia**. In ARAÚJO, Ubiratan Castro de, et all. **II Centenário Da Sedição De 1798 Na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia. 1998. Pp. 37-50. e em ARAÚJO, Ubiratan Castro. **A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência**. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**. N. 19, 2001. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. Recife: Ed. Universitária, 2001. pp. 7-27.

*remettem as ordens necessárias para as despesas na falta da Fazenda Real.”*  
507

**Datada de 14 de outubro de 1688, essa ordem ilustra uma imagem diversas vezes reproduzida no segundo período português acerca das tropas burocráticas de Pernambuco: uma imagem de decadência. Apesar disso, ele continua reiterando a dependência que o empreendimento colonial no Açu mantém com essas tropas. Essa visão paradoxal pode ser sentida principalmente com a chegada dos paulistas, com quem as tropas de Pernambuco são constantemente comparadas.**

Nesse momento, a fama militar adquirida por Pernambuco durante a restauração está exaurida e dá lugar a um retrato de fragilidade. E são as deserções as principais causas desse discurso. E, outra situação paradoxal, são elas mesmas motivadas pela própria estrutura oficial das tropas. Devemos lembrar que, recrutados à força, mal armados e mal pagos e, muitas vezes sem abastecimento alimentar, a organização burocrática é muito instável longe de seus núcleos originais, pois não dá a seus componentes as possibilidades mínimas de sobrevivência, levando-os à fuga. Se a tropa de Abreu Soares se reduz de 600 a menos de 200 soldados, a de Albuquerque se reduz a ele, o capelão e o trombeteiro – a acreditarmos no governador geral –, devido às fugas empreendidas pelos soldados no meio das campanhas E ainda que esse dado acerca do contingente de Albuquerque Câmara seja exagerado – visto que esse discurso termina por conceder a Domingos Jorge Velho, o autor dessa fala, o título de governador dos paulistas –, as deserções na tropa de Abreu Soares já são, por si só, significativas.

Por outro lado, podemos perceber que a arenga indignada do governador geral sobre a precariedade das habilidades bélicas das tropas de Pernambuco está diretamente atrelada a sua necessidade de que essas tropas se mantenham firmes como barreiras contra os *bárbaros*, como a *'fronteira principal dos bárbaros'*. Ainda assim, apesar de suas afirmações sobre o fim do valor militar tão propagado por Pernambuco, ele continua requisitando reforços burocráticos e institucionais a Olinda.

Esses reforços se compõem tanto de soldados burocráticos - a infantaria -, quanto dos milicianos. E ao ordenar a arregimentação dos mesmos, o governador geral recomenda ao mestre-de-campo Acioli que recrute a *'gente mais desobrigada'*, mesmo no caso das

---

<sup>507</sup> CARTA que se escreveu ao Mestre de Campo de Pernambuco Fernão Zenobio Axiaoli de Vasconsellos. DH, vol. 10, p. 319-321.

milícias. Ou seja, além dos *vadios*, a Coroa busca mobilizar aqueles pobres produtivos cujo status social e situação econômica não são suficientes para lhes garantir a estabilidade requerida de uma pessoa *'obrigada'*, respeitável.

E se o discurso que descreve a situação de total desarticulação da tropa de Albuquerque Câmara pode ser em parte relativizado pelo interesse de Jorge Velho, autor da informação, em valorizar seus próprios esforços, por outro lado outras deserções de outras tropas institucionais surgem em diferentes situações e não podem ser simplesmente atribuídas à rixa dos paulistas. Nesse mesmo ano, em 1688, por exemplo, as companhias saídas da Paraíba para o sertão desertam igualmente em massa, segundo as reclamações do governador geral, e independentemente de qualquer intervenção paulista.<sup>508</sup>

Nesse cenário, onde as forças estatais se mantêm a custo, o recurso às tropas particulares se faz necessário. É neste contexto que se encaixam as diversas expedições da Casa da Torre no Recôncavo, e as de Oliveira Ledo na Paraíba em 1699. Estas últimas comentadas pelo Conselho Ultramarino:

*“Sobre o que escreve o capitão mor da Parahiba cerca da gente e munição que deo ao capitão mor das Piranhas Theodosio de Oliveira Ledo para fazer entrada ao sertão contra o gentio bárbaro o bom sucesso que teve: (...) em como no primeiro de dezembro de 697 fora aquella cidade o capitão mor [das] Piranhas e Pinhanco Theodosio de Oliveira Ledo, e o informara do estado em que se acharão os sertões daquelles districto, despovoado pellas invasões que tinha feito o gentio barbaro tapuia, e que era conveniente que estes se tornassem apovoar com gados e curraes (...) para o que lhe era necessário elle capitão o ajudasse com alguma gente e munições, para nas dictas Piranhas fazer arraial; que trouxera consigo huma nação de tapuias a chamados Arius, que estão aldeados junto aos cariris, onde chamão a Campina grande, e queira viver como vassalos de Vossa Magestade, (...) os Quaes forão com o dicto capitão mor e 40 careris e 16 indios que tirara das aldeias, e dez soldados daquellas praças mandolhe concertar as armas e dando lhe quatro arrobas de polvora e bala, quarenta alqueires de farinha, e algumas carnes, (...) fora com o dito capitão mor hum Religioso de Santo Antonio a quem particularmente encommendava a conversão daquelle gentio, e pella carta inclusa do de capitão mor seria presente a vossa Magestade o bom sucesso Nosso Senhor foi servido dar lhes e que estava esperando pello capitão mor para fazer outra entrada; e lhe constava se ião juntar muitos gados para irem povoar as Piranhas onde se devia fazer o arraial para segurança dos povoadores.”*<sup>509</sup>

<sup>508</sup> DH, 14/10/1688.

<sup>509</sup> AHU, PE, cód. 265, fl. 135 v-136.

Neste caso, o capitão mor das Piranhas, Theodósio de Oliveira Ledo, importante sesmeiros do sertão, delinea a tênue linha entre ordenanças e tropas particulares nessa região. Enquanto capitão mor da região dos rios Piranhas e Piancó, ele toma a iniciativa de investir contra as tribos levantadas, arregimentando para isso, por sua conta, contingentes de *frecheiros* arius e cariris aldeados. Solicita ainda apoio logístico do capitão mor da Paraíba para montar um arraial no sertão das Piranhas. E nesta mesma petição explica seu interesse nas ações militares, interligando-as à conveniência de se repovoarem o sertão com gados e currais, os quais ele próprio iria juntar. O fato de conseguir não apenas soldados e munições do capitão mor da Paraíba, mas também a arregimentação de arius e cariris retirados de aldeamentos sertanejos, mostra a influência que Ledo mantém perante a Coroa e a incipiente sociedade sertaneja.

Nesse sentido que a atuação das forças particulares nos conflitos não é de forma nenhuma linear. Apesar do choque entre tribos e sesmeiros, razão primeira para o início das hostilidades da *guerra dos bárbaros*, os grandes curraleiros demonstram exercer influência sobre os índios, que talvez advenha de acordos e alianças. O que podemos observar quando Ledo mobiliza arius e cariris - tribos que participam dos levantes contra a colonização - em seus interesses expansionistas.

E é entre a ação dos paulistas e das tropas particulares, que a atuação dos contingentes burocráticos e institucionais do litoral acontece. E entre os institucionais se destacam o terço dos índios e o terço dos henriques.

A participação dos henriques no Rio Grande começa com a expedição de Albuquerque Câmara, e continua inclusive em campanha comandada pelo próprio mestre de campo henrique, então Jorge Luís Soares. Além disso, companhias esporádicas do terço de Dias são freqüentemente enviadas como reforço às tropas burocráticas ao longo dos conflitos. E apesar do terço ser retirado do Açu durante o período de desmobilização das tropas institucionais em 1690, já em 1695 vemos uma nova expedição exclusiva da tropa dos henriques novamente no Açu. E se numericamente os henriques não chegam nunca a constituir um dos maiores contingente, possuem todavia uma grande significância militar perante o imaginário dominante na zona açucareira que defende sua suposta ferocidade em batalha.

São esses personagens henriques, paulistas, *frecheiros*, homens de Pernambuco, Rio Grande e Paraíba e moradores do sertão que constituem a diversidade social perceptível nos conflitos do Açu. Diversificação esta que parece uma política instituída já desde o século XVI. Gabriel Soares de Souza, por exemplo, enquanto capitão de entradas comanda uma companhia enviada para o São Francisco em fins do século XVI, composta por 200 índios frecheiros, além de prisioneiros e oficiais mecânicos condenados ao degredo.<sup>510</sup> A composição social de sua tropa indica os rumos que a iniciativa colonial tomaria no tocante à conquista do sertão, com a utilização de pobres mecânicos e párias do litoral a partir do século XVII.

Durante os conflitos no Açu é possível percebermos a continuidade dessa prática na utilização do mesmo tipo de elementos sociais. Nesse caso, ao invés dos oficiais mecânicos condenados ao degredo da tropa de Soares de Souza, os recrutados são homens dos presídios de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá. O mesmo se dá com os milicianos: henriques e camarões são principalmente de Pernambuco, com reforços de Itamaracá e Paraíba, e as milícias brancas do próprio Rio Grande. Por sua vez, os índios aldeados são oriundos em geral do Rio Grande, Ceará e da Paraíba, com exceção do terço de Camarão. E, como vimos, são tanto tupi designados como *caboclos de língua geral*, quanto *tapuias* já aldeados.

E é com esses personagens que a Coroa elabora suas estratégias de conquista do interior das capitanias anexas. Assim é que, após as primeiras expedições institucionais, a tática básica é a das duas frentes de combate: uma com os institucionais de Pernambuco e a outra, pelo sul, com os paulistas contratados pelo governo geral. Mas o aparente fracasso dessa estratégia leva o governo a modificá-la, retirando a maior parte das tropas institucionais e dando mais ênfase às forças paulistas.<sup>511</sup> Nesse momento, apenas os contingentes indígenas permanecem com os paulistas, indicando que a Coroa, apesar do discurso muitas vezes em contrário, aposta no poderio dos aldeados.

Tampouco a mudança de tática extingue o conflito. Pelo contrário, ela dá vazão às disputas internas entre os conquistadores, que estouram em uma querela na década de 1690 entre o governo do Rio Grande, com Bernardo Vieira de Melo a frente, apoiado pelos

---

<sup>510</sup> DANTAS, Leonardo. A Obra de Gabriel Soares de Souza na Historiografia dos Primeiros Anos. In SOUZA. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. P. XXXII

<sup>511</sup> Cf PUNTONI. Op. cit.



proprietários de terras, e os paulistas, apoiados pelo governo geral. Essa disputa vai culminar na burocratização do terço dos paulistas, mas não sem antes o recurso a novas expedições institucionais de Pernambuco.

Como no caso do Recôncavo, também no Açu vence o projeto de utilização dos paulistas como principal força empregada pela Coroa; situação que também repete a guerra em Palmares. Se observarmos o quadro 18, perceberemos que apesar da aparente hegemonia paulista a participação dos *frecheiros*, institucionais e burocráticos continua até a década de 1710. A significância paulista está, por um lado, no comando de expedições, e por outro no discurso que se constrói junto às instâncias administrativas estatais da zona do açúcar, acerca de sua superioridade bélica. É possível que a predominância desse discurso se deva à própria precariedade das tropas institucionais e sua desastrada atuação, para o que muito contribui a precariedade da manutenção e as divergências dentro da administração acerca da atuação das mesmas. Nesse ponto, os paulistas têm muito maior liberdade de ação. Além disso, a Coroa desvaloriza os *frecheiros*, usando-os sempre como peças de apoio, não lhes conferindo autonomia ou comandos. Nesse sentido, devemos perceber a existência de uma incógnita em todos os discursos e narrativas envolvendo a *guerra dos bárbaros*, pois a atuação dos índios aldeados não fica jamais de todo clara.

Os paulistas parecem assumir realmente o comando, sabendo moldar as situações a seus interesses e capacidades. Nesse sentido, talvez a tropa paulista mais importante no Açu seja o terço de Morais Navarro, que se faz tão relevante aos olhos da Coroa que é institucionalizado, passando a ser um terço burocrático já no final dos conflitos no Açu, momento mesmo que deveria ser menos necessário.

Mas o terço de Navarro, se inicialmente é composto pelos colonos de São Vicente e pelos índios trazidos por esses, logo dá mostras de se adaptar à região, incorporando não apenas os *frecheiros tapuias* aldeados, mas também reforços institucionais vindos de Pernambuco, tornando-se assim, no auge de sua atuação, composto por personagens oriundos de diversas capitânicas, índios de diferentes regiões e negros, além dos mestiços que comumente são registrados como brancos.<sup>512</sup> Ou seja, a diversidade na composição

---

<sup>512</sup> Para a composição do terço de Morais Navarro, Cf. MEDEIROS FILHO. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Op. cit.

social das tropas em atuação no Açu é uma constante seja do lado das tropas institucionais das vilas açucareiras, seja do lado dos contingentes paulistas.

Nesse contexto, os conflitos entre os tarairius, nas ribeiras do Açu e do Jaguaribe, e os homens deslocados para a região vindos de São Paulo ou de Pernambuco, influenciam em grande medida às condições de vida na região. Tanto por parte dos colonos, proprietários de terras e seus agregados - os primeiros a migrar para fora do sertão durante os conflitos -, quanto por parte das tribos envolvidas, expulsas de suas terras pela expansão da pecuária, escravizados ou, o que parece ter sido a regra geral, aldeadas sob o comando de missionários. Mas também os pobres e *vadios* das vilas açucareiras sofrem e exercem impacto sobre essa sociedade em mutação.

É possível observarmos que as condições sociais das tropas institucionais no sertão levam, em grande medida, à deserção. Estamos estudando, vale lembrar, artífices e pequenos comerciantes, trabalhadores mecânicos, criminosos, *vadios*, párias de todo o tipo, artesãos empobrecidos: elementos urbanos empurrados não apenas para fora da região que consideram civilizada e para dentro do *tenebroso* sertão, mas também para combater inimigos que consideram implacáveis e terríveis. Lembremos que o contexto urbano de origem desses personagens já pouco tem de convívio com a guerra. As primeiras expedições com homens de Pernambuco para o Açu, com Albuquerque Câmara, são realizadas 30 anos depois de terminadas as guerras holandesas, sendo muito provável que os personagens envolvidos nesse novo conflito tivessem tido pouco ou nenhum contato com a guerra até então, a não ser aqueles que em anos anteriores tinham servido em Palmares. A própria Coroa reconhece a incapacidade dos velhos comandantes da restauração, ainda na ativa durante as guerras do Açu.

Nesse cenário surgem discursos que ressaltam a inabilidade das tropas institucionais de Pernambuco. Quando, por exemplo, um paulista do terço de Jorge Velho, descrevendo um combate do qual participam as forças unificadas no Açu em 1688, apresenta as tropas pernambucanas como fracas e covardes, tal percepção parece se pautar na deserção maciça dos combatentes pernambucanos durante um conflito de 4 dias que se inicia com 900 homens e termina com 200, havendo ainda, durante esse período, um motim da infantaria comandado por um capitão burocrático de Pernambuco, Antônio Pinto.<sup>513</sup>

---

<sup>513</sup> PUNTONI. Op. cit. p. 116

É de se presumir, todavia, que não apenas os pernambucanos tenham desertado, pois em carta do governo geral para o paulista Matias Cardoso, em 1692, o governador afirma que providenciará armas, fardas e "*o retorno dos paulistas que haviam fugido com o capitão mor João Amaro Maciel Parente e se viam envoltos nas guerras dos Palmares ou zanzando pelo Ceará*".<sup>514</sup> Por outro lado, devido à tradição de indisciplina e à desestruturação das tropas regulares litorâneas, é crível que um considerável número de desertores pernambucanos pudessem ser encontrados entre os fugitivos. E, de qualquer forma, a afirmação da covardia dos soldados litorâneos encontra eco no discurso da Coroa, sendo por isso creditado.

Se o testemunho visto acima, de um paulista sobre as deserções de Pernambuco, pode ser interpretado como exagero devido às contendas entre os diferentes tipos de tropas, é notável que semelhante percepção possa ser encontrada mesmo no discurso do próprio mestre de campo de Pernambuco, Zenóbio Acioli de Albuquerque, quando este discute o fato de que o terço de Abreu Soares também em 1688, diminuía de 600 para 200 homens, e que do terço de Albuquerque Câmara sobra apenas o trombeta e o capelão.<sup>515</sup>

No entanto, devemos perceber que Jorge Velho no mesmo período se encontra em situação semelhante, cercado junto com Albuquerque Câmara no arraial do Açu, sem munição, tendo que se retirar para os arraiais do rio Piranhas.<sup>516</sup> Ou seja, as dificuldades são inerentes a todas as tropas, inclusive às paulistas. Mas, apesar disso, existe um discurso dominante, aceito inclusive pela administração colonial, que imputa todas as fraquezas quase que somente às tropas burocráticas de Pernambuco.

Mas as dificuldades são inerentes a todas as tropas, pela própria distância dos centros abastecedores e, não menos, da vigilância da Coroa. Se Manuel de Abreu Soares, em 1688, tem 80 anos quando é encarregado de comandar a campanha, sendo que depois de 5 ou 6 meses sem munição e mantimentos, retira-se do sertão,<sup>517</sup> também os paulistas passam meses metidos pelos arraiais sertanejos esperando que mantimentos e munições sejam enviados do litoral.

---

<sup>514</sup> PUNTONI. Op. cit. p. 133

<sup>515</sup> DH, vol. 10, fl. 319-320.

<sup>516</sup> "*Outra informação dava conta que a fortaleza do Rio Grande não tinha mais do que 'sete soldados estropiados', e de que domingos Jorge Velho e Albuquerque Câmara estavam 'retirados por falta de munições aos quartéis das Piranhas'.*" PUNTONI. Op. cit. p. 121

<sup>517</sup> PUNTONI. Op. cit. p. 121

Seja como for, os homens das vilas açucareiras podem ser encontrados durante todo o período de duração da guerra do Açu, seja nas tropas regulares e nas milícias, ou mesmo inserido nas tropas paulistas. São, depois dos índios aldeados, um dos contingentes mais constante do Açu. Tal situação, de fato, serve para corroborar a visão de Pernambuco como repositório de recursos humanos para expedições militares, o que a aproxima da tão diferente capitania de São Vicente.

O deslocamento freqüente de tropas das vilas pernambucanas para o Açu nos leva de volta às camadas sociais que geram esses personagens. E uma das tropas mais significativas do mundo urbano açucareiro é o terço de Henrique Dias.

Em 1688, cinco companhias henriques são deslocadas de Pernambuco para o Açu, comandadas por seu mestre de campo, então Jorge Luís Soares.<sup>518</sup> As cinco deveriam equivar a um total de 500 homens, se nos basearmos nos padrões de organização militar portuguesa. No entanto, considerando que os contingentes institucionais raramente perfazem o total exigido por companhia, é provável que Soares não contasse com esses 500 homens. No caso de ser este o contingente mencionado junto à expedição de Manuel de Abreu Soares, citada no quadro 18, o mestre de campo negro conta apenas com 100 homens na ocasião.

Apesar disso, mesmo com um contingente pequeno, sua participação é sempre importante para a Coroa, visto o discurso acerca do intrínseco valor militar dos negros, aliado ao fato de que essas tropas, como a própria Coroa afirma, custam muito pouco e trazem boas repostas ao Estado. É por essa razão talvez que mesmo depois da desmobilização das tropas institucionais, uma milícia de henriques é ainda enviada para o Açu em 1695.

A atuação das tropas litorâneas de Pernambuco na conquista do sertão, todavia, começa distante do rio Açu, em uma região bem mais próxima da área açucareira: a fronteira sul da zona canavieira, espaço que abriga o quilombo de Palmares. Dessa forma, antes de serem deslocadas para o Açu, muitas das tropas henriques, burocráticas e paulistas são enviadas primeiramente para Palmares.

Bernardo Vieira de Melo, por exemplo, é um desses casos. Começa sua carreira como capitão de ordenança em Pernambuco, posto reservado para os grandes proprietários de

---

<sup>518</sup> COSTA. *Anais Pernambucanos*. Vol. 3, fl. 311-313

terras. Combate os guegues na Serra do Ararobá, depois sendo enviado para Palmares com '*sua gente*', ou seja, com os pobres livres alistados na ordenança que se confundem com os próprios agregados dos latifúndios de Vieira.<sup>519</sup> Vamos encontrá-lo depois como capitão mor do Rio Grande durante a guerra do Açú. O que nos leva a presumir que poderíamos igualmente encontrar '*sua gente*' nesses conflitos.

Casos semelhantes são os dos ajudantes de terços regulares de Pernambuco Francisco Gil Ribeiro, Carlos Ferreira e Constantino Abreu: todos localizados servindo em Palmares, e depois no Açú.<sup>520</sup> O mesmo acontece com o pardo Carlos da Cunha, soldado por 14 anos em Pernambuco, combatente em Palmares e participante de entradas para o sertão, que em 1688 é nomeado capitão de uma tropa que parte para o sertão das Piranhas.<sup>521</sup> Podemos considerá-lo um personagem representativo de um dos variados tipos humanos nos conflitos do Açú: pardo, oficial burocrático, Cunha é originário das vilas açucareiras, e atua nas guerras de fronteira. Um homem que ascende socialmente através de sua participação na conquista do sertão. Seus préstimos militares, apesar do discurso da Coroa de serem seus postos de pouco valor, permitem que ele passe de soldado a capitão, promoção possível nas tropas burocráticas, mas difícil para aqueles sem contatos políticos, e mais ainda para os homens pardos. Em seu caso, a ascensão é possivelmente possibilitada por sua habilidade na guerra.

Também encontrarmos um certo Carlos Cunha marchando de Pernambuco com *sua gente* para o Açú e fazendo despesas às suas custas. Serviço que lhe rende uma patente de capitão de ordenança.<sup>522</sup> Talvez seja a mesma pessoa. Caso positivo, ele não apenas passa de soldado para capitão, mas talvez para proprietário de terras, visto ser essa a condição social dos oficiais de ordenança. E como latifundiário é senhor de arcos e homens. E talvez a tropa que comanda para o sertão de Piranhas seja formada também por esse *gente*.

Mestiços como Carlos da Cunha, por um lado desprezados pela Coroa, por outro encontram possibilidades de ascensão social na organização militar. Personagens estes

---

<sup>519</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Nomeação de Pessoas para Capitão Mor do Rio Grande. Apud ENNES. Op. cit. p. 229-230.

<sup>520</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Nomeação de Pessoas para a companhia de infantaria que vagou do mestre de campo Zenóbio Acioli. Apud ENNES. Op. cit. 276-279. E CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Nomeação de Pessoas para a capitania de Pernambuco. apud ENNES. Op. cit. p. 280-284; e CONSULTA do Conselho Ultramarino. Apud ENNES. Op. cit. 401-403.

<sup>521</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Nomeação de Pessoas para a Companhia de Infantaria que vagou na capitania de Pernambuco. apud ENNES. Op. cit. p. 273

<sup>522</sup> COSTA. **Anais Pernambucanos**. Op. cit. Vol. 3, p. 311-313.

traduzidos pela imagem do homem mulato pintada por Albert Ekhout durante o período de domínio da WIC em Pernambuco. Apesar da estilização própria do artista, essa imagem nos oferece elementos para a observação desses mestiços da zona açucareira, de sua aculturação aos valores dominantes coloniais, da adaptação desses valores a seu próprio contexto social, e principalmente do ideal construído pelo imaginário barroco acerca desses homens.



**Figura 8** -*Homem Mulato*. EKHOUT, Albert. Óleo sobre tela. Copenhagen, Nationalmuseet. Apud *Albert Eckhout Volta ao Brasil 1644-2002*. Copenhagen, Nationalmuseet. 2002.

O porte de armas européias, misturado com o vestuário híbrido caracteriza essa figura que associamos aos contingentes de pardos milicianos e aos oficiais burocráticos e de ordenança de origem ambígua, como o caso de Carlos Cunha. Ou seja, são do oficialato institucional em geral, elementos apresentados como brancos, mas de origem mestiça. A própria vestimenta do ‘*homem mulato*’ aponta para os capitães e oficiais, que se distinguem dos soldados, em geral mal armados e mal vestidos.

Ekhout representa aqui, tanto sua visão particular, quanto a imagem estereotipada que o imaginário dominante açucareiro constrói acerca do homem pardo de aspecto militar. Esse sistema de valores influencia também os invasores holandeses, em busca, por sua vez, do pitoresco e do exótico.<sup>523</sup>

O personagem pardo de Ekhout aparece bem vestido e bem armado, portando florete e espingarda espanhola de 1620.<sup>524</sup> Se está muito bem vestido e melhor armado, por outro lado, encontra-se descalço, detalhe que indica suas ligações com a cultura ameríndia. Seu bom e moderno armamento, por sua vez, conectam-no com as elites canavieiras. É notável ainda que entre os elementos pictóricos que o autor imprime ao quadro para reforçar o cenário, está a cana de açúcar, talvez acrescentada como metáfora da sociedade a qual pertence o personagem.

Assim, este mulato torna-se uma representação dos mestiços privilegiados da sociedade açucareira no século XVII. A riqueza de seu vestuário e armamento contrastam com seus traços mestiços e o costume de andar descalço; a opulência se opõe à origem cabocla, e o conecta com as elites e não com os grupos populares. O personagem se significa como símbolo da aculturação dos grupos mestiços aos valores barrocos, quando os

---

<sup>523</sup> Para interpretações acerca da obra iconográfica de Ekhout Cf. BOOGAART, Ernst Van Den. A População do Brasil Holandês Retratada por Albert Eckhout, 1641-1643. In **Albert Eckhout Volta ao Brasil 1644-2002**. Copenhagen: Nationalmuseet. 2002. pp. 115-130. E RAMINELLI, Ronald. *Habitus Canibal: Os índios de Albert Eckhout*. In HERKENHOFF, Pedro (org.). **O Brasil e os Holandeses 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes. 1999. Pp. 104-121. Lembremos que, assim como os discursos oral e escrito, também a imagem não é fruto apenas da criação de seu autor, mas também da memória coletiva do qual o mesmo autor faz parte, do imaginário a que pertence. Isso já pode ser visto em Gruzinsky: “*a criação cultural cabe, sempre, tanto aos indivíduos quanto aos grupos.*” GRUZINSKY, Serge. **A Colonização do Imaginário – Sociedades Indígenas e Colonização no México Espanhol, Séculos XVI.XVII**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003. p. 15-16.

<sup>524</sup> BOOGAART. Op. cit. p. 124

mesmos ascendem socialmente. Homens como Carlos da Cunha, oficiais pardos e proprietários de terras, podem ser representados por essa imagem idealizada, síntese das diversas influências culturais da zona canaveira.

Mas a conquista do sertão das capitanias do norte do Estado do Brasil é um processo amplo e disperso, dificilmente explicável apenas pela observação de conflitos isolados no sertão. É preciso entendê-lo como um empreendimento da expansão colonizadora da sociedade açucareira, e no segundo período português ela se inicia em Palmares.

A diversidade de tipos humanos atuantes nas diferentes tropas na conquista do sertão gera diferentes discursos acerca das possibilidades e práticas desse empreendimento. A partir da década de 1680, as campanhas em Palmares motivam a disputa entre dois discursos oposto, que mais tarde se enfrentam também no Açú. O primeiro, defendido por governadores como João da Cunha Souto Maior, é o de que apenas os paulistas poderiam combater o quilombo com sucesso. O maior propagandista desse discurso, no entanto, é o próprio Domingos Jorge Velho, que em um requerimento dirigido à Coroa afirma através de seu procurador:

*“Prim.<sup>ra</sup>.m<sup>te</sup> suplica a vossa real Mag.<sup>de</sup> que se digne de mandar conciderar, q no sertão baixo do Brazil, nas capitánias de Pern.<sup>co</sup> se formou antigam.<sup>te</sup> hu covil de negros fugidos de seus Senhores, em o qual se forão ajuntando sucessivam.<sup>te</sup> tantos delles, q por não poderem estar todos e hua povoação fizerão m.<sup>tas</sup> na vastidão dessas matas; (...) que o G.<sup>or</sup> de Pern.<sup>co</sup> João da Cunha de Souto mayor, dezenganoado, e conhecendo muy bem, que nem infantaria paga, nem melicia dos moradores, não hera gente apta p.a tal guerra, vindolhe a noticia, q no Sertão alto, ao Redor de quinhentas legoas daquy habitava o dito M.e de Campo com m.<sup>tos</sup> outro homens são Paulistas seus agregados, e com gr<sup>de</sup> quantidade de Gentio da terra guerreiros, com que conquistarão o bravo, despachou e demanda delles, encaminhando sua proposta ao do Domingos George Velho, (...).”<sup>525</sup>*

Existe, todavia, um segundo discurso, defendido pelos moradores abastados das vilas vizinhas a Palmares - e no Açú, por aqueles que já atuavam no sertão -, que se opõe à presença dos paulistas e defende a utilização de índios como *'muros do sertão'*. Seguindo esse discurso é que os moradores de Porto Calvo, membros da câmara municipal, em 1689 solicitam que:

---

<sup>525</sup> REQUERI. <sup>TO</sup> que aos pés de VMag.de humilde. <sup>te</sup> prostrado fás em seu nome, e em aquelle de todos os officiaes e Soldados do terço de Infantr. <sup>a</sup> São Paulista de que he M.<sup>e</sup> de campo Domingos George velho,...Apud ENNES. Op. Cit. P. 317-344.



*“se ordenasse ao Governador do gentio domestico, Antonio Pessoa Arco Verde ajuntasse todo o gentio de sua nação que estiver da parte do Norte (que este lhe denega o domínio dos Padres da Companhia de Jesus e de S. Bento ) e que faça situar três aldeias de cem casaes cada umma nas cabeceiras de Serinhaem, e Porto Calvo, e Alagoas, que são as que confinam com o sertão em que habitam os ditos barbaros, para que assim tenha aquele povo socego e a fazenda Real grande aumento.”*<sup>526</sup>

Esse projeto pretende utilizar o índio *doméstico* contra o *bárbaro*, e se em Palmares esses *bárbaros do sertão* são os quilombolas, no Açu são os *tapuias*. No Rio Grande, essa proposta defende a utilização de *vadios* e índios do Ceará, poupando assim a mão de obra local e evitando a concorrência com os paulistas.<sup>527</sup> Nessa disputa, o projeto de utilização dos paulistas é o vencedor, tanto em Palmares com Jorge Velho, quanto no Açu com Morais Navarro. Com a vitória das estratégias de emprego dos paulistas como força bélica contra os levantados do sertão, passa também a ser vencedor o discurso acerca de sua superioridade bélica.

O projeto vencido, defendido pelos colonos que se sentiam onerados com os custos da guerra e para quem o recurso mais econômico seria o apoio buscado aos índios, reflete, de fato, um projeto régio da década de 1670, onde a guerra a Palmares seria comandada da Bahia e teria à frente ninguém menos que João Fernandes Vieira. O Conselho Ultramarino discutindo essa proposta em 1677 afirma que:

*“comvianha fazerse esta guerra, assy pella Bahia como por Pernambuco, e que no meyo destes palmares se cituarsse por duas partes a gente de guerra, e Índios indo pella Bahia duzentos homens brancos e todo o mais gentio manço que os pudesse acompanhar para carregar o apresto e mantimento de sua jornada; porque o gentio da repartição da Bahia, sofre este serviço o que não tem o de Pernambuco por ser guerreiro e não costumado a carregar, e aquelle no arrayal que se formar e servir tambem para a planta dos mantimentos e a carruagem e que das capitancias de Pernambuco devem hir outros duzentos brancos e dos Índios de Guerra negros e mulatos foros, outros tanto que he o poder bastante para se dar esta guerra.(...) Pareceo que Vossa Alteza deve emcomendar a depozição desta guerra a João Fernandes Vieyra (...) e as pesoas que nella assistirem, o tera Vossa Ateza a serviço particular por lhos remunerar e comceder a João Fernandes Vieira, que avendo amaziados que não têmão parte, nem cazos prohibidos, lhes possa*

<sup>526</sup> REQUERIMENTO dos Oficiais da Câmara de Porto Calvo, 1689. Apud ENNES. Op. Cit. P. 5

<sup>527</sup> Essa disputa entre projetos defensivos de colonos e paulistas pode ser vista em PUNTONI. Op. Cit.

*passar perdão em nome de Vossa Alteza cosntandolhe que asistirão na dita guerra para haverem confirmação do dito perdão de Vossa Alteza (...) e o perdão se entendera nos que servirem enquanto durar.*<sup>528</sup>

É um projeto ambicioso e aparentemente nunca posto em prática, mas que lida com as estratégias básicas de guerra da Coroa na colônia açucareira: sustento dos combatentes pelas câmaras, uso maciço de braço indígena e recrutamento de párias. Esses últimos, homiziados, seriam libertados e perdoados se participassem dos conflitos. Da Bahia partiriam os recrutados, 200 homens brancos e '*todo o mais gentio manso*', e de Pernambuco, 200 brancos, '*índios de guerra*' e negros e mulatos forros.

O Conselho Ultramarino, autor do parecer, faz distinções regionais bem marcantes nesse documento: os índios da Bahia são de carga, encarregados do trabalho braçal por serem *mansos*, enquanto os de Pernambuco não estariam acostumados a esse serviço, sendo índios de guerra. Essa é provavelmente uma referencia ao terço de Camarão, e ilustra as contradições dos discursos da Coroa acerca de suas próprias estratégias, visto que, nesse período, 1677, as guerras no recôncavo já tinham sido combatidas com o proveitoso recurso aos '*índios mansos*'.

Um outro ponto a se observar nessa proposta do Conselho é a ausência de recrutamento de milícias negras na Bahia, quando sabemos que as mesmas já existiam, o que no final das contas, apenas reforça a imagem de Pernambuco como principal fornecedor de tropas coloniais.

Seja como for, esse projeto não chega a ser implementado, permanecendo a utilização dos paulistas. Apesar disso, a opção por estes últimos não é total: a utilização de ordenanças das vilas açucareiras do sul de Pernambuco, e das tropas de Recife/Olinda continua em larga escala. Porto Calvo, Una e Serinhaém são algumas das vilas que fornecem ordenanças contra Palmares, contando ainda as expedições régias com milícias pardas, henriques e índias.<sup>529</sup>

A última expedição contra Palmares, já com Domingos Jorge Velho no comando, composta de contingentes mistos, onde os burocráticos de Pernambuco são comandados por Bernardo Vieira de Melo, conta com cerca de três mil homens, sendo destes apenas 700

---

<sup>528</sup> AHU, cód. 265, fl. 14v/15.

<sup>529</sup> CARNEIRO. Op. cit. P. 97-98, 104.

paulistas na melhor das hipóteses, pois o governador de Pernambuco, que nesse momento é Caetano de Melo, acusa-os de terem um contingente de apenas 300 homens em Palmares.<sup>530</sup>

E, apesar dos dados do governador de Pernambuco não serem de todo confiáveis devido à rixa que o mesmo mantém com os paulistas, sua informação pode não estar assim tão distante da realidade, pois em 1687 a tropa de Jorge Velho é retirada de Palmares e enviada para o Açu para combater os janduí do chefe Canindé e, nesse momento, contabiliza apenas 600 homens. Além disso, esses paulistas têm sua tropa arruinada nessa ocasião e retornam para Palmares com o contingente consideravelmente diminuído.<sup>531</sup>

No entanto, devemos ressaltar que as tropas paulistas contam, desde sua chegada, com consideráveis reforços indígenas, nem sempre contabilizados pela Coroa e, nesse sentido, é provável que exista uma força indígena no ataque final a Macaco bem superior ao registrado.

As tropas institucionais em Palmares, assim como no Açu, devido aos conflitos políticos entre paulistas e colonos, estão sempre em uma situação muito ambígua nas práticas da Coroa: sempre utilizadas são, no entanto, freqüentemente desprezadas. Essa opinião surge em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1686, quando este discute informações dadas pelo governador de Pernambuco que afirma que:

*“Estava dispotos a capitullar porque não tinha effeitos para se por em campanha (...).*

*Que também dava conta a Vossa Magestade da incapacidade com que se achavam os capitães Francisco Tavares Domingos Rebello de Carvalho do Terço do Mestre de Campo Dom João de Souza, e os capitães Manoel Rodrigues Santarem, Conçallo [...] da Silva, Antonio João e Manoel da Costa Teixeira do 3 do Mestre de Campo Zinobio Acheole de Vasconcelos, os quaes o mais do tempo estão em huma cama por se acharem carregados de annos e achaques, cansados da guerra e defença daquelle Estado, em que foram passados [...], e outras feridas com que todas estas causas os fazia izentos do exercício de seus postos por que se continuarem nelles, resultava ao serviço de Vossa Magestade grande prejuízo assy pella pouca deseplina que esprimentam*

---

<sup>530</sup> CARNEIRO. Op. Cit. P. 42. Mas atentemos para o fato de que esses números são controversos. Silvia Hunold Lara, por exemplo, discorda deles: “O exército de 1694, que venceu Palmares em pouco menos de um mês, contava com cerca de 6 mil homens: o terço chefiado pelo mestre-de-campo paulista Domingos Jorge Velho, mais 3 mil recrutados entre os moradores de Olinda, Recife e vilas vizinhas, outros 1500 vindos das Alagoas, além de voluntários e ‘pessoas principais e ordenanças’ das várias vilas próximas aos Palmares.” LARA, Sílvia Hunold. Do Singular ao Plural – Palmares, Capitães-do-Mato e o Governo dos Escravos. In REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.Pp. 81-109.P. 86.

<sup>531</sup> Ver essa ida para Açu e a diminuição da tropa de Jorge Velho em ENNES. Op. cit. p. 62-72.

*os soldados, como pella falta que há de officiaes pêra hirem a guerra refferida e assistirem nas guarnições (...).”<sup>532</sup>*

Aqui se destaca o discurso que ressalta a falta de recursos financeiros, os *'efeitos'*, para a manutenção de expedições bem sucedidas e a decadência dos comandantes burocráticos. A falta de recursos advém da situação instável da economia na capitania devido à longa guerra contra a WIC. É nesse contexto que as expedições régias contra Palmares são planejadas: lançam-se *bandos* para o recrutamento, os preparativos são feitos para as campanhas no verão - depois da suspensão das mesmas no inverno devido às dificuldades dos caminhos para a Serra da Barriga -, mas as mesmas só se realizam *'se para tal houvesse 'efeito'*".<sup>533</sup>

As apregoadas dificuldades das expedições burocráticas são visíveis também na falta de oficiais capacitados. Em 1686, os capitães que deveriam comandar as expedições são idosos e inválidos. O problema é tal que na expedição desse ano o governador tem que tirar o capitão Fernão Carrilho da cadeia - onde estava devido a algumas atitudes muito dúbias em expedições anteriores contra Palmares -, para comandar a mesma.<sup>534</sup>

Essa expedição planeja estabelecer arraiais em Porto Calvo, com 801 soldados pagos e 120 índios. Tal contingente, porém, muito provavelmente não foi atingido. Sem atingir o contingente regular solicitado, a lei exige que os mesmos sejam completados pelas milícias. É o que podemos ver em carta régia destinada ao governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior em 1687:

*“vendo o que me escreveste (...) sobre os sucessos da guerra que haveis mandado fazer aos negros dos Palmares, (...) Haveis de tornar a continuar, o que so se poderia conseguir mandares aplicar as sobras da minha Fazenda, por que estes povos têm suprido com as suas mais do que lhe hera possível. Me pareceo ordenarvos /como por esa o faço/, que escolhendo quatrocentos*

---

<sup>532</sup> AHU, cód. 265, fl. 41v/43.

<sup>533</sup> ENNES. Op. Cit. P. 43

<sup>534</sup> ENNES. Op. Cit. P. 34-43 Para observar as ações de Carrilho em Palmares, cf. CARNEIRO. Op. Cit. ; ENNES. Op. Cit. ; LARA. In REIS; GOMES. Op. Cit. Fernão Carrilho é um personagem que merece mais atenção da historiografia: Apresador de índios, caçador de quilombolas, é nomeado comandante de algumas das primeiras expedições régias contra Palmares. Apesar de seu histórico, no entanto, vai totalmente contra as ordens da Coroa ao efetuar acordos com o quilombo, em um momento onde o governo proibira qualquer tipo de aliança com Palmares. Atitude que lhe rende uma pena de prisão, de onde é retirado para novamente combater Palmares. Dessa vez parece se comportar de acordo com o esperado, pois anos mais tarde vemos a Coroa recomendar seu filho para postos militares. Carrilho surge assim como ícone das contradições políticas e sociais inerentes à sociedade canaveira, merecendo um maior aprofundamento por parte da historiografia.

*soldados pagos mandeis occupar o posto e que assistem os negros dos Palmares sendo algumas tropas dos de Henrique Dias, e Dom Francisco Camarão digo Henrique Camarão para que precistindo naquelle sitio possam fazer correrias por toda aquella campanha de sorte que os negros se vejam perseguidos, e destroidos. E a esta conquista se der principio no tempo e que de próximo tenham os negros recolhidos os mantimentos das suas lavouras, e palmares para que com ellas se possam sustentar os soldados em quanto se não fazem outras, lavouras e descobrem outros caminhos para que possam ser socorridos (...).<sup>535</sup>*

A exigência nessa ordem de mais 400 soldados burocráticos e milicianos para os arraiais de Palmares, apenas indica que o contingente pedido no ano anterior não fora alcançado.

Essa carta ainda nos mostra que a estratégia militar empreendida pelas tropas institucionais está longe de ser o conflito aberto comum aos padrões europeus modernos: estabelecidas nos arraiais, elas deveriam atacar de preferência as roças e lavouras do quilombo, tanto para se abastecer, quanto para minar a organização e economia dos mocambos. Essa tática alia a tradição da guerra de emboscada pernambucana com as antigas *razzias* da reconquista ibérica, indicando a maleabilidade das tropas do Estado na zona canavieira. Prática que parece ter tido um certo sucesso, pois ainda em 1687 o Conselho Ultramarino comenta um parecer de D. João de Souza, antigo governador de Pernambuco, sobre Palmares:

*“Que a guerra q se lhe fizera, é q mais os atenuava, e reduzira a nossa obediencia, fora no tempo em q goverara aquellas capitánias, como dirão os moradores dellas, que a forma della era fazendosse hum arrayal de 400, ou 500 homens entre payzanos e soldados pagos com aqueles Cabos mais práticos p.a isso, e elegendo sitio onde parecer mais conveniente, dahi repartir em varias tropas na forma q a experiência tinha mostrado, e fora disto de todas as mais capitánias fosse também varias tropas, p.a onde aquellas não possam chegar, (...) e q esta gente assistisse todo o verão no arrayal, e ainda depoés de passado elle ficassem algoas tropas, ou outras de novo p<sup>a</sup> os não deixar fazer as suas roças e lavouras, q era o que mais os atenuava, (...)”<sup>536</sup>*

Apesar do sucesso propagado, todavia, é uma estratégia difícil para o governo de Pernambuco por requerer constantes ataques às lavouras quilombolas. O projeto de utilização dos paulistas, assim, é acreditado pela Coroa como mais rápido e eficiente, ainda

---

<sup>535</sup> AHU, cód. 256, fl. 69.

<sup>536</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, 22/11/1687. apud ENNES. Op. Cit. P. 172-175.

que se continue a empregar as unidades institucionais, pois, independentemente de qual seja a briga entre colonos e paulistas, estes últimos não funcionam na conquista do sertão sem o recurso aos *frecheiros* e nem sem o apoio - ainda que apenas numérico - das tropas institucionais.

Para a Coroa, Palmares e os *tapuias* fazem parte de um mesmo problema que deve ser combatido com as mesmas armas. No entanto, Palmares não é o único quilombo no sertão. E já a partir da guerra do Recôncavo, o processo de conquista do sertão inclui também os mocambos como alvos prioritários, algumas vezes nas mesmas expedições dirigidas contra as tribos levantadas. Fato que podemos observar em uma carta do governador geral de 1654 dirigida a Garcia D'Ávila na Casa da Torre:

*“São necessários para a jornada do sertão todos os índios e mestiços das aldeias desta capitania. Com esta vae a lista dos que se podem tirar dessa Torre. Tanto que VM a receber, os arme de frecharia e tenha prompts para todas as horas que lhe for aviso se virem a esta praça unir com o mais poder que vae e além destes se poder ajuntar mais serviço será que VM faça a Sua Magestae e um, e outros disponha VMs os ânimos para que façam sua obrigação como devem, que a câmara desta cidade tem provenido resgates para contentar a todos, e em particular emcommendo a VM os que costumam ir com Diogo de Oliveira aos mocambos porque são soldados dos de mais satisfação, (...).”<sup>537</sup>*

O governador geral nesse momento solicita a Garcia D'Ávila tropas particulares para expedições no sertão. Essas tropas da Casa da Torre, por sua vez, são formadas por mestiços agregados de D'Ávila e índios aldeados, muitos dos quais, como indica a solicitação do governador, usados comumente no combate aos mocambos da região.

Se o conceito de sertão no imaginário açucareiro é amplo, a conquista do sertão não poderia deixar de ser um empreendimento igualmente vasto, o que inclui os mocambos em seus limites. E perante esse imaginário, aos negros levantados muitas vezes se une uma vizinhança de *índios bravos* para transformar uma área *civilizada* em um perigoso sertão, como é o caso das ricas vilas do Recôncavo baiano. O espaço do sertão é mutável, e nas proximidades da área do açúcar, esse espaço depende da mobilidade e atuação de índios levantados e negros fugidos para se definir, como podemos observar em Cachoeira, no Recôncavo, em 1661:

---

<sup>537</sup> CARTA para o Capitão Garcia D'Ávila. DH, vol. 03, p.228.

*“Porquanto os moradores dos Campos de Cachoeira e Imbira me enviaram a representar por vezes os insultos de roubos, e mortes que por aquelles districtos faziam os negros que andam levantados em uma tropa: os quaes mandando-os prender pelos soldados de Henrique Dias, se portaram com tal obstinação que pondo-se em defença nos mataram dous delles: e convem que em todo o caso sejam presos para se lhes dar o castigo que semelhante culpa merece. Ordeno, a Francisco Dias que tanto lhe for dada esta, vá com todos os Índios do Capitão Gaspar Rodrigues Adorno, e com dez soldados da companhia do capitão Antonio Cavacanty, e do capitão Bastião Brandão (que elle escolherá) em busca dos ditos negros levantados, fazendo todas as diligencias possíveis para os prender, (...).”<sup>538</sup>*

Apesar do espaço aqui não estar definido claramente como sertão, o tratamento dispensado aos negros levantados é muito similar ao das guerras indígenas, usando, sobretudo tropas institucionais litorâneas e frecheiros. Interessante notar que o governador destaca inicialmente os henriques para combater esses revoltosos, apenas depois do fracasso dessa tropa resolvendo enviar os burocráticos. Interessante porque não encontramos referências aos henriques baianos enviados contra levantes indígenas no Recôncavo.

Por outro lado, o número de burocráticos nessa expedição parece ser pequeno, visto a ordem de arregimentação passada no mesmo ano pelo governo geral:

*“Porquanto tenho encarregado a Francisco Dias a prisão dos negros levantados, e a não pode conseguir sem moradores que o acompanhem, na ocasião que lhe parecer mais opportuna, para se esperar o successo desejado. Hei por serviço de Sua Magestade e lhe ordeno, escolha para poder dar cumprimento á ordem que tem, todas as pessoas que convier, ter ou levar consigo, de ambas as freguezias da Cachoeira, e Campos de Iguappe, mostrando-lhes esta ordem, que obedecerão inviolavelmente, e o acompanharão com suas armas todo o tempo que importar andarem nesse serviço. E havendo alguma que o repugne (o que não creio) m’a remetterá presa, e não podendo, me avisará para se mandar prender, e dar a pena que é justo.”<sup>539</sup>*

A arregimentação aqui é de ordenanças, visível no fato de serem tiradas das próprias freguesias em questão e se armarem às suas custas. Aparentemente, a julgar por essas

---

<sup>538</sup> ORDEM que se enviou a Francisco Dias para prender, ou matar uma tropa de negros levantados. 19/9/1661. DH, vol. 07, p. 70-71.

<sup>539</sup> PORTARIA para Francisco Dias levar consigo a gente que lhe for necessária em busca dos negros levantados, que se lhe tem encarregado que prenda. DH, vol. 07, p. 73.

ordens, a dificuldade de mobilização de recrutados litorâneos é encontrada também contra os mocambos. E de qualquer forma, o número de soldados tirados de Salvador é ínfimo, o que deixa a atuação militar praticamente nas mãos dos *frecheiros* e das ordenanças de D'Ávila.

Em 1666 vemos uma nova expedição programada no Recôncavo contra outro mocambo:

*“O Ajudante dos Índios Sebastião Ferrás, que ora envio á entrada de uns Mocambos de que tem noticia, vá á Aldeia a Torre, de que é Capitão André dias e tome della todos os Índios, que lhe forem necessários, para fazer esta diligencia. E bem assim levará em sua companhia todos os Índios que estiverem por casas dos moradores pertencentes á dita Aldeia: E todos os escravos, que prender nestes Mocambos, os virá entregar á cadeia desta cidade. E pelas paragens por donde for se dará ao dito Ajudante todo o favor, e ajuda, e mantimentos e farinha, que se pagará dos negros que se tomarem.”*<sup>540</sup>

Essas cartas administrativas nos sugerem uma proliferação de mocambos no mesmo momento da explosão da guerra do Recôncavo. Proliferação essa que é uma coincidência improvável. É possível que as conturbações causadas por paiaias, anaios e outros, nas vilas do Recôncavo, ofereçam oportunidades para diferentes mocambos se formarem na região, aumentando assim, para a Coroa e os colonos, os obstáculos às entradas no sertão.

Importante para nós é a constância política nas estratégias da conquista do sertão. Seja no Açú, Palmares ou Recôncavo, contra índios ou mocambeiros, as práticas se mantêm: expedições institucionais acompanhadas principalmente por fortes contingentes indígenas. É o que podemos ver também em Sergipe em 1674, quando o governador geral ordena a retirada de 30 *frecheiros* da aldeia do Jerú para se juntarem a uma entrada organizada pela Casa da Torre, contra mocambos no Recôncavo.<sup>541</sup>

Aqui percebemos a institucionalização de comandos particulares na Bahia. Por outro lado, podemos observar também os grandes prejuízos causados às tribos aldeadas pelas estratégias bélicas da Coroa. Em 1674 o *principal* da aldeia do Jerú se recusa a dar os *frecheiros* requisitados devido ao fato de seus guerreiros já estarem sendo usados em outro

---

<sup>540</sup> PORTARIA passada para Sebastião Ferras. Bahia, 23/7/1666. DH, vol. VI, p. 262.

<sup>541</sup> Também nesse caso o *principal* da aldeia o Jerú reclama da retirada dos *frecheiros* devido ao fato da maior parte de seus homens já estarem empregados em outra expedição. A resposta o governador é que a aldeia possuía muita gente. CARTA para o Capitão-mor de Sergipe DeL-Rei sobre dar 30 Índios para uma entrada que se manda fazer aos mocambos. DH, vol. 08, p. 412-413.



serviço; talvez mesmo contra outros mocambos nas jornadas do sertão, quem sabe. O momento é de grande mobilização e deslocamento de recursos humanos. O governador, no entanto, obriga o *principal* a fornecer mais braços para essa nova expedição, alegando ser o Jerú uma aldeia populosa.

Essa retirada intensiva e sistemática de braços das lavouras indígenas causa um prejuízo ainda não percebido à economia das tribos aldeadas, da mesma forma que a retirada dos homens causa a sua organização social. Ou seja, a conquista do sertão não é danosa às tribos da América portuguesa apenas pelo desbaratamento dos levantados, mas também para os aliados, principalmente devido à intensa utilização dos homens índios com finalidades militares, o que desestrutura toda a organização social dos aldeamentos, já por si mesmos desconfigurantes da sociedade tribal.

Todas essas considerações nos levam a definir a *guerra dos bárbaros* como um conjunto de empreendimentos estatais para desbaratar a oposição de índios e negros fugidos no interior e nas fronteiras da zona canavieira, possibilitando assim a colonização do sertão pela iniciativa privada. E se no Recôncavo proliferam mocambos durante os conflitos com os *tapuias*, é em Palmares que a conexão entre quilombolas e *tapuias* como obstáculos à expansão colonial transparece mais. Tal pode ser visto, por exemplo, quando o governador de Pernambuco dá notícias à Coroa acerca da:

*“gloriosa restauração dos Palmares cuja feliz vitória, senão avalia por menoz que a expulsão dos olandezes, (...) eu determino formar naquellas partes duas aldeas de Índios e nellas mandey ficam aseedo os Paulistas com seus Tapuias para evitar tornem os negroz a valler daquella sua rochella em que sento e tantos annos se defenderão e augmentarão e tãobem para que as ditas Aldeas e gente dos Paulistas sirvão de antemuro ao Tapuia Brabo daquella parte que aynda que lhe fica longe não he muyta a distancia para o modo de vida daquelles Barbaros;”<sup>542</sup>*

Ou seja, a Coroa utiliza arraias indígenas contra Palmares e, uma vez desbaratado este, utiliza os mesmos arraias contra as tribos levantadas do sertão. Palmares, assim, se define no discurso estatal não apenas como sertão, mas como primeira parada na conquista do mesmo. A prática da formação de *muros do sertão* também está presente aqui.

---

<sup>542</sup> CARTA de Caetano de Melo e Castro, Governador de Pernambuco, 18/2/1694. apud ENNES. Op. Cit. P. 194-196.

Todas essas considerações nos levam a entrever, a partir da segunda metade do século XVII, um amplo movimento de expansão colonial baseado na guerra aos habitantes do sertão e fronteiras do açúcar. E se não existe uma unidade nos adversários, existe uma política regia constante no tratamento de cada caso isolado que termina por dar uma configuração quase homogênea ao movimento. Assim, pois, do ponto de vista a Coroa essa homogeneidade existe, ainda que não exista para ninguém mais.

O movimento de inicia com a pressão dos curraleiros pela ampliação de propriedades que leva as tribos continentais à revolta, criando conturbações que facilitam o desenvolvimento de mocambos, já existentes ou não. Por sua vez, os governadores de Pernambuco e o governo geral pensam o momento a partir de estratégias muito similares de combate, o que leva, muitas vezes, os mesmos indivíduos a estarem envolvidos tanto em Palmares quanto no Açú. E mesmo em Salvador e no Recôncavo, onde tem início o emprego e a sistematização das práticas usadas depois em Pernambuco, os pobres e *vadios* do litoral são constantemente encontrados em meio às jornadas do sertão.

Dentro desse contexto, personagens como Carlos da Cunha e Jorge Luís Soares, saídos das vilas canavieiras de Pernambuco são levados pelo processo de conquista a combater no sertão. Como eles existem muitos mais, homens que desertam das tropas de Albuquerque Câmara, ou que são agregados à força aos terços paulistas. Muitos já vindo dos combates em Palmares, outros sem nenhuma experiência de batalhas. E muitos outros ainda fugindo para o Ceará. Seja como for, a diversidade de tipos sociais é palpável. São personagens que, quer se estabeleçam no sertão ou não, quer criem novas raízes sociais ou caiam no banditismo, a partir de sua chegada não deixarão de influir nas condições de vida dos povos do sertão, configurando-se como mais uma peça do mosaico que acabará definindo a sociedade sertaneja.

IV - RUMO AO AÇU: O PÓS-GUERRA E A CONSTRUÇÃO  
DE UMA NOVA SOCIEDADE COLONIAL

*“Os povoadores primeiros foram gente pobre: soldados idos de Pernambuco, mal pagos a ponto de raras poderem calçar sapatos e meias; ilhéus nobres, mas gente necessitada, impelida à emigração pela procura de meios não existentes no arquipélago; soldados rotos e despedidos tomados na guerra e abandonados nas costas pelos holandeses; finalmente degradados.”<sup>543</sup>*  
*Capistrano de Abreu*

Em seus estudos pioneiros sobre a constituição da sociedade sertaneja, Capistrano de Abreu ainda no século XIX já identifica entre os primeiros elementos colonizadores do sertão os soldados de Pernambuco. E é seguindo sob a influência desses estudos que percebemos a *guerra dos bárbaros* como momento privilegiado para a difusão dos soldados de Pernambuco por todo o interior das capitanias anexas. A grande mobilização de contingentes oriundos do litoral e sua circulação e ação em diferentes regiões do continente, torna esses conflitos em veículos de atração e a fixação de pobres do açúcar no sertão.

A fixação sertaneja de pobres produtivos e *vadios* transformados em soldados da Coroa é realizada de forma bastante heterogênea: tanto oficialmente, com o recebimento de terras e o assentamento dos militares como proprietários, quanto de forma clandestina, com a adesão desses personagens à criminalidade no sertão.

Nos dois casos, no entanto, essas figuras oriundas de grupos sociais livres e intermediários das vilas açucareiras apresentam-se como elementos ativos na formação daquela sociedade que então começa a se consolidar no sertão. A diversidade de tipos humanos nas tropas da Coroa, e a diversidade de situações encontradas, gera uma multiplicidade de formas de interação com o novo meio social. Nesse contexto, uma das primeiras e mais marcantes pistas para percebermos os tipos de interação dos soldados litorâneos com a sociedade sertaneja, está no grande número de deserções durante a *guerra dos bárbaros*.

Se durante as campanhas de paulistas e tropas institucionais na guerra do Açú as deserções são vultosas, por outro lado elas já não são novidade para a zona do açúcar. E visto que as dificuldades enfrentadas na manutenção das tropas estão entre as principais causas das deserções, e uma vez que essas dificuldades remontam à própria montagem da estrutura militar na zona açucareira, é possível encontrarmos exemplos de deserções no

---

<sup>543</sup> Abreu. **Capítulos de História Colonial**. Op. cit. P. 160.

sertão anteriores à guerra do Açú. A gravura abaixo, assinada por Frans Post entre 1644 e 1645, mostra um desses exemplos e indica a antiguidade desse costume em Pernambuco.



**Figura 9** - *Tropas ibero-americanas em fuga no rio São Francisco. Ao fundo o Forte Maurício e a cidade de Penedo vistos da margem sul do rio.* POST, Frans. Gravura assinada na chapa. 1644/45. apud LAGO, Bia Correia do(Org.). *Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand*. Recife: Instituto Ricardo Brennand. 2003.

Aqui o artista retrata a travessia do rio São Francisco pelas tropas luso-pernambucanas derrotadas em um ataque a Penedo, então tomada pelo exército da WIC. Essas tropas das guerras de restauração de Pernambuco são o protótipo para a estrutura militar do segundo período português. Sua representação nesta gravura, no entanto, descreve o exército dando-lhe configurações européias, com vestimentas e armamentos característicos da Europa e uma improvável ausência de homens de cor ou índios entre os soldados. Ou seja, é uma imagem idealizada das tropas portuguesas. No entanto, a gravura ilustra a fuga da tropa, representando assim uma situação que aparece freqüentemente nos discursos do período.<sup>544</sup>

<sup>544</sup> Para observar os tipos sociais nas tropas luso-pernambucanas durante as guerras holandesas, Cf. MELLO. **Olinda Restaurada – Guerra E Açúcar No Nordeste 1630/1654**. Op. cit.

E se uma debandada não é necessariamente deserção, podendo ser uma retirada organizada do exercito derrotado, essa derrota em Penedo, todavia, provavelmente leva a deserções antes mesmo de decretada a derrota por parte do comando da tropa. A distância dos núcleos urbanos originais, o perigo dos conflitos e do próprio cenário, as incertezas da guerra e das rações da Coroa são razões suficientes para incentivar a fuga dos homens do litoral quando combatendo no interior.

Essa gravura é ainda significativa por representar uma fuga nas portas do sertão, o rio São Francisco, preconizando já as inúmeras deserções que serão empreendidas pelos pobres do açúcar na região durante a *guerra dos bárbaros*.

Mas se esses personagens ajudam a compor a sociedade sertaneja do século XVIII, as formas de interação com o sertão criadas por eles são, na verdade, bastante heterogêneas. A própria deserção, por exemplo, assume para esse território características diferenciadas para cada grupo social e cada homem livre dependendo de sua cor:

*“Nestas condições cotidianas de sobrevivência, a deserção torna-se uma regra geral. A diferença de cor desempenha um papel muito importante na dinâmica das deserções. Para o branco pobre, a deserção abre as portas de uma vida nova no interior da Capitania, onde ele é absorvido pelas populações locais como um igual, constituindo-se assim a deserção como um importante mecanismo regular de povoamento dos sertões, em fim de contas bem visto pelo Estado. Para o soldado preto ou mulato a deserção funciona mais como uma prática e rebeldia. O desertor negro ou mulato era fortemente rejeitado pelas populações interioranas, sendo pois forçados a perambular pelos sertões em grupos de salteadores e bandidos, mais conhecidos como facinorosos, ou a se reintegrarem à tropa, transformando-se em desertores contumazes, como o soldado Lucas Dantas.”<sup>545</sup>*

Dentro dessa perspectiva, há uma distinção étnica para os tipos de interação que os soldados desertores podem manter com o sertão. Por outro lado, as deserções na *guerra dos bárbaros* produzem dois tipos principais de intercâmbio com a sociedade sertaneja e que, a priori, independe da cor: a interação enquanto membro produtivo e a marginalização enquanto criminosos.

A fuga do mundo colonial para suas fronteiras é uma estratégia de sobrevivência amplamente utilizada na América portuguesa por aqueles que se sente perseguidos por Estado e sociedade. Tanto aqueles que querem fugir da estrutura militar, de norte a sul,

---

<sup>545</sup> ARAÚJO. In *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. N.º 19, 2001. Op. cit. P. 12-13.

utilizam essa prática, como outros segmentos sociais. Se o mais conhecido desses grupos é composto pelos escravos que constituem os quilombos, também os índios aldeados a praticam, indicando que estão longe de se acomodarem à dominação portuguesa.<sup>546</sup>

Mas mesmo no caso das fugas dos aldeados é interessante perceber que, apesar de serem aqueles com melhores possibilidades de adaptação ao meio ambiente, nem mesmo eles consegue escapar as malhas da colonização, pois a fuga dos aldeamentos pode significar simplesmente a incorporação do fugitivo como mão-de-obra barata dos grandes proprietários. Ao observarmos a incidência, nos quadros 17 e 18, de *frecheiros* servindo a sesmeiros como Garcia D'Ávila ou Oliveira Ledo, percebemos que estar fora dos aldeamentos não significa necessariamente para os índios estar livre dos laços coloniais.

O mesmo pode ser questionado para os soldados que fogem para o sertão, pois mesmo aqueles que abraçam a criminalidade têm pouca chance de independência, visto que muitos *facinorosos* precisam manter laços de clientelismo com os grandes senhores.

Apesar disso, o sertão continua a ser, para o imaginário açucareiro, o espaço privilegiado da fuga. Exemplo disso pode ser visto em 1722: terminada a *guerra dos bárbaros* e consolidada a sociedade sertaneja, o Conselho Ultramarino escreve para o Ouvidor de Pernambuco afirmando que:

*“os offeceaes da Câmara a cidade de Olinda, me derão conta (...) que os escravos com que se servem são quasi por natureza inconstante e amigos, do Occio, e por estes motivos se abzentão, e para sua mayor segurança buscão os Certons mais dillataos onde achão nelles o seu mayor sosego, (...).”*<sup>547</sup>

Ou seja, ainda aqui, mesmo com o fim dos conflitos, o sertão é visto como uma possibilidade de fugir às autoridades coloniais. Essa característica favorecerá o desenvolvimento de outras formas de autoridade no sertão, autoridades particulares dos grandes sesmeiros.

E apesar de que nem sempre os fugitivos da colonização conseguem se estabelecer em liberdade, as tentativas são frequentes durante todo o século XVIII e possivelmente ainda no XIX. Algumas dessas experiências são tão bem sucedidas que possibilitam a

---

<sup>546</sup> Essa fuga de índios aldeados pode ser vista para os guaranis do Rio Grande do Sul no período pombalino em WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A Respeito de ‘Ladrões, Facinorosos, Matadores, Desertores e Índios’: Condições de Mobilidade e Espacialidade da População Indígena no Rio Grande de São Pedro – O Caso da Adeia de Nossa Senhora dos Anjos. **Boletim de História Demográfica**. Ano IX, n.º 24, Janeiro de 2002.

<sup>547</sup> AHU, cód. 258, fl. 249v.

permanência de quilombolas remanescentes no semi-árido nordestino em pleno século XXI.<sup>548</sup>

Também no caso dos soldados burocráticos, o sertão se apresenta como espaço de uma liberdade virtual, senão por outras coisas, ao menos pela ausência da autoridade régia que os poderia reincorporar. Esse é o caso, em 1702, já quando os conflitos no Açu estão se extinguindo, de um naufrágio ocorrido na costa do Ceará de um navio que ia de Pernambuco levando soldados para o Maranhão. Sobre isso diz o rei em carta para o governador de Pernambuco:

*“Fernão Carrilho me deu a conta (...) da perdição do navio em que dessa Capitania hia infantaria para aquelle estado, e de como alguns soldados que se livrarão do naufragio se havião abzentado e fugido (...). E pareceume ordenarvos mandeis fazer toda a delligencia, assim nessa Capitania, como na do Cierá por estes soldados que fugirão do Maranhão, e presos que seão se castiguem conforme a sua culpa e o que dispoem o Regimento Militar neste caso.”*<sup>549</sup>

Os soldados, muitas vezes incorporados à força na instituição e se ressentindo das difíceis condições de sobrevivência na mesma, aproveitam toda e qualquer oportunidade para fugir, até mesmo um naufrágio. Interessante observar, por outro lado, que essa ordem também nos dá pistas sobre o destino dos fugitivos, ao ordenar que o governador faça diligências tanto no Ceará – local do naufrágio -, quanto em Pernambuco. Ou seja, a Coroa reconhece uma dupla possibilidade para esses desertores: se muitos soldados fugitivos se embrenham no sertão, outros tentam voltar para seu cenário original nas vilas açucareiras.

As fugas dos soldados burocráticos das vilas do açúcar para outras capitanias parecem se tornar um costume arraigado durante a *guerra dos bárbaros*, pois já em 1655, o Conde de Atouguia, governador geral, escreve para o capitão mor de Sergipe del Rei ordenando que *“Todos os soldados que nessa Capitania se acharem das companhias deste presídio, ou das do exército de Pernambuco faça VM recolher a elas efetivamente e em particular os da do Capitão João Ribeiro Vila Franca.”*<sup>550</sup>

---

<sup>548</sup> O distrito de Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro -PE, é hoje um exemplo de comunidade constituída a partir de quilombo no sertão nordestino. Sua história, todavia, ainda está para ser escrita.

<sup>549</sup> AHU, cód. 257, fl. 104.

<sup>550</sup> CARTA para o Capitão-Mor de Sergipe Del Rei. DH, vol. III, p. 277-278. 23/08/1655.



As fugas se direcionam assim para todo o interior, por vezes facilitadas por naufrágios ou derrotas, como no caso de Penedo, outras vezes levadas a cabo mesmo pelos soldados estacionados nas guarnições, como no caso do *presídio* do Ceará em 1706:

*“O Capitão-mor do Ceará em carta de 28 de dezembro do anno passado se me queixou de que por falta de castigo costumavão os soldados que asistem de Prizidio naquella capitania sobrevarresse contra os Capitães mores della, a que se me devia evitar pello grande damno que resulta ao meu serviço de semelhantes insolências. E pareceume dizervos, que ao Capitão mor do Ceará que sendo cazo que os tais soldados de sublevem mande fazer auto deste crime, e volo remeta para procedereis por elle contra os dellinquentes, e assim vos recomendo por esta, que averiguado o delicto os dittos soldados, e provado pellos autos que vos remeter o capitam mor facaes com que neste particular se tenha todo o procedimento de justiça para que o castigo faça abster, a que se não cometão semelhantes delictos.”*<sup>551</sup>

Nesta carta régia escrita para o governador de Pernambuco, percebemos que mesmo depois de oficialmente concluída a *guerra dos bárbaros* continua a existir uma preocupação da Coroa com a manutenção de tropas no sertão. Esses soldados dos presídios do Ceará – provavelmente de Fortaleza – vinham muitas vezes de Pernambuco. E a distância de seus núcleos originais pode ser um fator importante na decisão de desertar, talvez com a intenção inicial de retornar a Recife ou Olinda. A mesma situação podemos ver no caso do Rio Grande em 1696, quando o rei ordena ao governador de Pernambuco que guarneça a fortaleza dos Reis Magos com homens do próprio Rio Grande, pois os de Pernambuco assim que chegam desertam.<sup>552</sup>

Mas não é apenas o governo de Pernambuco que sente a deserção como um problema, pois em 1712 o governador geral baixa um bando onde podemos ver que o mesmo também se encontra às voltas com soldados trãsfugas de Salvador:

*“Ordeno ao Capitão-mor das Entradas dos distritos do Regimento do Coronel Bernadino Cavalcanti e Albuquerque, que toda a pessoa que vir nos mesmos distritos desconhecida que pareça é Soldado dos Terços desta Praça ou da guarnição das naus de guerra combóis da frota os prenda, e remeta com toda a segurança a entrega na cadeia desta cidade à minha ordem: e esta guardará o dito Capitão-mor inviolavelmente.”*<sup>553</sup>

---

<sup>551</sup> AHU, cód. 257, fl. 179v.

<sup>552</sup> COSTA. *Anais Pernambucanos*. Op. Cit. Vol. 4. p. 447.

<sup>553</sup> DH, vol. 53, fl. 139. 26/01/1712.

Esta é uma ordem de 1712 quando a muito a guerra do Recôncavo já havia acabado. Apesar disso os soldados burocráticos de Salvador continuam a fugir para o interior, para fora mesmo do Recôncavo, pois a ordem se dirige aos capitães de entradas do sertão. A Coroa costuma expedir, nesses casos, diversas ordens para o aprisionamento e a reintegração dos fugitivos. O que não deveria ser fácil, uma vez que a única descrição dos mesmos é *'toda pessoa que viva nos mesmos distritos que pareça é soldado'*.

Se as fugas para o sertão são motivadas pela vontade de escapar às autoridades açucareiras, e incentivadas pelo discurso acerca da ausência de lei no interior, por outro lado, os pobres do açúcar uma vez no sertão encontram situações diversas onde nem sempre podem se inserir. O mesmo pode ser constatado para aqueles pobres e *vadios* que transformados em soldados aproveitam o caos da *guerra dos bárbaros* para desertar. Nem todos conseguem se estabelecer no sertão, alguns voltam, outros permanecem às margens da sociedade sertaneja incorporados ao banditismo. O banditismo, por sua vez, parece ser uma das principais formas de interação dos fugitivos do litoral com esta sociedade em formação.

No século XVIII, com a sociedade sertaneja já então constituída, a imagem pré-conquista do sertão, elaborada pelo imaginário barroco açucareiro, continua enfatizando discursos de selvageria e violência para a região. Esse discurso se fortalece devido à ausência de uma autoridade estatal efetiva na sociedade sertaneja. Ausência que permite aos sesmeiros assumirem o poder civil, muitas vezes através da violência.

Assim, na insuficiência de mediadores estatais, rixas e problemas devem ser resolvidos pela própria população, criando uma cultura onde a vingança se torna instrumento de justiça, e a defesa da honra se exacerba, caracterizando-se como uma idéia central na cultura sertaneja, distinta do litoral açucareiro.<sup>554</sup>

---

<sup>554</sup> A literatura brasileira possui talvez algumas das melhores análises sobre a cultura da sociedade sertaneja. Em geral são autores do século XX, abordando o sertão novecentista, mas ao cruzarmos esses discursos de ficção com os dados que encontramos sobre a sociedade sertaneja colonial, percebemos que existe uma forte continuidade de estruturas culturais e sociais. Para os dados históricos acerca das práticas em torno da vingança e da honra no século XIX ver DIAS, Alexandre Alves. **Facinorosos do Sertão – A Desagregação a Ordem no Sertão Nordestino na Transição da Colônia até a Independência (1808 a 1822)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Para a cultura sertaneja no século XX e seus laços culturais com a colônia, Cf. MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol – O Banditismo no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Massangana. 1985. Na literatura, a cultura de violência e honra surge, por exemplo, na novela armorial Bernarda Soledade. Cf. CARRERO, Raimundo. **A História de Bernarda Soledade, A Tigre do Sertão**. Recife: Ed. Bagaço, 1993.

É nesse contexto que em meados do XVIII, o governo pombalino começa a se preocupar com o controle da população colonial, baixando uma série de leis que envolvem a maior vigilância da população sertaneja. E são exatamente essas tentativas de acabar com a violência no sertão que nos mostram quais são as relações sociais sertanejas e no que se baseiam.

Assim, a reclamação dos habitantes do sertão da Paraíba acerca de seus infortúnios com os índios aldeados que se sublevam e com os ataques de *vagabundos*, na primeira metade do XVIII, ilustra o cotidiano do sertão até esse período.<sup>555</sup> E quando o governo pombalino começa a se preocupar com essa falta de autoridade régia nos interiores, sua resposta também é ilustrativa dos tipos humanos que compunham esse quadro, ou seja, “*aqueles indivíduos que vivendo ‘como feras, separados da sociedade civil’, cometiam toda a sorte de ‘crimes e atozes insultos’ contra os vassalos e as leis do reino portugueses.*”<sup>556</sup>

Essas reclamações, que precedem uma série de medidas para estabelecer ordem no sertão, retratam o cotidiano sertanejo a partir do momento da constituição dessa sociedade, sendo esses vagabundos e ladrões, os chamados *‘facinorosos do sertão’*.<sup>557</sup>

Com a consolidação da sociedade sertaneja no século XVIII, surgem grupos de homens armados que atuam como salteadores tanto de forma isolada quanto a serviço de grandes latifundiários.<sup>558</sup> A origem desses *facinorosos*, todavia, talvez esteja na própria *guerra dos bárbaros* e em seus desertores, pois com as dificuldades de incorporação dos homens de cor na sociedade sertaneja e com o grande número de desertores no Açu e Jaguaribe, acrescentando-se a esses fatores a distância e os perigos na volta para o litoral, os soldados fugitivos das tropas de Albuquerque Câmara, por exemplo, podem ter começado a ingressar no banditismo no sertão. Mais tarde esses bandos seriam aumentados

---

<sup>555</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Vadios e Política de Povoamento na América Portuguesa, na Segunda Metade do Século XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**. Pós-Graduação de História, PUCRS. Vol. XXVII, nº 2. dezembro de 2001. porto Alegre: Edipucrs. Pp. 7-40. p. 14

<sup>556</sup> SANTOS. Op. Cit. P. 24-25.

<sup>557</sup> DIAS. **Facinorosos do Sertão – A Desagregação a Ordem no Sertão Nordestino na Transição da Colônia até a Independência (1808 a 1822)**. Op. Cit. P. 78.

<sup>558</sup> Alexandre Alves Dias compõe um estudo detalhado acerca dos facinorosos do sertão colonial, incluindo estudos biográficos dos mais famosos dentre esses personagens, entre 1808 e 1822. Para ele essa fase da desagregação da ordem colonial e transição para a independência, age no sertão favorecendo a ausência de autoridade estatal e o desenvolvimento de grupos de facinorosos. Cf, DIAS. **Facinorosos do Sertão – A Desagregação a Ordem no Sertão Nordestino na Transição da Colônia até a Independência (1808 a 1822)**. Op. Cit. Podemos, entretanto, observar que há uma continuidade desse banditismo no sertão desde a ‘guerra dos bárbaros’.

com outros fugitivos tanto da zona do açúcar quanto do próprio sertão, criando um tipo de criminalidade que passa a ser característica da região.

Mas a violência na sociedade sertaneja nem sempre está atrelada ao banditismo e aos facinorosos. Se o número de assassinatos é vultoso, os mesmos são cometidos principalmente pelos próprios moradores, considerados *respeitáveis*, por questões de honra e vingança. Tal situação já pode ser observada durante o desenrolar da guerra do Açú, em uma região fornecedora de tropas indígenas e particulares para o Rio Grande: o sertão de Rodelas, na margem pernambucana do São Francisco. É o que podemos ver em 1697 quando a Junta das Missões, em consulta ao rei informa sobre as reclamações do bispo de Pernambuco acerca dessa região:

*“No sitio a q.e chamão Cabrubu junto do Rio de S. Fran.<sup>co</sup> está hum curato, cuja Igr.<sup>a</sup> he de N. S. da Conceição, o ultimo q. e este Bispado tem da banda do sul; cujo destrito continuandosse p.<sup>la</sup> marge assima da d.<sup>o</sup> rio, q.e fica p.<sup>a</sup> a p.<sup>te</sup> e todo o sertão a q.e chamão Rodella , q.e pellas travessias de q. he cursado contem mais de 400 legoas cortado de vários rios, (...) Este anno mandei ao Cura corresse o d.<sup>o</sup> Sertão, e gastando mais de seis mezes, não pode chegar a m.<sup>tas</sup> povoações delle, e nas q.e entrou achou m.<sup>tas</sup> pessoas, q.<sup>e</sup> havia des annos não ouvião missa, nem se tinhão confesado, nem visto sacerdote com quem o podessem fazer: e assim vivem estes homens sem lembrança de outra vida, com tal soltura no q.<sup>e</sup> passão, como se não ouvesse justiça, porq.e a de Deos nã a teme, e a da terra nã lhe chega. Do rol dos mortos no discurso do anno passado, q.<sup>e</sup> o Cura me remeteu, por lho mandar pedir, consta falecerem 16 pessoas das quaes hua só morreo de infermid.<sup>e</sup>, que tã benigno como isto he o clima, porem, q.<sup>10</sup> tem este de bom, tanto tem de mau os habitadores, porque os 15 forão mortos a espingarda, com este estilo se tratão, e com o Gentio brabo, cujo temor os conserva de algum modo, p.<sup>a</sup> que na ocasião dos assaltos q.<sup>e</sup> lhe costuma dar se vejão huns dos outros socorridos.”<sup>559</sup>*

O isolamento da população colonial fica aqui aparente, sendo essa uma das causas alegadas para a dificuldade de estabelecimento de uma ordem estatal no sertão. Notemos, entretanto, que o bispo não fala de *facinorosos* como causa da violência na sociedade sertaneja. Pelo contrário, as mencionadas mortes por espingarda são atribuídas aos próprios moradores que ‘*com este estilo se tratão*’, apesar da guerra contínua com os *tapuias*. O que nos indica que mesmo no desenrolar da própria conquista do sertão, os primeiros elementos constituintes dessa sociedade já moldam suas ações a partir da vingança e da autoridade

---

<sup>559</sup> CONSULTA da Junta das Missões, 29/10/1697. In ENNES. Op. Cit. P. 352-356.

particular, dando origem assim a um sistema de valores próprio muitas vezes incompreendido pelo imaginário dominante na área do açúcar.

A própria Coroa acredita, em fins do XVII, que a razão da *desordem* da sociedade sertaneja esteja mesmo nos sesmeiros, ou melhor, na liberdade de ação que lhes é permitida. É por isso que ainda em 1697 o Conselho Ultramarino aconselha ao rei que:

*“no que respeita ao Remédio temporal que se deve dar no Certão dos Rodellaz, e suaz Povoação para se evitarem os repetidos crimez e a troser casos que aly sucedem, que ordinariamente ficão impugnidos assim por senão ter notiça delles pella distançia e que são Cometidoz, como por não haver modo de justiça naquellas partes; que será resão se ordene que de sinco em sinco legoaz, haia hum Juiz ordinário com a jurisdição detirar devaçaz, tomar as denunciações, e querellaz nos delictos que aly se fizerem e remetellas por treslados ao Ouvidor geral de Pernanbuco, ou ao Ouvidor da Comarca da Bahia, segundo a quem pertencer a jurisdição para se proçeder nesta ateria como for justiça.”*<sup>560</sup>

O remédio seria, assim, o estabelecimento da burocracia, de representantes da Coroa no sertão, o que, no entanto, não é levado a cabo nesse momento. Outras estratégias são elaboradas pela administração na tentativa de estabelecer um controle estatal sobre os sertões da América portuguesa, como a política pombalina, de 1695, que propõe a fixação da dispersa população sertaneja em vilas:

*“fui servido ordenarvos, que indo a vezitar as terras da jurisdição do vosso governo, formaceis Povoação daquellez moradorez, que se achão espalhados noz Certoens, fazendo lhe Regimentoz para que se governe, assim no Político, e Civil, como na Administração da justiça; e se atalharem por este Caminho os repetidos clamores, que há contra os seos procedimentos, pela soltura, e liberdade com que vivem, de que resulta não só não receberem ao serviço utilidade alguma, mas estarem sem o pasto espiritual, que lhes he necessário, faltando ao desempenho das Obrigaçoens da Igreja, executando por força dos seos ódios terríveis, e Cruéis mortes naquellas distancias, sem poder haver Coação de Castigo para os delinquentes; (...)”*<sup>561</sup>

Por esse documento percebemos o caráter político dos núcleos urbanos coloniais e sua função de controle social. O governo pombalino acredita que fixar a população

<sup>560</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, 12/12/1697. in ENNES. Op. Cit. P. 349-351.

<sup>561</sup> LIVRO de Ordens Régias (1693-1701), livro 5, fl. 121.27/12/1695. IAHGP.

sertaneja em vilas seria a única forma de manter essa população sob controle, o que significaria procurar imbuí-la dos valores barrocos vigentes na zona do açúcar.

Mas aparentemente, a sociedade que se constitui no sertão a partir da *guerra dos bárbaros* tem seus valores próprios, expressos na *soltura* e liberdade em que vivem, criticadas pela Coroa, e nos seus '*ódios terríveis*', ou seja, na cultura de vingança e cultivo da honra que parece já estar em vigência nesse momento.

E, se são os sesmeiros e seus agregados, ou seja, os próprios colonos, os pais da violência socialmente reconhecida na cultura sertaneja, a própria guerra às tribos continentais ajuda a que essa cultura se complexifique, e fornece novos elementos e novas formas de violência, apesar de em geral, todas atreladas à ausência da autoridade estatal. E isso porque socializa a violência, deixando-a ao alcance também das pessoas oriundas das camadas inferiores da sociedade, o que pode ser visto na proliferação dos bandos de *facinorosos*. Além disso, a guerra traz novos personagens a essa sociedade, entre os quais os soldados institucionais vindos do litoral.

A origem social desses homens define seus rumos na própria guerra. Se são homens estáveis nas vilas do açúcar, pobres produtivos com fonte de renda constante, ou se são casados, como no caso dos henriques e das ordenanças atraídas para os conflitos, a possibilidade de permanecer na tropa, ou de fugir para voltar ao litoral é maior. Mas se são solteiros, *vadios* ou oficiais mecânicos com poucas possibilidades de sustento nas vilas do açúcar, a fuga e permanência no sertão pode parecer mais tentadora.

Assim é que a grande massa de desertores está na tropa burocrática, os maiores contingentes de pobres do açúcar sem estabilidade deslocados para o sertão. Gente imbuída de um imaginário que encara o sertão como o espaço por excelência da ação violenta e da ausência de freios sociais. O que pode ser percebido através das ações desses homens ainda enquanto engajados na tropa.

Em 1699, por exemplo, o bispo de Pernambuco apresenta à Coroa uma reclamação acerca das atitudes desses personagens no sertão, discutindo os:

*“mão trato que dão assim os Soldados como os moradores aos Padres missionários e especialmente o caso que sucedera de arancar hum punhal, hum soldado para offender ao Padre Marcelino Gomes, por lhe não Consentir tirar huma India de huma Aldeia que se crê provavelmente seria para fim ellicitos.”*

O rei ordena então ao governador de Pernambuco que :

*“examineis esta matéria, assim das inçolencias que se cometem por esses contra os padres, como particularmente vos informeis do que obrou o dito Soldado, e castigueis a todos, segundo as suas culpas, e do procedimento que houverdes tido nesta matéria me dareis conta.”*<sup>562</sup>

Mas em 1700, escreve novamente para o governador sobre:

*“insulto e excesso que Cometerão dous soldados, em ferirem no Missionário o padre André Garro, por lhes querer impedir levarem Comsigo duas Índias Donzelas, que com effeito tirarão (...), e se fazer este caso digno de hum exemplar Castigo: Me pareceo Recomendarvos façais toda a delligencia, pellos prender aconstando que se hão passado para a Parahiba aviseis ao Capitão mor os prenda, e vollos Remeta para se proceder Contra elles, segundo a qualidade da sua culpa porque se não siga de tão mao exemplo a ousadia, em outros delinqüentes se virem que não ficam punidos estes.”*<sup>563</sup>

Esses dois casos indicam o tipo de interação que os soldados burocráticos mantêm com os aldeamentos aliados, muitos dos quais fornecem *frecheiros* que combatem ao seu lado no sertão. Nesses casos, se a violência sexual contra as mulheres índias é cotidiana e generalizada, e nem reconhecida como crime pelo imaginário açucareiro, os ataques aos religiosos se inserem em outro contexto. O contexto da ameaça aos representantes da ordem. Apontando o fato, dessa forma, de que os pobres do litoral, que na zona açucareira dificilmente teriam oportunidade para tais ações, percebem o sertão durante a *guerra dos bárbaros* como espaço de liberdade; uma liberdade entendida como a isenção de subordinação às amarras da autoridade estatal.

O dano que a presença dessas tropas causa às aldeias sertanejas é bastante reclamado pelos religiosos encarregados das mesmas aldeias. Tal situação precede mesmo os momentos de maiores deslocamentos de tropas para o Açu, como indica a petição do Padre João Duarte do Sacramento, oratoriano estabelecido no sertão do Ceará, que em 1643 com vinte e seis religiosos, organiza diversas missões no *“Certão de Pernambuco com os Tapuias Iucums e Jandois os mais ferozes de todo aquelle gentio”*. A Congregação possui ainda, segundo o Padre, missões na Paraíba com os cariris, e no Ceará. E é com base na experiência de todas essas missões que o Padre João Duarte solicita a proibição de que

---

<sup>562</sup> AHU, cód. 257, fl. 07.

<sup>563</sup> AHU, cód. 257, fl. 35.

qualquer pessoa, de qualquer qualidade, possa tirar os índios dos aldeamentos sem licença dos padres:

*“e que nenhuma pessoa mande nem leve vinho, ou aguardente as Aldeias para contratar com os Índios pellas grandes offenças de Deos, e ruínas que causão para tambem por este caminho se evitarem as desordens que sosedem, com tanto escândalo na Capitania do Seara tendo as mais ordinárias, e as mais trazerem os soldados por forssa para os seus quartéis com pretexto de o mandar o capitão mor pera fiarem o fio de algodão pera as redes da reção dos soldados em tal forma que procurando os Missionários prohebir tamanho exercício lhe puzerão as espingardas nos peitos (...) e para se atalhar tantas adolatrias estupros [-----] de inocentes, e perigo, evidente dos missionários com notável prejuízo na fee, (...) Pedem a Vossa Alteza seja servido mandar que fio que se houver de fiar pera as redes nomee o Capitão mor o numero das arrates para que os Padres missionarios os mandera repartir pellos Índios em suas mesmas casas de que se lhe daram alguma corça em pagamento de seu trabalho e que se prohiba levarem a vender vinho ou agardente as Aldeias dos Índios, (...)”<sup>564</sup>*

Esses casos, narrados por diferentes padres, nos permitem apenas entrever a condição de vida das mulheres tarairius e cariris, *tapuias* em geral, dentro dos aldeamentos missionários. A desestruturação social a que as tribos continentais são submetidas, e a própria vida em aldeamentos impõem a essas mulheres uma vulnerabilidade dificilmente sentida em suas próprias tribos: pois com os homens deslocados para ações militares, além de ficarem encarregadas do trabalho nas aldeias, e do trabalho fora – visto que são as missões que devem fornecer parte das rações das tropas institucionais -, essas mulheres ainda ficam a mercê dos caprichos e violências de soldados e colonos.

A interação dos pobres do açúcar com o sertão a partir do ponto de vista das mulheres tarairius e cariris, dessa forma, é brutal e destrutiva.

Já no caso das relações entre missões e tropas, vemos em 1700, que o governador de Pernambuco recebe ordens do rei para enviar tropas com os missionários que vão ‘*hos Certões a comonicar aos Índios a ley de Deos sem recearem a insolencia dos bárbaros*’. O que mostra que, apesar dos crimes dos soldados contra os índios, constantemente reclamados pelos padres, a Igreja não se exime de solicitar o apoio militar contra os mesmos índios.<sup>565</sup>

---

<sup>564</sup> AHU, cód. 49, fl. 19, 20.

<sup>565</sup> AHU, PE, cód. 257, fl. 39.



Mas as insubordinações que o estar no sertão motiva nos soldados parece ser contra toda a ordem instituída, não apenas a Igreja mas também os próprios comandantes militares. É o caso de um episódio narrado em carta régia para o governador de Pernambuco em 1706, onde o rei afirma:

*“o capitão mor do Ceará em carta(...) se me queixou que por falta de castigo costumão os soldados que assistem de Prizidio naquella capitania sob levados contra os capitães mor do Ceará se ordena que sendo cazo que os tais soldados se sob levarem mande fazer auto este crime, e volo Remeta para procederes por ella contra os dellinquentes, (...)”*<sup>566</sup>

A distância e o que poderia parecer isolamento no Ceará atua como libertação das amarras da obediência, para uma categoria, ainda por cima, que nem na zona açucareira costuma ser disciplinarmente exemplar. Nesses últimos momentos da *guerra dos bárbaros* podemos estar nos defrontando com soldados oriundos de Pernambuco que se sublevam por entenderem o Ceará como um desterro.

Essas insubordinações e ataques às autoridades podem levar invariavelmente às deserções. E, por sua vez, o grande número de deserções das tropas da Coroa durante os conflitos no Açu e Jaguaribe aumentam o volume de homens desocupados vagando pelos interiores das capitanias anexas. Tal fato, dessa forma, favorece o desenvolvimento da criminalidade no sertão nas décadas imediatamente posteriores à *guerra dos bárbaros*, como podemos ver nesta provisão régia passada para o governador de Pernambuco em 1726:

*“os Officiais da Camara da Cidade de Olinda Me representarão em Carta de vinte e dous de Agosto do anno passado o haver muitos criminozos nos dilatados Certoes dessa Capitania por cujo respeito não podem ser punidos como seus delitos (...) Me pareceo ordenarvos procureis com a maior, e mais eficaz diligencia evitar todos os maleficios que se comettão nessa Capitania mandando prender aos culpados nelles castigando os segundo a gravidade dos seus crimes para que por este meio seatalhem as dezordens, mortes, insultos, e extorções, que fazem os ditos criminozos, (...)”*<sup>567</sup>

Essa reclamação da Coroa já descreve uma violência diferente daquela promovida pelos colonos sertanejos. Se as vinganças e disputas entre os sesmeiros se inserem no que para o sertão é a ordem, essa violência descrita pela Coroa, por outro lado, é realizada por

<sup>566</sup> AHU, PE, cód. 257, fl. 179v.

<sup>567</sup> LIVRO 12.º de Ordens Reais – Provisões e Cartas Régias (1721-1731). F. 231v. IAHGP.

pessoas fora da ordem sertaneja, párias que visam o roubo e o saque, gente não mais descrita como ‘*moradores cruéis*’, mas sim como criminosos. Esse banditismo aproxima-se mais das possibilidades dos desertores do Açu, que se transformam nos *facinorosos*, como podemos inferir da ordem régia de 1728 para o governador de Pernambuco:

*“que por ter mostrado a experiência os grandes, e atrozes delictos, que tem commettido, nas Capitánias desse Estado muitas pessoas faconorasas, dando occasião á se freqüentarem e refugiarem-se para os Matos, mudando-se de humas Capitánias para as outras; e por ser conveniente á Meu Real Serviço, e ao socego, e paz dos Meus Vassallos o evitar-se a assistência de semelhantes delinqüentes: Me pareceo Ordenarvos, recomendeis aos Capitães Mores das terras do Certão esse Governo, tenham muito especial cuidado em prender os que se refugião para elles, inquirindo donde vierão, e observando, o que dispõem a Ordenação do Reino.”*<sup>568</sup>

Os *facinorosos* são, assim, as pessoas desgarradas no sertão de Pernambuco e capitánias anexas pós-guerra do Açu. Tanto podem ser índios que perderam seus laços sociais, e escravos fugitivos, como desertores das tropas do litoral. Os bandos de *facinorosos* parecem proliferar justamente no período imediatamente posterior aos conflitos no Açu, como a provisão acima indica. Uma propagação facilitada pela limitada jurisdição das autoridades régias, que apenas os poderiam perseguir dentro de sua capitania, o que inspira uma grande mobilidade geográfica aos bandos de *facinorosos*.<sup>569</sup>

Nesse sentido, os desertores das expedições régias na *guerra dos bárbaros* constituem alguns dos elementos fundadores dos bandos de *facinorosos* no sertão. Bandos que já são identificados por esse termo no início do século XVIII. A partir desse período, entretanto, começam a se agregar novos tipos sociais aos grupos armados do sertão, personagens como, por exemplo, ex-escravos fugitivos. É o caso da situação comentada por uma ordem régia para o governador de Pernambuco, em 1736, sobre as:

*“quadrilha de ladrões, negros captivos que fugirão a seus senhores para o matto onde fizerão mocambos, roubando nas estradas aos passageiros em que fizerão muitas mortes, e da providencia que tomastes para destruir, mandando para este effeito armar hua Companhia de quarenta homens em que entravão vinte e cinco soldados pagos e quinze Índios práticos aos quaes mandaste dar a*

<sup>568</sup> LIVRO 13.º de Ordens Régias – Provisões e Cartas Régias (1726-1733), fl. 13, 13v. IAHGP.

<sup>569</sup> Tal limitação da alçada criminal da justiça colonial pode ser vista em DIAS. **Facinorosos do Sertão – A Desagregação a Ordem no Sertão Nordestino na Transição da Colônia até a Independência (1808 a 1822)**. Op. Cit. P. 81.

*cada hum cincoenta reis por dia pelo tempo que fossem necessários, de cuja deligencia resultou prenderem-se muitos dos foragidos, e matarem-se alguns tendo outros buscando a caza dos seus senhores, e outros fugido para o Certão com medo do Castigo, achando-se já os caminhos desimpedidos, socegando os moradores destas hostilidades; insinuando-lhe que a despeza que se fazia com os ditos Índios se tirava a consignaço dos soldados, e que brevemente lhes mandareis dar baixa, pois não vencerão este soldo mais que trez, ou quatro mezes, e os soldados pagos cobrarão somente o seu soldo livremente de outro exercício durante esta occazião o que sendo visto, e o que sobre esta matéria lhe expuzeste.”<sup>570</sup>*

Nesse ano de 1736 a sociedade sertaneja está em pleno processo de consolidação, e com a guerra acabada, parece convidativa para os fugitivos e migrantes do litoral em busca de oportunidades de ascensão social fora da saturada área do açúcar. É nesse sentido que podemos perceber essas quadrilhas e mocambos dos matos fronteiriços à zona do açúcar. Com seu desbaratamento pelas forças institucionais, esses fugitivos optam por se internarem mais ainda no continente, dessa vez procurando o sertão como possibilidade de fuga. Mas as oportunidades na sociedade sertaneja podem ser escassas para ex-escravos e homens de cor livres, rejeitados pelo *status quo* dessa nova sociedade. Restando a eles a opção de fundar novos quilombos ou ingressar em bandos de *facinorosos*.

Ainda no início do século XIX, Henry Koster ao viajar pelo sertão das províncias do norte do Brasil, saindo de Goiana até a vila do Aracati no Ceará, relata muito do que é a sociedade sertaneja colonial. E é nessas andanças que se depara com a família Feitoza, no Ceará, clã de grandes potentados de terra, cujo líder, que exibe o título de coronel de milícias, tem a sua disposição 100 homens de armas. Os Feitoza, potentados de sangue mestiço, poderiam ser um modelo da ação dos grandes sesmeiros com relação aos desertores, pois todos os tipos de transfugas são bem vindos sob a sua proteção, mesmo os procurados por assassinato, desde que por motivos de vingança. Os ladrões, por outro lado, são repudiados.<sup>571</sup> Essa distinção coaduna-se com a cultura de honra do sertão, que preza a vingança, mas despreza o roubo. E que parte desses fugitivos são soldados podemos ver ainda em Koster, quando este comenta o fato de que em naufrágios de embarcações rumando para o Maranhão, é comum os soldados fugirem para o Ceará;<sup>572</sup> situação que já

---

<sup>570</sup> LIVRO 14.º de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1732-1737), fl. 217-218v. IAHGP.

<sup>571</sup> KOSTER. Op. Cit. P. 138.

<sup>572</sup> Idem, p. 150.

tivemos a oportunidade de observar em outros registros mais contemporâneos da guerra do Açu.

Torna-se perceptível, assim, que os desertores, já desde a *guerra dos bárbaros*, assimilam o sertão como o espaço da liberdade, e talvez da estabilidade social, incorporando-se às forças particulares dos grandes sesmeiros. E se a documentação não discute a origem social dos *facinorosos* no sertão colonial, assim como não registra informações sobre os agregados e *jagunços* dos sesmeiros, permite-nos inferir, por outro lado, que parte dos desertores das expedições régias no Açu, ao fugirem para o sertão procuram criar laços de clientelismo nessa sociedade, e se isso não é possível, tornam-se bandidos.<sup>573</sup>

Mas nem todos os trãnsfugas precisam aderir ao banditismo. Além daqueles que voltam para o litoral e dos que se tornam agregados dos sesmeiros, é possível encontrarmos ainda outros que conseguem se identificar como elementos socialmente reconhecidos por esse novo cenário social. Seja como for, *facinorosos*, agregados ou colonos *respeitáveis*, quaisquer que sejam os papéis sociais assumidos, os outrora pobres do açúcar terminam por contribuir para a construção dessa nascente estrutura social, e de seu sistema de valores.

Assim sendo, no século XVIII, com o estabelecimento de currais, vilas, colonos, escravos e aldeamentos, o sertão se transforma em um território colonial. E apesar de significado pelo imaginário açucareiro como de cultura *bárbara*,<sup>574</sup> ele já independe desse imaginário, construindo não apenas grupos sociais, mas também um sistema de valores específico, que apesar de receber influências do barroco açucareiro, apresenta-se bastante diferenciado e autônomo. É nesse momento que o sertão se firma como território colonial a partir de uma produção política e social do espaço e da materialização de uma sociedade própria que, por sua vez, se define também a partir de sua espacialização.<sup>575</sup>

---

<sup>573</sup> Devemos ressaltar, entretanto, que alguns facinorosos são pessoas consideradas ‘respeitáveis’, fugindo por crimes de honra. Ao menos é esse o caso de José de Barros Rocha, um famoso facinoroso do início do XIX. Cf. DIAS. **Facinorosos do Sertão – A Desagregação a Ordem no Sertão Nordestino na Transição da Colônia até a Independência (1808 a 1822)**. Op. Cit. P. 85-89.

<sup>574</sup> Essa idéia permanece por muito tempo e pode ser vista nos discursos sobre os facinorosos no século XVIII, em Euclides da Cunha no XIX, e nos discursos sobre o cangaço no XX. Cf. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record. 2002; MELLO. **Guerreiros do Sol – O Banditismo no Nordeste do Brasil**. Op. Cit.

<sup>575</sup> Consideramos aqui território a partir do conceito de Robert Moraes. MORAES. *Bases da Formação Territorial do Brasil – O Território Colonial Brasileiro no ‘Longo’ Século XVI*. Op. cit. p. 17-21.

E dentro dessa especificidade de estruturas, as formas culturais produzidas por esse imaginário particular representam suas condições sociais de existência e nos permitem identificar, através da observação de suas manifestações artísticas, alguns dos elementos sociais formadores desse território. É o caso da expressão teatral do Bumba-Meu-Boi, introduzida pelos jesuítas no XVIII como instrumento catequético. Uma representação que logo se incorpora ao conjunto cultural da sociedade sertaneja, passando sua trama a representar as condições cotidianas e os personagens do sertão colonial.

A trama gira em torno do abate clandestino de um boi por um vaqueiro, e traz em seu enredo personagens típicos e estereotipados do sertão:

*“O fazendeiro tem vestuário de branco; o vaqueiro é tratado por Chico, que indica à origem africana do preto livre; o mestiço, representado pelo capitão-do-mato, é o subalterno contratado pelo proprietário, com anuência das autoridades, para caçar nego fujão, no caso o vaqueiro; os caboclos guerreiros usam trajes de índio, sendo que os caboclos reais apresentam indumentária mais elaborada.”<sup>576</sup>*

Essa tradição cultural ilustra o processo de transformação sofrido por todo elemento litorâneo chegado à sociedade sertaneja. É nesse novo território que códigos letrados ibéricos, já bastante transformados com o contato com as vilas do açúcar, comungam com expressões culturais de origens diversas para produzir a cultura dessa nova sociedade no século XVIII.<sup>577</sup> A particularidade dessa cultura mestiça - bem distinta da outra cultura mestiça, a canavieira -, é ser uma cultura onde se encontram não apenas tradições ibéricas, africanas e indígenas, mas também elementos do imaginário açucareiro. A representação do Bumba-Meu-Boi, por exemplo, apresenta um leque de personagens, as múltiplas figuras do alferes, sargento, delegado, capitão-do-mato, que retrata a militarização já bastante comum por toda a América portuguesa, trazida para o sertão pelos colonos do litoral.

---

<sup>576</sup> BRANDÃO, Tânia M. Pires. Bumba-Meu-Boi: Uma Representação Sócia do Sertão Nordestino. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**. N.º 19, 2001. Recife: ed. Universitária -UFPE. 2001. pp. 159-168. p. 164.

<sup>577</sup> Ver Bosi sobre a produção de ‘culturas de fronteira’. BOSI. **A Dialética da Colonização**. Op. Cit. P. 46. Também em Maria Antonieta Antonacci podemos observar a mestiçagem de elementos diversos na formação da cultura sertaneja através da análise do cordel de da literatura oral. Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta. **Tradições de Oralidade, Escritura e Iconografia na Literatura de Folhetos: Nordeste do Brasil, 1890/1940. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** São Paulo: EDUC, n.º 22, junho/2001. pp. 105-138.

A fixação desses colonos litorâneos, sejam migrados espontâneos ou os soldados da Coroa, passa em grande medida pela obtenção de terras no sertão. Ao contrário da zona do açúcar que, entre o fim do século XVII e o século XVIII, já se encontra dominada pelos engenhos, oferecendo pouca ou nenhuma possibilidade de aquisição de terras através de conquista, a sociedade sertaneja se constitui como um novo espaço para a apropriação fundiária. E apesar das iniciativas particulares de colonização dessas terras, as mesmas apenas podem ser adquiridas oficialmente com o beneplácito da Coroa. Esta por sua vez, inicia a interiorização da distribuição de terras já no fim das guerras holandesas, com doações aos veteranos.<sup>578</sup>

Com as graduais vitórias sobre os indígenas na *guerra dos bárbaros*, a partir de 1670 vemos uma nova leva de doações. E entre os beneficiados com as sesmarias sertanejas no pós-guerra, podemos encontrar também os pobres do açúcar, veteranos dos conflitos no sertão. Assim, entre as virtuais formas de interação dos homens do litoral com o sertão, está a possibilidade de ascensão a proprietários de terras, ou ainda a de se tornarem sitiantes arrendatários dos grandes sesmeiros. Essa última possibilidade parece ter sido comum no sertão do setecentos, visto os vários conflitos que vão explodir nesse período entre sesmeiros e arrendatários. É provável que muitos desses arrendatários fossem soldados e milicianos do litoral, uma vez que vários dos participantes da conquista do sertão se estabelecem em terras que mesmo antes de conquistadas já haviam sido doadas pelo governo geral a sesmeiros absenteístas.<sup>579</sup>

É em um contexto semelhante, por exemplo, que podemos observar, no final do século XVIII, na região do rio das Rãs no sudoeste da Bahia, a formação de comunidades de negros livres e libertos, roceiros e pequenos agricultores. Essa região é apenas uma entre várias que devido à estagnação econômica, se vê como atrativo para negros livres, gente sem a propriedade da terra. Também no Rio de Janeiro do mesmo período, pessoas de cor livres saem de suas áreas originais, onde foram escravos ou filhos de escravos, em busca de

---

<sup>578</sup> LOPES. Op. Cit. P103.

<sup>579</sup> A historiografia tem se debruçado sobre esses conflitos de terra pós-*guerra dos bárbaros*. Cf. BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **O Escravo da Formação Social do Piauí: Perspectiva Histórica do Século XVIII**. Teresina: Ed. UFPI. 1999; SILVA, Maria Leda Oliveira Alves de. **Floresta do Navio: Uma Cidade Pernambucana do Gado (1850-1888)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, Agricultura de Alimentos e Recursos Naturais no Brasil Colônia. In SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial. 2002. pp. 123-159. p. 123.

áreas rurais onde a disponibilidade de terra lhes permita a fixação como pequenos agricultores, muitas vezes arrendatários. Também em Pernambuco, no século XIX, na região do rio Pajeú, é possível encontrar agricultores pardos e negros livres em conflito com os pecuaristas. A migração de homens de cor livres da área açucareira para os sertões coloniais em busca de terras desocupadas é, assim, uma constante na América portuguesa. Não é despropositado, dessa forma, supor que dentre os desertores pardos das tropas de Albuquerque Câmara, por exemplo, muitos tenham procurado se fixar como sitiantes em propriedades no sertão.<sup>580</sup>

Mas será que existe, entre as possibilidades abertas para os trãnsfugas das tropas burocráticas, ou para os veteranos que querem se estabelecer no sertão, a de fixação nas cidades que começam a se formar no interior como oficiais mecânicos? Nesse sentido é importante observarmos o relato de Henry Koster quando este, na década de 1810, empreende sua jornada pelo sertão. Em suas descrições, Koster faz diversas referências a escravos e negros fugidos, mas apenas uma a um negro livre oficial mecânico: um seleiro morador da vila do Açú.<sup>581</sup>

Esse silêncio de Koster acerca dos negros livres com papéis sociais reconhecidos no sertão é significativo, uma vez que o cronista não se furta a mencionar escravos fugidos e mocambeiros quando os encontra. A vila do Açú onde esse seleiro reside, na década de 1810, possui cerca de 300 moradores, e parece próspera a Koster, com duas igrejas, câmara e prisão. Lembremos nesse ponto que, mesmo décadas depois, a maioria das vilas sertanejas não possui câmara nem prisão.<sup>582</sup> A prosperidade econômica da vila do Açú, vem então da exploração de salinas da região. Se considerarmos a observação de Koster

---

<sup>580</sup> Diversos trabalhos recentes se debruçam sobre as migrações de pessoas livres de cor para as zonas rurais coloniais. Para o rio das Rãs, Cf. SILVA, René Marc da. Rio das Rãs – Uma História de Construção da Identidade Negra no Sertão. **Humanidades – Consciência Negra** N.º 47, Novembro, 1999. Brasília, Universidade de Brasília – UNB. Pp. 141-149. P. 143; Para o Rio de Janeiro, Cf. LIMA, Carlos A. M. Pequena Diáspora: Migração de Libertos e Livres de Cor (Rio de Janeiro, 1765-1844). **Lócus 11 – Revista de História**. N.º 11. Juiz de Fora. Núcleo História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. Edufff, 2000, v. 6, n.2, pp. 99-110. p. 105 -106; e também FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento – Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 102-114. E para Pernambuco, Cf. SILVA. SILVA. **Floresta do Navio: Uma Cidade Pernambucana do Gado (1850-1888)**. Op. Cit. P.52-53.

<sup>581</sup> KOSTER. Op.cit. p. 112.

<sup>582</sup> As narrativas elaboradas por Alexandre Alves Dias sobre os facinorosos do sertão no século XIX nos ilustram a ausência de prédios públicos nas vilas sertanejas coloniais. Cf. DIAS. **Facinorosos do Sertão – A Desagregação a Ordem no Sertão Nordestino na Transição da Colônia até a Independência (1808 a 1822)**. Op. Cit.

acurada, esse negro seleiro é representante de um grupo social pouco significativo nas vilas sertanejas coloniais, o dos oficiais mecânicos de cor livres.

Se, dessa forma, considerarmos que a maioria das tropas litorâneas no Açú é composta por oficiais mecânicos de cor, logo se torna difícil encontrarmos uma fixação desses personagens no meio urbano sertanejo. Mas, por outro lado, não é impossível nos depararmos com referências a artesãos de forma geral, como nos mostra essa portaria passada pelo governador geral em 1675:

*“Porquanto é muito necessário ao serviço de Sua Alteza que na povoação Santo Antonio da Conquista assista um serralheiro para concertar as armas e fazer todas ... necessarias aos soldados da dita povoação e sou informado que Hieronymo Luis soldado da Conquista da Companhia do Capitão Manuel Velho ferreiro, e serralheiro quer ir voluntariamente para a dita povoação por preço de 40 mil reis por anno: o Provedor-mor da Fazenda Real deste Estado faça este ajustamento com elle, ..... lhe hão de dar no fim deste anno, por conta.....constando por certidão do governador da conquista haver assistido na dita povoação, e feito nella as obras e concertos das armas que é obrigado.”<sup>583</sup>*

Aqui a referência é clara a um oficial mecânico que opta por ser enviado para vilas sertanejas. O fato de não vir expressa sua cor indica que o mesmo é branco ou tido como tal. O soldado Jerônimo Luis consegue no sertão aquilo que talvez não pudesse almejar nas vilas do açúcar: estabilidade social. Jerônimo é um oficial mecânico, um daqueles pobres produtivos que a não ser que não possuíssem estabilidade social, *respeitabilidade* comprovável por casamento, escravos, oficinas ou renda, poderiam terminar nas fileiras do exército, que o que de fato acontece com ele.

A Coroa, por sua vez, precisa estabelecer colonos nas fronteiras do açúcar, colonizar para manter a conquista. E como já é prática comum em todo o império, busca os artesãos que precisa dentro das tropas burocráticas. Assim, Jerônimo é enviado para o sertão. Mas, é enviado de forma voluntária, o que pode se explicar pelos 40 mil réis anuais e um escravo artesão sob suas ordens qua a Coroa disponibiliza. Ou seja, de artesão mal sucedido e recrutado, Jerônimo Luis se torna no sertão artesão bem sucedido e senhor de escravos.

No entanto, talvez Jerônimo não seja um homem de cor. Para esse caso, ao analisarmos a situação dos henriques, podemos encontrar algumas respostas.

---

<sup>583</sup> PORTARIA para o Provedor mor da Fazenda Real mandar ir um ferreiro para a povoação. DH, vol. 08, p. 217-218.



Em 1688, em pleno conflito no Açú, o então mestre de campo henrique Jorge Luis Soares solicita à Coroa ajuda de custo para a reconstrução de uma capela construída por Henrique Dias na Estância, arredores do Recife. Depois de muitas outras cartas reiterando a petição, apenas em 1748 os henriques conseguem concluir a igreja.<sup>584</sup> As petições para a reconstrução dessa capela, um ir e vir que dura quase cem anos, são na verdade apenas parte de uma querela maior envolvendo o terço dos henriques e a Coroa acerca das terras da Estância. Essa disputa nos sugere que pelo menos uma parcela do terço continua a manter interesses na zona do açúcar depois da *guerra dos bárbaros*.<sup>585</sup> Mas, por outro lado, ao menos alguns dos henriques parecem ter encontrado possibilidades melhores no sertão.

É o que podemos observar num parecer do Conselho Ultramarino sobre a fundação de presídios no Jaguaribe e Açú em 1697:

*“O governador de Pernambuco (...) da conta a Vossa Magestade como prezidio de Jaguaribe se conservava, e que depois que chegava ao Seara João Freytas da Cunha passarão muitos moradores para os destrictos do dito prezidio, a donde acrecerão novos curras e se vay povoando tudo na forma que o estava antes do levantamento do gentio que se achava socegado, logrando também a mesma felicidade o Assú, nestes dous prezidios se devião por sacerdotes por quanto os que forão por hordem do Bispo, se puzerão tam distantes que o de Jaguaribi ficava vinte e tantas legoas da forca, e temia que achandosse alguma conveniência naquelles retiros que faca o mesmo o sacerdote que for para o Assú, sem embargo de que agora lhe acreciarião os moradores por quanto mandara para aquellas partes ao Sargento Mayor do Terço dos homens pretos com vinte e sinco soldados; e alguns officiais do mesmo terço que voluntariamente e sem vencer soldo quizerão hir situarsse em huma terra mais fértil, e como da as suas lavouras, para proverem o prezidio do que lhe falta reverandosse tambem por que este modo fique mais suave o trabalho daquella a asitencia, o que tudo fizera o requerimento do capitam mor do Rio Grande. Que no ditto prezidio hão de asitir sempre trinta soldados pretos, o que mandava prover com meya farda cada anno, por lhe fazerem este requerimento a elle constar andavão despídos. (...).*

*Ao Conselho parece conciderados as razões que reprezenta o governador Caetano de Mello e Castro e ser mais justo que nestes destrictos em que asistem os dous prezidios, que se julgarão por necessários para a segurança dos moradores daquella conquista tenham sacerdotes que lhes administrem sacramentos (...), e no que respeita a meya farda que fes dar aos soldados pretos que se forão situar nesta mesma parte de Juguaribe em que podem ser de grandíssimo proveyto que se lhe desse a provar o que tem obrado neste*

<sup>584</sup> COSTA. *Anais Pernambucanos*. Op. Cit. Vol.4, p. 316, 319-322.

<sup>585</sup> Para observar a longa querela para reconstrução da capela da Estância, Cf. AHU, cód.256, f.80, e AHU, cód. 259, fl. 49v/50.

*particular, por ser posto em razão que pois estes pobres soldados se empregão em beneficio do serviço de Vossa Magestade sem soldo tenham ao menos alguma couza com que se possam reparar na sua miséria e isto mesmo as assinaram para continuarem mas gustosas neste trabalho que se lhe concidera na assistência daquelle certão.*<sup>586</sup>

Aqui entrevemos a dependência que os colonos tem da fixação das tropas institucionais no sertão. Por outro lado, essa expressa necessidade de sacerdotes nos presídios parece estar atrelada ao controle dos soldados, visando provavelmente evitar as deserções e motins através da disciplinarização religiosa. Mais importante, no entanto, é a referência à companhia de henriques que se tinha enviado para os ditos presídios. Interessamos aqui esmiuçar o fato de que são os próprios henriques que pedem transferência para esses arraiais tão distantes e envolvidos em conflitos. E mais significativa ainda é a justificativa apresentada por eles: estão em busca de terras mais férteis para suas lavouras.

Trinta henriques não representam todo o terço do Recife, mais ainda assim apontam para a possibilidade de fixação de oficiais mecânicos pretos no sertão. Notemos, nesse ponto, que eles não recebem doação das terras onde se fixam, apenas a permissão para seu uso. Mas, de qualquer forma, conseguem essa autorização oficial para se estabelecerem e cultivarem roças, transformando-se assim em agricultores sitiantes reconhecidos socialmente.

Assim, uma explicação para o silêncio de Koster sobre oficiais mecânicos negros nas vilas sertanejas, pode ser atribuída à permanência desses negros na zona rural. Nesse caso específico dos trinta henriques dos presídios do Jaguaribe, é uma mudança bastante significativa, pois de origens urbanas, transformam-se agora em pequenos agricultores. Ingressam, dessa forma, em um novo grupo social de lavradores pretos de mantimentos na sociedade sertaneja, abandonando o grupo dos pobres produtivos das vilas açucareiras, assumindo, assim, novos papéis sociais.<sup>587</sup>

Entretanto, se alguns henriques se fixam como sitiantes no Açu e Jaguaribe, o destino dos soldados burocráticos brancos e pardos parece sugerir uma maior diversidade de opções para esses atores.

---

<sup>586</sup> AHU, cód. 265, fl. 117-117v.

<sup>587</sup> A ausência de doação a esses personagens, por outro lado, dificulta sua localização, visto a maior parte da documentação sobre o período formativo da sociedade sertaneja dizer respeito – com exceção daquela relativa à *guerra dos bárbaros* – às doações de sesmarias no sertão.

Voltando à jornada de Koster, é possível percebermos que, diferentemente dos negros, os pardos livres aparecem abundantemente na narrativa do cronista. Em geral, são retratados pelo viajante de uma forma sutilmente desfavorável. Podemos encontrar, por exemplo, uma mulher branca obrigada a casar com um mulato rico que a oprime, e senhores de terra mulatos que demonstram falta de hospitalidade para com os viajantes,<sup>588</sup> em uma flagrante afronta aos valores sertanejos que valorizam o status do proprietário através do cultivo da boa hospitalidade. Nesses dois casos, o discurso reproduzido por Koster situa os mulatos como elementos aptos à ascensão social na colônia, uma ascensão que pode passar pelo embranquecimento, possível muitas vezes graças ao casamento com mulheres brancas. Mas por outro lado, é perceptível aqui a desaprovação para com esses personagens: ainda que se elevem socialmente não se adaptam às normas *civilizadas* do convívio com os brancos.

A sociedade sertaneja visitada por Koster é já um território onde a população livre possui características próprias que a distinguem de outras regiões coloniais, inclusive da zona do açúcar. E parece já ter uma população livre abundante, pois ao atravessar o Açu, o cronista descreve as propriedades pecuaristas da região com suas casas grandes, currais, casas de vaqueiros, além de inúmeras choupanas que indicam a existência de população livre vivendo na dependência dos curraleiros, talvez sitiantes arrendatários, talvez moradores agregados.<sup>589</sup>

E são esses homens livres que formam o poder dos grandes curraleiros. Parte do poder e do prestígio social dos sesmeiros sertanejos está no número de homens que comanda. Já durante a *guerra dos bárbaros*, Garcia D'Ávila e Oliveira Ledo demonstram que os senhores de terra do sertão – no que seguem a prática já estabelecida da zona do açúcar – assumem duplamente o papel de líderes militares. Por um lado, arregimentam os moradores e agregados sob sua *proteção*, habitantes de suas propriedades. Esses formam suas tropas particulares que darão origem aos *cabras* e *jagunços* da sociedade sertaneja novecentista. Por outro lado, ao receberem da Coroa patentes de capitães e coronéis de ordenança, esses senhores recebem o poder de arregimentar também os homens livres sem laços clientelistas com eles: pequenos proprietários ou sitiantes arrendatários que precisam

---

<sup>588</sup> KOSTER. Op.cit. p 120, 170.

<sup>589</sup> Idem, p 105.

se colocar obrigatoriamente às ordens dos senhores curraleiros devido à patente de ordenança ou milícia possuída por este.

O clã dos Feitoza, potentados cearenses descritos por Koster, exemplifica esse poderio:

*“A família dos Feitozas ainda existe no interior desta Capitania e na no Piauí, possuindo vastas propriedades, cobertas de imensos rebanhos de gado. No tempo de João Carlos, o chefe dessa família chegara a tal poder que supunha estar completamente fora do alcance de qualquer castigo, recusando obediência às leis, tanto civis como criminais, fossem quais fossem. Vingavam pessoalmente as ofensas. Os indivíduos condenados eram assassinados publicamente nas aldeias do interior. O pobre homem que recusasse obediência às suas ordens estava destinado ao sacrifício e os ricos, que não pertencessem ao seu partido, eram obrigados a tolerar em silêncio os fatos que desaprovavam. Os Feitozas são descendentes de europeus, mas, muitos dos ramos têm sangue mestiço e possivelmente raros são só que não teriam a coloração dos primitivos habitantes do Brasil. O chefe da família era Coronel de Milícias, e podia, ao primeiro chamado, por em armas cem homens, o que equivale a dez ovinos vezes esse número numa região perfeitamente povoada. Os desertores eram bem recebidos por ele e os assassinos que haviam cometido o crime vingando injúrias. O ladrão era repellido e mais ainda aqueles que, para entregar-se ao saque, tinham tirado a vida de outrem.”*

Usados pelo cronista para exemplificar o ‘estado feudal’ da sociedade sertaneja colonial e a ausência de atuação régia na mesma, os Feitoza são modelo de família abastada de sesmeiros que tem seu prestígio social baseado nas tropas, particulares ou não, que comandam. Koster ressalta que a família tem sangue mestiço, o que nos leva a inquirir o significado de tal afirmação para o cronista.

Sendo estrangeiro, oriundo de um reino onde a miscigenação é negada, Koster apesar de seu olhar antropológico sobre a terra e da reprodução de diversos elementos pincelados do imaginário dominante do açúcar, é um personagem que não pertence a esse imaginário. Como tal, destaca situações que passam despercebidas aos contemporâneos. O embranquecimento é uma dessas situações.

Em uma passagem sobre as vilas açucareiras, Koster registra a nomeação de um mulato para capitão mor, posto que por lei está vetado aos homens de cor. Intrigado, pergunta a um escravo seu igualmente pardo, se o dito capitão mor não era mulato:

*“Respondeu-me: Era, porém já não é! E como lhe pedisse eu uma explicação, concluiu: - Pois Senhor, um Capitão-Mor pode ser mulato?”*<sup>590</sup>

O episódio nos mostra que, diferente daquelas pessoas inseridas no imaginário dominante do açúcar, para quem o embranquecimento oficial é o embranquecimento de fato, e que ao descreverem uma família como os Feitoza, ou um personagem como João Fernandes Vieira, dificilmente os caracterizaria como pardos, Koster, elemento não de todo imbuído dos preceitos desse imaginário, ressalta a qualidade mulata desses potentados. Assim é que, ao declarar os Feitoza como de sangue mestiço, talvez esteja fazendo uma observação não aceita pelo *status quo* sertanejo que significa os Feitoza como brancos.

O poderio de sesmeiros do porte dos Feitoza, D'Ávila ou Ledo, abriga como agregados uma diversidade de figuras difíceis de alcançar hoje, principalmente para o século XVIII.<sup>591</sup> Mas as pistas existem, e nos levam a deduzir que entre esses agregados são comuns soldados e desertores litorâneos, como podemos ver já em 1650, em uma carta do governador geral para o capitão mor de Sergipe sobre:

*“o bando que mandei lançar, com as pessoas que tiveram praça, e estão casadas nessa capitania; me pareceu fazer-lhes favor, de que continuem em suas fazendas; (...) os hei por desobrigados da pena, e preceito do mesmo bando: mas não seja exemplo esta graça que faço aos que aí estão hoje naturalizados, e moradores; para que os que andam fugidos não acudam a achar as suas praças, e gozar da farda que se fica dando (...). E ai procure VM quanto possível for pelos mandar, quando não queriam benevolmente, presos, e daqui em diante, não consinta nenhum em curral ou fazenda de sua jurisdição, e em todo aquele que os recolher, execute inviolavelmente o bando (..)”*<sup>592</sup>

Ou seja, mesmo antes da *guerra dos bárbaros* já é possível percebermos um movimento das vilas litorâneas para o interior. Movimento empreendido pelos soldados. Desertores das vilas do açúcar se casam no sertão tornando-se homens *respeitáveis*, ou agregam-se aos currais e fazendas onde encontram os proprietários que os *'acodem'* na expectativa de aumentar seu número de dependentes.

---

<sup>590</sup> KOSTER. Op. Cit. P. 377.

<sup>591</sup> É Barickman quem nos conceitua os agregados domésticos rurais da Bahia entre os séculos XVIII e XIX, gente das mais diversas origens que se punha à disposição dos proprietários de terra: *“Portanto, seria razoável argumentar que os agregados e domésticos serviam para aumentar o 'fundo comum' de mão-de-obra familiar disponível na unidade doméstica.”* Cf. BARICKMAN. Op.cit. p. 217-221.

<sup>592</sup> CARTA para o Capitão-mor da Capitania de Sergipe, Balthazar de Queirós. DH, vol. III, p. 61-62.

Todavia, entre os facinorosos e os agregados, outros veteranos da *guerra dos bárbaros* parecem ter mais sorte, pois além de escaparem do banditismo, escapam também da sina de *jagunços* e posseiros. São aqueles personagens que conseguem atingir o tão almejado sonho de se tornar proprietário de terras. E um dos exemplos mais significativos desse fato é a transformação sofrida pelos paulistas depois de participarem das guerras nas fronteiras do açúcar: pois de sertanistas, muitos se elevam ao status de sesmeiros no século XVIII.<sup>593</sup>

Para compreendermos essa mudança que leva à fixação dos sertanistas como colonizadores nos limites do sertão, podemos observar, por exemplo, a petição que Domingos Jorge Velho escreve ao rei onde louva os méritos dos paulistas em Palmares e no Açu, solicitando como paga seu estabelecimento permanente no sertão:

*“Comdições que os sam Paulistas do terço de Infantaria de que he Mestre de Campo Domingos Jorge Velho pedem a V. Mag. De (...) Pois sam liçitas e necessárias p.<sup>a</sup> conçervar esta gente No seu Real Serviço; porque só elles sam que hande Dar fim (com o favor de Deos, e pella experiência do que elles athe aqui tem obrado) às guerras do Palmar contra os Negros e do Assû e Piranhas contra o tapua como Gente mais experiente e versada nessa espeçia de guerra yrregular, em aquaol os Cabos mais Peritos da desiplina Regular não emxergam nada, e sô acham nella o desdouro de suas mais luzidas e heróicas façanhas ya antes adqueridas: alias não será possível comter esta Gente Neste serviço.*

*I<sup>o</sup>, Primeiramente que na zopuzição de q. o governador de Pern.<sup>co</sup> Caetano de Mello de Castro diga que as comdiçoens que o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho contratou com o governador João da Cunha de soto maior e depois confirmadas por V. Mag.<sup>de</sup> sam nullas, não o podem ser; porq só o serião se o d.<sup>o</sup> Mestre de Campo houvesse faltado por sua culpa ou aynda por algum accidente â algua dellas, (...)*

*Se Vmag.<sup>de</sup> há por bem que elle d.<sup>o</sup> d.<sup>os</sup> Jorge Velho com todo seu d.<sup>o</sup> terço continue o serv.<sup>o</sup> de Vmag.<sup>de</sup> nestas guerras há Vmag.<sup>de</sup> de ser serv.<sup>o</sup> de em pr.<sup>o</sup> lugar mandar declarar, que aquellas comdiçoens q o g.<sup>or</sup> João da Cunha acordou com os procuradores delle D.<sup>o</sup> Domingos Jorge, não são nem devem ser nullas; (...)*

*Secundo; Vmag.<sup>de</sup> há de ser serv.<sup>o</sup>, p.<sup>a</sup> Mayor autoridade que ocupa o d.<sup>o</sup> domíngos Jorge no seu d.<sup>o</sup> terço (que com muita rezão) lhe pode chamar seu; pois o soldados delle sam seus servos que elle adquerio, no descurço de mais de vinte annos a propria custa da sua fazenda, com o seu trabalho, e com m.<sup>p</sup> risco de sua vida e dos quaes elle tem perdido ao redor de 400 na guerra do*

---

<sup>593</sup> Gilberto Freyre já fala dessa sedentarização e da cultura material simples dos paulistas influenciando o sertão. Cf. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**. São Paulo: Record. 1996. p. 30-31.

*Assú, e Destas dos Palmares, ou por Causa dellas: que os brancos q lhe sam agregados não sam mais q pêra cabear e dirigir os d.<sup>os</sup> soldados) Mandarlhe confirmar a patente que de M.<sup>e</sup> de Campo e G.<sup>or</sup> do d<sup>o</sup> terço elle tem do G.<sup>or</sup> G.<sup>l</sup> do estado (...) e asi mais 9 patentes p<sup>a</sup> 9 capitaes de seu d<sup>o</sup> terço, cujos nomes ficarão e branco p<sup>a</sup> que se porem aquelles dos mais beneméritos: (...) declarandose nas d.<sup>as</sup> patentes de Capitães, a comdição de que serão obrigados a formar sua comp<sup>a</sup> de dês homens Brancos, e tellos affectivos e asitentes pêra se lhes agregarem a cada comp<sup>a</sup> quarente Índios de guerra que o d<sup>o</sup> M.<sup>e</sup> de Campo Dara dos seus pêra esse efeito a cada capitam. (...)*  
*Nestas terras ocupadas dos Negros dos Palmares, s.<sup>or</sup> suposto q hã m.tos pretendidos donos, a nenhum se prejudica em Vmag.<sup>de</sup> as mandar dar todas sem essa clauzula; porquanto dado q os haya, todos elles tem, p.<sup>la</sup> Ley das mesmas sesmarias, perdido o direito de as possuir; pois deixarão de as povoar no tempo prefiro que o devião fazer; (...)*<sup>594</sup>

Por esse documento, cuja série de exigências demonstra o inegável prestígio desses paulistas perante a Coroa, vemos a composição social do terço de Jorge Velho ativo no Açú e em Palmares: seus elementos *brancos* são apenas os oficiais, sendo seus soldados *servos* de Jorge Velho adquiridos ao longo de sua vida, ou seja, índios apesados, *frecheiros*.

Mas para nossa atual discussão é mais importante observarmos aqui a solicitação de propriedades em Palmares que esses paulistas fazem. Sua proposta clara é a migração, porque em São Paulão, pelo seu discurso, já não há ‘*onde se lavre e plante*’. Jorge Velho pretende trazer seus conterrâneos para povoar as terras das quais ele obviamente seria o senhor, transformando-os, por seu turno, em seus agregados. O que para a Coroa não deixa de ter grande utilidade, visto que os paulistas assentados em Palmares serviriam de *muro do sertão* contra os *bárbaros* negros e índios.

Já em 1694, as terras de Palmares se tornam motivo de continuadas disputas, como o Conselho Ultramarino deixa entrever:

*“Muitos moradores pedirão nos annos passados datas nas taes terras com o pretexto de as povoarem, (...) Correrão os annos the o presente sem que nenhum dos que têm alcançado as taes m.<sup>ces</sup> tratem de as pôr em execução mostrando que a delligencia de as conseguir, mais era prevenção p<sup>a</sup> o futuro, do que empenho de as povoar no tempo presente em que as pedirão.  
 He sem duvida que vendo agora estas pessoas que têm conseguido as taes datas, a melhora com que se achão as armas de VMag.<sup>de</sup> se ande querer valer das taes doações p<sup>a</sup> ocuparem por suas aquellas terras que se forem conquistando; no que se segue grande danno à Coroa de VMag.<sup>de</sup> e bem*

---

<sup>594</sup> ENNES. Op. Cit. 213-214.

*comum daquellas cappitanias circunvezinhas; (...) por se veremos moradores daquellas Cappitanias circunvezinhas nos mesmos apertos em que de antes estavam pois passam a outros senhores ficando elles sem nada; tendo sido os que mais trabalharão na destruição daquelle inimigo, e os que na guerra padecerão as mayores tiranias daquelles bárbaros.*

*Com que p<sup>a</sup> evitar hum e outro damno, poderá VMag.<sup>de</sup> sendo servido ordenar ao Gov.<sup>or</sup> de Pernambuco que se haja nesta materia com toda a justiça, attendendo aos moradores pobres, que tão repetidas vezes forão à guerra com seus filhos à sua custa, e ajudando aos pedidos conforme suas posses, (...).”<sup>595</sup>*

Aqui a briga é entre os sesmeiros absenteeistas os moradores alegadamente pobres das regiões circunvizinhas. Provavelmente os ordenanças que saídos de Porto Calvo e arredores combatem sob as ordens dos paulistas. A Coroa não fala deles como proprietários, o que talvez signifique que são gente sem títulos de terras, e que terminam por perder também a posse das mesmas, pois em 1696, à revelia da ordem anterior para estabelecer os moradores, a Coroa defende a fixação dos paulistas na área disputada. Assim, se alguns veteranos das guerras sertanejas ganham a terra, seja em posse ou em propriedade, não é improvável que outros percam a posse das que cultivavam, devido seja aos projetos defensivos régios, seja às disputas de poder envolvidas na expansão açucareira para o sertão. A vitória dos paulistas e seu novo status de colonizadores, podem ser vistos na discussão da Coroa com Caetano de Mello e Castro, o extremamente anti-paulista governador de Pernambuco, sobre a fixação de Domingos Jorge Velho em Palmares:

*“Me pareceo Mandarvos declarar que no citio que elle nomear, se lhe dem seis legoas de terras de Sismaria emquadrou, e ao Sargento Mor em Citio apartado quatro legoas em quadra, e aos Capitães da Infantaria a cada hum delles três legoas emquadra, e aos Alferes a cada hum duas legoas emquadra, e a cada Sargento huma legoa emquadra, e a cada Soldado branco da mesma maneira huma legoa emquadra, e que a cada huma das Companhias se assignem junto ao citio da sua data para se aldearem os Índios della quatro legoas emquadra para Citio, e mantimento da sua Aldea, com declaração, que a repartição destas terras, se entenda se tanto couber no citio dos Palmares, que se conquistarão, e ficarão de conquistar ara o Certão, sem que possaes exceder a forma della, (...).”<sup>596</sup>*

Ou seja, à revelia de qualquer disputa anterior dos moradores e sesmeiros, a Coroa resolve dar de sesmaria as terras de Palmares aos oficiais do terço paulista, já

<sup>595</sup> ENNES. Op. Cit. p. 208-209.

<sup>596</sup> LIVRO 5º de Ordens Reais – Provisões e Cartas Régias (1693-1698). Fl. 6v-7v. IAHGP.



intitucionalizado, e a seus soldados *brancos*. Os muitos índios do terço, por sua vez, são aldeados próximos aos sítios paulistas para servirem sobretudo de mão-de-obra barata a essa nova empreitada colonizadora.

Aparentemente os paulistas colonizam de fato as terras em Palmares, a julgar por uma carta régia ao governador de Pernambuco, de 1703, que ordena se passe as cartas de sesmarias aos mesmos.<sup>597</sup> Essas cartas de confirmação de sesmarias, por sua vez, nos mostram que tipo de ocupação colonial os paulistas empreendem em Palmares. Nesse sentido, uma carta de 1716 diz:

*“Diz o Cap-m Antonio Vieira Roiz, Paulista do 3º de Infanteria, paga dos Palmares que elle supplicante veio de tão longe, largando a sua pátria S. Paulo e fazendas p<sup>a</sup> a conquista dos Palmares, por sua livre vontade, servir a S.M. que D<sup>g</sup>e e depois da restauração da dita campanha e destruição dos negros que a dominavão, fora S. M. servido dar uma embarcação p<sup>a</sup> que todas as pessoas que tivessem, as suas famílias trouxem-as para as povoar os Palmares; e porque o supplicante foi um dellles, e está assistindo com toda a sua família no dito Palmar, e tem nelle povoado um citio há desessete anos fazendo pastos p<sup>a</sup> gados, onde já tem um curral delle, com cazas de telha, e arvores de espinho, cujo sitio tem já um molinete, e o supp.<sup>e</sup> tem moenda p<sup>a</sup> levantar um engenho e como S. M que D<sup>g</sup>e manda dar as terras dos Palmares por sesmarias aos restauradores sem pagar pensão, mais que o dizimo a D<sup>s</sup>, (...)”<sup>598</sup>*

Por aqui observamos que o plano de trazer os paulistas e fixá-los no sertão é realmente levado a cabo, com a Coroa inclusive embarcando as famílias em São Paulo e assentando-as nas fronteiras do açúcar. Esse sítio do capitão Antonio Vieira parece próspero, contando com currais e moenda, estando a propriedade colonizada há 17 anos quando ele pede a carta de confirmação de sesmaria. Ele é, assim, um exemplo de sertanista que se transforma em capitão burocrático que se transforma em proprietário de terras.

Outros exemplos podem ser encontrados.

Capitão André Furtado de Mendonça, assentado de 19 para 20 anos, em 1717, com sua família trazida de São Paulo. Veterano de Palmares, cultivava roças de tabaco e mantém currais.<sup>599</sup>

O capitão Jorge da Cruz pede, em 1718, que seja passada a carta de doação de sesmaria com as 3 léguas em quadro que ele enquanto combatente do terço paulista de

<sup>597</sup> AHU, cód. 257, fl. 130-130v.

<sup>598</sup> DHP, vol. 1, p. 219-222-

<sup>599</sup> DHP, vol.1, p. 230-235.

Palmares tem direito. Esse capitão, no entanto, não afirma já estar estabelecido com sítio na região, ao contrario dos outros. Ou seja, nem todos os paulistas se estabelecem na Serra da Barriga com suas famílias logo que as doações são feitas.<sup>600</sup>

Já a carta de sesmaria de Domingos Roiz da Silva, de 1723, é um pouco mais explícita acerca do projeto de assentamento dos paulistas:

*“Diz Domingos Roiz da Silva Capitão de uma das Companhias de Infantaria paga da Campanha dos Palmares, que (...) consta haver o dito Snr reduzido o dito terço a seis Comp.<sup>as</sup>, ordenando, que em sítios proporcionados, se assentassem trez Arrayaes, a saber: uma no districto da Villa das alagoas, com duas Comp.<sup>as</sup> e um dos Capitães p<sup>a</sup> cabo dellas que de próximo é André Furtado de Mendonça: no outro no Districto da Villa de Porto Calvo com outras Companhias e um dos Capitães p<sup>o</sup> cabo, que hoje é Miguel de Goy de Vasconcellos, outro no districto da Villa de Serinhaem, em o lugar chamado o Cucaú com outras duas Companhias, do qual o supp.<sup>e</sup> foi nomeado por cabo, em cujo sitio e Arrayal de posse em observância das ditas reaes ordens há onze para doze annos. (...) e estando todos os mais capitães acomodados, se acha o supplicante sem a sua data sem embargo de have-la requerido já na capacidade das terras do sitio do Cucaú onde tem assentado o seo Arrayal, (...) Hei por bem fazer-lhe mercê dar ao supp.<sup>e</sup> acima nomeado, como pela presente dou de sesmaria, em nome de Sua Mag.<sup>e</sup> que D<sup>s</sup>G<sup>e</sup> nos mesmos lugares partes e testadas que confrontão em sua petição trez legoas de terra em quadro no próprio sitio em que as pede (...)”<sup>601</sup>*

O fato de estar fixado com seus arraiais significa que talvez esse capitão tenha transformado seus soldados – assentados obrigatoriamente nos arraiais designados pela Coroa – em agregados, ao se tornar ele próprio um proprietário de terras.

Que a fixação com fins militares termina por criar um novo grupo de proprietários de terra, e um novo grupo de agregados e trabalhadores compulsórios percebemos também no fato de que a Coroa estabelece os índios veteranos de Palmares em um aldeamento de 4 léguas nas imediações dos sítios paulistas.<sup>602</sup> Se a razão alegada para isso é militar, constituir na região uma forte barreira de índios e paulistas contra outros possíveis levantes sertanejos, o resultado é, por outro lado, bastante econômico ao impor aos índios ali assentados as obrigações do trabalho compulsório nas propriedades da região.

---

<sup>600</sup> DHP. Vol1 , p. 246-249.

<sup>601</sup> DHP, col. 1, p. 265-271.

<sup>602</sup> DHP, vol. 1, p. 315-317.

Mas o que podemos notar por essas cartas de sesmarias é que as doações de terras aos paulistas estão em estreita correlação com sua fixação em arraiais, indicando eles também a política da Coroa de atrelar a colonização da região a seu projeto defensivo.<sup>603</sup> Por outro lado, os paulistas não são os únicos tipos humanos veteranos da *guerra dos bárbaros* a receberem sesmarias. No interior das capitâneas anexas surgem, por sua vez, doações para personagens bem diferentes. É o caso dessa doação de 1707:

*“Faço saber aos que esta carta de doação de sesmaria virem, que D. Salvador Saraiva Coutinho me representou a petição cujo teor é o seg.te: Sr. Diz D. Saraiva Coutinho Índio da nação tobayára e um dos principaes da dita nação, na mição da serra Ibiapaba, que elle possui algumas cabeças de gado vaccum e cavallar havidas dos brancos pelos serviços que lhes fez descobrindo-lhes sítios, e ajudando-os com seos vassallos a desimpedir dos Tapuyas rebeldes e p.r que nas terras q. S. M. que D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> foi servido mandar-lhe medir, não tem pastos p<sup>a</sup> criar p<sup>r</sup> serem mattas lavradas, e tem situado em um córrego chamado Boroyabá mil e quatro centas braças de terra de comprido e outras tantas de largo, (...) tudo foro livre de pensão: (...)hey por bem fazer m.<sup>ce</sup> dar ao supplicante acima nomeado como pela presente dou de sesmaria em nome de S. M. que D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> nos mesmos lugares confrontados em sua petição, (...)”<sup>604</sup>*

Um chefe indígena, aldeado na Serra da Ibiapaba, Ceará, que se torna proprietário de terras. Essa patente é interessante por ir contra as políticas costumeiras da Coroa, que pouca atenção dá aos *frecheiros* aliados, em geral apenas aldeando-os nas proximidades de alguma área produtiva. Esse *principal*, por outro lado, se sobressai e parece estar em pleno processo de constituição de capital; uma ascensão social apenas possível graças a sua participação nos conflitos no Ceará.

O Ceará, por sua vez, parece ser uma capitania de difícil colonização: durante a *guerra dos bárbaros* é um dos territórios mais conturbados, nas ribeiras do Jaguaribe. Também é uma das capitâneas que mais fornecem *frecheiros* para a Coroa. Em 1691, essa dificuldade de colonização leva a Coroa a repassar o empreendimento para que particulares *povoem* a costa, visto a dificuldade de se estabelecer guarnições na região.<sup>605</sup> Essas

---

<sup>603</sup> Essa é a tese de Ferlini para a implementação da agroindústria durante a fase inicial das capitâneas hereditárias: o projeto de colonização é construído visando fazer frente aos empreendimentos franceses no Brasil. Ou seja, a colonização tem como motor inicial a necessidade de defesa e manutenção do território. Cf. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder – O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial**. São Paulo: Ed. Brasiliense/CNPq. 1988.

<sup>604</sup> DHP, vol.1, p. 155-156.

<sup>605</sup> Observar AHU, cód. 256, fl. 117v.

guarnições, por sua vez, em geral são de Pernambuco, e sua influência é grande na colonização do Ceará. Não apenas porque, com suas deserções fornecem braços para sesmeiros como os Feitoza, mas também porque o crescimento do número de militares durante a própria guerra alimenta a economia da região. É o que declara a Câmara de São José do Ribamar, em 1717:

*“ que os Capitães mores daquela capitania não dessem de comer aos soldados se não que se lhe entregasse aos ditos soldados as suas pagas por se lhe evitar o prejuízo que visto sentião os que hião prezidiar de Pernambuco aquella Fortaleza, os Capitães de Infantaria, que hião Guarnição para ella todos os annos arrogavão assiste interesse que até ali era dos Capitães mores, dando-se lhe o sustento como damno do augmento daquela capitania por se não espalhar o dinheiro pelos moradores della, e Com grande oppressão por lhe tomarem as farinhas das suas roças as quais lhes fazem desmanchar antes do tempo em que experimentão perda, e com a fazenda que elles levão que lhe vendem por exorbitante preços a fim de ficarem embolçado do dinheiro todo dos soldados, cortando também carne tudo em grande demeniuição do limitado contacto que a dita Câmara arremata em que eu deveria mandar dar alguma providencia por ser este o único rendimento que tem a câmara para se acudir as obras de que necessita aquella Villa, (...) procedendo tão absolutos que não querem pagar o imposto limitado que se pôs nos barris de água ardente, e milho, que vão por negocio aquella capitania, (...)”<sup>606</sup>*

Essa Câmara alega aqui categoricamente a importância econômica que os soldados burocráticos de Pernambuco têm para o Ceará, ao solicitar que a Coroa não lhes envie rações, mas sim que os pague em dinheiro para que esse dinheiro se espalhe pelos moradores. O fato da Coroa não pagar em dinheiro, insinua a Câmara, leva os capitães a espoliar os moradores locais, lavradores de mandioca, tornando-se atravessadores, extorquindo igualmente os soldados ao venderem a farinha por preços elevados, ou ao contrário, vendendo as *fazendas* recolhidas dos soldados aos moradores por altos preços. Uma situação que prejudica tanto os moradores quanto os soldados.

Esses soldados espoliados no Ceará, que não são outros que os pobres produtivos e *vadios* saídos de Recife, Olinda e dos presídios da Paraíba e Natal, vivenciam experiências as mais diferenciadas nos sertões, entre as quais serem consumidores dos produtores de São José do Ribamar é apenas uma.

---

<sup>606</sup> LIVRO 10<sup>a</sup> de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1717-1720). Fl. 223-225.

E entre essas vivências, possivelmente aquela mais valorizada, é o assumir-se como senhor de terras no sertão. Já desde os pagamentos dos serviços prestados contra a WIC, que os soldados de Pernambuco recebem da Coroa doações de sesmarias, como mostra a provisão passada em 1654:

*“Tendo respeito ao grande valor, com que se ouverão os soldados do Arrayal de Pernambuco na ocazião, em que lançarão aos olandezes das forcas do Arrecife (...) Hey por bem, (e me pras) que pelos ditos soldados se repartão as terras, que de qualquer maneira me podem pertencer, nas capitánias do norte que ocupavão os olandezes, ao \_\_\_\_\_ que se comstou aquela guerra, e que da mesma maneira se proveja nellas todos os officios da guerra, justiça, ou fazenda, que (por esta ves) se ouverem de prover, nas mesmas capitánias, salvo os que requererem sufficiência tal, que se não ache nos ditos soldados, por não ser de sua profissão e que da dita repartição de terra, e provimento de officios a facão o mestre de campo dos terços da Infantaria, que a farão proporcionalmente, ao merecimento de cada hum.”<sup>607</sup>*

Ou seja, os soldados burocráticos teriam direito à terra e cargos nas capitánias do norte, mas cuja repartição está sujeita ao arbítrio dos mestres de campo. Tal arbítrio coloca esses personagens em dependência direta de seus chefes, o que pode acarretar fraudes as mais diversas. Apesar disso, é possível que já houvesse um assentamento de veteranos nos sertões do Ceará e Rio Grande antes mesmo de começar a *guerra dos bárbaros*.<sup>608</sup>

Em 1703, por sua vez, tendo o terço de Moraes Navarro sido institucionalizado e já contando entre seus soldados com a vasta incorporação de pobres das vilas do açúcar, é passada uma carta régia que afirma que:

*“as sesmarias que estavam dadas e povoadas antes da invasão dos bárbaros, hão de ser restituídas a seos donos, que pella violência dos bárbaros as largarão porem as que não tinhão sido dadas, e não estavam povoadas pellos donatários se devem repartir pellos officiais e soldados desse terço conquistadores dellas, para que as povoem e defendão e dellas se sustentem, como se fez ao terço de Domingos Jorge Velho nas terras dos Palmares (...).”<sup>609</sup>*

Assim, a Coroa continua a aplicar políticas já bem sucedidas em Palmares. Como esse terço é burocratizado no Rio Grande, é provável que essas doações sejam nessa

---

<sup>607</sup> AHU, cód. 92, fl. 243v.

<sup>608</sup> Para Idalina Pires essa concessão aos veteranos das guerras holandesas e um dos fatores de intensificação da colonização das áreas sertanejas do norte do Estado do Brasil. Cf. PIRES. Op. Cit. P. 60.

<sup>609</sup> AHU, cód. 257, fl. 136.

capitania. Só esse documento régio, no entanto, não é suficiente para nos certificarmos que esses personagens tenham realmente conseguido se fixar como proprietários no sertão. O Rio Grande é uma capitania disputada por colonos, sesmeiros, paulistas. Ainda assim, a necessidade defensiva da Coroa pode ter facilitado o acesso do terço à terra, o que significa que pobres produtivos sem estabilidade na zona açucareira e *vadios* podem ter encontrado através da incorporação como reforços dos paulistas durante a guerra do Açúcar uma possibilidade concreta de acesso à terra e de ascensão social.

Que os incorporados na organização militar colonial procuram pela terra como forma de estabilidade e dignificação do status nos mostra a petição feita pelo capitão Gorro da Câmara do Recife, em 1721:

*“Diz o capitão Gorro da Camara, que elle supplicante, serve a SM que D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> a cincoenta e cinco annos, com praça de soldado raso, Cabo d’Esquadra, Sargento, Alferes, Ajudante, e actualmente Capitão de Infantaria, em uma das Companhias, da guarnição do terço desta villa, que elle supplicante p<sup>r</sup> informação certa que tem, como sem duvida é estar devoluto e desaproveitado um monturo, que com o tempo cresceo, místico aos quarteis dos soldados dos siscos que varrião e se botavão no lamarrão, e legoa mar do rio, (...) cujas terras, serão setenta e dous palmos e por estarem desaproveitadas, sem dono algum p<sup>r</sup> ser monturo, crescido com o tempo que verosimilm.<sup>e</sup> é realengo que o supp.<sup>e</sup> pedir a VS<sup>a</sup> em remuneração dos seos serviços, lhe mande passar carta de data e sesmaria da dita terra q. o supplicante pede, (...)”<sup>610</sup>*

Esse capitão é um personagem de origem humilde: com 55 anos de serviço, galga os postos de soldado a capitão. E uma vez que a petição é de 1721, é provável que esse burocrático tenham participado dos conflitos na *guerra dos bárbaros*. Por seus serviços prestados solicita como sesmaria, não extensas léguas de terra no sertão, mas um simples aterro de 72 palmos de terra na beira do Capibaribe. Essa humildade demonstra suas origens nas camadas mais baixas da sociedade. E apesar da modéstia do pedido, ele aponta para a busca de estabilidade social entre os burocráticos, busca que passaria, a seu ver, pela lavra de qualquer pedaço de terra.

Mas nem todos os pobres do açúcar da organização militar se contentam com aterros nas vilas canavieiras. É o que representa uma carta de doação de sesmaria de 1713:

---

<sup>610</sup> DHP, vol. 1, p. 256-258.

*“Sr. Dizem o commissario da Cavallaria do Rio de S. Fran.<sup>co</sup> João Dantas Aranha, o Capitão Manoel Braz Pedroso e Caetano Dantas Passos que elles tem servido a S.M. que D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> assim de soldados pagos em guerra dos Palmares, como no descobrimento das minas do salitre, a custa de suas fazendas, e por que tem descoberto alguns pastos, que servem p<sup>a</sup> crearem gados ao certão do dito Rio de S. Francisco no porta da folha da parte norte (...) e os supplicantes tem gados e mais creações, e não tem pastos, para os crearem; pelo que, Pedem a Vex<sup>a</sup>, seja servido, attendendo ao que allegão, e ao serviço que tem feito a S.M, fazer-lhe mercê, em nome do dito Senhor de lhe dar de sesmaria as ditas seis legoas de terra na dita parte, (...).”<sup>611</sup>*

Esses são três personagens que, apesar de também incorporados à estrutura militar burocrática da área açucareira e de serem veteranos dos conflitos de expansão, tanto de Palmares quanto das explorações salitreiras em Buíque, parecem ter pouco em comum com o colega capitão Gorro da Câmara. Enquanto esse se contenta em pedir um lote de terra dentro da área urbana do Recife, João Dantas e companheiros são bem mais ambiciosos: qualquer que tenha sido sua participação nas expedições relatadas, eles parecem ter conseguido tempo para aproveitar bem a oportunidade de estar no sertão, pois quando escrevem para a Coroa já são proprietários de gado, além de terem encontrado local ideal para fixá-los no São Francisco. Mas entre seus serviços nas conquistas e a petição da sesmaria, devem ter continuado no sertão, onde conseguiram ascender socialmente: um deles é capitão, o outro comissário de cavalaria, ou seja, oficial de milícias provavelmente brancas. Todos esses progressos somados representando uma considerável ascensão para quem começou como soldado burocrático das vilas do açúcar.

E eles não são os únicos. Outros soldados burocráticos podem ser encontrados na mesma situação, como vemos na seguinte doação, de 1740:

*“Sr. Diz Gregório de Souza Marinho, cabo d’esquadra da Companhia do Capitão André Dias de Figueiredo, do terço de que é mestre de campo, João de Freitas da Cunha, que elle supplicante tem servido a sua Magestade que Deos Guarde, na occupação de soldado desesete annos, como dos seos serviços melhor consta, e por que de presente se acha devoluta uma sorte de terras no certão termo do rio de S. Francisco, sitio que lhe chamão o Puyú, (...) e elle supplicante as que povoar com gado seo, havendo-as por devoluta por sesmaria em refém de seos serviços; (...).”<sup>612</sup>*

---

<sup>611</sup> DHP, vol. 1, p. 186-188.

<sup>612</sup> DHP, vol. 1, p. 185-186.

Esse cabo, servindo há 17 anos, e que muito bem poderia ser um dos homens pardos do Recife, também pede terras no São Francisco. Seus serviços prestados podem colocá-lo bem no meio dos conflitos do Açúcar, e não parece ser um homem de posses, pois não afirma já ter o gado com que almeja povoar a dita terra, além de possuir uma baixa patente, ao contrário de seus colegas antes apontados. Ou seja, Gregório de Souza é muito provavelmente um homem pobre, um dos pobres do açúcar. Apesar disso, devido a sua participação, voluntária ou não, na guerra do Açúcar, consegue pleitear junto à Coroa o direito à propriedade de terra.

Bem diferente é a doação passada para o capitão recifense Manoel Marques, em 1727:

*“Diz Manoel Marques Cap.m de inf<sup>ra</sup> do terço da (...) guarnição da Praça do Recife, que elle tem noticia q se achão algumas terras devolutas em o certão no lugar do olho d’agua do Jacaré, das quaes quer o supp.<sup>e</sup> haver p<sup>r</sup> doação e sesmaria trez legoas em quadro confrontando pelo Panema pela p.<sup>te</sup> do Oeste, (...) para as povoar com seos gados que n’aquelle sertão tem, (...)”<sup>613</sup>*

Esse capitão já tem gado no local. E se não é um sitiante arrendatário, é provável de já seja proprietário de terras. Interessante que ele não defende seu pedido apresentado a folha de serviço, o que indica que provavelmente não iniciou sua carreira como soldado, o que só corrobora sua situação elitista.

Ao observar essas cartas de sesmarias percebemos que as mesmas nos oferecem uma série de pistas que apontam para a fixação de soldados da Coroa no sertão após a *guerra dos bárbaros* como proprietários de terras. Assim vemos que dentre os recrutados forçados das vilas do açúcar existem aqueles que incorporam a situação como uma oportunidade única de procurar as riquezas que os discursos dominantes em seu imaginário propagavam acerca do sertão. Por outro lado, a diversidade de personagens, de condições sociais, de imagens e representações nas vilas canavieiras, geram por sua vez uma multiplicidade de formas de interação entre esses pobres do açúcar e o sertão, fazendo com que a ascensão para sesmeiros seja apenas uma das diferentes formas de adaptação a essa nova sociedade.

Precisamos ressaltar, no entanto, que as diferentes interações não são aleatórias. Aqueles que conseguem pleitear sesmarias parecem ser, em geral, os oficiais de origem mais elevada ou que haviam conseguido postos de prestígio durante o processo de

---

<sup>613</sup> DHP, vol. 1, p. 314.315.



conquista. Apesar das exceções, diga-se de passagem. Esses por sua vez, dificilmente se identificam como homens de cor. Por outro lado, os soldados de mais baixo estrato social, aqueles que aderem mais facilmente às deserções, têm como melhor possibilidade se tornar agregado dos grandes potentados rurais, ou isso falhando, aderir ao banditismo dos grupos de facinorosos. Se a cor aqui não é especificada, a possibilidade de que os pardos embranquecidos oficialmente proliferem nessa situação é grande. Quanto aos negros, se não conseguem concessões limitadas da Coroa na área rural, é difícil localizá-los. Poderiam se agregar aos sesmeiros? Se inserir no banditismo? Adentrar o mercado das vilas sertanejas? Tudo isso é possível, mas talvez pouco provável, pois devemos ter em mente que os oficiais mecânicos negros nas tropas da Coroa estão quase que exclusivamente no terço henrique, que não parece ser uma instituição para desprestigiados. Assim, se não conseguem o beneplácito da Coroa com permissões para cultivos no sertão, é provável que voltem para suas atividades corriqueiras de artesãos e pequenos comerciantes *respeitáveis* nas vilas do açúcar.

Assim sendo, a colonização sertaneja sente a influência de todos esses personagens: lavradores agregados aos arraiais militares, fugitivos tornados dependentes dos grandes sesmeiros, milicianos negros, paulistas e soldados burocráticos, podem ser vistos nas diferentes linhas que costuram essa nova estrutura social. Como criminosos e amotinados, como fugitivos e *jagunços*, como lavradores ou proprietários, ou simplesmente como contribuintes para o comércio local, esses personagens se estabelecem por todo o sertão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao chegarmos ao final desse trabalho, resta-nos refletir sobre as questões principais postas pelo mesmo. E a tese central que motivou toda a pesquisa está na crença de que os pobres das vilas do açúcar, uma vez engajados nas tropas da Coroa, não apenas participam intensamente da *guerra dos bárbaros* como se tornam personagens bastante ativos na própria formação da sociedade sertaneja.

Assim, para investigarmos essa questão, partimos inicialmente das vilas açucareiras, trabalhando os pobres livres e o cenário no qual viviam, atravessando depois a própria *guerra dos bárbaros* para poder alcançar o momento no pós-guerra onde muitas das instituições que formam a sociedade sertaneja colonial são iniciadas.

E ao empreendermos essa investigação nos deparamos com as dificuldades de estudar, na sociedade açucareira da América portuguesa, os pobres. Para podermos construir nossa percepção desses personagens nos cenários em questão, precisamos nos valer de vestígios fragmentários, pistas esparsas mas que nos permitiram, como diria Ginzburg, “*a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente.*”<sup>614</sup>

Essa realidade complexa é a própria história que envolve esses personagens durante toda nossa longa estrada. Agora, ao olharmos para trás buscando perceber a que conclusões fomos levados durante essa viagem, nossos olhos pousam em primeiro lugar, sobre a importância que o sistema de valores barroco mestiço tem perante as condições de vida de homens e mulheres livres, brancos, negros ou pardos, nas vilas açucareiras. Pois são as imagens, representações, idéias e crenças desse sistema de valores que impulsionam a busca por prestígio, a participação nas milícias, ou o desprestígio e a imposição do recrutamento burocrático. Também não deixando de influir na percepção do espaço que se quer conquistar e mesmo na interação com a sociedade sertaneja que nasce da guerra, pois é esse conjunto de crenças que vai contribuir sobremaneira para a identificação desta sociedade com o lugar da ausência de autoridade.

---

<sup>614</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais – Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. p. 152.

Por outro lado, devido à própria natureza da sociedade colonial, que se quer estamental mas que se organiza também sobre a renda e a mobilidade social, pudemos perceber ao longo de nossa jornada que se muitas vezes pobres produtivos ingressam na organização militar em busca tão somente de prestígio, durante a conquista do sertão os lucros e benefícios serão, por outro lado, de outra ordem, de ordem econômica, como nas propriedades fundiárias recebidas.

Essas considerações nos levaram, por sua vez, à percepção de que o próprio cenário dos pobres do açúcar era um espaço em expansão. O período da *guerra dos bárbaros* se insere em um momento de crescimento urbano e demográfico para as vilas açucareiras. Crescimento esse que contribui para a intensa participação dessa população na expansão colonizadora para o sertão. Uma expansão que apresenta a conquista do sertão mais como empreendimento da sociedade açucareira, do que como produto de projetos coloniais régios. Fato que conseguimos perceber apenas porque começamos a observar a zona canavieira como um complexo, onde apesar das singularidades e conjunturas próprias de cada parte, o todo é homogêneo o suficiente para carregar as mesmas estruturas.

Mas há singularidades conjunturais que não passam despercebidas. E são elas que nos permitem considerar a situação particular de Pernambuco como um momento específico, o segundo período português. Sem deixar a Bahia de possuir, também, suas idiossincrasias que podem ser vistas na particular conceituação do tão urbanizado Recôncavo como sertão durante a *guerra dos bárbaros*.

A própria *guerra dos bárbaros*, por sua vez, gerou pontos de reflexão importantes no trabalho, pois se ela se apresenta heterogênea e múltipla do ponto de vista de seus patrocinadores, os *tapuias*, por outro lado, constitui-se em unidade quando observada da perspectiva da Coroa e da colonização. Razão pela qual são empregadas em seu decorrer praticamente as mesmas políticas e estratégias.

E foi a partir do reconhecimento da unidade das políticas utilizadas nos diferentes conflitos que nos surgiu a relevância, ainda tão pouco compreendida, dos guerreiros indígenas na conquista do sertão. Base de quase todas as práticas e estratégias empregadas na *guerra dos bárbaros*, os *frecheiros*, o terço de Camarão, as aldeias-presídios, os deslocamentos de tribos inteiras como *muros do sertão*, os tupi, cariris, tarairius, botocudos e gês, são todos eles tão responsáveis pela conquista do sertão quanto os colonos da zona

açucareira. Afirmção que não diminui o fato de que são eles também os grandes responsáveis pela demora na colonização sertaneja, ao oferecerem um obstáculo ferrenho e difícil de transpor, no qual as dissimulações e logros parecem ser tão importantes quanto os conflitos abertos. Mas esse é um paradoxo que não vamos responder aqui. Para compreendê-lo é preciso empreender uma nova jornada que parta especificamente em busca das tribos do continente.

E se partimos com o intuito de seguir os pobres do açúcar durante a conquista do sertão, as trilhas que fomos percorrendo nos levaram para além da conquista, para a própria constituição da sociedade sertaneja. Procurávamos, nesse ponto, identificar as possíveis relações desses personagens com as sesmarias do sertão doadas depois da guerra. Se chegamos a isso, por um lado, por outro atingimos também um outro ponto bastante esclarecedor: a contribuição dos soldados da conquista, os pobres do açúcar recrutados, para a formação dos bandos de facinorosos que pululam pelo sertão a partir do fim das guerras.

Todas essas pistas e vestígios nos serviram de mapa para continuarmos em nossa jornada que, por sua vez, terminou por nos levar para caminhos inesperados, onde aconteceu de explorarmos a própria genealogia do sertão.

Nesse ponto, percebemos que ao procurar a genealogia da sociedade sertaneja, estávamos ao mesmo tempo fazendo uma radiografia da sociedade açucareira. Radiografia e genealogia estas que apesar de apontarem as características bastante diferenciadas dessas culturas, levaram-nos à percepção de que uma é gerada pela outra. E são essas considerações que nos permitem afirmar, agora, que a sociedade sertaneja colonial, se fruto da expansão da colonização portuguesa, é filha principalmente da expansão da própria zona do açúcar, de seus tipos humanos e seus anseios em interação com o meio e os homens do sertão. E são os valores desses personagens e desse cenário, independentemente muitas vezes da contrapartida encontrada na própria sociedade sertaneja, que influencia a idéia de sertão remanescente até hoje.

Dessa forma, se nossa jornada nos levou a repensar a origem da sociedade sertaneja, ela também nos levou a investigar mais a fundo o sistema de valores da sociedade açucareira, visto que o conceito de sertão só existe como tal a partir das idéias e conceitos elaborados pelo imaginário açucareiro. E se a cultura barroca colonial não chega a se

estabelecer no sertão, como de fato parece não chegar, ela é um dos móveis que levam os pobres do açúcar para lá.

Assim sendo, terminamos por trabalhar com duas sociedades diferentes, mas interligadas pelos mesmos personagens. No entanto, talvez a questão mais nítida que nos tenha ficado é o fato de que a constituição dos discursos sobre o sertão no imaginário açucareiro é um dos fatores imprescindíveis para o entendimento da constituição do próprio território que carrega esse nome. Dessa forma, para a busca das relações sociais e dos tipos humanos que moldam essa sociedade, partimos do imaginário que molda esses tipos humanos. Toda uma viagem através de personagens, situações e discursos, para no final descobrirmos que a idéia de sertão que carregamos ainda hoje traz em seu bojo a imagem de região selvagem e inóspita que o imaginário barroco açucareiro já construía antes mesmo de iniciada a *guerra dos bárbaros*.<sup>615</sup>

---

<sup>615</sup> Nesse sentido, não poderia deixar de lembrar o trabalho de Durval Muniz pioneiro na desconstrução de conceitos histórico-geográficos. Seu estudo nos levou para um outro nível de reflexão com relação às definições que hoje utilizamos para o Nordeste, e de certa forma inspirou nossas análises e considerações sobre a idéia de sertão no período colonial. ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Recife: ed. Massangana. 2001.

## BIBLIOGRAFIA:

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Itatiaia. 1988.

\_\_\_\_\_. **Capítulos de história colonial**. São Paulo: Itatiaia. 1988.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflito – aspectos da administração colonial**. Recife: Ed. Universitária - UFPE/ Ed. UFAL. 1997.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Recife: ed. Massangana. 2001.

ALBUQUERQUE, Marcus; LUCENA, Veleda. **Arraial novo do Bom Jesus – consolidando um processo, iniciando um futuro**. Recife: Ed. Graftorre. 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. Recife: Universitária/UFPE, 1998.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Tradições de Oralidade, Escritura e Iconografia na Literatura de Folhetos: Nordeste do Brasil, 1890/1940. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo: EDUC, n.º 22, junho/2001. pp. 105-138.

ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios – Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Unb/José Olympio ed. 1993.

\_\_\_\_\_. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In DEL PRIORE, Mary (org.). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado do Brasil em 500 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 2000. Pp. 45-91.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. A Redenção dos Pardos: A Festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org). **Festa - Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial. 2001. 2 vols. pp. 419-444.

\_\_\_\_\_. de. **Festas: Máscaras do Tempo - Entrudo, Mascarada e Frevo no Carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1996.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Bahia No Tempo dos Alfaiates. In ARAÚJO, Ubiratan Castro de, et all. **II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia. 1998. Pp. 7-19.

\_\_\_\_\_. A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**. N.º 19, 2001. Programa de Pós-Graduação em História. UFPE. Recife: Ed. Universitária. 2001. pp. 7-27.

ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Pretos e Brancos - A Serviço de Uma Ideologia de Dominação (Caso das Irmandades do Recife)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

\_\_\_\_\_. **Palavra de Rei – Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ÁVILA, Affonso. **O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco: Uma Linguagem a dos Cortes, Uma Consciência a dos Luces**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1994.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e Sobreviver em Uma Vila Colonial - Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/ FAPESP. 2001.

BARBOSA, Bartira Ferraz. Colonização e meio ambiente no sertão pernambucano. **Clio – Série História do Nordeste**. Recife. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. N.º 17. 1998. Pp. 7-18.

BARICKMAN, B.J. **Um Contraponto Baiano – Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BARROS, Paulo Sérgio. **Confrontos Invisíveis - Colonialismo e Resistência Indígena no Ceará**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

\_\_\_\_\_. Cultura e Resistência Indígena na Historiografia da Conquista. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica**. Série História do Nordeste. Recife, vol. 1. N.14. Editora Universitária-UFPE. 1993. Pp. 187-212.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1935.

**BEATTIE, Peter M. The House, The Street, And The Barracks: Reform And Honorable Masculine Social Space In Brazil, 1864-1945.** *Hispanic American Review* **76:3.** Duke University Press. 1996;

\_\_\_\_\_. *The Tribute of Blood - army, honor, race, and nation in Brazil, 1864-1945.* **Duke University Press. 2001.**

BOOGAART, Ernst Van Den. *A População do Brasil Holandês Retratada por Albert Eckhout, 1641-1643.* In **Albert Eckhout Volta ao Brasil 1644-2002.** Copenhage: Nationalmuseet. 2002. pp. 115-130.

BOSCHI, Caio. **Os Leigos e o Poder - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais.** São Paulo: Ática. 1986.

BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

\_\_\_\_\_. **História Concisa da Literatura Brasileira.** São Paulo: Cultriz. 1994.

BOXER, C. R. **O Império Colonial Português.** Lisboa: Edições 70. S/d.

\_\_\_\_\_. **A Idade de Ouro do Brasil - Dores de Crescimento de Uma Sociedade Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

BRANDÃO, Tânia M. Pires. *Bumba-Meu-Boi: Uma Representação Sócia do Sertão Nordestino.* **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica.** N.º 19, 2001. Recife: ed. Universitária -UFPE. 2001. pp. 159-168.

\_\_\_\_\_. **A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder.** Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves. 1995;

\_\_\_\_\_. **O Escravo da Formação Social do Piauí: Perspectiva Histórica do Século XVIII.** Teresina: Ed. UFPI. 1999;

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, Economia e Capitalismo - Séculos XV-XVIII. Vol. 1 - As Estruturas do Cotidiano: O possível e o Impossível** São Paulo: Martins Fontes. 1997.

BRUIT, Hector. *O Visível e o Invisível na Conquista da América.* In VAINFAS, (org.) Ronaldo. **A América em tempo de conquista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 1992.



**BURKE, Peter. A Escola dos Annales - 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Ed. Unesp. 1991.**

\_\_\_\_\_. **Cultura Popular Na Idade Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

\_\_\_\_\_. **História e Teoria Social.** São Paulo: ed. Unesp. 2002.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e História.** Porto: Ed. Afrontamento, 1980. 2ª edição.

CARDIM, Pedro. Entradas Solenes Rituais Comunitários e Festas Políticas, Portugal e Brasil, Séculos XVI-XVII. In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org). **Festa - Cultura E Sociabilidade na América Portuguesa.** 2 vols. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial. 2001.Pp.97-124;

CARDOSO, Ciro Flamarion. O Trabalho Na Colônia. In LINHARES, Maria Yeda (org.) **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: ed. Campus. 1990. Pp.69-88.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1988.

CARRERO, Raimundo. **A História de Bernarda Soledade, A Tigre do Sertão.** Recife: Ed. Bagaço, 1993.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade – Rotinas E Rupturas Do Escravismo; Recife 1822-1850.** Recife: Ed. Universitária - UFPE. 1998.

\_\_\_\_\_. Negros da Terra e Negros da Guiné: Os Termos de Uma Troca, 1535-1630. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.** Rio de Janeiro: Julho/setembro. 2000.

\_\_\_\_\_. O quilombo dos Malunguinho – o rei das matas de Pernambuco. In REIS, João José; GOMES, Flávio. **Liberdade Por Um Fio – História Dos Quilombos No Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

\_\_\_\_\_. Revisitando Uma Quartelada: Os Aparelhos Repressivos E A Questão Social Em 1817. **Debates de História Regional – Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas UFAL.** N.º 1. Maceió. 1992.

**CASTORIADIS, Cornelius. As Encruzilhadas do Labirinto - Os Domínios do Homem. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.**

CAVALCANTI, Carmen Lúcia Lins. **As Minas de Salitre em Campos de Buíque: Um Caso de Utilização da Mão-de-Obra Indígena na Capitania de Pernambuco (1698-**

**1706**). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CAVALCANTI, Viviane. **Religiosidade e morte: instrumentos do projeto colonial português**. Columbia, the University of South Carolina. 1995. (Historical archeology in latin america.)

COSTA, Edlúcia da Silva. **As Agruras e Aventuras dos Recrutados no Recife (1822-1850)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

COSTA, F. A. Pereira da. Estudo Histórico-Retropesctivo Sobre As Artes Em Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, vol. IX, 54. Pp. 3-45.

\_\_\_\_\_. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1983. 10 vols.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record. 2002.

CUNHA, Luís Antônio. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Unesp, Brasília: Flacso. 2000.

DANTAS, Leonardo. A Obra de Gabriel Soares de Souza na Historiografia dos Primeiros Anos. In SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Comentários de Adolfo Varnhagen. Recife: Ed. Massangana. 2000.

DIAS, Alexandre Alves. **Facinorosos do Sertão – A Desagregação a Ordem no Sertão Nordestino na Transição da Colônia até a Independência (1808 a 1822)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DIAS, Carlos A. O Indígena e o Invasor: A Confrontação dos Povos Indígenas no Brasil com o Invasor Europeu, nos Séculos XVI e XVII. **CLIO - Revista do Curso de Mestrado em História - UFPE** n.º 10. Série História do Nordeste. Recife, Editora Universitária -UFPE. 1988. Pp.71-109.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Sociabilidades Sem História: Votantes Pobres Do Império, 1824-1881. In FREITAS, Marcus Cezar (org.). **Historiografia Brasileira Em Perspectiva**. São Paulo: Contexto. 1988. Pp. 57-72.

DUBY, Georges. **A Sociedade Cavallheresca**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

\_\_\_\_\_. História Social e Ideologias das Sociedades. In LE GOFF, Jacques; NORA, Piérre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed. 1976. (Coleção Ciências Sociais).

ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1938.

FALCI, Miridan Britto Knox. A Escravidão nas Áreas Pecuaristas do Brasil. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil – Colonização e Escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. pp. 255-259.

FAORO, Raymundo. **Os Donos Do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro**. Vol. 1. São Paulo: Ed. Globo. 1996.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões – Os Povos Indígenas no Rio Branco e a Colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS. 1991.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento – Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Pobres do Açúcar: Estrutura Produtiva E Relações de Poder No Nordeste Colonial. In SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo, Hucitec/Edusp/ Imprensa Oficial. 2002.

\_\_\_\_\_. **Terra, Trabalho e Poder – O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial**. São Paulo: Ed. Brasiliense/CNPq. 1988.

FERNANDES, Florestan. Antecedentes Indígenas: Organização Social das Tribos Tupis. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira – A Época Colonial. Vol. 1 – Do Descobrimento à Expansão Territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989. Pp 72-86.

FERNÁNDEZ, Juan Marchena. **Ejército Y Milicias En El Mundo Colonial Americano**. Madrid: Editorial Mapfre. 1992. P.

FERREZ, Gilberto. **Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife – 1755-1855**. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, Recife: FUNDARPE. 1984.

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. **A paz das senzalas – famílias escravas e tráfico atlântico, rio de janeiro, c. 1790-c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios – Na Bahia do Século XIX**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba. 1996.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1997;

FREITAS, Décio. **Palmares, A Guerra Dos Escravos**. Rio de Janeiro: Graal. 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record. 1995.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**. São Paulo: Record. 1996.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais – Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária. 1971.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis – O Estado Novo Na Cidade do Recife**. Recife: CEPE, 1998.

GRUZINSKY, Serge. **A Colonização do Imaginário – Sociedades Indígenas e Colonização no México Espanhol, Séculos XVI.XVII**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

\_\_\_\_\_. **Do Barroco ao Neobarroco – fontes coloniais dos tempos pós-modernos: o caso mexicano. In CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf (org). Literatura E História Na América Latina. São Paulo: Centro Angel Rama/Edusp.2001. pp. 75-89.**

\_\_\_\_\_. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

GUERRA, Flávio. **Nordeste – Um Século de Silêncio (1654-1755)**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco. 1984.

\_\_\_\_\_. **Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos**. Recife: Itinerário. 1978.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. Companhia das Letras: São Paulo. 1998.

JANCSÓ, István. **Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba. 1996.

\_\_\_\_\_; KANTOR, Iris (org). **Festa - Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. 2 vols. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial. 2001.

JOFFLY, Irineu. **Notas Sobre a Parahyba**. Livro I. Brasília: Thesaurus. S/d.

KANTOR, Iris. Entradas Episcopais Na Capitania De Minas Gerias (1742 E 1748): A Transgressão Formalizada. In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org). **Festa - Cultura E Sociabilidade na América Portuguesa**. 2 vols. São Paulo, Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial. 2001. Pp. 169-180.

KARASCH, Mary. 'Minha Nação': Identidades Escravas No Fim do Brasil Colonial. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Brasil - Colonização e Escravidão**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 2000. Pp. 127-141.

**KEEGAN, John**. Uma História da Guerra. **São Paulo: Companhia das Letras. 1995**.

**KRAAY, Hendrik**. Soldiers, Officers, And Society: The Army In Bahia, Brazil, 1808-1889. **The University of Texas at Austin. 1995**.

LARA, Sílvia Hunold. Do Singular ao Plural – Palmares, Capitães-do-Mato e o Governo dos Escravos. In REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.Pp. 81-109.

\_\_\_\_\_. Sedas, Panos e Balangandãs: O Traje das Senhoras e Escravas Nas Cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (Século XVIII). IN SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Brasil – Colonização e Escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. Pp. 177-191.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: Ed. Massangana. 1988.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimento – história social nos sertões do Brasil**. Ed. UNB/Paralelo 15: Brasília. 1996.

LIMA, Carlos A. M. Pequena Diáspora: Migração de Libertos e Livres de Cor (Rio de Janeiro, 1765-1844). **LÓCUS 11 – Revista de História**. N.º 11. Juiz de Fora. Núcleo História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. Edufjf, 2000, v. 6, n.2, pp. 99-110.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco - Uma Sociedade de Pastores Guerreiros**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1983.

LOPES, Fátima Martins. **Missões Religiosas - Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas Colonial: Economia e Sociedade**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Livraria Pioneira Editora. 1982.

MACHADO, Teobaldo José. **As Insurreições Liberais em Goiana, 1817-1824**. Recife: FUNDARPE. 1990.

MACIEL, José de Almeida. **Questões de Toponímia Municipal Pernambucana**. Recife: Centro de estudos de história municipal/ FIAM (FIDEM). 1984. (Obras completas, vol. 2. Coleção tempo municipal 3.)

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000.

MARAVALL, José Antonio. **A Cultura do Barroco – Análise de Uma Estrutura Histórica**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial. 1997.

**MARCÍLIO, Maria Luiza. A População do Brasil Colonial. In BETHEL, Leslie. América Latina Colonial, vol. 2. História da América Latina. São Paulo: EDUSP. 1999.**

MARTINIÈRE, Guy. A Implantação das Estruturas de Portugal na América. In MAURO, Frèdèric (coord) . **O Império Luso-Brasileiro 1620-1750. Nova História da Expansão Portuguesa**. Vol. VII. Lisboa: editorial estampa. 1991. pp. 90-261.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX**. Salvador: Hucitec. 1978.

\_\_\_\_\_. **As Fontes de História Social e Seus Métodos de Pesquisa: O Caso de Salvador**. Mimeografado, s/d. 24 p.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa. 1997.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. **O Descobrimento dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial**. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O Brasil No Período Dos Filipes. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **A Época Colonial: vol. 1 - Do Descobrimento À Expansão Territorial. História Geral Da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1993. Pp. 176-189.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos - Nobres Contra Mascates Pernambuco 1666 – 1715**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

\_\_\_\_\_. Canoas do Recife: um Estudo de Microhistória Urbana. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, Vol. 1, 1978. Pp. 67-104.

\_\_\_\_\_. **O Nome e o Sangue – Uma Parábola Familiar No Pernambuco Colonial**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In COSTA, Pereira. F. A. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1983. 10 vols. Vol. 4. Pp XV-XXVI.

\_\_\_\_\_. **Olinda Restaurada – Guerra e Açúcar No Nordeste 1630/1654**. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks. 1998;

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol – O Banditismo no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Massangana. 1985.

MELLO, Jeronymo Figueira de. **Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco**. Reedição da Publicação datada de 1852. Recife: Conselho Estadual de cultura. 1979.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Alguns Aditamentos e Correções. In COSTA. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1983. 10 vols. Vol. X. Pp. CDXC-DXVI.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In BRANDÃO, Ambrósio Fernandes (presumido). **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Segundo o Apógrafo de Leiden. Recife: Imprensa Universitária. 1966.

\_\_\_\_\_. **Henrique Dias – Governador Dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil**. Recife: Massangana. 1988.

\_\_\_\_\_. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico. 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In COSTA. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 10 vols. 1983. vol. 7. Pp. XVII-XXIII.

\_\_\_\_\_. **Tempo dos Flamengos – Influência Da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978.

\_\_\_\_\_. **Três roteiros de penetração do território pernambucano (1720 e 1802)**. Recife: Universitária. 1966. (Monografia n.º 3)

MELO, Mário. **Onomástica Pernambucana**. Recife: Livraria Universal. 1944.

MENEZES, José Luis da Mota. O Papel de Olinda na Formação do Brasil Colonial. In **Seminário Internacional ‘O Mundo Que o Português Criou’**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 1997.

\_\_\_\_\_. **O Barroco No País do Açúcar**. Recife, 2000. (mimeografado)

\_\_\_\_\_. **Olinda e Recife - 1537-1630**. **Revista Oceanos N.º 41. - A Construção do Brasil Urbano**. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Jan/mar 2000. Pp. 136-150.

\_\_\_\_\_. **Sé de Olinda**. Recife: FUNDARPE. 1985.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil**. Recife: Pool editorial S/A. 1986.

**MESGRAVIS, Laima. Os Aspectos Estamentais da Estrutura Social do Brasil Colônia**. Estudos Econômicos. **São Paulo. 13 (especial): 799-812. 1983.**

MILLER, Joseph C. A Economia Política do Tráfico Angolano de Escravos no Século XVIII. In PANTOJA, Selma; SARAIVA, Flávio José. **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999. Pp. 11-67.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Historia oral e memória - a cultura popular revisitada**. São Paulo: contexto. 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil – O Território Colonial Brasileiro no ‘Longo’ Século XVI**. São Paulo: Hucitec. 2000.

MORAES, Douglas Batista de. **Bem Nascer, Bem Viver, Bem Morrer – A Administração dos Sacramentos da Igreja Católica Em Pernambuco, de 1650 – 1790**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.



MOTT, Luiz. As Amazonas: Um Mito e algumas Hipóteses. In VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em Tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1992. Pp. 33-57.

\_\_\_\_\_. **Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella. 1985.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja – Da Sesmaria ao Minifúndio (Um Estudo de História Regional e Local)**. Salvador/Feira de Santana: Edufba/UEFS. 1998.

NUNES, Odilon. **Pesquisa Para a História do Piauí**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Artenova. 1975.

OLIVEIRA, Cláudia Alves de. **Estilos Tecnológicos da Cerâmica Pré-histórica no Sudeste do Piauí- Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Arqueologia). FFLCH/Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, São Paulo.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. **O Liberto: o Seu Mundo e os Outros, Salvador, 1790/1890**. São Paulo: Corrupio. 1988.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação - Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico**. Petrópolis: Vozes. 1996.

\_\_\_\_\_. **Terra à Vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo/ Campinas: cortez/ed. Unicamp. 1990.

OSIAS FILHO, Márcio J. Lucena. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai – O Recrutamento e os Limites da Ordem** 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PAIVA, José Pedro. Etiqueta e Cerimônias Públicas na Esfera da Igreja (sécs. XVII-XVIII). In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa - Cultura E Sociabilidade na América Portuguesa**. 2 vols. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial. 2001. Pp. 75-94;

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2001.

PAULA, João Antônio de. O Processo de Urbanização nas Américas no Século XVIII. In ZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial. 2002. Pp. 77-94.

PEREGALLI, Enrique. **O Recrutamento Militar no Brasil Colonial**. Campinas: Ed. da Unicamp. 1986.

PEREIRA, Moacir Soares. **Índios Tupi-Guarani na Pré-História - Suas Invasões do Brasil e do Paraguai, seu Destino após o Descobrimento**. Maceió. Edufal. 2000.

PETRONE, Teresa Schorer. As Áreas de Criação de Gado. IN HOLANDA, Sérgio Buarque de(org.). **A Época Colonial. Vol. 2: administração, Economia, Sociedade. História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1993. Pp. 220-227.

PIERONI, Geraldo. **Os Excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o Degredo para o Brasil Colônia**. Brasília: Ed. UNB/São Paulo: Imprensa Oficial. 2000.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomo I. 3 vols. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/SUVALE. 1972.

PIRES, Maria Idalina Cruz. **'A Guerra dos Bárbaros': Resistência e Conflitos no Nordeste Colonial**. Recife: Ed. Universitária - UFPE. 2002.

PONTES, Kátia Vinhático. **Mulatos: Políticos e Rebeldes Baianos**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PORTO, Costa. **Nos Tempos de Duarte Coelho**. Recife: Imprensa Universitária/ Universidade Federal de Pernambuco. 1968.

\_\_\_\_\_. **Nos Tempos do Visitador - Subsídios Ao Estudo Da Vida Colonial Pernambucana, Nos Fins do Século XVI**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 1968.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 23<sup>a</sup> ed, 1994.

PRICE, Richard. Palmares como Poderia ter sido. In REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. Pp. 52-59.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP. São Paulo.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. As Irmandades de Pretos e Pardos em Pernambuco e no Rio de Janeiro na época de D. José I: Um Estudo Comparativo. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da(org.). **Brasil – colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. Pp. 163-176.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense. 1986.

RAMINELLI, Ronald. Habitus Canibal: Os índios de Albert Eckhout. In HERKENHOFF, Pedro (org.). **O Brasil e os Holandeses 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes. 1999. Pp. 104-121.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa. - Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

\_\_\_\_\_. **Rebelião Escrava no Brasil**. São Paulo, Brasiliense. 1986.

RIBEIRO, Berta. **Os Índios na História do Brasil**. São Paulo, Global, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização – A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970;

RIBEIRO, Renato Janine. **A Etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

ROCHA, Leduar de Assis. **História da Medicina em Pernambuco – Séculos XVI, XVII e XVIII**. Recife: Arquivo Público Estadual. 1960.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil - Historiografia colonial 1.ª parte**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos - a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1981.

SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. **Dom Quixote de la Mancha**. São Paulo: Ed. Nova Cultural. 2003.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Vadios e Política de Povoamento na América Portuguesa, na Segunda Metade do Século XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**. Pós-Graduação de História, PUCRS. Vol. XXVII, nº 2. dezembro de 2001. Porto Alegre: Edipucrs. Pp. 7-40

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos No Distrito Diamantino do Século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1975;

SCHMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Ed. Martins fontes. São Paulo. 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

**SILVA, Eduardo**. Dom Obá II D'África, O Príncipe Do Povo – Vida, Tempo e Pensamento de Um Homem de Cor. **São Paulo: Companhia das Letras. 1997**.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, Agricultura de Alimentos e Recursos Naturais no Brasil Colônia. In SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial. 2002. pp. 123-159

SILVA, Kalina Vanderlei. O Exército Português em Pernambuco e a Integração da Sociedade Colonial. **A Defesa Nacional - Revista de Assuntos Militares e Estudos de Problemas Brasileiros**. N.º 788. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, dez. 2000. pp.132-139.

\_\_\_\_\_. Da Vilíssima Canalha - Uma Reflexão sobre o Imaginário Colonial Acerca dos Soldados da Coroa Portuguesa na Área do Açúcar. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica**. N.º 19. Recife, programa de Pós-Graduação em História - UFPE. editora Universitária - UFPE. 2001. Pp. 29-43.

\_\_\_\_\_. Dos Criminosos, Vadios e de Outros elementos Incômodos: Uma Reflexão sobre o Recrutamento e as Origens Sociais dos Militares Coloniais. **LOCUS: Revista de História**. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/ Dep. de História/Arquivo Histórico. Ed. UFJF. Vol. 8. N. 14. 2002.

\_\_\_\_\_. **O Miserável Soldo & A Boa Ordem Da Sociedade Colonial – Militarização e Marginalidade Na Capitania de Pernambuco Nos Séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2001.

\_\_\_\_\_. O Segundo Período Português: A Construção De Pernambuco Enquanto Capitania Régia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, RIHGB, jul\set 2000.

SILVA, Luís Geraldo. **A Propriedade Mercantil e a Propriedade Colonial: Uma Abordagem Interpretativa da Economia Colonial Do Nordeste (1690-1750)**. Caderno de História, Vol. 2. Recife: Departamento de História-UFPE. 1987.

\_\_\_\_\_. **A Faina, A Festa E O Rito – Uma Etnografia Histórica Sobre As Gentes Do Mar (Sécs. XVII ao XIX)**. São Paulo: Papirus. 2000.

\_\_\_\_\_. **Os Pescadores Na História Do Brasil. Vol. 1 (Colônia e Império)**. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores. Vozes. 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Colonização Portuguesa No Brasil: A População Feminina e Sua Sobrevivência Económica no Final do Período Colonial. **Revista de Ciências Históricas**. Porto: Universidade Portucalense. Vol. VI, 1991. Pp. 257-269.

\_\_\_\_\_. Conflitos Raciais e Sociais Na Sedição de 1798 Na Bahia. In ARAÚJO, Ubiratan Castro de, et all. **II Centenário Da Sedição De 1798 Na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia. 1998. Pp. 37-50.

SILVA, Maria Leda Oliveira Alves de. **Floresta do Navio: Uma Cidade Pernambucana do Gado (1850-1888)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, René Marc da. Rio das Rãs – Uma História de Construção da Identidade Negra no Sertão. **Humanidades – Consciência Negra**. N. ° 47, Novembro, 1999. Brasília, Universidade de Brasília – UNB. Pp. 141-149.

SMITH, Roberto. A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia História da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII. In **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**. Ouro Preto, 2002. [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br)

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: Mulher e Resistência Negra em Salvador no Século XIX. **Afro-Ásia**. N.º 17. Salvador: Ceao/UFBA. 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1979.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Engenho De Sons, Imagens E Palavras – Ditadura E Propaganda Na Primeira Metade Do Século XX**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUZA, Jorge Prata. **Escravidão ou morte – escravos brasileiros na guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad. 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal. 1982.

\_\_\_\_\_. Festas Barrocas e Vida Cotidiana em Minas Gerais. In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org). **Festa - Cultura E Sociabilidade na América Portuguesa**. 2 vols. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial. 2001.Pp. 183-195;

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba. 2001.

TEIXEIRA, Dante Martins. O 'Thierbuch' de Zacharias Wagener de Dresden (1614-1668) e os óleos de Albert Eckhout. In **Albert Eckhout Volta ao Brasil - 1644-2002**. Copenhagen: Nationalmuseet. 2002. pp. 165-183.

THEODORO, Janice. **América Barroca: Tema e Variações**. São Paulo: Nova Fronteira/ Edusp. 1992.

TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34. 2000.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América - a Questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

TORRES, Cláudia Viana. **Um Reinado de Negros em Um Estado de Brancos – Organização de Escravos Urbanos em Recife No Final do Século XVIII e Início do XIX (1774-1815)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VAINFAS, Ronaldo (org.) **Dicionário Do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. objetiva. 2000.

\_\_\_\_\_. Moralidades Brasílicas: Deleites Sexuais e Linguagem Erótica na Sociedade Escravista. in SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. Pp. 221-273.

VENÂNCIO, Renato Pinto; FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, Tratantes e Mascates. In DEL PRIORE, Mary. **Revisão do paraíso – os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus. 2000. Pp. 93-113.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia de 1850**. São Paulo, Corrupio. 1999.

\_\_\_\_\_. **Os Libertos - Sete Caminhos na Liberdade de Escravos da Bahia no Século XIX**. São Paulo: corrupio. 1992.

WANDERLEY, Vernaide; MENEZES, Eugênia. **Viagem ao Sertão Brasileiro – Leitura Geo-Sócio-Antropológia de Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa**. Recife: CEPE/FUNDARPE. 1997.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste - A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2000.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A Respeito de ‘Ladrões, Facinorosos, Matadores, Desertores e Índios’: Condições de Mobilidade e Espacialidade da População Indígena no Rio Grande de São Pedro – O Caso da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. **Boletim de História Demográfica**. Ano IX, n.º 24, Janeiro de 2002.

ZANCHETTI, Sílvio Mendes. **O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)**. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP. São Paulo.

ZEA, Leopoldo. América, Vació de Europa. In IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; DAYRELL, Eliane Garcindo (org.). **América Latina Contemporânea: Desafios e Perspectivas**. América 500 anos. vol. 4. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e cultura/edusp. 1996.

## **FONTES:**

### **1 - Fontes Impressas:**

ANTONIL, Andre João. **Cultura e Opulencia do Brasil por Suas Drogas, e Minas, com Várias Notícias Curiosas de Como Fazer o Assucar; plantar, & beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; & descobrir as da Prata; E dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, & outros generos, & Contratos Reaes.** Lisboa, Officina Real Deslandesiana. 1711. Edição fac similar.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes (presumido). **Diálogos das Grandezas do Brasil.** Segundo o Apógrafo de Leiden. Recife, Imprensa Universitária. 1966.

CARTA Autógrafa de Domingos Jorge Velho. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história).** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. P. 204

CARTA de Caetano de Melo e Castro, Governador de Pernambuco, 18/2/1694. apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história).** São Paulo: companhia editora nacional 1938. P. 194-196.

CARTA de Caetano de Melo e Castro. Apud Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história).** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. P. 197

CARTA de Domingos Jorge Velho. Apud Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história).** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. P. 204

CARTA do governador de Pernambuco Fernão de Souza Coutinho, 1671. Apud. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história).** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. p. 24-26

CARTA do Governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro. Apud ENNES. ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história).** São Paulo: companhia editora nacional. 1938. p. 194-196

CONDIÇÕES que os paulistas do terço de infantaria de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho pedem que se lhe concedam para poderem continuar em Palmares.



Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional. 1938.213-214.

CONSULTA da Junta das Missões, 29/10/1697. In ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938. P. 352-356.

CONSULTA do Conselho Ultramarino 22/11/1687. Apud Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. P. 172-173.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Carta do Bispo de Pernambuco escrita ao Secretário Roque Monteiro Paim. Apud Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. P. 360-361.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Nomeação de Pessoas para Capitão Mor do Rio Grande. Apud Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. p. 229-230.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Nomeação de Pessoas para a companhia de infantaria que vagou do mestre de campo Zenóbio Acioli. Apud Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. p. 276-279.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Nomeação de Pessoas para a capitania de Pernambuco. apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938. p. 280-284.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a Nomeação de Pessoas para a Companhia de Infantaria que vagou na capitania de Pernambuco. apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938. p. 273

CONSULTA do Conselho Ultramarino, 12/12/1697. ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938. P. 349-351.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, 22/11/1687. apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938.P. 172-175.

CONSULTA do Conselho Ultramarino. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938. 401-403.

CONSULTA do governador Caetano de Melo e Castro. 12/5/1697. Apud ENNES. ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938. p. 262-263

COPIA Authentica da Consulta do Conselho Ultramarino, de 28 de Novembro de 1691, acerca da construção de uma nova Casa da Camara, na cidade de Olinda, e de um caes junto do rio Beberibe. Apud O Caes Do Varadouro Em Olinda. **Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano - RIAHGPE**. Vol. XIII, n ° 74. Recife, dezembro de 1908. Pp.586-590.

COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e Glória de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1981.

COUTO, Miguel. Descrição do Certão do Peauhy Remetida ao Illm° e Rm° S.r Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938. p. 370-389.

KOSTER, Henry. **Viagens Ao Nordeste do Brasil**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978.

MORENO, Diogo de Campos Moreno. Relação das Praças Fortes, Povoações E Cousas De Importância Que Sua Majestade Tem Na Costa Do Brasil . **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**, vol. LVIII, Recife, 1984, pp. 187-246.

O CAES do Varadouro em Olinda. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**. vol. XIII, dez. 1908. N. 74. Pp. 580-590.

**ORDENAÇÕES Filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Edição 'fac-simile' da edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro. 1870.

PARECERES acerca da Campanha de Palmares de 25 de Novembro de 1694. apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938.p. 208-209.

PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. 'Breve Compêndio do que vai Obrando Neste Governo de Pernambuco o Senhor Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho' apud MELLO, José Antônio Gonçalves de. Pernambuco Ao Tempo Do Governador Câmara Coutinho (1689-1690). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico E Geográfico Pernambucano**. Vol. LI. Recife, 1979. Pp. 257-300.

**PRIMEIRA Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil; Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595**. Recife: FUNDARPE. 1984.

REQUERI. <sup>TO</sup> que aos pés de VMag.de humilde.<sup>te</sup> prostrado fás em seu nome, e em aquelle de todos os officiaes e Soldados do terço de Infantr.<sup>a</sup> São Paulista de que he M.<sup>e</sup> de campo Domingos George velho,...Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938.P. 317-344.

REQUERIMENTO dos Officiais da Câmara de Porto Calvo, 1689. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938.P. 5

REQUERIMENTO que ao pé de V. Mag. Humildemente prostrado faz em seu nome e em aquele de todos o officiais e soldados do terço de infantaria s. Paulista de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho. Apud ENNES. ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: companhia editora nacional 1938. p.317-344.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionario da Lingua Portugueza Composto por Antonio de Moraes Silva**. Lisboa: impressão Regia. 1831. 2 tomos. 1.<sup>a</sup> edição de 1789.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Comentários de Adolfo Varnhagen. Recife: Ed. Massangana. 2000.

TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978.

VILHENA, Luis dos Santos. **Recopilações de Notícias Soteropolitanas Contidas Em 20 Cartas**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. Bahia. 1921.

### **1.1.Coleção Documentos Históricos, Biblioteca Nacional:**

BANDO para Capitão mor da Gente Preta. DH, vol. 53, p 148.

CARTA para o Capitão-mor de Sergipe Del-Rei sobre dar 30 Índios para uma entrada que se manda fazer aos mocambos. DH, vol. 08, p. 412-413.

CARTA para Sua Magestade sobre as Companhias de Auxiliares, e que os dois Terços desta praça tenham aqueles soldados a que puder chegar os efeitos da consignação aplicados a esta despesa; e mais particulares. DH, vol. 33, p. 392-394.

CARTA de sua Majestade para se conservarem em Pernambuco o Terço de Henrique Dias. DH, Vol. 66, p. 135-136.

CARTA para o Capitão Garcia D'Ávila. DH, vol. 03, p.228.

CARTA para o Capitão-mor da Capitania de Sergipe, Balthazar de Queirós. DH, vol. III, p. 61-62.

CARTA para o Capitão-Mor de Sergipe Del Rei. DH, vol. III, p. 277-278.

CARTA para o Superior da Aldeia do Camamú. DH, vol. 3, p 228-229

CARTA para os oficiais da câmara da vila de Camamú. DH, vol. 7, p. 238-239

CARTA para Sua magestade sobre as companhias de Auxiliares. DH, vol. 33, p. 392-394.

CARTA que se escreveu ao governador de Pernambuco Fernão Cabral sobre a guerra dos bárbaros. DH, vol. 10, p. 293-295.

CARTA que se escreveu ao Mestre de Campo de Pernambuco Fernão Zenobio Axiaoli de Vasconsellos. DH, vol. 10, p. 319-321.

DH, 14/10/1688.

DH, vol. 07, p 77.

DH, vol. 08, p. 412-413.

DH, vol. 10, fl. 319-320.

DH, vol. 12, p. 22-23.

DH, vol. 3, p 217-218.

DH, vol. 33, p. 392-394.

DH, vol. 44, p. 192.

DH, vol. 44, p. 193-194.

DH, vol. 53, fl. 139.

DH, vol. 8, p. 252-254.

DH, vol. 8, p. 73.

DH, vol. IV 140

DH, vol. IV, 49-54.

DH, vol. V, p. 331-332.

DH, vol. VI, p.275.

ORDEM do Governador Geral da Bahia. 11/3/1712. DH. Vol. 53, p 148.

ORDEM que levou o Capitão Manuel da costa indo a entregar o gado que se prometeu aos Índios da Serra do Guayraru, DH, vol. IV 140 (ou vol. V 408-409)

ORDEM que se enviou a Francisco Dias para prender, ou matar uma tropa de negros levantados. 19/9/1661. DH, vol. 07, p. 70-71.

PORTARIA com que foi o capitão Manuel da Costa ter prevenido farinha, e espingardas para os soldados que vão ao sertão. DH vol. 44, fl. 193-194

PORTARIA para Francisco Dias levar consigo a gente que lhe for necessária em busca dos negros levantados, que se lhe tem encarregado que prenda. DH, vol. 07, p. 73.

PORTARIA para o Provedor mor da Fazenda Real mandar ir um ferreiro para a povoação. DH, vol. 08, p. 217-218.

PORTARIA para se darem 20 soldados, e 20 moradores para a jornada do Sertão. DH, vol. 44, fl.192.

PORTARIA para se darem anzoes e facas para o resgate do Sertão. DH, vol. 44, p 193. 19/9/1664.

PORTARIA passada para Sebastião Ferras. Bahia, 23/7/1666. DH, vol. VI, p. 262.

REGIMENTO que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na Jornada do Sertão. DH, vol. 5, p. 321-327.

REGIMENTO, que se passou ao ajudante Luis Alvares para ir passar as aldeias da Jacuabina para a Serra do Orobó. DH, vol. IV, p. 57, ou vol. V 276-277. 1657

## **1.2. Documentação Histórica Pernambucana, Biblioteca Pública Estadual Presidente Castelo Branco:**

DHP, vol. 1, p. 265-271.

DHP, vol. 1, p. 185-186.

DHP, vol. 1, p. 186-188.

DHP, vol. 1, p. 256-258.

DHP, vol. 1, p. 314-315.

DHP, vol. 1, p. 315-317.

DHP, vol. 1, p. 219-222-

DHP, vol.1, p. 155-156.

DHP, vol.1, p. 230-235.

DHP. Vol1 , p. 246-249.

## **2- Fontes Manuscritas:**

### **2.1. Arquivo Histórico Ultramarino:**

AHU cód. 260, fl. 200.

AHU maço 9, 1746-1748, papéis avulso da Paraíba.

AHU, códice 1664, folha 4.

AHU, códice 1683

AHU, maço 54, doc. em org.

AHU, PE, caixa 5, papeis avulsos.

AHU, cód. 16. Fl. 89/89v.

AHU, cód. 16. Fl. 89/89v.

AHU, cód. 40, fl. 111.

AHU, cód. 46, fl. 118.

AHU, cód. 46, fl. 84.

AHU, cód. 46, fls. 70/70v.

AHU, cód. 49, fl 268.

AHU, cód. 49, fl. 120.

AHU, cód. 49, fl. 19, 20.  
AHU, cód. 49, fl. 268.  
AHU, cód. 49, fl. 39v/40.  
AHU, cód. 52, f. 49, 49v, 50.  
AHU, cód. 52, fl. 183v/184.  
AHU, cód. 92, fl. 243v.  
AHU, cód. 92, fl. 306v;  
AHU, cód. 120, fl. 187/187v.  
AHU, cód. 120, fl. 350.  
AHU, cód. 121, fl. 219-219v.  
AHU, cód. 1302. Fl. 06.  
AHU, cód. 256, 25/4/1674.  
AHU, cód. 256, 171/171v  
AHU cód. 256, 75, 75v.  
AHU, cód. 256, fl. 171/171v  
AHU, cód. 256, fl. 117v.  
AHU, cód. 256, fl. 125.  
AHU, cód. 256, fl. 125.  
AHU, cód. 256, fl. 136;  
AHU, cód. 256, fl. 171/171v  
AHU, cód. 256, fl. 17v/18;  
AHU, cód. 256, fl. 29  
AHU, cód. 256, fl. 69.  
AHU, cód. 256, fl. 78/78v.  
AHU, cód. 256. 25/4/1674;  
AHU, cód.256, f.80,  
AHU, cód. 257, fl 42.  
AHU, cód. 257, fl 62.  
AHU, cód. 257, fl. 07.  
AHU, cód. 257, fl. 104.  
AHU, cód. 257, fl. 109v;

AHU, cód. 257, fl. 118v.  
AHU, cód. 257, fl. 130-130v.  
AHU, cód. 257, fl. 132v.  
AHU, cód. 257, fl. 135.  
AHU, cód. 257, fl. 136.  
AHU, cód. 257, fl. 159.  
AHU, cód. 257, fl. 159.  
AHU, cód. 257, fl. 179v.  
AHU, cód. 257, fl. 209.  
AHU, cód. 257, fl. 216-216v.  
AHU, cód. 257, fl. 35.  
AHU, cód. 257, fl. 38v.  
AHU, cód. 257, fl. 42 v.  
AHU, cód. 257, fl. 62.  
AHU, cód. 257, fl. 82.  
AHU, cód. 257, fl. 99.  
AHU, cód. 257. F.29v.  
AHU, cód. 257, fl. 131v.  
AHU, cód. 257, fl. 32v.  
AHU, cód. 258, fl. 151v/152  
AHU, cód. 258, fl. 249v.  
AHU, cód. 258, fl. 281v.  
AHU, cód. 258, fl. 93/93v.  
AHU, cód. 259, fl. 49v/50.  
AHU, cód. 259, fl. 51/51v.  
AHU, cód. 260, fl. 259v/260.  
AHU, cód. 260, fl. 352/352v.  
AHU, cód. 265, 22.22v.  
AHU, cód. 265, fl. 117-117v.  
AHU, cód. 265, fl. 117-117v.  
AHU, cód. 265, fl. 14v/15



AHU, cód. 265, fl. 191v/192.

AHU, cód. 265, fl. 41v/43.

AHU, cód. 275, 306 v.

AHU, cód. 275, fl 323.

AHU, cód. 275, fl. 308v.

AHU, PE, cód. 165, fl. 135v/136

AHU, PE, p.a., Caixa 73.

AHU, PE, p.a., Caixa 88.

AHU, PE, cód. 257, fl. 179v.

AHU, PE, cód. 257, fl. 187.

AHU, PE, cód. 257, fl. 39.

AHU, PE, cód. 258, fl. 251.

AHU, PE, cód. 259, fl. 50.

AHU, PE, cód. 259, fl. 54-54v.

AHU, PE, cód. 265, fl. 135 v-136.

AHU, PE, cx. 5, p.a.

AHU, PE, cx. 6, p.a .

AHU, PE, p.a., cx. 73.

COMPROMISSO da Irmandade do Patriarca São José dos quatro Ofícios anexos, carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros da Vila de Santo Antônio do Recife. AHU, códice 1301.

COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios, cap. VI. AHU, cód. 1302. Fl. 06.

COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos da Vila de Serinhaé. AHU, códice 1664, folha 4.

## **2.2. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco:**

LIVRO 5º de Ordens Reais – Provisões e Cartas Régias (1693-1701), fl. 121.

LIVRO 5º de Ordens Reais – Provisões e Cartas Régias (1693-1698). Fl. 6v-7v.

LIVRO 10ª de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1717-1720). Fl 23.

- LIVRO 10ª de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1717-1720). Fl 23.
- LIVRO 10ª de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1717-1720). Fl. 223-225.
- LIVRO 10º de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1717-1720), fl. 108.
- LIVRO 10º de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1717-1720). Fl. 118v/119.
- LIVRO 12.º de Ordens Reais – Provisões e Cartas Régias (1721-1731). F. 231v.
- LIVRO 13.º de Ordens Régias – Provisões e Cartas Régias (1726-1733), fl. 13, 13v.
- LIVRO 13º de Ordens Régias, Provisões e Cartas Régias (1726-1733), fl. 162, 162v, 163.
- LIVRO 14.º de Ordens Reais: Provisões e Cartas Régias (1732-1737), fl. 217-218v.
- LIVRO 14º de Ordens Régias, Provisões e Cartas Régias, fl. 140v, 141.
- LIVRO 14º de Ordens Régias, Provisões e Cartas Régias, fl. 66, 66v.
- LIVRO 16º de Ordens Régias, Provisões e Cartas Régias, fls. 144, 145, 145v, 146.

### 2.3.Arquivo Público Jordão Emerenciano:

'COPIA dos Des Capítulos do Regimento das Fronteiras.' Documentos da Câmara de Olinda, vol. 1, 1698-1801. Fls. 9-10.

Coleção Patentes Provinciais, livro 3, fl. 170v.

Coleção Patentes Provinciais, L3, 198.

Coleção Patentes Provinciais, l8, 121v.

Coleção Patentes Provinciais, livro 2, folha 114v.

Coleção Patentes Provinciais, livro 2, folha 129/129v.

Coleção Patentes Provinciais, livro 3, fl.49,

Coleção Patentes Provinciais, livro 3, fl.158.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)